

GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS
v. 41 n. 1

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 41 (1): p. 1-380, jan-abr 2012

REVISTA ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO GEL
Universidade Federal de São Carlos
Departamento de Letras
Rodovia Washington Luiz, km 235
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>
estudoslinguisticos@gel.org.br

Comissão Editorial

Claudia Zavaglia
Gladis Massini-Cagliari
Juanito Ornelas de Avelar
Luciani Ester Tenani
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Maximina M. Freire
Olga Ferreira Coelho
Vanice Maria Oliveira Sargentini

Editor responsável

Marcelo Módolo

Revisão e normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

Revisão de língua estrangeira

Maria de Fátima de Almeida Baia (inglês)
Fernanda Consoni (francês)
Meire Blanche Lungaretti (espanhol)

Diagramação

William de Paula Amado

Conselho Editorial

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquierdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komésu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôsko Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cancado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlink (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação quadrimestral

Estudos Linguísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.

Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.

Quadrimestral

ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

Reconhecimento

O presente volume da Revista *Estudos Linguísticos* contou com a colaboração dos pareceristas abaixo listados. Alguns são membros do Conselho Editorial e os demais atuaram como pareceristas ad-hoc. A Comissão Editorial agradece o empenho de todos no sentido de tornar melhor nossa publicação.

Adail Ubirajara Sobral, Adriana Zavaglia, Adriane Teresinha Sartori, Alcides Cardoso dos Santos, Aldir Santos de Paula, Alessandra Del Re, Alvaro Luiz Hattner, Ana Maria Costa de Araujo Lima, Angel H. Corbera Mori, Anna Flora Brunelli, Aparecida Negri Isquerdo, Ariani Di Felippo, Ataliba Teixeira de Castilho, Augusto Buchweitz, Beatriz Protti Christino, Carla Alexandra Ferreira, Carlos Alexandre V. Gonçalves, Carlos Piovezani, Carmi Ferraz Santos, Carola Rapp, Cilaine Alves Cunha, Claudia Maria Xatara, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Claudia Zavaglia, Claudio Aquati, Cláudia Regina Brescancini, Cleudemar Alves Fernandes, Cloris Porto Torquato, Cristiane Carneiro Capristano, Cristina dos Santos Carvalho, Cristine Gorski Severo, Dilson Ferreira da Cruz Júnior, Dirceu Cleber Conde, Eduardo Penhavel, Edvaldo A. Bergamo, Edvania Gomes da Silva, Edwiges Maria Morato, Elaine Cristina Cintra, Elaine Cristina de Oliveira, Elias Alves de Andrade, Elizabeth Harkot-De-La-Taille, Elzimar Goettenauer de Marins Costa, Emerson de Pietri, Erica Lima, Erica Reviglio Iliovitz, Erotilde Goreti Pezatti, Ester Mirian Scarpa, Fabiana Cristina Komesu, Fabio Akcelrud Durão, Fábio César Montanheiro, Fernanda Correa Silveira Galli, Flaviane Romani Fernandes Svartman, Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale, Francisco Alves Filho, Frantome Bezerra Pacheco, Giovana Ferreira Gonçalves, Gisela Collischonn, Gisele Cássia de Sousa, Gladis Maria de Barcellos Almeida, Gladis Massini-Cagliari, Gláucia Vieira Cândido, Graziela Zanin Kronka, Isadora Valencise Gregolin, Ivã Carlos Lopes, João Bôsko Cabral dos Santos, José Borges Neto, José Sueli de Magalhães, Juliano Desiderato Antonio, Júlio César Rosa de Araújo, Larissa Cristina Berti, Lauro José Siqueira Baldini, Lilian Cristine Scherer, Lúgia Negri, Lucia Rottava, Luciana Pereira da Silva, Luciana Salazar Salgado, Luciane Correa Ferreira, Luciani Ester Tenani, Luiz Carlos Cagliari, Luiz Carlos da Silva Schwindt, Luzia Aparecida Oliva dos Santos, Luzmara Curcino Ferreira, Marcello Modesto dos Santos, Marcelo Módolo, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Maria Célia Cortez Passetti, Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria da Conceição Fonseca-Silva, Maria Eduarda Giering, Maria Ester Vieira de Sousa, Maria José Bocorny Finatto, Maria José Cardoso Lemos, Maria Margarida Martins Salomão, Mariângela de Araújo, Marília Blundi Onofre, Mario Luiz Frungillo, Marisa Corrêa Silva, Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, Mauricio Mendonça Cardozo, Mayumi Denise Senoi Ilari, Márcia Maria Cançado Lima, Monica Filomena Caron, Mônica Veloso Borges, Nelson Viana, Norma Discini, Olga Ferreira Coelho, Pedro Luis Navarro Barbosa, Raquel Meister Ko Freitag, Raquel Salek Fiad, Renata Coelho Marchezan, Roberta Pires de Oliveira, Roberto Gomes Camacho, Roberto Leiser Baronas, Ronald Taveira da Cruz, Ronaldo Teixeira Martins, Rosana do Carmo Novaes Pinto, Rosana Mara Koerner, Rosane de Andrade Berlinck, Rosane Rocha Pessoa, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Sandra Denise Gasparini Bastos, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sebastião Elias Milani, Sheila Elias de Oliveira, Simone Azevedo Floripi, Sonia Maria Lazzarini Cyrino, Soraya Maria Romano Pacífico, Sônia Bastos Borba Costa, Taísa Peres de Oliveira, Tony Berber Sardinha, Valéria Faria Cardoso, Vanice Maria Oliveira Sargentini, Vânia Cristina Casseb Galvão, Vânia Maria Lescano Guerra, Wilmar da Rocha D'Angelis, Wilton José Marques.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
FONÉTICA	
Entoação e Fonologia	
<i>Luiz Carlos Cagliari</i>	8
O modelo de Halliday (1970) e Cagliari (2007) e sua aplicação para uma análise acústica e auditiva da entoação	
<i>Mariane Carvalho</i>	23
FONOLOGIA	
Vogais médias pretônicas: variação inter e intraindividual em Belo Horizonte	
<i>Marlúcia Maria Alves</i>	36
Vozeamento de obstruintes: um estudo com surdos e ouvintes	
<i>Rosana Passos e Thais Cristófaros Silva</i>	51
GRAMÁTICA FUNCIONAL	
Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil	
<i>Marize Mattos Dall'Aglio Hattner</i>	64
Ordenação de constituintes em sentenças interrogativas do português brasileiro: uma visão diacrônica	
<i>Michel Gustavo Fontes</i>	74
A oração subordinada de adição	
<i>Táisa Peres de Oliveira</i>	90
Orações complexas com verbos de percepção como forma de expressão da evidencialidade	
<i>Valéria Vendrame-Ferrari</i>	101
GRAMATICALIZAÇÃO	
O processo de gramaticalização do juntivo adversativo porém na história do português	
<i>Tatiana Mazza da Silva</i>	116

FUNCIONALISMO

- Expressão linguística das relações retóricas de circunstância e de condição por meio de orações adverbiais temporais e por meio de orações adverbiais condicionais
Juliano Desiderato Antonio 128

LEXICOGRAFIA E LEXICOLOGIA

- Os dicionários do português brasileiro: em que medida contribuem para a descrição dos verbos pronominais?
Aline Camila Lenharo 144
- Apontamentos morfossintáticos sobre o processo de formação dos topônimos indígenas tupis e guaranis
Lucimara Alves da Conceição Costa 156
- Dicionários escolares e ensino de língua materna
Maria da Graça Krieger 169
- A guerra no século XVIII: um estudo lexical em perspectiva discursiva
Mariana Giacomini Botta 181

LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS

- Waurá e Mehináku: um breve estudo comparativo
Angel Corbera Mori 196
- A ordenação de palavras e as categorias tempo, aspecto e modo no Kaingáng paulista: uma análise comparativa
Maria Sueli Ribeiro da Silva 206
- Perfectividade no Kaingang Sul (Jê)
Solange Aparecida Gonçalves 220
- Análise sobre a tipologia da ordem dos constituintes do dialeto indígena Pykobjê-Gavião (Timbira)
Talita Rodrigues da Silva 231

LINGUÍSTICA DE CORPUS

- A elaboração de um corpus dialetal da língua espanhola falada na Argentina: contribuições dos gêneros discursivos e da análise textual automática
Leandro Silveira de Araujo 246

MORFOLOGIA

- Questões sobre compostos e morfologia da LIBRAS
Aline Garcia Rodero Takahira 262

Linguística da comunicação e Linguística descritiva: os eixos sincrônico e diacrônico nos atuais modelos de Morfologia	
<i>Mário Eduardo Viaro</i>	277
A estrutura de evento de formações derivadas com -e(ar) e -ej(ar)	
<i>Solange Mendes Oliveira</i>	291
PRÁTICA CIENTÍFICA	
A prática científica e a sua constituição pelo atravessamento de saberes	
<i>Caroline Mallmann Schneiders</i>	307
SEMÂNTICA	
Da retórica à argumentação: o funcionamento de sentido das palavras	
<i>Débora Massmann</i>	316
Verbos de modo de movimento no PB: aspecto lexical e decomposição em predicados primitivos	
<i>Luana Lopes Amaral</i>	326
Graduação de composicionalidade: um estudo de caso com expressões idiomáticas e ditados populares	
<i>Marina Chiara Legroski</i>	340
SINTAXE	
'Lá' em TopP e em FinP na cartografia do CP: um contraponto à inversão locativa	
<i>Bruna Karla Pereira</i>	355
Orações gerundivas e predicados factivos e não factivos	
<i>Patrícia Rodrigues</i>	370

APRESENTAÇÃO do vol. 41 (2012)

A presente edição da Revista *Estudos Linguísticos* consolida formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto de uma Revista ampla com grande qualidade de seus artigos.

Para o presente volume, foram submetidos 120 artigos, dos quais 82 tiveram sua publicação aprovada pelos pareceristas. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 59º Seminário do GEL (2011), realizado na Universidade Sagrado Coração de Bauru. Além disso, são publicados nove artigos originados de conferências e intervenções em mesas redondas daquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 91 trabalhos. Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, “Descrição e Análise Linguística”; “Linguística: Interfaces” e “Análise do Texto e do Discurso”. A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Nesse sentido, uma página de reconhecimento aos nossos pareceristas tem sido publicada, nomeando todos os que doaram seu tempo e esforço para que a avaliação dos artigos do presente volume fosse a mais criteriosa possível.

Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Marcelo Módolo
Presidente da Comissão Editorial

Entoação e Fonologia

(Intonation and Phonology)

Luiz Carlos Cagliari¹

¹Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

lccagliari@gmail.com

Abstract: This paper is an outline of how intonation has been analyzed and described by phonologists and phoneticians within the framework of modern linguistics. Intonation is a prosodic reality that is concerned directly with the fundamental frequency in speech. Phonetically, intonation can be described physically with special equipments. But a phonological treatment of intonation data is a hard task for linguists. This paper presents part of this discussion.

Keywords: intonation; phonetics; phonology.

Resumo: Este artigo é uma apresentação geral de como a entoação tem sido analisada e descrita por fonólogos e por foneticistas, dentro da linguística moderna. A entoação é uma realidade prosódica relacionada diretamente com a frequência fundamental da fala. Foneticamente, a entoação pode ser descrita fisicamente com equipamentos especiais. Mas, um tratamento fonológico de dados entoacionais é uma tarefa difícil para os linguistas. Este artigo apresenta parte dessa discussão.

Palavras-chave: entoação; fonética; fonologia.

Introdução

A variação melódica da fala se caracteriza pelo fato de ocorrer vibrações das cordas vocais que produzem uma forma de onda acústica periódica na corrente de ar da fonação. Essa forma de onda tem uma frequência fundamental (F0) e uma série de harmônicos que irão definir o timbre do som, por exemplo, a qualidade de diferentes vogais. Essas características podem ser encontradas a partir da análise espectral dos sons. Embora haja uma relação entre a produção de determinados segmentos e suas características entoacionais, tal fato não tem sido considerado muito relevante para as análises linguísticas. De um modo geral, quando se fala de entoação, nos referimos apenas à variação da frequência fundamental (FRY, 1968, p. 365-410; FRY, 1976).

A percepção da variação melódica da fala tem sido notada desde a Antiguidade, porque está diretamente relacionada com a estrutura poética, com a oratória e com o teatro. Para descrevê-la, os antigos, como os modernos romancistas, lançaram mão de informações que descrevem diferentes manifestações prosódicas, inclusive entoacionais. Por exemplo, um personagem diz algo gritando, em tom alto, resmungando, medindo as palavras, abaixando a voz, etc. Como o leitor é um falante da língua e sabe como se dizem essas coisas em sociedade, a identificação do padrão entoacional é recuperada da mesma maneira como o sentido das palavras do texto são entendidas. Esse tipo de análise da entoação é muito interessante (CAGLIARI, 1989, p. 195-203; CAGLIARI, 2003, p. 223-232), mas não é objeto de consideração no presente trabalho.

A partir do final do século XVIII, com novas preocupações linguísticas, diferentes das da tradicional gramática greco-latina, começaram a aparecer, entre os retóricos, algumas

descrições mais objetivas da entoação. Um tratado importante foi feito por Joshua Steele (1779) fazendo anotações sobre o ritmo e a entoação de retóricos e artistas, para preservar o modo shakespeariano de interpretação teatral. Tais anotações foram feitas seguindo uma notação musical, tal qual acontecia na época.

The image shows two examples of musical notation for text. The first example is for the sentence "But he points out that Garrick preferred to say". The notation consists of two lines of text with musical symbols above and below. The second example is for the sentence "Strong with out rage; with out o'er flowing full." and also uses musical notation.

Figura 1. Trecho da obra de Joshua Steele com notação musical do ritmo e da entoação, mostrando duas maneiras diferentes de dizer um texto de Shakespeare

No final do século XIX e começo do XX, entra em cena a Linguística Moderna propriamente dita. Com ela, surgem muitas áreas específicas de análise e descrição da linguagem, transformando a velha gramática normativa em um conjunto de áreas, cada qual com suas preocupações específicas. A fonética experimental, feita com equipamentos em laboratórios especiais, começou a ter um grande desenvolvimento, por exemplo, com os trabalhos de Abbé Pierre Rousselot (1924), Scripture (1902), etc. Desde então, os estudos fonéticos foram se sofisticando à medida que novos recursos técnicos foram sendo inventados e implementados nos laboratórios. Os quimógrafos, os laringógrafos e os espectrógrafos dominaram as pesquisas por muito tempo. Os laringógrafos eram equipamentos específicos para a análise da entoação. Depois, vieram os computadores com programas de análise acústica adaptados para os trabalhos linguísticos. Hoje, dispomos de vários, sendo o mais usado, provavelmente, o programa PRAAT, de uso gratuito (<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>). Com os novos recursos de fácil manuseio, muitos trabalhos sobre a entoação de muitas línguas têm sido feitos nos últimos anos. Desde a metade do século passado, apareceram os sintetizadores de fala, que trouxeram novas perspectivas para os estudos fonéticos, relativos principalmente à percepção da fala. Da mesma época são também os estudos sobre reconhecimento automático de fala. Porém, dadas as dificuldades técnicas e computacionais, somente nas duas últimas décadas, encontramos modelos de reconhecimento automático de fala com boa *performance*, embora, de fato, ainda estejamos longe de ter um modelo com uma qualidade desejável, segundo as expectativas das pessoas.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam as pesquisas e se multiplicavam os trabalhos de fonética, surgiu e se desenvolveu a fonologia, como uma área específica dos estudos linguísticos. Certamente, a fonologia foi a área que mais contribuiu para os estudos linguísticos na primeira metade do século XX, tendo influenciado outras áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia e a Antropologia, através do modelo estruturalista e funcionalista típico da fonologia. Assim como outras áreas ou, talvez, mais do que qualquer outra, a fonologia passou por grandes transformações metodológicas. Numa sequência temporal, podemos listar os seguintes modelos de análise fonológica: estruturalista, funcional, glossemático, fonêmico, gerativo – com as variantes: padrão, natural, lexical, autosegmental, métrica, prosódica, de geometria de traços. Mais recentemente, surgiu a Teoria da Otimalidade, que nasceu e primeiro se desenvolveu dentro da fonologia.

Com tantas pesquisas fonéticas e fonológicas, feitas com diferentes abordagens teóricas e diferentes metodologias, fica difícil comparar análises e até mesmo avaliar teorias e resultados. Como de costume, há olhares diferentes vendo o objeto de estudo de pontos de vista diferentes e o que, às vezes, falta em um é encontrado em outro. No conjunto, o fenômeno adquire uma compreensão melhor, apesar da aparente contradição entre os modelos que os produzem. Diante desse quadro, o objetivo deste trabalho fica em uma situação delicada. Por essa razão, apresentam-se apenas ideias gerais, comentários sobre questões selecionadas, privilegiando certos pontos de vista e selecionando, na prática, dois modelos: o modelo funcionalista de M. A. K. Halliday (1970) (CAGLIARI, 2007a, p. 161-194) e o modelo gerativista de Janet B. Pierrehumbert (1980).

A percepção e a análise física da entoação

Os trabalhos mais antigos sobre a entoação foram feitos através de análises auditivas. A percepção da fala é fundamental para o falante e para o ouvinte, e serve como controlador daquilo que se fala e do que se ouve. Se uma pessoa reage dizendo para seu interlocutor abaixar o tom de voz, não gritar, é porque percebeu na fala do outro um padrão prosódico, cujo significado ofensivo é compartilhado socioculturalmente. Na vida real, as pessoas reagem à fala simplesmente com a percepção, sem necessitar de equipamento de análise acústica. Portanto, através da audição e da percepção, os usuários de uma língua identificam padrões prosódicos linguísticos que foram interiorizados juntamente com outros padrões que compõem o sistema da língua. Se um falante não diz corretamente a forma morfológica de uma palavra ou não usa uma construção sintática correta, seu interlocutor irá estranhar e reconhecer um erro como algo não pertencente ao sistema de sua língua. Tal consciência aflora sempre que o ouvinte se encontra diante de algo estranho ou errado, segundo os conhecimentos que tem de sua língua. É por essa razão que os estudos auditivos e perceptivos têm um valor muito importante nos estudos linguísticos. Certamente, a observação direta e a introspecção do linguista são métodos importantes e essenciais para a descrição das línguas, em todos os seus níveis, incluindo os fenômenos fonéticos. Portanto, a fonética pode prescindir das análises experimentais e instrumentais que se fazem nos laboratórios, mas tais análises físicas não podem nunca prescindir das interpretações perceptuais auditivas, se o resultado desejado é uma interpretação linguística do fenômeno (LIEBERMAN, 1967; CAGLIARI, 2007b, p. 15-40).

Certamente, o ouvido mais o cérebro e a mente do indivíduo formam um laboratório acústico altamente sofisticado para a percepção de sons da fala. Por causa da natureza abstrata da linguagem, de como funciona o sistema linguístico, muito do que os indivíduos ouvem advém de interpretações que não estão necessariamente ligadas a fatos físicos específicos. Esse caráter mental da linguagem se sobrepõe ao caráter fisiológico da percepção, fazendo, às vezes, com que o ouvinte ouça um determinado som e o interprete como se ele tivesse sido produzido de modo diferente, porque o sistema da língua exige um tipo de interpretação e não outro. Esse fato torna a análise fonética / fonológica um problema. Por um lado, a fonética faz uma análise precisa dos fatos físicos. Por outro, a fonologia interpreta segundo as exigências do sistema linguístico. Ao fazer isso, a fonética e a fonologia precisam estar de acordo com muitas coisas, mas não necessariamente com tudo. Ou seja, nem tudo que aparece nas análises fonéticas precisa ter um valor no sistema da língua. Por outro lado, nem tudo que a fonologia interpreta precisa estar especificamente ligado

a uma propriedade fonética. Isso tudo torna a percepção da fala um problema à parte nos estudos linguísticos, é uma ponte entre duas margens de um rio não muito bem definido. Apesar dessa dificuldade, sem dúvida alguma, no sinal acústico da fala, devem estar presentes todos os elementos que fazem com que os falantes possam se comunicar com segurança, usando a linguagem oral (CAGLIARI, 1982, p. 45-59).

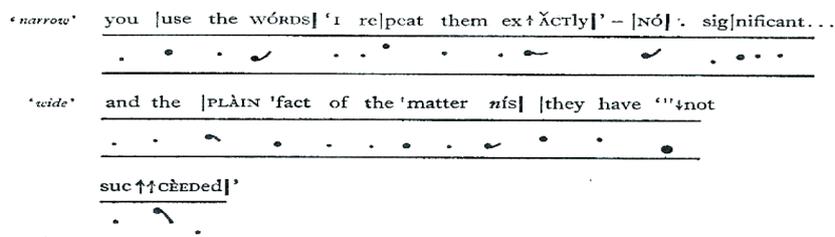


Figura 2. Exemplo de análise entoacional no modelo de Crystal (1969, 1975)

Modelos fonéticos e modelos fonológicos

Foneticistas e fonólogos nem sempre andaram juntos. Alguns foneticistas foram atraídos pelo lado técnico do estudo da fala, voltando-se, muitas vezes, para estudos acústicos de interesse maior das engenharias de telecomunicação, não desenvolvendo estudos linguísticos, propriamente ditos. O prestígio das ciências exatas seduziu mais do que o da Linguística. Por essa razão, vários trabalhos de fonética, levados a cabo dentro dessa perspectiva de engenharia, servem para estudos físicos da fala, mas não necessariamente para os estudos linguísticos. Por outro lado, os foneticistas mais tradicionais (veja Figura 2) continuaram trabalhando mais com a percepção do que com análises acústicas sofisticadas. Essa separação, entretanto, não tem servido bem a ninguém. As análises instrumentais da fala sempre contribuíram para checar o processo perceptivo e para sofisticar a análise auditiva, descrevendo melhor alguns fenômenos fonéticos. Por outro lado, a falta de formação fonética tradicional, baseada nos treinamentos de transcrição e de produção de fala, levando em conta as possibilidades articulatórias do homem, tem permitido que alguns foneticistas criem modelos descritivos da fala que não batem com os modelos linguísticos, fonéticos e fonológicos. Assim como o ouvido não funciona acoplado a um espectrógrafo, também não funciona fazendo levantamentos estatísticos para estabelecer padrões fonéticos, cuja descrição fonológica é melhor revelada dentro das análises linguísticas tradicionais (t'HART, COLLIER ; COHEN, 1990).

Com relação aos fonólogos, a situação é semelhante. Algumas vezes, a descrição fonológica parte de uma interpretação pessoal da pronúncia do próprio linguista ou de dados analisados sem a devida competência fonética. Em busca de generalizações e de regras, deixando de lado, às vezes, dados relevantes mas indesejáveis, são produzidas análises e interpretações fonológicas da língua que soam estranhas à intuição do falante. Como a fonologia produziu muitos modelos teóricos, o rigor descritivo dentro de um modelo nem sempre é respeitado. Um modelo funcional, como a fonêmica, tem regras próprias, diferentes das regras de um modelo gerativo. Não é raro encontrar trabalhos que seguem abordagens gerativas sem levar em conta a própria realidade de uma gramática gerativa, mesmo com as tantas modificações que sofreu ao longo de sua história. Isso nos leva à busca de um verdadeiro foneticista e de um verdadeiro fonólogo que produzam

trabalhos realmente científicos dentro da Linguística. Obviamente, há muitos deles. Mas não se pretende fazer uma revisão crítica da literatura a respeito disso, mas apenas colocar alguns fatos e problemas em destaque. Uma discussão mais detalhada deverá ser feita em outro lugar.

Análises fonológicas da prosódia

Historicamente, os estudos de prosódia tiveram um desenvolvimento consistente a partir do começo do século XX. Podemos dizer que os estudos linguísticos a partir de então se enquadravam dentro de uma perspectiva fonológica. A própria distinção entre fonética e fonologia era, às vezes, questionada. Mas o resultado tendia mais para a fonologia do que para a fonética nas análises e interpretações da fala. Um caso típico é o trabalho de Daniel Jones (1960[1917]). Embora ele também gostasse de trabalhos de laboratório, seus escritos refletem mais uma abordagem fonológica. A tradição inglesa andou muito por esse caminho, desde Firth (1957) (PALMER, 1970) até Abercrombie (1965; 1967). A tradição francesa também escolheu um caminho semelhante (HIRST; CRISTO, 1998). Somente a partir da fonêmica de K. L. Pike (1945), a distinção entre fonética e fonologia ficou bem clara e devidamente posta em prática.

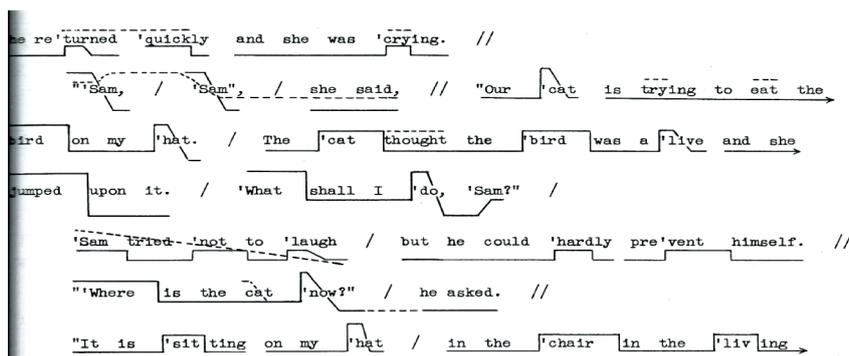


Figura 3. Análise entoacional no modelo de K. L. Pike (1945)

Até Pike (1945), os estudos prosódicos lidavam com elementos suprasegmentais, como eram chamados. Um caso típico é a *prosodic analysis* de Firth (PALMER, 1970). Muitos foneticistas pesquisaram línguas tonais. Poucos fizeram estudos sobre o ritmo. A entoação de línguas europeias começou a ser descrita, seguindo uma pauta de linhas, à moda da música. Em lugar das notas, apareciam traços retos ou curvas e bolas (veja a Figura 2). A entoação era descrita independentemente da descrição do ritmo.

Com Pike (1945), a descrição prosódica juntou o ritmo com a entoação. Porém, havia um predomínio da entoação sobre o ritmo na descrição, porque, segundo Pike (1945), o ritmo era descrito de maneira muito simples: as línguas ou eram de ritmo acentual ou eram de ritmo silábico. Isso vinha de um legado das análises literárias da metrificação das línguas europeias. Por exemplo, o francês marcava o número de sílabas por verso, mas o inglês marcava o número de sílabas tônicas. Quando, mais tarde, os pesquisadores resolveram estudar mais detalhadamente o ritmo das línguas, os resultados foram muito surpreendentes e contraditórios. Na verdade, análises instrumentais sem os devidos cuidados linguísticos contribuíram para gerar a grande confusão com relação a esse tópico.

Com a fonologia gerativa, surgiram vários modelos de interpretação de fenômenos

prosódicos, além do próprio SPE (*The Sound Pattern of English*) de Chomsky e Halle (1968). As línguas tonais foram descritas dentro do modelo autosegmental de John Goldsmith (1979). A fonologia métrica de Liberman e Prince (1977) (PRINCE, 1983, p. 19-100) apresentou uma teoria gerativa dos acentos. A teoria prosódica de Selkirk (1984) foi além, integrando outros níveis de análise fonológica, como o pé, a palavra fonológica e a entoação. Um modelo semelhante foi apresentado por Nespor e Vogel (1986). Esses trabalhos e outros contribuíram de modo significativo para a compreensão fonológica das estruturas linguísticas do acento, do ritmo e da entoação. John Goldsmith (2010) propôs um modelo autosegmental semelhante ao usado para descrever os tons das línguas tonais, adaptado para descrever os padrões entoacionais do inglês. Liberman (1975) juntou a descrição métrica do acento com uma descrição entoacional que foi, depois, desenvolvida e sistematizada com grande riqueza de detalhes por Janet B. Pierrehumbert (1980).

As pesquisas sobre o ritmo da fala ficaram confinadas aos estudos voltados mais para as descrições físicas do fenômeno do que para as interpretações fonológicas, servindo mais à Engenharia de Telecomunicações do que à Linguística. Entre nós, algumas dessas pesquisas procuraram também investigar a percepção do ritmo a partir de análises acústicas, com resultados relevantes também para a fonologia (REIS, 1995; MORAES, 1998, p. 179-194; PACHECO, 2006; FROTA; VIGÁRIO, 1999, p. 533-555). As pesquisas sobre a entoação, de um modo geral, ficaram com o modelo métrico autosegmental de Liberman (1975) e de Pierrehumbert (1980). Esse é o modelo mais empregado na descrição da entoação nos últimos anos (LADD, 1996).

Deixando de lado modelos descritivos como os de Bolinger (1951, 1986), de Pike (1945), de Crystal (1969), entre outros, merecem um destaque especial os trabalhos de Mark A. K. Halliday (1970). Sem dúvida alguma, Halliday é o linguista que mais desenvolveu a linguística funcional e atuou em vários campos da gramática. Pela sua formação e atuação, Halliday pode ser considerado um grande foneticista e fonólogo. Especialista nas línguas chinesas, para as quais fez trabalhos muito importantes, tinha uma percepção da variação melódica da fala que muito lhe ajudou a estudar também a entoação do inglês. Como linguista britânico, tinha uma longa tradição de estudos do ritmo da fala. Ele juntou uma descrição do acento, do ritmo e da variação tonal, por um lado, e da sintaxe, da semântica e da pragmática, por outro, dentro de um modelo fonológico funcionalista, oferecendo um dos melhores modelos teóricos e descritivos da prosódia. Infelizmente, seus trabalhos não tiveram a merecida repercussão entre os linguistas, porque exigiam uma formação sofisticada de análise fonética, típica de uma vertente da tradição britânica, que vem desde Henry Sweet (1906), e que não faz parte da formação da maioria dos foneticistas atuais. Sem tal habilidade para observar os fenômenos propostos com o devido grau de sofisticação, fica muito difícil analisar e interpretar a prosódia no modelo de Halliday. Assim como o modelo de Pierrehumbert (1980) exige um conhecimento sofisticado da gramática gerativa, o modelo de Halliday (1970) exige um conhecimento semelhante da gramática funcional. Os dois modelos de descrição prosódica, na verdade, têm muito de semelhante entre si, embora se enquadrem em modelos teóricos muito diferentes. Por um lado, é ingênuo achar que o modelo de Halliday (1970) não encontra sustentação em análises acústicas, assim como é ingênuo achar que o modelo de Pierrehumbert seja apenas uma anotação da frequência fundamental. Na verdade, os dois modelos são muito complexos e muito sofisticados, e exigem do linguista muita atenção e cuidado. A seguir, será feita uma introdução geral a esses dois modelos e, depois, alguns comentários, comparando-os.

O modelo de Halliday (1970)

A descrição prosódica no modelo de Halliday parte de uma unidade de informação, um enunciado que tem um tema e um rema semanticamente definidos, um foco ou acento frasal. Essa unidade é um grupo tonal. Essa unidade de base sintático-semântica carrega um tom entoacional. Os três elementos (sintático, semântico, entoacional) definem os limites de um grupo tonal (GT). Todo GT se divide em dois componentes: um pretônico (ligado ao tema ou elemento dado) e um tônico (ligado ao rema ou elemento novo). A fronteira de um com o outro ocorre na sílaba tônica saliente (STS), onde se localiza o foco (semântico). Na sílaba tônica saliente, ocorre a mudança mais significativa da curva melódica, facilmente reconhecida pelo falante. Essa sílaba ocupa uma posição neutra, quando ocorre na sílaba tônica da última palavra do GT. Todo deslocamento à esquerda muda o foco do enunciado, criando uma novidade semântica ou pragmática. O GT é analisado em pés rítmicos, no caso das variedades do inglês que são faladas com um ritmo acentual. Os pés rítmicos começam em todas as sílabas tônicas, ou seja, acentuada ritmicamente pela duração, pelo volume acústico e ou pela variação melódica, que são os elementos que, tradicionalmente, marcam a proeminência tônica das sílabas nas línguas. Identificado o GT, a STS e marcados os pés, a descrição passa para as variações da curva melódica ou curva entoacional, ou, como Halliday definiu, para os tons entoacionais. Diferentemente dos tons das línguas tonais, que se fixam em sílabas, os tons entoacionais representam uma curva melódica com duas partes ou componentes: o componente pretônico, que ocorre antes da STS e o componente tônico, que ocorre a partir da STS. Os tons são classificados de acordo com a curva melódica do componente tônico. Essa curva melódica é analisada em cinco níveis de altura tonal: alto, meio-alto, médio, meio-baixo e baixo. Uma frase afirmativa costuma ter um tom que começa na altura média da STS e acaba em um nível mais baixo, em geral, no nível baixo da pauta entoacional. Uma frase afirmativa com ênfase ou carregando algum sentido especial semântico ou pragmático costuma começar em uma altura mais alta do que o valor médio, podendo ocorrer a partir de um valor melódico meio-alto ou mesmo alto, indo a uma altura baixa. Quanto mais baixa for, mais saliente será o efeito semântico desejado. Uma frase interrogativa direta terá uma curva melódica que sobe a partir do valor melódico da STS. Numa fala neutra, a STS terá um valor meio-baixo ou baixo, com a curva melódica subindo, depois. Observando o comportamento das curvas melódicas dentro do esquema proposto, Halliday atribuiu à língua inglesa que estudou 5 tons primários ou neutros. Tons marcados ou secundários apresentam variações na curva melódica no componente tônico ou pretônico. Este último é muito rico em variações porque é tipicamente usado para expressar atitudes do falante, ênfases e conotações de natureza semântica e pragmática. Por esse motivo, há um número não definido (ainda) de tons secundários. O modelo prevê também dois tons compostos, isto é, que apresentam dois componentes tônicos: 13 e 53 (veja Figura 4).

A descrição entoacional do modelo de Halliday pode ser feita também a partir de uma análise acústica. Uma boa interpretação auditiva deve corresponder a uma realidade acústica que pode ser medida através de equipamentos especiais. Apresenta-se, a seguir, um exemplo de estudo dessa natureza. A Figura 4 mostra parte de um texto lido por um falante do dialeto paulista, adulto e masculino, de meia idade. O texto é transcrito ortograficamente e marcado com alguns recursos do modelo: // representam os limites dos GTs. Os números no início do GT representam os tons. Se houver diacrítico, o tom é secundário. Abaixo, é apresentada a transcrição fonética dos enunciados estudados. Acima da análise do texto, apresenta-se

o pentagrama (aqui reduzido a três linhas) com a variação melódica indicada com uma marca para cada sílaba. A STS aparece após as barras verticais || e sublinhada no texto. Para cada sílaba, apresentam-se os valores do F0, obtidos através da análise do *pitch* no programa PRAAT. Os números entre parênteses classificam os enunciados em ordem de análise. Como se pode observar, os valores acústicos correspondem aos valores anotados na análise auditiva. No caso desse falante, o levantamento de sua tessitura revelou os intervalos de F0 correspondentes aos cinco níveis melódicos dos intervalos do pentagrama, e anotados em (1) logo após a Figura 4.

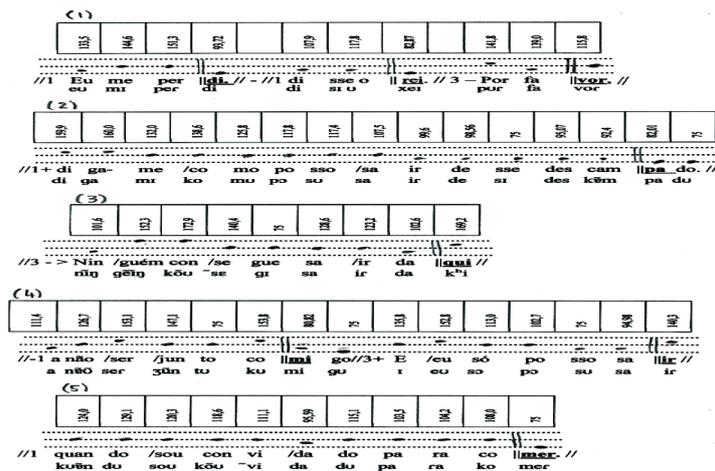


Figura 4. Exemplo de transcrição entoacional no modelo de Halliday (apud CARVALHO; GEMENTI, 2011)

- (1) Tom alto 180 cps
 Tom meio alto 160 cps
 Tom médio 120 cps
 Tom meio baixo 100 cps
 Tom baixo 90 cps

Tabela 1. Exemplo de interpretação dos tons que ocorreram na análise entoacional de um texto lido. Os tons com diacríticos marcam tons secundários (CARVALHO; GEMENTI, 2011)

Tom	Padrão	Significado	Exemplo
1	---- -- _	asserção	Eu me perdi
1+	-- _	forte, inesperado	Credo! // Que horror!
1-	____ ---	polido	uma fatia de pão com manteiga
-1	 ~ ~ ~ _	ameaçador	mas viu que ela estava vazia
-1-	-- -- _	desprezo	Estou pouco ligando para esse tipo...
~1+	~ ~	suplicante	o que você está fazendo por aqui

2	---- --	interrogação	hein?
2+	-- -	pedido de confirmação	Você não sabe do que eu gosto?
3	-- ----	incompleto	Afinal de contas,
3+	-- ----	repetição, insistência	O rei olhou em sua mochila de provisões
3-	-- ----	súplica, pedido	Por favor,
5	-- --	asserção enfática	Pelo jeito você não me conhece

A Tabela 1 mostra as ocorrências dos tons em um trecho de um texto que foi lido pelo mesmo falante mencionado acima. A variedade de tons (primários e secundários) reflete as atitudes do falante ao ler. A tabela apresenta também uma representação pictográfica dos tons, esquematizando a curva melódica do componente pretônico e tônico, divididos pelas barras duplas perpendiculares ||.

O modelo de Halliday integra a descrição prosódica do acento, do ritmo, da curva melódica com informações sintáticas, semânticas e pragmáticas. É um modelo descritivo do tipo funcional, que define o fenômeno no componente fonológico da gramática, indicando, ao mesmo tempo, as funções prosódicas em relação com outros elementos da gramática, principalmente, com os da sintaxe, da semântica e da pragmática. Cagliari (2007) adaptou o modelo de Halliday para descrever o português do dialeto paulista.

O modelo de Pierrehumbert (1980)

O modelo de Pierrehumbert é um modelo fonológico produzido dentro da gramática gerativa padrão (CHOMSKY, 1965). Por causa dessa abordagem, alguns fatos sintáticos, mesmo ligados a fatos entoacionais, são tratados no componente sintático da gramática como, por exemplo, o fato de uma sentença ser afirmativa ou interrogativa. Por causa disso, um padrão melódico ascendente final não gera necessariamente uma sentença interrogativa, porque isso é providenciado pela estrutura sintática do inglês. O mesmo acontece com as atitudes do falante e com outras indicações pragmáticas que são tratadas no componente semântico da gramática gerativa. Obviamente, na realização superficial de um enunciado (ou sentença), os vários componentes da gramática gerativa já terão enviado as informações necessárias, para que a fala transmita o que o falante quer dizer e o ouvinte interprete corretamente.

Por ser um modelo fonológico gerativo, a descrição entoacional fica mais perto da descrição fonética, de certo modo, dispensando uma análise auditiva. Esta aparece apenas secundariamente, como um controlador que o linguista usa como falante e conhecedor da língua. Se o falante não reconhecer um padrão entoacional de sua língua nas informações acústicas, a descrição apresentará algo de errado ou inusitado. Porém, o modelo descritivo tem peculiaridades que precisam ser entendidas para que seja corretamente interpretado. Aqui, como em outros casos, os rótulos, muitas vezes, geram ambiguidades com outros valores de outros modelos. Por exemplo, o modelo de Pierrehumbert, denominado métrico autossegmental, não é um modelo fonético. Por isso, não basta ver uma curva melódica. É preciso interpretá-la fonologicamente.

Pierrehumbert (1980) começa sua descrição da entoação com a identificação de um *tune* ou *intonational phrase*. Essa unidade corresponde ao que Halliday (1970) chamou de grupo tonal. Ela, porém, simplesmente aceita que o falante saiba fazer a segmentação (levando em conta outros elementos da gramática, como a estrutura sintática das sentenças). Como tem sido mostrado tradicionalmente nos estudos sobre entoação, um enunciado longo traz uma série de informações semânticas facilmente localizadas e atribuídas ao acento frasal. Nesse acento, ocorre o foco, uma sílaba com uma saliência maior do que as demais que a rodeiam. A partir dessa identificação, cada frase entoacional terá um foco assinalado. Com isso, pode-se segmentar facilmente um texto longo. Os limites das frase entoacionais são identificadas e marcadas com % (o equivalente às barras inclinadas // do modelo de Halliday). Identificada a frase entoacional, o passo seguinte é fazer uma análise métrica do texto segmentado. Para isso, aplica-se o modelo de Liberman e Prince (1977), com uma grade métrica que identifica as sílabas fracas (w) ou átonas e as fortes (s) ou tônicas (HOGG; McCULLY, 1987). No nível superior, a grade métrica gera a estrutura de pés rítmicos. Todas as proeminências dos pés rítmicos são assinaladas com um tom fonológico /T/ alto (H = *high*) ou baixo (L = *low*). A identificação desses tons (*tone accents*) é feita a partir de uma análise acústica do F0, seguindo algumas regras de implementação dos mesmos. O pé em que se localiza o foco e as sílabas tônicas dos pés anteriores será marcado com um tom H* ou L* (*starred tones*). O tom com asterisco que estiver mais à direita na análise será o foco do enunciado. Entre o pé que marca o foco e o final da frase entoacional, será marcado apenas um H ou L, mesmo que haja vários pés rítmicos, gerados pela grade métrica. Pierrehumbert nomeia o tom do foco como *pitch accent* e os tons que o precedem de *prenuclear accents*. O tom assinalado entre o *pitch accent* e o final da frase entoacional é denominado de *phrase accent*. Ele deve ocorrer sempre, mesmo que não haja um pé métrico entre o *pitch accent* e o final da frase entoacional. O final da frase entoacional deverá sempre ser marcado com H% ou L%, chamados de *boundary tones*, atribuídos ao *boundary stress*. Essa atribuição depende da direção da curva melódica e de algumas regras de implementação de tons nesse contexto. Se a curva melódica não acabar subindo, deve-se marcar o *boundary tone* como L%. Os tons H e L, obviamente, indicam alturas melódicas (F0) mais altas e mais baixas. O modelo prevê também tons compostos, marcados com o sinal +, como em H+L, L+H, e nomeados como *bitones*. Esses *bitones* definem a curva melódica de uma sílaba acentuada de um pé da grade métrica. Em enunciados longos, há uma relação de subordinação tônica entre os pés, mostrando que uns são mais fortes (s) do que outros, que são mais fracos (w), por exemplo, no nível da palavra fonológica. Um tom com asterisco (*starred tone*) indica saliência métrica maior do que um tom simples H ou L. Pierrehumbert faz também uma distinção entre, por exemplo, um *bitone* H*+L e um H*+L⁻. O sinal de menos sobrescrito (L⁻) indica que a variação do F0 ocorre apenas dentro da sílaba saliente do pé métrico. A outra notação pode ocorrer dentro da palavra fonológica, que é um nível acima do pé métrico (segundo a teoria prosódica de Selkirk, 1984). O modelo não marca normalmente o início da frase entoacional (H% e L%). Essa marca ocorre somente quando há uma ênfase semântica ou pragmática.

Apesar de o modelo marcar fonologicamente apenas dois tons H e L, há várias regras de implementação que acabam configurando os padrões entoacionais da língua. Há, ainda, regras de ajuste tonal, principalmente, a regra de *downstep*. Essa regra não segue o mesmo padrão das línguas tonais que geram “terraços” entoacionais ou “degraus”, em função de ocorrências específicas. Para Pierrehumbert, a regra de *downstep* serve apenas para

justificar as alturas relativas dos tons H e L, que vão normalmente diminuindo de valor (F0) à medida que se chega ao fim da frase entoacional. Isso é mais evidente quando se tem uma sequência de frases entoacionais. O fato ocorre numa fala normal, ou seja, sem ênfases ou outros elementos, por exemplo, semânticos e pragmáticos que interferem na direção da curva melódica. Ela não usa de regras do tipo *downdrift*, que aparecem em línguas tonais. Mas usa de uma regra de *upstep* para justificar alguns valores altos de F0 no fim da frase entoacional. Para uma compreensão melhor das regras que geram *downstep*, Pierrehumbert desenvolveu uma análise da linha de base (*baseline*) que, obviamente, irá ser descendente a partir do início da frase entoacional para seu final. A *baseline* é definida como a frequência F0 mais baixa que o falante usa. Isso nem sempre é fácil de definir, mas ela propõe regras. De um modo geral, o valor mais baixo (*floor*) da *baseline* pode ser encontrado no final de uma frase entoacional afirmativa com valor semântico neutro. A partir dela, marca-se um ângulo que vai abrindo da direita para a esquerda, de tal modo que todos os valores dos tons H e L estarão acima da frequência F0 da *baseline* e num crescente constante, cujo valor, atribuído a uma unidade de *baseline*, é estabelecido por regras da implementação do *downstep*. Com relação à tessitura, o modelo não tem um limite superior (*ceiling*), porque essa variação não é fonologicamente distintiva.

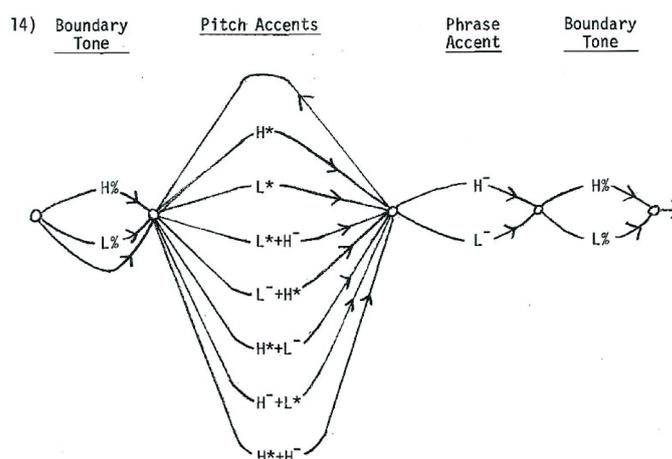


Figura 5. Modelo teórico de análise das frases entoacionais de Pierrehumbert (1980, p. 29)

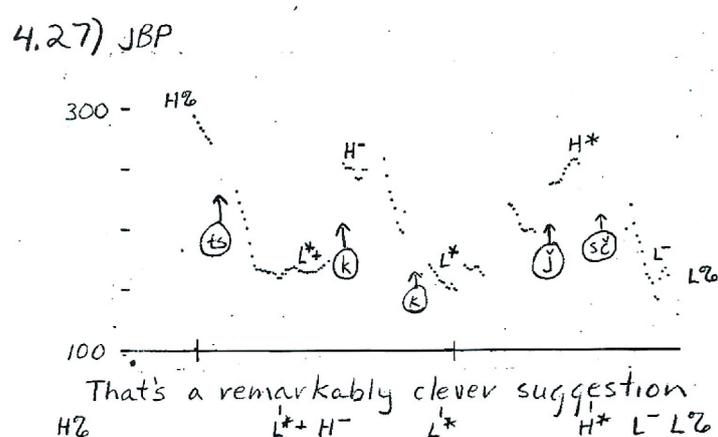


Figura 6. Exemplo de análise de uma frase entoacional (PIERREHUMBERT, 1980, p. 346)

Assim como a sílaba tônica saliente (local do foco) no modelo de Halliday (1970) define os padrões entoacionais dos grupos tonais, de modo semelhante o *pitch accent* da sílaba onde se localiza o foco é o elemento mais importante para definir os padrões entoacionais do modelo métrico autosssegmental. O segundo elemento mais importante para a definição dos padrões entoacionais é a implementação do *phrase accent* e do *boundary stress*. O mesmo contexto é usado pelo modelo de Halliday para complementar a definição dos tipos de tons. Há regras que restringem o uso de certos padrões entoacionais em determinadas línguas. Assim, alguns padrões possíveis não são encontrados em inglês. O modelo procura também uma gramática fonológica universal, mostrando que, provavelmente, alguns padrões de tons são universais, como os que definem frases afirmativas (descendo) por oposição a interrogativas (subindo). É curioso o fato de os dois modelos apresentarem tantas semelhanças, embora cada um tenha uma metodologia diferente de implementação dos padrões entoacionais, e lidarem de modos diferentes com os significados semânticos e pragmáticos dos tons. Por estar na gramática gerativa, o modelo de Pierrehumbert (1980) apresenta uma formalização mais rigorosa, ao passo que o modelo de Halliday (1970) exige uma habilidade fonética mais sofisticada para análises auditivas. Ao ouvir uma pessoa falando, é fácil para um foneticista treinado acompanhar a sequência de tons, como acompanha a sequência de vogais e consoantes de um enunciado. O mesmo, porém, não se pode dizer do modelo de Pierrehumbert, que exige uma análise métrica prévia e regras muito complexas de implementação dos tons, considerados unidades fonológicas /T/, mas representados apenas por H e L. Um problema comum aos dois modelos teóricos é a especificação entoacional dos *tags* (incluindo vocativos e outros sintagmas). Pierrehumbert acrescentou uma segunda marca entre o *pitch accent* e o *boundary stress*, funcionando como um outro *phrase accent*. Halliday incorporou ao GT, quando possível, ou tratou como um novo GT. Essa medida é possível também na teoria métrica autosssegmental.

Os modelos de Halliday (1970) e de Pierrehumbert (1980) aplicam-se a línguas de ritmo acentual (inglês, português...). O modelo de Pierrehumbert é mais favorável à descrição de línguas de ritmo silábico, mas será preciso rever as regras de implementação dos tons. A facilidade advém do fato de o modelo basear-se em uma análise acústica, que traz consigo variações de proeminência entoacional. A implementação deverá ser feita sem a grade métrica, ou com uma versão modificada da teoria métrica. O modelo de Halliday resiste mais diante de uma língua de ritmo silábico. Mas, seguindo uma transcrição das moras (CAGLIARI, 2007a, p. 131-160), que descrevem as línguas de ritmo silábico, é possível fazer adaptações do modelo para descrever os padrões entoacionais dessas línguas. Os dois modelos tiveram aplicações posteriores em que apareceram algumas modificações não consideradas aqui (CAGLIARI, 1982; 2007; CRUTTENDEN, 1986; LADD, 1996; GUSSENHOVEN, 2004, entre outros).

Conclusão

Este artigo traz informações históricas e teóricas sobre alguns modelos de análise entoacional, com destaque para dois modelos teóricos: o modelo de M.A.K. Halliday (1970) e o modelo de J.B. Pierrehumbert (1980). O primeiro é um modelo fonológico dentro da gramática funcional e o segundo é um modelo fonológico dentro da gramática gerativa. O artigo salienta diferenças entre estudos físicos e estudos auditivos perceptivos, feitos com objetos de descrição linguística ou não. Apresenta alguns comentários e

comparações entre algumas abordagens da entoação e mostra como os modelos de Halliday (1970) e de Pierrehumbert (1980), embora com metodologias diferentes, têm muitos pontos em comum.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, D. *Elements of general phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1967.

_____. Steele, Monboddo and Garrick. In: _____. *Studies in Phonetics and Linguistics*. Oxford: Oxford University Press. 1965. p. 35-44.

BOLINGER, D. *Intonation and its parts: melody in spoken English*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1986.

_____. Intonation: levels versus configurations. *Word*, New York, n. 7, p. 199-210, 1951.

CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Paulistana, 2007a. [Tese de Livre Docência, UNICAMP, IEL, 1982].

_____. Prosódia: ontem e hoje. In: FONSECA-SILVA, M. C.; PACHECO, V.; LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. (Orgs.), *Em torno da lingua(gem): questões e análises*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b. p. 15-40.

_____. Marcadores prosódicos na escrita de obras literárias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 18, Porto, 2003. *Actas...* Lisboa: Colibri, 2003. p. 223-232.

_____. Marcadores prosódicos na escrita. *Estudos Linguísticos*, Lorena, n. 18, p. 195-203, 1989.

_____. Aspectos acústicos da entoação do Português brasileiro. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Linguagem Oral, Linguagem Escrita*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1982. p. 45-59. [Série Estudos - 8]

CARVALHO, M.; GEMENTI, M. *Uma análise interpretativa dos valores acústicos e auditivos dos padrões entoacionais de alguns dados do português brasileiro*. Comunicação apresentada no III Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala. Belo Horizonte: UFMG – FALE, 6-8 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/prosodia2011/data1/arquivos/15.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CHOMSKY, N. A. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge MA: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. A.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.

- CRUTTENDEN, A. *Intonation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CRYSTAL, D. *The English tone of voice: essays in intonation, prosody and paralanguage*. London: Edward Arnold, 1975.
- _____. *Prosodic systems and intonation in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- FIRTH, J. R. *Papers in Linguistics 1934-1951*. London: Oxford University Press, 1957.
- FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: ENCONTRO NACIONAL DA APL, XV, Lisboa, 1999. *Actas...* Faro: APL, 1999. p. 533-555. v. 1.
- FRY, D. B. *Acoustic Phonetics: a course of basic readings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- _____. Prosodic phenomena. In: MALMBERG, B. (Ed.), *Manual of Phonetics*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1968. p. 365-410.
- GOLDSMITH, J. *Autosegmental Phonology*. MIT: Ph.D. Thesis, 1976. New York: Garland Press, 1979.
- _____. *English and the tone languages*. Disponível em: <[http://humanities.uchicago.edu/faculty/goldsmith/Intro2/EnglishAsAToneLanguage.ppt#256,2,English as a Tone Language](http://humanities.uchicago.edu/faculty/goldsmith/Intro2/EnglishAsAToneLanguage.ppt#256,2,English%20as%20a%20Tone%20Language)>. (1995-2003). Acesso em: 25 jan. 2010.
- GUSSENHOVEN, C. *The phonology of tone and intonation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K. *A Course in Spoken English: Intonation*. London: Oxford University Press, 1970.
- HART, J.; COLLIER, R.; COHEN, A. *A perceptual study of intonation: an experimental - phonetic approach to intonation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HIRST, D.; DI CRISTO, A. *Intonation systems*. London: Cambridge University Press, 1998.
- HOGG, R.; McCULLY, C.B.. *Metrical Phonology: a coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- JONES, D. *An Outline of English Phonetics*. 9. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1960. [1917].
- LADD, D. R. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LIBERMAN, M. *The intonation system of English*. PhD Dissertation. Cambridge: The MIT Press, 1975.

LIBERMAN, M; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, Cambridge Mass. n. 8, p. 249-336, 1977.

MORAES, A. Intonation in Brazilian Portuguese. In: HIRST, D.; DI CRISTO, A. (Eds.), *Intonation systems: a survey of twenty languages*. London: Cambridge University Press, 1998. p. 179-194.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications. 1986.

PACHECO, V. *O efeito dos estímulos auditivo e visual na percepção dos marcadores prosódicos lexicais e gráficos usados na escrita do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: UNICAMP/IEL, 2006. [ms].

PALMER, F. R. (Ed.) *Prosodic Analysis*. London: Oxford University Press, 1970.

PIERREHUMBERT, J. B. *The phonology and phonetics of English intonation*. MIT Ph.D. Thesis, 1980. [Bloomington: Indiana University Linguistics Club Publications. 1987].

PIKE, K. L. *The Intonation of American English*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1945.

PRINCE, A. Relating to the Grid. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass. n. 14, p. 19-100, 1983.

REIS, C. A. *L'interaction entre l'accent, l'intonation et le rhyme en Portugais Brésilien*. Thèse (Doctorat en Phonétique). Aix-en-Provence: Université de Provence. 1995. [ms].

ROUSSELOT, A. P. *Principes de phonétique expérimentale*. Paris: Didier, 1924.

SCRIPTURE, E. W. *Elements of Experimental Phonetics*. New York: Charles Scribner's Sons, 1902.

SELKIRK, E. *Phonology and syntax, the relation between sound and structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STEELE, J. *Prosodia Rationalis, or An Essay Towards Establishing the Melody and Measure of Speech, to be Expressed and Perpetuated, by Peculiar Symbols*. 2. ed. London: J. Nichols, 1779.

SWEET, H. *A primer of phonetics*. Oxford: Clarendon Press, 1906.

O modelo de Halliday (1970) e Cagliari (2007) e sua aplicação para uma análise acústica e auditiva da entoação

(Halliday's (1970) and Cagliari's (2007) model and its implementation to an acoustic and auditory analysis of intonation)

Mariane Carvalho¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita" (UNESP)

mazicarvalho@bol.com.br

Abstract: The main goal of this paper is the analysis of theoretical and methodological aspects of speech melody variation (intonation), with special reference to the pronunciation of one speaker. In order to carry on this study, different types of sentences (declarative, questions, etc.) and the intonational focus as well as the speaker's attitude (irony, emphasis, etc.) were observed and analyzed with special acoustic software (PRAAT) and with an auditory analysis of a text read by the subject. The aim of this study is to verify whether the acoustic analysis matches with the auditory perception phonetically, according to M.A.K. Halliday's methodology, following Cagliari (2007), who adapted Halliday's model to describe the intonation of Portuguese.

Keywords: intonation; acoustics; auditory analysis.

Resumo: O presente estudo tem como objetivo principal a análise de alguns aspectos teóricos e metodológicos de fenômenos relativos à variação melódica da fala (entoação), com especial referência para dados da Língua Portuguesa, a partir da pronúncia de um determinado indivíduo. Para isso, foram observados, por meio de uma análise acústica (com o programa PRAAT) e auditiva (a partir da leitura do texto), os diferentes tipos de frases (assertivas, interrogativas, entre outras), os focos entoacionais do enunciado e as atitudes dos falantes, como a ironia, a ênfase, etc. Por meio deste trabalho, pretende-se verificar se a análise acústica se distancia ou não do reconhecimento auditivo, de acordo com o modelo descritivo de M.A.K. Halliday (1970), adaptado para enunciados do Português Brasileiro por Cagliari (2007).

Palavras-chave: entoação; acústica; análise auditiva.

Introdução

Apesar de a entoação fazer parte da linguagem, quando a comparamos com outros aspectos da fala percebemos que ela tem sido um fenômeno fonético pouco estudado. Tal fato ocorre devido à natureza suprasegmental do fenômeno, que varia em função de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos. Por isso, a construção de modelos descritivos e as próprias descrições e interpretações dos dados têm encontrado dificuldades teóricas e práticas que ainda estão em discussão. Tomando como base essa situação demos início ao estudo de um aspecto pouco pesquisado nos dias atuais: o estudo da correlação entre dados acústicos e dados obtidos por meio da análise auditiva da entoação. A opção por esse tipo de trabalho mostra um interesse especial sobre como a entoação tem sido estudada tradicionalmente. Por exemplo, em relação às pesquisas mais antigas, como as de Pike (1945), a entoação era descrita auditivamente, seguindo um modelo estruturalista, no qual o fenômeno da variação melódica da fala era descrito através de padrões entoacionais em contraste uns com os outros. Muito comumente, junto com a descrição entoacional vinha também uma descrição do ritmo da fala (HALLIDAY, 1970). Os estudos acústicos apareceram

somente na segunda metade do século passado, mostrando-se muito independentes dos estudos auditivos anteriores, devido à dificuldade de sistematização dos dados acústicos em padrões bem definidos do tipo que aparecia nas análises auditivas. A fim de resolver esse problema, a solução foi investir em análises estatísticas, para verificação dos padrões decorrentes, o que criou um abismo entre os dois modelos de análise. Contudo, como os dados da variação melódica são os mesmos, eles podem ser analisados e interpretados tanto em um modelo descritivo de base perceptual quanto através de equipamentos de análise física dos sons. Esse fato nos mostra, portanto, que as duas abordagens, se bem desenvolvidas, deveriam coincidir, de modo que uma ajudaria a esclarecer fatos que a outra abordagem não conseguiria tratar adequadamente. É por esse motivo que optamos por relacionar esses dois tipos de análises (acústica e auditiva), comparando o ponto de vista perceptivo com a realidade físico-acústica do som, observando os resultados que produzem. Para isso, foram observados os valores da variação melódica (F0), que produz o efeito audível de altura do som, e dos significados sintáticos, semânticos e pragmáticos relacionados aos enunciados, a fim de descrever os significados associados aos padrões entoacionais, bem como a estrutura sintática dos mesmos (oração declarativa, interrogativa, etc.).

A partir desse método de análise, pretendemos verificar se a análise acústica se distancia ou não do reconhecimento auditivo. Para isso, parte-se da análise auditiva para compará-la, depois, com os dados acústicos. Para conseguir esse objetivo, foi preciso trabalhar primeiramente ao nível das sílabas e depois integrá-las nos padrões entoacionais, sem os quais não seria possível fazer a correlação proposta.

Pressupostos teóricos

Os fenômenos entoacionais têm sido descritos do ponto de vista auditivo e acústico. As descrições mais antigas eram feitas do ponto de vista auditivo (PIKE, 1945; ABERCROMBIE, 1967; HALLIDAY, 1970; CAGLIARI, 2007). Mais recentemente, os foneticistas têm dado preferência para as análises acústicas (LADD, 1980; PIERREHUMBERT, 1980, entre outros).

Com relação aos estudos entoacionais do português, em especial do Brasil, há alguns trabalhos publicados (CAGLIARI, 1980; MADUREIRA, 1999; TENANI, 2001, etc.), dissertações e teses (RAMEH, 1962; FERNANDES, 1976; RIZZO, 1981; MORAIS, 1984; REIS, 1995, entre outras). Porém, em nenhum desses trabalhos aparece um estudo específico que compare a interpretação auditiva com a interpretação acústica.

Para a análise auditiva, escolhemos o modelo de M. A. K. Halliday (1970), adaptado para os padrões entoacionais do Português do Brasil por Cagliari (2007). Por ser o embasamento teórico principal do nosso trabalho, esse modelo será descrito mais detalhadamente no tópico abaixo. Para análise acústica, foi observada a curva melódica, as sílabas, a duração, a intensidade, a forma de onda e a estrutura de formantes, através do programa computacional PRAAT, versão 5.1.08, desenvolvido por Paul Boersma and David Weenink, do Institute of Phonetic Sciences - University of Amsterdam.¹ Essa ferramenta permite realizar análises espectrográficas, de intensidade, de formantes, da frequência fundamental e também análises estatísticas.

¹ O programa encontra-se disponível para *download* no *site*: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>.

Materiais e métodos

O *corpus* é constituído de um pequeno trecho do livro *O pequeno papa sonhos*, de Michael Ende e Fuchshuber (1998, p. 19).² Essa obra foi selecionada porque a história apresenta um conteúdo semântico que facilita a presença de variações prosódicas na fala. Não utilizamos frases isoladas, uma vez que elas dão margem para uma intuição do falante diferente da esperada, dificultando a interpretação semântica dos enunciados. A leitura de pequenos fragmentos facilita a investigação do ritmo, da tessitura e das pausas, além da interpretação semântica. Por outro lado, a leitura de pequenos textos, ou mesmo a fala espontânea mais longa, nem sempre traz à tona muitos dos fatos relevantes do sistema entoacional de uma língua, mas apenas alguns deles.

O material sonoro foi lido duas vezes por um homem de meia idade, falante do dialeto paulista da região de Araraquara. Devido às melhores condições acústicas e de leitura, optou-se pela segunda gravação. O texto foi segmentado em 13 enunciados, que foram acompanhados de uma transcrição fonética e ortográfica, a fim de facilitar a análise acústica. Foram encontrados 28 tons em sequência, em contexto de diálogo.

Posteriormente, as frases foram descompactadas e subdividas em três níveis: segmentos, sílabas e palavras. Para a análise da frequência fundamental (F0), optamos pela seleção do ponto medial das vogais simples ou ditongos. Para essa função, usamos o comando CTRL + 0 do PRAAT. Com esse comando, é possível analisar, com pequenas variações, o ponto medial, que selecionado vai pelo cruzamento de zero mais próximo do ponto médio do segmento. O ponto medial estabelecido depende de como o início e o fim do segmento foram determinados. Essa segmentação é feita através de dois procedimentos: 1) através de uma observação auditiva, levando em consideração as possibilidades articulatórias e as realizações fonéticas da língua; 2) através de uma análise visual, que interpreta parâmetros acústicos atribuíveis ao segmento, às suas transições e aos vizinhos. Os resultados dessa medição foram anotados em tabelas no Excel.

O modelo de Halliday

O modelo descritivo de Halliday (1970) está inserido dentro da gramática funcional e descreve a entoação como um fenômeno fonológico, caracterizando-a juntamente com os padrões de tonalidade, de tonicidade e dos tons. A tonalidade caracteriza os grupos tonais e suas relações sintáticas e semânticas. A tonicidade define os tons. Os tons, por sua vez, descrevem os padrões entoacionais (pragmáticos e fonológicos). Esses três padrões estão intimamente ligados com a gramática, pois variações entoacionais levam a mudanças no tema e no rema. O tema e o rema estão intimamente ligados ao foco do enunciado, pois é o foco que indica qual é o elemento mais importante do enunciado. Antes do foco, vem o elemento semântico dado ou tema e, a partir do foco, vem o elemento semântico novo ou rema (HALLIDAY, 1970; HALLIDAY; McINTOSH; STREVENS, 1974). A partir do elemento dado e do elemento novo, podemos definir a estrutura informacional da frase e seu grupo tonal (COUPER-KUHLEN, 1986).

² Veja o fragmento completo em anexo.

O modelo de Halliday (1970) é bastante detalhado e preciso, mas aplica-se somente às línguas de ritmo acentual. Nesse modelo,³ os padrões entoacionais são descritos em cinco níveis, como visto abaixo:

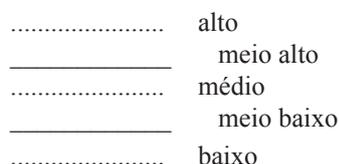


Figura 1. Pauta entoacional com os cinco níveis melódicos, seguindo Halliday (1970) e Cagliari (2007)

Para esse tipo de abordagem não há referência a tons mais baixos do que o tom baixo, nem a tons mais altos do que o tom alto. Algumas vezes, a variação da altura melódica nos tons alto e baixo pode apresentar um intervalo grande, mesmo sem uma influência específica da variação da tessitura. Quando isso ocorre, o ouvido ajusta essas alturas a um valor linguístico determinado, igual ao dos tons alto ou baixo, o que mostra a ação da interpretação fonológica sobre dados fonéticos de natureza física, detectados por meios técnicos de análise acústica.

As variações melódicas das sílabas são marcadas com um traço no esquema de linhas mostrado na figura 1. Assim, há apenas cinco alturas para serem registradas. Todos os padrões entoacionais podem ser descritos com variações desse esquema de tons. Os padrões são chamados tons entoacionais ou simplesmente tons e são identificados através de números: 1, 2, 3, etc.

Segundo Cagliari (2007), os níveis tonais são representados pictoriamente: com referência a barras verticais, de modo que o nível inferior indica o nível baixo e o superior nível alto ou, entre duas linhas paralelas, em que a linha superior mostra o nível alto e a outra o baixo, como ilustra a figura abaixo:



Figura 2 Ilustração dos contornos melódicos por meio de linhas verticais e barras paralelas

Na figura 2, os níveis altos e baixos são característicos dos limites de variação melódica do falante. O nível alto significa o tom mais elevado e o baixo, o tom mais inferior que o indivíduo usa quando fala, “[...] um tom será, por exemplo, baixo, porque, se o falante tiver que usar um tom meio-baixo no mesmo contexto, o tom meio-baixo seria mais alto do que o tom considerado baixo” (CAGLIARI, 2007, p. 168).

Devemos ressaltar que, em trabalhos mais recentes, a descrição é feita por meio da combinação de tons, basicamente descritos como H para um tom alto e L para um tom baixo e variações desses dois tons. Há também a indicação das fronteiras do grupo tonal e

3 O modelo de Halliday (1970) pode ser visto na tese de livre-docência de Luiz Carlos Cagliari (1982), que adaptou o modelo de Halliday (1970) para descrever a entoação e o ritmo do português do Brasil. Também nas obras de Cruttenden (1986) e de Couper-Kuhlen (1986) encontram-se aplicações do modelo.

regras do tipo *downstep*, etc. (MORAES; STEIN, 2006; LUCENTE; SILVEIRA; BARBOSA, 2006). Esse tipo de notação difere em muitos aspectos do modelo de Halliday (1970), uma vez que o seu modelo está mais integrado a outros fatos gramaticais do que os modelos baseados mais em análises fonéticas.

Na literatura atual, o modelo de Halliday (1970) é muito pouco utilizado, devido às dificuldades em se realizar uma boa análise auditiva. Contudo, Cagliari (2007) mostrou as vantagens em utilizar a análise proposta por Halliday (1970), como sendo um bom modelo para ser comparado com análises acústicas.

As unidades entoacionais

Para conhecer e aplicar o modelo de Halliday (1970) e de Cagliari (2007) é preciso saber como utilizar as unidades entoacionais identificadas como: sílaba tônica saliente (STS), grupo (GT), componente tônico (CPT) e componente pretônico (CT).

Os enunciados estão divididos em grupos tonais. Cada GT contém uma unidade de informação, ou seja, o que o falante deseja transmitir quando fala. Essa informação é dada pela STS, que se caracteriza pela maior variação do contorno melódico, ou seja, por apresentar a marca entoacional mais proeminente do enunciado, a parte do enunciado que o falante julga como sendo a mais importante (o foco do GT). As sílabas tônicas são representadas por um traço que as sublinha. Todo GT contém uma STS, que o divide em componente pré-tônico e componente tônico. Cada componente é dividido em pés (P), começando na sílaba tônica interna dos componentes. Para facilitar o esquema de notação apresentado, observe a figura 3, em que os GTs estão apresentados entre barras inclinadas (/), os pés entre barras simples (/) e a sílaba tônica, sublinhada e em negrito. As três linhas pontilhadas referem-se à análise auditiva.

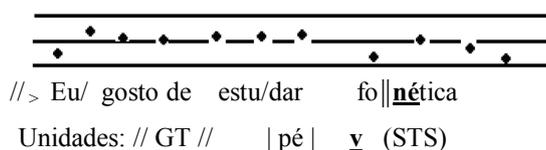


Figura 3 Exemplo de notação entoacional

Saindo da pauta melódica, o tom é indicado com duas barras verticais ||. O que vem antes é o componente pretônico e o que vem depois é o componente tônico (CAGLIARI, 2007).

	pretônica: alta nivelada tônica: descendente alta-baixa
	pretônica: média nivelada tônica: descendente média-baixa

Figura 4 Tom 1 normal (de médio a baixo) e sua variante alta (de alto a baixo) com STS alta (CAGLIARI, 2007, p. 169)

O sistema entoacional proposto por Cagliari (2007, p. 170-173), adaptado do modelo de Halliday (1970), apresenta 6 tons primários e 3 tons primários compostos. Os tons primários são típicos de uma enunciação neutra, e diferenciam-se entre si por meio do contorno

melódico que o GT apresenta no componente tônico. Os tons secundários indicam o uso marcado de um tom, ou seja, trazem consigo uma conotação semântica mais forte do que o tom primário. Os tons secundários caracterizam-se também por conter variações melódicas, tanto no componente tônico quanto no pretônico. Esses tons recebem o número do tom primário correspondente, mais um diacrítico do tipo +, -, etc.

A opção por determinado tom está relacionada aos tipos de oração (afirmativas, interpretativas, etc.), às noções de modalidade (possibilidade, probabilidade, etc.), aos atos de fala (como ordem, pedido, etc.) ou, ainda, de acordo com o comportamento linguístico do falante, com as atitudes do falante (indiferença, polidez, surpresa, etc.). A entoação é um modo de caracterização e de individualização da fala. É uma maneira de evidenciar o modo como a língua diz coisas diferentes, e a escolha por determinado enunciado leva à exclusão de outras significações (CAGLIARI, 2007).

Análise do *corpus*

A análise dos dados⁴ segue o modelo de transcrição exemplificado acima. As figuras mostram como foi feita a análise auditiva dos enunciados. Os exemplos foram escolhidos dentre os 20 enunciados analisados. Como mencionado, os enunciados fazem parte de uma gravação de leitura de um fragmento da obra *O pequeno papa sonhos* (ENDE; FUSCHSHUBER, 1998, p. 19).

⁴ As análises mostradas neste artigo são parte de um trabalho inicial que foi desenvolvido durante o período de Iniciação Científica.

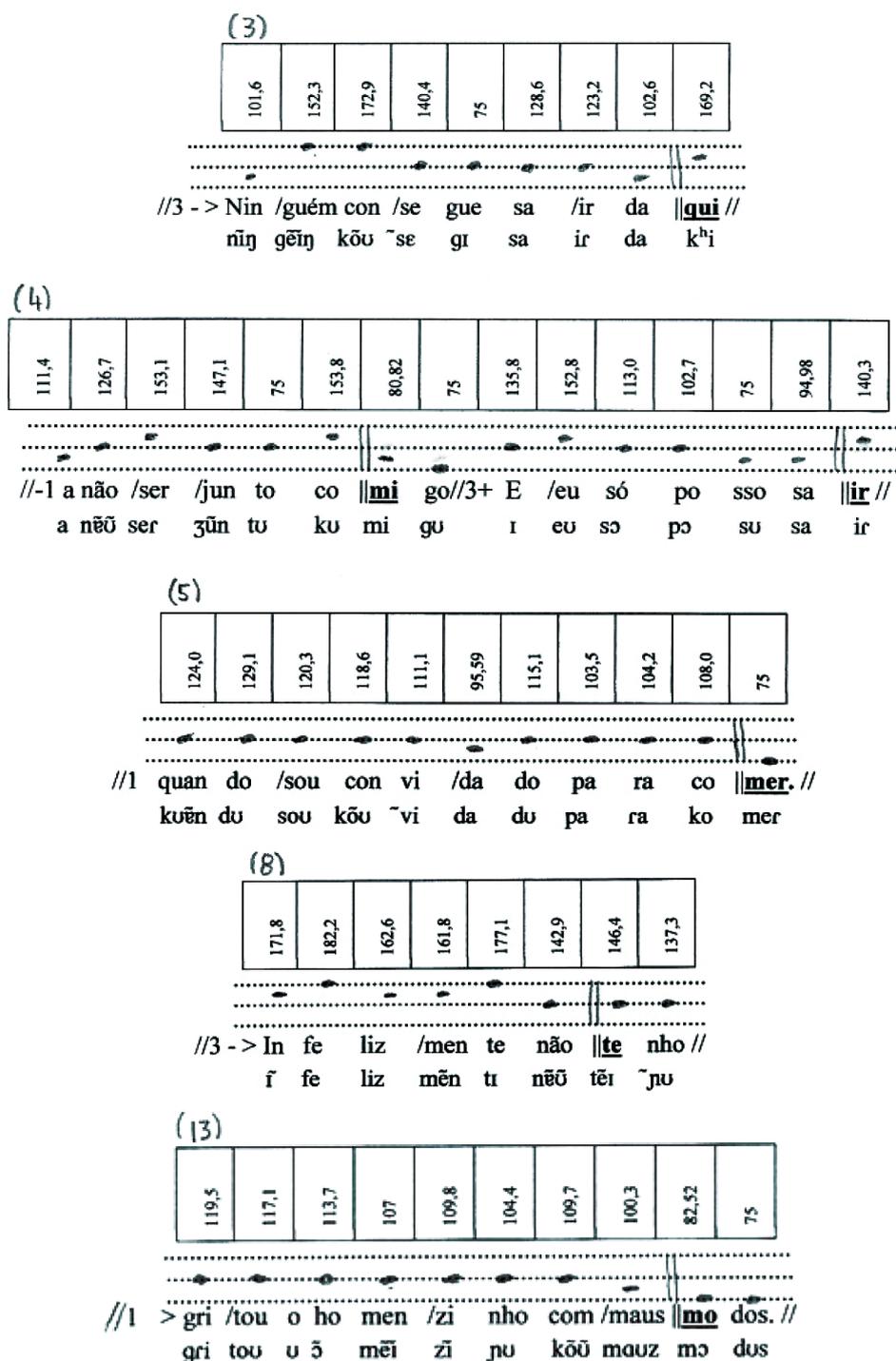


Figura 5 As figuras apresentadas acima referem-se a uma análise auditiva baseada no modelo entoacional de Halliday (1970) e Cagliari (2007). Os números iniciais (à esquerda) de cada figura referem-se aos enunciados, tirados do *corpus* estudado

Para a análise dos dados acima, foram levadas em conta a descrição da tonicidade e do ritmo. A tonicidade é atribuída a partir da análise auditiva da fala como um todo e não por meio da leitura individual de cada palavra. Do ponto de vista fonológico, a descrição dos tons, do acento e da duração é indispensável, porque são eles que definem os padrões dos grupos tonais ou padrões entoacionais fonológicos.

A figura 5 traz informações sobre a formação dos GTs, simbolizados com barras inclinadas duplas (//) em seu início e fim. Cada GT apresenta um ou mais pés (P) e cada P apresenta, pelo menos, sílaba tônica saliente (STS), que representa o foco. Os pés foram caracterizados com barras inclinadas simples (/). Os pés rítmicos são formados pelo intervalo entre uma sílaba tônica e outra (ABERCROMBIE, 1967, p. 96-98). Por outro lado, os pés que iniciam o GT sem uma sílaba tônica no início são simbolizados por (>). Esse tipo de notação indica que ocorreu uma sílaba tônica silenciosa no início do pé. A sílaba tônica saliente vem destacada em negrito e ocorre imediatamente após as barras verticais duplas (||). Por exemplo, na figura 5, no enunciado (3), temos um GT, “Ninguém consegue sair daqui”, ou seja, uma unidade de informação. Esse GT inicia-se com uma sílaba tônica silenciosa que precede “nin”. Os pés rítmicos são: (> nin); (guém com); (se gue sa); (ir da) (qui). A sílaba tônica saliente é “qui”.

Na vertical, de cada figura (na figura 5), temos a interpretação da variação melódica (F0) em função dos cinco tipos de tons da pauta entoacional usada pelo modelo auditivo adotado. Nesses exemplos, a tessitura do falante variou entre 75cps a 182,2cps. Sendo assim, obtivemos os seguintes valores para a interpretação da variação da pauta entoacional para os valores acústicos:

- para o tom baixo: de 75cps a 90cps
- para o tom meio baixo: de 90cps a 110cps
- para o tom médio: de 110cps a 120cps
- para o meio tom alto: de 150cps a 160cps
- para o tom alto: de 170cps a 182,2cps

Abaixo da marcação dos valores de F0 em números, seguem as três linhas horizontais pontilhadas. Essas linhas representam os limites da tessitura para a marcação dos tons, em outras palavras, o valor auditivo relativo da variação melódica que foi atribuído a cada sílaba. Ao compararmos os valores acústicos encontrados na interpretação da variação melódica de F0 com os tons encontrados na análise auditiva percebemos que eles são correspondentes. Praticamente, não houve necessidade de reajustes na análise auditiva, a não ser na marcação de um ou outro nível tonal, em frequência baixa. Essa dificuldade com tons baixos é encontrada tradicionalmente quando se comparam as análises auditivas com as acústicas.

Os tons alto e baixo representam, normalmente, o ponto típico do final do componenteônico, ocorrendo, na maioria das vezes, na sílaba tônica saliente que representa o foco. O tom médio representa um tom de passagem, servindo de base para que o falante modifique a entoação, seja indo para cima ou para baixo. O tom médio também caracteriza os enunciados suspensivos, ou seja, incompletos, indicando ao interlocutor que o pensamento será completado com a frase que vem logo em seguida, como, por exemplo, no enunciado (8) infelizmente não tenho, da figura 5, que requer uma finalização.

Segundo Cagliari (2007), na escala alto-baixo, uma mudança de altura melódica, junto à sílaba tônica saliente pode começar em várias posições relativas. Tais variações podem ser simples de contorno descendente, ascendente, nivelado ou, complexas, combinando os três tipos de contornos mencionados. Como visto nos dados, podem haver variações para

um mesmo indivíduo. Isso acontece porque, quando falamos, existe uma escala entoacional; em outras palavras, há uma tessitura, em que se podem reconhecer os níveis tonais, já que é em função dela que os valores entoacionais são processados.

Essa propriedade da dinâmica da voz conhecida como tessitura refere-se à extensão da escala melódica usada pelo falante, de modo que um falante de voz mais grave, como é o caso do nosso leitor, apresenta uma tessitura mais baixa com alturas melódicas diferentes de falantes de voz mais aguda, as quais se caracterizam por apresentar uma tessitura mais alta.

Vale lembrar que a tessitura não pode ser confundida com os padrões entoacionais dos enunciados, pois não altera sua forma típica, somente os desloca, para cima ou para baixo de acordo com a faixa de frequência fundamental (CAGLIARI; MASSINI-CAGLIARI, 2002).

Por fim, seguido das três linhas pontilhadas, aparece a transcrição ortográfica, acompanhada da transcrição fonética e, do lado esquerdo de cada exemplo, os tons dos padrões entoacionais estão assinalados com os respectivos números. Essa notação segue o modelo de Cagliari (2007).

Análise dos tons e sua relação sintática e semântica

Na figura 5 acima, foram encontrados seis grupos tonais. Os tons encontrados, que indicam os padrões entoacionais foram, respectivamente, 3-, -1, 3+, 1, 3- e 1. Esses tons apresentaram os seguintes padrões:

Tom	Padrão	Significado	Exemplo
1	---- --_	asserção	quando sou convidado para comer
-1	~~~~ ---_	ameaçador	a não ser junto comigo
3+	---_ ----	repetição, insistência	e eu só posso sair
3-	-- -- ----	súplica, pedido	infelizmente não tenho

Figura 6 Exemplo dos padrões entoacionais encontrados do corpus utilizado

Os tons representam as atitudes do falante/leitor que, no contexto da história, o motivou a dar uma ênfase maior a determinadas passagens. Por isso, nota-se uma incidência significativa de tons secundários.

A escolha dos tons relacionou-se com os tipos sintáticos de sentença como: declarativas, interrogativas, exclamativas, entre outras; com os atos de fala, ou seja, se as frases indicam ordem, pedido, sugestão, etc.; e com as atitudes do falante, segundo seu valor semântico e pragmático, como: expressões de surpresa, polidez, indiferença, destaque, etc.

Analisar a intenção do falante é um dos fatores essenciais para o estudo da entoação, uma vez que ao dizer algo, ou até mesmo fazer uma leitura, ele irá construir uma estrutura de frase, acrescentando aos valores sintáticos e semânticos uma forma de expressão entoacional. O mesmo acontece com os atos de fala. Isso só é possível porque a fonética e a fonologia estão diretamente ligadas à sintaxe e à semântica de modo que uma não existe isolada da outra. A identificação das atitudes do falante são percebidas claramente através da análise auditiva. A análise acústica, geralmente, vem confirmar o que já foi percebido antes pelo ouvido.

Como se trata de um texto lido, o leitor consegue ver pela escrita qual é a estrutura sintática das frases e, ainda, como elas devem ser lidas. Sendo assim, a entoação é evocada pela leitura e deduzida pelo conjunto, pela pontuação do texto que dá margem ao contexto emotivo da história. (CAMARA Jr., 1980, p. 167).

Assim, ao relacionar a interpretação dos tons, seguindo o modelo utilizado, juntamente com uma interpretação semântica e sintática dos enunciados, observamos, a partir dos grupos tonais mostrados abaixo, as seguintes características:⁵

- (5) quando sou convidado para comer;
- (4) a não ser junto comigo;
- (13) gritou o homenzinho com maus modos;
- (3) - Ninguém consegue sair daqui.
- (4) E eu só posso sair;
- (8) - Infelizmente não tenho;

(5) e (13) apresentaram o Tom 1 simples. De acordo com o padrão esperado, são orações assertivas que se caracterizam por ter uma tessitura mais baixa e neutra, demonstrando que o leitor utilizou uma leitura pouco enfática.

O GT (4) “a não ser junto comigo” representa o Tom secundário -1 que se caracteriza por apresentar uma variação do F0 em cada sílaba. No enunciado, esse padrão dá ideia de um valor ameaçador e vigoroso.

(3), (4) “e eu só posso sair” e (8) por sua vez, apresentam o Tom 3 secundário, variantes do tom simples. Esses três grupos tonais representam sentenças que são incompletas, ou seja, referem-se a um pensamento suspenso que, sozinho, não apresenta sentido completo. As frases suspensivas são características do Tom 3 e suas variantes. A sentença (8), de tom 3- representa, pela entoação, uma expressão de súplica, ameaça e desapontamento. Por fim, (4) apresenta o Tom 3+ e indica repetição, insistência em um fato.

Conclusões

Atualmente, é muito difícil encontrar trabalhos que correlacionem uma análise acústica com uma análise auditiva. Segundo Crystal (1969), esses dois modos de análise levaram muitos foneticistas a criticarem as abordagens que se basearam apenas em uma delas (acústica ou auditiva). De acordo com ele, optar entre uma das metodologias é obter um *corpus* limitado.

Sendo assim, as análises descritas mostraram que é possível e viável realizar trabalhos que façam, concomitantemente, uma comparação entre dados acústicos e auditivos. Independente da metodologia utilizada, a união de uma análise acústica com uma análise auditiva é essencial, pois, mesmo sendo o ouvido humano capaz de distinguir diferenças sonoras sutis ao ouvir a linguagem humana, o cérebro processa um sistema linguístico de natureza fonológica, não levando em conta certas variações físicas da frequência fundamental.

⁵ Os números colocados entre parênteses referem-se à numeração dos gráficos comparativos da figura 5.

Além disso, uma comparação entre dados acústicos e auditivos permite que os padrões entoacionais dos grupos tonais da língua sejam descritos de modo adequado.

As análises também mostraram que a entoação só pode ser descrita corretamente quando fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos são levados em consideração na interpretação dos enunciados. Os padrões entoacionais, revelam as intuições do falante e do ouvinte, constituindo-se parte do componente fonológico da gramática da língua, uma vez que a fonologia define o sistema oral da língua, revelando o que é e o que não é importante, isto é, a análise acústica acoplada à análise auditiva ajuda a conciliar os detalhes da fala com as unidades fonológicas do sistema da língua.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, D. *Elements of General Phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1967.

CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. São Paulo: Paulistana, 2007.

_____. *Elementos de fonética do Português Brasileiro*. 1982. 192f. Tese (Livre docência em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. A entoação do Português brasileiro. *Estudos Linguísticos*. Araraquara, n. 3, p. 308-329, 1980.

CAGLIARI, L. C.; MASSINI-CAGLIARI, G. O papel da tessitura dentro da prosódia portuguesa. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Disponível em: <<http://www.fl.ul.pt/dlgr/mateus/mateus.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

CAMARA Jr., J. J. M. *Princípios de linguística geral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.

COUPER-KUHLEN, E. *An introduction to English prosody*. London: Edward Arnold, 1986.

CRUTTENDEN, A. *Intonation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CRYSTAL, D. *Prosodic systems and intonation in English*. London: Cambridge University Press, 1969.

ENDE, M.; FUCHSHUBER, A. *O pequeno papa-sonhos*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

HALLIDAY, M. A. K. *A course in spoken English: Intonation*. London: Oxford University Press, 1970.

HALLIDAY, M. A. K.; McINTOSH, A.; STREVENS, P. *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974.

FERNANDES, N. H. *Contribuição para uma análise instrumental da acentuação e intonação do português*. 1976. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

LADD, D. R. *The structure of intonational meaning: evidence from English*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.

LUCENTE, L.; SILVEIRA, L. S.; BARBOSA, P. A. Declarativas em PB: downstepping ou nova combinação bitonal? H+!H* e H+L*. *IX Congresso Nacional de Fonética e Fonologia III Congresso Internacional de Fonética e Fonologia*. Publicação eletrônica, 2007. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/labfon>> Acesso em: 4 ago. 2009.

MADUREIRA, S. Entoação e síntese de fala: modelos e parâmetros. In: SCARPA, E. M. (Org.). *Estudos de prosódia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. p. 53-68.

MORAES, J. A. *Recherches sur l'Intonation modale du Portugais Brésilien Parlé à Rio de Janeiro*. 1984. Thèse (Doctorat en Phonétique Instrumentale Et Fonctionnelle) - Université de Paris III.

MORAES, J. A.; STEIN, C. C. Attitudinal patterns in Brazilian Portuguese intonation: analysis and synthesis. *Speech Prosody*. Dresden, p. 2-5, May 2006. Disponível em: <http://www.isca-speech.org/archive/sp2006/papers/sp06_223.pdf>. Acesso em: 22 set. 2009

PIERREHUMBERT, J. *The Phonology and phonetics of English intonation*. 1980. 402 f. Thesis (Ph. D. in Linguistics) – Department of linguistics and philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Indiana University Linguistics Club, 1980.

PIKE, K. L. *The intonation of American English*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1945.

RAMEH, C. *Contrastive analysis of English and Portuguese intonation*. 1962. Thesis (Master in Linguistic) - Georgetown University, Washington.

REIS, C. A. C. *L'interaction entre l'accent, l'intonation et le rhyme en Portugais Brésilien*. 1995. Thèse (Doctorat en Phonétique Fonctionnelle Expérimentale Et Appliqué) - Université Aix Marseille I, France.

RIZZO, J. F. P. *O Papel da Entoação do Português Brasileiro na descrição de Atos de Fala*. 107 f. 1981. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.

TENANI, L. As fronteiras entoacionais da asserção em Português. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 30, p. 197-201, 2001.

Anexo

Fragmento da obra *O pequeno papa sonhos* com transcrição fonética.

Eu me perdi - disse o rei.

eu mi perdi disi u xei

- Por favor, diga-me como posso sair desse descampado.

pur favor digami komu p su sair desi deskēmpadu

- Ninguém consegue sair daqui a não ser junto comigo.

nīngēiŋ kōūsegi sair dak^hi a nēū ser zūntu kumigu

E eu só posso sair quando sou convidado para comer.

i e u s p su sair kuēndu sou kōūvidadu para komer

O rei olhou em sua mochila de provisões mas viu que ela estava vazia.

u xei oλου ēi sua muŋila di provizōiz maz viu ki el istava vazia

- Infelizmente não tenho mais nada disse o rei amigavelmente.

īfelizmēnti nēū tēiŋu maiz nada disi u xei amigaveumēinti

- Se tivesse, eu daria a você uma fatia de pão com manteiga.

si tivesi eu daria a vose ūma fatia di pēū kōū menteiga

- Credo, que horror! - gritou o homenzinho com maus modos.

kredu k^hi oxor gritou u mēizijnu kōū mauz m dus

- Estou pouco ligando pra esse tipo de coisa!

istou pouku ligēndu pra esi tipu di korza

Pelo jeito você não me conhece, hein? Você não sabe do que eu gosto?

pelu zertu vose nēū mi kopesi ēi vose nēū sabi do ki eu g stu

Afinal de contas, o que você está fazendo por aqui?

afinau di kōūntas u ki vose ista fazēndu pur ak^hi

- Estou procurando alguém - respondeu o rei -

istou prokurēndu augēi xespōūdeu u xei

que possa livrar minha filha dos seus maus sonhos.

ki p sa livrar mīŋa filā dus seuz mauz sōŋus

Vogais médias pretônicas: variação inter e intraindividual em Belo Horizonte

(Mid vowels in pre-stressed-syllable: interindividual and intraindividual variation in the dialect of Belo Horizonte)

Marlúcia Maria Alves¹

¹Instituto de Letras e Linguística – Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL – UFU)

marlucia.alves@gmail.com

Abstract: The variation of mid-height vowels in pre-stressed-syllable position in nouns spoken in the dialect of Belo Horizonte is analysed, taking into consideration linguistic factors and phonological processes, such as vowel harmony and vowel reduction, which interfere in this type of production. In pre-stressed position, the mid-high vowel occurs in most cases, whereas the mid-high and high vowel occur in more specific cases. Three distinct corpora were considered (MAGALHÃES, 2000; ALVES, 1999; spontaneous speech). The results obtained reveal that formality at the moment of recording the data is fundamental for the occurrence of intraindividual variation. As shown in the data extracted from spontaneous speech, variation is interindividual, since each speaker opts for a manifestation of the mid-high vowel in a distinct way from others. This variation is studied under the view of Optimality Theory.

Keywords: linguistic variation; Optimality Theory; mid vowels.

Resumo: A variação das vogais médias em posição pretônica nos nomes no dialeto de Belo Horizonte é analisada considerando os fatores linguísticos e os processos fonológicos, como harmonia vocálica e redução vocálica, que interferem nesta produção. Em posição pretônica, é possível a ocorrência da vogal média alta para a maioria dos casos, da vogal média baixa e da vogal alta para os casos mais específicos. Foram considerados três *corpora* distintos (MAGALHÃES, 2000; ALVES, 1999; fala espontânea). Os resultados obtidos revelam que a formalidade no ato da gravação dos dados é fundamental para que ocorra a variação intraindividual. Conforme os dados extraídos da situação de fala espontânea, a variação se mostra interindividual, já que cada falante opta pela realização da vogal média de modo diferenciado. Esses casos são estudados conforme a Teoria da Otimalidade.

Palavras-chave: variação linguística; teoria da otimalidade; vogais médias.

Introdução

A produção das vogais médias pretônicas no dialeto de Belo Horizonte apresenta-se de forma bastante complexa, pois podem ser observadas três pronúncias distintas nessa posição: a) a vogal média alta como ‘c[o]reto’, a vogal média baixa, como em ‘pr[ɔ]jeto’ e c) a vogal alta, ‘m[u]tivo’. Além disso, verifica-se a possibilidade de variação em dois contextos bem definidos, a saber, entre a vogal média alta e a vogal média baixa, como em ‘pr[o]cesso’ e ‘pr[ɔ]cesso’ e a variação entre vogal média alta e a vogal alta, ‘m[e]dida’ e ‘m[i]dida’.

Para averiguar essa complexidade da realização da vogal média em posição pretônica, três *corpora* distintos foram observados, POBH (Projeto Português de Belo Horizonte/norma culta: MAGALHÃES, 2000); Alves (1999), composto por dados obtidos por meio de leitura de frases; e dados de fala espontânea. Este procedimento se fez necessário

porque foi percebido que quanto maior a formalidade na gravação dos dados, maior a variação apresentada.

Os dados obtidos foram analisados conforme a teoria da otimalidade (PRINCE; SMOLENSKY, 1993; McCARTHY; PRINCE, 1993), modelo de análise gramatical cujos principais objetivos são estabelecer as propriedades universais da linguagem e caracterizar os limites possíveis da variação linguística. Especificamente, considerou-se a alternativa de análise via o ranqueamento parcial de restrições, uma vez que os falantes desse dialeto optam por gramáticas distintas para a produção das vogais médias pretônicas.

A próxima seção apresentará a metodologia adotada. Na seção três, serão apresentados os resultados. A quarta seção abordará a teoria da otimalidade e a análise dos resultados obtidos.

Metodologia

Os *corpora* analisados sobre o dialeto de Belo Horizonte serviram para, primeiramente, observar um grande número de palavras que contêm a vogal média em posição pretônica. Segundo, era necessário verificar se o modo de gravação e a formalidade encontrada no momento da gravação dos dados interfeririam na variação apresentada. Por último, era importante selecionar vários informantes para se ter uma amostra abrangente da mesma comunidade de fala.

Os *corpora* analisados foram: a) *corpus* POBH (Projeto Português de Belo Horizonte/norma culta), coordenado pelo pesquisador Prof. Dr. José Olímpio de Magalhães (UFMG, 2000), que apresenta dados sobre o falar culto da região de Belo Horizonte, e que contém a maior parcela de dados consultados sobre esse dialeto, b) *corpus* Alves (1999), que estuda o comportamento das vogais médias em posição tônica nos nomes, também relacionado ao dialeto de Belo Horizonte, e que mostra muitos dados em que é possível verificar o comportamento da vogal média em posição pretônica e a sua relação com a posição tônica; e c) *corpus* fala espontânea, que apresenta uma situação opositiva em relação aos *corpora* anteriores, já que não mostra uma formalidade excessiva no ato de gravação dos dados, uma vez que os informantes não sabiam que estavam sendo gravados.

Do *corpus* POBH (MAGALHÃES, 2000) foram analisadas as realizações das vogais médias pretônicas de oito informantes, quatro homens e quatro mulheres, com formação universitária, na faixa etária de 25 a 35 anos. Essa faixa etária foi selecionada porque estava em conformidade com a faixa etária relacionada aos demais *corpora* analisados e serviu para controlar melhor as informações geradas a partir de um grupo de falantes pertencentes à mesma comunidade de fala. O formato de entrevista foi o diálogo entre documentador e informante. Nessa modalidade espera-se um grau de formalidade maior, devido ao ambiente em que são gravadas as informações, ou seja, em cabine acústica e com a presença de microfone, do gravador e do próprio entrevistador. Entretanto, é possível, conforme o decorrer da entrevista, encontrar um grau de formalidade menor, pois o falante pode descontraí-lo e pronunciar as palavras de modo mais “espontâneo”. Foram ouvidas, no total, oito horas de gravação, sendo uma hora de gravação para cada informante. Foram selecionadas 4951 ocorrências de vogais médias em posição pretônica.

O *corpus* de Alves (1999) contou com casos em que ocorrem as vogais médias tanto em posição pretônica como em posição tônica. Assim, é possível verificar qual a influência da vogal tônica sobre a pretônica e analisar melhor os casos relacionados ao processo fonológico da harmonia vocálica existente no português brasileiro. Foram gravados 21 informantes, 15 mulheres e 6 homens, com idade entre 20 e 38 anos. Todos possuíam formação universitária, constituindo, assim, uma mesma comunidade de fala. Os dados foram obtidos através de uma leitura de frases também em cabine acústica do Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Também foi utilizado um gravador digital (DAT) normal e portátil. Constata-se, ainda, o grau de formalidade muito elevado, principalmente porque em Alves (1999) a gravação foi feita mediante uma leitura de frases, que provoca uma maior atenção do informante com relação à leitura feita. Foram analisadas 1407 ocorrências.

Sobre os dados extraídos da observação de fala espontânea, foram selecionados dois informantes, um homem e uma mulher, com formação universitária, nascidos e criados em Belo Horizonte, na faixa etária de 33 a 36 anos, sem nunca terem se afastado da cidade por mais de ano. É importante destacar que esses informantes possuem o perfil semelhante ao dos dois primeiros *corpora*. O número baixo de informantes selecionados para este *corpus*, apenas dois, é devido ao fato de esses dados servirem como contraponto aos resultados obtidos pelos *corpora* POBH e Alves (1999). A gravação foi feita utilizando-se gravador portátil e tendo o cuidado para evitar que os informantes percebessem que estavam sendo gravados. Ao final da gravação os informantes foram avisados sobre esse procedimento e autorizaram a análise dos resultados. Foi feita cerca de uma hora de gravação. Na ocasião, os informantes estavam em uma sala dialogando sobre os temas relacionados a estudo, religião e política. Foram selecionadas as palavras que continham vogal média em posição pretônica nos nomes e nos adjetivos, assim como apresentado nos *corpora* anteriores. Foram selecionadas 514 ocorrências de vogais médias em posição pretônica, separadas em dois grandes grupos, o das vogais médias anteriores e o das vogais médias posteriores.

Dialeto de Belo Horizonte: resultados

A partir das informações obtidas pelos *corpora* estudados, foi possível fazer uma descrição mais detalhada sobre a realização da vogal média em posição pretônica nos nomes no dialeto de Belo Horizonte. Além dessa descrição, pode-se também observar a variação encontrada nesse dialeto e se esse fenômeno pode ser considerado interindividual, ou seja, a variação entre os itens lexicais se mostra diferente de falante para falante, ou se a variação pode ser afirmada como sendo intraindividual, já que o mesmo falante pode apresentar pronúncias diferentes para o mesmo item lexical.

Segundo os dados obtidos por meio dos três *corpora* investigados, e observando-se os fatores linguísticos favorecedores da vogal média em posição pretônica, constatou-se que o abaixamento é favorecido pela vogal média baixa ou a vogal baixa em posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte. Favorece a elevação a posição inicial de palavra associada ao travamento silábico por /S/ e à formação de sílaba nasalizada, de modo categórico. A vogal alta em posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte favorece a elevação de modo variável. Favorecem também a elevação a consoante nasal labial precedente, para as vogais anteriores, e a consoante labial precedente e a consoante velar precedente, para as vogais posteriores.

Com relação ao grupo das vogais médias anteriores, foram verificadas três possibilidades de realização para a vogal média em posição pretônica no dialeto de Belo Horizonte: a) com o timbre fechado [e], como em ‘v[e]g[e]tal’, b) com o timbre aberto [ɛ], como em ‘[ɛ]xcesso’, e c) como vogal alta [i], como em ‘[i]scola’.

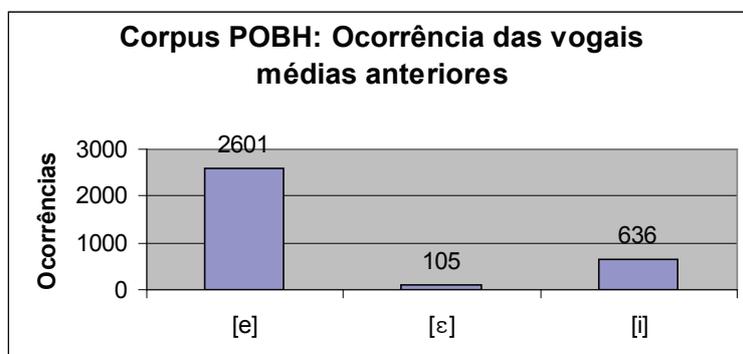


Gráfico 1. Ocorrência das vogais médias anteriores no dialeto de Belo Horizonte, conforme corpus POBH

A maioria das palavras, isto é, 77,8% do total, foi realizada com o timbre fechado da vogal média. Isso ocorre devido à tendência de os falantes do dialeto de Belo Horizonte optarem pela vogal média alta em posição pretônica. Contudo, uma parcela significativa, 19,0% das palavras, foi realizada com a presença da vogal alta no lugar da vogal média nessa posição. Outro grupo menor ainda apresentou a vogal média baixa em posição pretônica, 3,2% dos casos. Isso quer dizer que os casos em que a vogal alta e a vogal média baixa ocorrem são mais específicos e marcados no dialeto de Belo Horizonte.

As vogais médias posteriores pretônicas também apresentam três realizações fonéticas diferentes em posição pretônica: a) com o timbre fechado, ‘c[o]brança’; b) com o timbre aberto, ‘pr[ɔ]cesso’ e c) como vogal alta, ‘p[u]lítica’.

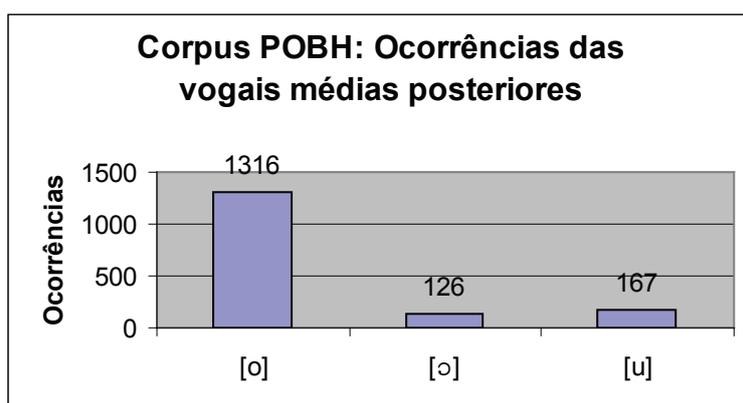


Gráfico 2. Ocorrência das vogais médias posteriores no dialeto de Belo Horizonte, conforme corpus POBH

Observa-se, no gráfico acima, que a ocorrência da vogal média alta posterior em posição pretônica constitui um grupo bem maior de palavras, 81,8%, do que o grupo da vogal média baixa, 7,8%, e o grupo da vogal alta posterior, 10,4%. Comparando-se esse gráfico ao da ocorrência das vogais anteriores, verifica-se que a vogal alta posterior não ocorre em muitos casos como a vogal alta anterior. A princípio, é possível afirmar que

essa diferença deve-se ao fato de haver contextos linguísticos categóricos para a ocorrência da vogal alta anterior, como a vogal média iniciando sílaba seguida de /S/, ‘[i]scola’, ou nasalizada, ‘[i]ngano’, que são inexistentes para a vogal alta posterior.

A variação das vogais médias em posição pretônica nos nomes no dialeto de Belo Horizonte ocorre sob dois formatos: a) variação entre a vogal média alta e a vogal alta e b) variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa. Além disso, os fatores linguísticos que motivam essa variação são diferenciados entre as vogais anteriores e posteriores, sobretudo no diz respeito à variação entre a vogal média alta e a vogal alta.

Outro aspecto importante a se considerar é que houve variação no *corpus* POBH por todos os informantes selecionados. Isso quer dizer que a variação é um fenômeno complexo e que o falante, dependendo da situação apresentada e do contexto linguístico inserido, varia a pronúncia do item lexical. Essa variação pode ser observada conforme a influência de fatores linguísticos específicos e mesmo com relação à formalidade exigida no ato da gravação dos dados.

Também é importante que se verifique a variação sob dois aspectos: a variação interindividual e a variação intraindividual para se determinar se a variação é produzida por indivíduos diferentes ou se o mesmo indivíduo mostra variação em sua fala.

O *corpus* POBH apresentou variação feita pelos oito informantes selecionados. E essa variação mostrou algumas diferenças com relação à escolha de seu formato, ou seja, a variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa e a variação entre a vogal média alta e a vogal alta. Também é possível associar a variação à própria estrutura da palavra variada.

Assim, alguns informantes apresentaram os dois formatos de variação enquanto que outros apresentaram um único formato. Sobre a palavra em variação, observa-se que alguns informantes optaram por variar um grupo de palavras mostrando o mesmo contexto linguístico, já outros apresentaram variação em uma palavra específica. O Quadro 1 abaixo lista a variação apresentada pelos falantes segundo o *corpus* POBH.

Quadro 1. Variação apresentada pelos falantes – *Corpus* POBH

	Variação entre a vogal média alta e a média baixa anteriores	Variação entre a vogal média alta e a média baixa posteriores	Variação entre a vogal média alta e a vogal alta anteriores	Variação entre a vogal média alta e a vogal alta posteriores
Informante 1	sim	sim	não	não
Informante 2	sim	sim	não	não
Informante 3	sim	sim	sim	sim
Informante 4	sim	sim	sim	não
Informante 5	sim	sim	não	sim
Informante 6	sim	sim	não	não
Informante 7	sim	sim	não	sim
Informante 8	sim	sim	sim	não

O fato interessante apresentado nesse quadro é que a variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa foi realizada por todos os informantes. Entretanto o mesmo fato não ocorreu com a variação entre a vogal média alta e a vogal alta. Por que essa diferença com relação ao tipo de variação apresentado? O que se pode, a princípio, afirmar é que no dialeto de Belo Horizonte há uma tendência pela elevação da vogal média em posição pretônica de modo regular. O que não acontece com a realização da vogal média baixa em posição pretônica, já que a sua produção é condicionada por fatores linguísticos bem específicos, como a presença da vogal média baixa ou da vogal baixa em posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte.

Outro aspecto importante a se considerar é que cada falante possui uma forma de variar as vogais em posição pretônica. Esse fato mostra a especificidade própria da produção de cada falante. A título de exemplificação, pode-se observar a variação apresentada pelos informantes EQR e RSC.

Especificamente sobre o fenômeno da variação, o informante EQR apresentou apenas a variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa. Foram apenas duas palavras relacionadas à variação das vogais médias anteriores, e uma palavra relacionada à variação das vogais médias posteriores, como pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2. Variação das vogais médias anteriores e posteriores: Informante EQR

Variação das vogais médias anteriores					
[e]	Ocorrências	[ɛ]	Ocorrências	[i]	Ocorrências
m[e]rcado	3	m[ɛ]rcado	1		
r[e]lação	4	r[ɛ]lação	2		
Variação das vogais médias posteriores					
[o]	Ocorrências	[ɔ]	Ocorrências	[u]	Ocorrências
[o]rário	1	[ɔ]rário	1		

Observa-se que o fator linguístico favorecedor da ocorrência da vogal média baixa em posição pretônica é o mesmo nos três casos apresentados: a presença da vogal baixa em posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte. Isso quer dizer que esse informante, ao detectar esse contexto linguístico, pode realizar a vogal média pretônica com o timbre fechado ou pode realizar o timbre aberto, favorecendo o processo de harmonia vocálica pelo traço [-ATR].¹

Em contrapartida, pode-se afirmar que o informante EQR estabelece bem o contexto para realizar a elevação da vogal média, uma vez que não ocorreu a variação entre a vogal média alta e a vogal alta.

Já o informante RSC apresentou os dois formatos de variação, como pode ser visto no Quadro 3.

¹ O traço [ATR], do inglês “Advanced Tongue Root”, significa *avanço da raiz da língua*.

Quadro 3. Variação das vogais médias anteriores e posteriores: Informante RSC

Variação das vogais médias anteriores					
[e]	Ocorrências	[ɛ]	Ocorrências	[i]	Ocorrências
lit[e]ratura	2	lit[ɛ]ratura	2		
r[e]lação	1	r[ɛ]lação	1		
s[e]vera	1	s[ɛ]vera	2		
v[e]rdade	4	v[ɛ]rdade	4		
Variação das vogais médias posteriores					
[o]	Ocorrências	[ɔ]	Ocorrências	[u]	Ocorrências
[o]rário	1	[ɔ]rário	1		
m[o]tivo	1			m[u]tivo	3
m[o]tivos	1			m[u]tivos	1

É possível observar, quanto à realização das vogais anteriores, que ocorre apenas a variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa. Para a realização da vogal média baixa em posição pretônica é necessária a presença da vogal baixa em posição tônica, como em ‘v[ɛ]rdade’; a presença da vogal baixa na sílaba imediatamente seguinte, como em ‘lit[ɛ]ratura’ e ‘r[ɛ]lação’; e a presença da vogal média baixa em posição tônica, como em ‘s[ɛ]vera’. Em todos os casos ocorre o processo de harmonia vocálica pelo traço [-ATR].

No que concerne à realização das vogais posteriores, observa-se a variação entre a vogal média alta e a média baixa. A palavra ‘horário’ pode ser realizada com a vogal média alta, como em ‘[o]rário’, ou com a vogal média baixa, como ‘[ɔ]rário’. Além desse tipo de variação, é possível encontrar a variação entre a vogal média alta e a vogal alta. A realização da vogal alta nas palavras ‘m[u]tivo’ e ‘m[u]tivos’ ocorre em função da presença da vogal alta em posição tônica. Nesses casos, também acontece o processo de harmonia vocálica, motivado pelo traço [alto], característico da vogal alta no português brasileiro.

Também é importante considerar que a variação intraindividual apresentada se deve à formalidade encontrada no momento da gravação dos dados. Palavras como ‘pequeno’ e ‘pequenas’, por exemplo, que são sempre realizadas com a vogal alta, também foram produzidas com a vogal média alta, reforçando que o falante estava atento à sua pronúncia.

Com relação aos dados extraídos de Alves (1999), esses confirmaram que os falantes do dialeto de Belo Horizonte realizam, em sua maioria, a vogal média alta em posição pretônica. Entretanto, essa realização foi comprometida pela própria situação de formalidade conforme a gravação feita. Isto é, como a gravação ocorreu em cabine acústica apropriada, com a presença do pesquisador e com toda a aparelhagem necessária, como gravador e microfone, os informantes não apenas prestaram mais atenção em sua pronúncia, como hesitaram em realizar as vogais médias em posição pretônica e em posição tônica também, como em ‘[e]sp[o]sos’, ‘[ɛ]sp[ɔ]sos’ e ‘[i]sp[o]sos’.

Já o *corpus* sobre as vogais médias em posição pretônica extraído da situação de fala espontânea mostrou os dados relativos a dois informantes. Os objetivos eram

averiguar a produção dessas vogais, a variação motivada pelos contextos linguísticos já mencionados com relação aos *corpora* POBH e Alves (1999), e verificar se esse fenômeno também é condicionado pela formalidade empregada no ato da gravação dos dados. A hipótese é que, como não existe um ambiente muito formal de gravação, se a variação ocorrer, esta será em função do contexto linguístico propício à realização da vogal média baixa e da vogal alta, pronúncias motivadas por contextos específicos.

O *corpus* relativo à observação da fala espontânea é constituído por 514 ocorrências de vogais médias pretônicas nos nomes no dialeto de Belo Horizonte. Deste total, a maior parte das ocorrências é de vogais médias altas anteriores e posteriores. O Gráfico 3 abaixo mostra as ocorrências obtidas para as vogais pretônicas.

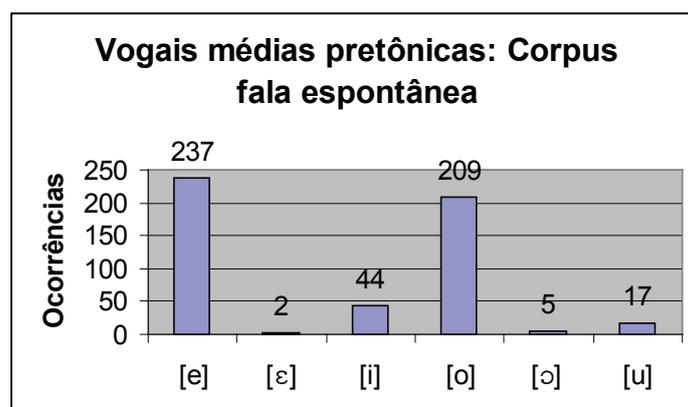


Gráfico 3. Produção das vogais médias pretônicas anteriores e posteriores, conforme *corpus* fala espontânea

No gráfico acima, observa-se que a realização das vogais médias anteriores e posteriores nessa posição é bastante grande. Foram 237 ocorrências da vogal média alta anterior e 209 ocorrências da vogal média alta posterior. De modo geral, essa distribuição é a mesma apresentada para os dados obtidos com relação ao *corpus* POBH. Isso significa que os falantes do dialeto de Belo Horizonte tendem pela realização do timbre fechado da vogal média nessa posição.

Sobre a realização da vogal alta em posição pretônica, foram 44 ocorrências com a vogal anterior e 17 com a vogal posterior. Quanto ao grupo das vogais médias baixas, observa-se que esse grupo é bastante pequeno, com apenas 2 ocorrências da vogal média baixa anterior e 5 da vogal média baixa posterior.

Sobre os casos relacionados à variação das vogais médias pretônicas, não ocorreu variação intraindividual, ou seja, o mesmo informante não apresentou variação com relação aos itens lexicais obtidos por meio desse *corpus*.

Assim, o mesmo falante, em situação de fala espontânea, não varia a pronúncia das palavras. Pode-se afirmar, então, que o falante opta por realizar a vogal média baixa e a vogal alta de maneira diferenciada em posição pretônica. Os contextos favorecedores, na verdade, apenas mostram em que ambiente linguístico o falante pode realizar a vogal alta ou a vogal média baixa nessa posição. Isso quer dizer que os falantes não seguem exatamente a mesma forma de pronunciar as palavras que contêm a vogal média em posição pretônica, mesmo pertencendo à mesma comunidade de fala.

Especificamente sobre o *corpus* relacionado à fala espontânea e sobre a variação interindividual, o que se observa é que apenas duas palavras apresentaram variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa. Não houve a ocorrência da variação entre a vogal média alta e a vogal alta. As palavras em variação são apresentadas no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4. Variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa, segundo *corpus* fala espontânea

Variação das vogais médias posteriores			
[o]	Ocorrências	[ɔ]	Ocorrências
[o]rário	1	[ɔ]rário	1
n[o]rma	1	n[ɔ]rma	1

No quadro acima, a variação apresentada é entre os falantes, uma vez que o informante AAAJ realizou as palavras ‘horário’ e ‘normal’ com a vogal média alta, enquanto que o informante MMA as produziu com a vogal média baixa. O Quadro 5 abaixo mostra, de modo separado, as palavras que foram realizadas com a vogal média baixa posterior pelos informantes observados.

Quadro 5. Variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa, segundo *corpus* fala espontânea

Informante AAAJ	
pr[ɔ]c[ɛ]sso	01
Informante MMA	
[ɔ]rário	01
n[ɔ]rma	01
pr[ɔ]c[ɛ]sso	01
pr[ɔ]postas	01

O quadro acima mostra que as palavras ‘horário’ e ‘normal’ foram produzidas com a vogal média baixa posterior apenas pelo informante MMA.

Além disso, diferentemente dos *corpora* POBH e Alves (1999), a variação encontrada no *corpus* relacionado à fala espontânea é mínima, reforçando que a formalidade no ato da gravação é também um fator importante para que a variação ocorra. No caso da fala espontânea, como os informantes não sabiam que estavam sendo gravados, apenas duas palavras apresentaram variação.

Observa-se ainda que o contexto que motivou a presença da vogal média baixa em posição pretônica é o mesmo, ou seja, a presença da vogal baixa em posição tônica. Outro fato interessante é que apenas a vogal média baixa posterior apresentou variação.

Verifica-se, portanto, que, conforme os dados obtidos através da observação da fala espontânea, os falantes optam diferentemente pela pronúncia da vogal média baixa

posterior em posição pretônica. Isso quer dizer que cada falante seleciona uma pronúncia particular da vogal média pretônica conforme os fatores favorecedores, principalmente da realização da vogal média baixa e da vogal alta. Também pode-se relacionar a variação mais ao processo de harmonia vocálica do que ao processo de redução vocálica. No *corpus* referente à fala espontânea, os casos em variação estão relacionados à harmonia estabelecida pelo traço [-ATR].

A análise das vogais médias em posição pretônica nos nomes no dialeto de Belo Horizonte revela que os informantes produzem variação em um número pequeno de casos. A princípio, a hipótese inicial desta pesquisa previa que a variação ocorreria em número maior de palavras. Contudo, o que se observou através dos *corpora* POBH, Alves (1999) e do *corpus* relacionado aos dados da fala espontânea é que o fenômeno da variação atinge um grupo muito pequeno de casos e que se mostra interindividual se são considerados os fatores linguísticos favorecedores e os processos fonológicos envolvidos em posição pretônica.

Além disso, a variação apresentada se mostra diferenciada em cada *corpus* investigado. O Quadro 6 abaixo mostra um resumo comparativo das principais informações obtidas através dos *corpora* estudados.

Quadro 6. Quadro comparativo dos *corpora* investigados

		<i>Corpus</i> POBH	<i>Corpus</i> (ALVES, 1999)	<i>Corpus</i> fala espontânea
		8	21	2
a)	Informantes	4 homens 4 mulheres	6 homens 15 mulheres	1 homem 1 mulher
b)	Faixa etária	25-35	20-38	33-36
c)	Escolaridade	Superior	Superior	Superior
d)	Natural de	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte
e)	Formato de gravação	Entrevista (gravação feita no Laboratório de Fonética da FALE/UFMG)	Leitura de frases (gravação feita no Laboratório de Fonética da FALE/UFMG)	Diálogo (os informantes não sabiam que estavam sendo gravados)
f)	Ocorrências analisadas	4.951 ocorrências	1.407 ocorrências	514 ocorrências
g)	Variação intraindividual	Sim	Sim	Não
h)	Variação interindividual	Sim	Sim	Sim
i)	Variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa	Sim	Sim	Sim
j)	Variação entre a vogal média alta e a vogal alta	Sim (5 informantes)	Sim	Não

As quatro primeiras informações contidas no quadro acima mostram os fatores extralinguísticos considerados apenas para efeito de seleção da amostra a ser investigada no dialeto de Belo Horizonte. O perfil semelhante dos informantes selecionados, em nossa análise, deve-se ao fato de se buscar um padrão com relação aos dados analisados. Isso quer dizer que a variabilidade das vogais médias em posição pretônica precisa ser controlada em termos dos fatores extralinguísticos para que esses fatores não sejam os principais a motivarem a variação estudada.

Entretanto, um fator extralinguístico foi tomado como referência devido às diferenças com relação ao formato de gravação apresentado. No *corpus* POBH, o formato de gravação foi uma entrevista entre o documentador e o entrevistado. No *corpus* Alves (1999), o formato apresentado é uma leitura de frases, e, no *corpus* dos dados relativos à fala espontânea, foi gravado um diálogo entre os informantes. A principal diferença verificada é que, nos dois primeiros *corpora*, o informante sabia que estava sendo gravado, já que estava em um laboratório próprio para a gravação com todos os equipamentos necessários e também com a presença do pesquisador. No *corpus* de fala espontânea, o informante não sabia que estava sendo gravado.

Esse fato é bastante interessante porque o que se verifica é que quanto mais formalidade no ambiente de gravação maior é a preocupação do informante em produzir as palavras. O informante em uma situação formal de fala está atento e, por algumas vezes, hesita em pronunciar as palavras, com receio de produzir uma pronúncia considerada “incorreta”.

A variabilidade dos sons em uma língua específica é muito grande e vários aspectos precisam ser considerados. No caso específico da variação das vogais médias, verifica-se que esse fenômeno ocorre motivado pelos fatores linguísticos favorecedores e pela influência dos processos fonológicos, como harmonia vocálica e redução vocálica, que atuam decisivamente para a realização das vogais mais específicas nessa posição, que são a vogal média baixa e a vogal alta.

Assim, pode-se afirmar que, de acordo com o inventário vocálico do português brasileiro e suas especificidades, o falante possui a vogal média alta como *input*. Entretanto, quando produz a vogal média em posição pretônica, o falante também está atento aos contextos linguísticos que são favoráveis a uma produção particular da vogal média baixa e da vogal alta. A realização da vogal média baixa está relacionada ao processo de harmonia vocálica, em que a vogal na posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte exerce um papel maior para a realização da vogal pretônica.

Sobre a formalidade no ato da gravação dos dados, verifica-se que esse fato apenas reforça os ambientes linguísticos que são mais propícios à variação. Assim, ocorre mais variação em uma situação formal de fala porque os contextos linguísticos da realização da vogal média baixa e da vogal alta estão em maior evidência para o falante.

Teoria da otimalidade e análise dos resultados

A Teoria da otimalidade, segundo Archangeli (1997), oferece uma visão específica da natureza da relação entre as formas de *input* e de *output*, pois lida com tendências gerais, não com leis absolutas. Além disso, os padrões específicos linguísticos e a variação que ocorre entre as línguas são admitidos dentro do modelo teórico através das violações. E a marcação é admitida no modelo porque cada violação de restrição indica uma marcação.

Os componentes da Gramática otimalista são o léxico, o gerador e o avaliador. Segundo a autora, a relação entre o *input* e o *output* é mediada por dois mecanismos formais, o gerador (generator – GEN) e o avaliador (evaluator – EVAL). O primeiro cria estruturas linguísticas e verifica suas relações de fidelidade com a estrutura subjacente. O segundo usa a hierarquia de restrições da língua para selecionar o melhor candidato entre todos criados. Além desses dois mecanismos, é necessário considerar também o conjunto

universal de restrições (CON) no qual o avaliador usa o ranqueamento específico de restrições desse conjunto.

A alternativa de análise da variação linguística, conforme a teoria da otimalidade, a ser investigada é a apresentada por Anttila e Cho (1998), que trata dos casos relacionados à co-fonologia, isto é, cada co-fonologia corresponde a uma hierarquia de restrições que seleciona seu próprio candidato ótimo pelo seu próprio ranqueamento estipulado. É possível também afirmar que há variação porque há várias gramáticas que competem na comunidade ou no indivíduo. Os autores também afirmam que essa alternativa de análise combina as regularidades invariantes, as regularidades variáveis e as preferências estatísticas por meio de grupos de restrições ordenados parcialmente.

No caso específico do dialeto de Belo Horizonte, será considerado como uma única gramática com vários ordenamentos parciais. Esses ordenamentos correspondem a cada processo fonológico envolvido na realização da vogal média em posição pretônica.

A possibilidade de representar a gramática da língua com vários ranqueamentos parciais distancia-se um pouco do que é postulado pela Teoria da Otimalidade padrão quanto à noção de dominação estrita. No caso específico do dialeto estudado, cada ranqueamento apresenta uma dominância conforme cada candidato ótimo. Esse fato é considerado um problema para essa alternativa de análise porque enfraquece a noção de gramática da língua. Entretanto, como a variação nesse dialeto se configura como interindividual, é possível afirmar que cada falante ativa um ordenamento para cada caso específico de realização da vogal média em posição pretônica, relacionado não somente aos processos fonológicos, mas também aos fatores favorecedores da elevação e do abaixamento da vogal média. Além disso, pode-se afirmar que a variação ocorre porque há várias gramáticas que competem no indivíduo, ou seja, a representação subjacente é a mesma para todos os indivíduos, mas a escolha em realizar a vogal alta e a vogal média baixa é específica para cada falante.

O ranqueamento proposto para o mapeamento fiel da vogal média em posição pretônica toma o formato $F \gg M$, ou seja, as restrições de fidelidade dominam as restrições de marcação, para estabelecer a relação de identidade entre as formas de *output* e de *input*.

Os ranqueamentos correspondentes aos mapeamentos infiéis assumem o formato $M \gg F$, ou seja, a restrição específica de marcação para a realização da vogal em posição pretônica está ranqueada acima da restrição de fidelidade, para estabelecer que uma forma marcada prevaleça sobre a forma fiel. Tomando como referência os processos fonológicos envolvidos com relação às ocorrências das vogais médias em posição pretônica nos nomes no dialeto de Belo Horizonte, pode-se, então, estabelecer um ranqueamento específico para cada processo fonológico, como harmonia vocálica e redução vocálica.

Para a análise do ranqueamento parcial, as seguintes restrições foram consideradas: a) IDENT[alto, ATR]: os traços [alto] e [ATR] do *output* devem ser idênticos aos do *input*; b) AGREE[ATR]: o traço [ATR] da vogal pretônica é idêntico ao da vogal em posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte; c) AGREE[alto]: o traço [alto] da vogal pretônica é idêntico ao da vogal em posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte; e d) *MID: as vogais médias devem ser evitadas.

Sobre os ranqueamentos parciais a serem formados conforme a gramática específica do dialeto de Belo Horizonte, é necessário observar que, conforme a disposição das restrições

estabelecidas para a análise da variação das vogais médias pretônicas, há quatro restrições ativas para a construção desses ranqueamentos parciais: IDENT[alto, ATR], AGREE[alto] e AGREE[ATR], *MID. A primeira restrição está ativa para os casos relacionados ao mapeamento fiel, em que a vogal média alta é a vogal escolhida como ótima para a produção da vogal média em posição pretônica. As restrições de marcação AGREE agem em favor do processo de harmonia vocálica, que mostra um contexto bem específico da realização da vogal média pretônica, uma vez que essa vogal pode ser condicionada pela realização da vogal em posição tônica ou na sílaba imediatamente seguinte. Já a restrição *MID favorece os casos relacionados ao processo variável de redução vocálica. Essa restrição proíbe a ocorrência da vogal média em posição pretônica.

Segundo Anttila e Cho (1998), quanto menos ranqueamentos, ou seja, menos relações de dominância entre as restrições, mais *tableaux* são necessários. Cada *tableau* corresponde a um ordenamento parcial assumido conforme a variação estudada.

O *Tableau 1* mostra um caso de mapeamento fiel, em que a vogal média alta é selecionada como candidato ótimo.

Tableau 1. Mapeamento fiel: vogal média alta, ‘pr[o]jeto’

pr/o/jeto	IDENT[alto, ATR]	AGREE[ATR]	AGREE[alto]	*MID
☞ a. pr[o]jeto		*		*
b. pr[ɔ]jeto	*!			*
c. pr[u]jeto	*!	*	*	

O *tableau* acima mostra que o candidato selecionado como ótimo é o candidato **a**, ‘pr[o]jeto’. O símbolo ☞ indica, no *tableau*, o candidato ótimo de acordo com a hierarquia de restrições apresentada. Esse candidato é o único a não violar a restrição de fidelidade IDENT[alto, ATR].

Tableau 2. Mapeamento infiel: harmonia vocálica – vogal média baixa, ‘pr[ɔ]jeto’

pr/o/jeto	AGREE[ATR]	AGREE[alto]	IDENT[alto, ATR]	*MID
a. pr[o]jeto	*!			*
☞ b. pr[ɔ]jeto			*	*
c. pr[u]jeto	*!	*	*	

Já no *Tableau 2*, o candidato selecionado como ótimo é o candidato **b**, ‘pr[ɔ]jeto’, que não viola a restrição de marcação AGREE[ATR], posicionada acima da restrição de fidelidade.

Nesse formato específico de variação, observa-se que apenas o posicionamento das restrições de marcação AGREE acima da restrição de fidelidade IDENT[alto, ATR] é que vai estabelecer o ranqueamento parcial próprio para a produção da vogal média baixa.

É importante ressaltar que entre as restrições de marcação AGREE não há relação de dominância, o que pode ser observado mediante a linha pontilhada que as separa. Outro aspecto a ser relatado é que cada restrição de marcação AGREE atua de modo específico para a realização da vogal média baixa e da vogal alta nos casos relacionados ao processo

de harmonia vocálica. Nesse caso específico, é a restrição AGREE[ATR] posicionada em uma posição superior na hierarquia que vai determinar a ocorrência da vogal média baixa. Com relação à produção da vogal alta, é a restrição AGREE[alto] que terá uma função maior, como pode ser visto no *Tableau 3*, abaixo.

Tableau 3. Mapeamento infiel: harmonia vocálica – vogal alta, ‘m[u]tivo’

m/u/tivo	AGREE[ATR]	AGREE[alto]	IDENT[alto, ATR]	*MID
a. m[o]tivo		*!		*
b. m[ɔ]tivo	*!	*	*	*
☞ c. m[u]tivo			*	

Com relação à variação entre a vogal média alta e a vogal alta condicionada pelo processo de redução vocálica variável, verifica-se que outro ranqueamento parcial é atestado no dialeto de Belo Horizonte, como pode ser visto no *Tableau 4*, abaixo.

Tableau 4. Mapeamento infiel: redução vocálica, ‘c[u]meço’

c/o/meço	*MID	IDENT[alto, ATR]	AGREE[ATR]	AGREE[alto]
a. c[o]meço	*!			
b. c[ɔ]meço	*!	*	*	
☞ c. c[u]meço		*		*

O *Tableau 4* apresenta o candidato **c**, ‘c[u]meço’, como o candidato ótimo porque é o único candidato do *tableau* a não violar a restrição de marcação *MID. Essa restrição ranqueada acima da restrição de fidelidade IDENT[alto, ATR] permite que apenas o candidato que possui a vogal alta seja escolhido como ótimo.

Além disso, observou-se com relação aos resultados obtidos por meio dos *corpora* POBH, Alves (1999) e fala espontânea que não são todos os falantes que ativam todos os ranqueamentos parciais estabelecidos quanto à variação das vogais médias pretônicas. De fato, há falantes que variam apenas a vogal média alta e a vogal média baixa, enquanto outros falantes adotam os dois formatos de variação. Isso quer dizer que os falantes ativam ranqueamentos parciais distintos para a produção da vogal média em posição pretônica.

Então, a principal vantagem em considerar o ranqueamento parcial de restrições é a possibilidade de se estabelecer uma co-fonologia para cada caso variável encontrado na língua específica, podendo, assim, mostrar a opção do falante pela vogal média alta ou pela vogal média baixa.

Mesmo que seja o mesmo falante a apresentar a variação entre a vogal média alta e a vogal média baixa, como foi verificado nos dados relativos aos *corpora* POBH e Alves (1999), o que se observa é que o ranqueamento parcial de restrições também pode ser utilizado para explicar essas realizações distintas da vogal média. Também é necessário considerar que, nesse caso, o mesmo falante varia a pronúncia da vogal média em posição pretônica por causa, principalmente, do fator externo da formalidade no ato da gravação dos dados, que se mostra decisivo para que a variação aconteça.

Portanto, a principal vantagem do ranqueamento parcial de restrições consiste no fato de a gramática da língua ser representada por meio de ordenamentos parciais distintos conforme cada mapeamento identificado.

Considerações finais

As vogais médias pretônicas têm um comportamento bastante complexo no dialeto de Belo Horizonte porque podem ser realizadas com o timbre fechado, ou com o timbre aberto, ou ainda como vogal alta. Também, constataram-se dois tipos de variação: a) entre a vogal média alta e a vogal média baixa e b) entre a vogal média alta e a vogal alta.

Essa variação se mostra intraindividual conforme a formalidade no ato da gravação dos dados. Entretanto mostra-se interindividual quando o falante não sabe que está sendo gravado. Assim, é possível afirmar que, quanto maior a formalidade na gravação dos dados, maior será a variação entre as vogais médias em posição pretônica. Também é possível relacionar a variação mais diretamente aos casos de harmonia vocálica do que aos casos de redução vocálica.

O ordenamento parcial de restrições, alternativa de análise da variação segundo a Teoria da Otimalidade, associado aos traços [alto] e [ATR], fornece uma explicação adequada da variação das vogais médias pretônicas no dialeto de Belo Horizonte, levando-se em conta os processos fonológicos e os contextos favorecedores à elevação e ao abaixamento dessas vogais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marlúcia Maria. *As vogais médias em posição tônica nos nomes do português brasileiro*. 1999. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de concentração: Fonologia) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANTTILA, Arto; CHO, Young-mee Yu. Variation and change in Optimality Theory. *Lingua*, n. 104, p. 31-56, 1998.

ARCHANGELI, Diana. Optimality Theory: an introductory to linguistics in the 1990s. In: ARCHANGELLI, Diana; LANGENDOEN, D. Terence. (Eds.) *Optimality Theory: an overview*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997. cap. 1, p. 1-32.

MAGALHÃES, José Olímpio de. *Corpus do POBH* (Projeto Português de Belo Horizonte/norma culta). Belo Horizonte: LABFON/FALE/UFMG, 2000.

MCCARTHY, John; PRINCE, Alan. Generalized alignment. In: BOOIJ, Geert. E.; MARLE, Jaap van. (Eds.). *Yearbook of morphology*. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 79-153.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. Boulder: Ms., Rutgers University, New Brunswick and University of Colorado, 1993.

Vozeamento de obstruintes: um estudo com surdos e ouvintes

(Voicing of obstruents: a study of deaf and hearing)

Rosana Passos¹, Thaís Cristófaros Silva²

^{1,2}Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

²CNPq, FAPEMIG

rpassos@ufmg.br, thaiscristofarosilva@ufmg.br

Abstract: This paper analyses voice properties in obstruents in Brazilian Portuguese, and considers the oral production of severe deaf speakers who use the Brazilian Sign Language. Five experiments were carried out with six deaf participants and one experiment with six hearing participants. The acoustic analysis showed that deaf speakers produce only voiceless obstruents at the beginning of words, regardless of whether the voice property of the word initial obstruent was voiced or voiceless. The notion of covert contrast was taken into consideration to posit the hypothesis that a vowel which follows a voiced obstruent would be longer than a vowel which follows a voiceless obstruent. This hypothesis was proven to be correct offering, thus, evidence that covert contrast operates in a deaf person's speech and enables the subject to discriminate between voiceless and voiced obstruents.

Keywords: Usage-based Phonology; deafness; voicing; obstruents; covert contrast; acoustic phonetics.

Resumo: Este artigo analisa as propriedades de vozeamento e desvozeamento das consoantes obstruintes do português brasileiro, em participantes surdos profundos pré-linguais usuários de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Foram realizados cinco experimentos com seis surdos e um experimento com seis ouvintes do grupo controle. A análise acústica dos dados revelou que os surdos desvozeiam todas as consoantes obstruintes em início de palavra, sejam elas em português vozeadas ou desvozeadas. A noção de contraste encoberto levou à formulação da hipótese de que a vogal que segue a consoante obstruinte vozeada é mais longa do que a vogal que segue a consoante obstruinte desvozeada. Tal hipótese foi comprovada, oferecendo evidências de que o contraste encoberto opera na fala dos surdos para discriminar obstruintes vozeadas de desvozeadas.

Palavras-chave: Fonologia de Uso; surdez; vozeamento; obstruintes; contraste encoberto; acústica da fala.

Introdução

Este artigo analisa as propriedades de vozeamento e desvozeamento das consoantes obstruintes do português brasileiro na fala de surdos profundos pré-linguais usuários de Língua Brasileira de Sinais (Libras).¹ Pretende-se, sobretudo, contribuir com a discussão acerca da natureza do contraste encoberto, com foco na oralidade dos surdos. Há evidências de que a falta da audição interfere na entrada da informação, na percepção e na produção da oralidade dos surdos, principalmente na produção de sons com características articulatórias semelhantes e que se distinguem somente pela propriedade de vozeamento (MADUREIRA; BARZAGHI; MENDES, 2002). A audição humana é, portanto, uma função complexa, que contribui para a troca de informação com propósitos de comunicação. Assim, a perda

¹ Thaís Cristófaros Silva agradece o apoio do CNPq através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, processo 304076/2008-2 e à FAPEMIG, através do Programa Pesquisador Mineiro (PPM-IV), processo 00265-10. As autoras agradecem também à Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras e Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa apresentada neste artigo.

ou diminuição da audição limita o indivíduo quanto à comunicação, às experiências sociais, comportamentais, emocionais, linguísticas e pedagógicas. Este artigo se justifica por ampliar o conhecimento sobre os aspectos da oralidade de surdos profundos pré-linguais usuários de língua brasileira de sinais (Libras).²

Este artigo tem a seguinte organização: a próxima seção avalia aspectos da surdez, as características da oralidade dos surdos e apresenta informações sobre a língua brasileira de sinais (Libras), em seguida apresentamos a perspectiva teórica; a acústica da fala e medidas de avaliação de vozeamento de obstruentes; a metodologia; a análise e discussão dos dados; as considerações finais, que sistematiza as contribuições deste artigo, e finalizamos com as referências bibliográficas.

Surdez, características da oralidade do surdo e língua de sinais

Segundo Northern e Downs (2005), a audição normal se encontra entre 0 e 15 dB NA,³ sendo que a surdez leve está na faixa de 15 a 30 dB NA; a surdez moderada encontra-se compreendida entre 31 e 50 dB NA; a surdez severa está localizada entre 50 e 70 dB NA; e, acima de 71 dB NA, tem-se a surdez profunda. Esta pesquisa teve como foco de análise a produção da fala de surdos profundos com grande perda auditiva, avaliando pontualmente aspectos relacionados com o vozeamento de consoantes obstruintes.

Ramos (2004) aponta que os surdos apresentam dificuldades vocais e de fala, tanto nas características segmentais (alterações na emissão de sons), como nas características suprasegmentais (alterações no ritmo, acento, entonação e qualidade vocal), o que interfere diretamente na inteligibilidade de fala. Para a autora, a perda auditiva profunda, superior a 90 dB, sem intervenção, limita o desenvolvimento da fala e da linguagem. Justifica-se, portanto, a investigação da oralidade de surdos profundos, sendo este artigo uma contribuição a este tema.

Para que possam compreender a fala com um bom nível de precisão, os surdos profundos contam principalmente com a leitura labial (BREEUWER; PLOMP, 1986), que é uma habilidade de compreensão parcial da fala feita por meio do olhar para os movimentos articulatórios dos lábios, para a expressão facial e para os gestos do falante. Breeuwer e Pomp (1986) ressaltam que existem fatores que dificultam a captação da informação oral pelos surdos ao realizarem a leitura labial, como, por exemplo, um movimento articulatório pouco, ou não visível, como é o caso do vozeamento. Assim, embora conte com a informação visual para os sons de [p] e [b], que são produzidos com movimentação idêntica (ou quase idêntica) dos lábios e da mandíbula, a propriedade de vozeamento não é inferida através de informação visual.

Os surdos profundos participantes desta pesquisa são usuários de língua brasileira de sinais, Libras, que, segundo Quadros e Karnopp (2004), é uma língua de modalidade gestual-visual, pois sua informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos.

2 Os resultados apresentados neste artigo podem ser avaliados em maior detalhe em Passos (2009). Além da discussão apresentada neste artigo, sobre a propriedade de vozeamento, Passos (2009) estudou e observou também que a datilologia é relevante na construção das categorias de sonoridade pelos surdos. Neste artigo nos deteremos em apresentar os resultados da produção oral dos surdos.

3 NA é a sigla utilizada para os níveis de audição. Decibel (dB) é a unidade utilizada na medida da intensidade do som.

Os participantes são também usuários da datilologia, ou alfabeto manual, que, segundo Felipe (2002), é a representação da palavra letra-a-letra, feita manualmente e usada para expressar nomes próprios de pessoas, de localidades e outras palavras que ainda não possuem um *signal* da língua de sinais. As línguas de sinais têm organização gramatical compatível com as gramáticas das línguas faladas. Como consequência, os parâmetros de investigação de línguas faladas podem ser analisados em contraponto com línguas de sinais, sendo guardadas as particularidades em cada caso. Considerando-se as especificidades da língua falada por surdos este artigo se propõe a avaliar aspectos relacionados ao vozeamento de obstruintes na fala dos surdos. A próxima seção apresenta a perspectiva teórica adotada neste artigo.

Perspectiva teórica

A análise apresentada neste artigo teve como pressupostos teóricos os modelos multirrepresentacionais: a Fonologia de Uso (BYBEE, 2001, 2010) e a Teoria de Exemplares (JOHNSON, 1997; PIERREHUMBERT, 2001; FOULKES; DOCHERTY, 2006). De acordo com os modelos multirrepresentacionais, a representação mental do componente fonológico não é discreta e categórica, mas sim composta por múltiplos exemplares. Ou seja, as representações são redundantes e mutáveis. Os exemplares representam conjuntos de itens lexicais atestados na experiência com a língua, os quais são organizados em redes de generalizações que conectam abstrações em vários níveis.⁴ Ou seja, o falante armazena em seu léxico mental todas as formas atestadas em sua experiência e estas formas são gerenciadas probabilisticamente em esquemas que expressam generalizações.

O ponto central que trataremos neste artigo diz respeito ao fato de informações redundantes, relativas ao detalhe fonético fino, serem incorporadas às representações mentais. Mais especificamente, exploraremos a noção de contraste encoberto ou implícito (SCOBIE et al., 2000; LI et al., 2009; MUNSON et al., 2010).⁵ Berti (2010, p. 532) sugere que “a expressão contraste fônico encoberto (covert contrast) é utilizada para descrever o que é categorizado como contrastes fônicos imperceptíveis auditivamente, mas detectáveis acústica e/ou articulatoriamente”. Munson et al. (2010) apontam Macken e Barton (1980) como sendo o primeiro estudo abrangente sobre o contraste encoberto ao avaliar o contraste entre oclusivas. Contudo, o estudo de Scobbie et al. (2000) pode ser considerado um marco, por retomar na literatura a discussão quanto ao contraste encoberto, e teve como mérito desencadear vários trabalhos relacionados com a investigação de propriedades fonéticas finas, sobretudo, na aquisição da linguagem com e sem desvios (HEWLET, 1988, 2004; MAXWELL; WEISMER, 1982; LI et al., 2009; MUNSON et al., 2010). A investigação do contraste encoberto se contextualiza em um momento em que o caráter discreto das representações linguísticas passa a ser colocado em debate pelos modelos multirrepresentacionais, tendo o apoio metodológico e teórico de inúmeros trabalhos na linha de Fonologia de Laboratório (PIERREHUMBERT; LADD; BECKMAN, 2000).

Estudos sobre o português brasileiro que consideram aspectos gradientes finos têm

4 Bybee (2010) sugere que construções sejam as unidades de categorização. Construções são definidas como “sequential chunks of language that are conventionally used together and that sometimes have special meaning or other properties” (BYBEE, 2010, p. 36).

5 Os termos “contraste encoberto” e “contraste implícito” têm sido utilizados na literatura com o mesmo significado e apoiado nos mesmos estudos. Visando a homogeneizar a nomenclatura adotamos o termo contraste encoberto.

sido frequentes nos últimos anos (ALBANO; BERTI, 2008; BERTI, 2010; FERREIRA GONÇALVES, 2008; GOMES, 2010; GUIMARÃES, 2008; MEZZOMO et al, 2008; MIRANDA, 2007). Tais estudos centram-se, sobretudo, na avaliação de medidas acústicas como correlatos de propriedades fonéticas finas. A disponibilização do programa Praat (BOERSMA; WEENINK, 2007), com acesso gratuito e de excelência para a comunidade científica, contribuiu para o avanço das pesquisas dessa natureza. Esse recurso metodológico foi utilizado neste artigo na investigação de obstruintes vozeadas e desvozeadas entre surdos. Antes de explorarmos a noção de contraste encoberto na produção de obstruintes por surdos profundos destacaremos pontos relevantes na análise acústica que devem ser levados em consideração no estudo do vozeamento.⁶

Acústica da fala e medidas de avaliação de vozeamento de obstruintes

A onda sonora decorrente da produção da fala pode ser analisada acusticamente por meio de um espectrograma. Um espectrograma convencional, segundo Kent e Read (1992), apresenta as dimensões de tempo e frequência. O tempo fica no eixo horizontal, aumentando da esquerda para a direita. A frequência está no eixo vertical, aumentando de baixo para cima. O espectrograma mostra como a energia muda em pequenos intervalos de tempo e será o instrumento de análise do vozeamento neste artigo. A Figura 1 apresenta o oscilograma e espectrograma da palavra “pato”.

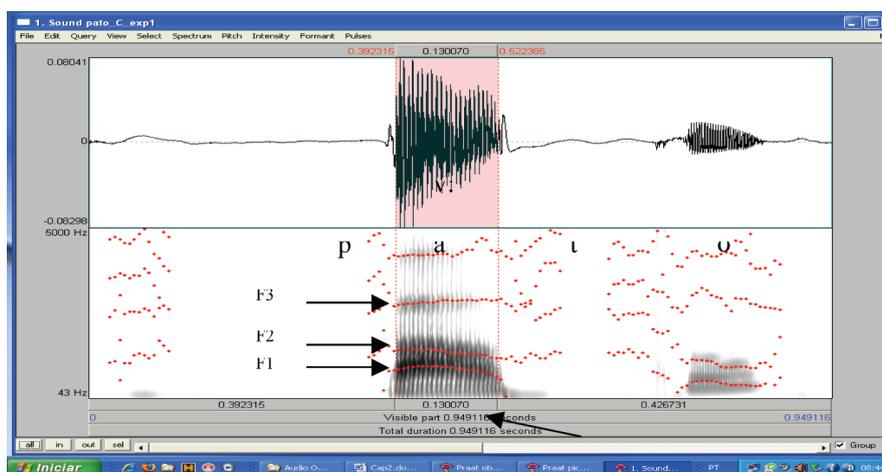


Figura 1 - Oscilograma e espectrograma da palavra [ˈpatu]

As três setas paralelas indicam as linhas pontilhadas horizontais que correspondem aos três primeiros formantes⁷ (F1, F2, F3) da vogal [a]. O símbolo (v:) na parte central e superior da figura, em rosa, corresponde à medida da duração da vogal – na região entre as linhas verticais. A duração da vogal corresponde ao número indicado pela seta na base do espectrograma: [a] = 13 ms. Destacamos que as medidas de duração de vogais a serem apresentadas neste artigo foram compiladas como exemplificado acima.

6 Trabalhos futuros poderiam explorar as propriedades articulatórias ao investigar, por exemplo, o movimento das cordas vocais através do uso de eletroglotógrafo (KRISHNAMURTHY, 1983; VIEIRA, 1997).

7 Os formantes das vogais apresentam concentração de energia acústica em certa faixa de frequência.

Um outro parâmetro importante na análise acústica das consoantes é o VOT: *Voice Onset Time*. Da combinação do período de vozeamento das pregas vocais com a soltura da articulação tem-se a definição do termo *Voice Onset Time* (VOT) – ou seja, é o momento no qual começa o vozeamento em relação à soltura do fechamento articulatorio.

Lisker e Abramson (1964) sugerem que o *Voice Onset Time* anterior à soltura é marcado com números negativos e chamado de *voicing lead*, enquanto que o *Voice Onset Time* posterior à soltura recebe números positivos e é chamado de *voicing lag*. Com relação às medidas do VOT, Lisker e Abramson (1964) apontam que: VOT = 0 indica coincidência entre sonoridade e a soltura da oclusão da articulação; VOT negativo indica sonoridade laríngea antes da soltura da oclusão e VOT positivo indica um atraso na sonoridade em relação à soltura da oclusão.

O estudo sobre o português brasileiro, de Behlau et al. (1988), indica VOT próximo a zero e VOT negativo para sons *oclusivos* vozeados [b, d, g], enquanto o VOT positivo ocorreu nos sons *oclusivos* desvozeados [p, t, k].

Outro parâmetro relevante para a nossa análise está relacionado com a identificação da propriedade de vozeamento das consoantes obstruintes. Considere as figuras que seguem.

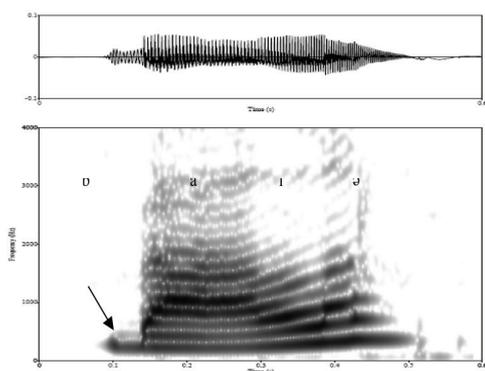


Figura 2 - Oscilograma e espectrograma da palavra ['balə]

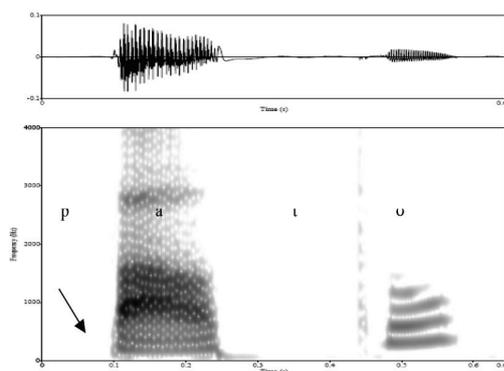


Figura 3 - Oscilograma e espectrograma da palavra ['patu]

Na Figura 2, à esquerda, observa-se uma faixa de baixa frequência de energia — em torno de 300 Hz — chamada *barra de vozeamento*. A barra de vozeamento corresponde à faixa da frequência fundamental da fonação. Nos sons vozeados, a barra de vozeamento é um indício de vozeamento e aparece como uma faixa escura próxima à linha de base do espectrograma. A seta, na Figura 2, indica a barra de vozeamento que antecede a soltura (*burst*) da consoante [b]. A seta, na Figura 3, aponta a ausência de barra de vozeamento, o que indica que a consoante [p] é desvozeada.

Os diferentes valores de VOT caracterizam as consoantes vozeadas e desvozeadas nas línguas naturais. Isto quer dizer que o vozeamento não é absoluto, mas uma medida de referência que define as categorias vozeado e desvozeado nas línguas. Para Cristófaros-Silva (2001, p. 27), as categorias *vozeado* e *desvozeado*, foco deste trabalho, fazem parte de um contínuo: “[...] as categorias *vozeado* e *desvozeado* podem ser interpretadas como limites de um contínuo que faz uma gradação de sons vozeados a sons desvozeados (passando por sons que têm características de vozeamento intermediárias)”.

Para a avaliação do vozeamento das obstruintes investigadas neste estudo foram considerados os seguintes parâmetros: a) VOT (*Voice Onset Time*) das oclusivas, b) a duração das fricativas e o VOT nas africadas, c) a presença e ausência da barra de vozeamento e d) a duração da vogal seguinte à obstruinte, apresentados resumidamente no Quadro 1, com suas respectivas pistas e medidas acústicas.

Quadro 1 - Segmentos, pistas e medidas acústicas

Segmentos	Símbolos	Pistas e medidas acústicas
Oclusivas desvozeadas	[p, t, k]	VOT + ausência de barra de vozeamento
Oclusivas vozeadas	[b, d, g]	VOT negativo + presença de barra de vozeamento
Fricativas desvozeadas	[f, s, S]	Duração fricativa + ausência de barra de vozeamento
Fricativas vozeadas	[v, z, Z]	Duração fricativa + presença de barra de vozeamento
Africada desvozeada	[tS]	VOT + duração da fricativa + ausência de barra de vozeamento
Africada vozeada	[dZ]	VOT negativo + duração da fricativa + presença de barra de vozeamento
Vogais	[a,]	Duração da vogal

Considerando-se o exposto nesta seção espera-se observar a barra de vozeamento em consoantes vozeadas e a ausência da barra de vozeamento em consoantes desvozeadas. Este procedimento foi utilizado na análise dos nossos dados para avaliar as propriedades de vozeamento e desvozeamento das consoantes obstruintes do português brasileiro na fala de surdos profundos pré-linguais usuários de Língua Brasileira de Sinais (Libras). A próxima seção descreve os principais aspectos da metodologia que utilizamos na pesquisa reportada neste.

Metodologia

Foram realizados cinco experimentos com surdos e um experimento com *ouvintes*, no grupo controle. Os experimentos tiveram como tarefa a elicitación de 14 palavras contendo as consoantes obstruintes em posição inicial de palavra.⁸ A coleta dos dados elicitou itens lexicais nas seguintes modalidades comunicativas: a) de leitura labial, b) datilologia e c) nomeação de gravuras. Nos itens lexicais que foram testados as consoantes obstruintes — ou seja, oclusivas [p, b, t, d, k, g], fricativas [f, v, s, z, ʃ, ʒ] e africadas [tʃ, dʒ] — se encontram em posição inicial da palavra. Os dados foram gravados e filmados para posterior análise acústica.⁹ A análise acústica foi realizada por meio do programa Praat (BOERSMA; WEENINK, 2007). Como mencionado anteriormente, as medidas acústicas investigadas

8 Em Passos (2009) foram analisados também logatomas. Logatomas são sequências de letras desprovidas de significado que obedecem às restrições fonológicas de uma língua e, sendo assim, podem potencialmente ser pronunciadas. Os experimentos com logatomas foram realizados com maior dificuldade pelos surdos, possivelmente, em virtude do desconhecimento do item lexical. Visando a assegurar o conhecimento do item lexical não consideramos logatomas neste artigo. Os resultados sem os logatomas corroboram os resultados de Passos (2009).

9 Os dados em vídeo não foram investigados nesta pesquisa, mas serão analisados em trabalhos futuros.

foram: o VOT (*Voice Onset Time*) das oclusivas, a duração das fricativas, o VOT e a duração das africadas, a barra de vozeamento e a duração da vogal que segue a consoante obstruinte.

Participaram do estudo 12 sujeitos, seis surdos e seis ouvintes. Os participantes surdos eram pré-adolescentes com surdez profunda, na faixa etária de nove a quatorze anos, sendo dois do sexo masculino e quatro do sexo feminino. O instrumento utilizado para a seleção dos participantes surdos foi um questionário com os pais ou principais cuidadores. Todos os participantes surdos frequentavam a escola especial ou inclusiva, e eram proficientes em língua brasileira de sinais (Libras), além de utilizarem também a datilologia, ou alfabeto manual. Além do mais, os surdos participantes da pesquisa tiveram, em algum momento, apoio da fonoaudiologia para a estimulação da oralização e leitura labial.

O grupo controle foi composto por seis participantes ouvintes, estudantes universitários, três do sexo masculino e três do sexo feminino, na faixa etária de 20 a 30 anos, selecionados no ambiente universitário. O fator de exclusão empregado no grupo controle foi a presença de desvio fonológico.

O material utilizado na análise dos dados constituiu de 14 itens lexicais para avaliação do vozeamento das obstruintes. Considerando-se os seis informantes surdos e os 14 itens lexicais a serem analisados, contamos com 84 dados.¹⁰ Os ouvintes que participaram do grupo controle fizeram as mesmas tarefas designadas aos surdos, exceto pela leitura labial e de língua de sinais. Antes do experimento todos os participantes foram expostos a um treinamento com cinco palavras. O experimento contou também com palavras distratoras que não foram consideradas na análise apresentada neste artigo. Dentre os critérios utilizados para seleção dos itens lexicais a serem analisados temos: o número de sílabas (duas sílabas), acento (paroxítono) e estrutura silábica (maioria com sílabas do tipo CV). As palavras que foram testadas foram: pato, bala, teto, dedo, tigre, dia, cola, gola, faca, vaca, sapo, zebra, chave, jarra.

Análise e discussão dos dados

Esta seção apresenta os resultados obtidos na investigação da construção de categorias de vozeamento pelos surdos e avalia tais resultados em contraponto com os resultados obtidos com o grupo controle. Os resultados indicam que os surdos não apresentam vozeamento de consoantes obstruintes no contexto investigado: início de palavra. Tal resultado é consistente para todos os surdos, independente de a palavra em português ser iniciada com uma consoante obstruinte vozeada ou desvozeada. Ou seja, todos os valores de VOT das obstruintes produzidas pelos surdos foram positivos, o que comprova que esses sons foram, de fato, realizados como desvozeados.

O grupo controle, constituído de ouvintes, produziu a discriminação entre obstruintes vozeadas e desvozeadas. Os casos de vozeamento foram comprovados pela presença da barra de vozeamento no espectrograma e pelos valores de VOT negativos. Os valores de VOT das oclusivas dos ouvintes variaram de acordo com o ponto de articulação: quanto mais posterior, maior o valor do VOT. As consoantes oclusivas bilabiais vozeadas apresentaram valores de VOT negativos mais altos do que as velares vozeadas, corroborando dados do estudo de Madureira, Barzagli e Mendes (2002). As consoantes oclusivas velares desvozeadas

¹⁰ Alguns dados dos surdos foram descartados devido a falta de inteligibilidade ou porque não foram produzidos quando solicitados.

mostraram valores de VOT mais altos que as bilabiais, corroborando também o estudo de Madureira, Barzaghi e Mendes (2002). A Tabela 1 sistematiza esses resultados.

Tabela 1 - Comparação entre os valores VOT das obstruintes dos ouvintes e surdos

Oclusivas	[p]	[b]	[t]	[d]	[k]	[g]
Média ouvintes (ms)	16	-79	19	-70	42	-60
DP	2	14	3	19	10	21
Média surdos (ms)	16		19		25	
DP	1		3		6	

Por outro lado, ocorreu grande variação em relação aos valores de VOT das obstruintes produzidas pelos surdos, embora as médias de VOT para as consoantes [p] e [t] sejam equivalentes entre surdos e ouvintes. Os valores de VOT entre ouvintes e surdos tiveram diferença no caso da consoante [k], sendo 42ms para ouvintes e 25ms para surdos. Esse aspecto deverá ser investigado em pesquisas futuras para que tenhamos uma maior compreensão da apropriação de vozeamento por surdos.

Como generalização dos resultados apresentados na Tabela 1, observamos que os surdos produziram todas as obstruintes, sejam de alvos vozeados ou desvozeados, com valores positivos. Ou seja, todas as obstruintes foram desvozeadas na produção dos surdos. Esse resultado corrobora estudos similares sobre falantes surdos do português brasileiro (MADUREIRA; BARZAGHI; MENDES, 2002).

Contudo, além de confirmarmos resultados anteriores, nos propusemos a investigar se o contraste entre obstruintes vozeadas e desvozeadas seria realizado de alguma maneira pelos surdos. Pautando-nos na noção de contraste encoberto, investigamos a hipótese de que a vogal que segue a obstruinte poderia apresentar maior duração nos casos em que a consoante alvo do português seja vozeada, quando comparadas com consoantes alvo que sejam desvozeadas.

Tal hipótese foi formulada a partir de informações de que vogais podem ter maior duração antes de uma consoante vozeada do que antes de uma consoante desvozeada (CHEN, 1970). Ou seja, a vogal tônica em *casa* ['kaza] teria maior duração do que a vogal tônica em *caça* ['kasa] devido ao vozeamento da consoante que segue a vogal acentuada. Assumimos que a propriedade fonética fina de duração da vogal tônica é parte da representação mental: ou seja, a vogal é mais longa quando seguida de consoante vozeada do que quando seguida de consoante desvozeada. Esse fato permite a generalização de que as vogais adjacentes às consoantes vozeadas sejam mais longas do que as vogais adjacentes às consoantes desvozeadas. Assim, os surdos poderiam utilizar a propriedade de duração para indicar o contraste e, conseqüentemente, alongarem a vogal que segue consoantes vozeadas quando comparadas às vogais que seguem as consoantes desvozeadas.¹¹

Para a investigação da hipótese acima foram identificadas dentre as palavras dos experimentos aquelas que constituíam pares mínimos entre obstruintes vozeadas e desvozeadas.

¹¹ O contexto de ocorrência das obstruintes estudadas neste artigo foi o de início de palavra. Tal contexto não permitiu a avaliação da vogal que precede a consoante obstruinte. Como mencionamos, a literatura indica que vogais apresentam maior duração antes de obstruintes vozeadas do que antes de obstruintes desvozeadas. Na impossibilidade de investigar as vogais que precedem as obstruintes buscamos avaliar a duração da vogal que segue a obstruinte, na expectativa de considerar o contraste encoberto do vozeamento.

A investigação de pares mínimos era desejável para assegurar que a sequência segmental fosse idêntica, exceto pela consoante inicial que se distinguia entre vozeada e desvozeada. Vale ressaltar que os surdos tinham conhecimento da diferença entre os sons iniciais em decorrência do conhecimento deles da ortografia e da datilologia. A discriminação de sons com diferentes pontos de articulação – digamos entre [m] e [n] – seria análoga à discriminação de vozeamento. Contudo, como o objetivo primário do experimento não foi a investigação de pares mínimos, tivemos que restringir a análise aos dados relativos aos pares mínimos para as palavras *faca/vaca*.¹²

Os dados obtidos para a duração da vogal tônica que segue a consoante obstruinte nas palavras *faca/vaca* são expressos em milissegundos (ms) na tabela que segue:

Tabela 2 – Duração da vogal tônica que segue a consoante obstruinte

[f]	[v]
232	248
306	273
618	640
211	248
289	292
331,2 ms	340,2 ms

A última linha da Tabela 2 indica a duração média obtida para a vogal tônica em cada caso. Assim, o valor médio da duração da vogal tônica foi de 331,2ms (*faca*) e 340,2ms (*vaca*). Esses resultados são apresentados no Gráfico 1, a seguir.

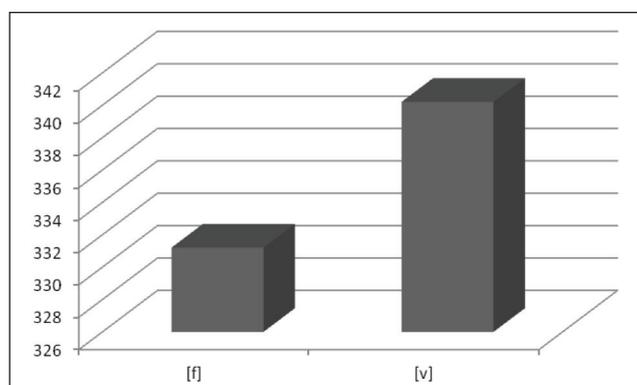


Gráfico 1 - Duração da vogal que segue a consoante obstruinte [f, v]

Os resultados apresentados no Gráfico 1 indicam que a duração da vogal que segue a obstruinte desvozeada [f] é menor do que a duração da vogal que segue a obstruinte vozeada [v]. Em outras palavras podemos dizer que a vogal que segue a obstruinte vozeada é mais longa, ou seja, tem maior duração do que a vogal que segue a obstruinte desvozeada. Considerando-se tais resultados sugerimos que o alongamento da vogal que segue a consoante obstruinte vozeada em início de palavra é uma estratégia utilizada pelos surdos para a

¹² Em Passos (2009) foram coletados também dados para as palavras *cola/gola* que consistem de pares mínimos para [k] e [g]. Contudo, poucos dados foram obtidos para esse par de palavras, sendo que a maioria dos dados era do grupo de logatomas.

categorização de vozeamento. Ou seja, os surdos utilizam a duração para expressar o contraste entre segmentos vozeados e desvozeados.

A diferença entre a duração média da vogal que segue as obstruintes não foi significativa: $p = 0,93$ para [f] e [v]. Esse resultado decorre, possivelmente, do pequeno número de dados que tivemos disponíveis para a análise. Podemos, entretanto, afirmar que os resultados oferecem indícios de que os surdos utilizam o contraste encoberto de alongamento da vogal que segue a obstruinte vozeada para expressarem a diferença de grau de vozeamento nessas consoantes. A natureza do contraste encoberto permite aos surdos a categorização em termos de substância de itens lexicais semanticamente distintos.

Entendemos que os resultados apresentados neste artigo são limitados em relação ao número de dados que foram analisados, bem como à restrição de terem sido investigadas apenas as consoantes obstruintes [f, v]. Entretanto, tal resultado oferece a oportunidade de investigações futuras entre outras populações de surdos e em contexto mais abrangentes que englobem todas as consoantes obstruintes tanto em início de palavra quanto em outros contextos.

Considerações finais

Este trabalho analisou as propriedades de vozeamento e desvozeamento de consoantes obstruintes do português brasileiro, em início de palavra, na produção da fala de surdos profundos usuários de língua de sinais (Libras). Este trabalho buscou contribuir para a caracterização da construção de categorias de sonoridade e do detalhe fonético, especialmente pelos surdos.

A análise acústica e a discussão dos dados forneceram pistas de que o alongamento de vogal seguinte à obstruinte é uma estratégia de categorização de vozeamento utilizada pelo *surdo*. O estudo oferece indícios de que o *surdo* é capaz de processar o detalhe fonético fino e incorporá-lo à sua fala, para caracterizar o contraste de vozeamento, confirmando a hipótese inicialmente levantada. Sendo assim, mostra-se a importância do detalhe fonético no processamento da fala, conforme proposto pelas teorias da Fonologia de Uso e do Modelo de Exemplares.

Espera-se que este trabalho abra espaço para novas pesquisas a respeito da construção de categorias de sonoridade em surdos. Trabalhos futuros poderão investigar as propriedades fonéticas finas de outras consoantes; o vozeamento de obstruintes entre vogais, bem como em outros contextos diferentes da posição inicial de palavra; o alongamento vocálico; o papel da proficiência em Libras na aquisição e uso de categorias fonológicas específicas, etc. Espera-se que este trabalho tenha oferecido ao leitor informações relevantes a respeito da oralidade, da natureza das representações mentais dos surdos, da acústica da fala, e traga contribuições à Fonologia de Uso e ao Modelo de Exemplares, teorias que incorporam o detalhe fonético nas representações cognitivas.

REFERÊNCIAS

ALBANO, E.; BERTI, L. C. Revisiting phonological disorders: an analysis of production and perception. *Studies in Languages*, v. 44, p. 22-32, 2008.

BEHLAU, M. et al. Análise do tempo de início de sonorização dos sons plosivos do português. *Acta Awho*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 86-97, 1988.

BERTI, L. C. Contrastes e contrastes encobertos na produção da fala de crianças. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, v. 22, n. 4, p. 531-536, out./dez. 2010.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer*. Versão 4.6.09. Amsterdam: University of Amsterdam, 24 jun. 2007. Disponível em: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/download_win.html>. Acesso em: 26 jun. 2007.

BREEUWER, M.; PLOMP, R. Speechreading supplemented with auditorily presented speech parameters. *Journal of the Acoustical Society of America*, Amsterdam, v. 79, n. 2, p. 481-499, Feb. 1986.

BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 252 p.

_____. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 238 p.

CHEN, M. Vowel length variation as a function of the voicing of consonant environment. *Phonetica*, v. 22, p. 129-159, 1970.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudo e guia de exercícios*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 261 p.

FELIPE, T. A. *Libras em contexto: curso básico livro do estudante*. Recife: Edupe, 2002. 164 p.

FERREIRA GONÇALVES, G. Representação fonológica em uma abordagem conexionista: formalização dos contrastes encobertos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 61-68, jul./set. 2008.

FOULKES, P.; DOCHERTY, G. J. The social life of phonetics and phonology. *Journal of Phonetics*, v. 34, p. 409-438, 2006.

GOMES, C. A. Variação lingüística e aquisição de onset complexo no português brasileiro. In: MOLLICA, M. C. M. (Org.). *Usos da Linguagem e sua relação com a mente humana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. v. 1, p. 15-22.

GUIMARÃES, D. M. L. *Percurso de construção da fonologia pela criança: uma abordagem dinâmica*. 2008. 333f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos. Área de concentração: estudos linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HEWLETT, N. Acoustic properties of /k/ and /t/ in normal and phonological disordered speech. *Clinical Linguistics and Phonetics*. v. 2, p. 29-45, 1988.

HEWLET, N.; WATERS, D. Gradient change in the acquisition of phonology. *Clinical Linguistics and Phonetics*, v. 18, p. 523-533, 2004.

JOHNSON, K. Speech perception without speaker normalisation. In: JOHNSON, Keith; MULLENIX, John W. (Ed.) *Talker variability without in speech perception*. San Diego: Academic Press, 1997. p.145-165.

KENT, R.; READ, C. *The Acoustic Analysis of Speech*. San Diego: Singular Publishing Group, 1992. 238 p.

KRISHNAMURTHY, A. K. Study of the vocal fold vibration and the glottal sound source using synchronized speech, electroglottography and ultra-high speed laryngeal films. 1983. 422f. Thesis (Ph.D.) – University of Florida, Florida.

LI, F.; EDWARDS, J.; BECKMAN, M. E. Contrast and covert contrast: the phonetic development of voiceless sibilant fricatives in English and Japanese toddlers. *Journal of Phonetics*, v. 37, n. 2, p. 189-211, 2009.

LISKER, L.; ABRAMSON, A. S. A cross-language study of voicing in initial stops: acoustical measurements. *Word*, v. 20, n. 3, p. 384-422, Dec. 1964.

MACKEN, M. A.; BARTON, D. The acquisition of the voicing contrast in English: a study of voice onset time in word-initial stop consonants. *Journal of Child Language*, v. 7, p. 41-74, 1980.

MADUREIRA, S.; BARZAGHI, L.; MENDES, B. Voicing contrasts and deaf: production and perception issues. In: WINDSOR, F.; KELLY, M. L.; HEWLETT, N. *Investigations in clinical phonetics and linguistics*. New Jersey; London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2002. p. 417-428.

MAXWELL, E. M.; WEISMER, G. The contribution of phonological, acoustic, and perceptual techniques to the characterization of a misarticulating child's voice contrast for stops. *Applied Psycholinguistics* v. 3, p. 29-43, 1982.

MEZZOMO, C. L.; MOTA, H. B.; DIAS, R. F.; GIACCHINI, V. O uso da estratégia de alongamento compensatório em crianças com desenvolvimento fonológico normal e desviante. *Letras Hoje*, v. 43, n. 3, p. 35-41, 2008.

MIRANDA, I. C. C. *Aquisição e variação estruturada de encontros consonantais tautosilábicos*. 2007. 281f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos. Área de concentração: linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MUNSON, B.; EDWARDS, J.; SCHELLINGER, S. K.; BECKMAN, M.; MEYER, M. Deconstructing phonetic transcription: covert contrast, perceptual bias, and an extraterrestrial view of Vox Humana. *Clinical Linguistics and Phonetics*, v. 24, n. 4-5, p. 245-260, 2010.

NORTHERN, J. L.; DOWNS, M. P. *Audição na Infância*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 359 p.

PASSOS, R. *Construindo categorias sonoras: o vozeamento de consoantes obstruintes em surdos profundos usuários de língua de sinais (Libras)*. 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva. Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.) *Frequency effects and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 1-19.

PIERREHUMBERT, J.; BECKMAN, M.; LADD, D. R. Conceptual Foundations of Phonology as a Laboratory Science. In: BURTON-NORRIS, N.; CARR, P.; DOCHERTY, G. J. (Eds.) *Phonological Knowledge: conceptual and empirical issues*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 273-303.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.

RAMOS, S. M. Voz e fala do deficiente auditivo. In: FERREIRA, L. P.; BEFI-LOPES, D. M.; LIMONGI, S. C. *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 2004. p. 91-101.

SCOBBIÉ, J.; GIBBON, F.; HARDCASTLE, W.; FLETCHER, P. Covert contrast as a stage in the acquisition of phonetics and phonology. In: BROE, M.; PIERREHUMBERT, J. (Eds.). *Papers in Laboratory Phonology V: Acquisition and the lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 194-207.

VIEIRA, M. N. *Automated measures of dysphonias and the phonatory effects of asymmetries in the posterior larynx*. 1997. 338 f. Tese (Doutorado em engenharia elétrica. Área de concentração: engenharia) – University of Edimburgo, Edimburgo.

Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil

(Functional Discourse Grammar and typological studies:
an exercise in the analysis of native languages of Brazil)

Marize Mattos Dall’Aglio Hattner¹

¹ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Conselho Nacional de Desenvolvimento em Pesquisa(CNPq)

marize@ibilce.unesp.br

Abstract: In this paper, I intend to show how the Functional Discourse Grammar might contribute to typological studies, composing a coherent model for the kind of language description required by a research of this nature. To examine the relationship between the typological and functionalist studies, I discuss some theoretical and methodological issues that arose in the analysis of the evidentiality expression in a set of native languages of Brazil.

Keywords: typology, Functional Discourse Grammar, evidentiality.

Resumo: Neste trabalho, procuro mostrar como a Gramática Discursivo-Funcional pode contribuir para os estudos tipológicos, constituindo-se como um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que sustenta as investigações dessa natureza. Para analisar a relação entre os estudos tipológicos e os estudos funcionalistas, discuto algumas questões teórico-metodológicas que surgiram na análise da expressão da evidencialidade em um conjunto de línguas nativas do Brasil.

Palavras-chave: tipologia, Gramática Discursivo-Funcional, evidencialidade.

Introdução

Neste trabalho, procuro mostrar como a Gramática Discursivo-Funcional - GDF - (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) pode contribuir para os estudos tipológicos, constituindo-se como um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que sustenta as investigações dessa natureza. Para tanto, analiso a expressão da evidencialidade, fenômeno de especial interesse para os estudos tipológicos, em um conjunto de línguas nativas do Brasil.

Ao associar os estudos descritivos funcionalistas e os estudos de línguas indígenas, espero atuar na direção de uma desejável aproximação entre essas áreas, conforme defende Seki (1999):

No que respeita às suas relações com a Linguística no Brasil, a área de Linguística Indígena ainda não conseguiu a ela integrar-se de modo satisfatório, seja em termos de seu objeto de estudos, seja em termos do corpo de especialistas, seja em termos institucionais. De modo geral, a Linguística Brasileira ainda não incorporou a compreensão quanto ao papel relevante que tem o conhecimento das línguas não indoeuropéias na formação de nossos lingüistas e na constituição da ciência. [...] Os resultados obtidos na investigação das línguas indígenas são em geral ignorados pelos especialistas de outras subáreas da Linguística, e é praticamente nula a contribuição destes para investigação dessas línguas. (p. 267-8)

É a aproximação entre essas áreas que essa mesa proposta pelo GEL materializa e foi com essa intenção que eu propus o meu exercício de análise. No que diz respeito especificamente ao meu objeto de estudo, a expectativa é a de que a análise do funcionamento da evidencialidade em um conjunto de línguas indígenas do Brasil por meio de uma teoria linguística concebida para ser igualmente aplicável a línguas de todos os tipos, como pretende ser a Gramática Discursivo Funcional (GDF), deverá trazer ganhos inegáveis para o entendimento da categoria de evidencialidade em qualquer língua e, marcadamente, em línguas em que sua expressão seja gramatical.

A GDF e os estudos tipológicos

Antes de passar às questões específicas de um estudo tipológico da evidencialidade, pretendo comentar a relação entre a GDF e os estudos tipológicos e mostrar alguns trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nessa interface com a descrição das línguas indígenas do Brasil. Passo, então, a palavra para os próprios proponentes da teoria:

A GDF vê o usuário da língua como tendo conhecimento tanto das unidades funcionais e formais da língua como das maneiras pelas quais essas unidades podem ser combinadas. Esse conhecimento tem um elevado grau de estabilidade, de tal forma que pode ser comparado entre as línguas, revelando as tendências universais na estrutura linguística, como estudado na tipologia linguística. [...] A GDF é uma teoria capaz de fornecer um quadro para a enunciação e a comparação dos universais da linguagem (tanto absolutos como estatísticos) e de oferecer um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que supre as investigações tipológicas. Com suas estruturas em camadas de Formulação e de Codificação, que definem um espaço no qual a atividade linguística é compelida a operar, a GDF permite comparações mais confiáveis entre sistemas linguísticos. (HENGEVELD, MACKENZIE, 2010, p. 334)

Concebida com esse propósito, a GDF apresenta uma arquitetura que se mostra perfeitamente adequada para uma abordagem tipológica.

De acordo com a GDF, uma pesquisa tipológica pode focar em dois diferentes aspectos da organização linguística. Dentro desse modelo é feita uma separação clara entre FORMULAÇÃO e CODIFICAÇÃO.

O processo de **formulação** está relacionado à especificação das configurações interpessoal e representacional que são permitidas em uma língua específica independentemente da sua expressão.

O processo de **codificação** está relacionado com a forma morfossintática e fonológica que essas configurações interpessoais e representacionais podem assumir na língua. Esses dois passos podem ser assim representados:

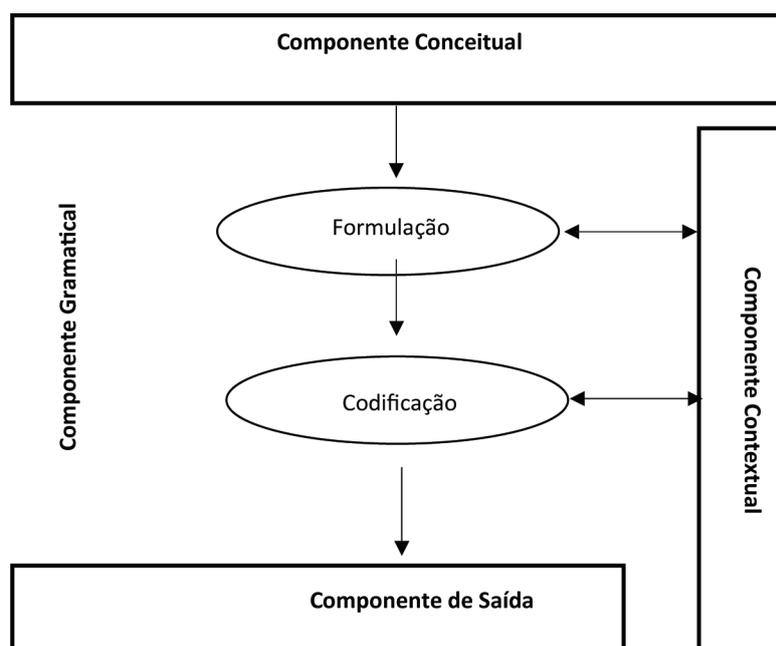


Figura 1. A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal

Uma vez que o modelo cuidadosamente distingue, para cada ato de discurso, suas características interpessoais, representacionais, morfossintáticas e fonológicas, as línguas podem ser comparadas em cada um desses níveis separadamente.

Nesses termos, dois grandes tipos de pesquisa tipológica podem ser distinguidos, o primeiro deles relacionado com a semântica e a pragmática e o segundo, com a morfossintaxe e a fonologia. Como apontam Hattner e Hengeveld (2007, p. 9),

[...] no nível interpessoal, por exemplo, interessa a uma tipologia pragmática saber quais as intenções comunicativas básicas recebem codificação especial nas línguas estudadas. No nível representacional, o modo como cada língua representa os tipos de evento é de interesse de uma tipologia semântica. No nível morfossintático, tópicos como a organização dos parágrafos requerem a atenção em uma abordagem orientada para o discurso (tipologia sintática). Finalmente, no nível fonológico, a organização do sistema prosódico coloca novos desafios quando considerada a partir da perspectiva do ato discursivo, em vez da sentença (tipologia fonológica).

Nos últimos anos, alguns pesquisadores brasileiros vêm desenvolvendo estudos tipológicos com base na GDF.

Em 2004, Hengeveld e um grupo de pesquisadores da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto, procuraram verificar se a distribuição das ilocuções básicas nas línguas indígenas do Brasil poderia ser descrita sistematicamente em termos de uma hierarquia implicacional, predizendo a existência de uma determinada ilocução básica a partir da existência de outras. Os resultados dessa pesquisa apontaram para uma distinção significativa entre ilocuções básicas proposicionais e comportamentais, a primeira relacionada com a troca de informações e a última, com a influência no comportamento. Esses resultados podem ser conferidos em Hengeveld et al. (2007).

Em 2006, Hengeveld e um grupo de pesquisadores majoritariamente da UFRJ investigaram em que medida um conjunto de categorias semânticas (indivíduo, locação,

tempo, espaço, modo, quantidade e razão), definidas de acordo com a GDF, manifestam-se formalmente em línguas nativas do Brasil. Na medida em que essas categorias semânticas não são assumidas como relevantes para todas as línguas, somente uma pesquisa empírica poderia revelar qual categoria é relevante para qual língua e, com base nessa pesquisa se poderia chegar a conclusões sobre a distribuição tipológica da sensibilidade à categorização semântica entre as línguas. Essas questões foram analisadas em relação à três fenômenos que podem se mostrar sensíveis à categorização semântica: palavras interrogativas, demonstrativos e nominalizações. Os autores analisaram especialmente em que medida a distribuição dessas manifestações em todas as categorias pode ser descrita sistematicamente em termos de hierarquias implicacionais. Os resultados dessa pesquisa podem ser conferidos em Hengeveld et al. (2012).

Entre 2006 e 2008, Pezatti estudou as relações adverbiais nas línguas amazônicas brasileiras, baseando-se numa amostra de 18 línguas, defendendo a hipótese de que o grau de sentencialidade das adverbiais está vinculado ao nível e à camada de organização estrutural da oração. Como afirma a autora, o objetivo dessa pesquisa foi verificar o grau de sentencialidade das orações adverbiais, considerando que “a presença de categorias semânticas do verbo (TAM) mostra a relação de equivalência entre a principal e a dependente, enquanto a ausência mostra rebaixamento categorial do verbo dependente e, portanto, maior integração semântica e sintática” (PEZATTI, 2009, p. 139).

No mesmo período, Camacho desenvolveu um estudo sobre a tipologia das orações relativas nas línguas nativas do Brasil, analisando 18 línguas da amazônia brasileira. Entre outros resultados, esse trabalho demonstrou que “o uso da nominalização consiste em uma estratégia alternativa de relativização e que algumas línguas que assumem a nominalização como uma estratégia primária estão privadas de uma classe específica de adjetivos” (CAMACHO, 2010, p. 168). Os resultados parciais dessa pesquisa podem ser acessados em:

Derivaram dessa pesquisa sobre a nominalização como estratégia de relativização duas dissertações de mestrado recentemente concluídas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, campus de São José do Rio Preto, ambas analisando línguas nativas do Brasil. A primeira faz um estudo tipológico-funcional da acessibilidade das construções relativas (OLIVEIRA, 2011) e a segunda analisa as estratégias de relativização e a classe de palavra, também a partir de uma perspectiva tipológica (GIMENEZ, 2011).

Desde 2008, venho estudando, junto com Kees Hengeveld, da Universidade de Amsterdam, a evidencialidade segundo uma perspectiva tipológica.

Em Hattner e Hengeveld (2008), investigamos em que medida a expressão gramatical de evidencialidade em uma variedade de línguas pode ser explicada em termos da relação hierárquica existente entre as três classes de evidenciais propostas pela GDF.

A classificação da evidencialidade proposta por esse modelo permitiu estabelecer uma série de predições relacionadas à interação entre as próprias categorias evidenciais e relacionadas à interação entre evidencialidade e outras categorias gramaticais, tais como modalidade epistêmica, negação e tempo. Os resultados dessa pesquisa foram apresentados em Hattner e Hengeveld (2008).

Para testar essas predições, estabelecidas a partir da teoria e verificadas aleatoriamente em línguas com sistemas evidenciais múltiplos de todo o mundo, propus uma investigação

tipológica da evidencialidade nas línguas nativas do Brasil, cujos resultados serão discutidos aqui e apresentados em Hengeveld e Hattner (em preparação).

Deriva desse trabalho uma dissertação de mestrado intitulada *Relações de escopo entre evidencialidade e tempo*, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, campus de São José do Rio Preto, por Aline Kapp.

Devolvendo a palavra para os autores da GDF, podemos entender que

A GDF oferece um quadro estruturado dentro do qual as hipóteses linguísticas podem ser enunciadas e testadas. Ao mesmo tempo, ela fornece um quadro para a descrição de fenômenos linguísticos e, dessa forma, pode estar envolvida em todo o ciclo de pesquisa: da observação à predição, ao teste das predições por meio de novas observações, de volta a novas predições e assim por diante. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010, p. 335)

É com base nesse quadro que discuto a análise tipológica da evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil, conforme se verá a seguir.

Evidencialidade: uma abordagem tipológico-funcional

Ao investigar a expressão gramatical de evidencialidade em uma variedade de línguas indígenas do Brasil, busco explicar as relações hierárquicas que se estabelecem entre os subtipos evidenciais com base nos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

O escopo semântico dos subtipos evidenciais e a potencial coocorrência de marcadores evidenciais em uma oração simples são usados para demonstrar que a evidencialidade pode ser descrita sistematicamente em termos de um conjunto de hierarquias implicacionais que pode ser formulado em uma abordagem estratificada da evidencialidade.

Para demonstrar essa hierarquia, analiso o sistema evidencial de 28 línguas indígenas do Brasil¹. Como aponta Aikhenvald (2004), os sistemas evidenciais múltiplos são bastante frequentes entre as línguas indígenas do Brasil, razão pela qual foram escolhidas para compor o corpus dessa investigação. Nesse sentido, registro que o foco de interesse desse trabalho é a verificação da existência e do funcionamento do conjunto de hierarquias implicacionais previsto pela abordagem teórica adotada, a GDF, e que a análise de línguas indígenas, assentada em descrições já feitas por especialistas do Brasil e do exterior, constitui um meio para esse fim.

Eu começo, então, mostrando uma nova classificação para os tipos de evidencialidade estabelecida a partir da arquitetura hierárquica da GDF e discuto algumas predições que decorrem dessa classificação.

Na GDF, a evidencialidade pode ser dividida em subcategorias, dependendo das relações de escopo consideradas:

¹ Os dados e as considerações aqui apresentados resultam de projeto de pesquisa desenvolvido junto à Universidade de Amsterdam em 2009/2010 sob financiamento FAPESP e de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq em desenvolvimento no triênio 2010-2012. A reclassificação da evidencialidade resultante integra o artigo “Four types of evidentiality”, escrito em co-autoria com o Kees Hengeveld (UvA), em preparação.

- (i) *Reportatividade*, que opera na camada do Conteúdo Comunicado no Nível Interpessoal, indica que o falante não está expressando seu próprio material cognitivo, mas está passando adiante a opinião de outros;
- (ii) *Inferência*, opera na camada do Conteúdo Proposicional no Nível Representacional e indica que o Conteúdo Proposicional é inferido pelo falante com base em seu conhecimento prévio.
- (iii) *Percepção de Evento*, que opera na camada do Estado-de-Coisas no Nível Representacional e indica se um evento foi ou não testemunhado pelo falante.

Essas três subcategorias da evidencialidade já eram identificadas em Hengeveld e Mackenzie (2008). Em Hengeveld e Hattnher (em preparação), argumentamos que há um outro subtipo evidencial:

- (iv) *Dedução*, que opera no nível representacional, na camada do Episódio e indica que a ocorrência de um episódio é deduzida pelo falante com base em uma evidência disponível; o falante não testemunha o próprio episódio, mas ele é capaz de deduzir sua ocorrência a partir da percepção de alguma evidência resultante.

Organizando esses quatro subtipos evidenciais de acordo com a arquitetura hierárquica da GDF, temos:

Quadro 1: Distribuição dos subtipos evidenciais segundo a arquitetura da GDF segundo Hengeveld e Hattnher (em preparação)

NÍVEL	REPRESENTACIONAL			INTERPESSOAL
CAMADA	E	ep	p	C
SUBCATEGORIA EVIDENCIAL	PERCEPÇÃO DE EVENTO	DEDUÇÃO	INFERÊNCIA	REPORTATIVIDADE

Os sistemas evidenciais das línguas analisadas segundo essa classificação puderam ser assim classificados conforme exposto no Quadro 2, a seguir. Como se vê, os sistemas evidenciais nas línguas indígenas do Brasil variam em termos do número de fontes de informação codificada e em termos de escopo semântico. O mais simples sistema evidencial encontrado tem apenas um marcador evidencial, o reportativo. Os sistemas mais complexos variam de dois a quatro subtipos.

O resultado mais evidente nesse quadro é a comprovação de que os subtipos evidenciais propostos realmente apresentam diferentes valores semânticos, uma vez que é possível encontrar os quatro subtipos em uma mesma língua. Esse é o caso de 10 línguas da amostra, pertencentes a 10 famílias diferentes.

Quadro 2. As subcategorias evidenciais (adaptado de Hengeveld e Hattnher, em preparação)

NÍVEL	REPRESENTACIONAL			INTERPESSOAL
CAMADA	E	ep	p	C
SUBCATEGORIA	PERC. EVENTO	DEDUÇÃO	INFERÊNCIA	REPORTATIVIDADE
mamaindê, guanano, desano, hup, tuyuca, sabanê, karo, jamamadi, kamaiurá, tariana	+	+	+	+
parkatêjê	+	+		+
matses	+	+	+	
pirahã, carapanã, waiwai, nambikwara, ye'pâ-masa, sanumá, lakondê	+	+		+
yuhup	+			+
guajá, jarawara, Yaminahua	+			+
urubu-kaapor, trumai, suruí, karitiana, dâw				+

O fato de podermos identificar quatro tipos de evidencialidade em uma língua não significa necessariamente que essa língua tenha apenas quatro marcadores de evidencialidade. É possível que diferenças no modo como um evento é percebido, uma Dedução é produzida ou um Conteúdo Comunicado é relatado sejam expressas por diferentes sufixos. Assumindo a validade dessa classificação e considerando o tratamento da evidencialidade proposto pela GDF, algumas previsões puderam ser comprovadas, sendo a mais importante delas a comprovação da existência, em línguas com sistemas evidenciais múltiplos, de uma hierarquia implicacional entre os subtipos evidenciais que se expressa da seguinte maneira:

PERCEPÇÃO DE EVENTO \subset DEDUÇÃO \subset INFERÊNCIA

Ou seja, se uma língua tem operadores de Inferência, ela terá também operadores de Dedução e de Percepção de evento, podendo a reportatividade pode coexistir com qualquer combinação, uma vez que ela pertence a um nível diferente. A análise dos sistemas evidenciais das línguas do corpus, resumida no quadro 2 acima, não só demonstrou a validade da classificação evidencial proposta, uma vez que os quatro subtipos estabelecidos ocorreram em uma mesma língua, mas também comprovou essa hierarquia.

Mais do que discutir os resultados dessa classificação, que ainda estão sendo complementados com a expansão do corpus, pretendo analisar, aqui, algumas questões relacionadas aos estudos tipológicos das línguas indígenas do Brasil como um todo e, em especial, algumas peculiaridades da abordagem tipológica ancorada na GDF.

A primeira dificuldade encontrada nessa pesquisa tipológica sobre evidencialidade está relacionada à constituição de uma amostra que obedeça a critérios tipologicamente válidos. Embora o conjunto de línguas indígenas do Brasil descritas venha aumentando paulatinamente, por meio principalmente de dissertações e teses defendidas no Brasil e no exterior, nem sempre é possível encontrar, nesses trabalhos, a descrição dos sistemas evidenciais.

Obviamente, o problema não reside apenas em encontrar gramáticas ou estudos descritivos sobre uma língua, mas encontrar uma descrição satisfatória de seu sistema evidencial. Há grandes diferenças entre as descrições disponíveis, não apenas relacionadas a abordagens teóricas, mas, principalmente, relacionadas ao tipo de informação considerada relevante para a descrição do sistema evidencial. Especialmente no caso das dissertações, a depender dos interesses descritivos descrita, ou descrita, mas não exemplificada, ou ainda, a evidencialidade é exemplificada, mas sem a glosa correspondente.

Assim é que, após a análise de material descritivo sobre 78 línguas indígenas, a amostra ficou constituída por 28 línguas, distribuídas em 16 diferentes famílias. Nesse conjunto, 22 línguas têm sistema evidencial complexo, com mais de dois marcadores gramaticais de evidencialidade, o que, em princípio, constituiria um conjunto satisfatório de línguas para a análise das relações hierárquicas. No entanto, em apenas sete gramáticas foi possível encontrar exemplos de coocorrência. Embora nenhum dos exemplos contrarie as previsões investigadas, esse número de ocorrências não é suficiente para provar que a ordenação dos marcadores evidenciais reflete as relações de escopo entre eles, o que me levou a buscar outras formas de expressão dessa hierarquia.

Outro aspecto da constituição do corpus que trouxe alguma dificuldade para a análise é o fato de o uso de marcadores evidenciais não ser obrigatório em todas as línguas da amostra. Em línguas em que o marcador evidencial é opcional, é difícil analisar sua relação com outras categorias na sentença. No conjunto analisado, 12 línguas têm um sistema evidencial obrigatório.

Por fim, uma característica inerente aos estudos tipológicos que merece comentário é a diversidade de classificação do fenômeno em análise adotada pelos diferentes estudos descritivos que compõem o corpus. Obviamente, toda comparação exige uma uniformidade de critérios e categorias que, no caso de um conjunto tão diverso de estudos descritivos como o aqui utilizado, só poderia ser obtida por meio de uma releitura das análises encontradas.

A releitura em si não seria um problema, uma vez que a GDF oferece uma definição e uma caracterização bastante clara dos subtipos evidenciais identificados nas diferentes camadas. No entanto, nem sempre a evidencialidade aparece descrita como uma categoria gramatical individualizada. Assim, as informações sobre a evidencialidade foram buscadas na análise do sistema verbal, das marcas de comprometimento e distanciamento, nas partículas de verificação, nas indicações de pessoa e, especialmente, na análise do sistema modal, com o qual frequentemente a descrição da evidencialidade se mistura. Quando esse era o caso, as formas gramaticais que explicitamente indicam a fonte da informação veiculada pelo falante eram incluídas na nossa classificação evidencial, mesmo que elas fossem originalmente classificadas como modais. Quando as diferenças entre valores modais e evidenciais não estavam claramente estabelecidas, como em Myky, ou quando os subtipos estavam bem estabelecidos, mas não havia exemplos disponíveis (como em Carapanã e Parakanã), a língua não foi incluída no *corpus*.

Dada a semelhança entre o sentido lato das palavras ‘dedução’ e ‘inferência’, a mesma função de um evidencial era algumas vezes identificada com nomes diferentes, como acontece em Guanano e Ye-pâ-masa. Essas duas línguas têm formas gramaticais para indicar que a informação que o falante veicula é deduzida por ele com base em uma evidência disponível, mas a despeito da definição quase idêntica, esses evidenciais são classificados com nomes diferentes (inferência e dedução, respectivamente).

Se, por um lado, a diversidade de critérios e de abrangência dos estudos descritivos sobre evidencialidade é um elemento complicador para um estudo tipológico de tal monta, a consistência e a clareza dos critérios de identificação dos subtipos evidenciais propostos pela GDF funciona como um elemento catalisador. A identificação dos subtipos a partir da natureza da unidade semântica qualificada pelo evidencial (um estado-de-coisas, um episódio, uma proposição ou um conteúdo comunicado) permite uma descrição sistemática em termos de um conjunto de hierárquicas implicacionais que só pode ser formulado em um abordagem estratificada da evidencialidade.

Também decorre da abordagem teórica escolhida para fazer o estudo tipológico a possibilidade de encontrar recorrências nos sistemas evidencias analisados em diferentes níveis. Ao lado da tipologia semântica aqui identificada, também é possível estabelecer uma tipologia morfossintática, se considerarmos as relações que a evidencialidade estabelece com outras categorias qualificacionais. Assim, um segundo resultado, que também confirmaria a hierarquia implicacional aqui proposta, diz respeito às subdivisões dentro de cada subtipo evidencial necessárias para expressar as diferentes combinatórias entre evidencialidade e modalidade, evidencialidade e tempo, evidencialidade e pessoa, que parecem diminuir da esquerda para a direita (da camada do estado de coisas para a camada da proposição). É o que acontece, por exemplo, em Guanano, que tem cinco morfemas para indicação de Percepção de Evento (visual e não-visual) combinada com pessoa (primeira e não-primeira) e os dois tempos do pretérito (perfeito e imperfeito), dois morfemas para indicação da evidencialidade dedutiva combinada com pretérito perfeito e imperfeito e apenas um morfema para indicação de Inferência. Essa, no entanto, é uma relação que, para ser bem investigada, depende de nova expansão do corpus, uma vez que essa análise só pode ser empreendida em línguas com sistemas evidenciais obrigatórios.

Considerações finais

Por meio da discussão dos procedimentos teórico-metodológicos envolvido no exercício de análise da evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil, esperamos ter mostrado a adequação da GDF para os estudos tipológicos. Como apontam Hengeveld e Mackenzie,

A GDF oferece um quadro estruturado dentro do qual as hipóteses linguísticas podem ser enunciadas e testadas. Ao mesmo tempo, ela fornece um quadro para a descrição de fenômenos linguísticos e, dessa forma, pode estar envolvida em todo o ciclo de pesquisa: da observação à predição, ao teste das predições por meio de novas observações, de volta a novas predições e assim por diante. (2010, p.373).

Os critérios utilizados para a identificação dos subtipos evidenciais, assentados nas relações de escopo entre as diferentes camadas em que se alojam os evidenciais,

decorrem, naturalmente, da arquitetura hierárquica do modelo. Nesse sentido, podemos afirmar que a evidencialidade pode ser sistematicamente descrita em termos de um conjunto de hierarquias implicacionais que só pode ser formulado a partir de uma abordagem em camadas da evidencialidade.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CAMACHO, R. G. A nominalização como estratégia de relativização. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 167-185, 2010.
- GIMENEZ, A. D. *Estratégias de relativização e classe de palavra: um estudo tipológico-funcional*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2011.
- HATTNER, M. M. D. A.; HENGEVELD, K. Evidentiality in FDG. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON FUNCTIONAL GRAMMAR, 13th, 2008. London. *Abstracts...* London: ICFG, 2008. Disponível em: <<http://www.functionalgrammar.com>>. Acesso em 18 jan. 2012.
- _____. *Advances in Functional Discourse Grammar*. *Alfa*, São Paulo v. 51, n. 2, p. 7-10, 2007.
- HENGEVELD, K. et al. Ilocuções básicas nas línguas nativas do Brasil. *Alfa*, São Paulo v. 51, n. 2, p.73-90, 2007.
- HENGEVELD, K.; HATTNER, M. M. D. A. *Four types of evidentiality*. (em preparação).
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 367-400.
- _____. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENGEVELD, K. et al. Semantic categories in the indigenous languages of Brazil. *Functions of Language*, Amsterdam, v. 19, n. 1, p. 33-52, 2012.
- OLIVEIRA, G. *Acessibilidade das construções relativas nas línguas nativas do Brasil: um estudo tipológico-funcional*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- PEZATTI, E. G. A relação adverbial nas línguas amazônicas brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 139-153, 2009.
- SEKI, L. A linguística indígena no Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 15, p. 267-8, 1999.

Ordenação de constituintes em sentenças interrogativas do português brasileiro: uma visão diacrônica

(Constituent ordering in Brazilian Portuguese interrogative sentences: a diachronic view)

Michel Gustavo Fontes¹

¹ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – campus de São José do Rio Preto – Bolsista FAPESP (Proc. 2009/11676-0)

michelfontes2002@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims to characterize the history of Brazilian Portuguese Content Interrogatives. The study and its analysis are based on Functional Discourse Grammar principles. Mainly, we turn our attention to the constituent ordering phenomenon in those structures, and try to determine the historical and pragmatic motivations involved in the interrogative constituent and subject dispositions. In order to do so, the data are composed of theater plays from 19th and 20th centuries.

Keywords: Constituent ordering; Pragmatic functions; Content interrogatives.

Resumo: Com base na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, este artigo objetiva caracterizar a história das Interrogativas de Conteúdo, ou Interrogativas-Qu, do português brasileiro. Especificamente, volta-se a atenção para o fenômeno de ordenação de constituintes nesse tipo de estrutura, buscando as motivações pragmáticas e históricas envolvidas na ordenação do constituinte interrogativo e do Sujeito. Para tanto, utilizam-se, como material de análise, peças de teatro representativas dos séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Ordenação de constituintes; Funções pragmáticas; Interrogativas de Conteúdo.

Introdução

O objeto de estudo deste trabalho compõe-se a partir de dados de *Interrogativas de Conteúdo*, ou, como tradicionalmente são conhecidas, *Interrogativas-Qu*, distinguidas com base em seu traço formal — sentenças diretas que contêm um pronome ou advérbio interrogativo — e exemplificadas em (01) com dados do NURC.

- (01)
- a. **o que** a senhora gostaria de fazer? (SP-D2-360)
 - b. **que** é que um professor faz...? (SA-DID-231)
 - c. **qual** é o problema? (PA-EF-278)
 - d. **quem** é que vai comprar? (RJ-EF-379)
 - e. elas têm origem...**onde**? (SA-EF-049)
 - f. **quando** é que o aluno evidencia conhecimento? (PA-EF-278)
 - g. **quantos** o senhor deseja? (RE-EF-337)
 - h. **como** que nós chegamos a ela? (SP-EF-405)
 - i. nao poderia **por quê**? (RJ-EF-379)

Um dos focos de análise deste trabalho é o constituinte interrogativo, especificamente sua natureza pragmática e sua disposição linear na estrutura morfossintática. Tal constituinte pode situar-se (i) na margem esquerda da oração interrogativa, ocupando a posição inicial (cf. (02)), ou (ii) na margem direita da oração interrogativa, ocupando a posição final (cf. (03)).

(02) o **que** significa isso? (REC-EF-337)

(03) ele também pode fazer o **quê**? (SA-DID-231)

Além disso, merece atenção a natureza do sujeito nas Interrogativas de Conteúdo e a sua disposição em relação ao verbo, uma vez que pode (i) anteceder o verbo, ocupando o campo inicial da oração junto ao constituinte interrogativo (cf. (04)) ou (ii) pospor o verbo, ocupando o campo final da oração (cf. (05)).

(04) o que **a senhora** gostaria de fazer? (SP-D2-360)

(05) o que significa **isso**? (REC-EF-337)

Objetiva-se, neste trabalho, verificar como se processam as Interrogativas de Conteúdo na história do português brasileiro (doravante PB), procurando, com base na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), conforme concebida por Hengeveld e Mackenzie (2008), caracterizar os condicionamentos discursivo-pragmáticos da dupla ordenação assumida por esses dois constituintes nas Interrogativas de Conteúdo: (i) do constituinte interrogativo e (ii) do sujeito.

Ao adotar uma abordagem diacrônica, deseja-se (i) mostrar como os diferentes padrões de estruturação das Interrogativas de Conteúdo se implementaram ao longo da história do PB e, além disso, (ii) recuperar as mudanças que atingiram tal fenômeno, como a implementação da ordem SV e da posição final do constituinte interrogativo. Para tanto, tal análise se desenvolve com base em peças de teatro de escritores brasileiros dos séculos XIX e XX, as quais estão dispostas na Figura 01 abaixo.

SÉCULO XIX				SÉCULO XX			
I metade		II metade		I metade		II metade	
1838	1844	1890	1892	1932	1954	1960	1966
<i>O juiz de paz na roça</i>	<i>Judas no sábado de aleluia</i>	<i>Viagem ao Parnaso</i>	<i>O Tribofo</i>	<i>Deus lhe pague</i>	<i>Figueira do Inferno</i>	<i>A invasão</i>	<i>O santo inquerito</i>
(19TMPa)	(19TMPb)	(19TAAa)	(19TAAb)	(20TJCa)	(20TJCb)	(20TDGa)	(20TDGb)
Martins Pena		Artur Azevedo		Joracy Camargo		Dias Gomes	

Figura 01: Peças de teatro selecionadas e períodos de análise

Em relação ao objeto de estudo deste trabalho, com a intenção de alcançar os objetivos acima traçados, foram necessários alguns recortes, como a exclusão de (i) casos como (06) abaixo, em que o constituinte interrogativo ou é parte de um sintagma interrogativo mais complexo (cf. (06a)), ou é um adjetivo interrogativo (cf. (06b)) e, dessa forma, submete-se aos padrões de ordenação sintagmática; (ii) casos como (07) abaixo, em que o constituinte interrogativo, apesar de estar no início do período, pertence à oração subordinada; e, por fim, (iii) casos como (08), que representam interrogativas indiretas.

- (06) a. é uma transferência **a partir de quê?** (PA-EF-278)
 b. **em que ocasiões** você costuma visitar seus amigos? (PA-DID-45)
- (07) **quem** a senhora acha que é responsável pra.:por um bom sucesso de um filme? (SP-DID-234)
- (08) ele pode simplesmente me dizer **o que foi que o conferencista disse** (PA-EF-278)

Este estudo, dessa forma, concentra-se nos casos de Interrogativas de Conteúdo diretas, que configuram períodos absolutos, cujo constituinte interrogativo atua na camada da oração, isto é, não faz parte de sintagmas interrogativos complexos e nem funciona como um adjetivo interrogativo.

Este trabalho se divide da seguinte maneira: (i) primeiramente, apresentam-se os pressupostos teóricos que subjazem o estudo e a pesquisa aqui apresentados; (ii) caracteriza-se, então, a natureza pragmática do constituinte interrogativo e do sujeito e sua influência sobre a disposição oracional desses constituintes, e, por fim, (iii) traçamos o perfil diacrônico desse fenômeno no PB. Para finalizar, apresentam-se algumas considerações finais.

Fundamentos teóricos e metodológicos

A Gramática Discursivo-Funcional

Proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF é o componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal, que interage com componentes não-linguísticos do processo de interação verbal. Concebida segundo os princípios de uma perspectiva funcional da linguagem, a GDF objetiva descrever e explicar as línguas naturais de uma forma pragmática e psicologicamente adequada, isto é, pretende estudar o grau em que uma descrição linguística é relevante para explicar o uso da língua e compatível com o conhecimento sobre o processamento mental envolvido na interpretação e na produção das expressões linguísticas. Em síntese, tal modelo captura as propriedades formais das unidades linguísticas e as descreve em termos da intenção comunicativa com que são produzidas.

Sem desconsiderar a Gramática Funcional de Dik (1997a; 1997b), a GDF provoca mudanças significativas na determinação das unidades de análises linguísticas, já que propõe a expansão de uma gramática da sentença para uma gramática do discurso. Para tanto, tal modelo gramatical apresenta as seguintes propriedades:

- (a) opera de cima para baixo (organização *top-down*): as intenções comunicativas de um falante são processadas em direção descendente até chegar à articulação;
- (b) tem como unidade básica de análise os atos discursivos;
- (c) liga-se a um componente conceitual, contextual e um de produção;
- (d) distingue dois processos fundamentais envolvidos na produção linguística: (i) *formulação*, que converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, e (ii) *codificação*, que transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico de forma a dar a elas uma expressão linguística;

- (e) introduz quatro níveis de análise independentes e organizados hierarquicamente: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Tais níveis, nessa ordem hierárquica, são interatuantes na organização do modelo da GDF, conforme se observa na Figura 02 abaixo.

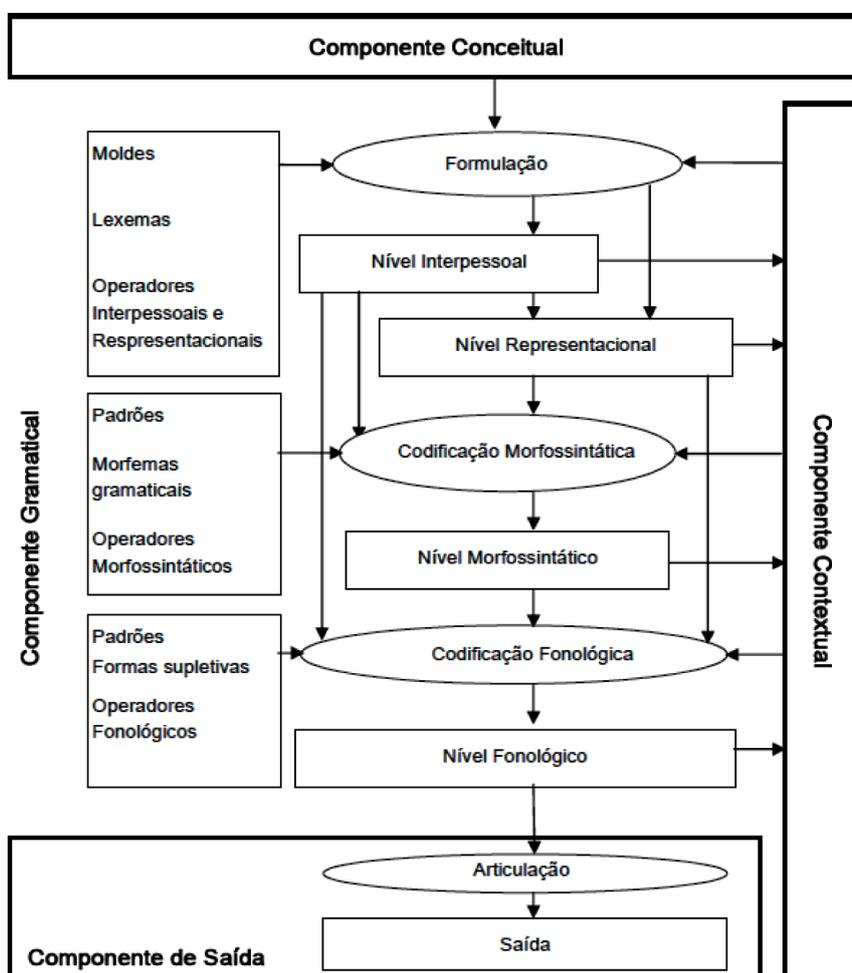


Figura 02: Layout geral da GDF

No processo de formulação, atuam os níveis Interpessoal e Representacional. No Nível Interpessoal, todas as unidades relevantes do comportamento comunicativo são formalizadas em termos de sua função comunicativa. Com base na formalização em (09), observa-se que a unidade de análise hierarquicamente mais alta nesse nível é o *Movimento* (M), que pode conter um ou mais Atos Discursivos (A). Um Ato Discursivo consiste em uma Ilocução (F), um ou mais Participantes do ato de fala (P) e o Conteúdo Comunicado (C) apresentado pelo falante. O Conteúdo Comunicado, por sua vez, pode conter um número variável de Subatos Atributivos (T) e Subatos Referenciais (R).

$$(09) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}}] (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

Já no Nível Representacional, descrevem-se as unidades linguísticas em termos de sua categoria semântica. Enquanto o Nível Interpessoal trata da evocação, o Representacional lida com a denotação. As camadas desse nível, disponíveis numa representação formalizada e hierarquicamente organizada em (10), são definidas em termos das categorias semânticas que elas designam: Conteúdos Proposicionais (p), as unidades mais altas do Nível Re-

sentacional, são construtos mentais, que podem conter um ou mais Episódios (Ep), que são conjuntos de estados-de-coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam unidade ou continuidade de Tempo (t), Locação (l) e Indivíduos (x); já Estados-de-coisas (e) incluem eventos e estados que são caracterizados pela possibilidade de serem localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto factual. Um estado-de-coisas se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f), que tem natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si, como Indivíduo (x), Locação (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

$$(10) \quad (p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2^n(x_1)_\Phi \dots (x_{1+n})_\Phi]) (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\Phi]) \dots (e_{1+n})_{\{\Phi\}}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1))$$

Na operação de codificação, atuam os níveis Morfossintático e Fonológico. O Nível Morfossintático trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Em vista dessa função, muito do que ocorre no Nível Morfossintático é funcionalmente motivado: princípios de ordenação são motivados por iconicidade, integridade de domínio e pela preservação de relações de escopo. Entretanto, deve-se levar em conta que esse nível tem seus próprios princípios de organização, que podem não ser funcionalmente motivados. Conforme a representação em (11), a camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (EL), ou seja, qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática; se houver mais de uma unidade dentro da EL, elas terão as mesmas propriedades morfossintáticas. As unidades que se combinam para formar a EL são: Orações (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw).

$$(11) \quad (EL_1: [Cl_1: [(Xw) (Xp_1: [(Xw) (Xp_2) (Cl_2)] (Xp_1)) (Cl_3)] (Cl_1)]) (EL_1))$$

O Nível Fonológico, por fim, é responsável pelos aspectos de codificação que não ocorrem no Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* – alguns já na forma fonêmica – dos outros três níveis e provê o *input* para o Componente de Saída. Enquanto este último lida com questões relacionadas a frequência, intensidade, duração, o Nível Fonológico – sendo gramatical – é ‘digital’, e contém representações de fonemas que são baseadas em oposições fonológicas binárias.

A ordenação de constituintes segundo a GDF

Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram a ordem linear dos elementos dentro da oração sob duas diferentes perspectivas: a organização hierárquica (ordenação de constituintes não-configuracionais, ou seja, opcionais) e a organização não-hierárquica (ordenação de constituintes configuracionais, ou seja, argumentais) de elementos. Além disso, dada a sistemática organização *top-down* da gramática, a ordenação de elementos começa com a expressão morfossintática das partes hierarquicamente organizadas nos níveis Interpessoal e Representacional, iniciando pelas camadas mais altas, passando pelas mais baixas até chegar ao conteúdo e esquemas de predicação. O Nível Morfossintático contém os *templates* de esquemas hierárquicos e não-hierárquicos. Posições obrigatórias nos *templates* para as quais não há material disponível serão preenchidas com elementos vazios (*dummies*).

Ao iniciar o processo de ordenação de constituintes em suas posições adequadas, três posições absolutas estão disponíveis dentro da oração: a posição inicial (P^I), a posição medial (P^M) e a posição final (P^F), sendo as posições periféricas (P^I e P^F) psicologicamente

salientes.

Outras posições podem ser definidas relativamente a essas três posições absolutas, ou seja, as línguas podem fazer uso da posição inicial (P^I) e suas expansões para a direita (P^{I+1} , P^{I+n}), da posição final (P^F) e suas expansões para a esquerda (P^{F-1} , P^{F-n}) e da posição medial (P^M) e suas expansões para a direita (P^{M+1} , P^{M+n}), para a esquerda (P^{M-1} , P^{M-n}) ou para ambas as direções (P^{M-N} ; P^{M-1} ; P^M ; P^{M+1} ; P^{M+N}).

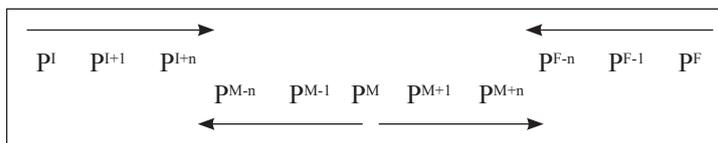


Figura 03: Posições absolutas e relativas da oração

Sob o domínio da ordenação hierárquica, os constituintes, no caso, modificadores, operadores e funções devem ser posicionados centripetamente, isto é, começando pelas margens da oração e dirigindo-se para o centro. Modificadores do Nível Interpessoal preferem, quando não estiverem já preenchidas, as posições extraoracionais. Já os modificadores do Nível Representacional preferem se posicionar junto à Oração, começando pelas margens esquerda e direita e preenchendo, primeiramente, as posições absolutas para, depois de preenchidas, criar as posições relativas. Já sob o domínio da ordenação configuracional (ou não-hierárquica), os constituintes oracionais são posicionados centrifugamente, iniciando pelo predicado e dirigindo-se para as margens. Na Figura 04 abaixo, podemos observar essa nítida separação entre **ordenação hierárquica** e **ordenação configuracional** que atuam no processo de ordenação de constituintes:

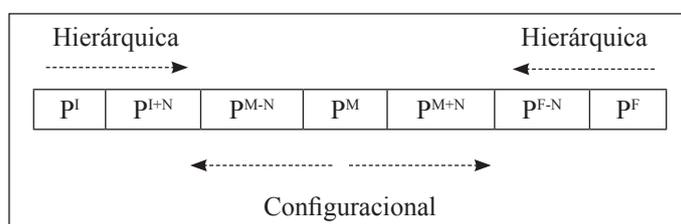


Figura 04: Ordenação de constituintes em português

Vários fatores podem interferir na determinação da ordenação de constituintes: fatores relativos às funções pragmáticas e à referenciação associam-se ao Nível Interpessoal; os relacionados às funções semânticas e à designação, ao Representacional; e os relacionados às funções sintáticas e à complexidade estrutural do item linguístico, ao Morfossintático.

Ordenação do constituinte interrogativo nas sentenças interrogativas do PB

No Nível Interpessoal, o constituinte interrogativo representa um Subato Referencial a que se pode atribuir três diferentes combinações do operador de identificabilidade: (i) (+id, -s) para as perguntas típicas (cf. (12)); (ii) (-id, +s) para as perguntas retóricas (cf. (13)) e (iii) (-id, -s) para as perguntas meditativas (cf. (14)).

- (12) Manuel João - Adeus, rapariga. **Aonde** está tua mãe?
Aninha - Está lá dentro preparando a jacuba. (19TMPa)

- (13) MÜLLER - Está mais que evidente. **Que mandava nas cidades?** A CGT, Comando Geral dos Trabalhadores. **Quem mandava no campo?** As Ligas Camponesas. O Exército estava minado pelos sargentos e a Marinha pelos marinheiros. Não havia mais hierarquia, o terreno estava preparado para que os comunistas fizessem daqui uma nova Rússia. (20TDGc)
- (14) CONCEIÇÃO – E será, mesmo, incurável? (*Plácido balança a cabeça, afirmativamente*) – **E como poderei ser mãe?** (20TJCb)

A GDF distingue dois aspectos da identificabilidade: (i) o primeiro relaciona-se com a concepção do Falante a respeito da identificabilidade do referente para o Ouvinte, o que gera os operadores {+id, -id} para identificável e não-identificável; (ii) o segundo relaciona-se à indicação dada pelo Falante a respeito da identificabilidade do referente para si próprio, o que gera os operadores {+s, -s} para específico e não-específico.

Em (12), o Falante, ao assumir o desconhecimento sobre uma informação (-s), assinala seu desejo de que o Ouvinte, quem, para ele, detém tal informação ausente (+id), forneça-a. Ao constituinte interrogativo é atribuído, então, o operador (+id, -s), já que se trata de um Subato, na visão do Falante, identificável para o Ouvinte, mas não específico para o próprio Falante. A esse tipo de pergunta, que funciona como um pedido de informação, denomina-se **pergunta típica**.

Já em (13), o Falante assume que a informação sob interrogação faz parte de sua informação pragmática, ou seja, é específica (+s) para si mesmo, porém não está disponível para seu Ouvinte, ou seja, não é identificável (-id) para o Ouvinte, o que gera o operador (-id, +s). Esse tipo de pergunta funciona como uma estratégia argumentativa do Falante para ativar ou acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do Ouvinte, de forma a enfatizar ou destacar tal informação nova. A esse tipo de pergunta, que funciona na marcação de relevo positivo (cf. TRAVAGLIA, 2006), denomina-se **pergunta retórica**.

Por fim, em (14), a informação sob interrogação está ausente para ambos os participantes da interação, Falante e Ouvinte, ou seja, é não específica e não identificável, o que gera o operador (-id, -s R). Esse tipo de pergunta funciona como uma tentativa de o Falante expor suas dúvidas e/ou inquietações, colocando o Ouvinte no papel de testemunha, o que se denomina, aqui, **pergunta meditativa**.

Partindo das considerações de Chafe (1976) e considerando como nova a porção informacional que representa a diferença entre o estado mental do Falante e do Ouvinte, enquanto o ponto comum entre o estado mental dos dois participantes representa a informação dada, essas diferentes configurações do operador de identificabilidade revelam que o constituinte interrogativo abriga, essencialmente, **informação nova**.

Além disso, segundo Hannay (1983), o constituinte interrogativo, ao sinalizar a diferença entre a informação pragmática do Falante e do Ouvinte, consiste na informação mais importante no dado contexto comunicativo e, dessa forma, conforme assumem Pezatti e Fontes (2011), veicula a **função pragmática de Foco**, definida por Hengeveld e Mackenzie (2008) como a seleção estratégica do Falante de informação nova, isto é, na Expressão Linguística, o Falante se utiliza de algum mecanismo morfossintático para destacar a informação nova relevante para aquele contexto.

Como fica claro na definição acima trazida, a atribuição da função pragmática de Foco ao Subato interrogativo requer, no Nível Morfossintático, a mobilização de mecanismos

especiais de expressão; no caso do constituinte interrogativo, o mecanismo mobilizado é a ordenação. Os constituintes interrogativos, devido à sua natureza focal, podem, então, ocupar ou o campo inicial da oração, especificamente a posição P^I (cf. (15)), ou o campo final da oração, especificamente a posição P^F (cf. (16)).

(15) e **o que** a senhora considera uma boa peça teatral? (SP-DID-234)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}
(15a)	e	o que	a senhora	considera	uma boa peça teatral

(16) ele também pode fazer **o quê?** (SA-DID-231)

	P ^I	P ^{M-1}	P ^M	P ^F
(16a)	ele	também	pode fazer	o quê

Há, portanto, um único princípio, a atribuição da função pragmática de Foco, governando o posicionamento do constituinte interrogativo. Entretanto, mesmo visualizando um princípio comum que governa as duas ordenações, acredita-se que uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição final apresenta alguma propriedade pragmática capaz de distingui-la de uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição inicial. Outro ponto defendido por este trabalho é que a possibilidade de se dispor o constituinte interrogativo em posição final é fruto de um processo histórico de mudanças no sistema linguístico, ou melhor, as interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final originam-se, historicamente, a partir de mudanças que atingem a estrutura das interrogativas com o constituinte interrogativo em posição inicial, nomeadamente (i) a mudança da ordem VS para a SV, que também atinge as sentenças declarativas (cf. BERLINCK, 1989; PEZATTI; CAMACHO, 1997), e (ii) o surgimento do expletivo “é que”, que, como afirma Longhin (1999), faz parte do sistema da língua portuguesa já no século XVII e XVIII.

O posicionamento do constituinte interrogativo na margem direita, especificamente em P^F ou em suas expansões à esquerda da oração (P^{F-1}, P^{F-n}), está relacionado à atribuição de duas propriedades pragmáticas no Nível Interpessoal: a função pragmática de Foco, o que licencia sua posição no campo final da oração, e o operador de ênfase na camada do Subato Referencial interrogativo, codificado por um acento tônico no Nível Fonológico.

A ênfase aplicada ao Subato Referencial é uma estratégia de que se vale o Falante para direcionar a atenção de seu Ouvinte à informação que deseja destacar naquele dado momento da interação. A estrutura interrogativa com constituinte interrogativo em posição final parece contrariar a regra de colocação de elementos focais em posição inicial, o que dá um efeito de estranhamento para a estrutura. Dik (1997b) afirma que essas estruturas são mais difíceis de se processar, e, dessa forma, no aqui e agora da interação, chamam mais a atenção do Ouvinte. Dessa forma, defende-se, junto a Pezatti e Fontes (2011), que as interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final, além de focais, são estruturas enfáticas.

Essa tonicidade, que representa formalmente, no Nível Fonológico, o operador de ênfase atribuído ao constituinte interrogativo quando em posição final, é evidenciada por dois fatos levantados com base nos dados fornecidos pelo *corpus* de análise.

Primeiramente, se se focalizam os dados de interrogativas com constituintes

interrogativos argumentais, na função de sujeito ou objeto direto, posicionados no campo inicial da oração, especificamente em P^I, nota-se que esse constituinte pode ser codificado pelos pronomes *que* ou *o que*, conforme demonstram (17) e (18) abaixo:

(17) mas o que podem pensar? (20TDGb)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M
(17a)	mas	o que	podem pensar

(18) mas que importa? (20TDGa)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M
(18a)	mas	que	Importa

Em (17) e (18), os dois constituintes interrogativos designam a mesma categoria semântica, a de Indivíduo, ambos são argumentos Inativos da propriedade configuracional, especificamente de uma propriedade de dois lugares, e aos dois se atribui a função pragmática de Foco. Entretanto, percebe-se que, na posição inicial, tal constituinte pode ser codificado pelos pronomes *o que* ou *que*, o que mostra a possibilidade de redução fonética do constituinte interrogativo. Em (17), além da função pragmática de Foco, o que posiciona o constituinte em P^I, é atribuído ao constituinte interrogativo o operador de Ênfase, codificado, no Nível Fonológico, por meio de um acento tônico. Já em (18), ao constituinte interrogativo é aplicado somente a função de Foco, o que o posiciona em P^I e, no Nível Fonológico, não recebe acento tônico.

Um segundo fato é que, em todas as estruturas interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final coletadas, e sendo esse constituinte interrogativo um argumento do verbo, como (19) abaixo, o pronome interrogativo utilizado é *o quê*. Tal fato se evidencia inclusive nos exemplos de língua falada, de onde provém o exemplo em (20), retirado de um dos inquéritos do NURC. A presença do artigo antes do pronome interrogativo mostra que a este é aplicada uma tonicidade não existente em pronomes como *que*, por exemplo. Nas Interrogativas de Conteúdo, o pronome *o quê* pode ocupar tanto a posição inicial como a final e, em ambas as posições, ele apresenta uma leitura focal, o que se manifesta pelo seu posicionamento ou em P^I ou em P^F, e enfática, caracterizada pela tonicidade do pronome interrogativo.

(19) Ernestina. - Oh! foi um sonho que passou! Hoje só vivo de ti, por ti e para ti! A propósito: vamos à Rua do Ouvidor?

Eusébio. - **Fazê o quê?** (19TAAa)

	P ^M	P ^F
(19a)	fazer	o quê

(20) Dentre os elementos encontrados no mediastino anterior...entao...para adiante...aquele plano por dian/ ...passado por diante da traquéia...e sua bifurcação...para trás...**nós vamos encontrar o que?**...nós vamos encontrar a coluna dorsal...para os lados... (SSA-EF-049)

	P ^I	P ^M	P ^F
(20a)	nós	vamos encontrar	o quê

Esse fato dá evidências de que, na posição final, os constituintes interrogativos não

podem sofrer redução fonológica. Sentenças como (19) e (20) acima não seriam realizadas no PB com o pronome *que*. Suas versões com o constituinte interrogativo reduzido fonologicamente não parecem ser naturais para o PB.

(19a) *Fazê quê?

(20a) *nós vamos encontrar que?

Este trabalho defende, portanto, que há um condicionamento discursivo-pragmático por trás da ordenação do constituinte interrogativo: a atribuição da função pragmática Foco faz com que, na estrutura oracional, esse constituinte ocupe ou o campo inicial, especificamente P^I, ou o campo final, especificamente P^F ou suas expansões à esquerda (P^{F-1}, P^{F-n}). Além disso, uma segunda estratégia pragmática está envolvida na linearização desse constituinte na oração interrogativa: a aplicação do operador de Ênfase codificada pelo acento tônico no Nível Fonológico.

Dessa forma, acerca da ordenação do constituinte interrogativo, pode-se chegar a três padrões que caracterizam o PB:

	Posição	Tipo de pronome/proadvérbio	Função discursiva
(i)	P ^I	que, quem, qual, onde, quando, como, quanto, por que	Foco
(ii)	P ^I	o que	Foco + Ênfase
(iii)	P ^F	o que, quem, onde, quando, como, quanto, por que	Foco + Ênfase

Figura 05: Padrões de ordenação do constituinte interrogativo

Ordenação do sujeito nas sentenças interrogativas do PB

Nas Interrogativas de Conteúdo, quando presentes, os Sujeitos constituem expressões referenciais, ou seja, aludem a alguma entidade presente na situação comunicativa (dêixis) ou no próprio texto (foricidade). Dessa forma, os Sujeitos, nas sentenças interrogativas, manifestam-se como expressões dêiticas (cf. (21) ou fôricas, geralmente anafóricas (cf. (22)).

(21) Maria Rosa - Estou moída! Já mexi dous alqueires de farinha.

Aninha - Minha mãe, aqui está o café.

Maria Rosa - Bota aí. **Aonde estará aquele maldito negro?** (19TMPa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(21a)	aonde	estará	aquele maldito negro

(22) O soldado. - Deixe-me! Quero pegá-lo!

Tribofê. - Basta o seu companheiro. **Que fez ele?**

O soldado. - Falsificou nicolaus de duzentos réis. (*Sai apitando.*) Pega! (19TAAa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(22a)	que	fez	ele

O Sujeito, um Subato Referencial, em Interrogativas de Conteúdo, é, portanto, o responsável por assinalar como o Conteúdo Comunicado da interrogativa se relaciona com o registro gradualmente construído no Componente Contextual, ou melhor, é ele que

relaciona a totalidade do que o Falante deseja evocar na interação ao contexto linguístico (ou co-texto), assinalando sua funcionalidade fórica, e extralinguístico, assinalando sua funcionalidade dêitica. Além disso, o Sujeito é sempre determinado e definido, o que implica sua referência a uma entidade já disponível tanto na informação pragmática do Falante, como na do Ouvinte, ou seja, corresponde ao ponto comum entre a informação pragmática do Falante e do Ouvinte, o que se marca pelo operador (+id, +s) aplicada ao Subato Sujeito. Portanto, por tratar-se de uma informação dada, o Sujeito carrega a função pragmática de Tópico, conforme definem Hengeveld e Mackenzie (2008).

Dessa forma, devido a sua natureza pragmática saliente, ou melhor, a sua natureza tópica, o Sujeito posiciona-se ou no campo final da oração (cf. (22)), especificamente em P^F ou em suas expansões à esquerda (P^{F-1}, P^{F-n}), ou no campo inicial da oração (cf. (23)), especificamente nas expansões à direita de P^I, como P^{I+1}, já que, como carrega a função de Foco, o constituinte interrogativo já se posiciona em P^I.

(23) Tribofe. - **Que faria ele?** (*Segura um dos soldados.*) Ó camarada! (19TAAa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(23a)	que	faria	ele

(24) **Onde ele foi?** (20TDGa)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^M
(24a)	onde	ele	foi

É interessante notar que, em Interrogativas de Conteúdo com o constituinte interrogativo em posição final, o Sujeito, quando expresso, sempre se posiciona no campo inicial da oração (cf. (25)), o que servirá como ponto favorável à proposta de mudança linguística do PB defendida neste trabalho.

(25) **a senhora vai para onde?** faz o quê? (SP-DID-234)

	P ^I	P ^M	P ^F
(25a)	a senhora	vai	para onde

Partindo das considerações acima traçadas sobre a ordenação do sujeito em Interrogativas de Conteúdo, e cruzando com o padrão de ordenação de constituintes interrogativos, obtêm-se três padrões de estruturação das Interrogativas:

(i)	Constituinte interrogativo	Sujeito
	Foco	Tópico
	P ^I	P ^F
(ii)	Constituinte interrogativo	Sujeito
	Foco	Tópico
	P ^I	P ^{I+1}
(iii)	Sujeito	Constituinte interrogativo
	Tópico	Foco
	P ^I	P ^F

Figura 06: Padrões de ordenação de constituintes em Interrogativas de Conteúdo

Ordenação de constituintes em interrogativas de conteúdo na história do PB

Ao longo da história do PB, três fenômenos inovadores atingem a estrutura das Interrogativas de Conteúdo: (i) a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração, (ii) a possibilidade de clivar o constituinte interrogativo posicionado no campo inicial da oração por meio dos expletivos *é que* e *que*, e, por fim, (iii) a mudança na ordem do sujeito em relação ao verbo, isto é, o sujeito, gradativamente, deixa de pospor-se ao verbo e, assim, de ocupar a posição final da oração interrogativa para antepor-se a ele e, assim, ocupar o campo inicial da oração. Neste trabalho, focam-se somente as mudanças descritas em (i) e (iii).

Na primeira metade do século XIX, os dados de peça de teatro evidenciam que a ordem do constituinte interrogativo era preferencialmente inicial (cf. (26)) e que o sujeito, quando expresso, ocupava, preferencialmente, a posição pós-verbal (cf. (27)).

(26) Então **o que** fez do dinheiro? (19TMPa)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^{M+1}
(26a)	então	o que	fez	do dinheiro

(27) **Donde** está **a chave**? (19TMPa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(27a)	donde	está	a chave

Portanto, a tendência, no PB da primeira metade do século XIX é a de posicionar o constituinte interrogativo focal em P^I e, quando expresso, o Sujeito tópico em P^F. O posicionamento do Sujeito em P^F, quando o constituinte interrogativo já está em P^I, manifesta uma estratégia em equilibrar a oração em relação aos constituintes marcados pragmaticamente, ou melhor, com um estatuto pragmático saliente: em vez de concentrá-los em uma única margem da oração (esquerda ou direita), pesando, dessa forma, uma das periferias oracionais, tende-se a manter um equilíbrio em termos informacionais – Foco em P^I, Tópico em P^F.

Entretanto, nesse mesmo período, evidenciam-se alterações nesses padrões ao apontar um caso de interrogativa com constituinte interrogativo em posição final (cf. (28)) e um caso de interrogativa com o sujeito em posição pré-verbal (QSV; cf. (29)).

(28) Envergonhar-me **de quê?** (19TMPa)

	P^M	P^{M+1}	P^F
(28a)	envergonhar	me	de quê

(29) O que **tu** estás a dizer, Chiquinha? (19TMPb)

	P^I	P^{I+1}	P^M	P^{pós}
(29a)	o que	tu	estás a dizer	Chiquinha

A possibilidade de antepor o sujeito nas Interrogativas de Conteúdo, fenômeno que atinge também as declarativas do PB na passagem do século XIX para o XX, faz com que a margem esquerda da oração fique ocupada por dois constituintes marcados pragmaticamente: o constituinte interrogativo focal, posicionado em P^I, e o Sujeito tópico, posicionado em P^{I+1}, o que descaracteriza a tendência em se equilibrar, na disposição linear na oração, os constituintes marcados pragmaticamente (cf. (29)).

Autores como Berlinck (1989) e Pezatti e Camacho (1997) já atestam, na história do PB, a mudança na disposição linear do sujeito em sentenças declarativas. Berlinck (1989) mostra que, do século XVIII para o XX, há a diminuição de ocorrência de V SN, ou seja, da posposição do Sujeito e, por oposição, o aumento de SN V, ou seja, da anteposição do Sujeito. Para a autora, há um enrijecimento da ordem SV que passa a dominar aos poucos os contextos antes divididos com VS. Por trás da mudança nas sentenças declarativas, Berlinck (1989, p. 98) acredita que “a linha central desse processo se caracteriza pela passagem de uma orientação funcional para uma formal”, isto é, enquanto, primeiramente, a posição do SN era determinada por uma função discursiva, especificamente pelo estatuto informacional, num segundo momento, um fator de ordem formal se fortalece e assume tal papel: a natureza do verbo.

Já Pezatti e Camacho (1997) defendem que o PB é uma língua de ordem Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), derivada diacronicamente do padrão P1 VSO, com colocação de sujeito em P1, de acordo com os princípios de ordenação PE4 e PE5, apresentados em Dik (1997a). PE4 prevê uma posição inicial P1 universalmente relevante, usada para propósitos especiais, incluindo a colocação de constituintes com função de Tópico ou Foco. De acordo com PE5, o Sujeito frequentemente ocupa a posição P1, uma vez que é o candidato primário a Tópico. Isso leva à reinterpretação de P1 como posição não-marcada para o sujeito. Esse processo de reinterpretação produz um novo padrão SVO e desencadeia a criação de uma nova posição P1, já que essa posição é universalmente relevante, resultando então o padrão P1 SV(O) (cf. (30)).

(30) hoje isso não existe (cf. PEZATTI; CAMACHO, 1997, p. 203)

P1 S V

Em estruturas interrogativas, essa possibilidade de se posicionar o Sujeito tópico no campo inicial da oração faz com que ele se posponha ao constituinte interrogativo, preenchendo assim o campo inicial da oração (cf. (31)). No século XIX, portanto, o PB, tanto em sentenças declarativas, como em interrogativas, passa a permitir que o campo inicial, isto é, a periferia direita da oração abrigue mais de um constituinte marcado pragmaticamente com as funções de Tópico ou Foco. As interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, dessa forma, além de uma estratégia de ênfase, surgem

como uma maneira de reestabelecer o equilíbrio entre as margens da oração: sujeito tópico em P^I; constituinte interrogativo foco em P^F (cf. (32)).

(31) **O que os senhores** pretendem? (20TDGc)

(31a)	P^I	P^{I+1}	P^M
	o que	os senhores	pretendem
	Foco	Tópico	
	Q	S	V
	P^I		P^M

(32) E tudo isso leva **a quê?** (20TDGc)

(32a)	P^{pré}	P^I	P^M	P^F
	e	tudo isso	leva	a quê
		Tópico		Foco
		S	V	Q
		P^I	P^M	P^F

O uso de interrogativas de conteúdo com o constituinte interrogativo em posição final, ao longo dos séculos XIX e XX, expande seus contextos de uso. No século XIX, as interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final ocorrem com verbos não-finitos, especificamente no infinitivo (cf. (33)), ou com verbos finitos com sujeito nulo (cf. (34)).

(33) Eusébio. - **Fazê o quê?** (19TAAa)

(34) Tribofe. - **Brigou por quê?**... Isso em família é feio... (19TAAa)

No século XX, elas mantêm sua ocorrência com verbos não-finitos no infinitivo (cf. (35)) e verbos finitos com Sujeito nulo (cf. (37)), porém passam a ocorrer com outros dois contextos morfossintáticos: verbos não-finitos no gerúndio (cf. (36)) e verbos finitos com Sujeito expresso e posicionado no campo inicial da oração, especificamente em P^I (cf. (38)).

(35) Agir **como?** (20TDGa)

(36) Devendo **o quê?**! (20TDGa)

(37) Tava **onde?** (20TDGc)

(38) Você vai **pra onde?** (20TDGa)

	P^I	P^M	P^F
(38a)	você	vai	pra onde

É esse último contexto que evidencia bem como a possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo em posição final resgata o equilíbrio entre as margens da oração ao posicionar o Sujeito, com função pragmática de Tópico, no campo inicial ou margem esquerda da oração. Exemplos como em (38), nos dados analisados, só são encontrados na segunda metade do século XX, momento em que, conforme aponta Berlink (1989), a ordem SV se enrijece no PB.

Portanto, pode-se visualizar o seguinte caminho de mudança envolvendo a ordenação de constituintes em sentenças interrogativa do PB:

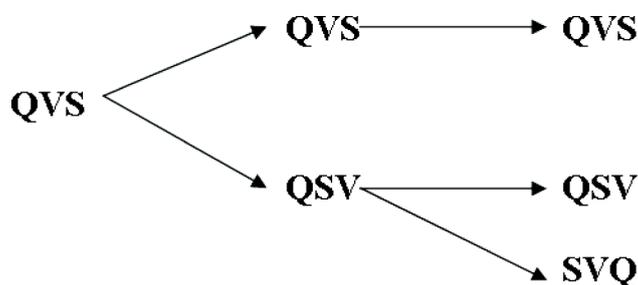


Figura 07: Mudanças nos padrões de ordenação das Interrogativas de Conteúdo no PB

Considerações finais

Este estudo, visando a analisar a disposição linear do constituinte interrogativa e do sujeito em Interrogativas de Conteúdo do PB, primeiramente, determinou a natureza pragmática de cada constituinte.

O constituinte interrogativo corresponde, no Nível Interpessoal, a um Subato Referencial ao qual se atribui a função pragmática de Foco; tal natureza focal licencia seu posicionamento no campo inicial ou final da oração, sendo que, no campo final, ao Subato interrogativo, aplica-se o operador enfático, codificado fonologicamente, no Nível Fonológico, por meio de um acento tônico. Por sua vez, o sujeito, quando expresso, corresponde a expressões de uso dêitico ou fórico, o que mostra a sua natureza tópica, ou melhor, no Nível Interpessoal, corresponde a um Subato Referencial ao qual se atribui função pragmática de Tópico; tal natureza tópica licencia seu posicionamento no campo final da oração ou no campo inicial, seguindo o constituinte interrogativo.

Quanto à história desses mecanismos de estruturação das Interrogativas de Conteúdo, mostrou-se que a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração decorre da mudança na ordenação do Sujeito, que deixa de pospor o Verbo e, assim, ocupar o campo final da oração para antepor-se a ele e, assim, ocupar o campo inicial da oração. Essa necessidade de o constituinte interrogativo ir para o campo final da oração configura uma estratégia de se equilibrar as margens da oração quanto aos constituintes marcados pragmaticamente, ou seja, há uma tendência, no PB, de se distribuir os constituintes marcados pragmaticamente entre as duas margens da oração de forma que uma não abrigue dois ou mais constituintes salientes.

REFERÊNCIAS

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

BERLINCK, R. A. A construção V+SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 95-111.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects and topics. In: LI, C. (Org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 26-55.

HANNAY, M. The focus function in functional grammar: questions of contrast and context. In: DIK, S. C. (Org.). *Advances in functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1983. p. 207-223.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LONGHIN, S. R. *As construções clivadas: uma abordagem diacrônica*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 191-214, 1997.

PEZATTI, E. G.; FONTES, M. G. As interrogativas de conteúdo nas variedades do português falado. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 171-197, 2011.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 167-215.

A oração subordinada de adição

(The subordinate clause of addition)

Táisa Peres de Oliveira¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

taisapoliveira@gmail.com

Abstract: The main goal of this paper is to analyze the adverbial clause of addition in order to identify its syntactic, semantic and pragmatic features. This relation is expressed in Portuguese by the prepositional phrase “além de”. The subordinate clauses of addition, which designate second order entities, are factual and have dependent temporal reference. They are of second order since they designate events that can be qualified in terms of its reality and can be located in time and space. They are factual as they present this event as real. They have dependent temporal reference because they are expressed by dependent verb forms, mainly the infinitive forms. As it concerns its patterns of ordering, the additive clauses take the pre-posed position to its main clause.

Keywords: relation of addition; semantic type; functional grammar.

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é avaliar as orações adverbiais aditivas para identificar suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas. Essa relação é atualizada no português, principalmente, pela locução prepositiva “além de”. As orações subordinadas de adição se caracterizam por designarem entidades de segunda ordem, serem factuais e apresentarem referência temporal dependente. São de segunda ordem porque designam eventos que podem ser qualificados em termos de sua realidade e localizados no tempo e no espaço. São factuais na medida em que apresentam esse evento como real. Apresentam-se com referência temporal dependente porque se realizam com formas verbais dependentes, em geral as formas infinitivas. Com relação à ordem, a oração subordinada de adição realiza-se preferencialmente anteposta em relação à oração núcleo.

Palavras-chave: relação de adição; tipo semântico; gramática funcional.

Introdução

Embora a relação de adição tenha sido contemplada na descrição de orações coordenadas e correlativas, não há, para o português, estudos sobre as orações subordinadas com valor de adição. É, portanto, com o objetivo principal de se analisar esse tipo oracional que se propõe o presente trabalho. Para tanto, este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente discute-se a noção de adição e apresenta-se o atual estado da arte para o português do Brasil; em segundo lugar, define-se a relação de adição, com base principalmente nos trabalhos de Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (2002); em seguida, apresenta-se a teoria da Gramática Discursivo Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), e discutem-se os parâmetros semânticos adotados para análise; por fim, analisa-se a oração subordinada de adição no português.

Na análise levada a cabo neste trabalho, dois níveis de descrição linguística demonstraram-se especialmente relevantes para o estudo da subordinada de adição, principalmente para o entendimento das diferenças entre a subordinada de adição e as orações coordenadas e correlativas de mesmo valor: o representacional e o morfossintático.

A relação de adição

A relação de adição é tradicionalmente concebida como um caso de *coordenação*, processo sintático em que duas unidades oracionais autônomas vêm a constituir uma oração composta ou coordenada, tal como no exemplo em (1):

- (1) O velho teme o futuro *e* se abriga no passado.
(BECHARA, 2004, p. 320)

As Gramáticas Tradicionais definem a relação de adição como um processo em que se “adiciona ou entrelaça duas ou mais orações, sem nenhuma ideia subsidiária” (BECHARA, 2004, p. 477). Em outras palavras, verifica-se nessas construções a soma de duas orações sem nenhum outro valor semântico agregado. Nesse processo, a conjunção *e* é considerado o expediente formal prototípico para atribuir o valor da adição. Ao lado dela, atua também o advérbio *nem*, para a construção da adição negatizada, como no exemplo:

- (2) Não emprestes o vosso *nem* o alheio, não tereis cuidados *nem* receio.
(BECHARA, 2004, p. 320)

Ao avaliar as conjunções aditivas, Bechara (2004) chama atenção para o fato de que a relação de adição pode ser enfatizada – termos do autor – pelo emprego da expressão *não só... mas também*.

- (3) *Não só* o estudo *mas também* a sorte são decisivos na vida.
(BECHARA, 2004, p. 321)

Também nas descrições linguísticas realizadas para o português, a relação de adição é usualmente tratada como caso de coordenação, como se vê, por exemplo, em Neves (1999). Para a autora, na adição evidencia-se a exterioridade dos segmentos coordenados e, a partir daí, acrescenta-se um segundo segmento a um primeiro. Em Neves (1999), levanta-se a possibilidade de a relação de adição ser marcada também por conjunções correlativas, como *não só... mas também* e *não só... como também*, como se vê nos exemplos da autora:

- (4) Pesquisador infatigável, estudava **NÃO SÓ** o organismo humano, **MAS TAMBÉM** o animal. (APA)
- (5) As mulheres também retornavam quase correndo, **NÃO SÓ** pelo frio **COMO TAMBÉM** pelo peso dos potes. (ABR)
(NEVES, 1999, p. 742)

Em casos como esses, considera Neves (1999) que são mantidas as características da interdependência e, principalmente, o binarismo, inerente à correlação. Especificamente sobre as correlativas de adição em português, Módulo (2008) afirma que a expressão *não só* é denotativa de negativa de restrição, daí a necessidade da expressão *mas também*, denotativa de inclusão, para a construção da adição.

O rótulo *adição* tem servido, assim, para identificar construções coordenadas e correlativas, não sendo associado à subordinação adverbial (cf. NEVES, 1999; NEVES et al., 2008). É em Hengeveld (1990, 1993, 1996, 1998) que encontramos a adição arrolada como um subtipo de oração subordinada adverbial, entendida como um processo em que uma oração encaixada descreve um evento que ocorre em acréscimo ao evento

da oração principal. Segundo Hengeveld, ilustra a subordinação adverbial de adição a seguinte oração:

- (6) *Apart from doing the cooking I look after the garden.*
'Além de cozinhar eu cuido do jardim.'
(HENGEVELD, 1998, p. ??)

Para Hengeveld (1998), em casos como o exemplo (6), é evidente a relação de dependência que a oração 'apart from doing the cooking' estabelece com a oração matriz. O estatuto da oração aditiva pode ser entendido, nesse caso, nos tradicionais termos de não autonomia sintática, já que, isolada da oração matriz, aquela tem seu sentido afetado. Daí, portanto, uma oração subordinada.

Outro trabalho que considera a subordinação de adição é encontrado em Pérez Quintero (2002, p. 98). Essa autora define a subordinada de adição como sendo "Orações adverbiais que expressam uma situação adicional àquela expressa na oração principal"¹ (PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 65). Em seu trabalho sobre a subordinação adverbial em inglês, a autora chama atenção para a pouca produtividade desse tipo oracional: "Orações de adição formam um grupo pequeno no total analisado no *cópus*"² (PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 98).

Para ambos os autores, a oração subordinada de adição se caracteriza por ocorrer com formas verbais não-finitas, que confirma seu estatuto de subordinada, particularmente as formas do gerúndio, no caso específico do inglês:

- (7) **Beside** *riding* for £720 Pic prize money, the sixteen riders were also battling for nine places in the world final at Malno.
'Além de montarem pelo prêmio de 720 libras, os dezesseis cavaleiros também estavam lutando por nove vagas na final mundial em Malno.'
(PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 98)

No que diz respeito a sua estrutura semântica, as orações subordinadas de adição do inglês se caracterizam por designarem entidades de segunda ordem, serem factuais, apresentarem referência temporal dependente e serem pressupostas, como discutem tanto Hengeveld (1998) como Pérez Quintero (2002). São de segunda ordem, já que designam eventos que podem ser qualificados em termos de sua realidade e localizados no tempo e no espaço. São factuais na medida em que apresentam esse evento como real. São pressupostas uma vez que o falante constrói a oração partindo do pressuposto de que seu ouvinte conhece a realidade do evento nela descrito. São, por fim, dependentes da referência temporal da matriz porque se realizam com formas verbais dependentes.

A Gramática Discursivo Funcional (GDF)

A Gramática Discursivo Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), se caracteriza como uma teoria geral de organização das línguas naturais, que privilegia as relações funcionais em diferentes níveis de organização linguística. A GDF está organizada em quatro componentes: o *gramatical*, o *conceitual*, o *contextual* e o *de saída*. O componente

1 "Adverbial clauses which express a situation additional to that expressed in the main clause."

2 Clauses of Addition make up a very small number within the whole analysed corpus.

conceitual (*conceptual component*) contém as representações conceituais pré-linguísticas, e nele é formulada uma dada intenção comunicativa, convertida em representações linguisticamente relevantes. O componente de saída (*output*) é responsável pela expressão acústica ou gráfica da expressão linguística e depende das informações cedidas pelo componente gramatical, apesar de ser externo a esse. Por fim, o componente contextual (*contextual component*) contém uma descrição do domínio do discurso, englobando o discurso precedente bem como a situação externa em que ele ocorre.

No componente gramatical, proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), distinguem-se duas operações principais na construção das expressões linguísticas: *formulação* e *codificação*. A formulação diz respeito às regras que convertem as representações cognitivas em representações subjacentes de ordem pragmática e semântica, respectivamente, os níveis interpessoal e representacional. Por outro lado, a codificação refere-se às regras que convertem essas representações em representações morfossintáticas e fonológicas, de onde serão encaminhadas para o componente de saída.

O modelo de análise elaborado pela GDF centra-se no componente gramatical, em que são distinguidos quatro níveis de descrição: (i) interpessoal; (ii) representacional; (iii) morfossintático; (iv) fonológico. Os níveis estão internamente organizados em camadas hierárquicas e são alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável e são restringidas por um núcleo (obrigatório) e por modificadores e, ainda, especificadas por meio de operadores e funções. A estrutura geral de representação das camadas em cada um dos níveis é dada a seguir. Nessa representação, α_1 representa a variável da camada correspondente, π_1 representa os operadores, σ_1 representa os modificadores e Φ , a função da expressão linguística em questão.

$$(\pi_1 \alpha_1 : [\text{núcleo}] (\alpha_1) : \sigma_1 (\alpha_1))_{\Phi}$$

No nível interpessoal, a expressão linguística é considerada segundo aspectos que estejam ligados à relação falante/ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa. A maior unidade de análise nesse nível é o *Move* (M), que pode conter um ou mais atos do discurso cuja estrutura interna é formada pelos participantes, representados pelas variáveis P_s (falante) e P_A (ouvinte³), pela ilocução (ILL) e pelo conteúdo comunicado. Este último deve conter, no mínimo, um subato, que pode ser atributivo (T), se o falante evoca uma propriedade, ou referencial (R), se o falante evoca uma entidade. A diferença entre os dois tipos está no fato de que, no primeiro, verifica-se a construção de um referente, ao passo que, no segundo, ocorre a identificação de um referente. A estrutura geral do nível interpessoal é dada a seguir:

$$(M_1 : [(A_1 : [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1 : [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}} \dots (R_{1+N})_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

No nível representacional, a expressão linguística é explicada segundo sua estrutura semântica subjacente. Na GDF, o termo **semântica** se restringe (i) ao modo como uma língua se relaciona com o mundo real ou imaginário que ela descreve; e (ii) ao significado de estruturas lexicais isoladas do modo como são usadas na comunicação. Nesse sentido,

³ P_s e P_A se referem à representação original para *speaker* ‘falante’ e *addressee* ‘ouvinte’, respectivamente, e será mantida por questões metodológicas.

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que, no nível representacional, as estruturas linguísticas devem ser descritas em relação ao fato de que denotam uma entidade e, portanto, a diferença entre as unidades desse nível é feita em termos da categoria denotada.

A categorização semântica adotada pela GDF parte da proposta de Lyons (1977); assim, além das conhecidas categorias conteúdo proposicional (p), estado de coisas (e) e indivíduo (x), os autores distinguem, ainda, as categorias episódio (ep), tempo (t) e lugar (l). Episódios se constituem como um conjunto de estados de coisas (e) tematicamente coerentes no que diz respeito à continuidade de tempo, espaço e indivíduos. A estrutura geral do nível representacional é dada a seguir:

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)_n (x_1)_\phi \dots (x_{1+n})_\phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\phi] \dots (e_{1+n})_{\{\phi\}}] (ep_1)) \dots (e_{p_{1+n}})_{\{\phi\}}] (p_1))$$

No nível morfossintático, a expressão linguística (Le) é descrita conforme sua codificação morfossintática. Esse nível está organizado em esquemas morfossintáticos, estocados no conjunto de primitivos relevantes para a codificação morfossintática, e é mais específico que os anteriores, já que esses esquemas são determinados segundo as particularidades de cada língua. O conjunto de primitivos desse nível contém, primeiramente, os esquemas, que fornecem a estrutura da oração (Cl) e a ordenação dos elementos em uma palavra. O conjunto fornece ainda os operadores secundários e os morfemas gramaticais livres, tais como auxiliares e partículas gramaticais. A estrutura geral do nível morfossintático é:

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\{\phi\}} (Cl_2)_{\{\phi\}}] (Cl_1))] (Le1))$$

Por fim, no nível fonológico entram questões como a codificação fonológica e o padrão entonacional das expressões linguísticas. Nesse nível, a GDF avalia unidades fonológicas tais como o sintagma fonológico (PP), o enunciado (U) e a palavra fonológica (PW). A estrutura geral do nível fonológico é:

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

Ao organizar a gramática na ordem *top-down*, a GDF procura refletir a lógica da própria produção linguística, que se inicia pela seleção de uma intenção comunicativa, finalizando-se com as estruturas linguísticas efetivamente realizadas.

Subordinação adverbial e tipos semânticos

De uma perspectiva tipológica, Hengeveld (1993, 1996, 1998) analisa a subordinação adverbial segundo a interação de parâmetros semânticos e formais. Ficam implicados aí dois objetivos principais: (i) observar em que medida o tipo semântico da oração subordinada impõe restrições à sua codificação morfossintática, principalmente à seleção das formas verbais empregadas; (ii) observar o modo como os diferentes tipos de oração adverbial são codificados numa língua. Para essa classificação, Hengeveld propõe os seguintes parâmetros: (i) Tipo de entidade, (ii) Referência Temporal, (iii) Factualidade e (iv) Pressuposição.

De acordo com o primeiro parâmetro, as orações são distinguidas pelo tipo de entidade que designam, que pode ser de *zero ordem* (se designam uma propriedade ou relação), *segunda ordem* (se designam um estado-de-coisas), de *terceira ordem* (se designam um

conteúdo proposicional) e de *quarta ordem* (se designam um ato de fala). É importante ressaltar que as entidades de primeira ordem (que designam indivíduos) somente podem ser expressas por termos e, por essa razão, não podem ser consideradas na classificação das orações adverbiais.

O segundo parâmetro diz respeito à dependência temporal da oração adverbial em relação à oração núcleo, diferenciando as orações com *Referência Temporal Dependente* (RTD) ou *Referência Temporal Independente* (RTI). Pérez Quintero (2002) afirma que esse parâmetro somente é válido para as orações de segunda ordem, já que as orações de terceira e quarta ordem necessariamente apresentam referência temporal independente.

Pelo terceiro parâmetro, facticidade, distinguem-se as orações adverbiais em *factuais*, se designam uma entidade como real (estado de coisas), verdadeira (proposição) ou assertiva (atos de fala), ou *não factuais*, quando as entidades são descritas no sentido oposto aos anteriormente mencionados, ou seja, não real, não verdadeira e não assertiva.

Por fim, conforme o quarto parâmetro, pressuposição, o falante infere, a partir do conhecimento que possui, o conteúdo descrito pela adverbial como *pressuposto* ou *não-pressuposto* a ser factual ou não-factual.

Metodologia

A pesquisa aqui apresentada é parte do projeto *Construções subordinadas nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional*, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, cujo objetivo é a investigação das relações subordinadas nas variedades lusófonas, incluindo as completivas, as adjetivas e as adverbiais. O foco do projeto está em descobrir as motivações funcionais subjacentes à relação entre as estruturas morfossintáticas usadas para codificar relações de dependência e as situações conceituais que elas expressam.

Assim, como *corpus* principal do presente trabalho considerou-se o *corpus* Português oral, desenvolvido no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, que contém amostragens de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau.

Tendo em vista a baixa produtividade do tipo oracional investigado no *corpus* acima, considerou-se também dados do *Cópus* do Português, coletados no website <www.corpusdoportugues.org>. Trata-se de um banco de dados com mais de 45 milhões de palavras em quase 57.000 textos, que contemplam as variedades do português brasileiro e europeu, nos registros oral e escrito, num período que vai dos séculos do XIV ao XX. Para este trabalho, especificamente, foram considerados apenas dados dos séculos XIX e XX.

A oração adverbial de adição no português

Em português, a oração subordinada de adição é atualizada pela locução prepositiva ‘além de’, formada pela combinação do advérbio **além** e a preposição **de**, como em:

- (8) E ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. **Além de ele ser o professor, ele foi o amigo da**

gente. Então quer dizer muito mais evento desse deveria acontecer, não só com eles em si mas com a família deles, tudo. nós, como eu te falei vira uma família, a escola. então foi gostoso... (Bra93:FestaEstudante)

O tipo de relação estabelecida aí vai além da adição neutra, verificada pela conjunção **e**. A expressão **além de** evidencia certa hierarquia entre os eventos descritos, e apresenta o primeiro como sendo conhecido do ouvinte e a partir dele acrescenta um segundo, mais relevante ou de maior destaque. Essa relação pode ser realçada pelo uso do advérbio **ainda**:

- (9) **além de prover os gêmeos com seu leite salvando-os da morte**, alimentou os meninos (19Or:Br:Intrv:Pov)
- (9') **além de prover os gêmeos com seu leite salvando-os da morte**, AINDA alimentou os meninos (19Or:Br:Intrv:Pov)

A análise das orações adverbiais no corpúsculo revelou que as orações adverbiais de adição, diferentemente de outras adverbiais, não realizam nenhum tipo de função retórica no nível interpessoal. Nesse nível, elas são analisadas como um único ato do discurso, formado por dois conteúdos comunicados, como no exemplo:

- (10) já publiquei mais de 1000 páginas de quadrinhos em fanzines e revistas, **além de ter criado dezenas de capas de livros, revistas e zines** (19Or:Br:Intrv:Web)
- (M₁: [(A₁: [(F₁: ILL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [já publiquei mais de 1000 páginas de quadrinhos em fanzines e revistas] (C₁)) (C₂: [ter criado dezenas de capas de livros, revistas e zines] (C₂))] (A₁))] (M₁))

em que as orações núcleo e aditiva são analisadas, respectivamente, como os conteúdos comunicados (C₁) e (C₂), respectivamente, que juntos formam o ato do discurso (A₁). Isso porque a relação entre essas orações não se dá em termos de adequação ou relevância comunicativa, como ocorre no caso das orações que se realizam com algum tipo de função retórica. Essas orações atuam especificamente no nível representacional, mais precisamente na camada da predicação, em que servem para expressar o acréscimo de um evento a outro. Vejam o exemplo:

- (11) e o tempo o ajudara, **além de enriquecê-lo**, aumentara-lhe a beleza (19Or:Br:Intrv:Pov)

Notem que há aí dois eventos:

Evento 1: enriquecer

Evento 2: aumentar a beleza

Observou-se, a partir do corpúsculo, que as aditivas sempre ligam eventos, não havendo casos de orações aditivas juntando proposições. Esse fato se deve à própria natureza da relação verificada pelo **além de**, que serve para indicar o encadeamento entre dois segmentos, o que não pode ser feito com proposições, que exigem relações semânticas de outra natureza, tais como causalidade, inferência epistêmica, etc.

Desse modo, no nível representacional, a oração subordinada adverbial de adição pode ser analisada como dois eventos que formam um episódio, dentro de um conteúdo proposicional. Os episódios são entendidos, na GDF, como um conjunto de estados de

coisas semanticamente coerentes, no sentido de que possuem continuidade de tempo, lugar ou indivíduo. É esse o caso das orações adverbiais de adição, que trazem dois eventos nos quais se verifica, necessariamente, correferencialidade do sujeito, já que nelas se faz referência sempre a um mesmo indivíduo:

- (12) **além de acabar com a tua profissão**, ela é mais determinística que mapa astral (19Or:Br:Intrv:Pov)

Na maioria dos casos, o sujeito da oração aditiva vem realizado por anáfora zero, exatamente porque pode ser recuperado na oração principal. A oração adverbial de adição pode ser assim analisada:

- (13) pois *a fome do corpo*, **além de passar**, pode ser perfeitamente saciada com carnes de outra espécie (19:Fic:Br:Gomes:Rios)

(p_i): [

(ep_i): [(e_i: a fome do corpo pode ser perfeitamente saciada com carnes de outra espécie) :

(e_j: passar)_{add}] (p_i))

Tem-se em (13) uma proposição (p_i) formada de um episódio (ep_i), no qual verificam-se dois estados de coisas (e_i) e (e_j), cuja unidade temática se dá pela identidade do indivíduo descrito em ambas as orações. As duas orações referem-se ao mesmo indivíduo (x_i) – ‘a fome do corpo’, designado na oração principal e recuperado na oração aditiva por anáfora zero.

Os eventos descritos pela oração aditiva são sempre factuais, já que descrevem um estado de coisas como sendo real, como se vê no exemplo:

- (14) **Além de gastar tudo quanto herdei de papai**, foi-se matar por causa de uma vagabunda (19:Fic:Br:Montello:Silencio)

Mesmo quando a realidade do evento vem negada, a oração aditiva descreve a realidade da não-realização do estado de coisas:

- (15) **Além de não limpar a casa**, ainda fez mais bagunça.

A factualidade do estado de coisas descrito na oração aditiva é determinada pela própria natureza da relação especificada pelo **além de**, que apresenta o evento como dado, como algo que não pode ser negado/duvidado nem pressuposto, daí a natureza factual do evento nela descrito. Uma vez que a aditiva é apresentada como dada, ela é também pressuposta, já que o falante enuncia seu conteúdo como sendo do conhecimento do ouvinte.

A respeito da referência temporal, a oração adverbial de adição não pode instaurar, ela própria, sua referência temporal, ficando, assim, dependente da referência temporal realizada pela oração núcleo com a qual se relaciona. O verbo da oração de adição ocorre, preferencialmente, com formas não-finitas – infinitivo e infinitivo flexionado – confirmando o estatuto dependente dessa oração. É o que ilustram, respectivamente, os seguintes casos:

- (16) Lá, **além de tocar**, eu também canto. (19Or:Br:Intrv:Tar)

- (17) **além de receberem sua cota**, ainda eram incentivadas pelos mais velhos a cantar (19:Fic:Br:Gomes:Rios)

Veja-se que, em (16), a noção de referência de presente é atribuída pela forma verbal que figura na oração núcleo. Do mesmo jeito, a referência de passado também é atribuída à oração aditiva em (17) pela forma verbal descrita na oração principal.

Mesmo no caso de formas verbais finitas, a oração de adição deve seguir a referência temporal da oração matriz. Essa dependência é icônica à diferença que parece haver no grau de relevância dos eventos relatados, uma vez que a oração de adição acrescenta um evento secundário a um evento principal, descrito na matriz, é natural que sua temporalidade esteja atrelada a esse evento.

No nível morfossintático, as orações aditivas são analisadas como duas orações – (CL₁) e CL₂) – no interior de uma expressão linguística (Le₁), sendo uma delas marcada pelo traço dependência, característico da subordinação:

(Le₁: [(CL₁) (^{dep}CL₂)] (Le₁))

Veja-se que essa estrutura é diferente daquela encontrada nas orações aditivas coordenadas e correlativas. As correlativas, como se vê abaixo, são mutuamente marcadas pelo traço dependência, indicando a relação de equiordenação, nos termos da GDF. Por outro lado, as orações coordenadas não recebem esse traço, já que são autônomas sintaticamente. É o que se ilustra pela representação de correlativas e coordenadas proposta pela GDF:

(Le₁: [(^{dep}CL₁) (^{dep}CL₂)] (Le₁)) - CORRELATIVAS

(Le₁: [(CL₁) (CL₂)] (Le₁)) - COORDENADAS

Característica peculiar das orações subordinadas aditivas é que, diferentemente de outras orações adverbiais, que se realizam com formas verbais variadas, aquelas se caracterizam por apresentar formas verbais específicas, tal como foi mencionado anteriormente. Na oração introduzida por **além de** figuram apenas formas não-finitas, especificamente, o infinitivo.

Como se vê nas demais orações adverbiais do português, também nas aditivas o conectivo responsável por instaurar a relação de adição ocupa a posição P¹, posição especialmente destacada para conjunções:

(18) P¹
Além de se servir de Janáina, batia nela

No que diz respeito ao padrão de ordenação dos constituintes no interior da expressão linguística (Le₁), as subordinadas aditivas ocorrem na preposição (P^{pre}), posição favorita, podendo ocorrer também na posposição (P^{post}). A oração principal ocorre, na posição central (P^{centre}), posição reservada ao núcleo na GDF:

(19) P^{pre} P^{centre}
além de não conhecer ninguém fora do circo | perdera seu único amigo no mundo

(20) P^{post} P^{centre}
ainda tenho de fazer visitas | **além de ir buscar dez mil reis da cumadre Raimundinha**

É relevante destacar, ainda, que nas orações de adição, verifica-se a correferencialidade do sujeito, ou seja, há uma identificação entre o sujeito da matriz e da núcleo, como se vê:

- (21) **Além de Ø pintar**, a artista tem outra especialidade: viajar pelo mundo e registrar, com sua máquina fotográfica, lugares especiais. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- (21') **Além de A ARTISTA pintar**, A ARTISTA tem outra especialidade: viajar pelo mundo e registrar, com sua máquina fotográfica, lugares especiais. (19Or:Br:Intrv:ISP)

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi descrever a oração subordinada adverbial de adição. Tradicionalmente concebida como um caso de coordenação ou correlação, a noção de adição pode ser expressa também por estruturas subordinadas, em geral introduzidas pela locução prepositiva 'além de'. Para tanto, usou-se a teoria da GDF, de Hengeveld e Mackenzie (2008) e os parâmetros semânticos elencados por Hengeveld (1993, 1996, 1998) e Pérez Quintero (2002). Mostraram-se especialmente relevantes para a análise da oração subordinada de adição os níveis representacional e morfossintático. Verificou-se que a oração subordinada de adição se caracteriza, especialmente, por descrever um evento como pressupôs a ser factual e por realizar-se com referência temporal dependente da oração núcleo. Além disso, a oração subordinada de adição seleciona necessariamente formas verbais não-finitas.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- HENGEVELD, K. The internal structure of adverbial clauses. *EUROTYP Working Papers*, [s.l.], v. 5, 1993.
- _____. The internal structure of adverbial clauses. In: DEVRIENDT, B. et al (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 119-147.
- _____. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN der AWERA, J. (Ed.) *Adverbial Constructions in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998, p.335-419.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A Typologically-Based Theory of Language Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MÓDOLO, M. As construções correlatas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 1089-1102.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

NEVES, M. H. M. et al. As construções hipotéticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 937-1020.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial Subordination in English*. A Functionalist Approach. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002.

Orações complexas com verbos de percepção como forma de expressão da evidencialidade

(Complex constructions with perception verbs expressing evidentiality)

Valéria Vendrame-Ferrari¹

¹Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

valvendrame@yahoo.com.br

Abstract: This research describes the syntactic, semantic and pragmatic aspects of complex constructions with perception verbs with evidential meanings. Three perception verbs are considered: ver (to see), ouvir (to hear) and sentir (to feel). They were selected since they are the most prototypical ones of each sense. The theoretical background of accounting perception verbs here rests on Functional Discourse-Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). The data analyzed comprise samples of spoken Portuguese, from Iboruna database (GONÇALVES, 2007), and of written texts, published in blogs and discussion forums. The results show that complex constructions with ver, ouvir and sentir express different types of evidentiality.

Keywords: evidentiality; perception verbs; complex constructions.

Resumo: O presente trabalho descreve os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das construções complexas que têm como predicados encaixadores verbos de percepção e que permitem uma leitura evidencial. São considerados três verbos de percepção: ver, ouvir e sentir, que foram selecionados por serem os representantes mais prototípicos de cada sentido. A teoria que embasa este estudo é a da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). O material de análise é proveniente de amostras de língua oral, do Banco de Dados Iboruna (GONÇALVES, 2007), e de textos publicados na internet, em blogs e fóruns de discussão. Os resultados mostram que as construções complexas com os verbos ver, ouvir e sentir expressam diferentes tipos de evidencialidade.

Palavras-chave: evidencialidade; verbos de percepção; construções complexas.

Introdução

A evidencialidade é o fenômeno linguístico que expressa a fonte da informação contida em um enunciado. Em muitas línguas, tal fenômeno é codificado por meio de itens gramaticais, como afixos, clíticos e morfemas. Em língua portuguesa, ele é expresso primordialmente por meio de itens lexicais, como verbos, advérbios e locuções prepositivas.

Dentre os itens lexicais disponíveis aos falantes do português para expressar as fontes das informações que veiculam, os verbos são, sem dúvida, a forma mais comum de expressão de evidencialidade. Em diferentes línguas, segundo Aikhenvald (2004), os verbos de percepção, aqueles que denotam visão, audição, tato, olfato e paladar, são a fonte para o desenvolvimento de marcadores evidenciais. No estágio atual da língua portuguesa, não se observa o desenvolvimento de marcadores evidenciais a partir da gramaticalização de verbos de percepção. Ainda assim, concordando com o que se propõe em vários trabalhos sobre línguas como o inglês e o alemão (cf. CHAFE, 1986; ANDERSON, 1986; WOODBURY, 1986; WHITT, 2009), acredita-se que tais verbos possam ser considerados formas de expressão da evidencialidade. Nesse sentido, a hipótese geral deste trabalho é a de que os verbos de percepção em língua portuguesa podem ser considerados evidenciais. Em que

tipos de construções esses verbos assumem sentido evidencial e quais tipos de evidencialidade estão relacionados com cada construção é o que se pretende investigar.

Tal investigação tem como base teórica a Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). No modelo de gramática proposto pela GDF, a evidencialidade, assim como qualquer outro fenômeno linguístico, é descrita em termos de níveis ou camadas de acordo com as características semântico-pragmáticas e morfossintáticas que o item ou a construção evidencial apresenta na língua em estudo. Assim, dentro da GDF, os diferentes tipos de evidencialidade são alojados em diferentes níveis ou camadas. A partir da classificação da evidencialidade proposta pela GDF e dos princípios analíticos desse modelo, busca-se descrever os usos evidenciais dos verbos *ver*, *ouvir* e *sentir*.

Esses três verbos foram selecionados por serem os representantes mais prototípicos de cada sentido (*ver* para visão, *ouvir* para audição e *sentir* para tato, olfato e paladar) e por estarem relacionados com uma ampla variedade de sentidos evidenciais. Apesar de a presente investigação levar em conta apenas três verbos, acredita-se que a classificação aqui empreendida também seja válida para os outros verbos de percepção.

Tendo em vista a perspectiva funcionalista adotada nesta pesquisa, os dados analisados dizem respeito a usos reais da língua portuguesa. O material de análise é proveniente de amostras de língua oral, do Banco de Dados Iboruna (GONÇALVES, 2007), e de textos publicados na Internet, em *blogs* e fóruns de discussão.

Sustentando a hipótese, já mencionada, de que os verbos de percepção constituem formas de expressão lexical da evidencialidade, os dados levantados foram analisados com o objetivo maior de descrever os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das estruturas em que os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* são usados e permitem uma leitura evidencial. Com este trabalho, pretende-se mostrar que a expressão lexical da evidencialidade, apesar de não ser sistemática, também pode ser enquadrada nos mesmos subtipos semântico-pragmáticos da evidencialidade gramatical.

A evidencialidade

A evidencialidade corresponde, em termos genéricos, à explicitação da fonte da informação contida em um enunciado. O termo “evidencialidade”, tal como conhecido atualmente nos estudos linguísticos, foi introduzido por Jakobson (1957 apud FLOYD, 1999, p.4) como uma tentativa de nomear “uma categoria linguística distinta do modo e que se referia à marcação da fonte da informação em geral”. No entanto, apenas com a publicação de *Evidentiality: the Linguistic Coding of Epistemology* (CHAFE; NICHOLS, 1986) é que o uso do termo passa a ser mais recorrente na Linguística. Tal obra consiste na compilação dos trabalhos apresentados na conferência de Berkeley (EUA), em 1981, a primeira conferência dedicada integralmente ao assunto. Desde a década de 1980, portanto, a evidencialidade vem sendo tratada a partir de várias perspectivas em línguas do mundo todo.

Atualmente, podem ser encontrados muitos estudos sobre a codificação da evidencialidade em diferentes línguas, demonstrando a complexidade e a variedade dos sistemas evidenciais (cf. JOHANSON; UTAS, 2000; AIKHENVALD; DIXON, 2003;

AIKHENVALD, 2004; os números especiais das revistas *Journal of Pragmatics*, v. 33, n. 3, 2001, e *Functions of Language*, v. 16, n. 1, 2009, dentre outros trabalhos).

Um dos estudos tipológicos pioneiros sobre a evidencialidade no qual muitos outros estudos se basearam é o de Willet (1988), que estudou as marcas evidenciais gramaticais em 38 línguas ameríndias. Nessa pesquisa, o autor distingue dois tipos de evidência – a direta e a indireta – levando em conta a natureza primária ou secundária da fonte da informação utilizada pelo falante.

Os mecanismos de evidência direta, segundo Willet, são utilizados quando o falante é testemunha direta da informação contida em seu enunciado, ou seja, o falante declara-se fonte da informação e ainda informa que viu, ouviu, ou teve algum contato sensorial com o fato qualificado evidencialmente. A evidência indireta, por outro lado, é utilizada quando o falante afirma saber da situação descrita por meios verbais (evidencialidade relatada) ou somente por meio de inferência (evidencialidade inferida).

Aikhenvald (2004), em seu estudo sobre a evidencialidade gramatical em mais de 500 línguas de várias partes do mundo, assim como Willet, considera a fonte da informação como sendo o significado primário da evidencialidade enquanto categoria gramatical e organiza sua descrição do fenômeno em termos da complexidade e dos significados codificados pelos “sistemas evidenciais”.¹

No estudo de Aikhenvald, portanto, as línguas são agrupadas conforme o sistema gramatical evidencial que apresentam. Tais sistemas, segundo a autora, variam em termos da quantidade de fontes da informação codificadas e em termos da maneira como elas são marcadas. Existem sistemas mais simples, de duas possibilidades, que marcam, por exemplo, evidência direta (ou de primeira mão) e evidência indireta (não de primeira mão). Há sistemas de três escolhas, que envolvem, pelo menos, uma especificação sensorial, como, por exemplo, evidência direta (ou visual), e especificações de evidencialidade inferida e relatada. Os sistemas de quatro possibilidades envolvem uma ou duas especificações sensoriais, como, por exemplo, evidência visual e evidência sensorial não-visual, e especificações de evidencialidade inferida e relatada. Os sistemas evidenciais mais complexos são aqueles que permitem cinco ou mais possibilidades de codificação de evidencialidade. Um exemplo desse tipo de sistema seria aquele que marcasse evidência visual, sensorial não-visual, inferida, assumida e reportativa.

Aikhenvald é bastante categórica ao dizer que a evidencialidade é uma categoria gramatical codificada apenas por formas que fazem parte da gramática de uma língua. Segundo a autora, não se pode dizer que o inglês, por exemplo, possui evidencialidade, uma vez que, nessa língua, expressões que indicam fonte de informação não são obrigatórias e não constituem uma categoria gramatical. Assim, línguas como o inglês, em que há primordialmente meios lexicais que expressam sentidos relacionados com a fonte da informação, possuem “estratégias evidenciais”,² e não uma categoria (ou sistema) evidencial. Pode-se dizer então que, de um modo geral, toda língua de alguma forma tem meios de marcar a fonte da

1 A autora define “sistema evidencial”, utilizando as palavras de Johanson (2003), como “um conjunto paradigmático de formas” (AIKHENVALD, 2004, p. 67).

2 De um modo mais específico, estratégias evidenciais são, segundo Aikhenvald (2004, p. 105), “categorias e formas que adquirem sentidos secundários de alguma forma relacionados com a fonte da informação [...] elas são diferentes dos evidenciais propriamente ditos, cujo primeiro – e não raramente o único – sentido é a fonte da informação.”

informação, mas nem toda língua tem evidencialidade gramatical. “Ter meios lexicais para opcionalmente especificar a fonte do conhecimento é provavelmente universal” (AIKHENVALD, 2004, p. 10).

A consideração da marcação lexical da evidencialidade como válida traria, de acordo com Floyd (1999), sérias consequências para uma comparação tipológica justamente pela questão das diferentes nuances dos dois tipos de marcação da evidencialidade. Isso não significa que não se possa trabalhar a evidencialidade lexical em línguas individuais, como mostram os trabalhos de Vendrame (2005), Gonçalves (2003), Dall’Aglio-Hattner (2001, 2007) e Casseb-Galvão (2001), dentre outros, sobre o português e o de Chafe (1986) sobre o inglês.

Neste trabalho, a evidencialidade é considerada um fenômeno existente em todas as línguas, que pode ser codificado de diferentes maneiras de acordo com os recursos gramaticais ou lexicais que a língua oferece. A partir desse ponto de vista, pode-se considerar que a evidencialidade, de acordo com as suas diferentes formas de manifestação, pode formar sistemas gramaticais fechados, sistemas gramaticais em desenvolvimento, sistemas mistos (que contêm formas gramaticais e lexicais) e sistema de marcação lexical.

A evidencialidade na GDF

A GDF, apesar de compartilhar muitos dos pressupostos teóricos da Gramática Funcional (DIK, 1997a, 1997b), consolida-se como uma teoria autônoma. Como se pode depreender pelo nome da teoria, na GDF é dado destaque à influência dos aspectos discursivos sobre a forma linguística. Hengeveld e Mackenzie esclarecem, no entanto, que a GDF não é uma gramática do discurso, não é uma teoria que descreve a organização do discurso, mas sim um modelo de gramática que codifica intenções e conceitualizações. “A GDF procura entender como unidades linguísticas são estruturadas em termos da realidade que elas descrevem e das intenções comunicativas com as quais elas são produzidas e molda isso em uma implementação dinâmica da gramática” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

A GDF é concebida como o componente gramatical de uma teoria mais ampla de interação verbal. Com esse componente gramatical interagem três componentes não-gramaticais, são eles: Componente Conceitual, Componente Contextual e Componente de Saída.³

O Componente Gramatical é subdividido em quatro níveis: o Interpessoal, o Representacional, o Morfosintático e o Fonológico. O Nível Interpessoal representa uma unidade linguística em termos de sua função comunicativa. Ele capta todas as distinções da Formulação que dizem respeito à interação entre Falante e Ouvinte, como noções retóricas da estruturação do discurso e distinções pragmáticas que revelam como os Falantes constroem suas mensagens tendo em vista as expectativas do Ouvinte. No Nível Representacional, são considerados os aspectos semânticos das unidades linguísticas. O termo “semântico” é usado na GDF de uma forma bastante específica, com dois sentidos diferentes: i) “as maneiras pelas quais a língua se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve,” e ii) “os significados de unidades lexicais (semântica lexical) e de unidades complexas (semântica

³ Para um detalhamento sobre os quatro componentes e a interação entre eles, ver Hengeveld e Mackenzie (2008).

composicional) sem levar em conta as maneiras em que essas são usadas na comunicação” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 128-129). O Nível Morfossintático é o responsável por receber informações semânticas e pragmáticas e organizá-las em uma única representação estrutural, que será convertida em um construto fonológico no Nível Fonológico.⁴

De acordo com os princípios da GDF, tanto as formas lexicais quanto as formas gramaticais de codificação da evidencialidade são acomodadas dentro do modelo. De um modo geral, marcadores lexicais, como advérbios, por exemplo, são chamados de modificadores, e marcadores gramaticais, como afixos, por exemplo, são chamados de operadores. Modificadores e operadores podem pertencer a diferentes níveis ou camadas, dependendo da função que exercem.

Na GDF, são consideradas três categorias evidenciais: a reportatividade, a evidencialidade inferida e a percepção de evento (aqui chamada de evidencialidade direta). Cada uma dessas categorias atua em camadas diferentes, e a primeira atua em um nível diferente das outras duas, conforme se apresenta a seguir.

No Nível Interpessoal, atuam os marcadores reportativos, que servem para indicar que o Falante está retransmitindo um Conteúdo Comunicado expresso por outro Falante dentro de seu próprio Ato Discursivo. O exemplo a seguir, adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 103), ilustra a ocorrência de dois reportativos:

(01) “Eu não vou embora agora,” *disse Pedro*. “Mas já está tarde,” *disse Maria*.

Em um contexto em que o Falante narra um diálogo entre Pedro e Maria, “disse Pedro” e “disse Maria” são considerados reportativos, uma vez que indicam a fonte, ou o Falante real, do Conteúdo Comunicado que está entre aspas. O trecho todo deve ser analisado, no Nível Interpessoal, como contendo dois Movimentos, cada um com um Ato Discursivo. Dentro de cada Ato Discursivo, há um Conteúdo Comunicado, que aparece entre aspas, e um modificador reportativo.

No Nível Representacional, a evidencialidade ocorre nas camadas da Proposição e do Estado-de-Coisas. No primeiro caso, ela especifica a maneira como o Falante teve acesso à informação contida no Conteúdo Proposicional. A seguir, é apresentado um exemplo de evidencialidade na camada da Proposição, da língua pawnee (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155):

(02) Tir-ra-ku:tik-Ø ku:ruks.
INF-ABS-matar-PFV urso
‘Ele deve ter matado um urso.’

Nesse caso, o operador *tir* indica que o Falante inferiu que alguém matou um urso.

Na camada do Estado-de-Coisas, a evidencialidade corresponde à Percepção de Evento, uma categoria que marca se o Estado-de-Coisas foi testemunhado diretamente pelo Falante por meio de algum sentido. No exemplo a seguir, da língua tariana, observa-se a percepção de um Evento codificada por um operador de percepção de evento:

⁴ Em Hengeveld e Mackenzie (2008), as unidades de cada nível do Componente Gramatical são explicadas minuciosamente.

- (03) Waha ikasu-nuku hĩ-nuku alia-naka.
 nós agora-TOP.NON.A/S DEM.ANIM-TOP.NON.A/S EX-VIS.PRS
 ‘Aqui estamos nós agora (conversando).’

(Adaptado de HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 177)

Nesse caso, o morfema *naka* é usado para indicar que o Falante está vendo o Estado-de-Coisas descrito. Observa-se que, como ocorre nos sistemas evidenciais de muitas línguas, o morfema indicador de evidencialidade indica simultaneamente tempo.

Essa tipologia também contempla os sentidos evidenciais codificados por outras formas além de modificadores e operadores, como é o caso dos verbos de percepção. Dessa forma, se o Falante deseja transmitir uma informação que foi apreendida por meio de um de seus sentidos, ele pode fazer isso de três formas, dependendo da natureza da informação obtida e do modo como ela foi percebida, que está relacionado com o sentido envolvido na percepção. O Falante pode, por meio de verbos de percepção, veicular uma informação linguística lida ou ouvida, uma informação que é resultado de um cálculo mental ou uma informação que é resultado de uma percepção física. Essas três intenções comunicativas se relacionam com diferentes tipos de evidencialidade e as diferenças entre elas se refletem na descrição das unidades linguísticas dentro dos níveis da GDF, como se vê na próxima seção.

Os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* e a evidencialidade na GDF⁵

De acordo com os pressupostos da GDF, no Nível Interpessoal, as intenções comunicativas desenvolvidas no Componente Conceitual são traduzidas em representações pragmáticas. Nesse Nível da gramática, a expressão linguística é analisada em termos de sua função comunicativa. Nos casos de evidencialidade expressos por construções complexas com verbos de percepção, independentemente do tipo de evidencialidade e da semântica do verbo, a intenção do Falante é a mesma: a de comunicar ao Ouvinte o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado, por isso a representação subjacente interpessoal de ocorrências dos três tipos de evidencialidade é igual, como se pode observar nos casos apresentados a seguir de evidencialidade reportativa (04), inferida (05) e direta (06):

- (04) **Eu ouvi que você estava trabalhando em um projeto solo.**
 (<http://www.goethe-verlag.com/book2/PTHE/PTHE094.HTM>)
 (M_i: (A_i: [(F_i: DECL (F_j)) (P_j)_S (P_j)_A (C_i: [(T_i) (+id R_i: [+S, -A] (R_j)) (T_j) (R_j) (R_k)) (C_i))] (A_i) (M_i))
- (05) **Senti que a briga estava mais violenta**, pois a garota começou a gritar e o rapaz a bronquear com ela. O carro estava balançando. (<http://bardoescritor.net/maobranca/contos/tatuagem.htm>)
 (M_i: (A_i: [(F_i: DECL (F_j)) (P_j)_S (P_j)_A (C_i: [(T_i) (+id R_i: [+S, -A] (R_j)) (T_j) (R_j) (C_i))] (A_i) (M_i))
- (06) uma vez teve um:: eu pa/ a:: passeando com meu marido e **vi... um:: um carro batê(r)** e o cara... levantô(u) saiu do carro (AC-128, L. 17-19)
 (M_i: (A_i: [(F_i: DECL (F_j)) (P_j)_S (P_j)_A (C_i: [(T_i) (+id R_i: [+S, -A] (R_j)) (T_j) (R_j) (C_i))] (A_i) (M_i))

⁵ É importante ressaltar que a análise apresentada nesta seção não se assenta em parâmetros quantitativos, mas nos traços formais e funcionais que caracterizam os valores evidenciais dos verbos de percepção aqui analisados.

Como pode ser observado nas estruturas hierárquicas de (04) a (06), nos três casos de evidencialidade, há um Movimento (M₁) constituído de um único Ato Discursivo (A₁), que é proferido pelo Falante ((P₁)_S) e endereçado ao Ouvinte ((P₁)_A), com Força Ilocucionária Declarativa (DECL). O Ato Discursivo contém um Conteúdo Comunicado (C₁), que é composto por dois Subatos Atributivos ((T₁) e (T₁)) e variado número de Subatos Referenciais. Dentre esses Subatos Referencias, o primeiro, nos três casos, corresponde ao Falante (+id R₁: [+S, -A] (R₁)).

No Nível Representacional, são considerados os aspectos semânticos das expressões linguísticas. As unidades de análise desse nível são determinadas pelo que elas designam no mundo extralinguístico. Assim, expressões linguísticas usadas para designar realidades diferentes no mundo extralinguístico são representadas por categorias semânticas distintas dentro da gramática. Tendo em vista que neste estudo são analisados três verbos com significados diferentes e que cada um pode exprimir vários tipos de percepção, a descrição da evidencialidade no Nível Representacional diferencia-se pela semântica do verbo e pela categoria semântica com a qual ele se relaciona.

De acordo com o modelo da GDF, a expressão da evidencialidade envolve as unidades mais altas do Nível Representacional, Estado-de-Coisas e Conteúdo Proposicional, e uma unidade do Nível Interpessoal, a do Conteúdo Comunicado. A seguir, cada tipo de evidencialidade é analisado a partir do ponto de vista semântico.

A evidencialidade reportativa diz respeito à retransmissão, por parte do Falante, de um Conteúdo Comunicado produzido em outra ocasião por um outro Falante. Dos três verbos considerados neste estudo, apenas *ver* e *ouvir* codificam esse tipo de evidencialidade. O verbo *sentir* não é usado na expressão de evidencialidade reportativa porque, dentre os sentidos relacionados a esse verbo, não está a retransmissão de informação de natureza linguística.

A seguir, são apresentadas duas ocorrências de evidencialidade reportativa, a primeira com o verbo *ver* (07) e a segunda com o verbo *ouvir* (08):

(07) agora depois disso essa programação do Gugu::... do Faustão:: (e coisas) nós num eles eh:: assim é muito sensacionalismo né? que nem o Faustão LEva... vamo(s) supor algum ator pra se mostrá(r) a vida então pare::ce:: as pessoas falan(d)o que aquela pessoa é o supra-sumo... tá certo... né?... SÃO todo mundo tem seus pontos negativos seus pontos positivos mais assim... é mui::to:: né? todo mundo ficá(r) choran(d)o que nem esses dias **eu vi na Folha de São Paulo que o::... Marcos Paulo foi lá e num chorô(u) nenhum momento** então [Doc.: ((risos)))]... acharam que ele:: assim é muito durão eu/ eu/ eu num vi eu só só li na Folha de São Paulo criticando o Marcos Paulo porque ele num tinha chorado... uai a pessoa vai lá e é obrigado [a chorá(r)] (AC-118, L.548-557)

(p₁: (past ep₁: (e₁: [(f₁: [(f₁: ver (f₁)) (x₁)_A (C₁: (p₁ (past ep₁: -o Marcos Paulo foi lá e num chorou nenhum momento- (ep₁) (p₁) (C₁))_U] (f₁)) (e₁)_φ]) (ep₁)) (p₁))

(08) Em conversas com alguns atletas, como Fernando Scherer, **ouvi que as instalações do Maria Lenk são as melhores do mundo**. O mesmo elogio ouvi do pessoal da patinação de velocidade e de atletas de outras modalidades.

(<http://www.papodebola.com.br/24horas/20070802.htm>)

(p₁: (past ep₁: (e₁: [(f₁: [(f₁: ouvir (f₁)) (x₁)_A (C₁: (p₁: (pres ep₁: -as instalações do Maria Lenk são as melhores do mundo- (ep₁) (p₁) (C₁))_U] (f₁)) (e₁)_φ]) (ep₁)) (p₁))

A diferença entre a evidencialidade reportativa codificada por um e outro verbo está no modo como a informação retransmitida foi obtida pelo Falante. Em (07), o verbo *ver* indica que a informação sobre o fato de Marcos Paulo não ter chorado foi lida no jornal *Folha de São Paulo*. Em (08), o uso do verbo *ouvir* indica que a informação que o Falante retransmite sobre as instalações do Maria Lenk foi ouvida por ele quando conversava com alguns atletas.

Essa diferença entre uma e outra leitura reportativa, gerada pelo significado de cada verbo, não resulta em representações semânticas diferentes, ou seja, a informação que o Falante retransmite é, em ambos os casos, do tipo Conteúdo Comunicado, como se pode observar nas estruturas subjacentes dos trechos em destaque. Os dois trechos são descritos por uma mesma estrutura constituída por uma Proposição (p_i), que contém um Episódio (ep_i), que, por sua vez, contém um Estado-de-Coisas (e_i). O Estado-de-Coisas (e_i) é caracterizado pela Propriedade Configuracional (f_i), composta por outra Propriedade (f_j), que especifica a relação entre os outros dois constituintes: o Indivíduo (x_i) e o Conteúdo Comunicado (C_i). A unidade do Nível Interpessoal Conteúdo Comunicado entra na representação semântica para designar um conteúdo linguístico com o qual se relaciona a unidade semântica Indivíduo. Isso é possível na arquitetura da GDF porque, como os quatro níveis de organização da Gramática alimentam o Componente Contextual, qualquer unidade nele armazenada pode ser acessada pela Formulação e reutilizada em mensagens posteriores. Assim, nos casos de evidencialidade reportativa, o Falante retransmite um Conteúdo Comunicado produzido anteriormente por um outro Falante que estava armazenado no Componente Contextual.

A evidencialidade inferida é utilizada quando o Falante deseja expressar um Conteúdo Proposicional que é resultado de uma conjectura baseada em evidências internas ao falante. Os três verbos analisados neste estudo se prestam à expressão desse tipo de evidencialidade. A seguir são apresentados casos de evidencialidade inferida codificados por construções complexas com os verbos *sentir* e *ver*:

(09) Elas são bem tratadas elas se vestem muito bem... elas até comem bem... né?... se CALçam bem... né? tão na moda vão e saem mas tem problemas psicológicos porque HÁ a falta desse pai e dessa mãe... que é uma necessidade que a criANÇA tem... éh::... dela de tê(r) a figura do homem e da mulher pra educá(r) junto... junto educá(r) a criança... éh aí a gente vê né? filho... a aí começa mexê(r) com dro::ga... éh o problema do alcoolis::mo... né?... a gente vê a FEBEM tão lotada de adolesCENTes... que há e a gente ahm:: **eu sinto... que é essa falta da família**... essa falta do SEio familiar dessa conviVÊN::cia com o pai e com a mãe... ou até mesmo dois irmãos... porque muitas vezes na separação... os filhos se dividem... éh::... (AC-102, L. 370-378)

(p_i : (pres ep_i : (e_i : [(f_i : [(f_j : sentir (f_j)) (x_i)_A (p_j : (pres ep_j : [—é essa falta de família—] (ep_j)) (p_j))] (f_i) (e_i)_φ] (ep_i)) (p_i))

(10) Olá pessoal, na opinião de vocês, as oficinas eletrônicas (conserto de TV, DVD, som) ainda têm uma vida longa? É que tenho uma oficina e **vejo que está cada vez mais difícil competir com o valor baixo dos aparelhos novos** e para se conseguir peças está cada vez mais difícil... Que produtos e serviços posso agregar em minha oficina?

(http://www2.eletronica.org/recently_modified?b_start=int=8919&-C=)

(p_i : (pres ep_i : (e_i : [(f_i : [(f_j : ver (f_j)) (x_i)_A (p_j : (pres ep_j : [—está cada vez mais difícil competir com o valor baixo dos aparelhos novos —] (ep_j) (p_j))] (f_i) (e_i)_φ] (ep_i)) (p_i))

Em (09), o verbo *sentir* introduz uma inferência do Falante sobre uma possível causa para os problemas psicológicos de muitos adolescentes e para o envolvimento deles com drogas. Segundo o Falante, esses problemas devem-se à *falta da família*. Em (10), o verbo *ver* é usado para introduzir a conjectura do Falante acerca da dificuldade de se manter uma oficina eletrônica.

Com relação à representação semântica dos casos de evidencialidade inferida expressos por construções complexas com verbos de percepção, é possível observar, nas duas ocorrências apresentadas em (09) e (10) que a Proposição que contém a inferência ocorre encaixada no verbo de percepção. Na estrutura subjacente de ambas ocorrências, há uma Proposição (p_i), que contém um Episódio (ep_i), que, por sua vez, contém um Estado-de-Coisas (e_i). Esse Estado-de-Coisas se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f_i), que contém a Propriedade (f_i), que especifica o tipo de relação que se estabelece entre o Indivíduo (x_i), que designa o Falante, e (p_i). Tendo em vista que, nesses casos, (x_i) se relaciona com um construto mental, uma unidade do tipo (p), os verbos *sentir* e *ver* especificam uma operação mental, e não uma percepção física.

A evidencialidade direta é utilizada pelo Falante quando ele deseja informar ao Ouvinte que testemunhou um Estado-de-Coisas acontecer. Esse tipo de evidencialidade pode ser codificado pelos três verbos analisados neste estudo. O uso desses verbos na expressão de evidencialidade direta depende da maneira como o Estado-de-Coisas foi percebido pelo Falante, como pode ser observado a seguir.

O verbo *ver* indica que o Estado-de-Coisas foi percebido pelo Falante por meio da visão (11) ou da audição (12), o verbo *ouvir* introduz um Estado-de-Coisas percebido pela audição (13) e o verbo *sentir* apresenta Estados-de-Coisas percebidos pelo tato (14), olfato (15) e paladar (16):

- (11) Inf.: ah e aí:: eu fui no Pales::tra... encontrei e::la... a gente [conversô::(u)]
 Doc.: [o(u)tro dia] cê foi no Palestra?
 Inf.: é... no dia do desfile... ela desfilô::(u) **vi ela desfilá::(r)**... tava lin::da... aí depois do desfile a gente conversô(u)... aí eu dei um/ umas indiretas nela... NÃO indireta foi... BEM direta... porque senão num ia conseguí(r) falá(r) (AC-021, L.62-66)
- (12) Recentemente eu adquiri um casal de platis e coloquei no meu aquário. Acho que já tem entre 2 a 3 semanas. Até hoje nada. Não vejo sinais de “cruzamento”. Só vejo o macho correndo atrás da fêmea e nada. Aí eu fiquei na dúvida. Existe cio para fêmeas de platis? Se existir, quanto é esse tempo? Outra coisa. Qual o motivo para eles ainda não terem acasalados? Tem que bater os “gê-nios” dos peixinhos? Brincadeiras à parte, **eu sempre vejo o pessoal falando que o tempo é em torno de 2 a 3 semanas para ela ter os alevinos. Também vejo falar que os casais de bandeiras formam por afinidade.** Será que é assim também com os platis?
 (<http://www.aquaonline.com.br/forum/viewtopic.php?f=7&t=16014>)
- (13) Sete e meia da manhã. Cruzo a cidade adormecida e escura. Já no centro, perto do trabalho, **ouço passarinhos cantando.** Passarinhos cantando. Em pleno janeiro.
 (<http://fabriani.com/?m=200801>)
- (14) Quanto as tremidinhas também já senti várias vezes. Mas, gente, fiquei tão feliz agora. **Senti ela mexer de verdade!** Agorinha mesmo. Nada brusco, uma cosquinha, mas que deu para ter certeza que é ela. (<http://www.e-familynet.com/phpbb/vcs-ja-sentem-o-bebe-mexer-v95644.html>)
- (15) — A gente se vê amanhã — Ele disse segurando minhas mãos. Eu só assenti com a cabeça e ele me beijou. Um beijo rápido, afinal todos estavam olhando, mais o suficiente para eu me arrepiar.

Entrei no carro e fechei a porta. E aquela sensação estranha, de estar sendo observada voltou e **eu senti o cheiro entrar pelas janelas abertas**. Quando meu pai parou o carro na frente do meu prédio o cheiro ainda estava lá, como se o cara estivesse nos seguido. (<http://ashleygreece-livro.blogspot.com/2009/06/8-capitulo.html>)

(16) — Sasuke... — ouvi meu nome, de novo — Este é o sabor do sangue Uchiha.

Me falou, rapidamente eu senti sua mão viscosa e escorregadia, em meu pescoço. Com plena certeza de que me mataria, fechei os olhos. Um beijo voraz e cruel foi o que me deu. **Senti o gosto de sangue misturar-se com minha saliva e descendo como ácido por minha garganta**. As lágrimas caíram de novo, enquanto ficava sem ar.

— Sentiu o gosto Sasuke? Este é o gosto do seu sangue. Sangue que você não merece. (<http://www.fanfiction.net/s/4139087/1/Palavras>)

Todas essas ocorrências de evidencialidade direta têm em comum o fato de os verbos de percepção expressarem que o Falante testemunhou, de maneira direta por meio de algum sentido, um Estado-de-Coisas acontecer. Em (11), o verbo *ver* indica que o Estado-de-Coisas de alguém desfilar foi percebido pelo falante por meio da visão. Em (12), há dois casos em que esse mesmo verbo se relaciona com Estados-de-Coisas perceptíveis por meio da audição: em ambos os casos, trata-se do Estado-de-Coisas de alguém falar algo. Em (13), o verbo *ouvir* também introduz um Estado-de-Coisas perceptível por meio da audição. A diferença entre (12) e (13) está na natureza da informação sonora percebida: no primeiro caso, a informação é verbal e, no segundo caso, ela é não-verbal. Em (14), o verbo *sentir* introduz o Estado-de-Coisas percebido por meio do tato. Em (15), esse verbo indica que o Falante percebeu, por meio do olfato, o cheiro entrar pelas janelas; e, em (16), o verbo *sentir* é usado para indicar uma informação que foi apreendida pelo Falante por meio do seu paladar. Nos dois últimos casos, há a especificação do tipo de sentido envolvido pela introdução de um nome (“cheiro” em (15) e “gosto” em (16)) que complementa o verbo *sentir*.

Em todos os casos de evidencialidade direta apresentados acima, a mesma representação semântica se aplica. A primeira ocorrência, (11), é tomada como modelo para ilustrar a estrutura subjacente que também se aplica aos demais casos, apresentados de (12) a (16):

(17) (p_i: (past ep_i: (e_i: [(f_i: [(f_j: ver (f_j)) (x_i)_λ (sim e_j: (f_k: [-ela desfilar-] (f_k) (e_j) (f_i)) (e_j)) (ep_i)) (p_i))

Conforme se pode observar na representação semântica, o Estado-de-Coisas (e_i) é caracterizado pela Propriedade Configuracional (f_i), que contém a Propriedade (f_j) que especifica a relação, ou seja, a percepção direta, entre o Indivíduo (x_i), o Falante, e o Estado-de-Coisas (e_j).

O Nível Morfossintático é o responsável por receber as informações semânticas e pragmáticas e transformá-las em uma única representação estrutural. Nos casos de evidencialidade analisados neste estudo, por se tratarem de orações complexas, o contexto sintático em que ocorrem os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* corresponde a uma Expressão Linguística composta por Oração principal e Oração subordinada completiva.

Nos casos em que uma Oração subordinada completiva finita é usada como complemento dos verbos de percepção, a mesma estrutura subjacente representa os casos de evidencialidade reportativa e inferida. O trecho em destaque em (18) é usado como modelo para a exposição da representação morfossintática desse tipo de estrutura:

- (18) Inf.: [nem:: conta] agora já minha o(u)tra irmã... fala tudo um dia... eu matei aula... foi que:: deu um (problema)... aí... chegô(u) lá... aí... eu fui na:: fe(i)ra da:: escola dela... aí eu vi ela de longe... aí **eu vi que ela virô(u) a esquina** assim... e saiu mostran(d)o a o/ nao(u)tra esquina que é aquela desce né (AC-017, L.110-113)

	P ^I	P ^M	P ^F			
			P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}
(Le _i : (Cl _i : [(Gw _i) _{Subj} (Vp _i) (Cl _j : [(Gw _j) (Gw _k) _{Subj} (Vp _j) (Np _j)] (Cl _j) _{Obj}])						
	eu	vi	que	ele	virou	a_esquina
(Cl _i) (Le _i)						

Conforme mostra a representação morfossintática de (18), na Oração principal (Cl_i), a posição P^I é ocupada pelo pronome *eu* (Gw_i), que tem a função de Sujeito. A posição P^M é ocupada pelo verbo de percepção *ver* (Vp_i) e a posição P^F é ocupada pela Oração subordinada (Cl_j), que tem a função de Objeto. No interior da Oração subordinada, uma vez que ela é desenvolvida, o complementizador *que* ocupa a posição P^I, a posição à direita de P^I é ocupada por um pronome que tem função de Sujeito dentro da Oração Subordinada, a posição P^M é ocupada por um verbo e a posição P^{M+1} pelo objeto desse verbo. Quando se usa esse tipo de configuração morfossintática na expressão da evidencialidade, a posição final da Oração Subordinada é fixa, devido à sua complexidade. No interior da Oração principal, a posição P^I é reservada para o sujeito, que pode ser expresso ou não, mas sempre vai corresponder ao pronome de primeira pessoa do singular, e a posição P^M necessariamente vai ser ocupada por um verbo de percepção, que toma como complemento a Oração (Cl_j). Os constituintes dessa Oração podem variar, dependendo da informação que o Falante queira transmitir.

As Orações subordinadas completivas não-finitas reduzidas de infinitivo podem ser usadas na expressão de três tipos de evidencialidade: reportativa, inferida e direta. Há uma diferença, no entanto, na configuração morfossintática desse tipo de estrutura quando expressam evidencialidade reportativa e inferida, por um lado, e evidencialidade direta, por outro. Primeiramente, são apresentadas representações morfossintáticas para um caso de evidencialidade reportativa (19) e um caso de evidencialidade inferida (20):

- (19) Viram que, após ser feita a entrada pro número de valores do vetor, dá erro de execução e o programa fecha? Gostaria de saber por quê. Imagino que tenha a ver com a minha declaração de variáveis fora do início da função, mas mesmo **isso eu ouvi ser aceito** nas versões mais novas da linguagem. (<http://55chan.org/prog/7.html>)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^F		
					Ø	P ^M
(Le _i : (Cl _i : [(Gw _i) _{Subj} (Gw _j) _{Subj} (Vp _i) (Cl _j : [(Gw _j) _{Subj} (Vp _j : [(Vw _i : ser-inf (Vw _i)) (Nw _j)] ser_aceito						
	isso	eu	ouvi			
(Vp _i) (Cl _j) _{Obj}]			(Cl _i) (Le _i)			

Em (19), a Oração subordinada não-finita (Cl_j) ocupa a posição P^F da Oração principal (Cl_i), mas o constituinte sujeito da Oração subordinada aparece no interior da Oração principal, deixando vaga a posição P^I da Oração (Cl_j). Como a posição P^I da Oração principal está ocupada, o sujeito do verbo *ouvir* vai para a posição P^{I+1}. No interior da Oração subordinada, a posição P^M é ocupada pelo Sintagma verbal (Vp_j), que contém a cópula e o predicado lexical como complemento. Esse tipo de Sintagma verbal é o que caracteriza os complementos reduzidos de infinitivo que codificam evidencialidade

reportativa e inferida. Não foram encontrados casos desses dois tipos de evidencialidade com complementos reduzidos de infinitivo em que o Sintagma verbal do complemento contivesse um verbo lexical como núcleo. O mesmo acontece no caso de evidencialidade inferida representado a seguir:

- (20) Ouvi a entrevista na íntegra e **senti ser Dilma uma pessoa muito arrogante**.
(<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/sanatorio-geral/nenhum-neuronio/>)

P ^I	P ^M	P ^F	Ø	P ^M	P ^{M+1}
(Le _i : (Cl _i : [(Vp _i) senti	(Cl _j : [(Nw _i) (Vp _j : [(Vw _i : ser-inf (Vw _j))	(Nw _i) (Vp _j : [(Vw _i : ser-inf (Vw _j)) ser	(Nw _i) (Np _j) Dilma
P ^{M+2}	P ^{M+3}				
(Adj _p : (Adv _w : [(Adj _w : (Adj _p : [(Vp _j)]	(Cl _j) _{obj}] (Cl _i) (Le _i)		
uma_pessoa	muito_arrogante				

A mesma configuração morfossintática de (19) acontece em (20). A diferença está no posicionamento do sujeito da Oração subordinada; enquanto em (19) ele ocupa a posição P^I no interior da Oração principal, em (20), ele ocorre no interior da Oração subordinada, depois da cópula, na posição P^{M+1}, deixando vaga a posição P^I.

Nas Orações subordinadas reduzidas de infinitivo que codificam evidencialidade direta, a seguinte representação morfossintática se aplica:

- (21) Inf.: ah eles num tão nem aí... ((risos)) [entendeu?] [Doc.: é verdade] eu tava lá na frente e **vi a polícia passá(r)** assim eles falaram –“a lá os homem... óh lá os homem”– daí a pouco a polícia desce na rua de casa... [Doc.: nossa] só iss/ o que faltava tá atrás deles né? (AC-058, L.392-395)

P ^I	P ^M	P ^F	P ^I	P ^M	P ^M	P ^M	P ^M
(Le _i : (Cl _i : [(Vp _i) vi	(Cl _j : [(Np _i) _{subj}	(Cl _j : [(Np _i) _{subj}	(Vp _j) a_polícia	(Vp _j) passar	(Cl _j) _{obj}] (Cl _i)	(Le _i)

Em (21), a posição P^I da Oração principal não é preenchida porque o Sujeito do verbo *ver*, que ocupa a posição P^M, não é realizado verbalmente. A posição P^F é ocupada pela Oração não-finita. No interior da Oração complemento, a posição P^I é ocupada pelo sujeito do verbo que ocupa a posição P^M. Diferentemente dos casos de evidencialidade reportativa e inferida expressos por complementos reduzidos de infinitivo, nos casos de evidencialidade direta o Sintagma verbal da Oração subordinada pode ter como núcleo um verbo lexical. Na verdade, na grande maioria dos casos de evidencialidade direta, o núcleo do Sintagma verbal é de fato um verbo lexical.

As Orações subordinadas na forma não-finita reduzida de gerúndio só são usadas na expressão da evidencialidade direta. Na representação morfossintática da ocorrência apresentada a seguir, observa-se que a mesma estrutura subjacente usada para representar a Oração subordinada reduzida de infinitivo é empregada. É a distinção de Aspecto Progressivo, que diferencia a ocorrência (21) da ocorrência (22), mas tal distinção, de acordo com o modelo da GDF, só é feita no Nível Representacional.

- (22) Sete e meia da manhã. Cruzo a cidade adormecida e escura. Já no centro, perto do trabalho, **ouço passarinhos cantando**. Passarinhos cantando. Em pleno janeiro.

(<http://fabriani.com/?m=200801>)

	P ^I	P ^M	P ^F			
			P ^I	P ^M		
(Le _i ; (Cl _i : [(Vp _i)	(Cl _j : [(Np _i) _{Subj}	(Vp _j)]	(Cl _j) _{Obj}]	(Cl _i)	(Le _i)
	ouço	passarinhos	cantando			

Em (22), o verbo de percepção *ouvir* atua como o predicado da Oração principal, ocupando a posição P^M. A posição P^F é ocupada pela Oração subordinada reduzida de gerúndio. No interior da Oração subordinada, a posição P^I é ocupada pelo sujeito do Sintagma verbal (Vp_j), que ocupa a posição P^M. Como se pode observar, o núcleo do Sintagma verbal (Vp_j) é um verbo lexical, o que caracteriza os casos de evidencialidade direta expressos por complementos reduzidos.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou analisar quais tipos evidenciais são codificados por orações complexas com os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir*, identificando os contextos sintático-semânticos e pragmáticos que propiciam a leitura evidencial. Para atingir tal objetivo, seguiu-se a classificação dos evidenciais proposta pela GDF e levaram-se em conta os pressupostos teórico-metodológicos mais gerais desse modelo de descrição linguística.

A análise dos dados seguindo o modelo de descrição proposto pela GDF mostrou que, no Nível Interpessoal, os diferentes tipos de evidencialidade podem ser representados por um Ato Discursivo, que se caracteriza pela mesma Força Illocucionária (Declarativa) e pela presença de um Subato Referencial correspondente ao Falante.

Tendo em vista que o fenômeno aqui estudado está relacionado, em primeiro lugar, com os significados dos verbos, as diferenças entre os tipos evidenciais codificados pelos três verbos analisados puderam ser claramente observadas a partir da descrição dos dados no Nível Representacional. A descrição semântica dos casos de evidencialidade expressos pelos verbos de percepção pode ser resumida da seguinte forma: i) evidencialidade reportativa: codificada pelos verbos *ver* e *ouvir* quando eles apresentam uma informação linguística retransmitida pelo Falante. A informação que o Falante retransmite corresponde a um Conteúdo Comunicado, unidade do Nível Interpessoal; ii) evidencialidade inferida: codificada pelos verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* quando eles apresentam um cálculo mental do Falante. A informação inferida corresponde a um Conteúdo Proposicional, unidade do Nível Representacional; iv) evidencialidade direta: codificada pelos verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* quando eles expressam que o Falante presenciou um Estado-de-Coisas acontecer. A unidade com a qual o verbo se relaciona, nesse caso, é o Estado-de-Coisas, do Nível Representacional.

Com relação aos aspectos sintáticos das orações complexas em que os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* são usados com valor evidencial, a estrutura é formada por uma Expressão Linguística composta por Oração principal e Oração subordinada completiva.

A análise em três níveis aqui empreendida, além de demonstrar a adequação do modelo teórico da GDF para a descrição do fenômeno aqui investigado, revela especificidades importantes para uma caracterização pormenorizada dos usos dos verbos de percepção

em contextos evidenciais. A partir da compreensão dos aspectos sintático-semânticos e pragmáticos envolvidos no conjunto de dados analisados, conclui-se que os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir*, especialmente quando usados em orações complexas, são formas de expressão da evidencialidade bastante produtivas em língua portuguesa. A diversidade de tipos evidenciais expressos por cada verbo e as diferentes estruturas sintáticas em que esses verbos podem ocorrer demonstram a variedade de recursos linguísticos de que os falantes do português dispõem quando decidem disponibilizar a seus ouvintes o modo como obtiveram as informações que transmitem.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (Eds.). *Studies in evidentiality*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003. (Typological studies in language 54)

ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change and mental maps: typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Eds.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986. p.188-202.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão *diz que**. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CHAFE, W. Evidentiality in English conversation and academic writing. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Eds.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986. p. 261-72.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Eds.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Org.) *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 103-145.

_____. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2. ed. Dordrecht: Foris, 1997a.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. 2.ed. New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

FLOYD, R. *The structure of evidential categories in wanka quechua*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1999.

GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*, 2007. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

_____. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

JOHANSON, L.; UTAS, B. (Eds.). *Evidentials: Turkic, Iranian and neighbouring languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. (Empirical Approaches to Language Typology, 24)

VENDRAME, V. *A evidencialidade em construções complexas*. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto.

WHITT, R. J. Auditory evidentiality in English and German: the case of perception verbs. *Lingua*, v. 119, n. 7, p. 1083-1095, 2009.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.

WOODBURY, A. C. Interactions of tense and evidentiality: a study of Sherpa and English. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Eds.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986. p. 188-202.

O processo de gramaticalização do juntivo adversativo *porém* na história do português

(The process of grammaticalization of adversative junctive *porém* in the history of the Portuguese language)

Tatiana Mazza da Silva¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Campus de São José do Rio Preto – Bolsista CAPES

tmazza@sjrp.unesp.br

Abstract: The aim of this article is to present the analysis of the syntactic, semantic, pragmatic change of the adversative junctive *porém* in the history of the Portuguese language. We prove, by assuming the postulates of grammaticalization as a theoretical base and through contextual analyses that explain the emergence of an adversative conjunctive use of the item, the trajectory from adverb to conjunction. For the analysis, we use written data taken from different texts from the thirteenth to the twentieth first century as corpora.

Keywords: linguistic change; grammaticalization; adversative junctive *porém*.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a análise da mudança sintático-semântico-pragmática do juntivo adversativo *porém* na história do português. Tendo como fundamentação teórica os postulados da gramaticalização, comprovamos, por meio de análises contextuais que explicam o surgimento do uso conjuncional adversativo do item, a trajetória de mudança advérbio > conjunção. Para análise, utilizamos como *corpora* dados de escrita de diferentes textos do século XIII ao XXI.

Palavra-chave: mudança linguística; gramaticalização; juntivo adversativo *porém*.

Introdução

Este trabalho apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada *Gramaticalização dos juntivos adversativos na história do português* (SILVA, 2010), que teve como objetivo investigar a gramaticalização dos juntivos adversativos *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* e *no entanto* desde o século XIII até o século XXI. Para este artigo, tem-se como objetivo a descrição da mudança sintático-semântico-pragmática de *porém* do século XIII até a sincronia atual, sob a perspectiva da gramaticalização, com vistas a comprovar a hipótese de uma trajetória do tipo *advérbio > conjunção*, por meio de análises contextuais que expliquem o surgimento do uso conjuncional adversativo na história do português.

Segundo Houaiss e Villar (2001), *porém*, datado do século XIII, advém do advérbio latino *proinde* e da sua forma abreviada *proin*, ambos com o sentido de “por isso”. No português arcaico, esses advérbios deixam de significar “por isso”, “por esta razão”, passando a significar “mas”, “apesar disso”. Isto é, deixam de expressar a noção de causa para expressar a noção de oposição de ideias. Além da mudança semântica, *porém* passa também por uma mudança sintática, saindo do domínio dos advérbios para integrar o domínio das conjunções.

Com base nos critérios de frequência *token* e *type* (HEINE et al., 1991, 1991; BYBEE et al., 1994; BYBEE, 2002, 2003),¹ verificamos para este artigo as ocorrências desse item levando em conta os seguintes fatores: i) posição sintática; ii) relação semântico-discursiva; iii) presença de negação.

Para análise, foram selecionados textos variados de fontes históricas e também dados de escrita do português contemporâneo. Para compor o *corpus* diacrônico, foram selecionados textos pertencentes ao “Banco Informatizado de Textos”, do Projeto para a História do Português (BIT-PROHPOR), de responsabilidade dos pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, complementados pelos textos do “Corpus Diacrônico do Português”, organizado por Longhin-Thomazi (2007). Para representar o século XX, foram selecionados alguns textos do Banco Lexicográfico da UNESP-Araraquara e, representativo do século XXI, selecionamos alguns textos de caráter opinativo-argumentativo (painel de leitores, editoriais, crônicas jornalísticas) do jornal *Folha de São Paulo*.

Este artigo é estruturado da seguinte maneira: i) primeiramente, apresentamos os pressupostos teóricos que norteiam as nossas análises; ii) discutimos sobre o processo de gramaticalização do juntivo *porém*; iii) por fim, tecemos algumas considerações finais.

O paradigma da gramaticalização

Segundo Hopper e Traugott (2003), a gramaticalização pode ser entendida como um processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em determinados contextos, a assumir funções gramaticais ou, se já gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Esse processo de mudança envolve uma pragmatização crescente de significados (mudança semântica) e uma recategorização do item (mudança sintática) (cf. TRAUGOTT (1982, 1999) e TRAUGOTT; KÖNIG (1991)).

A unidirecionalidade, princípio fundamental da gramaticalização, norteia todos os processos de mudança, uma vez que a mudança segue um caminho único, sempre do mais lexical para o mais gramatical, e não vice-versa. Essa hipótese da unidirecionalidade pode ser vista tanto na própria definição de gramaticalização, a qual pressupõe um aumento de gramaticalidade, pois um item lexical adquire características de um item gramatical, e não vice-versa, quanto nos mecanismos que regem o processo, sendo os principais a metáfora e a metonímia.

A metáfora, de modo geral, é definida como o uso de um item do domínio concreto que é empregado num domínio mais abstrato; já a metonímia, também chamada de *reinterpretação induzida pelo contexto*, refere-se à mudança que uma determinada forma sofre devido ao contexto em que está sendo utilizada.

Os processos metafóricos são como processos de transferência de sentidos por meio de fronteiras conceituais, que envolvem uma abstratização de significados. Heine et al. (1991), para mostrar essa abstratização de significados, utilizam o seguinte *cline* de categorias cognitivas: pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade.

Heine et al. (1991) reconhecem que a transferência metafórica acarreta uma mudança abrupta de um domínio para o outro, enquanto a gramaticalização é um processo gradual.

¹ Utilizamos como ferramenta para extração da frequência *token* e *type* o pacote estatístico *Goldvarb* e seus subprogramas.

Para relatar a mudança gradual do significado, eles reconhecem um segundo processo, que é pragmaticamente motivado. Esse processo envolve uma reinterpretação induzida pelo contexto, metonímia, e conduz o surgimento de sentidos sobrepostos.

Esse segundo mecanismo, a metonímia, ocorre quando um item, em determinado contexto, adquire um sentido que gradualmente se convencionaliza ao sentido original. Esse processo explica o desenvolvimento de algumas conjunções como o *since* do inglês, citado por Traugott e König (1991). Essa conjunção que originalmente tem um sentido temporal passa a assumir, em determinados contextos, uma noção causal, até adquirir um sentido puramente causal, como revelam os exemplos abaixo extraídos dos autores:

- (1) I have done quite a bit of writing *since* we last met. (temporal)
- (2) *Since* Susan left him, John has been very miserable. (temporal/causal)
- (3) *Since* you are not coming with me, I will have to go alone. (causal)

Como se vê, a categoria metafórica de *tempo* é utilizada para expressar uma noção de *causa*, que é mais abstrata e, num dado momento, a relação tempo/causa coexistem. Essa mudança de *since* pode ser representada pelo seguinte *cline*: **tempo > tempo/causa > causa**.

Em suma, tanto a metáfora quanto a metonímia estão relacionadas à informatividade, mas em diferentes eixos. A mudança metafórica, como já foi dito, define certas noções em termo de outras não presentes no contexto; já a mudança metonímica envolve também a definição de certas noções em termos de outras, só que, ao contrário da metáfora, essa relação está presente no contexto.

Dentro da gramaticalização de conjunções, os trabalhos de Traugott (1982, 1999), de Traugott e König (1991) e de Sweetser (1990) são importantes referências. Esses autores advogam que, no processo de gramaticalização, um item passa de significados referenciais, mais concretos, a significados pautados na atitude do falante acerca do que está sendo dito, intermediados por significados relacionados com a construção textual.

Gramaticalização de *porém*

À luz dos pressupostos da gramaticalização, analisamos o emprego de *porém* entre os séculos XIII e XXI, a fim de depreender o processo de mudança sintática e o processo de abstratização e pragmatização de significados. No gráfico, à pagina seguinte, apresentamos a frequência *token* de *porém* nesses séculos.

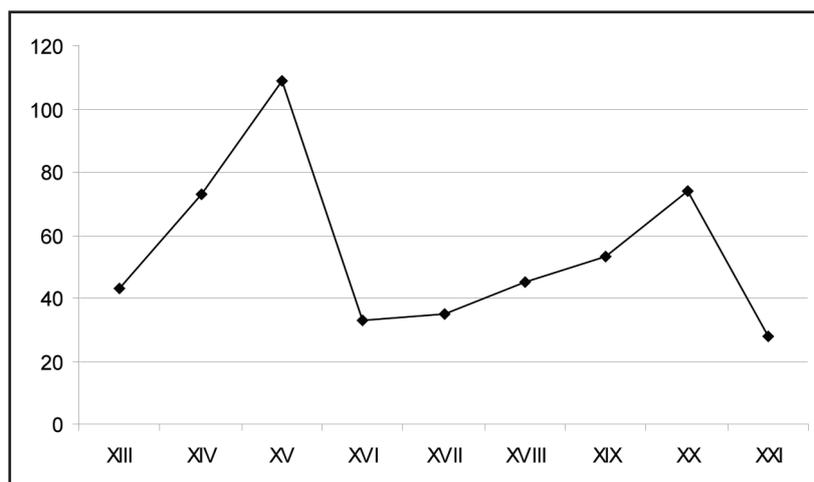


Gráfico 1. Frequência *token* de *porém* do século XIII ao XXI

A partir desse gráfico, observamos que *porém* aumenta de frequência *token* em dois momentos, durante os séculos XIII a XV e durante os séculos XVII a XX. O declínio entre o século XV e XVI pode estar relacionado ao processo de constituição do valor adversativo por que o item estava passando. Segundo Mattos e Silva (1984), esse período em que há um declínio dos usos de *porém* coincide com o período que a conjunção adversativa *pero*, que apresenta a mesma trajetória sintático-semântica de *porém*, entra em desuso na língua portuguesa para ser afirmada como conjunção adversativa na língua espanhola.. Já o declínio entre o século XX e XXI estaria relacionado ao *corpus* jornalístico que foi utilizado na pesquisa, uma vez que esse gênero textual controla o número de caracteres, inviabilizando, assim, a ocorrência de determinados itens.

Na tabela 1, apresentamos as frequências *token* e *type* de *porém* nos séculos investigados.

Tabela 1. Frequências *token* e *type* totais de *porém* na história do português (séc XIII a XXI)

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>		
493	04		
	Categoria	Valor semântico	Totais
Conjunção (33,6%)		Conclusivo-explicativa	23 (4,7%)
		Ambígua: conclusivo-explicativa/ adversativa	3 (0,6%)
		Adversativa	140 (28,3%)
Advérbio juntivo (54%)		Conclusivo-explicativo	92 (18,7%)
		Ambíguo: conclusivo-explicativo/ adversativo	3 (0,6%)
		Adversativo	171 (34,7%)
Advérbio (12,4%)		Conclusivo-explicativo	46 (9,4%)
		Reforço	15 (3%)
Total			493 (100%)

Como se pode verificar na tabela acima, *porém* apresenta um total de 493 ocorrências entre os séculos XIII a XXI, distribuídas em 3 *types sintáticos* – advérbio, 12,4%, advérbio juntivo, 54%, conjunção, 33,6%. Em relação aos *types* semânticos desempenhados por *porém*, há quatro *types* – conclusivo explicativo (32,8%), adversativo (63%), ambíguo (1,2%) e reforço (3%) –, distribuídos da seguinte maneira: o *type* conclusivo-explicativo ocorre predominantemente como advérbio juntivo (18,7%) e ocorre também como conjunção (4,7%) e como advérbio (9,4%); o *type* adversativo ocorre como conjunção (28,3%) e predominantemente como juntivo (34,7%); o *type* ambíguo ocorre na mesma frequência, 0,6%, tanto como conjunção quanto como advérbio juntivo; e o *type* reforço de um outro juntivo de mesmo valor ocorre como advérbio (3%).

Como se pode observar a partir dos percentuais apresentados na tabela acima, o *type* adversativo ocorre predominantemente no *corpus* investigado, correspondendo a 63% das ocorrências encontradas. Embora o uso como juntivo adversativo ainda detenha a maior percentagem, 34,7%, o uso como conjunção adversativa já apresenta frequência próxima da desse uso juntivo, 28,3%. Diante desses percentuais de usos adversativos e de uso como advérbio juntivo e como conjunção, podemos inferir que tanto a mudança semântica quanto a mudança sintática se encontram avançadas, em favor do uso adversativo e conjuncional, respectivamente, como veremos nas análises das ocorrências, apresentadas a seguir.

De 4 a 11, apresentamos ocorrências exemplificativas de *porém* em cada um dos *types* sintático-semânticos encontrados nos *corpora*.

- (4) **Advérbio conclusivo-explicativo**
E quẽ quer que contra isto ueer ou fazer algũa cousa moyra **porende** e nõ seya leyxado uiuo. (13FR, p.4)
- (5) **Reforço Adverbial**
As gallees d' Aragom como souberom que el-rrei de Castella desarmara a frota, desarmarom elles trinta gallees suas, e leixarom dez que andassem pello mar por fazer damno a algũs navios de Purtugall ou de Castella; e foi assi que o fezerom a algũs, mas poucos **porém**, e em pequenos navios. (15CDP, p.45)
- (6) **Advérbio juntivo conclusivo-explicativo**
Esto foy quando o poboo de Ysrael, que saya do Egipto, duuidava entrar pelo mar ruyvo; e o tribo de Judá entrou primeiro depõs Moyses, e **porem** mereceu o Reino. (14BMP, p.54)
- (7) **Advérbio juntivo adversativo**
Não sei se poderei realizar, como tenho desejo, a exposição dogmatica das minhas idéas philosophicas. Quizera concentrar n'essa obra suprema toda a actividade dos annos que me restam a viver. Desconfio, **porém**, que não o conseguirei... (19CAQ, p.8)
- (8) **Advérbio juntivo conclusivo-explicativo/adversativo**
O dia em que el Rey auia dauer sua rreposta, foi assijnado aaquelles senhores e leterados, no quall cada huu disse sua emtemçom, segundo a camtjidade de seu emtemder e saber, nom **porem** afastados de huu proposito. (15CTC, p.9)
- (9) **Conjunção conclusivo-explicativa**
Porque semelhante amor quall el-rrei dom Pedro ouve a dona Enes rraramente he achado em algũa pessoa, **porém** disserom os antiigos que nẽhũu he tam verdadeiramente amado como aquell cuja morte nom tira da memoria o grande espaço do tempo. (15CDP, p.77)
- (10) **Conjunção adversativa**
Além disso, Deus também afirmou que nós deveríamos “crescer e nos multiplicarmos”. Porém a própria igreja não segue essa afirmação divina ao exigir celibato para os padres. (21FSP, dez.04)
- (11) **Conjunção conclusivo-explicativa/adversativa**
– Razõ darás a Deus da mha alma e a ti seera referida maldade de meus pecados se mi perlongares o baptismo, ca temo que per esta demorança caya em mãos daquel de que quero fogir e de cabo meter-m'ia a alma em seus laços. Eu fui maa e torpe e que deitey muyto ao mundo.(...) Porem te rogo que me faças outra vez nacer pela agua do sancto babtismo e dês-me em oferta a Deus. (14FS, p.19)

Em (4), *porém* é usado com seu valor latino de origem, podendo ser parafraseado por *por isso*. É considerado advérbio fórico que traz uma circunstância de causa que predica sobre o verbo *moyra* (morra). Essa circunstância é estabelecida a partir da relação de foricidade do item que recupera o enunciado anterior – *e ver ou fazer alguma coisa contra isso*.

Na ocorrência exemplificativa (5), *porém* reforça o argumento [o ataque a navios de Portugal ou Castela foi feito, mas, ao contrário de que o interlocutor esteja pensando, foi feito a poucos e pequenos navios] que foi apresentado por meio da conjunção adversativa prototípica *mas*. Esse uso, como demonstrado na tabela 01, corresponde apenas a 3% do total de ocorrências encontradas.

Nas ocorrências de (6) a (8), *porém* ocupa a posição medial. Em (6), o item está precedido da conjunção *e* e estabelece apenas a relação de conclusivo-explicativa entre os dois enunciados: a tribo de Judá e Moisés foram as primeiras a entrar no Mar Vermelho;

logo mereceram o reino. A relação sintática é estabelecida pela conjunção *e*. Na ocorrência (7), *porém* ocupa também a posição medial e estabelece apenas a relação semântica adversativa, enquanto a relação sintática acontece por justaposição. O argumento defendido pelo locutor é que, embora ele queira se dedicar a tal atividade todos os anos que ele ainda viverá, ele acredita que ele não conseguirá. A conclusão de não conseguir fazer tal atividade é contrária à conclusão de que ele irá fazer, uma vez que é algo que ele almeja. Por fim, na ocorrência (8), *porém* ocupa também a posição medial e permite duas leituras, uma conclusivo-explicativa e outra, adversativa. Essa ambiguidade ocorre devido à presença do elemento negativo *não*, que faz com que interpretemos o enunciado como “não por isso afastados de um propósito” (= o fato de os senhores e literatos terem dito sua intenção de acordo com o quanto entendia e sabia, não os afastaram por isso de um propósito). Segundo Said Ali (1964), esse contexto que permite a interpretação por *não por isso, nem por isso* foi o ponto de contato para *porém* adquirir valor adversativo. Numa leitura conclusivo-explicativa, a possível interpretação a ocorrência é que *os senhores e literatos não estão afastados de um propósito pelo fato de terem dito suas intenções segundo seu entender e saber*. Na leitura adversativa, por sua vez, temos que *embora os senhores e literatos tenham dito suas intenções segundo seu entender e saber, eles não estão afastados de um propósito*.

Baseados em Fraser (2006), consideramos que os usos juntivos de *porém* fazem apenas a articulação semântica, e a articulação sintática ocorre ou por justaposição ou por meio de outro conector que, segundo Fraser (2006), seria um marcador discursivo primário, pertencente a uma das quatro classes de marcadores discursivos – contrastivos (*mas*), elaborativos (*e*), inferências (*porque*) e temporais (*então*).

Em (9), o uso de *porém* é considerado conjuncional, pois o item ocupa posição inicial, promovendo articulação sintática e semântica. A leitura como conclusivo-explicativo é estabelecida a partir do fato de que, no primeiro enunciado, é exposto “o amor raro que Dom Pedro sentia por Dona Inês, que está morta”, para, no segundo argumento, por causa de amor entre Dom Pedro e Dona Inês, “os antigos dizem que ninguém ama como aquele que a morte não tira da memória o grande espaço do tempo”.

Uma ocorrência exemplificativa da sincronia atual é a apresentada em (10), em que *porém* ocupa posição inicial, estabelecendo a relação sintática e semântica entre os dois enunciados. A leitura adversativa advém da contra-argumentação que há entre o fato de *Deus afirmar que nós devemos crescer e multiplicar e a igreja, representante de Deus na terra, não seguir essa afirmação divina ao exigir o celibato para os padres*.

Na ocorrência dada em (11), *porém* ocupa posição inicial e permite duas interpretações, uma, conclusivo-explicativa, em que o fato de o locutor ter sido uma pessoa má, desprezível e entregue a uma vida mundana, é a razão pela qual ele roga a Deus que o faça nascer pela água do santo batismo; outra, adversativa, decorre da seguinte leitura: *embora ele tenha sido uma pessoa má, desprezível e que se entregou a uma vida mundana, ele roga a Deus que o faça nascer de novo pela água do batismo*.

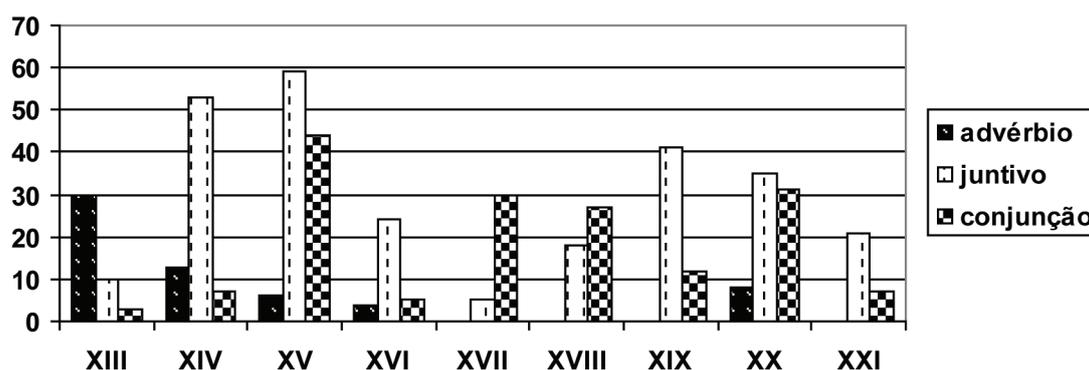
Na tabela 2, expomos o percentual de ocorrências em cada uma das posições sintáticas – inicial, medial e final – ocupadas por *porém*.

Tabela 2. Frequência das posições sintáticas de *porém* na história do português (séc. XIII a XXI)

Posição/categoria		Percentual
Inicial	Advérbio	1 (0,2%)
	Advérbio juntivo	3 (0,6%)
	Conjunção	166 (33,7%)
Medial	Advérbio	42 (8,5%)
	Advérbio juntivo	257 (52,1%)
Final	Advérbio	18 (3,7%)
	Advérbio juntivo	6 (1,2%)
Total		493 (100%)

Diante dos percentuais apresentados na tabela acima, constatamos que *porém* ocorre predominantemente na posição medial como advérbio juntivo, 52,1%, seguida da posição inicial como conjunção, 33,7%. Isso nos permite concluir que *porém* já se encontra num estágio de mudança sintática avançado em favor da cristalização na posição inicial, típica das conjunções prototípicas. Uma análise minuciosa dessa constatação pode ser feita pelo cruzamento dos fatores *categoria* e *século*, como se observa no gráfico 2.

Gráfico 2. O desenvolvimento categorial de *porém* do século XIII ao XXI



O que se pode constatar, a partir do gráfico 2, é que o uso adverbial, durante os séculos XIII a XVI, vai diminuindo, paulatinamente, desaparecendo durante os séculos XVII e XVIII, e reaparecendo, timidamente, no século XX na função de reforço adverbial, como veremos no gráfico 3.

Entre os séculos XIII e XVI e no século XX, há o convívio das três categorias – advérbio, advérbio juntivo e conjunção. Nos séculos XVII e XVIII, há um percentual maior de usos conjuncionais, em relação aos usos juntivos, o qual diminui ao final do

período investigado. Embora haja essa oscilação entre o uso juntivo e o conjuncional, pode-se dizer que a mudança, em favor de um uso também conjuncional, se instaura, de fato, a partir do século XVII, em que usos estritamente adverbiais se tornam raríssimos.

Diante dos resultados apresentados, uma possível escala de gramaticalização das categorias de uso de *porém* seria a dada em (12).

(12) ADVÉRBIO > ADVÉRBIO JUNTIVO > (CONJUNÇÃO)

Quanto ao aspecto semântico de *porém*, na tabela 1, constatamos que *o item* apresenta quatro *types*: (i) conclusivo-explicativo, (ii) adversativo, (iii) ambíguo entre conclusivo-explicativo e (iv) adversativo e reforço. No gráfico 3, apresentamos a distribuição dos valores semânticos de *porém* do século XIII a XXI.

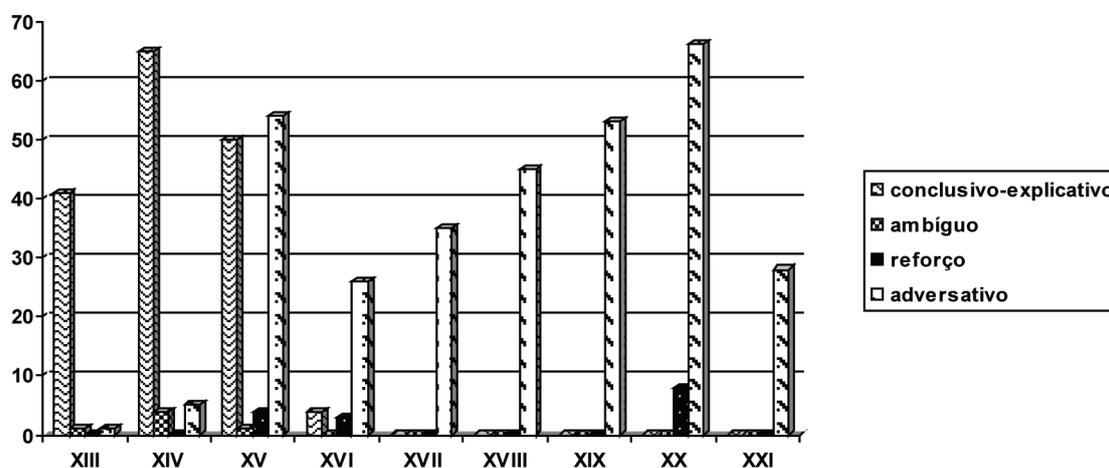


Gráfico 3: Os valores semânticos de *porém* dos séculos XIII ao XXI

Como se observa, no gráfico acima, o valor original de *porém*, conclusivo-explicativo, ocorre até o século XVI, que, segundo Mattos e Silva (1984), foi o século em que *porém* se tornou adversativo e deixou de ser usado como conclusivo-explicativo. Nos *corpora* investigados, pode-se reconhecer o período dos séculos XIII ao XVI como o estágio de polissemia de *porém*, durante o qual se verificam todos os valores semânticos por ele experimentado. É a partir do século XVII que esse estágio termina e que o item assume valor apenas adversativo. Depois de instaurada a mudança semântica do item, o uso adversativo aumenta a sua frequência entre os séculos XVI a XX, diminuindo no século XXI, devido ao fato da preferência por *mas* nos textos jornalísticos, como já mencionado. Uma possível escala de gramaticalização das funções semânticas de *porém* seria:

(13) CONCLUSIVO-EXPLICATIVO > AMBÍGUO/REFORÇO > ADVERSATIVO

A trajetória de mudança semântica, apresentada em (13), pode ser explicada por um viés metonímico ou metafórico. Pela metonímia, a proposta defendida por Said Ali (1964, p. 187) de que “o ponto de contacto entre situações tão diversas está nas frases negativas, e foi naturalmente por elas que principiou a transição semântica”, é comprovada, como veremos na tabela 3.

Tabela 3. O uso de *porém* em presença de elemento de negação ao longo da história do português (séc XIII a XXI)

Contexto Negativo	Frequência
Negação na primeira oração	70 (31,2%)
Negação na segunda oração	141(63%)
Negação nas duas orações	13 (5,8%)
Total	224 (100%)

O uso de *porém* em contexto negativo corresponde a 45,4% (224/493) das ocorrências investigadas. Com base nesses percentuais, o uso de *porém*, em contextos negativos, favoreceu a assimilação, via metonímia, do valor de negação, passando a expressar a negação do que tinha sido dito anteriormente. Em (14), apresentamos uma ocorrência que exemplifica esse contexto.

- (14) Esta imperfeita execução da referida Lei durou até 9 de Março de 1832, época em que o Governo, autorizado pelo Artigo 15 § 2.º da Lei de 15 de Novembro de 1831, reformou a Academia pelos Estatutos daquela data. Então forão reunidas as duas Academias Militar, e de Marinha, segregando-se a maior parte do Curso philosophico, e creando-se Cadeiras de Construcção terrestre e naval: não se achando **porém** conveniente a referida reunião, por Decreto de 22 de Outubro de 1833 se separá-rão de novo as duas Academias, conservando-se os Estatutos relativos á Militar, mas consideravelmente contrahidos. (19RNG, p. 8)

Em (14), a relação adversativa é estabelecida entre ter feito a união da Academia Militar e da Marinha e a não conveniência dessa união. O uso do elemento *não*, na segunda oração, nega a inferência de que essa união feita anteriormente tivesse sido conveniente. O uso de *porém*, já como adversativo, colabora para estabelecer essa relação lógico-argumentativa.

Por um viés metafórico, teríamos a atuação da escala *espaço > tempo > (texto)*, proposta por Heine et al. (1991). Como sabemos, *espaço* é uma categoria cognitiva que pode ser entendido como espaço do texto. De acordo com Rocha (2006), o pronome anafórico que compõe a forma *porém* — *ende* — perde a referência localizada no texto (domínio do espaço) e assume sentidos expressivos no texto, ao estabelecer a relação de contrajunção, uso eminentemente argumentativo e, portanto, mais abstrato que seu congêneres anterior. Na escala abaixo, ilustramos a mudança, via metáfora.

- (15) **CONCLUSIVO-EXPLICATIVO** > **ADVERSATIVO**
ESPAÇO > *TEXTO*

Numa atuação conjunta da metáfora e da metonímia, teríamos que, enquanto aquela atua na abstratização do sentido do espaço, com auxílio do pronome anafórico *ende*, essa atua no contexto negativo que se mostra como favorável para instaurar a mudança. Uma escala que mostra a atuação dos dois mecanismos é apresentada em (16).

Metonímia (contexto negativo)



(16) CONCLUSIVO-EXPLICATIVO > ADVERSATIVO
 ESPAÇO > *TEXTO*



Metáfora (abstratização do sentido de espaço)

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar a mudança sintático-semântico-pragmática do juntivo adversativo *porém* na história do português. Para tanto, trabalhamos com os fatores *categoria do item*, *função semântica estabelecida por ele* e *presença de negação*.

A partir dos diferentes cruzamentos feitos entre esses fatores, diagnosticamos que *porém* adquiriu primeiramente o valor adversativo e, atualmente, a mudança sintática do item a favor da posição inicial está em estágio avançado de gramaticalização, como se pode observar pelos percentuais apresentados nas tabelas 1 e 2 e pelos gráficos 2 e 3. Sendo assim, podemos dizer que a trajetória de gramaticalização de *porém* obedece à precedência da semântica sobre a sintaxe, corroborando postulados funcionalistas como os de Dik (1989) e Givón (1979).

Para explicarmos a mudança semântica, valemo-nos da hipótese de uma atuação conjunta dos mecanismos de metáfora e metonímia, apontando que a abstratização do sentido de *espaço do texto* e a ocorrência em contextos negativos favoreceram para a aquisição do valor adversativo de *porém*. Baseados nos trabalhos de Traugott e König (1991), Traugott (1982, 1999) e Sweetser (1990), podemos concluir que *porém* está seguindo a trajetória **textual** (valor anafórico) > **expressivo**.

REFERÊNCIAS

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JANDA, R.; JOSEPH, B. (Eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.

_____. Cognitive processes in grammaticalization. In: THOMASELLO, M. (Ed.) *The New Psychology of Language*. v. II. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc., 2002.

BYBEE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Pt 1: The structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence: Foris Publication, 1989.

FRASER, B. *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier Science, 2006.

- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- HEINE, B. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LONGHIN-THOMAZI, S.R. *Corpus diacrônico do Português*. São José do Rio Preto: UNESP, 2007. Disponível em: <www.cdp.ibilce.unesp.br>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- MATTOS e SILVA, R. V. Pero e Porém: mudanças em curso na fase arcaica da língua portuguesa. *Boletim de Filologia*, Lisboa: Centro de Linguística de Lisboa, v. II, tomo XXIX, fasc. 1-4, p. 129-151, 1984.
- ROCHA, A.P.A. *Gramaticalização de conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas, PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SILVA, T.M. *Gramaticalização de juntivos adversativos na história do português*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- SWEETSER, E. *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TRAUGOTT, E. *From subjectification to intersubjectification*. Paper presented at the Workshop on Historical Linguistics, Vancouver, Canadá, 1999.
- _____. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, C., MALKIEL, Y. (Orgs.). *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1982. p. 245-271.
- TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Orgs.) *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.

Expressão linguística das relações retóricas de circunstância e de condição por meio de orações adverbiais temporais e por meio de orações adverbiais condicionais

(Linguistic expression of rhetorical relations of circumstance and condition through adverbial clause of time and adverbial clause of condition)

Juliano Desiderato Antonio¹

¹Departamento de Letras/Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

jdantonio@uem.br

Abstract: In this paper, we propose the use of factuality and presupposition parameters from the Functional Discourse Grammar in order to characterize adverbial clauses of condition and time, which hold rhetorical relations of circumstance and condition in a corpus with formed speeches and interviews. These rhetorical relations, according to the Rhetorical Structure Theory, are implicit propositions that arise from the combination of clauses or larger text portions. We found three types of conditional constructions regarding factuality and presupposition. In the case of time clauses, factuality and presupposition were relevant to determine the relation: factual time clauses hold circumstance relation whereas non-factual and non-presupposed time clauses hold condition relation.

Keywords: Rhetorical Structure Theory; Functional Discourse Grammar; clause combining.

Resumo: Neste trabalho, propõe-se a utilização dos parâmetros factualidade e pressuposição da Gramática Discursivo-Funcional para caracterizar as orações condicionais e as orações temporais que estabelecem relações retóricas de condição e de circunstância em um corpus formado por elocuições formais (aulas) e por entrevistas. Essas relações retóricas, de acordo com a Rhetorical Structure Theory, são proposições implícitas que surgem da combinação entre orações ou entre porções maiores de textos. Foram encontrados três tipos de construções condicionais no que diz respeito à factualidade e à pressuposição. Em se tratando das orações temporais, os fatores factualidade e pressuposição foram relevantes na determinação da relação estabelecida: orações temporais factuais estabelecem relação de circunstância e orações temporais não-factuais não-pressupostas estabelecem relação de condição.

Palavras-chave: Teoria da Estrutura Retórica; Gramática Discursivo-Funcional; hipotaxe adverbial.

Considerações iniciais¹

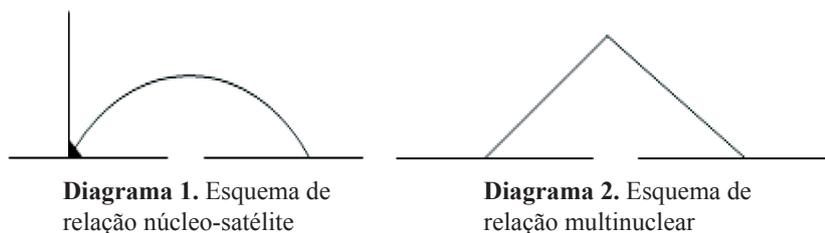
Um dos principais pressupostos da Teoria da Estrutura Retórica do Texto (RST – *Rhetorical Structure Theory*) é o de que, além do conteúdo proposicional explícito veiculado pelas orações de um texto, há proposições implícitas, chamadas *proposições relacionais*, que surgem da combinação entre orações ou entre porções maiores de textos (chamadas *text spans*, na terminologia da RST) (MANN; THOMPSON, 1983).

As proposições relacionais recebem outros rótulos como “relações discursivas”, “relações de coerência” ou “relações retóricas” (TABOADA, 2009, p. 127) e, no que diz respeito à sua organização, podem ser de dois tipos (MANN; THOMPSON, 1988):

¹ Os resultados apresentados neste artigo são parte do projeto de pós-doutorado intitulado “Uma investigação funcionalista da hipotaxe adverbial e das relações retóricas que organizam o texto”, com apoio financeiro da Fundação Araucária (Convênio 093/2010 – UEM – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA), desenvolvido na Unesp/São José do Rio Preto, sob supervisão da Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti.

a) núcleo-satélite (hipotáticas), nas quais uma porção do texto (satélite – S) é ancilar da outra (núcleo – N), como no diagrama 1 a seguir, em que um arco vai da porção que serve de subsídio para a porção que funciona como núcleo.

b) multinucleares (paratáticas), nas quais uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto, como no diagrama 2 a seguir.



Uma lista de aproximadamente 25 relações foi estabelecida por Mann e Thompson (1988) após a análise de centenas de textos, por meio da RST. Essa lista não representa um rol fechado, mas um grupo de relações suficiente para descrever a maioria dos textos.²

De acordo com Gómez-González e Taboada (2005), a RST tem um viés em relação ao criador do texto, de forma que a característica mais importante na definição das relações é o efeito que o produtor do texto deseja atingir em seu destinatário, ou seja, sua intenção. A identificação dessas relações pelo analista, por sua vez, se baseia em julgamentos funcionais e semânticos, que buscam identificar a função de cada porção de texto, e verificar como o texto produz o efeito desejado em seu possível receptor. Esses julgamentos são de plausibilidade, pois o analista tem acesso ao texto, tem conhecimento do contexto em que o texto foi produzido e das convenções culturais do produtor do texto e de seus possíveis receptores, mas não tem acesso direto ao produtor do texto ou aos seus possíveis receptores, de forma que não pode afirmar com certeza que esta ou aquela análise é a correta, mas pode sugerir uma análise plausível (MANN; THOMPSON, 1988).

No âmbito da RST, não se deve entender que apenas marcadores discursivos (entendidos aqui em sentido *lato* como qualquer conjunção, preposição, locução conjuntiva etc. que estabeleça relação entre orações ou entre porções de texto) podem sinalizar relações retóricas. Para Taboada (2009), há outras marcas formais além dos marcadores discursivos que podem indicar relações retóricas, como, por exemplo, tempo, modo, encaixamento sintático, significado do verbo, implicaturas conversacionais.

Neste artigo, pretende-se utilizar alguns parâmetros da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) na tentativa de caracterização de marcas formais que possam caracterizar orações condicionais e orações temporais ao estabelecerem relações retóricas de condição e de circunstância no português brasileiro (de agora em diante, PB).

² Uma lista com as relações e suas definições pode ser encontrada no *site* <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>.

Pressupostos teóricos

RST

A RST é uma teoria descritiva que tem por objeto o estudo da organização dos textos, caracterizando as relações que se estabelecem entre as partes do texto (MANN; THOMPSON, 1988; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992). A RST parte do princípio de que as relações retóricas que se estabelecem no nível discursivo organizam desde a coerência dos textos até a combinação entre orações (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988). Para Mann e Thompson (1988), as proposições relacionais permeiam todo o texto, desde as porções maiores até as relações estabelecidas entre duas orações. De acordo com a teoria, são essas relações que dão coerência ao texto, conferindo unidade e permitindo que o produtor atinja seus propósitos com o texto que produziu.

No que diz respeito às funções globais, as relações da RST podem ser divididas em dois grupos (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988):

- a) relações que dizem respeito ao assunto (*subject matter*), que têm como efeito levar o enunciatário a reconhecer a relação em questão: elaboração, circunstância, solução, causa, resultado, propósito, condição, interpretação, meio, avaliação, reafirmação, resumo, sequência, contraste;
- b) relações que dizem respeito à apresentação da relação (*presentational*), que têm como efeito aumentar a inclinação do enunciatário a agir de acordo com o conteúdo do núcleo, concordar com o conteúdo do núcleo, acreditar no conteúdo do núcleo ou aceitar o conteúdo do núcleo: motivação, antítese, fundo, competência, evidência, justificativa, concessão, preparação.

É possível procurar estabelecer um paralelo entre essas funções globais da RST e as metafunções de Halliday (1970; 1973). Nessa proposta, as relações que dizem respeito ao assunto, que têm como objetivo levar o destinatário a reconhecer a existência da relação, podem ser associadas à metafunção ideacional, responsável pela construção das experiências do usuário de uma língua natural. Caso o destinatário não reconheça as relações que se estabelecem entre as orações ou entre as partes do texto, não conseguirá calcular sua coerência. Por outro lado, as relações que dizem respeito à apresentação da relação, utilizadas pelo falante com o objetivo de agir sobre o destinatário do texto, levando-o a concordar, acreditar ou agir de acordo com o conteúdo da porção de texto que constitui o núcleo, podem ser associadas à função interpessoal, responsável pelos recursos gramaticais utilizados pelo falante para interagir com seu interlocutor. Caso o destinatário não reconheça a relação, os objetivos do produtor do texto não serão alcançados, uma vez que seu interlocutor não realizará as ações pretendidas pelo falante.

GDF

Assim como a RST, a GDF também integra o polo funcionalista de estudos da linguagem. Trata-se de um modelo de estrutura da linguagem tipologicamente baseado, e seus autores propõem que seja um componente gramatical de uma teoria mais ampla da interação verbal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

O componente gramatical do modelo apresenta conexões com outros módulos não-gramaticais: componente conceitual, componente contextual e componente de saída. Uma das principais características da GDF e uma das principais diferenças em relação ao modelo do qual se originou (*Functional Grammar* – FG – DIK, 1989) é ter uma organização *top-down*. Isso quer dizer que a GDF parte das intenções do falante e vai até a articulação das expressões linguísticas. Embora essa organização reflita a organização do processamento da linguagem, Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que a GDF não se propõe a ser um modelo do falante, mas um modelo de gramática que tem evidência psicolinguística.

Outra característica do modelo salientada pelos autores é o fato de tomar o Ato Discursivo como unidade básica de análise, e não mais a oração, como fazia a FG. Um Ato Discursivo pode ser composto por uma interjeição, por uma oração, por fragmentos de orações, por locuções ou por palavras. Quando combinados, os Atos Discursivos formam um Movimento (*Move*, em inglês), definido por Kroon (1997, p. 20) como “a mínima unidade livre do discurso capaz de participar de uma estrutura de interação”. Os Atos Discursivos e os Movimentos fazem parte de um dos quatro níveis do componente gramatical da GDF, o nível Interpessoal.

No componente gramatical, os níveis Interpessoal e Representacional são responsáveis pela formulação, entendida pelos autores como “as regras que determinam o que constitui representações pragmáticas e semânticas subjacentes válidas em uma língua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2), ao passo que os níveis Morfossintático e Fonológico são responsáveis pela codificação, entendida pelos autores como “as regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em regras morfossintáticas e fonológicas” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

Diálogo RST-GDF

Procurando estabelecer um diálogo entre a RST e a GDF, Gómez-González e Taboada (2005) apresentam a possibilidade de acomodar relações de coerência da RST na GDF, classificando as relações em níveis. De acordo com as autoras, o próprio Dik (1997) já havia sugerido essa possibilidade, atribuindo relações discursivo-funcionais ao nível do ato retórico (interpessoal) ou ao nível do assunto (representacional). Assim, relações da RST, como motivação, fundo, antítese, concessão e solução ficariam alocadas no nível interpessoal, e relações como elaboração, condição, propósito e circunstância seriam do nível do assunto.

Ainda segundo Gómez-González e Taboada (2005), Kroon (1997) também argumenta a favor de uma classificação bipartida das relações de coerência. A autora defende a existência de relações de interação e de relações retóricas. As do primeiro tipo integrariam o nível interacional do discurso, ao passo que as do segundo tipo fariam parte do nível retórico ou representacional.

Para Gómez-González e Taboada (2005), essa distinção entre função semântica/função pragmática das relações tem base na proposta de van Dijk (1979) para distinguir os conectivos de acordo com o tipo de relação estabelecida: “os conectivos pragmáticos expressam relações entre atos de fala, ao passo que os conectivos semânticos expressam relações entre fatos denotados” (p. 449).

Dessa forma, de acordo com a proposta de Gómez-González e Taboada (2005), as relações da RST que dizem respeito ao assunto podem ser acomodadas na GDF no nível representacional, e as relações que dizem respeito à apresentação da relação podem ser acomodadas no nível interpessoal.

Outra questão a ser considerada no possível estabelecimento de um diálogo RST-GDF é o fato de a GDF restringir as relações de coerência apenas aos casos em que há uma marca linguística de que há uma relação. Nesse caso, a proposta de Gómez-González e Taboada (2005) é que se investigue além dos conectivos ou marcadores discursivos procurando por essas marcas. As autoras sugerem outras formas de marcação, como tempo, modo, forma finita do verbo, encaixamento sintático etc.

Orações hipotáticas adverbiais condicionais

Hengeveld (1998), um dos autores da GDF, distingue alguns tipos de construções condicionais. As orações condicionais potenciais são consideradas de terceira ordem (proposições), não-factuais (“descrevem um evento que é considerado irreal a partir da perspectiva do ponto de referência temporal da oração principal”, p. 350) e não-pressupostas. O exemplo apresentado pelo autor é a construção a seguir (p. 357): “He won’t get the job if he has no qualifications” (*Ele não conseguirá o emprego se não tiver qualificações*). As construções condicionais irrealis são consideradas de terceira ordem (proposições), não-factuais e pressupostas. Deve-se observar que, para Hengeveld (1998), “no domínio não-factual, a pressuposição leva à contrafactividade, isto é, à pressuposição de que um evento é irreal ou de que o conteúdo proposicional é falso” (p. 353). O exemplo apresentado pelo autor é a construção a seguir (p. 358): “He wouldn’t get the job if he had no qualifications” (*Ele não conseguiria o emprego se ele não tivesse qualificações*).

Orações hipotáticas adverbiais temporais

Estudos realizados no PB a respeito das orações adverbiais temporais (CROCCI DE SOUZA, 1996; BRAGA, 1999; NEVES, 2000) demonstram que a conjunção *quando* é o conectivo mais utilizado pelos falantes para relacionar a oração temporal à chamada oração principal da construção. Outros juntivos são utilizados, segundo Braga (1999, p. 447), quando há “necessidade de precisar a informação codificada pela oração de tempo”.

Neves (2000) observa que as construções temporais podem ter outros sentidos, como, por exemplo, o de condição. Os critérios propostos por Neves para que uma oração temporal tenha leitura condicional são o traço [-tel], o aspecto imperfectivo e a simultaneidade dos estados-de-coisas. No caso de uma leitura condicional eventual, a oração nuclear e a oração temporal geralmente estão no presente ou no pretérito perfeito, os estados-de-coisas da oração nuclear e da oração adverbial são simultâneos, o aspecto é não-perfectivo, implicando iteração (quando = todas as vezes que), além da habitualidade, que se dá dentro das condições estabelecidas na oração adverbial (condição preenchível). Um exemplo apresentado pela autora é transcrito a seguir: “Vamos mudar de assunto que Fontoura se irrita quando a gente fala nele” (NEVES, 2000, p. 799). No caso de uma leitura condicional factual, a oração adverbial e a oração nuclear geralmente estão no presente ou no pretérito imperfectivo, a simultaneidade entre os estados-de-coisas da oração temporal e da oração nuclear é tênue, a oração temporal apresenta uma condição preenchida (factualidade) e o fato expresso na oração temporal pode ser entendido como justificativa para o que se afirma na oração

principal (*uma vez que, já que*). Um exemplo apresentado pela autora é o seguinte: “Como é possível dizer tal coisa quando se sabe universalmente que as drogas são depressivas, viciantes e causam distúrbios físicos e mentais?” (NEVES, 2000, p. 799).

Hirata-Vale (2008) também argumenta a favor da existência de contextos em que orações adverbiais temporais podem ter interpretação condicional no PB. A autora apresenta alguns dos fatores que levam à interpretação condicional das orações temporais. Quando a construção temporal mostra uma situação que sempre acontece em algumas circunstâncias, é entendida como satisfação da condicionalidade. Sendo assim, o preenchimento da situação que se expressa na oração temporal está condicionado à situação que se prediz na oração nuclear. Um exemplo apresentado pela autora é transcrito a seguir: “Olha, meu filho: as roupinhas eram bonitas, mas a moça... a moça era simplesmente linda! Dessas de homem olhar pra trás quando encontra na rua!” (p. 172). A autora também apresenta uma paráfrase dessa construção iniciada por *se*: “Dessas de homem olhar pra trás se encontra na rua!” (p. 172). A autora também apresenta, com base nos autores Declerck e Reed (2001), outros casos nos quais orações adverbiais temporais podem ser compreendidas como condicionais: *case-specifying*, *set-restricting* e focalização.

Hengeveld (1998) divide as orações temporais em orações de simultaneidade e de orações de anterioridade. De acordo com o autor, esses dois tipos de oração são de segunda ordem (estados-de-coisas) e pertencem ao domínio factual, em que “o evento é considerado real a partir da perspectiva do ponto de referência temporal da oração principal” (p. 350). Pérez Quintero (2002) acrescenta a essa classificação de Hengeveld as orações de posterioridade.

Considerações metodológicas

O corpus da pesquisa

O *corpus* da pesquisa é composto por 10 entrevistas e por 5 elocuições formais (aulas) do banco de dados do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/ Noroeste do Paraná (Funcpar).

Os informantes das entrevistas são professores universitários de Maringá (PR) que nasceram na cidade ou residem nela há mais de 10 anos. Para que esses informantes apresentassem um comportamento linguístico mais espontâneo durante a entrevista, solicitou-se previamente a cada um deles um artigo científico de sua autoria. Após a leitura do texto, o pesquisador elaborou perguntas sobre o processo de produção do texto em si e sobre os temas tratados no artigo. Observou-se que esse procedimento possibilitou um maior envolvimento dos informantes com o conteúdo do que estavam falando, diminuindo-se o efeito “intimidatório” que o gravador geralmente causa aos entrevistados.

Os informantes das elocuições formais também são professores (de ensino superior ou de ensino médio). Assim como nas entrevistas, os informantes também nasceram em Maringá ou residem nessa cidade há mais de 10 anos. As gravações foram feitas durante aulas e durante apresentações de trabalho, motivo pelo qual se espera um certo grau de formalidade nos textos no que diz respeito ao uso do português considerado “culto”. Outras características que devem ser destacadas nesses textos são os papéis e a posse do turno fixados previamente (KOCH; SOUZA e SILVA, 1996). Por isso, há poucas marcas

de interação, o professor ou apresentador de trabalho em geral responde a perguntas feitas pelos alunos ou pela audiência. Esses textos também têm um início bem marcado com a apresentação dos objetivos da aula ou do trabalho, bem como um encerramento no qual os objetivos da aula seguinte são antecipados

Parâmetros de análise

Como se afirmou anteriormente neste trabalho, é necessário que outras marcas formais além do conectivo ou marcador discursivo sejam levadas em conta quando se analisa como são estabelecidas as relações retóricas. Dessa forma, os parâmetros investigados neste trabalho são apresentados a seguir.

Tipo de conectivo

Pretende-se verificar quais conectivos ou marcadores discursivos são utilizados pelos falantes nas construções condicionais e nas construções temporais.

Factualidade e pressuposição

Pérez Quintero (2002) considera como factuais: (a) estados-de-coisas descritos como reais, (b) conteúdos proposicionais descritos como verdadeiros, (c) atos discursivos descritos como assertivos. No que diz respeito à pressuposição, Hengeveld (1998, p. 353) afirma que, “no domínio não-factual, a pressuposição leva à contrafactividade, isto é, à pressuposição de que um evento é irreal ou de que o conteúdo proposicional é falso”.

Correlação modo-temporal

Como sugerem Gómez-González e Taboada (2005), investigou-se, neste trabalho, se o tempo e o modo do verbo são fator determinante no estabelecimento da relação de condição ou de circunstância em se tratando de orações condicionais e de orações temporais.

Posição

Verificou-se também se o fato de a oração adverbial estar anteposta ou posposta à oração nuclear influencia o tipo de relação estabelecida em se tratando de orações condicionais e de orações temporais.

Análise dos dados

Orações condicionais e relação retórica de condição

Os fatores factualidade e pressuposição foram relevantes na determinação dos tipos de orações condicionais encontradas no *corpus*. Embora Hengeveld (1998) não considere a existência de orações condicionais factuais, algumas correlações modo-temporais parecem indicar a existência desse tipo de construção no PB. O trabalho de Neves (2000), por exemplo, considera três subtipos de construções condicionais, sendo um deles o factual.

Dessa forma, foram encontradas construções condicionais de três tipos: factuais – exemplo do diagrama 3, não-factuais não-pressupostas – exemplo do diagrama 4, e não-factuais pressupostas – exemplo do diagrama 5. Embora haja três tipos de construções condicionais, a relação retórica estabelecida pelas orações condicionais é a mesma: condição.



Diagrama 3. Oração condicional factual



Diagrama 4. Oração condicional não-factual não-pressuposta

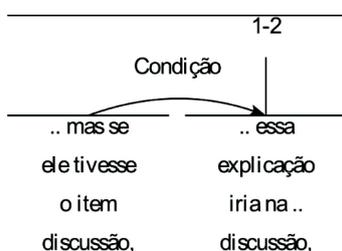


Diagrama 5. Oração condicional não-factual pressuposta

Uma diferenciação formal interessante entre as construções condicionais factuais, as construções condicionais não-factuais não-pressupostas e as construções condicionais não-factuais pressupostas pode ser observada na Tabela 1 a seguir, em que se apresentam os dados referentes à correlação modo-temporal desses três tipos de construções:

Tabela 1. Factualidade e correlação modo-temporal (construções condicionais)

Tipo de oração condicional	Oração condicional-oração nuclear	N	%
Factual	Presente – Presente	27	81,8
	Pretérito perfeito – Presente	6	18,2
	TOTAL	33	100
Não-factual não-pressuposta	Futuro do subjuntivo – Presente do indicativo	31	36,5
	Futuro do subjuntivo – Futuro do indicativo	22	26
	Presente – Futuro	9	10,5
	Demais correlações (com menos de 4 ocorrências cada)	23	27
	TOTAL	85	100
Não-factual pressuposta	Pretérito imperfeito do subjuntivo – Futuro do pretérito do indicativo	9	69,2
	Pretérito imperfeito do subjuntivo – Pretérito imperfeito do indicativo	2	15,4
	Demais correlações (com apenas 1 ocorrência cada)	2	15,4
	TOTAL	13	100

Nas construções factuais, a maior frequência de ocorrência (81,8%) é de construções com presente do indicativo tanto na oração condicional quanto na oração nuclear. Entre as

construções não-factuais não-pressupostas, a maior frequência de ocorrência (36,5%) é das construções com o futuro do subjuntivo na oração condicional e presente do indicativo na oração nuclear. Nas orações não-factuais pressupostas, por sua vez, observa-se maior frequência de ocorrência (69,2%) do pretérito imperfeito do subjuntivo na oração condicional. É justamente o uso dessa forma verbal que garante a pressuposição no domínio não-factual, ou seja, a “pressuposição de que um evento é irreal ou de que o conteúdo proposicional é falso” (HENGEVELD, 1998, p. 353).

No que diz respeito à conjunção, como pode ser observado na Tabela 2 a seguir, o conectivo *se* é o mais utilizado pelos informantes do *corpus* (89,4% das ocorrências). Outros conectivos como *desde que* e *caso* têm apenas uma ocorrência cada no *corpus*. Outras maneiras de se estabelecer essa relação encontradas no *corpus* foram duas ocorrências de construção condicional com forma verbal não-finita (gerúndio) e construções paratáticas com sentido condicional (que fogem ao escopo deste trabalho).

Tabela 2. Tipo de conectivo (construções condicionais)

Tipo de conectivo	N	%
Se	117	89,4
Construção paratática	9	7
Sem conectivo (com forma verbal finita – gerúndio)	2	1,5
Desde que	1	0,7
Caso	1	0,7
Sem conectivo	1	0,7
TOTAL	131	100

No que diz respeito à posição, a grande maioria das orações condicionais ocorre anteposta à oração nuclear, com frequência de ocorrência de 90,1%, como pode ser observado na Tabela 3 a seguir. Essa alta frequência das orações adverbiais condicionais em posição anteposta à oração nuclear é geralmente associada à função de tópico, no sentido de *aboutness*, exercida por essas orações (AKATSUKA, 1986).

Tabela 3. Posição da oração condicional em relação à oração nuclear

Posição	N	%
Anterior	118	90,1
Posterior	9	6,9
Sem oração nuclear	4	3,1

Pode-se observar que há quatro ocorrências de oração condicional sem oração nuclear, como no exemplo “Se eu puder ajudar”. Nesse caso, segundo Neves (2000, p. 855),

[...] o falante constitui a moldura de referência condicional, que é a oração com SE, mas deixa a cargo do ouvinte o preenchimento do conteúdo emoldurado (a oração principal). O conteúdo da parte nuclear da construção, então, tem de ser resgatado pelo ouvinte segundo seu conhecimento, sua experiência no assunto, ou, mesmo, seu desejo[...]

Orações temporais e relações retóricas de circunstância e de condição

Assim como aconteceu com as orações condicionais, os fatores factualidade e pressuposição também foram relevantes na determinação dos tipos de orações temporais

encontradas no *corpus*. Foram encontradas construções temporais de dois tipos: factuais (estabelecendo relação de circunstância), como no exemplo do diagrama 6, e não-factuais não-pressupostas (estabelecendo relação de condição), como no exemplo do Diagrama 7.

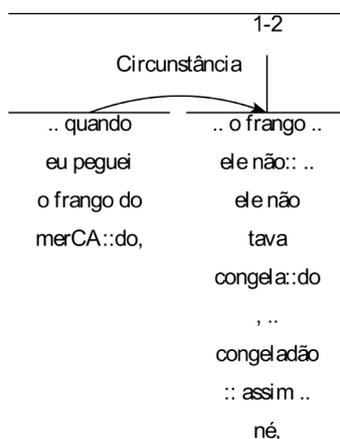


Diagrama 6. Relação de circunstância estabelecida por oração temporal

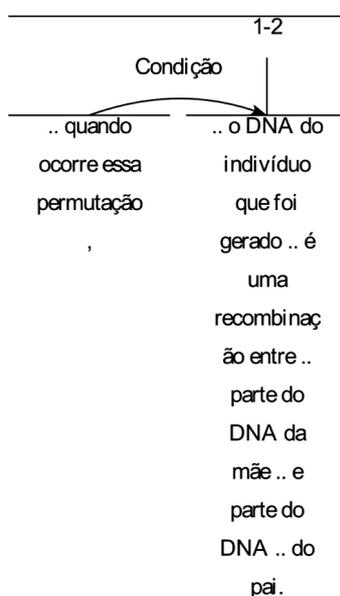


Diagrama 7. Relação de condição estabelecida por oração temporal

A frequência de ocorrência desses tipos de construção temporal é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4. Factualidade (construções temporais)

	N	%
Factual	19	17,4
Não-factual não-pressuposta	90	92,6
TOTAL	109	100

Como pode ser observado, no *corpus* investigado a maior frequência de ocorrência é das orações temporais não-factuais não-pressupostas. Essas orações, como a do exemplo do diagrama 7, correspondem aos casos de orações temporais com leitura condicional a

que se referem Neves (2000) e Hirata-Vale (2008). É nossa hipótese que a alta frequência desse tipo de oração no *corpus* investigado se deva ao fato de os professores, nas aulas que compõem o *corpus*, se referirem a eventos que ocorrem habitualmente. Quando o evento codificado na oração temporal ocorre, preenche a condição para que o evento na oração nuclear ocorra também. É possível, inclusive, parafrasear o exemplo do diagrama 7 com o conectivo temporal *se*:

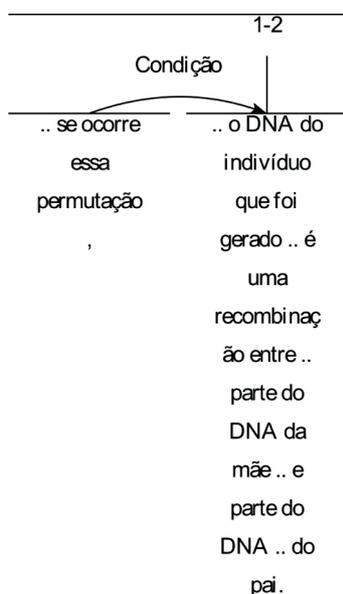


Diagrama 8. Paráfrase do exemplo do diagrama 7

Por outro lado, em pesquisa anterior realizada com narrativas (ANTONIO, 2004), no *corpus* relativo a informantes de ensino superior, todas as 43 ocorrências de orações temporais são factuais, como no exemplo do diagrama 18. Deve-se observar que a oração temporal do diagrama 9, por codificar evento que ocorre uma única vez, não permite a mesma paráfrase como a do diagrama 7, que expressa habitualidade.

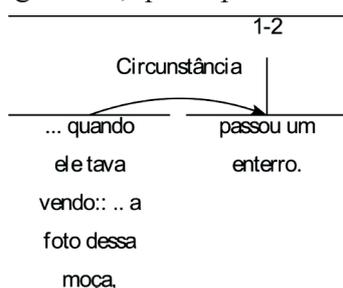


Diagrama 9. Relação de circunstância estabelecida por oração temporal em narrativa

Dessa forma, orações temporais não-factuais não-pressupostas estabeleceriam relação de condição com a oração nuclear. Taboada (2006) apresenta um exemplo de análise em que isso ocorre (diagrama 10). Na análise de Taboada, a oração iniciada por *when* (unidade 2) é um satélite de condição para o núcleo formado pelas 3 e 4. Assim como nas ocorrências de orações temporais não-factuais não-pressupostas do *corpus* desta pesquisa, a oração temporal traz um fato habitual que representa uma condição. Preenchida essa condição, isto é, realizado esse fato, realiza-se também o fato da oração nuclear.

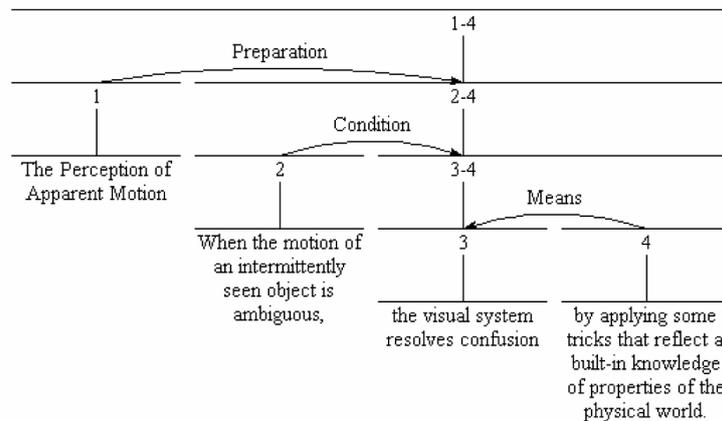


Diagrama 10. Oração temporal estabelece relação de condição – Análise de Taboada (2006)

As construções temporais selecionam diferentes correlações modo-temporais de acordo com a factualidade, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5. Factualidade e correlação modo-temporal (orações temporais)

Tipo de oração condicional	Oração temporal-oração nuclear	N	%
Factual	Pretérito perfeito – Pretérito Imperfeito	9	47,4
	Pretérito perfeito – Pretérito Perfeito	6	31,6
	Pretérito perfeito - Presente	2	10,5
	Demais correlações (com menos de 2 ocorrências cada)	2	10,5
	TOTAL	19	100
Não-factual não-pressuposta	Presente – Presente	60	66,7
	Futuro do subjuntivo – Futuro do indicativo	8	8,9
	Presente – Futuro	6	6,7
	Futuro do subjuntivo – Presente do indicativo	4	4,4
	Demais correlações (com menos de 3 ocorrências cada)	12	13,3
	TOTAL	90	100

Como pode ser observado, a maior frequência de ocorrência entre as construções não-factuais não-pressupostas é de presente na oração temporal e na oração nuclear. Entre as construções factuais, predominam o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. Esses dados confirmam a proposta de Gómez-González e Taboada (2005), segundo a qual modo e tempo verbais podem ser marcas importantes na distinção das relações retóricas.

No que diz respeito ao conectivo, pode-se observar, na Tabela 6, que o conectivo mais utilizado pelos informantes do *corpus* desta pesquisa é o *quando*, assim como nas pesquisas de Braga (1999) e Antonio (2004).

Tabela 6. Conectivo (orações temporais)

	N	%
Quando	83	76,1
Na hora que	5	4,6
Depois que	4	3,7
Ao + infinitivo	3	2,8
Sempre que	3	2,8
Outros conectivos com menos de 3 ocorrências cada	11	10
TOTAL	109	100

Por fim, no que diz respeito à posição, como pode ser observado na Tabela 7, a grande maioria das orações temporais ocupa posição anterior à oração nuclear (86,2%), criando uma moldura para a interpretação do conteúdo do núcleo (DECAT, 2001).

Tabela 7. Posição da oração temporal em relação à oração nuclear

Posição	N	%
Anterior	94	86,2
Posterior	15	13,8
Sem oração nuclear	4	3,1

Considerações finais

A utilização de parâmetros da GDF mostrou-se produtiva na determinação de marcas formais que auxiliam na caracterização das relações retóricas que se estabelecem hipotaticamente.

No *corpus* investigado, embora tenham sido encontrados três tipos de construções condicionais no que diz respeito à factualidade e à pressuposição, a relação retórica estabelecida pelas orações condicionais é a mesma: condição. Há orações condicionais factuais, construções condicionais não-factuais não-pressupostas e construções não-factuais pressupostas. A distinção entre esses três tipos de construções condicionais é possibilitada pela correlação modo-temporal.

Nas construções condicionais factuais, a maior frequência de ocorrência é de construções com presente do indicativo tanto na oração condicional quanto na oração nuclear. Construções com pretérito perfeito na oração condicional e presente do indicativo na oração nuclear também caracterizam construções condicionais factuais. Entre as construções não-factuais não-pressupostas, a maior frequência de ocorrência é das construções com o futuro do subjuntivo na oração condicional e presente do indicativo na oração nuclear. Por outro lado, nas construções condicionais não-factuais pressupostas, observa-se maior frequência de ocorrência do pretérito imperfeito do subjuntivo na oração condicional.

Assim como aconteceu com as orações condicionais, os fatores factualidade e pressuposição também foram relevantes na determinação dos tipos de orações temporais encontradas no *corpus*. Foram encontradas construções temporais de dois tipos: factuais (estabelecendo relação de circunstância) e não-factuais não-pressupostas (estabelecendo relação de condição).

A maior frequência de ocorrência é das construções temporais não-factuais não-pressupostas. Essas construções correspondem aos casos de orações temporais com leitura condicional a que se referem Neves (2000) e Hirata-Vale (2008). É nossa hipótese que a alta frequência desse tipo de oração no *corpus* investigado se deva ao fato de os professores, nas aulas que compõem o *corpus*, se referirem a eventos que ocorrem habitualmente. Quando o evento codificado na oração temporal ocorre, preenche a condição para que o evento na oração nuclear ocorra também. Dessa forma, orações temporais não-factuais não-pressupostas estabeleceriam relação de condição com a oração nuclear. Assim como nas ocorrências de orações condicionais factuais e de orações condicionais não-factuais não-pressupostas do *corpus* desta pesquisa, a oração temporal traz um fato habitual que representa uma condição. Preenchida essa condição, isto é, realizado esse fato, realiza-se também o fato da oração nuclear. Por outro lado, as orações temporais factuais estabelecem relação de circunstância com a oração nuclear.

As construções temporais selecionam diferentes correlações modo-temporais de acordo com a factualidade. A maior frequência de ocorrência entre as construções temporais não-factuais não-pressupostas é de presente na oração temporal e na oração nuclear. Entre as construções factuais, predominam o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. Esses dados confirmaram a proposta de Gómez-González e Taboada (2005), segundo a qual modo e tempo verbais podem ser marcas importantes na distinção das relações retóricas.

REFERÊNCIAS

AKATSUKA, N. Conditionals are discourse-bound. In: TRAUGOTT, E. C.; MEULEN, A. Ter; REILLY, J. S.; FERGUSON, C. A. (Eds.). *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 333-351.

ANTONIO, J. D. *Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

BRAGA, M. L. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado: novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v. 7. p. 443-459.

CROCCI DE SOUZA, M. S. *A hipotaxe adverbial temporal: uma abordagem funcionalista*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

DECAT, M. B. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. et al. (Orgs.) *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 103-166.

DECLERCK, R.; REED, S. *Conditionals: a comprehensive empirical analysis*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.

DIK, C. S. *The theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A.; TABOADA, M. Coherence Relations in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Eds.) *Studies in Functional Discourse Grammar*. Berne: Peter Lang, 2005. p. 227-259.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (Ed.). *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1970.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: Van Der AUWERA, J. (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIRATA-VALE, F. B. M. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. *Alfa*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 167-177, 2008.

KOCH, I. G. V.; SOUZA E SILVA, M. C. P. Atividades de composição do texto falado: a elocução formal. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Orgs.) *Gramática do Português Falado*. v. IV: Estudos Descritivos. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. p. 379-410.

KROON, C. Discourse Markers, Discourse Structure and Functional Grammar. In: BUTLER, C. S.; CONNOLLY, J. H.; GATWARD, R. A.; VISMANS, R. M. (Eds.) *Discourse and Pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, Berlim, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

_____. *Relational propositions in Discourse*. ISI/RR-83-115, 1983.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (Eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992. p. 39-77.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1988. p. 275-329.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial subordination in English: a functionalist approach*. Amsterdam: Rodopi, 2002.

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (Ed.) *Discourse, of course*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 127-140.

_____. Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 38, n. 4, p. 567-592, 2006.

VAN DIJK, T. A. Pragmatic Connectives. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 3, p. 447-456, 1979.

Os dicionários do português brasileiro: em que medida contribuem para a descrição dos verbos pronominais?

(Brazilian Portuguese dictionaries: in which way do they contribute to the description of pronominal verbs?)

Aline Camila Lenharo¹

¹Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

alenharo@hotmail.com

Abstract: From the metalexigraphy standpoint, this paper aims to discuss the classification of Brazilian Portuguese pronominal verbs. Beginning with the introduction of general notions of lexicography, metalexigraphy, and the notion of pronominal verb, it presents an overview of the history of the lexicographical activities, especially those developed in Brazil. This study highlights a comparison of three dictionaries, the way these verbs are treated by these works. In this way, the contribution of these lexicographical works for the description of pronominal verbs class can be estimated.

Keywords: lexicology; lexicography; metalexigraphy; pronominal verbs.

Resumo: Do ponto de vista metalexigráfico, este trabalho visa a discutir a classificação dos verbos pronominais do português brasileiro. Partindo da introdução de noções gerais da lexicografia, da metalexigrafia e de verbo pronominal, traça um panorama da história do fazer lexicográfico em língua portuguesa, especialmente o desenvolvido no Brasil, destacando, através da comparação de três dicionários, o modo como esses verbos são por eles tratados. Avalia-se, assim, em que medida essas obras lexicográficas contribuem para a descrição da classe de verbos pronominais.

Palavras-chave: lexicologia; lexicografia; metalexigrafia; verbos pronominais.

Introdução

Enquanto a lexicografia diz respeito às técnicas de produção de dicionários, a metalexigrafia concerne às questões e aos problemas decorrentes do fazer lexicográfico, que vão desde a análise da elaboração até o uso dos dicionários (WELKER, 2006).

Do ponto de vista metalexigráfico, este artigo analisa a classificação dos verbos pronominais do português brasileiro. Para isso, discutem-se: (i) como os verbos pronominais são comumente contemplados nos principais dicionários de circulação da língua portuguesa, (ii) em que medida esses registros de fato contribuem com a descrição linguística dessa classe de verbos e (iii) de que modo a descrição dos verbos pronominais tem colocado desafios para os estudiosos do português e para os falantes da língua de modo geral. Para iniciar essas discussões, arroladas na seção 3, apresenta-se a seguir um breve panorama da história do fazer lexicográfico em língua portuguesa, especialmente o desenvolvido no Brasil. A partir desse panorama e das considerações teóricas e práticas sobre o tratamento conferido aos verbos pronominais do português, conclui-se este artigo com a constatação de que a descrição e a classificação desse tipo de verbo não são satisfatórias. É necessário que haja um aperfeiçoamento teórico/gramatical sobre o tema e, principalmente, que esse aperfeiçoamento se aplique aos registros lexicográficos brasileiros.

Breve história do fazer lexicográfico no Brasil

Conforme define Rey-Debove (1984, p. 63-64), o dicionário:

[...] é um texto duplamente estruturado que apresenta: a) uma sequência vertical de itens, ditos ‘entradas’, geralmente dispostos em ordem alfabética, sequência essa chamada ‘nomenclatura’; b) um programa de informação sobre essas entradas, que forma com elas os verbetes. As entradas são sempre signos linguísticos, [...] a definição é uma informação sobre o signo (seu significado) e sobre a coisa designada pelo signo (o que essa coisa é).

Existem diversos tipos de dicionários: monolíngues, dentre os quais se destacam os dicionários de língua geral, os dicionários históricos, técnicos, regionalistas, escolares, dentre outros; bilíngues; plurilíngues; enciclopédicos, etc. Os dicionários diferem uns dos outros com relação ao (i) número de verbetes que apresentam (a quantidade de verbetes de um dicionário está diretamente relacionada ao seu tamanho físico), (ii) público-alvo, que direciona os tipos de verbetes que serão incluídos no dicionário, (iii) objetivo do dicionário, se é, por exemplo, trazer a relação entre duas ou mais línguas diferentes, ou se é fornecer informações sobre a definição dos itens lexicais de uma língua específica, etc. (BIDERMAN, 1992; FARIAS, 2007; FINATTO, 1993; GONÇALVES, 2006; KRIEGER et al., 2006; REY-DEBOVE, 1984; WELKER, 2006), (iv) modo como foi construído, se suas entradas lexicais foram compiladas em *cópus*, se são abonadas, etc. Como a descrição dos diferentes tipos de dicionários foge ao escopo deste trabalho, concentra-se a seguir nos dicionários de língua do português do Brasil, que constituem os dicionários prototípicos.

Os dicionários de língua guardam a riqueza vocabular de uma nação, à medida que reúnem de modo sistemático o conjunto dos itens lexicais usados por uma comunidade, servindo à função de testemunho da cultura do povo que a fala (BIDERMAN, 1992). São eles que legitimam os léxicos das línguas, nesse sentido, desempenham um importante papel na sociedade, pois servem, muitas vezes, como “espelho da memória social da língua” de um povo, além de atuarem como “código normativo” para a utilização dos itens lexicais (KRIEGER et al., 2006, p. 174), na medida em que descrevem a língua culta, escrita (BIDERMAN, 2003).

Há sinais da existência de dicionários desde a Antiguidade, mas é durante a Idade Moderna que se intensifica o fazer lexicográfico, principalmente o dos dicionários bilíngues. É nesse período, no século XV, que surgem os primeiros dicionários bilíngues espanhóis. Ao longo do período renascentista os dicionários monolíngues passam a ser chamados de tesouro e, no século XVII, há uma grande produção desse tipo de dicionário, dada a vontade das jovens nações de estabelecerem estudos próprios de suas línguas (FARIAS, 2007).

Em língua portuguesa, um dos primeiros e mais importantes dicionários foi o *Vocabulário Português e Latino*, do Padre Rafael Bluteau, um francês nascido em Londres que foi habitar em Coimbra com 30 anos e que teve D. João V como mecenas (VERDELHO, 2002). O dicionário bilíngue produzido por Bluteau deixava o latim em segundo plano, privilegiando o português, e era uma obra com características enciclopédicas, composta de 10 volumes, com informações sobre as coisas e o mundo, incluindo abonações (BIDERMAN, 2003; FARIAS, 2007).

Outro importante dicionário da história da lexicografia portuguesa data de 1789, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio Moraes e Silva, um brasileiro que foi para Portugal muito cedo para estudar. Trata-se de uma edição resumida do *Vocabulário Português e Latino* de Bluteau, razão pela qual Moraes e Silva não insere seu nome como autor da obra, valorizando o trabalho do francês. Ele o denomina *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes e Silva natural do Rio de Janeiro* (BIDERMAN, 1984, 2003; FARIAS, 2007).

A segunda edição do dicionário, de 1813, já indica o nome de Moraes e Silva como autor da obra. Desse dicionário, uma sequência de outras edições foi editada, até 1959, por José Pedro Machado e Augusto Moreno Cardoso Júnior.

Orgulho da lexicografia brasileira do século XIX (FARIAS, 2007), o dicionário de Moraes é, segundo Verdelho (2003, p. 473):

[...] a mais importante referência na história da lexicografia portuguesa. Como dicionário geral da língua, podemos dizer que desencadeou o início da dicionarística monolíngue moderna portuguesa. Estabeleceu as origens e deu fundamento a toda a genealogia lexicográfica desenvolvida ao longo dos últimos 200 anos.

Entretanto, apesar de a tradição lexicográfica brasileira ter sido iniciada no século XIX, ela só se desenvolve de fato durante o século XX. De acordo com Biderman (2002), já havia certa preocupação em se descrever o léxico utilizado no Brasil ao longo do século XIX, por ele diferir do léxico utilizado em Portugal, sendo Antônio Joaquim Macedo Soares o primeiro dicionarista a se preocupar com a descrição do vocabulário brasileiro; no entanto sua obra, publicada em 1888, ficou restrita à parte relacionada à letra C. De modo semelhante, as demais obras que se dedicaram aos brasileirismos durante o século XIX funcionavam apenas como um complemento aos dicionários portugueses (KRIEGER et al., 2006). No século XX, foram produzidos muitos dicionários no Brasil (cf. BIDERMAN, 2003; FINATTO, 1993, 1996; KRIEGER et al., 2006; WELKER, 2006), tais como o *Dicionário Gramatical de Verbos* (BORBA, 1980) e o *Dicionário Didático do Português* (BIDERMAN, 1998).

O primeiro a obter sucesso de vendas foi o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1938, produzida por um grupo de filólogos. Seu sucesso se deu graças à facilidade de ser transportado, por ser impresso em um único volume; o que também o tornou financeiramente mais acessível para o público em geral. Em 1942, na terceira edição da obra, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira se integra à equipe de autores. Foram, ao todo, 11 edições até 1967; momento a partir do qual a ditadura militar proíbe a sua publicação. De acordo com Krieger et al. (2006, p. 181), esse dicionário possui o “estatuto de dicionário fundador, por excelência, da lexicografia brasileira”.

Em 1975, Aurélio B. de H. Ferreira, engajado nas edições anteriores do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, publica o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, ou simplesmente *Aurélio* (BIDERMAN, 2003), um dos dicionários mais populares da atualidade. A última versão desse dicionário, sua 5ª edição (2010), publicado pela editora *Positivo*, comemora os cem anos de nascimento do autor e segue as regras do novo Acordo Ortográfico, além de incluir neologismos como o verbo **tuitar**. O *Aurélio* também está disponível na versão digital (que já se encontra na sétima edição).¹

¹ Mais informações: <http://www.aureliopositivo.com.br/>. Acesso em: 18 jan. 2011.

Outros dicionários atualmente muito populares no Brasil são o *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. O primeiro foi publicado pela editora *Melhoramentos*. Sua 1ª edição data de 1998 e contém mais de 200.000 verbetes e subverbetes distribuídos por 2.288 páginas. Não há nenhuma informação disponível sobre o número exato de verbetes que constam do dicionário (WELKER, 2006).² O segundo, o *Houaiss*, foi publicado pela editora Objetiva. Sua última versão, de 2009, contém 442 mil entradas, distribuídas em 1.986 páginas (enquanto sua 1ª edição, publicada em 2001, possuía 3.008 páginas), consoantes com o novo acordo ortográfico. O dicionário *Houaiss* também possui uma versão digital em CD-ROM.

Além desses, outros dois dicionários contemporâneos que também merecem destaque são o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (BORBA, 2002), o DUP, e o *Dicionário UNESP do português contemporâneo* (BORBA, 2004). Esses dicionários se destacam dos demais, apesar de serem menores (contêm aproximadamente 60.000 verbetes cada, enquanto o *Aurélio*, o *Michaelis* e o *Houaiss* contêm mais de 100.000 verbetes cada), por serem documentados, isto é, por serem construídos com base em ocorrências de um corpus informatizado do português brasileiro contemporâneo e por se embasarem em uma teoria gramatical. Assim, a riqueza desses dicionários provém essencialmente das análises linguísticas a eles subjacentes e do fato de serem abonados (WELKER, 2006).

Na seção seguinte, apresenta-se uma reflexão sobre a classificação dos verbos pronominais nas obras lexicográficas do Brasil. Em particular, serão analisadas as classificações presentes nos seguintes dicionários: (i) o *Caldas Aulete* (GEIGER, 2007); (ii) o *Dicionário de usos do português do Brasil* (BORBA, 2002), doravante DUP, e (iii) o *Dicionário Aurélio do Século XXI* (FERREIRA, 1999), doravante *Aurélio*.³

A relação entre os verbos pronominais e os dicionários brasileiros: uma contribuição positiva ou negativa para o consulente?

Para realizar a análise metalexográfica dos verbos pronominais, explora-se, primeiramente, o conceito de verbo pronominal e, em seguida, analisa-se como esse conceito é comumente registrado nos dicionários.

Algumas visões teóricas sobre o verbo pronominal

A tarefa de se definir e delimitar os verbos, cuja atualização inclui um clítico, com base em gramáticas e em obras lexicográficas tradicionais, não é simples (BECHARA, 2000; BORBA, 2002; DUBOIS et al., 1973; GEIGER, 2007; NEVES, 2000). De modo geral, os verbos pronominais são definidos como unidades lexicais formadas pela união de um verbo com um pronome reflexivo. Entretanto, ao se comparar obras que utilizam essa terminologia, constatam-se informações divergentes: cada autor os define de sua maneira, o próprio termo **verbo pronominal** não é consensual (havendo rótulos diversos) e são poucos os exemplos fornecidos.

2 Disponível também em versão digital (CD-ROM e *on-line*), podendo ser consultado em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em: 18 jan. 2011.

3 Dada a necessidade de redução da amostragem de itens analisados para uma proporção manejável no âmbito deste artigo, foram escolhidas três obras para a análise. Considera-se que as três obras escolhidas são representativas na lexicografia brasileira, cada uma à sua maneira (respectivamente: dicionário de bolso; dicionário com análise linguística subjacente e com abonações; dicionário considerado um sucesso comercial).

De acordo com Neves (2000, p. 468-469), os verbos pronominais são aqueles em que “as formas oblíquas reflexivas dos pronomes pessoais” são partes integrantes desses verbos. Como exemplos, a autora cita: **abraçar-se** (“Rosalinda abraçou-se ao corpo de Jacob.”), **admirar-se** (“Um transeunte admirou-se do berro.”), **bronzear-se** (“Havia um banco na areia [...] onde as meninas se bronzeavam.”), **chatear-se** (“[Arlequim] chateou-se de ter perdido o melhor da noite [...]”), **concentrar-se** (“A proteína concentra-se principalmente nas sementes [...]”), **decepcionar-se** (“Já vi de tudo e já me decepcionei.”), **doutorar-se** (“[Sérgio Porto] doutorou-se em Física nos Estados Unidos.”) e **zangar-se** (“Se você não se zangar, eu quero ver de novo.”), entre alguns outros.

Borba (2002, p. vii), por sua vez, parece ser mais específico ao definir os verbos pronominais como aqueles que são construídos “com um pronome da mesma pessoa do sujeito que, não tendo função sintática específica, serve como índice do grau de participação do sujeito naquilo que o verbo expressa”. Como exemplo, o autor cita o verbo **afastar-se**, usado, por exemplo, no contexto “Glória se afastou sorrindo”.

Já Dubois et al. (1973, p. 489-490) descrevem os verbos pronominais como verbos da voz média do indo-europeu, em que “o sujeito e o agente, que podem ser distintos, exercem uma ação sobre si mesmos, em seu benefício ou interesse, podendo tais verbos dispensar o ‘objeto’, como os intransitivos”.

Por fim, Bechara (2000, p. 222-223), de forma bastante ampla, define verbo pronominal como aquele que é empregado “na forma reflexiva propriamente dita”, isto é:

[...] forma verbal que indica que a ação verbal não passa a outro ser (negação da transitividade), podendo reverter-se ao próprio agente (sentido reflexivo propriamente dito) [...] formada de verbo seguido do pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere: eu me visto, tu te feriste, ele se enfeita.

Conforme sugerem as definições apresentadas, o problema central em torno das definições de verbo pronominal diz respeito ao grau de especificação com que esse verbo é comumente tratado. Não há um consenso com relação a esse tipo de especificação e as exemplificações são, na maioria das vezes, parcas, o que dificulta ainda mais a possibilidade de comparações entre as diferentes abordagens (cf. LENHARO, 2009).

A análise metalexigráfica

Para analisar como os verbos pronominais são comumente contemplados nos principais dicionários de circulação da língua portuguesa, comparam-se as definições de 49 verbos de três dicionários da língua portuguesa: o *Caldas Aulete*, o DUP e o *Aurélio*.⁴ Esse exercício de comparação considerou não apenas a análise de verbetes, mas também os procedimentos metodológicos de confecção dos dicionários presentes nas notas introdutórias dessas obras lexicográficas.

O dicionário *Caldas Aulete* faz apenas referência aos verbos pronominais e os sinaliza através da abreviatura “**pr.**”. Como o seu prefaciador é Evanildo Bechara, infere-se que

4 Os verbos que constituem o universo desta análise são apresentados por Rodrigues (1998, p. 104) como exemplos de um grupo de verbos que admite a construção média com a presença obrigatória do clítico SE medial. São exemplos de construção média: “Essas doenças se transmitem facilmente.” e “Uno se dirige facilmente” (RODRIGUES, 1998, p. 105).

a descrição desse tipo de verbo segue a análise sugerida por esse gramático, mencionada anteriormente.

As figuras 1 e 2 ilustram verbetes desse dicionário.

orgulhar (or.gu.lhar) v. Fazer sentir ou sentir orgulho (1). [*td.*: *Esse prêmio orgulharia qualquer pessoa. pr.*: *Tem bons motivos para se orgulhar.*] [► 1 orgulhar]

Figura 1. Verbetes do verbo orgulhar (GEIGER, 2007, p. 725)

debater (de.ba.ter) v. 1 Trocar idéias sobre (um assunto), conversando; DISCUTIR. [*td.*: *Debatiam os pontos centrais do projeto. int.* *Agora vão debater até a cerveja acabar. tdi.* + *com*: *O cineasta debatia com os jornalistas o sucesso do festival.*] ■ **debater-se pr.** 2 Agitar-se (tb. Fig.); CONTORCER-SE: “[...] *debati-me* no leito em agitação violenta...” (Joaquim Manoel de Macedo, *A luneta mágica*); [*Os peixes debatem-se na rede.*] [► 2 debater] • **de.ba.te.dor** a.sm.

Figura 2. Verbetes do verbo debater (GEIGER, 2007, p. 295)

Com o levantamento feito no *Caldas Aulete*, em função da presença ou da ausência da abreviatura **pr.** para os verbos pesquisados, constatou-se que, dos 49 verbos, 27 não são classificados como pronominais. Dos 21 verbos classificados como pronominais, 6 apresentam mais de um sentido pronominal, a saber: **corromper**, **desvalorizar**, **distinguir**, **preparar**, **projetar** e **purificar**. Os sentidos desses verbos que apresentam a marca “**pr.**” são ilustrados, respectivamente, pelas frases (01)-(06):

- (01) “Ele vai acabar corrompendo-se com as más companhias.”
“Os produtos corromperam-se devido à umidade.” (GEIGER, 2007, p. 276)
- (02) “O ouro desvalorizou-se.”
“Desvaloriza-se com esse tipo de atitude.” (GEIGER, 2007, p. 349)
- (03) “Este pintor distingue-se por suas cores vibrantes.”
“[...] no meio do rumor distinguia-se a voz de fasete do Couto [...]” (Aluísio Azevedo, *O mulato*)” (GEIGER, 2007, p. 367)
- (04) “Os médicos estão se preparando para entrar em greve.”
“Joaquim preparou-se para o vestibular.”
“[...] preparou-se com maior esmero do que se fosse a um baile.” (José de Alencar, *A pata da gazela*)” (GEIGER, 2007, p. 803)
- (05) “Projetou-se como dançarino.”
“A bola projetou-se ribanceira abaixo.” (GEIGER, 2007, p. 813)
- (06) “O ambiente purificou-se.”
“Sofia queria se purificar dos deslizes da juventude.” (GEIGER, 2007, p. 824)

O verbo **definir** não é classificado como pronominal pelo dicionário, porém o verbete desse verbo inclui a subentrada **definir-se**, exemplificada por (07):

- (07) “O Congresso definiu-se a favor do da reforma.” (GEIGER, 2007, p. 301)

O verbo **enfrascar** não consta do dicionário (talvez por se tratar de uma edição de bolso), o que justifica o total de 48 verbos. A figura 3 mostra a classificação dos verbos com base nesse dicionário.

PRONOMINAL	NÃO-PRONOMINAL
agrupar, alicerçar, castrar, corrigir, corromper, cultivar, definir-se, desvalorizar, dirigir, distinguir, nivelar, pintar, preparar, projetar, purificar, realçar, resgatar, resumir, traduzir, transmitir, transportar	afugentar, arquivar, bordar, colher, construir, contornar, coroar, costurar, desperdiçar, dosar, elaborar, encadernar, erradicar, escovar, esculpir, esmaltar, irrigar, lapidar, ler, niquelar, paginar, raspar, rebocar, recheiar, redigir, semear, transcrever
Total: 21 verbos	Total: 27 verbos
Total geral: 48 verbos	

Figura 3. Como o dicionário *Caldas Aulete* classifica os 49 verbos

O DUP, por sua vez, apresenta uma definição mais sintática de verbo pronominal, conforme prefácio (BORBA, 2002) e apresentado anteriormente. O resultado do levantamento no DUP é apresentado na figura 4.

PRONOMINAL	NÃO-PRONOMINAL
agrupar, alicerçar, coroar , corrigir, corromper, definir, desperdiçar , desvalorizar, dirigir, distinguir, nivelar, escovar , esculpir , pintar, preparar, projetar, purificar, raspar , realçar, rebocar ₁ , resumir, traduzir, transmitir, transportar	afugentar, arquivar, bordar, castrar , colher, construir, contornar, costurar, cultivar , dosar, elaborar, encadernar, erradicar, esmaltar, irrigar, lapidar, ler, paginar, rebocar ₂ , recheiar, redigir, resgatar , semear, transcrever
Total: 24 verbos	Total: 24 verbos
Total geral: 48 verbos	

Figura 4. Como o DUP classifica os 49 verbos

Os verbos em negrito ressaltam as diferenças entre os verbos do DUP e os verbos do *Caldas Aulete*. Dos 49 verbos, 24 não são classificados como pronominais no DUP. É importante ressaltar que o verbo **rebocar**, classificado como não-pronominal no *Caldas Aulete*, apresenta duas entradas no DUP: o **rebocar**₁ é classificado como um verbo de ação, pronominal, com o sentido de “lambuzar-se” e o **rebocar**₂ como um verbo de ação-processo, não-pronominal, com o sentido de “conduzir por meio de reboque” ou “arrastar”. Por esse motivo, na figura 4, ele foi inserido nas duas colunas, o que, somado à falta dos verbos **enfrascar** e **niquelar**, justifica o número de 48 verbos no total geral.

No DUP, o verbo **ler** não é classificado como pronominal, porém o verbete desse verbo inclui a subentrada **leia-se**, exemplificada por (08):

- (08) “Ricos e pobres discutem, por suposto, questões comuns referentes a comércio (leia-se balanço de pagamentos).” (BORBA, 2002, p. 952)

Os verbos **castrar**, **cultivar** e **resgatar**, que apresentam ao menos uma marca de pronominal no *Caldas Aulete* (Cf. (09) e (10)^s), são não-pronominais no DUP, onde são classificados como ação-processo.

- (09) “Cultivou-se estudando música e história da arte.” (GEIGER, 2007, p. 288)

5 O verbo **castrar**, em seu sentido pronominal, não é exemplificado no *Caldas Aulete*.

(10) “O cativo resgatou-se por uma fortuna.” (GEIGER, 2007, p. 864)

Já o contrário ocorre com 6 verbos com marca de não-pronominal no *Caldas Aulete*. No DUP, esses verbos são assim classificados: **coroar** (processo.pronominal), **desperdiçar** (processo.pronominal), **escovar** (ação.pronominal), **esculpir** (processo.pronominal), **raspar** (ação.pronominal) e **rebocar** ((**rebocar**₁) ação.pronominal), exemplificados, respectivamente, por (11)-(16). Vale lembrar que essas não são, necessariamente, as únicas classificações que esses seis verbos apresentam no DUP.

(11) “A noite coroa-se de estrelas.” (BORBA, 2002, p. 409)

(12) “O líquido se desperdiçando pelas frinchas das tábuas em toda a sua extensão.” (BORBA, 2002, p. 493)

(13) “Deixou-se levar, ajeitava a roupa, escovando-se com petelecos.” (BORBA, 2002, p. 605)

(14) “A última frase do juiz retumbava em meus ouvidos, penetrando-me na mente e nela se esculpiu, gravada por aquelas mãos curtas e peludas.” (BORBA, 2002, p. 608)

(15) “Os mais raspem-se todos!”

“Quem mandou raspar-se da missão que receberá?” (BORBA, 2002, p. 1324)

(16) “Gente mais matuta...[...] rebocavam-se com água de beleza.” (BORBA, 2002, p. 1332)

Já o dicionário *Aurélio* não apresenta nenhuma informação explicativa sobre as classificações adotadas. Esse dicionário, apesar de também apresentar duas entradas para o verbo **rebocar**, como o DUP, classifica as duas entradas como verbo transitivo direto, ao contrário do anterior. Desse modo, o dicionário *Aurélio* apresenta 28 verbos classificados como pronominais e 21 verbos que não apresentam nenhuma acepção com essa classificação, conforme mostra a figura 5.

Enquanto o DUP classifica os verbos **desperdiçar**, **escovar** e **esculpir** como pronominais, o *Aurélio* os classifica como não-pronominais. O oposto ocorre com os verbos **castrar**, **cultivar**, **elaborar**, **encadernar**, **esmaltar**, **recheiar** e **resgatar**, classificados como não-pronominais no DUP e como pronominais no *Aurélio*. Entretanto, o *Aurélio* não fornece nenhum exemplo/ocorrência para esses 7 verbos classificados como pronominais.

PRONOMINAL	NÃO-PRONOMINAL
agrupar, alicerçar, castrar, coroar, corrigir, corromper, cultivar, definir, desvalorizar, dirigir, distinguir, elaborar, encadernar, enfrascar, esmaltar, nivelar, pintar, preparar, projetar, purificar, raspar, realçar, recheiar, resgatar, resumir, traduzir, transmitir, transportar	afugentar, arquivar, bordar, colher, construir, contornar, costurar, desperdiçar, dosar, erradicar, escovar, esculpir, irrigar, lapidar, ler, niquelar, paginar, rebocar, redigir, semear, transcrever
Total: 28 verbos	Total: 21 verbos
Total geral: 49 verbos	

Figura 5. Como o dicionário *Aurélio* classifica os 49 verbos

Comparando-se as classificações do *Aurélio* e do *Caldas Aulete*, verifica-se que os 21 verbos não-pronominais no *Aurélio* também recebem a mesma classificação no *Caldas Aulete*. Entretanto, os verbos **coroar**, **elaborar**, **encadernar**, **enfrascar**, **esmaltar**, **raspar** e **recheiar**, também classificados como verbos não-pronominais no *Caldas Aulete*, são classificados como pronominais no *Aurélio*. Desses verbos, apenas o **raspar** apresenta exemplos para seus sentidos pronominais no *Aurélio* (cf. 17).

(17) “Tomara o pontapé, pregara um soco seguro, pregaria outros, mas, apagada a luz, raspava-se. (Marques Rebelo, Marafa, p. 33).” (FERREIRA, 1999)

“— Ouve lá, isso que tu vais recitar, a Democracia, é política ou sentimento? Se é política, raspa-me.” (Eça de Queirós, Os Maias, II, p. 396.) (FERREIRA, 1999)

Observem-se, agora, algumas informações fornecidas pelos verbetes do verbo **cultivar** nos três dicionários analisados:

- (i) *Caldas Aulete* = sentido de “desenvolver(-se) pelo estudo ou pelo exercício; fazer adquirir ou adquirir (cultura)”. Classificado tanto como verbo transitivo (“Este livro cultiva o amor pela arte.” quanto como verbo pronominal (“Cultivou-se estudando música e história da arte.”).
- (ii) DUP = sentido de “tornar culto”. Classificado como ação-processo (“A educação cultiva e aperfeiçoa o homem.”).
- (iii) *Aurélio* = sentido de “formar, educar ou desenvolver pelo estudo, pelo exercício”, classificado como verbo transitivo direto (“Não cultiva os seus talentos.”), e sentido de “formar-se pela educação; adquirir cultura”, classificado como verbo pronominal (não fornece exemplo).

O *Caldas Aulete* classifica o verbo **cultivar** como pronominal e fornece um exemplo apenas. O DUP classifica esse verbo como não-pronominal. O *Aurélio*, por sua vez, classifica o verbo como pronominal, mas não fornece nenhum exemplo, o que impossibilita uma comparação mais detalhada com o primeiro dicionário. Com essa dissonância existente entre as informações dos dicionários, um consulente que verificar o verbete de **cultivar** nessas obras lexicográficas, buscando informações sobre verbos pronominais, permanecerá em dúvida.

Pior será a situação se o consulente buscar o verbete do verbo **castrar** nesses dicionários. **Castrar**, com o sentido de “privar dos órgãos reprodutores”, é classificado como verbo transitivo direto e como verbo pronominal, tanto no *Caldas Aulete* como no *Aurélio*; mas nenhuma das duas obras fornece exemplo. No DUP, o verbo é classificado como ação-processo e é exemplificado por (18):

(18) “João Abade mandou Pajeú castrar os vendedores.”

“A intenção do doutor era me castigar muito e em seguida **me castrar**.” (BORBA, 2002, p. 296, grifo nosso)

Note-se que o verbo não é classificado como verbo pronominal no DUP, mas, em um dos exemplos fornecidos pelo dicionário, o verbo ocorre com um pronome reflexivo (“**me castrar**”). Isto é, o consulente, que tem em mente que o verbo pronominal ocorre juntamente com um pronome reflexivo e está em busca de mais informações sobre os verbos pronominais, ficará muito confuso após essa consulta: no exemplo fornecido, há a

ocorrência do verbo com um pronome reflexivo, mas o verbo é classificado apenas como um verbo de ação-processo (e não como um verbo pronominal).

Com esses dados, evidencia-se a maneira insatisfatória como os verbos pronominais são comumente contemplados nos dicionários de língua portuguesa (produzidos no Brasil). As informações são divergentes e não há exemplos suficientes, o que pode ocasionar dúvidas, ao invés de solucioná-las.

Considerações finais

A análise de uma amostragem de verbos nos dicionários arrolados exemplifica a falta de consenso em relação à classificação dos verbos pronominais. Essa divergência aponta para o seguinte questionamento: em que medida esses registros lexicográficos, de fato, contribuem com a descrição linguística dessa classe de verbos? Com tudo o que foi apresentado neste artigo, conclui-se que as obras lexicográficas não contribuem muito com a descrição linguística dos verbos analisados.

Se, por um lado, a classificação dos verbos pronominais registrada nos dicionários não é harmoniosa, por outro lado, que tipos de desafio ela coloca para os estudiosos da língua? Posto de outro modo, que fatores ou aspectos do uso linguísticos estariam envolvidos nessa classificação? Essas questões, que estão atreladas ao próprio processo de identificação dos verbos pronominais, constituem objeto atual de pesquisa de doutorado em andamento.⁶

Tendo em vista o enfoque metalexográfico desse estudo, uma das contribuições dessa pesquisa, em geral, e deste artigo, em particular, concerne à reflexão da classe dos verbos pronominais com vistas ao aprimoramento das definições e das classificações dessa classe nas obras teóricas e lexicográficas.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido na lexicografia brasileira para que nossas obras lexicográficas se tornem satisfatórias no que diz respeito aos verbos pronominais.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BIDERMAN, M. T. C. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. *Alfa*, São Paulo, n. 47, v. 1, p. 53-69, 2003.

_____. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no Português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, Pontes, 2002, p. 65-83.

_____. *Dicionário Didático de Português*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1992.

⁶ Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq, processo n. 142049/2010-7.

- _____. A ciência da lexicografia. *Alfa*, São Paulo, n. 28 (supl.), p. 1-26, 1984.
- BORBA, F. S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BORBA, F. S. (Org.) *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BORBA, F. S. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Unesp, 1980.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J. B.; MEVEL, J. P. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FARIAS, E. M. P. Um breve histórico do fazer lexicográfico. *Trama*, Cascavel, v. 3, n. 5, p. 89-97, 1º sem. 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/issue/view/141/showToc>>. Acesso em: 12 jan. 2011.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI*. (Versão 3.0). São Paulo: LexiKon Informática Ltda., 1999.
- FINATTO, M. J. B. Da lexicografia brasileira (1813-1991): a microestrutura dos dicionários gerais de língua. *Lingüística (ALFAL)*, Ciudad de México, v. 8, p. 53-87, 1996.
- _____. *Da lexicografia brasileira (1813 - 1991): tipologia microestrutural de verbetes substantivos*. 1993. 333 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre.
- GEIGER, P. (Ed.) *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa: edição de bolso*. Rio de Janeiro: LexiKon Digital, 2007.
- GONÇALVES, M. F. A marca lexicográfica “termo do Brasil” no Vocabulário Portuguez e Latino de D. Rafael Bluteau. *Alfa*, São Paulo, n. 50, v. 2, p. 205-228, 2006.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KRIEGER, M. G.; MÜLLER, A. F.; GARCIA, A. R. R.; BATISTA, R. P. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. *Alfa*, São Paulo, n. 50, v. 2, p. 173-187, 2006.
- LENHARO, A. C. *Os synsets de verbos do português com o SE inerente e os seus equivalentes do inglês*. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Tradução de Clóvis Barleta de Moraes. *Alfa*, São Paulo, n. 28, p. 45-69, 1984. (Suplemento)

RODRIGUES, C. A. N. *Aspectos sintáticos e semânticos das estruturas médias no português do Brasil*: um estudo comparativo. 1998. 169 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

VERDELHO, T. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna. In: *História da língua e história da gramática - actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho/ILCH, 2003. p. 473-490.

_____. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002. p. 15-64.

WEISZFLOG, W. (Ed.) *Michaelis português - moderno dicionário da língua portuguesa*. (Versão 1.0). São Paulo: DTS Software Brasil Ltda., 1998.

WELKER, H. A. Breve histórico da metalexicografia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 19, p. 69-84, 2006. Disponível em: <http://www.let.unb.br/hawelker/metalex_Matraga.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

Apontamentos morfosintáticos sobre o processo de formação dos topônimos indígenas tupis e guaranis

(Morphosyntactic notes about the process of formation of Tupi and Guarani indigenous toponyms)

Lucimara Alves da Conceição Costa¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

lucimara.costa@hotmail.com

Abstract: This study is part of the dissertation “Lexical study of indigenous names in the region of Aquidauana, Miranda and Corumbá in Mato Grosso do Sul: the rural toponymy” and aims to present some morphosyntactic notes about the process of formation of indigenous toponyms, Tupi and Guarani, in those regions. The data were collected from topographic maps in scale 1: 125,000 and statistical Rural Maps provided by the IBGE website. In order to develop this study, the taxonomic toponymic model proposed by Dick (1990) was adopted. The theoretical background on Morphology was based on Cunha and Cintra (1985), Rio Torto (1998), Basil (2000), Costa (2002) and Basil (2009) in order to substantiate the formation process of the terms presented in the analysis.

Keywords: lexicon, word formation process, Tupi and Guarani toponyms.

Resumo: Este trabalho é um recorte da dissertação de Mestrado “Estudo lexical dos nomes indígenas das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul: a toponímia rural” e tem como objetivo apresentar alguns apontamentos morfosintáticos sobre o processo de formação dos topônimos indígenas tupis e guaranis das regiões supracitadas. Os dados apresentados foram coletados por meio de cartas topográficas na escala 1: 125.000 e Mapas Rurais estatísticos (MRU), disponibilizados pelo *site* do IBGE. Para desenvolvimento deste trabalho adotamos o modelo taxionômico toponímico proposto por Dick (1990). Como suporte teórico morfológico contamos com os pressupostos de Cunha e Cintra (1985), Rio-Torto (1998), Basílio (2000), Costa (2002) e Basílio (2009) de forma a fundamentar o processo de formação dos termos apresentados na análise.

Palavras-chave: léxico; processo de formação de palavras; topônimos tupis e guaranis.

Introdução

A família Tupi-Guarani, com mais de trinta línguas, é considerada uma das maiores famílias da América do Sul e tem a maioria de seus povos na Amazônia.

De acordo com Aryon Rodrigues em seu artigo intitulado *Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia* (SD), seu reconhecimento como família genética é datado desde o século XIX, porém, só em meados do século XX é que se reconheceu que ela faz parte de um conjunto de dez famílias amazônicas, que apresentam muitas diferenças entre si, mas que possuem uma remota origem em comum.

Ainda segundo apontamentos deste autor, essas línguas mantiveram-se em estado mais ou menos homogêneo somente até a época da descoberta; depois desse período, fracionaram-se novamente. Desse modo, quando os europeus chegaram à costa brasileira, as aldeias tupi-guaranis por eles encontradas comportavam dois conjuntos de dialetos: um

originado do prototupi, falado ao norte da linha tropical, e outro, ao sul, proveniente do proto guarani, conjuntos dialetais denominados, respectivamente, de tupi e guarani.

Nesse sentido, considerando a afirmação de Rodrigues (1951, p. 3), ao apontar que “um dos aspectos [...] mais importantes para quem quiser se dedicar à investigação etimológica é, sem dúvida, o processo de composição nesta língua predominantemente incorporante, e que de igual importância é a derivação por meio de afixos”, este trabalho tem por objetivo apresentar alguns apontamentos morfossintáticos sobre o processo de formação dos topônimos indígenas tupis e guaranis das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul.

Convém destacar que este artigo é um recorte da dissertação de Mestrado *Estudo lexical dos nomes indígenas das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul: a toponímia rural*, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus de Três Lagoas, sob orientação da Prof^a Dr^a Vitória Regina Spanghero. Os dados apresentados foram coletados por meio de cartas topográficas na escala 1: 125.000 e Mapas Rurais estatísticos (MRU), disponibilizados pelo *site* do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organizado no ano de 2007, para fins de recenseamento do Estado.

Para desenvolvimento deste trabalho adotamos o modelo taxionômico toponímico proposto por Dick (1990), que consiste em um total de 27 taxes, sendo estas divididas em 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural. Utilizamos também os pressupostos teóricos de Magalhães (1876), Sampaio (1901), Barbosa (1956), Rodrigues (1945), Rodrigues (1951), Tibiriçá (1984) e Navarro (2006). Como suporte teórico morfológico contamos com os pressupostos de Cunha e Cintra (1985), Rio-Torto (1998), Basílio (2000), Costa (2002) e Basílio (2009), de forma a fundamentar o processo de formação dos termos apresentados na análise.

No decorrer de nossa pesquisa constatamos que o processo de formação mais recorrente nos topônimos indígenas de origem tupi e guarani é a derivação sufixal, formado pela junção de sufixos tupis e guaranis como *-tinga*, *-tyba*, *-uassu*, *-guaçu*, entre outros.

Considerações sobre a toponímia indígena brasileira

Refletir sobre a formação da toponímia brasileira é aceitar a multiplicidade de línguas e culturas que originaram e solidificaram nosso idioma. Em seu artigo intitulado “Toponímia brasileira: origens históricas”, Antunes e Carvalhinhos (2007, p. 1) ressaltam que falar da toponímia brasileira “é remeter-se, inapelavelmente, às origens do país. É, também, remeter-se a alguns aspectos do português brasileiro (PB)”, uma vez que, segundo Dick (1990), a toponímia no Brasil comporta considerações referentes a três estratos linguísticos: o português, o africano e o indígena. É inegável, porém, que a maior contribuição em relação à escolha dos topônimos, particularmente dos acidentes geográficos, é de procedência indígena, especialmente do tupi.

De acordo com Dick (1990, p. 2), citando Drummond, durante muito tempo a toponímia no Brasil foi conhecida e trabalhada de maneira simplista: seu método de estudo consistia unicamente na elaboração de uma lista de topônimos de determinada região, seguida de uma provável etimologia dos nomes de origem indígena, sem ater-se a questões como a origem histórica e os motivos de tal escolha de designativo. Entretanto, para a

autora, a verdadeira toponímia deveria preocupar-se com outras questões, isto é, além da etimologia, deveria ocupar-se, por exemplo, das histórias das transformações dos nomes de lugares, sua evolução fonética e alterações no decorrer do tempo. Destaca a pesquisadora, que “apenas um trabalho sério de investigação, que se sabe demorado e constante, poder-nos-á levar à verdadeira causa denominativa e, talvez, num último passo, à intencionalidade do denominador” (DICK, 1990, p. 3).

Uma ideia equivocada, mas bastante difundida, é a de que, no Brasil, todos os topônimos indígenas são de origem tupi. Aqui, os nomes geográficos de origem indígena possuem uma variada gama de procedências e, embora a sua maioria seja de origem tupi, a toponímia brasileira apresenta um grande acervo de palavras indígenas de outras procedências, como karib, bororo, aruak, jê, entre outras.

Segundo Seki (2000), o motivo desse equívoco foi o fato de que a ênfase dada ao estudo do tupi na época da colonização do Brasil, bem como a expansão geográfica dessa língua pelos missionários e o estudo de materiais escritos nesse idioma fizeram surgir a ideia de que no Brasil só havia o tupi ou tupi-guarani.

Nesse sentido, Sampaio (1987, p. 68-69) explica que o tupi espalhou-se por grande parte do país e que essa propagação se deveu não apenas à força da raça indígena, mas especialmente por causa das expedições dos colonizadores europeus, que difundiam esse idioma conhecido como a língua geral; assim, mesmo sendo o português o idioma oficial falado no país, o tupi era certamente o idioma mais usado no Brasil. De acordo com esse autor:¹

Faziam-se a conquista tendo por vehiculo a própria língua dos vencidos, que era a língua da multidão [...], as bandeiras quase que só fallavam o tupi. [...]. Recebiam então um nome Tupi as regiões que se iam descobrindo, e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jamais tivesse habitado um tribu de raça tupi. E assim é que no planalto central, onde dominavam povos de outras raças, as denominações dos valles, rios e montanhas e até das povoações são pela mor parte da língua geral. ² (SAMPAIO, 1987, p. 14)

Outro fator relevante para essa propagação foi o fato de que, apesar de os portugueses, ao chegarem ao Brasil, terem encontrado um país multilíngue, havia, segundo Franchetto (2000), certa uniformidade linguística no litoral da colônia onde habitavam os indígenas pertencentes à família tupi-guarani. Mesmo os povos inimigos possuíam entre si falares muito próximos, o que facilitou a criação de uma gramática que servisse de base para a catequização de colonos e indígenas por parte dos jesuítas. Antunes e Carvalhinhos (2007) advogam que esse contato entre o branco e o índio influenciou diretamente na formação do sistema toponímico brasileiro, pois

Em termos de apreensão de mundo, tanto os registros cartográficos quanto as narrativas comuns na época, como o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, trazem dois elementos que se refletiram na formação do sistema toponímico brasileiro: a apreensão do novo espaço e seus elementos (inéditos para o europeu como fauna e flora), descrevendo o que naquele momento era inominável em língua portuguesa, mas já possuía

1 Utilizamos, no decorrer deste trabalho, duas edições da obra de Theodoro Sampaio: a primeira, editada em 1901, e a quinta, de 1987, que apresentam diferenças entre si. Por isso fazemos referência às duas edições em diversas partes de nosso texto.

2 Foi mantida a grafia do escrito original (1901).

um termo em língua indígena e, por outro lado, descrevendo este espaço segundo a visão européia, o que levaria à geração da duplicidade e possível superposição toponímica. (p. 2)³

Sampaio (1987) também destaca essa influência do tupi na formação toponímica brasileira. Para o autor, o contato direto entre meio e indivíduo foi o que propiciou a criação desse sistema designativo, e essa proximidade tornava difícil a separação entre homem e ambiente, uma vez que não se conseguia distinguir ao certo onde começava um e onde começava o outro. Dessa forma, o índio era visto como parte da natureza, assemelhando-se, na maioria das vezes, a um animal selvagem:

[...] as denominações tupis das localidades ou dos indivíduos, com todos os epítetos de procedência bárbara, são de uma realidade descritiva admirável, exprimem sempre, as feições características do objeto denominado como produtos que são impressões nítidas, reais, vivas, como soem experimentar os povos infantis, incultos, no máximo convívio com a natureza. Exprimem, também, meros acidentes em uma circunstância qualquer, mas que deixarão viva recordação no âmbito do selvagem. (SAMPAIO, 1987, p. 174)

Para Dick,⁴ essa grande propagação dos topônimos tupis ocorreu não só “devido à maior mobilidade geográfica ou mesmo sócio-cultural do grupo, mas também devido à ação religiosa dos missionários e à antiga participação das antigas bandeiras, que difundiram a língua dita então geral [...]”. Deve-se registrar, que a toponímia brasileira de origem indígena está cheia de contrastes e faz-se presente em elementos que remontam à cultura material e espiritual de seu povo, no entanto, segundo a autora, “é nos dados naturais ou físicos, principalmente, que essa toponímia encontra uma definição mais relevante” (DICK, 1990, p. 123).

Isso se deve, em parte, conforme Dick já destacara, ao fato de que a forte influência indígena no processo de designação toponímica consiste em um grande problema, especialmente no que se refere à etimologia desses termos, já que, para elucidá-la e recuperar a grafia e o significado original desses designativos, precisamos, na maioria das vezes, recorrer à história. Outro problema ressaltado por Tavares (2004) é a inexistência de fontes realmente seguras, capazes de determinar com exatidão a etimologia dos termos indígenas, especialmente quais são os termos de origem tupi e quais são os de origem guarani.

Essa dificuldade de definição etimológica justifica-se tanto pela proximidade e semelhança entre os termos, quanto pela mudança de grafia que ocorreu ao longo do tempo, seja como forma de adequação à língua portuguesa e aos falantes dela, seja pelo fato de esses termos coletados na oralidade serem transcritos de forma diferente da grafia original ao serem anexados às cartas topográficas. A respeito dessas duas línguas, tão próximas entre si, Magalhães (1876, p. 43-46) faz as seguintes considerações:

Estas duas palavras tupi e guarani não significavam entre os selvagens que dellas usavam senão tribus ou famílias que assim se denominavam. Estas duas expressões: língua tupi, ou língua guarani, seriam como se nós disséssemos: a língua dos mineiros, ou a língua dos paulistas. Se no Paraguay qualquer um disser: guarani nhenhen, para traduzir a expressão - língua guarani - ninguém o entenderá, porque para elles o nome da língua é: Ava nhenhen, litteral; língua de gente. [...] O mesmo diremos a proposito da língua tupi. Tupi era o nome de uma tribu que, ao tempo da descoberta, dominava grande parte da costa. Se dissermos

3 Idem.

4 Idem.

a qualquer índio civilizado do Amazonas: falle em língua tupi – elle não entende o que queremos dizer; para que elle entenda que queremos que elle se expresse na propria língua, mister é dizer-lhe: Renhenhen nhenhengatú rupí, litt.: falle língua boa pela, isto é, fale pela língua boa.⁵

De acordo com Bertoni (apud RODRIGUES, 1945, p. 349), assim como não há diferenças entre os dialetos guaranis falados em distintas localidades, também não existe dualismo entre o tupi e o guarani. Segundo esse autor, o dualismo entre o tupi e o guarani nunca existiu, na verdade, são apenas dois grandes dialetos que pouco se diferenciam entre si.

Rodrigues (1945, p. 349-350) esclarece, entretanto, que, ao mesmo tempo em que existe a unidade, há ainda o dualismo e, para que se possa fazer tal afirmação, é preciso considerar o assunto em seus diversos aspectos. De acordo com o ponto de vista glotológico, o tupi e o guarani estão diretamente ligados entre si, porém, se concebermos esses dois ramos do ponto de vista prático, temos que reconhecer que os falantes do tupi antigo conseguiriam entender, relativamente bem, o guarani antigo, assim como um falante da língua portuguesa consegue entender o espanhol, entretanto, quem fala o tupi moderno ou nheengatú não terá a mesma facilidade para entender o guarani moderno ou avanheén.

Para Sampaio (1901, p. 20-21), o tupi e o guarani foram línguas bastante faladas no Brasil, não só pelo indígena propriamente dito, mas também pelas populações que depois se formaram sob a influência dos europeus:

Desde o Amazonas até Cananéa [...], dominava o tupi fallado por tupinambás, tabajaras, potiguaras, cahétes, tupiniquins, tamoyos e depois por seus descendentes, mestiçados com europeus e africanos. De Cananéa para o Sul, pela costa, e, pelo interior, abrangendo grande parte do sertão paulista [...] dominava o Guarany fallado pelos guayanás, carijós, tapes e outros”.⁶

Segundo o autor, os vestígios dessa dominação estão presentes nas denominações de lugares, e esse fato sempre deve ser levado em consideração quando trabalhamos com a interpretação de nomes tupis relacionados à geografia nacional (SAMPAIO, 1901).

Apontamentos sobre o tupi e o guarani

De acordo com Rodrigues (1945, p. 333), o tupi e o guarani possuem a mesma origem, uma vez que, antes da descoberta das Américas, havia na América do Sul um tronco tribal e linguístico que se localizava nas regiões entre os rios Paraná e Paraguai, onde hoje se localiza o Paraguai, e cujos descendentes, à época do descobrimento, constituíam os tupis e os guaranis.

Esse tronco, na época homogêneo, com o correr do tempo e em decorrência de fatores diversos, “foi dispersando-se, por migrações diversas que se deram em várias e em várias direções, quase todas ainda em época pré-histórica” (RODRIGUES, 1954, p. 333).

De acordo com esse autor, a língua desse tronco primitivo foi denominada, pelo

5 Foi mantida a grafia original.

6 Foi mantida a grafia original.

professor Rosário Farani Mansur,⁷ proto-tupi-guarani ou tupi-guarani comum. Por meio dessa denominação, “entende-se um estado linguístico homogêneo, ou mais ou menos tal; sendo esta a primeira estratificação, a qual comporta particularidades linguísticas entrevistadas antes da época histórica, isto é, antes dos fracionamentos dialetais” (RODRIGUES, 1945, p. 334).

Com o decorrer do tempo e de acordo com a fragmentação desse tronco linguístico, ocorreu o fracionamento linguístico, dando origem aos dialetos tupis e guaranis. A respeito desse processo, Rodrigues aponta que:

[...] das várias migrações que se realizavam, [...] os tupis deixaram o seu primitivo habitat, dirigindo-se para o oriente, atravessando os territórios dos atuais Estados do Paraná e São Paulo, alcançando o litoral e distendendo-se por quase toda a costa, poucos séculos antes da descoberta. [...] Pelo litoral, com o correr do tempo, foram os tupis dividindo-se em várias tribus [...]. Por sua vez, os guaranis, que se mantiveram ao sul, também se dividiram em tribus várias, sendo a sua maioria conhecida pelo nome de karijó (kari o’), estendendo-se desde o litoral até as regiões paraguaias, pelo sul do trópico de Capricórnio. (1945, p. 335)

Segundo o autor, com a separação dos tupis e dos guaranis, o prototupi-guarani falado anteriormente tomou rumos evolutivos diferentes. Distinguiram-se, a partir de então, dois dialetos desse tronco: o prototupi e o protoguarani. Dessa forma, o prototupi-guarani ou guarani comum ficou sendo falado nas regiões paraguaias e pelas tribos que se espalharam dessa região para o oriente, enquanto o prototupi ou tupi comum ficou sendo a língua falada pelos tupis.

A respeito da relação entre o tupi e o guarani, Tibiriçá (1984) defende que tupi-guarani diz respeito ao tronco étnico, assim como o indo-europeu. Desse modo, tupi-guarani ou macro-tupi denomina um conjunto de dialetos falados em quase todos os países da América do Sul. Assim, segundo o autor, “o guarani não deriva do tupi ou este daquele, são na realidade duas línguas que emanciparam de um mesmo tronco linguístico, mas que possuem suas próprias particularidades” (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 12).

Para Sampaio (1901, p. 19-20), o tupi e o guarani são apenas formas variantes de uma mesma língua: “o tupi e o guarany entendem muitos por línguas⁸ diferentes ou estranhas e não são senão irmãs diferenciadas apenas por influencia dialectal”. Segundo Magalhães, o tupi e o guarani são de fato a mesma língua, falada em dois períodos diversos:

O tupi num período mais primitivo, quase monosyllabico, conservando com escrúpulo as raízes com que formou a aglutinação; o guarany em um período mais desenvolvido, aquelle em que a raiz monosyllabica perde a significação para abandoná-la ao vocábulo aglutinado. Portanto, [...] o tupi é a fonte e por isso denominamos o grupo com o nome tupi. (1876, p. 46-47)

De acordo com Magalhães (1876, p. 47), a língua tupi ou *nhehegatú* é uma das que ocuparam a maior superfície da terra, e o que encontramos atualmente é uma porção de muitas línguas semelhantes entre si. Algumas são conservadas em documentos escritos; outras ainda são faladas por tribos isoladas e muitas delas já desapareceram, juntamente

⁷ Autor do opúsculo “Novos rumos da Tupinologia”.

⁸ Foi mantida a grafia original do escrito.

com os povos que as falavam.

Essa afirmação é comprovada por Tibiriçá (1984, p. 11): “ao contrário do que geralmente se pensa, não há um idioma intitulado tupi, mas vários dialetos que trazem este nome”. Assim, consoante o autor, há o tupi antigo, também conhecido como tupinambá, usado no século XVIII, falado pelos catequistas, e o tupi moderno ou neotupi, falado entre os caboclos amazonenses, além dos dialetos espalhados por inúmeras tribos isoladas.

Para Rodrigues (1994), tupi-guarani é a família linguística e não o idioma e, assim como outras, está relacionada ao tronco tupi. Quanto às demais famílias linguísticas existentes no Brasil, Rodrigues distribui as 180 línguas indígenas existentes em cerca de 40 conjuntos ou subdivisões, sendo a tupi-guarani a família que abriga um maior número de línguas, razão por que se espalhou por grande parte do território brasileiro. Quanto ao guarani, consiste, segundo o autor, em uma língua dessa subdivisão.

O processo de formação dos topônimos tupi e guaranis: apresentação e análise dos dados

Ao analisarmos o processo de formação dos topônimos tupi e guaranis constatamos que um dos processos mais recorrentes é a derivação sufixal, o que comprova a afirmação de Rodrigues (1951), de que essas são línguas predominantemente incorporantes. Elencamos a seguir alguns exemplos desses designativos.

Quadro 1. Ficha lexicográfico-toponímica 01

Topônimo- “ Aguaçú ”	Termo genérico: Vazante	Termo específico: aguaçú
Localização	Município	Informações enciclopédicas
Mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossense	Aquidauana	1. Adjetivo “grande e grosso”.
Taxonomia	Etimologia	Forma variante
Dimensiotopônimo	Tupi/guarani	<i>Guassu, guaçu, aguassu, açú, assú.</i>

Fonte: Mapa digital do IBGE- Escala 1: 125.000.

O termo *Aguaçú* é apontado por Guasch e Ortiz (1996, p. 542) e Assis (2008, p. 62) como originado do guarani. Segundo os autores supracitados, corresponde ao adjetivo “grande, acima do normal, em volume, tamanho, intensidade e valor”.

Entretanto, há divergência quanto à origem desse termo, pois, de acordo com Sampaio (1901), Tibiriçá (1984), Cunha (1998) e Houaiss e Vilar (2001), *aguaçú* é um termo de origem tupi.

Houaiss e Vilar (2001) apontam esse nome como um adjetivo de dois gêneros que significa “de grande porte; avultado, volumoso”. Tibiriçá (1984, p. 105) apresenta *guaçu* como forma variante de *guassu*, cujo significado é “grande e grosso”, e Cunha (1998, p. 45) acrescenta a definição “importante” aos demais significados apresentados.

Sobre a formação do grau aumentativo em tupi, Navarro (2006, p. 126) afirma que essa formação se faz com os sufixos *-ûasu* (*-gûassu*) ou *-usu -ûasu* (*gûasu*), que são usados quando o substantivo for oxítono, e *-usu*, quando o substantivo for paroxítono. Nesse caso, o substantivo que recebe esse sufixo perde o sufixo *-a*, quando o possuir. Como

exemplo dessa formação podemos citar o topônimo *Pará*, que significa “mar” e apresenta a forma aumentativa *parágûasu*, “mar grande”.

Quadro 2. Ficha lexicográfico-toponímica 02

Topônimo- “ Itacatu ”	Termo genérico: Retiro	Termo específico: Itacatu
Localização	Município	Informações enciclopédicas
Mesorregião dos Pantaneais sul-mato-grossense	Aquidauana/Miranda	1. Pedra grande 2. Pedra boa.
Taxonomia	Etimologia	Forma variante
Litotopônimo	Tupi/guarani	<i>Itakatu</i> .

Fonte: Mapa digital do IBGE- Escala 1: 125.000.

O topônimo *Itacatu* é formado por justaposição. Junção do radical tupi/guarani, *ita*, que significa “pedra” + adjetivo tupi/ guarani, *catu*, *katu*, que quer dizer: “bom, grande”. Traduzido literalmente, este termo significa “pedra grande ou pedra boa”.

Quadro 3. Ficha lexicográfico-toponímica 03

Topônimo- “ Jacutinga ”	Termo genérico: Fazenda	Termo específico: Jacutinga
Localização	Município	Informações enciclopédicas
Mesorregião dos Pantaneais sul- mato-grossense	Aquidauana/Corumbá/Miranda	1. Jacu branco. 2. Rocha friável argilosa.
Taxonomia	Etimologia	Forma variante
Zootopônimo/Litotopônimo	Tupi	Não encontrada

Fonte: Mapa digital do IBGE- Escala 1: 125.000.

Termo de origem tupi formado, de acordo com Sampaio (1901, p. 64), pela justaposição das formas *jacu* + *tinga*, que denomina o “jacu branco ou manchado de branco”. Ainda de acordo com o autor, também “denominavam *jacutinga* a rocha friável argilosa servindo de jazida ao ouro entre rocha de *itabirira*, talvez pela sua semelhança de coloração com a ave conhecida do gênero Penélope” (SAMPAIO, 1901, p. 58).

Para Cunha (1998, p. 169), *jacutinga* é “uma ave galiforme da família dos cracídeos, uma espécie de *jacu*”. Segundo Tibiriçá (1984, p. 114), esse termo designa “a ave da família dos cracídeos” e, em uma segunda acepção, pode ser definido como o “xisto ferruginoso e maganífero decomposto”.

De acordo com o dicionário Houaiss e Vilar (2001), *jacutinga* é uma “designação comum às aves galiformes, típica de matas de altitude do sudeste brasileiro, com plumagem negra brilhante e branca, base do bico azul-esbranquiçado, região perioftálmica nua e branca e barbelas larga e vermelha”.

De acordo com Navarro (2006), existem, no tupi, alguns adjetivos ou mesmo substantivos que funcionam como pospositivos na formação de muitos topônimos, como é o caso dos substantivos *tyba*, *tinga* e *pora*.

Sobre esses pospositivos, o autor aponta o uso do substantivo *tinga*, que significa “branco, brancura”, na formação de muitos de nossos topônimos, como é o caso de *jacutinga*, *itatinga*, entre outros.

Quadro 4. Ficha lexicográfico-toponímica 04

Topônimo- “ Jaguetê ”	Termo genérico: Fazenda	Termo específico: Jaguetê
Localização	Município	Informações enciclopédicas
Mesorregião dos Pantaneais sul- mato-grossense	Aquidauana/Miranda	1. Onça pintada. Tigre verdadeiro
Taxonomia	Etimologia	Forma variante
Zootopônimo	Tupi/Guarani	Não encontrada

Fonte: Mapa digital do IBGE- Escala 1: 125.000

O topônimo *Jaguetê* é definido por Sampaio (1901), Tibiriçá (1984), Cunha (2006) e Houaiss e Vilar (2001) como um termo de origem tupi. Segundo Sampaio (1901, p. 135), esse termo tem como correspondente a forma tupi *yaguar-etê*, que significa: “onça verdadeira”.

O dicionário Houaiss e Vilar (2001) apresenta a seguinte definição para esse termo: “do tupi *yagware'te jaguar*, “onça” < *ya'gwara* “jaguar” + *e'te* ‘verdadeiro”.

No entanto, de acordo com Guasch e Ortiz (1996) e Assis (2008) este termo é de origem guarani e é definido, segundo Guasch e Ortiz (1996, p. 572), como “tigre americano”. Conforme Assis (2008, p. 140), esta é uma designação para “onça”.

Sobre esse tipo de formação, Assis (2008, p. 852) aponta que, no guarani, o grau aumentativo se faz por meio de sufixos, assim, para o grau aumentativo se usa *-etê* ou *-katu*. Entretanto, o que percebemos na formação desse topônimo é que o uso do sufixo *-etê* não exprime ideia de tamanho, do fato de a onça ser grande e sim ao fato de ser uma “onça de verdade”, nesse caso, a onça pintada, em referência a outros espécimes.

Quadro 5. Ficha lexicográfico-toponímica 05

Topônimo-“ Jaguatinga ”	Termo genérico: Fazenda	Termo específico: Jaguatinga
Localização	Município	Informações enciclopédicas
Mesorregião dos Pantaneais sul- mato-grossense	Corumbá	1. Cachorro branco
Taxonomia	Etimologia	Forma variante
Zootopônimo	Tupi	Não encontrada

Fonte: Mapa digital do IBGE- Escala 1: 125.000

O topônimo *Jaguatinga* é de origem tupi formado pela justaposição dos vocábulos *jaguar*, que significa “cachorro” + *tinga*, que significa “branco (a)”, designação para “cachorro branco”. Segundo Tibiriçá (1984, p. 17), esse processo de formação acontece “quando o substantivo é paroxítono. Nesse caso, o substantivo perde a última sílaba se o adjetivo que o completar iniciar com consoante”.

De acordo com o dicionário Houaiss e Vilar (2001), esse é um termo tupi usado para designar tanto o “cão” como os felinos em geral. O processo de composição desse termo é explicado da seguinte forma: “junção de *jaguar*, termo tupi *ya'gwara* “nome comum aos grandes mamíferos carnívoros da família dos felídeos” + *tinga*, elemento de composição pospositivo, do tupi *tinga*, “branco, claro, cor branca, brancura”.

Relacionando a definição apontada para esse topônimo com a definição dada ao termo anterior, podemos observar que há uma certa contradição por parte dos dicionários, uma vez que *jaguar* no topônimo anterior é definido como onça, mas é apresentado como cachorro no topônimo *jaguatinga*. Acreditamos que essa contradição se justifica pelo fato de ser uma prática comum aos indígenas nomearem seus animais seguindo uma analogia, uma espécie de extensão designativa baseada nas características do ser nomeado, assim, se é utilizada a definição “onça verdadeira” ao termo *jaguaretê*, que significa a onça pintada, acreditamos que o termo *jaguatinga* pode fazer referência a um outro tipo de onça, a “onça parda ou puma”.

Quadro 6. Ficha lexicográfico-toponímica 06

Topônimo- “ Nhumirim ”	Termo genérico: Fazenda	Termo específico: Nhumirim
Localização	Município	Informações enciclopédicas
Mesorregião dos Pantaneais sul- mato-grossense	Aquidauana/Corumbá	1. Mato ou campo pequeno.
Taxonomia	Etimologia	Forma variante
Fitotopônimo	Tupi/Guarani	Não encontrada

Fonte: Mapa digital do IBGE- Escala 1: 125.000

Topônimo formado por derivação sufixal, a partir da junção do radical tupi/guarani, *ñu, nhũ* “mato, campo” + sufixo diminutivo⁹ tupi/guarani, *mirim*, que significa “pequeno”. Traduzido literalmente, esse termo significa “mato pequeno, matinho, campo pequeno”.

A respeito desse termo, Sampaio (1901, p. 50) destaca que “o campo, o terreno naturalmente despido de vegetação arborescente se denomina *nhu*, que a corruptela alterou muitas vezes para *inhum* e até para *ñu*. Assim, *nhumirim*, “campinho” [...]”.

Entretanto, segundo Navarro (2006, p. 126), o grau diminutivo no tupi faz-se com os sufixos *-ĩ* e *-ĩ*, caindo o sufixo *-a* do substantivo, quando ele existir. De acordo com este autor, *mirĩ* não é um sufixo e sim o adjetivo “pequeno”. Nesse caso, o topônimo *nhumirim* seria formado por justaposição e não derivação sufixal, como foi apontado acima.

Quadro 7. Ficha lexicográfico-toponímica 07

Topônimo- “ Paraguai ”	Termo genérico: Rio	Termo específico: Paraguai
Localização	Município	Informações enciclopédicas
Mesorregião dos Pantaneais sul- mato-grossense	Corumbá	1. Rio dos papagaios. 2. Rio que origina um mar. 3. Rio coronado.
Taxonomia	Etimologia	Forma variante
Hidrotopônimo	Tupi/Guarani	<i>Paraguay</i>

Fonte: Mapa digital do IBGE- Escala 1: 125.000

Topônimo de origem guarani proveniente do topônimo *paraguay*, que nomeava o rio e posteriormente passou a designar o país inteiro que se estabeleceu na região. De acordo com Montoya (1876)¹⁰ este termo pode ser definido como “rio coronado”, formado pela junção dos termos *paragua* que significa “corona de palmas” e *y*, “água ou rio”.

9 Barbosa (1856) afirma que tupi não é um sufixo e sim o adjetivo “pequeno”.

10 No escrito original não consta a numeração das páginas.

Segundo Gubetich (1951, p. 13), a versão mais aceita e de melhor comprovação desse termo é a que o desmembra em três segmentos: *pará*, que significa “mar”; *gua*, que quer dizer “origem”, e *y*, “rio”. Em sua tradução literal esse termo seria: “rio que origina um mar”.

Gonzalez (1993, p. 71-72) advoga que a tradução correta do termo *paraguay* seria “rios de los moradores del mar”, que se refere ao povo guarani que habitava aos arredores desse rio e o dominava em boa parte. Segundo o autor, esse termo seria assim analisado:

[...] Paraguá'y (de Pará, mar; gua, morador, oriundo; y, rio o água), dice literalmente rio de los moradores del mar, clara referencia a los guaraníes que eran los señores de su corriente y navegaban por el Atlántico, en gigantescas piraguas, desde el Plata hasta el mar Caribe. (GONZALEZ, 1993, p. 13)

Entretanto, Sampaio (1901, p. 144) destaca que esse termo origina-se do tupi *paragua-y*, que significa “rio dos papagaios”. Esse apontamento também é defendido por Guasch e Ortiz (1996), que destacam que *pagua*, em tupi, significa “lorito”. *Paraguay* seria, então, “rio dos loritos o papagayos”¹¹ (GUASCH; ORTIZ, 1996, p. 705).

Considerações finais

Conforme já apontamos no início deste trabalho, nosso objetivo consistiu em apresentar alguns apontamentos morfossintáticos sobre o processo de formação dos topônimos indígenas tupis e guaranis das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda, no Estado de Mato Grosso do Sul.

No decorrer de nossa pesquisa constatamos que esses topônimos são, estruturalmente, formados pelo acréscimo de sufixos, o que configura a derivação sufixal ou sufixação. Observamos, também, que esses sufixos são originados da própria língua indígena, no caso o tupi e o guarani, mas também de sufixos da língua portuguesa, originando os topônimos híbrido-indígena/português.

Concluimos que a recorrência desse processo de formação se deve ao fato de que o tupi e o guarani são línguas incorporantes, sendo a junção de afixos o processo mais comum quando se trata de palavras e radicais dessas origens.

Quanto ao acréscimo de sufixos originados da Língua Portuguesa, acreditamos que isso se deve ao contato entre os indígenas e portugueses e à influência dos últimos na alteração de itens lexicais de origem indígena e também no surgimento de novas palavras, o que interferiu diretamente no processo de designação toponímica de nosso Estado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. M.; CARVALHINHOS, P. J. *Toponímia brasileira: origens históricas*. Blog da USP, 2007.

BASÍLIO, M. Formação de palavras na língua escrita e na língua falada. In: _____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2000. p. 81-89.

¹¹ Tradução nossa: Rio dos louros ou papagaios (TL).

_____. *Formação de classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

BARBOSA, A. L. *Curso de tupi antigo: gramática, exercícios, textos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

COSTA, I. B. Processos morfofonológicos na morfologia derivacional. In: ILARI, R. *Gramática do português falado*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: USP, 1990.

FRANCHETTO, B. O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil. In: I.S.A. (Org.) *Povos indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo, 2000.

GONZALEZ, N. *Geografía del Paraguay*. Edición de Homenaje. Asunción: Editorial Cuadernos Republicanos, 1993.

GUBETICH, F. H. *Geografía del Paraguay*. Asunción: Orbis, SACI, 1951.

MAGALHÃES, C. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da reforma, 1876.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Tesoro de la lengua guarani*. Viena; Paris: Faesy y Frick-Maisonneuve, 1876.

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3. ed. rev. e aperfeiçoada. São Paulo: Global, 2006.

RIO-TORTO, G. M. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Editora Porto, 1998.

RODRIGUES, A. D. *Fonética histórica tupi-guarani: diferenças fonéticas entre o tupi e o guarani*. Arquivos do Museu Paranaense: Curitiba, 1945. IV p. 333-354.

_____. A composição em tupi. *Separata da Revista Logos*, n. 14: Curitiba, 1951.

_____. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia. In: SIMÕES, S. (Org.). *Sob o signo do Xingu*. Belém: IFNOPAP/UFPA, [s.d.].

SAMPAIO, T. *O tupi na geographia nacional*. Instituto Histórico e geográfico de São Paulo: São Paulo, 1901.

_____. *O tupi na geographia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SEKI, L. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. *Impulso*, Piracicaba/SP, v. 12, n. 27, 2000, p. 157-170.

TAVARES, M. *Toponímia Sul-Mato-Grossense: Um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFMS, Três Lagoas, 2004.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4. ed. Brasília: Companhia Melhoramentos, Universidade de Brasília, 1998.

GUASCH, A. S. J; ORTIZ, D. *Diccionario guarani-castellano; castellano-guarani*. 13. ed. Asunción, Paraguay: CEPAG, 1996.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas digitais- MUE e MRU, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário tupi-português*. 2. ed. São Paulo: Traço, 1984.

_____. *Dicionário guarani-português*. São Paulo: Traço, 1989.

_____. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. 2. ed. São Paulo: Traço, 1997.

Dicionários escolares e ensino de língua materna

(Learner's dictionaries and mother tongue teaching)

Maria da Graça Krieger¹

¹ PPG Linguística Aplicada – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)

Grupo TermiLex

mkrieger@unisinos.br

Abstract: A dictionary represents a privileged source of learning about a language, but its use is not widespread in school environment. This is due mainly to the fact that Lexicography is not included in the training of Brazilian teachers, turning the dictionary into an unknown object, despite its large importance as a teaching tool. It should be underscored that an abridged dictionary is not synonymous with a learner's dictionary, given that there are specific works for teaching purposes. It is duty of a teacher to choose a dictionary that suits his/her teaching projects, because dictionaries differ from each other. The relationships between the type of dictionary and its adequacy to teaching levels and projects, as well as the output from its use, determine a new field of study that makes its way into Linguistics – the so-called learner's or Pedagogical Lexicography – whose principles and development underlie the aims of this paper.

Keywords: language dictionary; pedagogical lexicography; teaching tool.

Resumo: O dicionário consiste num lugar privilegiado de lições sobre a língua, mas sua utilização é limitada na escola. Isso se deve muito ao fato de que estudos de Lexicografia não integram a formação de professores no Brasil, tornando o dicionário um objeto desconhecido, apesar de ser um importante instrumento didático. Salienta-se que minidicionário não é sinônimo de dicionário escolar, posto que há uma tipologia de obras adequadas ao ensino. Cabe ao professor escolher o dicionário adequado aos seus projetos de ensino, já que nem todas as obras são iguais. As relações entre tipo de dicionário e adequação a etapas e projetos de ensino, bem como a produtividade de seu uso circunscrevem um novo campo de estudos que adentra a Linguística - a Lexicografia Didática ou Pedagógica - cujos princípios e desenvolvimento motivam este artigo.

Palavras chave: dicionário de língua; lexicografia pedagógica; instrumento didático.

Pensamentos iniciais

Todo professor de língua materna que busca realizar sua tarefa de forma competente utiliza dicionários em suas aulas. A adoção de um dicionário como um dos instrumentos didáticos básicos do ensino de língua justifica-se porque esse tipo de obra oferece, de forma sistematizada, informações sobre o léxico, seus usos e sentidos, bem como pode trazer informações de natureza histórica e gramatical dos itens lexicais entre outros elementos. Em virtude do conjunto das informações que encerra, o dicionário constitui-se em lugar privilegiado de lições sobre a língua (KRIEGER, 2003). Bem entendido, estamos fazendo referência ao chamado dicionário de língua, a mais prototípica das obras de referência linguística.

Embora o dicionário seja de grande valia ao aprendizado linguístico, seu uso tende a ser limitado a dúvidas sobre a existência ou não de alguma palavra, sobre significados dos itens lexicais e sua grafia. Esses são, comprovadamente, os itens privilegiados nas consultas de usuários conforme pesquisas realizadas com alunos e professores (AZORÍN FERNANDES, 2007).

Alguns fatores particulares explicam que o conjunto de informações que a Lexicografia costuma oferecer não é devidamente aproveitado em inúmeras situações de ensino. Em primeiro lugar, está o desconhecimento do potencial informativo do dicionário com sua intrínseca dimensão didático-pedagógica. Agrega-se aí o fato de que, no Brasil, o professor não costuma estar instrumentalizado para um trabalho mais sistemático e produtivo com dicionários. Em nosso meio, os cursos de formação não têm tradição de oferecer conhecimentos a respeito de Lexicografia tanto teórica, quanto aplicada. Os mestres:

[...] conscientes da importância desse aprendizado prévio, não sabem como fazê-lo de uma forma conveniente, pois embora as autoridades educativas recomendem, desde cedo, o uso de enciclopédias e dicionários para que o aluno busque informações e resolva dúvidas na compreensão dos textos, não oferecem orientações metodológicas de como fazê-lo. (PRADO ARAGONÉS, 2001, p. 210)

Apesar dessa lacuna em sua formação, é muito comum que o docente tenha de dar uma resposta para a constante e difícil pergunta: qual é o melhor dicionário? Com dificuldades para definir critérios científico-pedagógicos para avaliar a vasta lexicografia existente na língua portuguesa, a tendência é escolher autores consagrados na Lexicografia. Mais ainda, o docente acaba se submetendo a uma lógica comercial e a critérios práticos, como o custo e o peso do livro. Dessa forma, como temos dito, deixa de fazer uma análise crítica que lhe permita avaliar e comparar obras para indicar a mais qualificada e a mais apropriada ao seu projeto de ensino, ao nível de escolaridade de seu aluno (KRIEGER, 2003, p. 71).

De fato, o dicionário é um objeto bastante desconhecido do ponto de vista estrutural. Ao mesmo tempo, persiste uma equivocada compreensão de que todas as obras lexicográficas monolíngues são iguais e isentas de subjetividade e equívocos, já que representam o saber linguístico coletivo. Como tal a obra dicionarística, em geral, é inquestionável, fator que se vincula à quase total inexistência de estudos críticos lexicográficos. Além disso, a ideia de representação dos parâmetros de usos e sentidos dos itens lexicais de um idioma confere ao dicionário de língua a força de instrumento social normativo. Tanto assim é que se chama obra de referência linguística, o que leva o cidadão a tomá-lo como medida de existência das palavras. Na verdade, se as palavras são ditas e circulam socialmente, elas têm existência, mesmo que ainda não registradas em dicionários, como é o caso típico dos neologismos. De certa forma, o registro de uma palavra nos dicionários de língua equivale a uma oficialização de sua existência, tal como uma “certidão” de nascimento. Em razão disso, o dicionário funciona como um cartório de palavras.

Essas visões tradicionais dificultam as aproximações críticas aos dicionários, ao que se soma a ausência de parâmetros lexicográficos de natureza qualitativa. O componente *qualidade*, em geral, não é questionado por razões já referidas, mas também porque a sociedade julga que elaborar um dicionário não é algo complexo. Ao contrário, basta listar as “palavras” e apresentá-las sob a forma de entradas alfabéticas, seguidas de informações formatadas ao modo tradicional da organização dos verbetes.

Entretanto, as obras lexicográficas são elaboradas com regras próprias de seu gênero. Em decorrência, apresentam diferentes propostas lexicográficas, diferenças de princípios de registro léxico e de dados informativos, o que se reflete na extensão de nomenclatura e no tratamento dos itens léxicos entre outros aspectos. Esses componentes são, largamente, dimensionados em função do usuário visado, fator de grande relevância

para a Lexicografia moderna. Cada vez mais, as publicações lexicográficas apresentam propostas específicas em função de suas finalidades e dos consulentes visados. Assim, antes que uma simples listagem, os dicionários são tipos de textos, com características próprias, e, como tal, não são isentos de subjetividade e, tampouco, neutros.

A compreensão do dicionário como texto, fortemente moldado pela projeção das necessidades de um consulente, torna-se importante para seu uso como instrumento didático. No contexto da relação dicionário-ensino, é ainda importante salientar que não há apenas “um” ou “o” dicionário escolar, mas dicionários escolares que constituem uma categoria de obras de referência adequadas ao ensino em suas diferentes etapas. Assim como o professor é levado a escolher materiais didáticos adequados aos seus projetos de ensino, precisa também fazer escolhas pertinentes no campo da Lexicografia de valor pedagógico.

O viés das relações entre tipo de dicionário e adequação a etapas de ensino, bem como a produtividade de seu uso, circunscrevem um novo campo de estudos que adentra a Linguística — a Lexicografia Didática ou Pedagógica — cujos princípios abordamos em sequência.

A ciência lexicográfica em direção à Lexicografia Pedagógica

Inicialmente, vale lembrar que a Lexicografia é tradicionalmente definida como arte e técnica de produzir dicionários:

Uma atividade prática existe desde a antiguidade, cujo objeto é, precisamente, as unidades lexicais, e que é destinada a classificar os signos, segundo uma ordem conveniente e a dar informações sobre seu assunto é a lexicografia ou técnica dos dicionários. (REY, 1970, p. 19)

Ao lado dessa dimensão aplicada que permite falar da produção de dicionários seja de língua materna, seja de língua estrangeira, o termo *lexicografia* traz consigo uma outra perspectiva que se alinha à primeira. Trata-se da Lexicografia teórica, também denominada de Metalexicografia, cuja natureza reside no estudo das inúmeras faces da produção de dicionários.

De modo particular, a Lexicografia teórica volta-se ao léxico, observando as múltiplas faces que o compõem sempre à luz de seu tratamento dicionarizado. Assim, desenvolvem-se estudos de fundamentos linguísticos, em que se inclui, por exemplo, análise semântica das definições lexicográficas, entre tantas outras possibilidades. Tais estudos relacionam-se, em larga medida, às pesquisas de Lexicologia para que subsidiem a descrição e o funcionamento das unidades lexicais. São informações que estão presentes nos verbetes.

Em razão de seu objeto e, independente de seus fins teóricos ou aplicados, a Lexicografia integra as chamadas ciências do léxico, alinhando-se à própria Lexicologia e à Terminologia, sendo que esta última se ocupa dos termos técnico-científicos. Ao mesmo tempo, a Lexicografia é reconhecida como um ramo da Linguística Aplicada. Entende-se bem o lugar epistemológico da Lexicografia, ao se ler o pensamento que segue:

Se o objetivo da lingüística teórica é a pura aquisição de conhecimento em relação à estrutura e funcionamento das línguas, o objetivo último da lingüística aplicada é a proposição de soluções aos variados problemas que surgem na práxis lingüística. Este fato explicaria

o motivo de a lingüística aplicada estar composta por várias subáreas, com interesses e metodologias particulares; apesar de terem em comum, como já dissemos, a orientação a uma busca de soluções aos problemas reais originados onde há interação das línguas com o contexto social, isto é, com as necessidades dos falantes. (GUERRA, 2003, p. 36-37)

De fato, toda produção lexicográfica oferece informações de natureza cognitiva e de funcionalidade pragmática que respondem a perguntas dos falantes de um idioma, já que sistematiza o registro do componente lexical e seus modos de funcionamento. Cumpre não esquecer que os dados sistematizados não estão prontos e tampouco definidos. É preciso, portanto, identificá-los e organizá-los para produzir um texto dicionarístico, já que o léxico é um componente aberto, descontínuo e em constante mutação em razão do surgimento de novas palavras e do fato de que muitas caem em desuso. O léxico também comporta variações no plano semântico por meios de novos sentidos que se agregam ao já existente, configurando a dimensão polissêmica das palavras. Em consequência, compete ao dicionarista construir a rede de acepções das palavras polissêmicas.

De igual modo, as definições dos dicionários traduzem os sentidos coletivos, mas também representam uma sobremodalização do dizer coletivo, já que cabe ao lexicógrafo a elaboração dos enunciados definitórios. Por tudo isso, a Lexicografia aplicada acaba por “moldar” o léxico, a despeito de se tratar de “uma realidade complexa e diversamente abordada, instrumento indócil, dificilmente controlado e fascinante” (REY, 1977, p. 5).

Em síntese, a “moldagem” do léxico dá ideia de uma simplicidade natural e própria do universo das entradas e dos verbetes. No entanto, sob essa aparência de simplicidade, o conjunto de informações linguísticas, históricas e enciclopédicas compõe um texto de caráter didático de grande valia ao aprendizado de línguas.

Como todo texto é direcionado a um destinatário, também o dicionário precisa oferecer dados informativos adequados às distintas necessidades de consulta. Esse fator é determinante da escolha e modelagem das informações lexicográficas de acordo com a moderna ciência lexicográfica. Há, portanto, muitas implicações pragmáticas que estão refletidas na estrutura dos dicionários, sem que estes percam sua configuração tradicional. Trata-se de um avanço qualitativo da Lexicografia moderna, o que não significa que todas as obras sejam produzidas com esses parâmetros e com todo sucesso. Daí a importância de desenvolver estudos críticos que contribuam para uma avaliação criteriosa das obras usadas/adotadas na escola.

Tal perspectiva integra os propósitos da Lexicografia Pedagógica ou Didática, área de conhecimento fundamentada na perspectiva da necessidade de adequação do dicionário escolhido ao nível e projeto de ensino. Seu desenvolvimento é motivado pela concepção inicial de que todo e qualquer dicionário é um instrumento didático já que traz inúmeras informações sobre a língua e a cultura. Não obstante essa abrangência, especificamente, a Lexicografia Pedagógica costuma:

[...] restringir-se a dicionários pedagógicos (DPs), e esses são um tipo especial de obras de referência. Sua característica é que eles pretendem levar em conta as habilidades (e, portanto, também as dificuldades) e as necessidades de consulta dos aprendizes de língua. (WELKER, 2011, p. 105)

A Lexicografia Pedagógica é um domínio de conhecimentos teóricos, mas também de práticas com amplo desenvolvimento editorial. No mundo todo, vem crescendo em razão

da consciência sobre o importante papel dos dicionários para o ensino/aprendizagem de línguas. Sua origem teórica relaciona-se ao campo das línguas estrangeiras, onde o papel dos dicionários é mais evidente, motivando diversos estudos sobre estruturas formais das obras lexicográficas.

No caso da língua materna, a problemática do dicionário escolar tem sido privilegiada, compreendendo desde análises relacionadas à estrutura organizacional até o exame das condições de aproveitamento de dicionários destinados à escola. Assim, a Lexicografia Pedagógica postula que não há apenas um dicionário escolar, mas dicionários destinados à escola. Igualmente, postula que a escolha do dicionário para uso na escola necessita estar relacionada com os distintos projetos de ensino/níveis de aprendizagem. Em consequência, é importante para a Lexicografia Pedagógica oferecer subsídios para tornar o uso do dicionário produtivo e orientado para o ensino e aprendizagem de línguas.

Esses postulados e objetivos são relevantes, considerando que o dicionário de língua é pouco e mal explorado pelos professores por razões já referidas. Pode parecer paradoxal, já que os dicionários são obras sempre presentes, no entanto nem sempre adequadamente conhecidas. Em geral, o desconhecimento abrange não só aspectos de sua organização interna, como também envolve a forma de manuseá-los. Mais ainda, as partes introdutórias dos dicionários, onde constam orientações aos usuários raramente são consultadas.

Como observamos, são várias as razões que deixam o docente e também o aluno carentes de orientações para um produtivo aproveitamento dos dicionários. Essa é uma lacuna a ser suprida, dada a grande valia que representa um produtivo uso de dicionário monolíngue para o aprendizado da língua materna, bem como de outras disciplinas e saberes que os dicionários também contemplam, dado que são obras pragmáticas multifuncionais que cobrem o componente lexical das línguas em múltiplas realizações.

Dicionários escolares

Mas, como não há apenas “um dicionário”, mas “o dicionário” adequado para distintos níveis e projetos de ensino, torna-se importante lançar um olhar para a diversidade tipológica das obras, que, a rigor, é determinada pelas propostas lexicográficas distintas, ou seja, os princípios organizacionais e os resultados são diferentes.

A título de ilustração da problemática da diferença constitutiva dos dicionários monolíngues, vale lembrar que obras podem ser estruturadas com base em critérios como representação da língua e extensão da nomenclatura, entre outras possibilidades. O critério de representação da língua pode cobrir uma organização de natureza prescritiva ou descritiva. No primeiro caso, o registro do léxico procura ser exaustivo e fundamenta-se em obras literárias, já que elas representam a melhor expressão linguística. Essa é uma orientação típica de uma Lexicografia mais antiga, permeada de abonações de autores literários. São dicionários que fazem escolhas do bom uso da língua como modelo a ser seguido, mas que não perseguem a ideia de repertório geral da língua.

Diferentemente de um dicionário de orientação prescritiva, o de princípio descritivo estabelece o registro léxico como resultado de pesquisa em grandes *corpora* constituídos por textos de diversos gêneros. O princípio de registro é o da frequência de uso e conseqüentemente da aceitabilidade dos usos lexicais, o que caracteriza as obras mais atuais, por vezes,

denominadas de dicionários de usos. Nesse tipo, são frequentes também cortes temporais, pois se palavras novas são cunhadas cotidianamente, muitas outras caem desuso. É com esses princípios que se articula:

[...] uma lexicografia baseada fundamentalmente na comunicação, que parte do valor intrínseco do vocabulário no processo comunicacional, dos modos de uso e das situações de uso de uma unidade léxica dentro de uma coletividade linguística. (HAENSH; WOLF; ETTINGER; WERNER, 1982, p. 19)

Sob o ângulo da extensão do conjunto das entradas, componente que também é chamado de nomenclatura ou de macroestrutura, os dicionários mais comuns nas sociedades contemporâneas podem enquadrar-se nas seguintes classificações:

- 1) dicionário-padrão, com uma nomenclatura (macroestrutura) de 50.000 palavras-entrada aproximadamente, podendo estender-se até 70.000 verbetes;
- 2) dicionário escolar, em que a nomenclatura de 25.000 palavras-entrada, aproximadamente;
- 3) dicionário infantil – faixa etária: menos de 7 anos – nomenclatura de 5.000 palavras. (BIDERMAN, 2001, p. 132)

Biderman avalia a adequação desses padrões ao perfil do usuário, salientando que um repertório lexical composto por 50.000 verbetes é mais do que suficiente para o grande público, tendo em vista que “um homem culto domina, no máximo, 25.000 palavras (ou mais) no seu léxico tanto ativo como passivo” (2001, p. 134).

Todo esse conjunto de variáveis do universo dos dicionários afeta também o chamado dicionário escolar, cujo conceito é ainda bastante impreciso, apesar de ser considerado uma categoria lexicográfica (DAMIM, 2005). Convém lembrar da larga tradição de identificar como escolar as obras do tipo minidicionário. Isto porque a compreensão do caráter escolar costuma estar associada mais às dimensões reduzidas do que à efetiva adequação ao ensino/aprendizagem da língua.

As versões sintéticas, raramente, são elaboradas com critérios organizacionais explícitos e, sobretudo, adequados à escola. Isso significa enfatizar que a estrutura de um dicionário destinado a uso na escola deve ser determinada em função do perfil do consulente visado. O perfil é muito importante, pois podem ser usuários de um dicionário tanto alunos iniciantes na aprendizagem da língua materna, quanto alunos de nível médio e, ainda, os de nível mais avançado. A elaboração do dicionário deve, portanto, tal como um livro didático, levar em consideração essa diversidade de usuários e, conseqüentemente, suas necessidades e desafios de aprendizagem.

No Brasil, o avanço da produção lexicográfica destinada à escola foi altamente impulsionada pela compreensão do Ministério da Educação (MEC) de que os dicionários desempenham papel importante no aprendizado da língua materna. Isso foi determinante para sua inclusão no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), traduzindo diretrizes de uma importante política pública, de âmbito nacional, no plano da lexicografia direcionada para a escola. A inclusão de dicionários para o ensino fundamental das escolas públicas nacionais vem desde 2001. No entanto, para o PNLD 2006, foram adotadas diretrizes inovadoras, ao abrir a inscrição de três tipos distintos de dicionários, assim formalizados no Edital.¹

¹ O texto do edital e outras importantes informações do PNLD encontram-se em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

Dicionários de tipo 1:

Número de verbetes: mínimo de 1000 e máximo de 3000. Proposta lexicográfica adequada à introdução do alfabetizando ao gênero dicionário.

Dicionários de tipo 2:

Número de verbetes: mínimo de 3.500, máximo de 10.000. Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio da escrita.

Dicionários de tipo 3:

Número de verbetes: mínimo de 19.000 e máximo de 35.000. Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão, porém adequada a alunos das últimas séries do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

A proposta do MEC (PNLD 2006):

- no âmbito do PNLD, só havia possibilidade de inscrição de obras do tipo 3 (minidicionários);
- a ampliação do quadro tipológico de obras destinadas ao ensino fundamental evidencia que não há uma categoria específica de dicionário escolar, mas dicionários adequados para a escola.

Em síntese, a nova proposição diferencia-se das versões anteriores em vários aspectos, cabendo destacar três componentes essenciais:

- a) a definição de uma tipologia de dicionários para a escola;
- b) a adoção do princípio de adequação entre tipo de obra e nível de aprendizado do aluno;
- c) a exigência de explicitação da proposta lexicográfica.

Conforme podemos observar, a categorização apresentada é bastante genérica tanto sob o prisma da denominação, quanto de aspectos estruturais. No entanto, teve o mérito de quebrar com a tradicional associação entre dicionário escolar e minidicionário. Do ponto de vista estrutural, o critério explícito é do número de entradas, tendo sido feita uma relação com etapas específicas de ensino, ou seja, alfabetização para o tipo 1, consolidação do domínio da escrita para o tipo 2, ficando o tipo 3 relacionado ao ciclo final do Ensino Fundamental. É ainda importante observar que a denominação dos tipos 1, 2 e 3 é interessante, pois permitiu fugir de títulos comuns e, em geral, aleatórios que recebem obras que circulam no mercado editorial a exemplo de dicionário infantil, infanto-juvenil, escolar etc.

O final do processo avaliativo do PNLD 2006 resultou na indicação de 18 obras, as quais deviam constituir dois tipos de acervo para as salas de aula, conforme se lê:

Público-alvo	Acervos	Ensino Fundamental de oito anos	Ensino Fundamental de nove anos
Turmas em fase de alfabetização	Acervo 1 Composto por dicionários de Tipo 1 e Tipo 2	1ª e 2ª séries	1º ao 3º ano
Turmas em processo de desenvolvimento da língua escrita	Acervo 2 Composto por dicionários de Tipo 2 e Tipo 3	3ª e 4ª séries	4º e 5º anos

Cada um dos acervos acabou constituído por 9 títulos, sendo o de número 1 composto por 7 dicionários do tipo 1 e 2 do tipo 2; enquanto o acervo 2 compreendeu 7 dicionários do tipo 3 e 2 do tipo 2.

Na mesma direção de avanço tipológico, o Edital Dicionários – ano 2012, também estabelecido e divulgado pelo MEC através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), amplia ainda os tipos de dicionários para o ensino, chegando ao tipo 4 e reformulando alguns dados estruturais. O próprio Edital apresenta as respectivas caracterizações, os correspondentes níveis de ensino e as estruturas básicas de cada tipo:

Dicionários de tipo 1 - 1º ano do ensino fundamental

Caracterização:

- Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.

Dicionários de tipo 2 - 2º ao 5º ano do ensino fundamental

Caracterização:

- Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.

Dicionários de tipo 3 - 6º ao 9º ano do ensino fundamental

Caracterização:

- Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino fundamental.

Dicionários de tipo 4 - 1º ao 3º ano do ensino médio

Caracterização:

- Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão, porém adequada às demandas escolares do ensino médio, inclusive o profissionalizante.

As proposições do MEC, embora ainda pouco definidas, têm o mérito de apresentar as caracterizações mínimas das tipologias solicitadas. Mais que isso, são definidos os cruzamentos entre tipo de obra e público a que se destina. Esse cruzamento é a condição

necessária para que nasça uma real lexicografia pedagógica. No entanto, essa condição sozinha não assegura a qualidade pretendida de modo que os dicionários usados na escola funcionem efetivamente como reais instrumentos didáticos.

A ideia de qualidade de um dicionário escolar, tradicionalmente, foi confundida com um ideal de concisão, já que se tratava sempre de minidicionários, que, com frequência, costumam ser versões menores de dicionários mais extensos. Em geral, não há uma redução criteriosa do número de verbetes, bem como se cortam dados que acarretam prejuízo de qualidade informativa. A perda quantitativa e qualitativa do léxico inventariado costuma evidenciar-se, por exemplo, através da insuficiência do registro de sintagmas, expressões e fraseologias. Isso para referir apenas uma determinada conformação morfossintática de elementos da língua que, não raro, chega a ser totalmente apagada em alguns tipos de dicionários escolares. Ao mesmo tempo, é comum a ausência de informações relativas ao funcionamento da língua, dada a desconsideração pelo registro da diversidade sociolinguística de uso do léxico.

Diante desse tipo de problema, no mínimo, quatro componentes básicos devem ser rigorosamente observados independentemente do tipo de dicionário escolar: a seleção de entradas, o conjunto das informações do verbete, o nível de linguagem e a forma gráfica. Isso para que as informações lexicográficas sejam compreendidas e aproveitadas pelos usuários-alunos. Ao mesmo tempo, toda a problemática do dicionário escolar não pode descuidar da regra de ouro que é a de um adequado tratamento dos dados, o que atinge a todos os componentes (KRIEGER, 2011).

De fato, uma boa obra deve refletir princípios teóricos e metodológicos da Lexicografia descritiva, ou seja, aquela que organiza os dados e as informações à luz de descrições linguísticas que levam em conta os itens léxicos em sua virtualidade e nas realizações contextuais. De toda forma, as definições do MEC, em relação aos dicionários escolares, produziram um impacto positivo no mercado editorial brasileiro. Hoje, há uma produção respeitável, capaz de oferecer produtos estruturados em função de perfis estudantis e respectivos níveis de aprendizagem. É um caminho importante para o aperfeiçoamento da Lexicografia Pedagógica aplicada. Contudo, a circulação dessas obras ainda está restrita ao ensino público, merecendo maior divulgação.

Junto à existência de uma produção lexicográfica mais qualificada, há também um avanço nos estudos de lexicografia pedagógica, mas que também circulam em âmbitos restritos. Muito pouco de tudo isso tem chegado à escola, o que motiva ainda mais esta explanação que se alinha ao pensamento de que:

aunque la llamada “lexicografía didáctica” ha experimentado un espectacular desarrollo en los últimos tiempos, el lugar que ocupa el diccionario en la enseñanza del español está lejos de alcanzar el que le corresponde, teniendo en cuenta su reconocida utilidad como instrumento de aprendizaje. (AZORÍN FERNANDES, 2007, p. 169)

É preciso então romper barreiras para que as finalidades teóricas e aplicadas da Lexicografia Pedagógica cumpram seu destino e fique mais evidente o potencial dos dicionários de língua como instrumentos didáticos.

O dicionário de língua e seu potencial pedagógico

De forma reiterada, temos dito que o dicionário é um potencial instrumento didático para o aprendizado da língua materna, pois se trata do único tipo de obra que oferece informações sistematizadas sobre o léxico de um idioma, bem como sobre os componentes - gramatical, linguístico e discursivo - das unidades lexicais. Para ilustrar esse pensamento, podemos avaliar sua funcionalidade em relação a alguns focos específicos dos planos de ensino, a saber: a) alfabetização e letramento; b) desenvolvimento da competência de leitura e de produção textual; c) descrição da língua.

Em relação à alfabetização e letramento, o dicionário favorece a identificação do alfabeto e sua ordenação, da silabação. Inclui-se aí um reforço no reconhecimento de que a escrita não é representação direta, mas convencionada da fala. Isso, além da natural iniciação a informações linguísticas e semânticas que mesmo uma obra simplificada traz.

Em relação ao desenvolvimento da competência de leitura e de produção textual, são múltiplos os recursos que o dicionário oferece, a iniciar pela informação a respeito do sentido único ou dos múltiplos significados das palavras. A dimensão semântica, articulada pelas definições e pelas redes de acepções nos casos de polissemia, torna ainda evidente o papel dos contextos para a determinação dos significados. De igual modo, o próprio conhecimento da existência de itens lexicais simples ou sintagmáticos por si só já significa uma ampliação do acervo lexical do aluno.

Com base nas informações que alguns tipos de obra oferecem, é possível explorar o dicionário em estudos que envolvem relações de forma e de conteúdo entre palavras: cognatos, sinônimos, antônimos, homônimos. De igual modo, nos estudos descritivos da língua, podem ser analisados aspectos morfológicos como:

- a) formação do léxico: morfologia, etimologia, neologia etc.;
- b) constituição heterogênea do léxico: termos técnico-científicos, áreas de especialidade;
- c) informações sobre as classes gramaticais, junto à distinção entre palavras lexicais e gramaticais.

Muitas outras possibilidades podem ser exploradas, incluindo a observação da transitividade verbal e dos contextos exemplificativos. Mais ainda, é possível explorar aspectos lógicos dos enunciados definitórios que, em geral, são problemáticos seja pela insuficiência de informações, seja por outros problemas como a circularidade informativa ou inadequado nível de linguagem, considerando o consulente/estudante. São exemplos de insuficiência de informações, definições como:

- *Gaturamo* - pássaro canoro.
- *Morango* - pequena fruta vermelha.
- *Tônica* - sílaba ou vogal tônica.

Por sua vez, definições nada elucidativas estão representadas por:

- *Abiótico* - relativo à abiose.
- *Acutângulo* - cujos ângulos são agudos.

Um último exemplo de definição, cujo nível linguístico, em princípio, não é adequado para dicionário escolar:

- *Abacaxi* – 1. bromeliácea de infrutescência carnosa, comestível. 2. essa infrutescência. (KRIEGER, 2011, p. 83)

Os exemplos dados, como já dissemos, apenas ilustram possibilidades de aproveitamento dos dicionários que reafirmamos consiste num “um lugar privilegiado de lições sobre a língua”.

À guisa de conclusão, reiteramos que a Lexicografia Pedagógica precisa estar mais presente nas escolas. Tanto professor como aluno são beneficiados quando há maior conhecimento e decorrente aproveitamento de dicionários escolares distintos. Importante sempre é que as obras sejam adequadas aos distintos níveis e às diferentes fases de ensino da língua materna.

Para tanto, é necessário que o docente conheça bem cada uma das obras que tem a sua disposição, conforme argumenta um dos mais renomados pesquisadores espanhóis de Lexicografia:

O professor deve conhecer seriamente cada uma das obras lexicográficas existentes, ou ao menos as mais importantes para cada período de escolaridade. Mas, infelizmente, isto quase nunca acontece, deixando-se levar pela propaganda, quase sempre interessada, do editor ou por conselhos de livreiros ou de outras pessoas que nem sempre são autorizadas na matéria. (ALVAR EZQUERRA, s.d., p. 166)

Esse conhecimento é essencial para que se possa entender também que a ausência de uma palavra desqualifica um dicionário. Os parâmetros qualitativos passam por outros caminhos e dificilmente um dicionário, mesmo de alcance geral, pode conter todas as palavras de uma língua, sobretudo porque o léxico é o componente linguístico que mais se expande, dado que expressa a inter-relação com o mundo exterior. É através dele que o homem nomeia todos os elementos da realidade física, cultural, científica, subjetiva e ideológica que o circundam. De fato, o acervo lexical existente nas sociedades de culturas é imenso, e levar o aluno a compreender esse fato já é um caminho aberto para a ampliação de sua competência no uso da língua materna.

REFERÊNCIAS

ALVAR EZQUERRA, M. Función del diccionario en la enseñanza de la lengua. In: _____. *Lexicografía descriptiva*. Barcelona: Bibliograf, [s.d.]. p. 165-180.

AZORÍN FERNANDES, D. La investigación sobre el uso del diccionario en el ámbito escolar. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 3. Campo Grande: UFMS; São Paulo: USP, 2007. p. 169-191.

BIDERMAN, M.T. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A.M.P.P.; ISQUERDO, A.N. (Orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. p. 131-144.

DAMIM, C. P. *Parâmetros para avaliação do dicionário escolar*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUERRA, A. M. M. (Coord.) *Lexicografía española*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2003.

HAENSH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

KRIEGER, M. G. Dicionário de língua: um instrumento didático pouco explorado. In: TOLDO, C.S. (Org.) *Questões de Linguística*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. p. 70-87.

_____. Termos técnico-científicos em minidicionários: problemas de inclusão e de definição. In: CARVALHO, O.L. de Saboia; BAGNO, M. (Orgs.) *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 73-85.

PRADO ARAGONÉS, J. El diccionario como recurso para la enseñanza del léxico: estrategias y actividades para su aprovechamiento. In: AYALA CASTRO, M. (Org.) *Diccionarios y enseñanza*. Alcalá, Universidad de Alcalá, 2001. p. 205-226.

REY, A. *La lexicologie; lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.

_____. *Le lexique: images et modèles, du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Colin, 1977.

WELKER, Herbert Andreas. Questões de lexicografia pedagógica. In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (Orgs.) *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 103-113.

A guerra no século XVIII: um estudo lexical em perspectiva discursiva

(La guerre au XVIII^e siècle: étude lexical dans une perspective discursive)

Mariana Giacomini Botta¹

¹Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCL/CAr (UNESP);
Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle

marianabotta@gmail.com

Résumé: À partir de l'idée que le lexique fonctionne et évolue dans une interaction constante entre langue et discours, l'analyse lexicale dans une perspective discursive considère le fonctionnement des mots en situations réelles d'usage. L'étude lexico-sémantique se complète par une analyse discursive basée sur un modèle dialogique de l'énonciation, dans lequel l'analyse sémantique est inséparable de l'analyse discursive. Le sens est doublement déterminé: dans l'intradiscours (le discours dans son développement linéaire et séquentiel), et dans l'interdiscours (le discours étant constitutivement formé d'autres discours). Nous travaillons sur un corpus de textes journalistiques du XVIII^e siècle qui a plus de 250.000 occurrences, dont 411 sont de l'unité lexicale *guerre*, la 12^e la plus fréquente, ce qui est la preuve de sa pertinence dans la société de cette époque-là.

Mots-clés: Lexicologie; analyse du discours; presse du XVIII^e siècle.

Resumo: Partindo do princípio que o léxico funciona e evolui numa constante interação entre língua e discurso, a análise lexical em perspectiva discursiva considera o funcionamento das palavras em situações reais de uso. O estudo semântico-lexical é complementado por uma análise discursiva baseada num modelo dialógico da enunciação, no qual a análise semântica é inseparável da análise discursiva. O sentido é duplamente determinado: no intradiscurso (o discurso em seu desenvolvimento linear e sequencial), e no interdiscurso (o discurso como sendo constitutivamente formado de outros discursos). Trabalha-se com um *corpus* composto de textos jornalísticos do século XVIII, com mais de 250 mil ocorrências, no qual a unidade lexical *guerra* aparece 411 vezes, sendo a 12^a mais frequente, o que comprova sua relevância na sociedade daquela época.

Palavras-chave: Lexicologia; análise do discurso; imprensa do século XVIII.

Introdução

No século XVIII, a guerra era uma das principais atividades políticas, realizada com o objetivo de garantir a manutenção e a conquista de territórios. Também tinha importância econômica, pelo fato de ser um meio de consolidação do controle de rotas comerciais, e por incentivar a fabricação de armas e navios, garantir a oferta de empregos no exército e estimular a produção da indústria alimentícia, para assegurar a subsistência das tropas durante os longos períodos de conflitos. A guerra era vista como uma necessidade e uma continuidade da política, uma tentativa de proteger e de aumentar a prosperidade econômica, política e social.

Nesta pesquisa, trabalha-se com um *corpus* composto de textos jornalísticos do primeiro jornal impresso em língua portuguesa, a *Gazeta de Lisboa*, que registra mais de 250 mil ocorrências e 25.255 formas diferentes. A palavra **guerra** aparece 411 vezes, sendo a 12^a unidade lexical mais frequente, o que prova sua importância naquele período.

Por isso, propõe-se o estudo dos sentidos dessa unidade, aliando teorias e métodos da lexicologia e da análise do discurso de linha francesa.

O *corpus* da *Gazeta de Lisboa* é formado por 99 edições, que vão desde o primeiro ano de sua publicação, 1715, até 1808, ano em que a família real portuguesa se transfere para o Brasil. Durante todo o século XVIII a imprensa se popularizou na Europa, com a publicação de gazetas em diversas localidades, o que ampliou o acesso às informações sobre as relações entre os governos. Assim como nas publicações de outros países, na gazeta portuguesa eram relatados os acontecimentos — principalmente políticos e militares — de toda a Europa e Ásia, e também eram publicadas notícias sobre o comércio nas colônias na África e na América.



Figura 1. Página inicial da primeira edição da *Gazeta de Lisboa*, que compõe o *corpus* desta pesquisa

Análise do léxico em perspectiva discursiva

Entende-se que o léxico funciona e evolui numa constante interação entre língua e discurso, e que apreender o funcionamento de um vocabulário implica levar em consideração o uso que se faz das unidades da língua. Por isso, a análise lexical em perspectiva discursiva considera o funcionamento das palavras em situações reais de uso. É nas manifestações discursivas que os usuários da língua atuam sobre as estruturas do léxico, atribuindo sentidos de acordo com a visão, os valores ou os sentimentos que pretendem expressar.

Por se considerar o sistema lexical como repositório do saber de uma comunidade, as palavras de um vocabulário são vistas ao mesmo tempo como constituintes e como difusoras da consciência social, dos recortes culturais de uma época. Entende-se, com Chiss, Filliolet e Maingueneau (2001, p. 120), que as palavras estão impregnadas de valores que lhes conferem sua inserção histórica nos discursos políticos e ideológicos.

Segundo Gil (2002; 2006), é nos usos discursivos que os indivíduos atuam sobre o léxico, em um processo de construção e reconstrução permanente, que acontece por meio de operações cognitivas que são determinadas socialmente. O conhecimento produzido por um conjunto social e renovado na interação discursiva explicita-se na seleção lexical realizada pelos locutores. Para se descrever qual é o conhecimento partilhado pelos falantes em determinada situação de comunicação, é preciso que as unidades lexicais sejam analisadas como objetos do discurso. “A cada escolha lexical os objetos do discurso vão se construindo e se reconstruindo de acordo com o projeto de dizer do enunciador” (GIL, 2006, p. 407). Segundo esta autora, a análise lexical em perspectiva discursiva permite verificar como o léxico contribui para a constituição de sentidos que apontam para a visão de mundo dos participantes do discurso. Branca-Rosoff (2007, p. 15) afirma que o estudo das escolhas lexicais possibilita verificar o modo como o locutor contextualiza as unidades das quais ele trata, e também permite observar a forma como, fazendo isso, ele exprime sua posição em relação ao que fala.

Ao se aceitar o pressuposto de que os estudos lexicais devem procurar os usos para chegar aos sentidos, insere-se na pesquisa, além da noção de discurso, o elemento contexto. Ele não é entendido apenas como o texto ou as frases mais próximas à ocorrência da unidade lexical a ser estudada, mas está relacionado à situação histórico-social-ideológica de um enunciado. Tal conceito envolve também outros textos que foram e que são produzidos ao redor daquele a que se dedica o estudo, e que com ele se relacionam. Percebe-se, desta forma, que a concepção de contexto ultrapassa os limites linguísticos e se relaciona com o conceito de dialogismo.

Trabalha-se com a ideia de que o sentido se forma na história, por meio do trabalho da memória, e que as palavras que os locutores utilizam estão inscritas nessa história, independentemente de quem as emprega. Não se trata de questionar o que é dito, mas o como é dito. As palavras adquirem uma dimensão intertextual, pois carregam consigo a memória de usos anteriores, e assim, entende-se que o dialogismo está inscrito nas palavras, pois existem circunstâncias enunciativas que caracterizam seus usos. Aceita-se a ideia de que a escolha das unidades da língua usadas na enunciação é baseada na negociação interativa da relação entre a realidade e o sentido, que está sendo construído por meio da circulação de informações na sociedade.

Nos estudos lexicais, observa-se que certas práticas e associações no ambiente léxico-sintático das unidades parecem ser mais recorrentes que outras, e algumas destas práticas e associações são constituintes dos significados das palavras. Isso significa que há sempre a possibilidade de uma tendência de especialização léxico-semântica da palavra, que pode ser verificada por meio das co-ocorrências.

As diferenças de sentidos têm como um de seus fatores a historicidade dos sujeitos, que atua na relação que se dá entre o intradiscurso, ou seja, o nível da sequencialização do discurso pelo sujeito enunciador, e o interdiscurso, lugar dos sentidos construídos por outros sujeitos em outros momentos, mas que retornam, suscitados pelas palavras usadas nas enunciações. O intradiscurso é entendido, então, como o nível da formulação, que se diferencia do nível da enunciação, que é o interdiscurso. O intradiscurso é o “discurso como estrutura” e compreende a descrição e os efeitos que as marcas léxico-sintáticas operam na sequência discursiva.

A perspectiva discursiva aqui empregada é baseada num modelo dialógico da enunciação, que leva em conta a sequência discursiva com suas características intratextuais, intertextuais e interdiscursivas. Neste modelo, a análise semântica é inseparável da análise discursiva, o sentido é duplamente determinado: no intradiscurso e no interdiscurso. Entre as categorias observáveis de análise nessa perspectiva, estão, segundo Moirand (2007a, p. 15-16), as recorrências, repetições e reformulações de palavras, construções sintáticas e maneiras de dizer.

Nesta pesquisa, parte-se de uma análise semântico-lexical, realizada por meio da identificação dos semas que constituem os significados da unidade lexical **guerra**, apreendidos dos contextos em que ela é empregada e também das definições encontradas nos dicionários daquela época. Para identificar os traços de significação complementares associados à palavra **guerra**, realiza-se a análise de sua posição sintática e dos cotextos nominal e preposicional. Na análise em nível intradiscursivo, é feito um levantamento dos conceitos frequentemente relacionados à unidade lexical **guerra** nos textos jornalísticos do século XVIII e, no nível interdiscursivo, das principais ideias que circulavam na sociedade portuguesa daquela época.

Estudo semântico-lexical da unidade guerra

A unidade lexical **guerra** refere um acontecimento de ordem política que engloba diversas ações militares, que se desenvolvem no decorrer do tempo e de acordo com estratégias bem definidas. Nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, verifica-se que a unidade **guerra** trata de um conjunto de diversas ações e, portanto, engloba o grupo formado por outras unidades co-ocorrentes, que integram um mesmo campo léxico-semântico: assalto, acometimento, ataque, invasão, conquista, expugnação, tomada, escaramuça, peleja, conflito, choque e combate.

A opção pela análise da unidade lexical **guerra** se deve ao fato de ela ter a potencialidade de atualização de quase todos os semas que compõem as outras unidades do campo léxico-semântico em estudo. Dessa forma, percebe-se que ela refere um tipo de acontecimento que representa o todo do qual fazem parte as demais unidades.

O estudo mostra que as relações de significação existentes entre as unidades que compõem o campo léxico-semântico da unidade **guerra** não podem ser definidas apenas

pela ideia de hierarquia que caracteriza as relações de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia. A hiponímia é uma relação lexical de inclusão, que pode ser parafraseada como “x é um tipo de y”. Mas há casos neste campo em que a relação existente é de parte-todo, chamada de meronímia, que pode ser parafraseada como “x é parte de y”. A meronímia é a relação semântica em que uma unidade lexical refere parte de um todo designado por outra unidade.

A relação de **guerra** com as demais unidades pertencentes ao campo léxico-semântico das ações militares não é apenas hierárquica. Ao mesmo tempo em que se pode afirmar que um ataque, um combate ou uma batalha são tipos de ações que fazem parte de uma guerra, e que são, portanto, co-merônimas, entre algumas unidades do campo é observada também uma relação cronológica. Ou seja, além da relação de parte-todo, há também uma relação de anterioridade-posterioridade, que pode ser observada entre invasão e conquista, por exemplo.

O dicionário de Bluteau informa que a palavra **guerra** tem origem alemã e significa “discórdia, inimizade”. Ele cita uma definição do autor holandês Gerardus Joannes Vossius (1645): “He huma execução de vontades discordes, entre principes, Estados ou Republicas, que não admittindo razoens, só com armas se decide.” Pela definição encontrada em Moraes, guerra é “todo o acto hostil, com que se faz, ou procura mal ao inimigo, para o vencer, aprisionar, matar, tomar-lhe terras, ou navios, &c.”. As acepções encontradas nesses dicionários revelam a existência dos traços [+inimizade], [+discórdia], [+com armas] e [+com objetivos], que também podem ser apreendidos pelos contextos em que esta unidade aparece.

Pelos usos registrados no *corpus*, apreende-se que, do ponto de vista da esfera ou setor de atividade, a guerra pode ser considerada tanto como fato político e diplomático quanto militar, pois envolve a ação de exércitos para a resolução de conflitos políticos entre duas ou mais nações. Assim, ela pode atualizar nos discursos os traços [+político], [+diplomático] e [+militar].

Quanto aos tipos de atividades que envolve, uma guerra é marcada por ações realizadas pelo enfrentamento de exércitos de forma violenta e objetiva, em ações coordenadas que seguem determinadas estratégias e com o uso de armas. Percebe-se a presença de traços como [+entre nações], [+com ações entre exércitos], [+violento], [+com objetivos], [+com estratégias] e [+com o uso de armas].

Em relação às motivações e aos objetivos, uma guerra é reflexo da falta de acordo entre duas partes adversárias, que mostram a contrariedade e rivalidade em ações que visam derrotar o inimigo para conquistar riquezas, ocupar territórios, reafirmar seu poder e acertar diferenças político-diplomáticas. Algumas das ações visam, ainda resistir às ações do adversário. Podem ser apreendidos os seguintes traços: [+desacordo], [+contrariedade], [+rivalidade], [+para vencer], [+de conquista], [+de ocupação], [+disputa de poder], [+resolução de divergências] e [+resistência]. Além disso, a unidade ainda apresenta os semas [+de grande importância], [+localizado], este último relacionado com o lugar em que se realizam as ações.

Os 19 traços de significação aqui apresentados foram obtidos pela comparação das ocorrências da unidade no *corpus* com as definições dos dicionários da época. Outros semas que compõem o significado da palavra **guerra** poderão ser recuperados pelo estudo do cotexto e de elementos do intradiscorso.

O cotexto da unidade guerra

Em 44 das 191 ocorrências da unidade lexical **guerra** referindo o conjunto de ações militares praticadas entre duas ou mais nações em situação de desacordo ou de disputa, ela é empregada na posição sintática de objeto direto, seguida em frequência pela de objeto indireto, com 35 ocorrências. Como sujeito, é usada em apenas 14 ocorrências.

Entre as preposições empregadas em associação com a unidade **guerra**, contra é a mais frequente, com 15 ocorrências no *corpus*, seguida por com, que é usada 14 vezes. Entre e a ocorrem 6 vezes cada uma. A preferência pela utilização de contra indica a intenção de se reforçar as ideias de oposição, contrariedade e hostilidade, enquanto o uso de com, revela a existência de algum tipo de relação, seja de oposição ou de participação de forma equivalente ou recíproca.

O cotexto nominal de **guerra** é marcado por um certo equilíbrio de unidades co-ocorrentes que pertencem ao universo político-administrativo (Estados, país, corte, república, majestade) e a textos de característica militar (tropas, exército, homens, forças, etc.).

Tais observações sobre os entornos linguísticos de **guerra** no *corpus* mostram que essa unidade, apesar de estar sempre presente nos textos, não é o foco dos enunciados, sendo empregada como complemento (objeto direto e indireto) em 41,3% das ocorrências. Em 42,5%, **guerra** compõe locuções adverbiais (depois da guerra, na última guerra, por exemplo). Isso revela que a gazeta não falavam diretamente sobre a guerra, pois seus textos não tinham a função didática característica da imprensa atual, mas tratavam de ações pontuais, mas apenas relatavam seus desdobramentos. Os sintagmas verbais em que **guerra** é empregada representam cerca de 9% das ocorrências, o que revela que ela é raramente relacionada à ideia de ação, pois a maioria dos empregos é com verbos de estado (estar em guerra e se achar em guerra).

O estudo do cotexto é, portanto, revelador da presença dos seguintes traços: [+oposição], [+rivalidade] e [-agentividade], complementares aos 19 traços obtidos pelo estudo semântico-lexical realizado na seção anterior.

Análise no intradiscurso

O estudo do intradiscurso compreende a descrição e os efeitos que as marcas léxico-sintáticas operam na sequência discursiva. É nessa sequência que os objetos de discurso, elaborados no interdiscurso, são materializados na enunciação. De acordo com Courtine (1981, p. 36), entende-se que é no intradiscurso que o interdiscurso se consolida, pois nesse nível os objetos de discurso são retomados na forma de pré-construídos, estabelecendo relações de sentido linearizadas na sequência textual.

Moirand (2007b, p. 96-98) afirma que no fio horizontal do discurso se inscrevem, muitas vezes clandestinamente, “palavras já ditas, sentidos já enunciados, dizeres anteriores, posições enunciativas”, que remetem aos fios verticais do interdiscurso. Entre os elementos que podem ser observados nesse nível da análise estão, segundo esta autora, as recorrências, repetições e reformulações de palavras, construções sintáticas e maneiras de dizer.

As ideias associadas ao referente guerra

Realiza-se um levantamento das ideias frequentemente relacionadas à unidade **guerra** na sequência discursiva, não limitada ao entorno mais próximo, mas ao enunciado. Foram encontradas 11 noções e representações recorrentes que revelam as maneiras de ver a guerra na época estudada e que agregam traços de significação à unidade.

a) Ideia de algo que poderia ser evitado

A associação frequente da palavra **guerra** a algo que poderia ser evitado demonstra e reafirma a carga negativa contida nela, uma vez que se costuma evitar algo que se considera desagradável ou perigoso. Esses sentidos aparecem nos textos da “Gazeta de Lisboa” quando a unidade lexical se refere a algo iminente, quando se relatam as negociações que antecedem o início dos combates, como pode ser observado nos seguintes excertos¹:

- (1) [...] tem escrito a varias cortes para *evitar a guerra* [...].
- (2) [...] que ha de *evitar* as calamidades, e a confusaõ de huma guerra [...].

b) Ideia de algo que não pode ser evitado

Contraditoriamente, como objeto de discurso, a guerra também é mostrada como acontecimento inevitável. Impedir sua realização demandaria um poder superior ao dos homens, ela era vista como algo que os governantes se veriam obrigados a empreender para assegurar o bem comum, o que seria seu papel e, assim, justificaria as consequências. Citam-se exemplos desta construção contraditória do referente:

- (3) [...] que so *lhe ordenam fazer a guerra* contra os Infieis [...].
- (4) S. Mag. Catholico *se vira obrigada* a entrar em guerra com a Gram Bretanha [...].
- (5) Desde que a guerra com a Grão-Bretanha se *julga inevitavel* [...].
- (6) A Austria entrou na guerra, mas foi somente quando *julgou impossivel* conservar a paz.

c) Ideias de potência e vigor

Considerada ou não inevitável, os discursos mostram que a guerra era vista como uma atividade necessária para garantir o bem da nação e, portanto, era preciso que os países empenhassem nela todas as suas forças. São associadas à unidade lexical **guerra**, as ideias de potência e vigor, entendidas como “força do corpo ou do espírito, energia”, a relacionam com a honra e o orgulho das nações, ao sentimento nacionalista.

Uma vez que se viram “obrigados” a entrar em guerra, por ordem divina ou defesa de interesses próprios, os países teriam de mostrar disposição e usar todas as forças para obter um resultado positivo, como pode ser visto nos trechos seguintes:

- (7) [...] parecem *incansaveis* nas suas preparaçoens de guerra [...].
- (8) [...] com a ocasiam da presente guerra, que se quer continuar com o *todo o vigor* possivel [...].
- (9) [...] os preparativos de guerra proseguem com *grande ardor*.
- (10) [...] se fazem preparos com huma *actividade reduplicada* para renovar a guerra [...].

¹ Nos exemplos retirados do *corpus*, todos os itálicos são nossos e foi mantida a grafia original.

d) Ideia ligada à duração

Por ser considerada como uma atividade necessária para garantir o bem das nações, por requerer o uso de todas as forças (incluindo não apenas a força física e espiritual, mas também econômica), a unidade **guerra** é frequentemente ligada nos discursos à preocupação sobre a sua duração. Nos textos defende-se a ideia de que a persistência e a sobrevivência financeira durante o conflito são fatores mais importantes para um desfecho favorável que o número de soldados e o poder do exército. Exemplos:

- (11) [...] pensão que a guerra não *durara muito tempo* [...].
- (12) [...] a *continuação da guerra* do continente, e a situação interna de diversos países [...].

e) Ideia ligada a questões econômicas

A duração prolongada das guerras gerava uma preocupação econômica, expressa de maneira recorrente no *corpus*, e que também compõe o referente discursivo, como pode ser observado abaixo:

- (13) [...] sofre por efeitos d'uma guerra, em que ha dous annos a esta parte *tem gasto avultadissimas sommas* [...].
- (14) Para *supprir as despesas* que exige o proseguimento da guerra, mandou o grão senhor que todos os seus vasallos levassem a casa da moeda os seus trastes de ouro e prata [...].
- (15) [...] e a paz com alguns Paizes vizinhos fara em breve *diminuir as avultadissimas despesas* da guerra [...].

f) Ideia ligada a consequências negativas

Além dos prejuízos econômicos, a guerra, mesmo sendo considerada necessária para a nação, é representada nos discursos como algo negativo e que tem consequências prejudiciais e catastróficas, como a perda de autonomia e de territórios, a fome e proliferação de doenças. Não são raras as ocorrências em que a unidade aparece associada a verbos como padecer, sentir, sofrer e recear. Os três primeiros têm em comum o traço de experimentação de algo geralmente negativo, que oferece dor física ou moral. Recear, relacionado a medo, apreensão e preocupação, também reitera o pensamento de algo que causa danos. A unidade **guerra** também é continuamente relacionada a elementos nominais de conotação depreciativa, como perigo, infausto, acidente e triste efeito, como pode ser visto nas ocorrências seguintes:

- (16) [...] as *consequencias* que podem produzir os *infaustus principios desta guerra* [...].
- (17) [...] como se este *padecesse* ja huma guerra declarada [...].
- (18) [...] havendo igualmente *padecido os efeitos da guerra*, e os estragos do mal contagioso [...].
- (19) [...] sentem extremamente os *tristes efeitos da guerra* [...].
- (20) [...] prevenir-se contra os *accidentes*, que ainda podem resultar da presente guerra [...].

g) Ideia de morte e crueldade

A perda de vidas humanas de maneira violenta também é ideia recorrente relacionada à unidade **guerra** nos textos e, portanto, participa da constituição do referente. Percebe-se que em algumas ocorrências, os relatos parecem ser mais objetivos e tentam atenuar o ponto

de vista da crueldade, falando da perda de homens, enquanto outras descrições retratam a violência denunciando o derramamento de sangue, como pode ser visto nas transcrições a seguir:

- (21) Tem-se averiguado *haver perdido* o Exercito Imperial nesta ultima guerra de Turquia *36U homens* [...].
- (22) *A perda dos inimigos* foy ao menos igual a nossa. Isto he, o que asseguram os officiaes, que se acharam nesta aççam.
- (23) Acharam-se *1U400 mortos no campo*, e a *nossa perda* consiste so em hum Capitam, hum Tenente, e perto de 60 Dragões, ou soldados de cavalo.

h) Ideia de derrota

Não apenas a perda de vidas, mas a derrota e a consequente subtração de territórios, de liberdade e de autonomia estão entre os riscos ligados ao referente **guerra**. Dessa forma, a repetição da ideia de perda também constitui esse referente no discurso, como mostram os excertos:

- (24) [...] não se pode duvidar do que teria feito, se se *tivesse perdido alguma batalha* importante.
- (25) *Austria soffreo huma derrota*, mas não estava perdida; tinha hum armisticio.

i) Ideia de um fato situado no tempo e no espaço

Por ser considerada um tipo de ação de grande importância e de grandes consequências, a unidade **guerra** também adquire nos discursos o significado de algo que é situado no tempo e no espaço e que serve como um marco, como referência. Revelam essa característica os seguintes empregos:

- (26) [...] que tem servido neste Reyno, e a Catalunha na *ultima guerra* [...].
- (27) [...] que estes tomaraõ aos Cantoens catholicos na *ultima guerra que houve* na Helvecia [...].
- (28) [...] ao tempo que a Europa *se achava embaraçada com huma guerra* tam activa [...].
- (29) [...] *durante a ultima guerra*, tinham os inglezes tomado muitos navios genovezes nas costas de Toscana [...].

j) Ideia de identificação das partes adversárias

Embora com menos frequência, pelos usos da unidade lexical **guerra** percebe-se que se pode relacionar o referente aos lados envolvidos. Os empregos das preposições contra, de, com e entre, que podem demandar um ou mais argumentos, também situam o referente. Da mesma forma que os sintagmas “a presente guerra” e “a última guerra” determinam o referente em relação ao tempo, “a guerra contra x” ou “a guerra de y” o delimitam segundo os envolvidos em sua realização. São alguns exemplos:

- (30) [...] as direcçõens da *guerra contra Veneza* [...].
- (31) [...] se mostra tranquilla pelo que toca a *guerra de Turquia* [...].

k) Ideia de missão ligada à religião

Menos explicitamente, a guerra é, algumas vezes, entendida e justificada como uma missão divina, cujos resultados não dependem apenas da dedicação dos homens e dos esforços dos governos, mas de um poder e de uma vontade superiores, por exemplo:

- (32) A guerra havemos de *continuar no caminho do senhor*, a quem rogo de dia e de noite que *nos conceda a victoria* [...].

A conotação da unidade

Mostrou-se que várias ideias relacionam-se à unidade lexical **guerra** nos cotextos e contribuem para a formação desse referente no discurso da “Gazeta de Lisboa”. Além desses sentidos associados, o uso recorrente de adjetivações, sintagmas adjetivais e substantivos de conotação negativa também atua na constituição do referente. A associação de **guerra** a unidades como “infeliz”, “funesta”, “sanguinosa” e “destrutiva” assinala as ideias de prejuízo, perda e desgraça, como pode ser visto em:

- (33) Outras pessoas porém, lembradas da *infeliz guerra* que tivemos ultimamente com a Rússia, receão muito hum rompimento com esta formidavel vizinha [...].
- (34) A guerra sera na verdade *sanguinosa*.

Em algumas passagens, aparecem adjetivos que qualificam a guerra quanto a uma tipologia, assinalando uma diferenciação ou dando destaque a uma de suas características, como em:

- (35) Não podemos adoptar os expedientes summarios da *guerra moderna*.
- (36) Cada vez são maiores os indicios de haver huma *guerra quasi geral* para a primavera que vem.

A análise do intradiscurso, baseada na verificação das conotações e ideias frequentemente associadas à unidade lexical **guerra**, tem como resultado a apreensão dos seguintes semas complementares: [+/-evitável], [+necessário], [+potência], [+demorado], [+/-rentável], [+mortal], [+prejudicial], [+de grande proporção], [+risco de fracasso], [+referencial no tempo], [+plurilateral] e [+desinteligência].

Análise no interdiscurso

De acordo com Moirand (2003, p. 85), a memória interdiscursiva trata da inscrição, em certas formas linguísticas, da memória de momentos discursivos anteriores, e é constituinte do sentido social que é dado aos acontecimentos. O objetivo principal da análise do discurso é, segundo essa autora, verificar os efeitos de sentido que se instituem no ponto de encontro entre o que está sendo dito na sequencialidade linguística e a rede de sentidos socioculturais e ideológicos existentes do interdiscurso, que vêm da memória e da história.

Esse posicionamento reafirma a ideia de Pêcheux (1975, p. 178) de que há sob o texto uma realidade planejada, que faz parte de um “funcionamento ideológico” prévio. Para ele, ao analista cabe verificar o itinerário instaurado pelo processamento dos efeitos de sentidos e apreender-lhe o ideológico preso à realidade desenvolvida durante o agrupamento das enunciações nos enunciados.

Nesta pesquisa, o objetivo do estudo do interdiscurso é relacionar o funcionamento observado por meio das análises até aqui expostas com a situação social da época e com dados históricos, na tentativa de mostrar de que forma as crenças, pensamentos e visões de mundo do século XVIII são expressos nas páginas do jornal estudado. Procura-se identificar os outros discursos inseridos transversalmente neste discurso jornalístico.

No contexto histórico-social do século XVIII, sabe-se que a Europa era dominada por regimes monárquicos absolutistas, que foram consolidados entre os séculos XVI e XVII. Nesse período, importantes pensadores e filósofos tentavam justificar o poder absoluto dos monarcas. No século XVI, Bodin (1577) construiu uma teoria em que entendia a república no sentido de coisa pública, de Estado. Para ele, a república seria a comunidade humana em que aparecia a soberania, representada pela monarquia de direito divino.

A partir do século XVII o absolutismo se desenvolveu na França graças à ação de Richelieu, principal ministro do rei Luís XIII, contra os poderes feudais. Considerado um dos fundadores do Estado moderno naquele país, ele lutou pelo fortalecimento do poder real, pois defendia a ideia de que apenas a potência era necessária para o Estado. Segundo sua teoria, a pessoa do rei se confundia com o Estado, e aquele não deveria aceitar nenhuma oposição e nem compartilhar seu poder.

Quem tem a força frequentemente tem a razão em matéria de Estado [...]. Os interesses públicos obrigam os que têm a conduta Estados a governá-los de modo que eles possam não somente protegê-los de qualquer dano que se possa evitar, mas também da apreensão do que eles poderão ter” (RICHELIEU; HILDESHEIMER, 1995, p. 293, *tradução nossa*).

A ideia de que o objetivo do Estado era defender e assegurar o interesse público é constantemente reafirmada nos textos do periódico estudado, em passagens que indicam que as decisões e ações dos reis e imperadores visavam o bem geral da nação:

- (37) O nosso magistrado atendendo ao *bem publico*, tem tomado huma resolução muy *favoravel a boa iconomia das familias*; deffendendolhes o demaziado luxo nas mulheres, e filhos; e prohibindolhes o uso de joyas, e de rendas de flandres [...]. (Alemanha. Hamburgo, 6 de janeyro. GDL, 9/02/1730).
- (38) O interesse, que mostrais tomar no sucesso das minhas negociaçoens, unido com os Estados Ge-raes para a *renovaçam da tranquillidade publica*, me he muito agradavel; nam negligenciarey da minha parte nada do que puder *contribuir para hum bem tamanho* [...]. (Gram Bretanha. Londres 1 de Março. GDL, 7/04/1735).
- (39) Renuncio toda a pompa e fausto, e estou disposto a sacrificar o meu socego pessoal, não desejando mais do que *vingar o damno feito ao meu povo*. (Decreto imperial do grão-senhor ao governador de Constantinopla. GDL 6/02/1790).

A concepção de monarquia de Luis XIV, maior ícone do absolutismo, foi inspirada em Richelieu, que acreditava que o rei era o único que poderia exercer o poder, pois somente ele conhecia as razões do Estado, vistas como um mistério divino.

Na mesma época, Bossuet (1709, p. 258) afirmava: “ Deus fez os reis e príncipes seus tenentes na terra, para tornar sua autoridade sagrada e inviolável” (*tradução nossa*). Esse religioso defendia o “direito divino”, pregava que a monarquia tinha origem divina, e que caberia aos homens aceitar as decisões reais, sem as questionar.

[...] o poder dos reis é sagrado [...] não há nada melhor fundado na palavra de Deus, que a obediência que é devida por princípio de religião e de consciência às potências legítimas” (BOSSUET, 1709, p. 259, *tradução nossa*).

Algumas falas de reis e imperadores citadas pelo jornal reafirmam a crença de que a monarquia era ligada à vontade divina:

- (40) [...] o seu theor he o seguinte. “[...], *pela graça de Deos Emperatriz, e Soberana de todas as Russias*. (Russia, Petrisburgo 5 de Março, GDL, 5/05/1740).
- (41) [...] e continuar em *concedernos a sua graça para conservaçam do nosso Imperio*, e dos nosso subditos [...]. (idem).

Entre as obras de conteúdo político que se destacam nesse cenário, está “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel (1513), que defendia o Estado como um fim em si mesmo, afirmando que os soberanos poderiam utilizar-se de todos os meios que garantissem a conquista e a continuidade do seu poder. “[...] um príncipe inimigo do povo não pode nunca estar seguro [...]” (MAQUIAVEL, 1513/2009, p. 111).

Também se destaca Thomas Hobbes, autor de “Leviatã” (1651), para quem os homens legavam ao soberano o direito de protegê-los contra a violência e, sendo assim, a monarquia seria justificada pelo consenso social. Do ponto de vista político, era necessário um Estado forte para controlar e disciplinar a sociedade. A ideia de que a guerra é um mal necessário para o bem público, inspirada muito provavelmente nessas obras e de outros pensadores renascentistas, também é recorrente:

- (42) [...] Sua Mag. Imp. desejava muito, que os negocios da conjuntura presente podessem permittir algum alivio aos seus fieis Vassallos; mas que *a guerra, que se faz a S.Mag. pede que se augmentem as suas forças* [...]. (Vienna 20 de Novembro. GDL, 6/01/1735).

Apesar de criticado, o absolutismo era aceito por alguns filósofos sob a forma de despotismo esclarecido, justificado pelo pensamento que o Estado absoluto era submisso à razão, que deveria tudo governar. O déspota esclarecido usava sua autoridade absoluta para fazer as reformas necessárias ao progresso e de acordo com a bondade dos indivíduos. Mas era preciso agir de modo autoritário, porque as pessoas eram consideradas incapazes de entender o sentido do progresso. O absolutismo esclarecido conduzia a uma racionalização dos meios de poder e à redução do poder da aristocracia. O pensamento racionalista, que procurava estabelecer caminhos para alcançar determinados fins em nome do interesse coletivo, é explícito no *corpus* em algumas circunstâncias, como em:

- (43) [...] fazemos reflexam nas reiteradas provas, que V.Mag. tem dado, e de que nos temos tantos exemplos, de haverem sido sempre *o direito, a razam, e a prudencia, a regra dominante das suas açcoens* [...]. (Gram Bretanha. Londres 1 de Março. GDL, 7/04/1735).

O estudo das obras lexicográficas da época também contribui para a apreensão da ideologia daquela sociedade, como pode ser visto, por exemplo, pela seleção da abonação que integra o verbete da unidade **guerra** no dicionário de Moraes. Este lexicógrafo cita exemplo retirado do livro “Chronicas dos Reis de Portugal (parte 2)”, de 1642, escrito por Duarte Nunes de Leão, jurista, gramático e historiador português. Na abonação, reproduzida na sequência, a unidade é relacionada a seu antônimo, paz:

Os povos de Portugal requererão ao Senhor Rei D. João I que não casasse, nem fizesse paz, nem guerra sem consentimento de todos, porque erão estas coisas que pertencião a todos. (LEÃO, 1642 *apud* SILVA, 1813)

Ao abonar a unidade por meio de seu antônimo, o dicionarista optou por complementar as informações da frase definitiva, que descreve a guerra como um ato hostil que objetiva prejudicar ou vencer o inimigo. Mas ele deixa de lado ocorrências da palavra na língua (inclusive em outras obras o mesmo autor citado na abonação) que ajudariam a defini-la como oposição entre nações ou como um conjunto de ações militares de enfrentamento. Além disso, a abonação selecionada por Moraes refere a guerra como algo que pode apenas ser decidido pelo rei, visto como representante dos desejos dos “povos de Portugal”.

A religiosidade, principalmente em Portugal, orientava a conduta dos reis e cidadãos, e sua importância política é constantemente afirmada na “Gazeta de Lisboa”, seja justificando os poderes absolutistas, seja ligada à motivação de guerras, como em:

- (44) [...] fazer mais eficaz e execução dos empenhos em que entrarão as potencias contratantes da quadruple aliança, ha lugar de se presumir com muita razaõ, que este feliz principio fara dentro de pouco tempo perfeita, e *completa a grande obra da purificação geral*. (Gran Bretanha. Londres 24 de janeiro. GDL 9/03/1730).
- (45) Estamos determinados a fazer, com que todo o Mundo reconheça, que estamos verdadeiramente persuadidos, de que *o mantimento da nossa Religiam, e das nossas liberdades, depende da segurança da subsistencia de V. Mag. e do seu governo* [...]. (Memorial dos Pares do Reino para ElRey; Gram Bretanha. Londres 1 de Março, GDL 7/04/1735).

Por meio dessas ocorrências é possível observar alguns dos diferentes discursos que estão inscritos “clandestinamente” (cf. MOIRAND, 2007b, p. 96-98) no discurso da imprensa portuguesa do século XVIII. Trata-se de alusões a outros pontos de vista ou a outros discursos que reaparecem para enfatizar a ideologia dominante.

Conclusão

Pelas análises aqui apresentadas, conclui-se que um acontecimento como uma guerra é um referente complexo, pois essa unidade lexical pode atualizar em discurso apenas alguns de seus traços semânticos, segundo a intenção comunicativa do enunciador. Ao colocar em evidência algumas dessas facetas em detrimento de outras, o enunciador “ilumina”, no sentido dado por Grize (2004, p. 42), o objeto do discurso, “colorindo”-o em função de pré-construídos.

As ideias associadas à unidade, as co-ocorrências e as recorrências também são reveladoras de práticas discursivas que constituem e delimitam os sentidos que a unidade adquire nos contextos. Portanto, pode-se afirmar que os sentidos são construídos em discurso por meio da construção dos referentes, ou seja, resultam da soma das possibilidades do sistema lexical, das práticas linguísticas compartilhadas pela comunidade e dos conhecimentos coletivos.

Verifica-se que a seleção lexical explicita a interação entre a realidade e os sentidos e assinala o conhecimento de uma comunidade, que é renovado na interação discursiva. Dessa forma, a ideologia é expressa pelos elementos do vocabulário em discursos realizados e em gêneros historicamente definidos, e, com o passar do tempo, integra a memória das palavras, cristaliza-se e passa a fazer parte do léxico.

O estudo das unidades lexicais relacionadas ao campo político-militar na *Gazeta de Lisboa*, dos cotextos dessas unidades e do intradiscurso revela e confirma o panorama ideológico geral da Europa no século XVIII.

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico* [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.

BODIN, J. *Les six livres de la Republique*. 1577. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=-iA8AAAACAAJ&pg=PP5#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BOSSUET, J.-B. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Ouvrage posthume. Paris: Pierre Cot, 1709. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=3D4Pz6g8dKwC&dq=Jacques-B%C3%A9nigne%20Bossuet&pg=PP7#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 10 fev. 2011.

BRANCA-ROSOFF, S. Approche discursive de la nomination/dénomination. In: CISLARU, G. et al. *L'acte de nommer: Une dynamique entre langue et discours*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007. p. 13-22.

CHISS, J.-L.; FILLIOLET, J.; MAINGUENEAU, D. *Introduction à la linguistique française: Notions fondamentales - phonétique, lexicque*. Paris: Hachette, 2001, t. I.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris: Larousse, 1981, n. 64.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

GIL, B. D. *Quem mandou você gostar? Um estudo léxico-semântico do amor-paixão em letras de música preferenciais de alunos do ensino médio (SP)*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

_____. O amor no léxico de canções populares. *Estudos linguísticos*, São Paulo, 2006, n° XXXV, p. 402-411.

GRIZE, J. -B. Le point de vue de la logique naturelle. In : DOURY, M.; MOIRAND, S. (Orgs.). *L'argumentation aujourd'hui*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004. p. 35-43.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução de José Antônio Martins. 2. ed. São Paulo: Hedra, 2009.

MATORÉ, G. *Le vocabulaire et la société du XVI^e siècle*. Paris: PUF, 1988.

MOIRAND, S. Quelles catégories descriptives pour la mise au jour de genres du discours? In: *Actes de la journée «Les genres de l'oral»*, du 18 avril 2003, ICAR - Interactions, Corpus, Apprentissages, Représentations, Unité Mixte de Recherche UMR 5191 (CNRS / Université Lumière Lyon 2 ; ENS de Lyon – INRP). Bron (France), 2003. Disponível em: <http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journees_genre.htm>. Acesso em 20 fev. 2009.

_____. *Les discours de la presse quotidienne: observer, analyser, comprendre*. Paris: PUF, 2007a.

_____. Comprendre la construction discursive des événements dans la presse imprimée et la presse en ligne. In: *Colloque Formación y Investigación en lenguas extranjeras y traducción*. Organisé par Lenguas Vivas. Buenos Aires, 2007b (no prelo).

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

RICHELIEU, A. J. P.; HILDESHEIMER, F. *Testament politique de Richelieu*. Paris: Librairie Droz, 1995. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=gKbKe4nXPzMC&lpg=PP1&hl=fr&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 11 fev. 2011.

SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

Waurá e Mehináku: um breve estudo comparativo

(Waura and Mehinaku: a brief comparative study)

Angel Corbera Mori¹

¹Departamento de Linguística-Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

angel@unicamp.br

Abstract: Mehinaku, Waura and Yawalapiti are the only languages of the Arawak linguistic family still spoken in the indigenous park of Xingu, State of Mato Grosso. The first observations and linguistic registries of these three languages were presented by Karl von den Steinen (1940 [1886]) in his classical book *Between the aborigines of Central Brazil*. In this work, Steinen says that the Arawak people of the Xingu divide themselves in two sub-groups: *nu* and *aruak*. “*Nu* is the predominant prefix in these tribes, it is the characteristic pronominal prefix of the first person; [...] Mehinaku, Kustenau, Waura and Yaulapiti are Nu-Aruak” (p. 197). Steinen also stated that the Mehinaku and Waura formed a single ethnological unit and that they spoke the same language. Considering these primary observations, I present in this article a brief comparative study between Waura and Mehinaku languages.

Keywords: Arawak family; Mehinaku-Waura languages; Alto Xinguan languages; phonetic and lexical comparison.

Resumo: Mehináku, Waurá e Yawalapíti são as três línguas arawák que ainda são faladas no Parque Indígena do Xingu, Estado do Mato Grosso. As primeiras observações e registros linguísticos dessas línguas foram feitas por Karl von den Steinen (1940[1886]) em sua obra *Entre os aborígenes do Brasil Central*. Nesse trabalho, Steinen considera que as sociedades arawák do Xingu compreendem dois subgrupos: os *Nu* e os *Aruak*. “*Nu* é o prefixo dominante dessas tribus, é o prefixo característico pronominal da primeira pessoa; [...] os Mehinaku, Kustenau, Waura e Yaulapíti são Nu-Aruak” (p. 197). Steinen constatou, igualmente, que Mehináku e Waurá constituíam uma unidade etnológica, falando, inclusive, uma mesma língua. Tendo em conta as observações de Steinen, apresento no presente artigo uma breve comparação linguística entre Waurá e Mehináku.

Palavras-chave: família arawák; línguas mehináku-waurá; línguas Alto Xinguanas; comparação fonética e lexical.

Introdução

Mehináku, Waurá e Yawalapíti são as três línguas da família arawák que continuam sendo faladas no Parque Indígena do Xingu, Estado de Mato Grosso. As primeiras observações etnológicas e linguísticas foram levantadas pelo estudioso alemão Karl von den Steinen (1940[1886]), em sua obra *Entre os aborígenes do Brasil Central*. De acordo com Steinen, os povos arawák da região do Xingu estavam constituídos por duas subtribos: os *Nu* e os *Aruák*. “*Nu* é o prefixo dominante dessas tribus, é o prefixo característico pronominal da primeira pessoa; [...] os Mehináku, Kustenáu, Waurá e Yaulapíti são Nu-Aruak” (p. 197).

Steinen é considerado o primeiro estudioso que definiu os Mehináku, Waurá e Yawalapíti como membros de uma unidade etnológica e que falavam uma mesma língua. Para o linguista Aryon Rodrigues (1986), as línguas mehináku, waurá e yawalapíti “têm características em comum, mas o Yawalapíti diverge um pouco mais das outras duas, que estas entre si” (p. 68-69). Em um estudo inicial de tipo comparativo, Seki e Aikhenvald

(1992) assumiram que há duas línguas arawák xinguanas: a primeira falada pelos yawalapíti e a segunda, pelos Waurá e Mehináku, conformando o ramo central da família linguística arawák-maipure (apud FRANCHETTO, 2001, p. 118).¹ A partir dessas observações, apresento neste artigo, uma breve comparação fonético-fonológica e lexical entre as línguas waurá e mehináku. Os dados da língua waurá tomam como base o manuscrito sobre a fonêmica waurá de Jackson e Richards (1966), e a lista de palavras do Intercontinental Dictionary Series – Léxico Waurá, disponível na página web do Instituto Max Planck de Leipzig (Alemanha). Os dados do Mehináku foram coletados, por mim, em diversas ocasiões de trabalho de campo junto aos falantes dessa língua, entre os anos de 2008 e 2011.

Localização e População

A população mehináku é de, aproximadamente, 227 pessoas (ISA, 2006), todos são falantes ativos da língua nativa. Há duas aldeias mehináku: Utawana e Uyaiپیyuku [Uyaiپیoko], ambas localizadas às margens do rio Kurisevo, município de Gaúcha do Norte. Os Waurá, com um total de, aproximadamente, 410 pessoas (ISA, 2006), distribuem-se em três aldeias: Piyulaga, considerada a aldeia principal, Aruák e Lupuene (POSTIGO, 2011). Essas aldeias pertencem também ao município de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso. Como no caso dos Mehináku, os Waurá também são falantes ativos de língua materna, sendo o meio de comunicação diária entre todos os segmentos geracionais dessa etnia.

Os fonemas das línguas waurá e mehináku

Consoantes

Tendo em conta a análise inicial de Jackson e Richards (1966), verifica-se que a língua waurá apresenta dezesseis fonemas consonantais, que, ordenados em pontos e modos de articulação, são registrados no quadro (1):

Quadro 1. Fonemas consonantais da língua waurá

	Bilabial	Alveolar	Palatal	Pós-Palatal
Plosivas	p	t		k ²
Africadas		ts ³	tʃ	
Fricativas		s	ʃ	h
Nasais	m	n	ɲ	
Lateral		l		
Flepe		r		
Semivogais	β		j	ɥ

Para a língua mehináku, com base na análise de meus próprios dados, postulo treze

1 Franchetto (2001) traz essa informação a partir de uma comunicação apresentada por Seki e Aikhenvald no VII Encontro da ANPOLL, realizado em Porto Alegre, em maio de 1992. O texto de Seki e Aikhenvald ainda não foi publicado.

2 Jackson e Richards (1966, p.6) caracterizam os segmentos /k, h e ɥ / como Pós-Palatais.

3 Os símbolos fonéticos tradicionais baseados em Pike (1947) e usados por Jackson e Richards foram substituídos por aqueles do IPA (1999), ou seja: /c/ = /ts/, /č/ = /tʃ/, /š/ = /ʃ/, /ñ/ = /ɲ/, /r/ = /r/, /y/ = /j/, /ɣ/ = /ɥ/, /b/ = /β/.

segmentos funcionais, que também ordenados em classes articulatórias, se apresentam de acordo ao quadro (2):

Quadro 2. Fonemas consonantais da língua mehináku

	BL	ALV	PÓS-ALV	RTFLX	PAL	VLR	GLTL
Plosivas	p	t				k	
Africadas		ts	tʃ				
Fricativas				ʃ			h
Nasais	m	n					
Lateral		l					
Tepe		r					
Aproximantes	w				j		

Fazendo um paralelo entre os dois quadros (1) vs. (2), vemos que enquanto a língua waurá dispõe das fricativas /s/ e /ʃ/, o Mehináku apenas registra a retroflexa /ʃ/, como exemplificado pelos seguintes dados.

(01)	Waurá	‘Glosa’	Mehináku	‘Glosa’
	sa'kalu	‘papagaio’	ʃa'kalu	‘papagaio’
	'keʃi	‘lua’	'ke:ʃi	‘lua’
	su'la	‘lagartixa’	ʃu'la	‘lagartixa’
	se'pi	‘banco’	ʃe'pi	‘banco’

A consoante /ʃ/ da língua mehináku se realiza sempre foneticamente como fricativa retroflexa desvozeada [ʃ] em todos os contextos, mas em Waurá tanto /s/ como /ʃ/ podem, opcionalmente, manifestar-se como segmentos vozeados [z] e [ʒ], respectivamente, quando ocorrem entre vogais, como se vê nos dados, a seguir.

(02)	[pi:'sulu]	≈	[pi:'zulu]	‘grilo’
	[mã'siʃa]	≈	[mã'ziʃa]	‘espécie de peixe’
	[pãĩ'futĩ]	≈	[pãĩ'ʒuti]	‘casa velha’
	[tuku'ʃe]	≈	[tuku'ʒe]	‘espécie de pássaro’

No quadro fonológico da língua waurá registra-se também como fonema a nasal palatal /ɲ/, porém seu valor funcional parece discutível. Os dados apresentados por Jackson e Richards (1996, p.10) são muito limitados para se chegar a uma conclusão satisfatória. Por outro lado, observa-se que em Mehináku o fonema aproximante palatal /j/ ocorre foneticamente como uma consoante nasal palatal [ɲ] em contiguidade com vogais nasalizadas, conforme os dados seguintes.

(03)	[ĩ'hĩjã]	≈	[ĩ'hĩɲã]	‘vento’
	[hẽjũ'ĩ]	≈	[hẽɲũ'ĩ]	‘saliva’
	[kã: ⁹ kãjã]	≈	[kã: ⁹ kãjã]	‘gaiivota’

Em outros casos, a nasal palatal [ɲ] do Mehináku corresponde a uma variante opcional do fonema nasal alveolar /n/ que se manifesta foneticamente como palatal [ɲ] quando está precedido pela vogal fechada /i/, como se constata pelos dados em (4).

(04)	/i-'napi/	[i'nãpi]	‘seu osso’
	/i-na'ti/	[iñã'ti]	‘sua fibra de palmeira’
	/pi-'nete/	[pi'nēte]	‘teu piolho’
	/pi-nu'tai/	[piñũ'tai]	‘tua corda’

No que se refere às semivogais /β/ [w] e /ʉ/ da língua waurá, estas correspondem, respectivamente, aos fonemas aproximantes bilabial e palatal do Mehináku, como se vê, a seguir.

(05)	Waurá	Mehináku	‘Glosas’
a.	βa'kula	wa:'kula	‘peixe cozido’
	βa'βai	wa'wau	‘abano’
	i'paβa	i'pawa	‘outro’
b.	ka'ʉapa	ka'japa	‘Tawaruwana’ ⁴
	nu'kauʉa	nu'kaja	‘perereba’ ⁵
	a'ʉama	a'jama	‘veado com chifres’
	-ʉa'numa	janu'ma-i	‘baba’ (não possuído)

Em diversos itens cognatos encontram-se correspondências entre a fricativa alveolar desvozeada /s/ da língua waurá e a fricativa glotal desvozeada /h/ do Mehináku. Algumas desses cognatos listam-se, a seguir.

(06)	Waurá	Mehináku	‘Glosas’
	i'sĩã	ihi'mia	‘vento’
	ja'siuka	jahi'juka	‘rocio’
	sĩãla'ki	himia'lai	‘fumaça’
	p-u'sija	pi-u'hia	‘teus cílios’
	pi-se'nepu	pi-hi'ne:pu	‘teu ombro’
	-e'sĩjũ	iheju'-i	‘saliva’ (não possuído)

O fonema africado pós-alveolar /tʃ/, segundo Jackson e Richards (1996, p. 7), varia foneticamente com a consoante plosiva palatal desvozeada [kʲ] em todos os contextos. Esse tipo de variação não foi registrado para o Mehináku. Nessa língua o fonema pós-alveolar /tʃ/ sempre se realiza como [tʃ]. Os dados do Waurá extraídos do texto de Jackson e Richards (1996, p. 7) evidenciam a variação entre /tʃ/ e o fone [kʲ].

(07)	[tʃẽhĩ]	≈	[kʲẽhĩ]	‘facão’
	[enu'tsiʃa]	≈	[enu'tsikʲa]	‘trovão’
	[i'tʃehĩ]	≈	[i'kʲehĩ]	‘capivara’
	[i'tʃu]	≈	[i'kʲu]	‘tracajá’

As duas primeiras palavras do Waurá ocorrem na língua mehináku como em (8a) e as duas últimas como (8b), respectivamente.

(8a)	[tʃẽhĩ]	‘facão’	[enu'tʃiʃa]	‘trovão’
(8b)	[i'pʲehĩ]	‘capivara’	[i'pʲu]	‘tracajá’

4 Festa típica das aldeias Alto Xinguanas.

5 Bebida de mandioca brava.

Vogais

De acordo com a análise de Jackson e Richards (1966), o quadro fonológico dos fonemas vocálicos da língua waurá está constituído por cinco vogais orais /i, e, i, u, a/ e cinco vogais nasais /ĩ, ẽ, ã, õ, ã/, como se mostra, a seguir.

Quadro 3. Fonemas vocálicos da língua waurá

	Anterior		Central		Posterior	
	oral	nasal	oral	nasal	oral	nasal
Altas fechadas	i	ĩ	i	ĩ	u	ũ
Abertas	e ⁶	ẽ	a	ã		

Com base na análise dos dados coletados, até o presente momento, considero que os fonemas vocálicos da língua mehináku são aqueles listados no seguinte quadro:

Quadro 4. Fonemas vocálicos da língua mehináku

	Anterior		Central		Posterior	
	oral	nasal	oral	nasal	oral	nasal
Altas fechadas	i	ĩ	i	ĩ	u	ũ
Media fechadas	e	ẽ				
Abertas			a	ã		

Comparando os quadros fonológicos de (3) e (4), conclui-se que tanto o Waurá quanto o Mehináku partilham as mesmas vogais fonológicas tanto orais quanto nasais, a saber: /i, e, i, u, a/ vs. /ĩ, ẽ, ã, õ/. A seguir, apresenta-se uma lista de palavras cognatas nas duas línguas contendo vogais orais.

(09) Vogal /i/

Waurá	Mehináku	‘Glosas’
anapi	a'napi	‘arco-iris’
ijepe	i'je:pe	‘nuvens’
arimaʒutu	arimu'tutu	‘carvão’

(10) Vogal /e/

Waurá	Mehináku	‘Glosas’
-hepe	i-hepe	‘3-espuma’
-ne:tse	ne'te-i	‘piolho-não possuído’
etene	e'tene	‘remo’

(11) Vogal /i/

Waurá	Mehináku	‘Glosas’
uni	'uni	‘água’
kuhupiʒati	kuhupi'ʒati	‘aves de rapina’
ihíwi	i'hiu	‘sal’

⁶ Segundo Jackson e Richards (1966), os fonemas /e/ e /ẽ/ são definidos articulatoriamente como vogais anteriores abertas.

(12)	Vogal /u/		
	Waurá	Mehináku	‘Glosas’
	upi	‘upi	‘pato’
	a'lua	a'luwa	‘morcego’
	ku'nu	ku'nu	‘porta da casa’

(13)	Vogal /a/		
	Waurá	Mehináku	‘Glosas’
	itsa	‘itsa	‘canoa’
	atapana	ata'pana	‘folha’
	janu'maka	janu'maka	‘onça’

A nasalidade nas vogais do Waurá e do Mehináku

As vogais em Waurá podem ser nasalizadas mediante dois processos, que Jackson e Richards (1966, p. 1) interpretam em termos de nasalização ‘fraca’ e nasalização ‘pesada’. A primeira delas é estritamente fonética, ocorre quando as vogais orais encontram-se contíguas às consoantes nasais primárias. Essa mesma característica é válida, igualmente, para a língua mehináku. Alguns dados para ambas as línguas se vêm, a seguir.

(14)	Waurá	Mehináku	‘Glosas’
	[‘ʔããʔ]	[‘ãã]	‘pilão’
	[mũ'kutiʔ]	[mũ'kut ^h i]	‘camundongo’
	[ʔe'tẽẽʔ]	[ẽ'tẽẽ]	‘remo’
	[jãñũ'mãkaʔ]	[jãñũ'mãka]	‘onça’
	[pĩñũ'taiʔ]	[pĩñũ'tai]	‘tua corda’

No segundo tipo, a nasalidade das vogais ocorre independentemente da presença das consoantes nasais primárias, nesse caso o processo não é previsível, sendo as vogais interpretadas como inerentemente nasais. Por essa razão, Jackson e Richards (1966) reconhecem no sistema fonológico da língua waurá cinco vogais orais e cinco nasais, a saber: /i, e, i, u, a/ vs. /ĩ, ê, ã, ã, ã/. Os dados em (15) mostram a ocorrência das cinco vogais nasais em Waurá.

(15)	/ẽ:tsihã/	‘espirrar’
	/katũpalulu/	‘viúva’
	/eʒũti/	‘pernilongo’
	/ni-pĩjũ/	‘meu pescoço’
	/ãĩt'a/	‘comer’
	/ĩ:tapi/	‘ corda de arco’
	/wĩ'taka	‘discursar’
	/kãkãjã/	‘gaivota’

Como se observa nos dados acima (15), as vogais nasais não estão contíguas a consoante nasal alguma, sendo, por isso, interpretadas como fonologicamente nasais. Traçando um paralelo com o Mehináku, nota-se que nessa língua também os itens cognatos com o Waurá têm comportamento similar, como se vê em (16):

(16)	[ẽ'tsĩhã]	‘espirrar’
	[katũpa'lulu]	‘viúva’
	[e'ʂũtĩ]	‘pernilongo’
	[pi'pĩjũ]	‘teu pescoço’
	[ãĩʃa'ki]	‘comida’
	[ĩta'pi]	‘corda de arco’
	[wĩ'taka]	‘discursar’
	[kã:kãjã]	‘gaivota’

A partir dos dados citados em (16), assume-se que na língua mehináku também haveria vogais inerentemente nasais, ou seja, a nasalidade das vogais não estaria sendo condicionada por consoante nasal alguma. Contudo, a presença da nasalidade nessas duas línguas é um tópico aberto que ainda precisa de estudos mais sistemáticos.

A coocorrência de vogais

Tanto nos dados registrados por Jackson e Richards (1966) quanto na lista de palavras disponíveis no Intercontinental Dictionary Series (MAX PLANCK INSTITUTE, [s/d]) encontram-se vocábulos contendo sequências de vogais na língua waurá, como se mostra, a seguir.

(17)	Waurá			
	i'tsei	‘fogo’	'taupi	‘arame’
	'aitsa	‘não’	'ui	‘cobra’
	a'βiu	‘terminou’	ja'kia	‘espécie de peixe’
	'iuta	‘chifre’	piu'li	‘pesca’
	ihĩ'i	‘seio’	βalia'tiβi	‘formiga’
	kau'ka	‘flauta’	jasi'uka	‘rocio’

Da mesma forma, na língua mehináku ocorrem diversas sequências de vogais, algumas delas se apresentam em (18).

(18)	Mehináku			
a.	'maiki	‘milho’	ulu'kialu	‘andorinha’
	u'şau	‘papagaio’	ai'şaja	‘nosso sangue’
	ineu'ne	‘pessoa’	i'tsei	‘fogo’
	i'piehi	‘capivara’	i'hũ	‘sal’
	nu'kitsiu	‘mi dedo’	jakui'ʃfatu	‘máscara’
b.	a'pia	‘javali’	tipulu'i	‘calcanhar’ (não possuído)
	tsitsa'ku	‘semelhante’	piʃu'eleki	‘venha rápido!’
	'ui	‘cobra’	ataşu'a	‘nome próprio’
	apu'i	‘caminho’	a'lua	‘morcego’

Por outra parte, nos dados do Waurá (JACKSON; RICHARDS, 1966) e na lista de itens do Intercontinental Dictionary Series (MAX PLANCK INSTITUTE, [s/d]), registram-se também sequências de vogais homorgânicas, mas sem especificações do *status* funcional das mesmas. Algumas palavras contendo sequências de vogais na língua waurá se mostram, a seguir.

- (19) piisulu ‘grilo’ timuukai ‘polvo’
 maakujalu ‘barata’ -neetse-ti ‘clavícula’
 êẽtsihã ‘espirrar’ hii ‘cigarro’
 ããtapai ‘ele rema’ nesijũũpai ‘eu cuspo’

Em suma, dentro do domínio da palavra ocorrem, na língua waurá, ‘clusters’ de vogais tanto heterogâmicas como nos dados de (17), quanto homorgânicas como nos dados de (19). O quadro (5), a seguir, mostra as combinações encontradas.

Quadro 5. Clusters de vogais homorgânicas e heterogâmicas

	/e/	/i/	/a/	/u/	/ĩ/ ⁷
/e/	x	x			
/i/	x	x	x	x	
/u/	x	x	x	x	
/a/		x	x	x	
/ĩ/		x	x	x	x

Em se tratando do padrão silábico da língua waurá, Jackson e Richards (1966) afirmam que ocorrem os tipos CV e V. Com base nessa afirmação e levando em conta os dados que apresentam ‘clusters’ de vogais, assume-se que esses ‘clusters’ seriam interpretados como núcleos dissilábicos, sem a presença de seus ataques correspondentes, o que permitiria reconhecer o padrão silábico (C)V como sugerido por Jackson e Richards (1966, p.15). Sendo assim, os tipos de sílabas da língua waurá seriam como em (20a) e (20b):

- (20) Waurá
- a. we.ne CV.CV ‘rio’
 i. tsã V. CV ‘canoa’
 ma.jã.pa.lu CV.CV.CV.CV ‘cesto’
 i.u. ta.lã V.V. CV.CV ‘onça preta’
 ta.u.pi CV.V.CV ‘arame’
 itsei V.CV.V ‘fogo’
- b. uã.nã.a.ti CV.CV.V.CV ‘lápiz’
 pi.i.su.lu V.V.CV.CV ‘grilo’
 ã.ã.ta.i V.V.CV.V ‘arco’
 ã.ũ.ti V.V.CV ‘lagartixa’
 we.e.ke V.V.CV ‘grande’

7 Os Xs indicam as combinações de vogais encontradas, os espaços em branco indicam que não foram encontrados esses tipos de sequências, que podem ser interpretados como um vazio accidental ou, talvez, estrutural.

Também na língua mehináku a estrutura da sílaba está constituída obrigatoriamente pelo Núcleo que é preenchido tanto por vogais orais como nasais. Esse núcleo pode ou não estar acompanhado por uma consoante no Ataque, mas a Coda fica obrigatoriamente vazia. Dessa forma, o padrão silábico nessa língua é (C)V. Se for correta essa interpretação, então as sequências de vogais heterogâmicas e as correspondentes geminadas serão interpretadas na fonologia do mehináku como dissilábicas, com Ataques vazios, como sugerem os seguintes exemplos.

(21)	Mehináku		
a.	'ma.i.ki	CV.V.CV	'milho'
	u.lu.'ki.a.lu	V.CV.CV.V.CV	'andorinha'
	a.i'.şa.ja	V.V.CV.CV	'nosso sangue'
	i.ne.u.'ne	V.CV.V.CV	'pessoa'
	ne.te.'pi.ũ.ti	CV.CV.CV.V.CV	'minha clavícula'
b.	ma.ku.'ja.a.lu	CV.CV.CV.V.CV	'barata'
	ti.mu.u.'ka.i	CV.CV.V.CV.V	'pó'
	i.şi.pe.e.'te.ku	V.CV.CV.V.CV	'estreito'
	a.'ji.i.ku	V.CV.V.CV	'vamos!'
	'ti.i.pa	CV.V.CV	'pedra'

Assim, tanto em Waurá quanto em Mehináku, o tipo de sílaba pode ser considerado apenas como (C)V, sendo apenas a presença da vogal obrigatória e uma consoante pode ou não estar presente no ataque da sílaba. Nesse sentido, as línguas mehináku e waurá se comportam como muitas outras que proíbem segmentos na coda da sílaba (ZEC, 2007).

Conclusões

Os dados analisados no presente artigo corroboram as observações iniciais de Steinen (1940[1886]) e Rodrigues (1986) que viam o Waurá e o Mehináku como variedades de uma mesma língua. Observa-se uma semelhança bastante sistemática tanto nos padrões fonético-fonológicos quanto lexicais que sugerem essa interpretação. As diferenças encontradas são previsíveis e superficiais, fato que se manifesta na prática quando se observa que os falantes dessas duas línguas podem intercomunicar-se, aparentemente, sem maiores dificuldades. As diferenças mais salientes são os segmentos estridentes *s* e *ʃ* que ocorrem como dois fonemas diferentes no Waurá, enquanto que no Mehináku só encontramos o fonema fricativo retroflexo /ʂ/; também o segmento /uʃ/, caracterizado como uma semivogal 'pós-palatal' por Jackson e Richards (1966)⁸, corresponde a uma aproximante palatal /j/ na língua mehináku.

REFERÊNCIAS

FRANCHETTO, B. Línguas e história no Alto Xingu. In: _____; HECKENBERGER, M. (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu. História e Cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 111-156.

⁸ Na realidade esse segmento denominado 'pós-palatal' é uma aproximante velar, pelo que pude verificar na fala dos professores indígenas waurá.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. 879 p.

INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (IPA). *Handbook of the International Phonetic Association*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 204 p.

JACKSON, E.; RICHARDS, J. *Waurá Tentative Phonemic Statement*. Arquivo Linguístico n.104. Brasília, DF: SIL, 1966. 17 p.

MAX PLANCK INSTITUTE. IDS PROJECT *Intercontinental Dictionary Series – Waurá*. [s/d]. Disponível em: <lingweb.eva.mpg.de/ids/>. Acesso em: 30 jun. 2011.

PIKE, K. L. *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. Ann Arbor: University of Michigan, 1947. 254 p.

POSTIGO, A. V. Uma análise fonológica das listas de palavras waúja (Arawák) In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, VII, 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2011. p. 31-43. 1 CD-ROM.

RODRIGUES, A. *Línguas brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 134 p.

STEINEN, K. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940. [1886]. 713 p.

ZEC, D. The syllable. In: de LACY, P. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 161-194.

A ordenação de palavras e as categorias tempo, aspecto e modo no Kaingáng paulista: uma análise comparativa

(The ordering of words and categories time, aspect and mode of Kaingáng in São Paulo: a comparative analysis)

Maria Sueli Ribeiro da Silva¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

mssuribeiro@yahoo.com.br

Abstract: This paper deals with the word order and some morphosyntactic aspects of Kaingáng dialect from Icatu village in São Paulo, located near the city of Braúna. The Kaingáng teachers of this village say that there are some differences between the dialect of Icatu and the one from the South of the country. This study intends to show the predominant word order of the dialect of Icatu and the grammatical and lexical marks that are still present in it in relation to Time, Aspect and Mode categories, by comparing it with the dialect spoken in the South.

Keywords: Kaingáng dialect from Icatu village; word order; Time, Aspect and Mode categories.

Resumo: Este artigo trata da ordem de palavras e de alguns aspectos referentes à morfossintaxe do dialeto Kaingáng da aldeia paulista Icatu, localizada próxima à cidade de Braúna (SP). Os professores Kaingáng dessa aldeia afirmam que esse dialeto apresenta diferenças em relação ao dialeto do Sul. Comparando-se sentenças do dialeto paulista com as do Sul, pretende-se mostrar a ordem predominante do dialeto Kaingáng de Icatu e as marcas gramaticais e lexicais, nele ainda presentes, referentes às categorias Tempo, Aspecto e Modo, comparando-o com o do Sul.

Palavras-Chave: dialeto Kaingáng de Icatu; ordem de palavras; categorias Tempo, Aspecto e Modo.

Introdução

Neste trabalho, investigamos a ordem de palavras e as categorias Tempo, Modo e Aspecto (TAM) no dialeto Kaingáng paulista de Icatu, mostrando aspectos morfossintáticos mais visíveis que o diferenciam do dialeto Kaingáng do Sul. Para elaborarmos essa comparação, tomamos por base os principais autores que tratam da língua Kaingáng e seus dialetos, como D'Angelis e Silva (2000), D'Angelis (2006, 2008), Gonçalves (2007) e Cavalcante (1987). O *corpus* analisado compõe-se de sentenças e narrativas produzidas por professores Kaingáng da aldeia paulista de Icatu, com a ajuda de uma das falantes mais velhas.

Os índios Kaingáng do Oeste Paulista, após o processo de pacificação, foram levados a viver em aldeias, demarcadas pelo Governo e administradas pelo SPI – Serviço de Proteção ao Índio (hoje FUNAI).¹ A primeira aldeia que surgiu desse processo foi a de Icatu, localizada a 8 km da cidade Braúna; posteriormente, surgiu a aldeia de Vanuíre, que fica próxima do município de Arco-Íris, localizada a 23 km da cidade de Tupã.

Além dos Kaingáng, outros povos indígenas foram levados a habitar essas aldeias: os Terena (Icatu) e os Krenak (Vanuíre). Segundo D'Angelis (2006), essas outras etnias provocaram uniões interétnicas, o que dificultou a transmissão da cultura e da própria língua.

¹ Criado em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967.

A língua Kaingáng, que pertence à família linguística Jê, abrange os estados do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. De acordo com professores Kaingáng de Icatu, existem diferenças entre a “linguagem”² do Sul e a de São Paulo.

Assim, o presente estudo propõe-se a verificar que divergências existem, de fato, entre o Kaingáng do Sul e o Kaingáng paulista, tomando por hipótese que, em razão de o português atualmente ser a primeira língua (L₁)³ na aldeia, o Kaingáng paulista de Icatu parecer estar em transição, tendo algumas mudanças em sua morfossintaxe.

A partir de descrições já efetuadas por outros pesquisadores, principalmente sobre a morfossintaxe Kaingáng do Sul, vamos mostrar que divergências essas duas variedades apresentam (ou não) em relação à ordem de palavras e ao TAM (tempo, aspecto e modo).

Procedimentos metodológicos

D’Angelis (2002, p. 127) mostra que processos de normatização, com a “valorização de um dialeto em detrimento de outros”, fixam a “forma canônica imposta como ‘correta’ em relação a variantes, estigmatizadas como ‘incorretas’”. O autor também afirma que:

No caso do Kaingáng, as tentativas de síntese e análise gramatical já feitas foram todas externas à sociedade indígena e, por isso mesmo, nenhuma delas foi incorporada pelos professores indígenas como uma boa representação de sua língua. Ademais, nenhuma gramática pedagógica foi elaborada para servir à reflexão linguística interna à sociedade Kaingáng. Em certo sentido, o jovem Kaingáng acredita que a língua portuguesa é melhor que a sua, porque o português pode ser analisado com critérios, mostrando regularidades e sistematicidade. (D’ANGELIS, 2002, p. 127)

Como nos esclarece D’Angelis (2008), a fonologia está mais simplificada, se comparada aos demais dialetos Kaingáng, e, em nossa pesquisa, pudemos observar que nem os professores Kaingáng de Icatu distinguem determinados sons das palavras de seu dialeto, o que dificultou a redação e a tradução das sentenças. E, por essa razão, optamos pela escrita ortográfica das sentenças do *corpus* desta pesquisa, e não a fonológica, mantendo a forma como eles as redigiram.

Os colaboradores dessa pesquisa foram três professores Kaingáng, que têm o português como primeira língua, e uma das indígenas mais velhas dessa aldeia, falante nativa do Kaingáng. A participação da falante mais velha em nossa pesquisa foi sugerida pelos próprios professores Kaingáng, por ela já participar de aulas na escola indígena da aldeia, transmitindo às crianças sua sabedoria sobre a “linguagem”, como uma das pessoas mais velhas e falante do Kaingáng – o que é uma tradição entre os povos indígenas em geral.

O *corpus* é constituído de dois tipos de dados: (i) tradução para o Kaingáng de sentenças formuladas em português; (ii) sentenças extraídas de textos narrados em Kaingáng. No primeiro caso, a formulação das sentenças em Kaingáng foi gravada e filmada, a fim

2 O termo “linguagem” é usado pelos professores e pelas indígenas mais velhas para se referir à língua nativa, no caso a língua Kaingáng.

3 É preciso esclarecer que os Kaingáng aprendem a falar e têm como língua de uso, no cotidiano e desde o nascimento, a língua portuguesa; portanto o português é a L₁ (primeira língua) na aldeia. O Kaingáng e o Terena são L₂ (segunda língua) para os indígenas de Icatu, com exceção dos poucos falantes mais velhos existentes em ambas as etnias.

de se checar, junto aos professores e à falante, se a versão na língua Kaingáng estava correta ou não. No segundo, professores Kaingáng gravaram a fala das indígenas mais velhas, contando as histórias de seu povo e, em seguida, passaram para a escrita, com a ajuda de uma das Kaingáng mais velhas.

As sentenças foram glosadas de acordo com o método de descrição tipológica denominada *Leipzig Glossing Rules*, método que engloba dez regras para sintaxe e semântica de glosas interlineares e um apêndice com um léxico de rótulos categoriais abreviados. Dependendo do propósito que se deseja, tais regras permitem flexibilidade em vários aspectos e opções. Em nosso estudo, optamos por descrever o Kaingáng paulista de Icatu, utilizando a regra morfema-a-morfema desse método (BICKEL; COMRIE, 2004).

Os Kaingáng paulistas: a aldeia Icatu

A aldeia paulista Icatu surgiu em 1914, no início do século XX, e são muitas as histórias de guerras dessa aldeia com os não-índios e com outros índios, como os Oti-Xavante, os Guarani, contadas pelos indígenas mais velhos. A palavra *Icatu* origina-se da palavra *inhacatu*, do guarani, e significa “o rio da esperança” ou “rio que corre”.

Do processo de aldeamento e da tomada de terras indígenas, em razão da construção ambiciosa da Estrada de Ferro do Noroeste Paulista, surgiram desentendimentos no próprio grupo dos Kaingáng, que permaneceram resistentes e vivos, ocasionando, assim, a dissidência e a formação de duas aldeias Kaingáng no Oeste Paulista: Icatu (1914) e Vanuíre (1918).

Posteriormente, por volta dos anos de 1945, os Terena – que pertencem à família linguística Aruák e habitavam principalmente o Estado do Mato Grosso de Sul – foram levados a viver em Icatu. A convivência entre as duas culturas – Terena e Kaingáng – hoje é vista com naturalidade pelos índios Kaingáng.

Na década de 80, quando Cavalcante (1987) fez visitas à aldeia de Vanuíre, pôde constatar que o Kaingáng não era quase falado, em razão dos “cruzamentos” com outros indígenas – no caso dessa aldeia, os Krenák – e os não-índios.

D’Angelis (2002) observa que, para o jovem Kaingáng, o português é mais fácil do que a sua língua, porque é apresentado como tendo melhor regularidade e sistematicidade. Na década de 80, segundo D’Angelis (2005, p. 30), “a língua Kaingáng já era considerada extinta no Estado de São Paulo, com apenas alguns falantes”. Porém o autor verificou, posteriormente, a existência de falantes Kaingáng tanto em Icatu como em Vanuíre.

Em 2000, D’Angelis realizou uma Convenção Linguística,⁴ ou seja, um trabalho de registro da língua, com a participação de falantes e futuros professores indígenas dessas duas aldeias. Com a Convenção Linguística (2000), os Kaingáng paulistas viram uma oportunidade de registrar as suas marcas dialetais específicas, garantindo a possibilidade de seus filhos – que hoje são falantes do português – aprenderem a língua dos Kaingáng mais velhos e, também, de seus ancestrais.

Para D’Angelis (2008, p. 42), o distanciamento linguístico do dialeto paulista é consequência do distanciamento geográfico, já que os Kaingáng paulistas foram um dos

4 D’Angelis elaborou, anteriormente, esse trabalho de registro da língua e elaboração de um material para ensino na escola indígena, com os Nhandewa-Guarani do Posto Nimuendaju.

primeiros a se separarem dos demais grupos, isto se não foram verdadeiramente os primeiros a iniciar a separação.

Notamos que, atualmente em Icatu, há cerca de trinta famílias resultantes das uniões interétnicas – Kaingáng e Terena. O multiculturalismo está presente no contexto desta aldeia; as crianças, frutos dessa união, falam português e convivem com as falantes mais velhas do Kaingáng e os falantes da língua terena. O reavivamento da cultura e da língua se centra na escola indígena Índia Maria Rosa, onde aprendem cantos, receitas, brincadeiras, danças, artesanatos de seus ancestrais (Kaingáng e Terena), além das matérias obrigatórias do currículo escolar.

Assim, os professores indígenas desenvolvem um importante trabalho de conscientização das crianças, para que, como ocorreu com outros grupos indígenas do Brasil, possam a ser novamente falantes de sua língua nativa e possam perpetuar sua cultura. Por essa razão, preocupam-se em registrar e compreender o funcionamento de sua língua nativa, sobretudo do Kaingáng, que tem apenas duas falantes na aldeia.

Kaingáng paulista de Icatu e Kaingáng do Sul: semelhanças e diferenças

Nesta seção, comparamos o Kaingáng paulista de Icatu e o Kaingáng do Sul, apresentando cada dialeto em sua particularidade quanto à ordem de constituintes e ao Tempo, Modo e Aspecto (TAM). O propósito é verificar se há, de fato, diferenças entre essas variedades do Kaingáng em relação às categorias aqui estudadas.

Ordem

De acordo com D'Angelis (2005) e Gonçalves (2007), o Kaingáng constitui-se basicamente como uma língua SOV (Sujeito-Objeto-Verbo), com sujeito marcado morfológicamente e o objeto anteposto ao verbo. Assim, para compararmos como se dá a ordenação de palavras entre o dialeto Kaingáng paulista de Icatu e o dialeto do Sul, tomamos por base os seguintes tipos de ordenação: a ordem SOV e a ordem SVO (em sentenças transitivas), a ordem SV (em sentenças intransitivas). No dialeto Kaingáng de Icatu, a ordem predominante SOV (Sujeito-Objeto-Verbo) ocorre em sentenças declarativas tanto afirmativas, como em (1), quanto negativas, como em (2).

(1) *Ê kakrẽ guere krẽ*
2SG sogro milho plantar
S O V
'Teu sogro planta milho.'

(2) *Ti-wã rere wé tõ*
3SG.M-NOM sol ver NEG
S O V
'Ele não viu o sol.'

A ordem SOV é predominante também em interrogativas totais, como em (3) e (4), cuja ilocução interrogativa é marcada apenas prosodicamente.

(3) *Kotit goio krot*
 Criança água beber
S O V
 ‘A criança bebe água?’

(4) *Wi wã goiotchô krot*
 3SG.F **NOM** café beber
S O V
 ‘Ela bebe café?’

Essa é também a ordenação preferencial das interrogativas parciais. As partículas interrogativas que expressam lugar (*rentâ = onde*), como em (5); tempo (*renki = quando*), como em (6), e quantidade (*tigue = quanto*), como em (7), posicionam-se antes do objeto.

(5) *Tâtâ tĩ rentâ goiotchô krot*
 Mulher_pequena **INTER** café beber
S O V
 ‘Onde a menina bebe café?’

(6) *Tâtâ tĩ wã renki goiotchô krot*
 Mulher_pequena **NOM INTER** café beber
S O V
 ‘Quando a menina bebe café?’

(7) *Tâtâ tĩ tigue goiotchô kronia⁵*
 Mulher_pequena **INTER** café beber
S O V
 ‘Quanto café a menina bebe?’

Wiesemann (1967, p. 34) afirma que, no Kaingáng, o sujeito é geralmente marcado. Segundo ela, “algumas palavras sempre indicam sujeito. Elas seguem o sujeito e indicam que a parte que as precede tem a função de sujeito na frase”. As palavras mais frequentes que marcam o sujeito na sentença Kaingáng são *tòg, vỹ, nỹ, ne, mỹ, jè*. D’Angelis (2005, p. 5) também afirma que “o Kaingáng sempre marca o sujeito da ‘frase’ com uma palavra especialmente para isso”.

D’Angelis (2005) e Gonçalves (2007) consideram que o Kaingáng constitui-se basicamente como uma língua SOV (Sujeito-Objeto-Verbo), com sujeito marcado morfológicamente e o objeto anteposto ao verbo.

Notamos que o Kaingáng paulista, atualmente, faz uso apenas da marca “wã” de Nominativo, como se nota em (2) e em (8).

(8) *Ti-wã pehó i-ma-nim*
 3SG.M-**NOM** abóbora 1SG-BENEF-dar
 ‘Ele deu a abóbora para mim.’

Contudo, na maioria de suas construções, o Kaingáng paulista não apresenta marca de Nominativo, com em (9) e (10):

⁵ As palavras *krot* e *kronia* são semanticamente usadas, no dileto paulista, com o sentido de “beber”.

- (9) *Kotit ko lengró*
 criança comer feijão
 ‘A criança come feijão’
- (10) *Kotit_e bāk ko lengró*
 criança_PL INTENS comer feijão
 ‘As crianças comem muito feijão’

Diferentemente do dialeto do Sul, que apresenta várias marcas como *tag, tòg, vé*, etc., o Kaingáng paulista não vem marcando o Nominativo, fazendo, em algumas construções, apenas o uso da marca *wã* para indicar o Sujeito. Como, por exemplo, em sentenças intransitivas, a ordem SV predomina no Kaingáng paulista em sentenças intransitivas declarativas, podendo ainda ocorrer com interrogativas totais. No entanto, o sujeito nas intransitivas nem sempre é marcado, como ocorre em (11).

- (11) *Tātā_tĩ wěwó*
 mulher_pequena correr
 S V
 ‘A menina corre?’

A ordem SV também é predominante em construções intransitivas do Kaingáng do Sul, apresentando sempre uma marca de Nominativo, como se observa em (12).

- (12) *Kófa tỹ jun huri*
 Velho NOM chegar já
 S V
 ‘O velho já chegou.’ (adaptado D’Angelis, 2004, p.72)

Aspecto, Tempo e Modo (TAM)

Para tratar do TAM, na comparação entre as duas variedades, optamos por iniciar pela categoria Aspecto, seguido de Modo e, por último, de Tempo, já que essa é a ordem de prioridade entre essas categorias nas duas variedades de línguas aqui enfocadas.

Aspecto

Segundo Gonçalves (2007), a língua Kaingáng distingue Perfectividade e Imperfectividade. De modo geral, o Kaingáng sempre marca Aspecto. Para elaborarmos as semelhanças e distinções entre o dialeto paulista de Icatu e o do Sul, consideramos os seguintes tipos de Aspecto: Perfectivo no Passado, Imperfectivo e Fasal.

(a) Aspecto Perfectivo no Passado:

No dialeto Kaingáng paulista de Icatu, como já mostrado, o Aspecto Perfectivo no Passado é marcado por *inha*, conforme exemplificado em (13) e (14).

- (13) *Ti-wã tchopré tẽ kamã un tẽ inha*
 3SG.M-NOM onça morrer ter_costume INDEF matar PERF.PAS
 ‘O caçador matou uma onça.’ (Ele, que costuma matar onça, matou uma.)

- (14) *Ti tĩ wã kutẽ inha*
 3SG.M_pequeno NOM cair **PERF.PAS**
 ‘O menino caiu.’

Outra marca que indica evento acabado no passado é *nã*, que, nos dados de análise, aparece apenas em (15), co-ocorrendo com a marca de modalidade *nã*.

- (15) *Fók nã nã tere ka*
 Homem_branco CERT **PERF.PAS** matar mata
 ‘O branco acabou com a natureza.’

No dialeto do Sul, observamos que as marcas que indicam Aspecto Perfectivo no Passado são *mũ*, *nĩ* e *ja*. As marcas *mũ* e *nĩ*, quando indicam evento passado, co-ocorrem com expressões de Tempo, como *rãkétá* (*ontem*) e *ũri* (*hoje*), conforme exemplificado em (16) e (17). Isso não ocorre com o uso da marca *ja*, como em (18).

- (16) *Rãkétá tóg tĩ mũ*
ontem NOM ir **PERF.PAS**
 ‘Ele foi ontem.’ (adaptado GONÇALVES, 2007, p. 140)

- (17) *Monh tỹ rãkétá ter ja nĩ*
 boi NOM **ontem** morrer (?) **PERF.PAS**
 ‘O boi tinha morrido ontem.’ (adaptado D’ANGELIS, 2004 apud GONÇALVES, 2007, p. 91)

- (18) *Ka ta ti jo vënhvó ja ser*
 então NOM 3S.M na_frente correr **PERF.PAS** assim
 ‘Então (ele) correu na frente dele.’ (adaptado GONÇALVES, 2007, p. 156)

(b) Aspecto Imperfectivo:

As marcas de Imperfectivo, no dialeto paulista de Icatu, são o habitual *tĩ*, conforme exemplificado em (19), e a marca *mã* que co-ocorre com a expressão de Tempo *uri* (*hoje*), como se observa em (20).

- (19) *Kaingág_e wã takui iamã⁶ tĩ*
 kaingág_PL NOM aqui aldeia **HAB**
 ‘Os Kaingág moram em Icatu.’

- (20) *Uri kaingág mã fã*
hoje Kaingág **IMPERF** chorar
 ‘Hoje os índios estão chorando’

No dialeto do Sul, conforme Gonçalves (2007), a marca *nĩ* e o habitual *tĩ* expressam Imperfectividade, como se nota em (21) e (22).

⁶ Quando os Kaingág se referem à sua aldeia, utilizam a expressão *takui iamã*, que, literalmente, significa “aqui na aldeia”. Na tradução para o português, devemos entender somente como Icatu.

- (21) *Rỹkétá i_xa kěj han nĩ nĩ*
 ontem 1SG.NOM cesto fazer IMPERF IMPERF
 ‘Ontem eu estava fazendo cesto.’ (adaptado Gonçalves, 2007, p.164)
- (22) *Kyrũ vỹ prỹg kar mĩ ti panh mỹ êpã han tĩ*
 rapaz NOM ano todo em 3SG.M pai para roça fazer HAB
 ‘O rapaz fazia roça para o pai dele todos os anos.’ (adaptado Gonçalves, 2007, p.164)

(c) Aspecto Fasal:

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008),⁷ as distinções de Aspecto Fasal indicam a relação entre o ponto de referência temporal e uma fase dentro do desenvolvimento do Estado-de-coisas. Esses autores mostram ainda outras possibilidades no domínio do Aspecto Fasal que são a de Aspecto Ingressivo e Egressivo, bem como a oposição Perfectivo-Imperfectivo em relação ao estado-de-coisas.

Assim, observamos no Kaingáng paulista de Icatu a existência dos seguintes aspectos de fase, como aspecto fasal egressivo, relacionado à telicidade, é expresso nesse dialeto por *kéia*, conforme (23) e (24).

- (23) *Kofã inhut kéia*
 Velho chegar TEL
 ‘O velho já chegou.’
- (24) *Ti-wã kotit_tĩ ti-wã inhut kéia*
 3SG.M-NOM criança_pequena 3SG.M-NOM chegar TEL
 ‘Aquele menino que já chegou.’

No dialeto paulista, *nĩ*, em (25), indica um evento acabado, não permanente, podendo-se inferir que, ‘o fato de o menino chorar, revela que ele ficou triste’; assim, parece caracterizar um aspecto fasal resultativo.

- (25) *Ti_tĩ wã fã nĩ*
 3SG.M_pequeno NOM chorar RES
 ‘O menino chorou (ficou triste)’

Na sentença (26), o fasal *nĩ* co-ocorre com a marca de modalidade dubitativa *mã*. Nesse caso, o evento marcado aspectualmente ocorre posteriormente ao momento de referência. Assim, a marca *nĩ* indica um aspecto fasal prospectivo, em que o Estado-de-coisas é caracterizado como um evento a acontecer depois do ponto de referência.

- (26) *Tiné wi koma takui bret nĩ-mã*
 Porque 3SG.F alma aqui morar PROSP-DUB
 ‘Porque, provavelmente, a alma ia morar aqui.’

Já no dialeto do Sul, Gonçalves (2007) mostra que a marca aspectual *ma* co-ocorre com marca de Tempo Futuro. Para a autora, o *ma* é uma ocorrência especial, sendo usado

⁷ O conceito de aspecto Fasal, aqui proposto, é com base na teoria da Gramática Discursivo Funcional (GDF), elaborada por Hengeveld e Mackenzie (2008).

principalmente quando o Momento de Referência é posterior ao Momento da Fala. A marca *ma*, em (27), parece-nos indicar aspecto fasal Prospectivo.

- (27) *Vajkÿ ja inh rãhrãj tag ta tũ kej ma*
 amanhã ASP ISG trabalho este NOM terminado FUT ASP
 ‘Amanhã vai chover bastante.’ (adaptado GONÇALVES, 2007, p. 161)

Modo

Neste trabalho, esta categoria relaciona-se à modalidade. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), as modalidades orientadas para o evento descrevem a existência de possibilidades, obrigações gerais e outras, sem o Falante assumir responsabilidade por esses julgamentos. Com base nessa teoria, observamos no Kaingáng paulista de Icatu as seguintes modalidades: a modalidade doxástica, a modalidade dubitativa, a modalidade epistêmica e a modalidade deôntica.

A modalidade doxástica indica que o falante tem certeza de que o evento comunicado na proposição de fato ocorreu. No Kaingáng de Icatu, a partícula *na* marca a modalidade doxástica, como se nota em (28).

- (28) *Fók nã peinh ãn ã gag*
 homem_branco CERT roubar de alguém 3PL terra
 ‘O branco (de fato) roubou nossa terra’

Segundo Gonçalves (2007), a partícula *nã*, no dialeto do Sul, corresponde a uma partícula de Modo que pode significar ‘*é isso mesmo, mesmo, é mesmo*’, enfatizando ou confirmando uma asserção, conforme exemplificado em (29).

- (29) *Ûri rã ta rÿjgy tavĩ na*
 Hoje sol NOM muito_quente bastante CERT
 ‘Hoje o sol está muito quente mesmo!’ (adaptado de GONÇALVES, 2007, p. 125)

Outro marcador que é comumente usado no Kaingáng do Sul para expressar ‘certeza, crença’ do falante é a marca *pẽ*, conforme exemplificado em (30).

- (30) *Inh vo vÿ ta⁸ Ligeiro ta ke pẽ nĩ*
 ISG avô NOM (3SG)NOM Ligeiro lá fazer CERT ASP
 ‘Meu avô, ele é lá de Ligeiro.’ (adaptado GONÇALVES, 2007, p. 122)

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 175), a modalidade epistêmica indica que o falante acredita na possibilidade de ocorrência do evento comunicado na proposição. Conforme os autores, a “modalidade epistêmica orientada para o evento caracteriza o Estado-de-coisas em termos de (im)possibilidade de sua ocorrência em relação ao que é conhecido sobre o mundo”.⁹ O dialeto paulista expressa essa modalidade por meio de

8 Em sua glosa original, Gonçalves (2007, p. 122) apresenta o marcador *ta* dessa maneira: *ta = (3p) + ms*. Podemos subentender que essa marca se refere ao Nominativo e a uma terceira pessoa, que não vem explícita nesse tipo de construção.

9 *Epistemic event-oriented modality characterizes States-of-Affairs in terms of the (im)possibility of their occurrence in view of what is known about the world.* (p. 175)

kamã (gostar de, fazer sempre, algo que sempre acontece, ter costume), já que indica a certeza da ocorrência do evento, como se nota em (31) e (32).

(31) *Ne tâtâ_tĩ goiotchô kronia kamã*
 Por que mulher_pequena café beber sempre
 ‘Por que a menina sempre bebe café?’

(32) *Tĩ_tĩ wẽwó kamã*
 3SG.M_pequeno correr sempre
 ‘O menino corre sempre.’

Em (33), a expressão de modalidade *kamã* co-ocorre com a marca de aspecto Perfectivo *inha* e expressa a certeza em relação ao evento passado.

(33) *Tĩ-wã tchopré tẽ kamã un tẽ inha*
 3SG.M-NOM onça matar ter_costume INDEF matar ASP
 ‘O caçador matou uma onça. (Ele, que costuma matar onça, matou uma.)’

Além da expressão *kamã*, no Kaingáng paulista, a partícula *wẽ* expressa modalidade epistêmica orientada para o evento, indicando que o falante considera possível o evento comunicado na proposição, mas não real na situação retratada. Essa partícula é grafada pelos professores Kaingáng de Icatu com a letra *w*. Contudo, em outros trabalhos, é geralmente grafada como *vẽ*.

De acordo com Gonçalves (2007), a partícula *vẽ* apresenta sentidos diferentes, dependendo da estrutura (ou do período) de que faz parte. A autora esclarece, porém, que essa partícula vem sendo utilizada como ‘marcador’ de Modo, já que indica que o evento, apesar de possível, não ocorre, conforme Gonçalves (2009). Por outro lado, pode apresentar a função de confirmar o que foi dito, passando a ser um assertivo. Para Gonçalves (2010), o *vẽ* assertivo indica modalidade epistêmica, já que o falante se compromete com a verdade da proposição, como se observa em (34).

(34) *Kanhgág ag no tu vẽmen hã vẽ*
 kaingáng 3PL.M flecha em direção falar parecido ASSERT
 ‘Isso é o que falam sobre a flecha dos Kaingáng.’ (adaptado GONÇALVES, 2010, p. 3)

No dialeto Kaingáng paulista, a partícula *wẽ* indica que, apesar de possível ou esperado, o evento não acontece, como se nota em (35) e (36), em que o evento “a menina bebe café” é real (ela de fato toma café), mas, na situação retratada, isso não acontece; portanto, é irreal, mostrando que ela sempre faz a ‘ação de beber café’, mas naquele momento não fez.

(35) *Tâtâ_tĩ goiotchô krot wẽ*
 Mulher_pequena café beber MOD
 ‘A menina bebe café (mas não bebeu).’

(36) *Wi wã goiotchô krot wẽ*
 3SG.F NOM café beber MOD
 ‘Ela bebe café (mas não bebeu).’

Tempo

O dialeto Kaingáng paulista de Icatu distingue o tempo Presente e o tempo Futuro. O tempo Presente é sempre marcado por meios lexicais, como *hâ* (*agora*) em (37), *uri* (*hoje*)¹⁰ em (38).

(37) *Ak wã rĩhõ ko hâ*
3PL.M NOM tatu comer **agora**
'Eles comem tatu agora.'

(38) *Ik wã uri korék*
1SG NOM **hoje** ruim
'Hoje estou mal!'

O tempo Futuro nesse dialeto é expresso pela marca gramatical *wuru*, como se nota em (39), e de marcas lexicais, como *mã*, que significa '*dali a pouco*' em (40).

(39) *Kotit e wuru ko*
Criança PL FUT comer
'As crianças vão se alimentar (almoçar).'

(40) *Mã kaingág piri tere mek*
dali a pouco Kaingág NUM morrer sentir
'Dali a pouco senti que um índio morreu.'

Já o dialeto do Sul apresenta marcas lexicais, mostrando o tempo em relação ao Momento da Fala, como, por exemplo, *ũri* (*hoje*), que em (41) indica simultaneidade ao MF, *rãkétá* (*ontem*), que em (42) indica anterioridade ao MF, e *vajkỹ* (*amanhã*), que indica posterioridade ao MF em (43).

(41) *Ũri rã ta rỹjgy tavĩ na*
hoje sol NOM muito_quente bastante ENF
'Hoje o sol está muito quente.' (adaptado Gonçalves, 2009, p.254)

(42) *Rãkétá kysãg ki ta ta kutẽ nỹ nĩ*
ontem cedo em chuva NOM cair MP ASP
'Ontem de manhã estava chovendo.' (adaptado Gonçalves, 2009, p.254)

(43) *Vajkỹ inh rẽgró krãn rãj*
amanhã 1SG feijão plantar começar
'Amanhã eu vou plantar meu feijão.' (adaptado Gonçalves, 2009, p.255)

Na sentença (44) do dialeto do Sul, a marca lexical *ha* (*agora*) faz referência a um evento no presente.

(44) *Ta ta kãtĩg ha.*
chuva NOM vir agora
'A chuva está vindo agora'. (adaptado GONÇALVES, 2009, p. 255)

¹⁰ A palavra '*hoje*' em Kaingáng paulista corresponde a *uri*; já no dialeto do Sul, corresponde a *ũri*, sendo transcrito o til.

Gonçalves (2009) considera que a categoria Tempo no Kaingáng não se orienta, prioritariamente, pela indicação Presente, Passado e Futuro em relação ao Momento da Fala (MF), mas à anterioridade e à posterioridade do evento quanto ao Momento de Referência (MR), podendo também ser igual ao MF. No Kaingáng de Icatu, notamos que as marcas aspectuais servem para expressar eventos no Presente e no Passado. Em ambos, a categoria Aspecto é a mais relevante, podendo co-ocorrer com outras marcas de Aspecto, de Modalidade e de Tempo. E, ainda, ambos fazem uso tanto de marcas gramaticais como lexicais para expressarem o TAM.

Considerações finais

A regra fundamental da sintaxe do Kaingáng, que, segundo D'Angelis (2008), é a ordem OV (Objeto-Verbo), continua sendo mantida nesse dialeto. Podemos notar que o Kaingáng paulista não vem sofrendo tanta influência do português em sua morfossintaxe, a ponto de mudar sua ordem.

Diferentemente do português, que, segundo Pezatti (1992), é uma língua preposicional (VO), o dialeto Kaingáng paulista de Icatu é posposicional (OV), mostrando-nos que segue a mesma ordenação do dialeto do Sul. A ordem SVO, no dialeto paulista, aparece com pouca frequência, revelando-nos que esse dialeto pode estar em fase de transição.

Em relação à marca de Nominativo, o dialeto paulista tem exclusivamente a marca *wã* de Nominativo, mas não é sistematicamente usada; e, no Sul, há várias marcas de Nominativo, e tal marcação é sistemática. Quanto às marcas de Tempo, Aspecto e Modo (TAM), o Kaingáng de Icatu apresenta marcas semelhantes ao do Sul, como a marca lexical *uri* (*hoje*) da categoria Tempo, o habitual *tĩ* da categoria Aspecto e *kamã* (*sempre, ter costume*) da categoria Modo.

Com essa comparação, o intuito deste trabalho não é o de mostrar que há mais autenticidade em um dialeto do que em outro, e, sim, que o Kaingáng paulista, apesar de sua obsolescência e de seu distanciamento geográfico com o Kaingáng do Sul, conserva, de modo geral, a morfossintaxe própria da língua Kaingáng: (i) em estruturas transitivas, preserva a ordem básica SOV; (ii) em estruturas intransitivas, apresenta a ordem SV; (iii) configura-se como uma língua posposicional; (iv) marca tanto gramatical como lexicalmente as categorias de aspecto, tempo e modo.

Já as divergências encontradas, seja em relação à ordenação seja em relação ao TAM, entre o Kaingáng do Sul e o Kaingáng paulista de Icatu, de fato, devem-se ao uso do português como primeira língua (L_1) em Icatu, fazendo com que marcas gramaticais, por exemplo, as marcas de Nominativo, fossem reduzidas ou esquecidas pela falta de uso, até mesmo pelas poucas falantes Kaingáng da aldeia. Assim, notamos que, como afirmam os professores Kaingáng de Icatu, a “linguagem” do Sul é diferente da “linguagem” de Icatu, pois o Kaingáng paulista pode estar mudando, em razão dos fatores expostos anteriormente.

Contudo, é importante ressaltar que, apesar de sofrer mudanças na língua e de contar com apenas duas falantes nativas, o desejo dessa comunidade Kaingáng em manter sua tradição, cultura e conhecimento da língua indígena é muito grande e vem contribuindo para que esse dialeto do Kaingáng não desapareça por completo. Como bem nos esclarece D'Angelis (2008), a diversificação linguística no Kaingáng é uma consequência natural da autonomia de seu povo sobre sua língua e deve, portanto, ser respeitada.

REFERÊNCIAS

BICKEL, B.; COMRIE, B. *The Leipzig Glossing Rules: Conventions for interlinear morpheme-by-glosses morpheme*. University of Leipzig, set. 2004.

CAVALCANTE, M. P. *Fonologia e morfologia da língua Kaingáng: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*. Campinas, 1987. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, UNICAMP.

D'ANGELIS, W. R. Algumas notas comparativas sobre o dialeto Kaingáng paulista. In: TELLES, S.; DE PAULA, A. S. (Orgs.) *Topicalizando Macro-Jê*. Recife: Néctar, 2008. p. 29-48.

_____. *A língua Kaingáng*. Disponível em: <www.portalKaingáng.org>. Acesso em: 13 jul. 2006.

_____. Unificação x Diversificação Ortográfica: um dilema indígena ou de lingüistas? In: RODRIGUES, A.D.; CABRAL, A.S.A.C. (Orgs.) *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: UnB, 2005. p. 23-33.

_____. Concordância verbal de número em Kaingáng: algumas pistas. *Revista LIAMES*, Campinas, v. 4, p. 71-82, Primavera 2004.

_____. Kaingáng: questões de língua e identidade. *Revista LIAMES*, Campinas, v. 2, p. 105-128, Primavera 2002.

D'ANGELIS, W.R.; SILVA, M. A. R. Estructura silábica y nasalidad vocálica en el Kaingang paulista. In: CONGRESO DE LENGUAS INDÍGENAS DE SUDAMÉRICA, I, 2000, Lima. *Actas...* Lima-Peru, tomo I, Universidad Ricardo Palma, 2000. p. 127-134.

GONÇALVES, S. A. *Algumas considerações sobre Modo e Modalidade na língua Kaingáng Sul (Jê)*. Comunicação Individual. LVIII GEL, São Carlos, jul. 2010.

_____. A expressão Tempo na língua Kaingang (Jê). *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 38, v. 1, p. 249-258, jan/abr 2009.

_____. *Aspecto no Kaingáng*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística, área de Línguas Indígenas) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras no português*. 1992. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara, Araraquara.

WIESEMANN, U. G. *Introdução na língua Kaingáng*. [s.l.]: Summer Institute of Linguistics, 1967.

ANEXO – ABREVIACÕES UTILIZADAS

1: primeira pessoa	L₁: primeira língua
2: segunda pessoa	M: masculino
3: terceira pessoa	MOD: modalidade
ATEL: atélico	NEG: negação
ASP: aspecto	NOM: nominativo
BENEF: beneficiário	NUM: numeral
CERT: certeza, modalidade doxástica	O: objeto
DUB: modalidade dubitativa	PAS: passado
ENF: ênfase	PERF: aspecto perfectivo
F: feminino	PERF.PAS: aspecto perfectivo no passado
FASAL: marca de aspecto fasal	PL: mais de um, plural
FUT: futuro	PROSP: aspecto prospectivo
HAB: habitual	S: sujeito
IMPERF: aspecto imperfectivo	SG: singular
INDEF: artigo indefinido	TEL: tético
INTER: pronome interrogativo	V: verbo

Perfectividade no Kaingang Sul (Jê)

(Perfectivity in Southern Kaingang (Ge))

Solange Aparecida Gonçalves¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/ CNPq
solangeapg@gmail.com

Abstract: In this article I present the expression of perfectivity in Southern Kaingang (Ge) with the markers *mũ* and *ja*. In this language, Aspect is a non-deictic grammatical category, and there is distinction between Perfectivity and Imperfectivity. The Perfective points out to the event as a whole, its end point or the perspective of its conclusion.. Constructions in Future tense can occur marked by perfectivity. In this case, semantics nuances can be observed, which depend on the marker utilized as the perfective *mũ* and *ja* produce different readings in constructions with future perspective.

Keywords: Kaingang language; perfectivity; future tense; epistemic modality.

Resumo: Neste artigo apresento a expressão de Perfectividade no Kaingang Sul (Jê) com os marcadores *mũ* e *ja*. Nessa língua, *aspecto* é uma categoria gramatical não-dêitica e há distinção entre Perfectividade e Imperfectividade. O Perfectivo responde pela apresentação do evento como um todo, apontando seu ponto final ou a perspectiva de conclusão do mesmo. Construções em tempo Futuro podem ocorrer marcadas também por Perfectividade. Nesse caso, observam-se nuances semânticas dependendo do marcador empregado, uma vez que os perfectivos *mũ* e *ja* produzem diferentes leituras em construções com perspectiva futura.

Palavras-chave: língua Kaingang; perfectividade; tempo futuro; modalidade epistêmica.

Introdução

Neste trabalho, um recorte da minha pesquisa de Doutorado (*Tempo, aspecto e modo em contextos discursivos na língua Kaingang do Sul (Jê)*), faço uma apresentação sobre algumas questões ligadas a aspectualidade na língua Kaingang. Mais especificamente traço considerações de como se expressa Perfectividade nessa língua com os marcadores *mũ* e *ja*.

As categorias temporais, aspectuais e modais são, em sua maioria, gramaticalizadas e abertamente marcadas quando relevantes para o contexto linguístico. De suas interações resultam uma gama de significados e estabelecer uma separação efetiva ou clara dessas categorias muitas vezes se torna difícil. No Kaingang, gramaticalizações de TAM são expressas por morfemas que ocorrem após (à direita de) o Verbo (com frequência, imediatamente pospostos a ele).

A ordem básica dos Constituintes no Kaingang é SOV - Sujeito, Objeto Direto, Verbo, podendo ocorrer ainda a forma OVS. O Sujeito é ‘marcado’ morfologicamente e o Objeto Direto é o sintagma que antecede o Verbo, isto é, é argumento interno do Verbo.

Uma oração independente típica em Kaingang deve apresentar o seguinte ordenamento de seus elementos, sendo que aqueles indicados entre parênteses não são obrigatórios (o Objeto Direto inclusive, dado que a fórmula abaixo também se aplica às intransitivas):

Sujeito	MS*	(Objeto Direto)	Verbo	(Tempo)	(Posicional/ Existencial)	(Aspecto) / (Modalidade)
---------	-----	-----------------	-------	---------	---------------------------	--------------------------

(*) MS = Marca de Sujeito

Figura 1 - Posição estrutural básica dos constituintes na sentença

A última ‘casa’ não mostra uma separação porque eventualmente um elemento aspectual cumpre, ele mesmo, uma função de Modalidade; mas a possibilidade de que os dois elementos co-ocorram (Aspecto seguido de Modalidade) também existe.

A língua Kaingang pertence à família Jê, tronco Macro-Jê (cf. RODRIGUES, 1999, p. 167). Os Kaingang Sul (segundo a distinção macro-dialetal presente em D’ANGELIS, 2008) englobam as comunidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e representam 70,5 % da população total (esta estimada atualmente em cerca de 30.650 pessoas).¹

Para a discussão que aqui pretendo trazer, estarei utilizando, além de dados de minhas investigações (gravações de narrativas e falas espontâneas realizadas junto a comunidades Kaingang do Rio Grande do Sul), outros provenientes de diferentes fontes e que estarão indicados no corpo do trabalho. As exemplificações são procedentes principalmente de contextos discursivos. Discursivo e discursividade são entendidos aqui como organização textual-interativa ou, em outros termos, um texto em situação comunicativa (oral ou escrita).

Por uma questão metodológica os enunciados em Kaingang estarão em itálico (destacando-se os marcadores aspectuais *mũ* e *ja* em negrito). As transcrições serão ortográficas, seguindo-se a tradução em Português e, em sua maioria, estão como apresentadas pelos falantes da língua; no caso de textos escritos, segue os originais. Em anexo, ao final do texto, encontram-se as abreviações utilizadas. Na medida do possível, mas ainda com algumas adaptações, estarei empregando as regras de glosa e as abreviações propostas pelo Max Plank Institute (The Leipzig Glossing Rules: conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses). Vários termos possibilitam mais de uma tradução. Optei, inclusive por questões de espaço, em colocar a tradução mais adequada a cada contexto, já que a palavra ou expressão ganha sentidos distintos em diferentes contextos.

Perfectividade com *mũ*

Em termos da linguística geral, a distinção entre perfectividade e imperfectividade não é concebida de forma unânime. No entanto, pode-se dizer que, apesar de algumas diferenças, os conceitos relativos a Aspecto Perfectivo em Comrie (1976) e Bertinetto (1986) não são excludentes.

Comrie (1976, p. 4) assume que Perfectivo é um olhar de fora sobre a situação, sem distinguir, nela, estruturas internas. Bertinetto (1986, p. 191) toma o Aspecto Perfectivo como aquele que apresenta uma visão global do evento em questão, ou ainda como aquele que apresenta o ponto final de um evento ou a perspectiva do final do evento, ainda que expresse somente a intenção dessa conclusão (não é necessário que o evento esteja realmente acabado ou concluso). Desse modo, o Perfectivo faz referência ao evento precisamente determinado no seu plano temporal e se refere normalmente a uma ocorrência singular.

¹ Vide maiores informações: www.portalkaingang.org.

Esclareço, então, inicialmente que, para esta apresentação sobre perfectividade, acompanharei as acepções teóricas presentes nos autores citados.

Bybee et al. (1994, p. 55) sugerem que itens lexicais que evoluem para *grams* (abreviação dos autores para *morfemas gramaticais*) anteriores, perfectivos e resultativos são em sua maioria verbos, os quais podem ser divididos em 2 grupos: i) verbos estativos, usualmente cópulas, mas também ‘ter’, ‘permanecer’ e ‘esperar’; e ii) verbos dinâmicos, como verbos de movimento ou verbos significando ‘terminar’ ou ‘estar terminado’.

Mũ no Kaingang Sul é lexicalmente um Verbo de Movimento: ‘ir.PL e está envolvido na formação de um Perfectivo na língua.² A presença de *mũ* nos enunciados assinala a completude do evento. Mais ao final deste trabalho, no item “Perfectividade e Futuro”, mostro que esse marcador pode ocorrer em contextos futuros assinalando a completude do evento naquele momento posterior. Isso é possível porque o *telus* ou o ponto final do evento pode estar presumido e não ser necessariamente expresso. Mas nesses casos de perspectiva futura, o uso do Perfectivo *mũ* apresenta uma extensão para modalidade.

No que se segue, apresento exemplificações de enunciados nos quais há a utilização de *mũ* expressando perfectividade:

- (1) *Kyrũ ta tĩ ra kasor vỹ ti to kyr mũ.*
 rapaz MS ir quando cachorro MS 3SG para latir PFV
 ‘Quando o rapaz estava passando o cachorro latiu para ele’.

Em (02) e (03), abaixo, encontram-se trechos de um texto do *Vãfy*³ - *Fongue ti Kãme* ‘Histórias de *Fongue*’,⁴ nos quais se observam também a utilização de *mũ* expressando completude ou apresentando o ponto final dos eventos:

- (02) *Fongue tỹ vãnhgénh kar kãtĩ mũ kã,*
Fongue MS ‘guerra’ depois vir PFV então
ãn kã tỹ Nonoai tá jun vén hamã ti,
 naquele tempo MS Nonoai⁵ LOC: lá chegar primeiro MD 3SG
 ‘Depois que o Fongue veio da guerra, naquela época ele chegou primeiro em Nonoai viu,
- vãnh ‘e tỹvĩ mré tỹ ãn ki jun hamã ti,*
 RECP bastante,muito muito com MS DEM LOC: em chegar MD 3SG
ũn ‘e tỹvĩ ag mré.
 INDF bastante,muito muito 3PL com
 ele chegou com uma multidão de gente naquele lugar viu, com uma multidão de gente’.

2 Isso também se apresenta em outras línguas. Bybee et al (1994, p. 56-57) citam que “‘go’ está envolvido na formação de um completivo em Tucano, um anterior em Cocama e provavelmente um Perfectivo em Alyawarra”.

3 Desenvolvido entre 2001 e 2006, o Projeto *Vãfy* foi um programa de formação de professores Kaingang na modalidade Magistério Específico Indígena de 2º Grau, coordenado pela Funai (Passo Fundo), Unijuí, Universidade de Passo Fundo e Associação de Professores Bilingües Kaingang Guarani. Alguns trechos aqui utilizados são de 2002 e se originam de gravações dos professores em suas respectivas áreas com outros falantes, posteriormente transcritas pelos próprios entrevistadores.

4 O cacique *Fongue* nasceu em Guarita (RS) e foi um importante líder para os Kaingang do século XIX e muitas histórias são contadas tendo esse líder como principal personagem. Vários caciques descendentes dele ficaram conhecidos pelo mesmo nome; alguns são líderes muito respeitados.

5 Nome de uma localidade no noroeste do Rio Grande do Sul.

Kỹ tỹ kãtĩg kỹ tỹ ser goj vẽnħ⁶ ra kãtĩ mũ hamã.
então MS vir então MS assim água NEG em direção a vir PFV MD
Fongue ti, ãn ki ag tỹ ser jamãñ mũ ser hamã.
Fongue 3SG DEM LOC: ali 3PL MS assim morar PFV assim MD
‘Então ele veio assim, veio para onde não tem água. O *Fongue*, ali eles fizeram moradia deles (lit: moraram), viu’.

Nessa exemplificação a leitura perfectiva de: ‘vir’ *kãtĩ mũ* (‘veio’) e ‘morar’ *jamãñ mũ* (‘moraram’ (ali)) é assinalada pela presença de *mũ*.

(03) *Kỹ ag tỹ Fongue mỹ ge mũ hamã:*
então 3PL MS *Fongue* para dizer PFV MD
‘Então para *Fongue* eles disseram:

kakrã vajka ke ag tóg hamã ojto óra ki,
sogro amanhã dizer 3PL MS MD oito horas LOC: em
rã tỹ tã kã sa kã ke ag tóg hamã.
sol MS LOC: ali, lá pendurar quando dizer 3PL MS MD
sogro, amanhã, eles disseram, às oito horas, quando o sol estiver (pendurado) ali, disseram, viu
ag pétã mũ vã, ke ta mũ hamã.
3PL correr PFV CTF dizer MS PFV MD
eles deveriam correr, ele disse (viu)’.

Observo no dado (03), acima, que no último parágrafo em: *ag peta mũ vã*, traduzido como ‘eles deveriam correr’, *mũ* aponta o vislumbre do ponto final, a perspectiva que (‘os inimigos’) ‘correriam’ (após a batalha); no entanto, o uso do que chamo de ‘Contrafactual’ – *vã* – mostra que isso não ocorreu. No caso, se tem algo próximo a um Futuro do Pretérito em Português.

A exemplificação (04) é também de um texto do *Vãfy* - ‘Ruínas de São Miguel’. Nesse exemplo, o marcador *mũ* responde pela leitura Perfectiva dos eventos:

(04) *Jãvo ser ãn tỹ ag nĩgẽ ki ãg vin jẽ,*
mas assim INDF MS 3PL mão LOC: em 1PL colocar *diz que*
ãg mrẽ rárá ke jẽ ãn ag tỹ pétã hamã,
1PL com brigar, lutar fazer *diz que* DEM 3PL MS correr MD
... *kỹ ag tỹ ge mũ hamã.*
então 3PL MS fazer PFV MD
‘E aquele que tinha nos colocado nas mãos dele, aqueles que tinham mandado nós brigar com eles, correram, ... então eles fizeram isso’.

Kỹ ag jita ag pétã mũ jãvo or rĩnh, ag kareta ki.
então 3PL *diz que* 3PL correr PFV enquanto ouro carregar.PL 3PL carreta LOC: em
Kareta fõr tẽgtũ han ag tóg ké hamã.
carreta cheio três fazer 3PL MS fazer.PST MD
‘Então enquanto eles corriam, eles carregavam ouro na carreta deles. Eles encheram três carretas (‘fizeram três cargas de carretas cheias’).

Outros exemplos com *mũ* assinalando perfectividade são visualizados de (05) a (07), a seguir:

6 *Goj vẽnħ* pode ser interpretado aqui como: onde não tem água ou onde não dá água.

- (05) *Kỹ ag je ta ser, fag jeta... ag jeta ser*
então 3PL *diz que* assim 3PL.F *diz que* 3PL *diz que* assim
fi mỹ fi mén jãvãnh mũ gé ser, jetóg.
3SG.F para 3SG.F marido procurar PFV também assim *diz que*
‘Então eles, elas diz que ... diz que eles procuraram (para ela) o marido dela também’.
- (06) *Hãma ãg mỹnh fag jũgjũ han mũ vễ,*
mas 3PL mãe 3PL.F ‘ficar bravo’.PL fazer PFV ASSERT
ke ke inh nĩn (risos).
dizer fazer 1SG MS/IPFV (*ne nĩ*).
‘Por isso nossas mães ficavam bravas, falo isso (risos...)’.
- (07) *Farĩnh pan kar ser êg tỹ ser ko-j*
farinha ‘pão’(?) depois assim 1PL MS assim comer.FUT
ken vễ gé, ham, grãgrãg kỹ.
fazer/IPFV ASSERT também MD assar/assar então
Miju hynhan mũ gé ham, farĩnh miju.
biju fazer.PL PFV também MD farinha biju
‘Farinha para depois comermos também, assavam. Fazia biju também, farinha de biju’.

Perfectividade com *ja*

Também há expressão de Perfectividade na língua Kaingang com a utilização do marcador *ja*.⁷ A fonte lexical dessa forma gramaticalizada não está, neste momento, claramente evidenciada, mas em contextos nos quais há a ocorrência de *ja* junto a verbos que já se encontram em uma forma própria de Tempo Passado sua utilização é predominantemente aspectual, apontando a completude do evento – um uso Perfectivo, portanto (a referência passada já está expressa na forma verbal). Esse marcador pode ainda ter sua ocorrência observada em contextos futuros como mostrarei a seguir no item “Perfectividade e Futuro”.

No dado (08), abaixo, há a ocorrência de *ja* como Perfectivo. O verbo ‘ir’ está em sua forma plural passada - *kagá*:

- (08) *Kỹ êg tỹ ser ên hễ ki ser jagto nỹĩ,*
então 1PL MS assim DEM parecido em assim LOC:ao lado permanecer, ficar.PL
ke mũ, ki kagá ja nĩgnĩ gé
dizer PFV em ir.PL.PST PFV IPFVN também.
‘Então ali assim ‘morando’ um perto do outro, digo, fomos também’

O verbo ‘levar’, em (09) a seguir, também se encontra em uma forma passada e *ja* aponta, então, para o ponto final, para a completude do evento:

⁷ Aqui estarei me atendo ao uso mais propriamente aspectual desse marcador, no entanto é possível ainda encontrar *ja* assinalando Tempo Passado. Dependendo da semântica do verbo e dos elementos presentes na oração também há a possibilidade de se ter uma interpretação de *ja* nominalizando (ainda que a nominalização com tradução passada possa ser interpretada perfectivamente em termos aspectuais).

- (09) *Inh kónêg ra mÿnh fi tÿ inh ma-vÿr ja*
 1SG ‘pequenino’ quando mãe C:fem MS 1SG levar.PST PFV
nÿn taki.
 IPFV/DECL-ASSERT LOC:daqui
 ‘Quando eu era pequena a mãe levou eu daqui’.

Perfectividade e Futuro

Citei anteriormente que os Perfectivos –*ja* e *mÿ* resultam em diferentes possibilidades de leitura quando utilizados em contextos com perspectiva de Futuro. Com o uso do Perfectivo *ja* há a indicação do que está por acontecer. Nesse caso, *ja* não é o responsável por fazer o Futuro, que normalmente está marcado no Verbo ou no Aspecto, mas ele aponta uma leitura diferente nessa perspectiva. Já o uso do Perfectivo *mÿ* acrescenta, nesses contextos futuros, uma leitura de modalidade epistêmica, garantindo ou dando um valor de verdade ao evento que se sucederá.

Vejamos alguns exemplos.

- (10) *Kÿ ãg tÿ ser gâr kughu ân tygnyn*
 então 1PL MS assim milho cateto DEM socar.PL
kÿ tÿ ser gre-j mÿ ha.
 então MS assim peneirar.FUT PFV ‘agora’:ENF
 ‘Então nós assim socávamos aquele milho cateto, então peneirávamos (íamos peneirar)’.
- (11) *Hÿ kÿ ija hãra inh ne, kófa tugnÿn êg ne*
 por isso [1SG]MS mas 1SG MS, velho por causa de 1PL MS
tag mÿ mÿ nÿ gé, ke ke mÿr,
 DEM LOC:dentro(em movimento) ir.PL IPFV também dizer fazer pois
hãra êg pi kãmÿ-j mÿ vã.
 senão 1PL MS:NEG vir.FUT PFV ASSERT
 ‘Por isso eu, mas eu, por causa do velho⁸ nós (também) ‘andamos’ por aqui, eu falo isso; senão nós não teríamos vindo (não iríamos vir/não viríamos)’

Ao combinarem-se formas Perfectivas e formas marcadas para Futuro, isso resulta em um senso ‘perfectivo futuro’, no qual o Perfectivo não assinala uma orientação para esse Tempo, apenas é compatível com ele. Entretanto, pode carregar uma nuance de Modalidade Epistêmica, garantindo a completude de um evento que se sucederá (em um dado momento posterior) a outro anterior tomado como referência. É o que verificamos nos enunciados acima. Em (10), a referência temporal de ‘peneirar’ é posterior ao evento ‘socar o milho’. O uso do Perfectivo *mÿ* dá um aval, validando ou garantindo que o ato de ‘peneirar’ ocorria de fato após o milho ser socado e assinala a perspectiva do final do evento. Da mesma forma em (11) a presença de *mÿ* demonstra a afirmação do narrador: “nós não viríamos” – se o ‘pai’ já não estivesse anteriormente naquele lugar, pois foi por causa dele que ‘acabaram vindo’ (em um Momento de Referência posterior). Mas, além disso, o uso do marcador aponta para a completude dessa ocorrência, desse fato. Note-se ainda que há a presença do Assertivo (*vã*) marcado no enunciado, mostrando também o comprometimento do falante com o que está sendo narrado.

⁸ Referindo-se ao pai.

Observem-se outros dados extraídos do livro *Kanhgág jinjén* (Armadilhas Kaingang, 2008) do professor Dorvalino Kógjá Joaquim, de Guarita, RS, nos quais *mũ* também está assinalando perfectividade em contextos lidos como futuros.

O primeiro texto que transcrevo encontra-se nas páginas 13 (escrito em Kaingang) e 14 (a respectiva tradução em Português), onde o autor conta sobre como os Kaingang faziam *Jēsĩ jo ñn* ‘Ceva para Pássaros’:

- (12) *Kurã sĩ ra ag tóg ñn krēm ge-j mũ-j ke nĩ.*
 dia pequeno quando 3PL MS casa deslocar fazer.FUT ir.FUT dizer IPFV
Hã ki jēsĩ ag tóg kirẽ-j mũ, ag tỹ gãr kon jé.
 igual,parecido LOC:em passarinho 3PL MS entrar em.FUT PFV 3PL MS milho comer para
Kỹ ag tóg ag jugjãn mũ ser, rỹr tỹ.
 então 3PL MS 3PL laçar.PL PFV assim rỹr⁹ com
 ‘De madrugada eles devem ir para baixo da casa. É nessa hora que os pássaros descem ali para comerem o milho. Então eles laçam eles com o rỹr’.

Na primeira oração do enunciado (12) há a presença de *mũ* como verbo ‘ir’ marcado com o sufixo de Futuro (-j): *mũj*. O sentido da construção *krēm gej mũj* relaciona-se ao fato de que ‘cedinho’ (no início do dia, ao amanhecer), os pássaros irão se deslocar (‘vão para baixo’) para a ‘

sór mũ armadilha’ (para a “casa”). Por isso o Futuro está marcado, embora a tradução em português não deixe isso tão visível. E os pássaros ‘entrarão’ – ‘irão entrar’ (nesse momento ‘posterior’ ao amanhecer) para comerem o milho. O uso do Perfectivo *mũ* em: *Hã ki jēsĩ ag tóg kirẽ-j mũ, ag tỹ gãr kon jé* ‘É nessa hora que os pássaros descem ali para comerem o milho’ – responde pela convicção do falante de que esse fato ocorrerá mesmo.

Outra exemplificação no trabalho de Kógjá Joaquim (2008) encontra-se no texto intitulado *Ēgje* ‘Armadilha com isca de milho’ (p. 10, em Kaingang e na p. 11, a tradução em português). O autor descreve inicialmente como fazer a armadilha: um cercado é colocado no chão com uma vara-gatilho (*katēm*) e grãos de milho são colocados dentro para que os pássaros venham comer. E, quando isso acontece, o pássaro é pego no laço que estava aberto na ponta da armadilha. A sequência da narrativa está transcrita abaixo, em (13):

- (13) *Kỹ ěn hã vỹ nén ã tỹ kãki gãr kanẽ mãn*
 então DEM assim MS coisa INDF MS LOC:dentro milho ‘fruto’ pegar querer PFV
tóg ser vėnh ki katēm mũ ser. Ti san vė ser.
 MS assim RECP em ‘vara-gatilho PFV assim 3SG ‘pendurado’ ASSERT assim
Ã tỹ ěgje venh (ve-j) ti hãra jēsĩ tỹ tu sa-j mũ ser.
 2SG MS ěgje ver.FUT 3SG mas passarinho MS ? pendurar.FUT PFV assim
 ‘É isso que vai “desarmar” quando alguma coisa tentar pegar o grão de milho dentro do buraco. Então ele fica pendurado. Quando você vai ver a armadilha, o pássaro já está pendurado (nela)’.

Nesse enunciado inicialmente a utilização de *mũ* assinala a completude do evento que ocorrerá: quando ‘alguma coisa (algum pássaro) quiser pegar o milho’, ficará ‘preso’ (no laço) com o desarme da armadilha. E, então, quando alguém for ‘olhar’ a ceva (depois, talvez, de algum tempo...), ‘o pássaro já estará pendurado’. Isso é certificado pelo uso do perfectivo *mũ* (que inclusive responde pelo “já” da tradução: é certo que isso acontecerá!).

9 Rỹr = laço com taquara.

Com a utilização do marcador *ja* como perfectivo em contextos com perspectiva de futuro, há a indicação do evento por acontecer, considerando o ponto final do mesmo ocorrendo proximamente, como se observa em (14):

- (14) *Ā pi ser ãn kinh.... Inh mÿ mÿnh fi tÿ....*
 2SG MS:NEG assim DEM (..) ¹⁰ 1SG para mãe C:fem MS
Inh mÿ ã tÿ kónëg tĩ nĩ ver ãn kã.
 1SG para 2SG MS pequenino HAB EXIST ainda naquele tempo
 ‘Você não... eu acho que (lit: para mim) a mãe ... você (para mim) era muito pequena naquele tempo.’

Hãra Fagren nĩ ser, tá nĩ-j¹¹ vyr ja nĩ gé ham,
 mas Fagren MS (ne) assim LOC:lá permanecer, ficar.FUT ir. PST PFV EXIST também MD
Nÿsĩ fi mré, .. kÿ fi nĩ ser;
Nÿsĩ C:fem com então 3SG.F MS(ne) assim
ti nón vyr ja nĩ gé je.
 3SG atrás ir.PST PFV EXIST também diz que
 ‘Mas o Fagren foi morar lá também com a Nÿsĩ ... então ela assim, foi atrás dele também’.

Note-se que o falante está considerando distintos pontos de referência temporal nesse enunciado. Apesar de ser uma narração de eventos passados, o futuro marcado no verbo *nĩ* (*nĩj*) mostra que esse fato (‘(ir) morar’) ocorreu em um momento posterior a outro ‘tomado’ pelo narrador, mas não expresso aqui. A presença de *ja*, por sua vez, demonstra que isso já ocorreu e se realizou proximamente a esse Momento de Referência vislumbrado pelo falante. E ainda há outra informação dada com a construção *ja nĩ*, que explicita que algo está sendo contado, narrado.

Para finalizar apresento outro dado no qual há a presença de *ja* e *mũ* com uso perfectivo. Neste trecho do texto do *Vãfy - Fongue ti Kãme* ‘Histórias de Fongue’-, resalto (em 15 (d)) a utilização do perfectivo *ja* mostrando ou assinalando o que está por acontecer co-ocorrendo com *mũ* (também como Perfectivo) que garante a asserção feita. Reproduzo partes anteriores da narrativa (15 (a), (b), (c)) para entendimento do contexto:

- (15) (a) *Hãra Fongue pi jetóg ti tÿ hēnra tĩg kÿ rógro pu*
 mas Fongue MS:NEG diz que 3SG MS QU: para onde? ir, andar então lança
tũ ra tĩ tĩ, rógro pu je tĩ,
 ‘coisas de alguém’ quando HAB HAB lança diz que HAB
kÿ jeta ãn vatĩ ti...
 então diz que DEM carregar (coisa comprida) 3SG
 ‘Mas diz que o Fongue não saía sem a lança; todas as vezes que ele saía, tinha lança, diz que ele, daí diz que ele levava aquilo...?’
- (b) *....uri kuty tag kã, ken je¹², kan jevé¹³ jãgnã hamã ti,*
 hoje noite DEM LOC:em dizer/diz que então diz que levantar-se MD 3SG

10 Aqui o termo está incompleto (a frase também).

11 Neste caso, o verbo ‘permanecer, ficar’ *nĩ* - está sendo utilizado como extensão semântica para ‘morar’.

12 Segundo um professor Kaingang, *ken je* é o mesmo que utilizar *ke ne tóg* (verbo ‘dizer’ + *diz que*).

13 De acordo com meu colaborador, *kan jevé* é o mesmo que utilizar *ka ne tóg* ou *kÿ ne tÿ* (então/diz que).

ti rógro pu tỹ gan kã tỹ go¹⁴, sỹmgé,
 3SG lança com terra LOC:em MS fincar pular,saltar/também

‘... hoje nesta noite, diz que disse, então diz que ele levantou (viu), cravou a lança dele na terra, saltava,

- (c) *sỹmgé, ti rógro pu tanje tỹ gan jyrãg.*
 pular,saltar/também 3SG lança fazer forte/diz que MS terra antes, na frente/fazer entrar saltava, e diz que ele enroscou a lança dele na terra’.

- (d) *Kynh mỹ vãm, ag tỹ ge ja mũ ha,*
 para o alto jogar 3PL MS fazer **PFV PFV** assim
ãn ki ag je ta ti mré ké hamã,
 DEM em 3PL diz que 3SG com fazer.PST MD
ti mré nỹtĩ ag je ta ag ragro pu tỹ
 3SG com permanecer,fincar.PL 3PL diz que 3PL lança com
gan kã tỹ go ké tỹ gé, ag tỹ ti mré ag tỹ ti mré
 terra LOC:em MS fincar fazer.PST MS também 3PL MS 3SG com 3PL MS 3SG com
ag éjgy ãn tón vã hamã,
 3PL ‘coragem’ DEM ‘na frente’ ASSERT MD

‘Jogou pra cima, dizia: “farei assim com eles”. Então os que estavam com ele também fizeram a mesma coisa (com ele) com as lanças deles, eles cravavam na terra também. Eles estavam provando para ele as suas coragens, viu!’.

Inicialmente o narrador aponta que *Fongue* levava sua lança para onde ele fosse e depois segue um discurso como se o próprio líder estivesse falando. E *Fongue* está falando de algo que acontecerá: apesar do ‘hoje’ (em 15 (b)), note-se que será ‘nesta noite’ (um evento futuro, portanto) em que se anuncia o que ele fará com seus inimigos. O enunciado (15 (d)) assinala outro evento que se sucederá: ‘farei assim com eles’ - *ag tỹ ge ja mũ ha* – com sentido de ‘cravarei minha lança neles’. Nesse enunciado há a presença dos marcadores *ja* e *mũ*. Nesse caso, o marcador *ja* demonstra a proximidade do que está por acontecer e o marcador *mũ* ressalta (ou mostra) a convicção que *Fongue* fará aquilo, com certeza, naquela noite.

Considerações finais

Como se observou, os marcadores *mũ* e *ja* assinalam o ponto final do evento ou a perspectiva de conclusão do mesmo. Por isso são compatíveis em contextos com leituras de futuro, já que o ponto final pode ser presumível e não necessariamente estar expresso. No entanto, o fazem, nesses contextos, de maneira diferenciada. A utilização de *mũ*, nessas circunstâncias, acrescenta uma extensão de modalidade epistêmica. Ao enunciado, neste domínio de modalidade, se atribui um grau de adesão do falante, uma quantificação dos enunciados atribuindo-lhes um caráter de crença ou certeza e isso afeta também o grau de comprometimento do falante com a proposição assertada.

O que se percebe, portanto, é que a interatividade discursiva (no sentido de Textual) importa para a compreensão dos sentidos pretendidos na enunciação. Nem sempre a tradução para outra língua (no caso, o Português) demonstra a riqueza de informações transmitidas.

¹⁴ *Go* ~ *gu* = verbo ‘finçar’.

Mesmo essa breve exposição demonstra que complexas relações se estabelecem com a utilização das categorias que exprimem Temporalidade no Kaingang, as quais não se limitam à interpretação da sentença, mas se estendem à organização discursiva na língua.

REFERÊNCIAS

BERTINETTO, Pier. M. *Tempo, Aspetto e Azione nel verbo italiano*. Il sistema dell'indicativo. Florença: Accademia della Crusca, 1986. 552 p.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, Willian. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the word*. Chicago: University of Chicago Press, 1994. 398 p.

COMRIE, Bernard. *Aspect*. An introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1976. 142 p.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Pensar o Proto-Jê Meridional e revisitar o Proto-Jê, numa abordagem pragueana* - Relatório Acadêmico de Pós-Doutorado. Brasília: UnB, 2008. Inédito.

GONÇALVES, Solange Aparecida. *Tempo, aspecto e modo em contextos discursivos no Kaingang Sul (Jê)*. 314 p. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) - UNICAMP, Campinas.

JOAQUIM, Dorvalino Kógjá. *Kanhgág jinjén* – armadilhas Kaingang. Tradução de Márcia Nascimento. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008. 59 p.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In: DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 164-206.

ANEXO - ABREVIACES UTILIZADAS

ASSERT	Assertivo
C:Fem	Classificador feminino
CTF	Contrafactual
DECL-ASSERT	Declarativo-Assertivo
DEM	Demonstrativo
ENF	Enfático
EXIST	Existencial
FUT	Futuro
HAB	Aspecto Habitual
INDF	Indefinido
INST	Instrumental
IPFV	Imperfectivo
IPFVN	Imperfectivo Narrativo
LOC	Locativo
MD	Marcador Discursivo
MS	Marca de Sujeito
MS:NEG	Marca de Sujeito Negativa
NEG	Negao
PFV	Perfectivo
PL	Plural
POSIC	Posicional
PST	Passado
QU	Interrogao
RECP	Recíproco
REFL	Reflexivo
SG	Singular
TAM	Tempo, Aspecto e Modo
1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
3SG.F	Terceira pessoa singular feminino
3PL.F	Terceira pessoa plural feminino
[1SG]MS	Primeira pessoa singular com marcao de Sujeito
[3SG]MS	Terceira pessoa singular com marcao de Sujeito

Análise sobre a tipologia da ordem dos constituintes do dialeto indígena Pykobjê-Gavião (Timbira)

(Analysis on the typology of constituents order in the indigenous dialect Pykobjê-Gavião (Timbira))

Talita Rodrigues da Silva¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

talita.rodrigues.silva@usp.br

Abstract: In this paper we describe and analyse the typology of constituents order in basic sentences of the indigenous dialect Pykobjê-Gavião (Macro-Jê Branch, Jê Family, Timbira Group). To develop it, we discuss contrasting, mainly, three references: Joseph H. Greenberg (1963), Matthew S. Dryer (1992) e Thomas E. Payne (1997). According to Greenberg (1963), we can understand Pykobjê-Gavião as a “head-final” language, which, according to Payne (1997), would be “fairly consistent” but not “very consistent”. Therefore, the model known as BDT (Branching Direction Theory), proposed by Dryer (1992), seems to be the most suitable to deal with Pykobjê-Gavião data, because it indicates that the Timbira dialect is a “left-branching” language.

Keywords: Brazilian indigenous language; Timbira dialect; morphosyntax; typology of constituents order.

Resumo: Neste artigo buscamos descrever e analisar a tipologia da ordem dos constituintes das sentenças básicas encontradas no dialeto indígena Pykobjê-Gavião (Tronco Macro-Jê, Família Jê, Complexo Timbira). Para desenvolver esse estudo, abordaremos, de maneira contrastiva, sobretudo, três referências: Joseph H. Greenberg (1963), Matthew S. Dryer (1992) e Thomas E. Payne (1997). De acordo com Greenberg (1963), podemos entender que o Pykobjê-Gavião corresponde a uma língua de tipo “núcleo final”, que, segundo Payne (1997), seria “razoavelmente consistente”, mas não “muito consistente”. Por isso, o modelo conhecido como BDT (Teoria de Direção da Ramificação), proposto por Dryer (1992), mostra-se mais conveniente para dar conta dos dados do Pykobjê-Gavião, ao situar esse dialeto Timbira como um tipo de língua com “ramificação à esquerda”.

Palavras-chave: língua indígena brasileira; dialeto Timbira; morfossintaxe; tipologia da ordem dos constituintes.

Introdução

Antes de darmos início ao presente estudo linguístico, desejamos situar o dialeto Pykobjê-Gavião em sua comunidade de fala, pois julgamos relevante entender em que contexto social uma língua se manifesta. Por isso, daremos início a este artigo apresentando um pouco sobre o povo Pykobjê-Gavião, falante do dialeto homônimo.

Rodrigues (2002, p. 47) aponta que o Pykobjê (termo designado pelo autor como “Pukobyé”) é uma língua pertencente ao Tronco Macro-Jê, Família Jê (Jê do Norte), além de tratar-se de uma das sete línguas-membro do grande grupo étnico Timbira.¹ Segundo

¹ A denominação Timbira, segundo Nimuendaju (1946, p. 08), é exógena às línguas do Grupo designado, significando “os amarrados” (do Tupi: *tĩ* (amarrar) + *pira* (passivo)), em referência ao hábito de amarrar fitas de palha ou faixas trançadas em algumas partes do corpo, como braço, testa e tornozelo. Contudo, entre si, os Timbira se chamam por *mehẽ*, que significa “minha gente”, “minha carne”.

o autor, as demais línguas Timbira são: Ramkokamekrã (Canela), Apanyekrã (Canela), Krinkatí (Gavião), Krenjé, Parakatejé (Gavião) e Krahô.²

Há estudos que trabalham com a hipótese de que essas línguas são, na verdade, variedades dialetais de uma única língua, diacronicamente afastada, o assim chamado “Proto-Timbira”. Dentre os sete dialetos Timbira, apenas quatro foram objetos de descrição em nível fonológico, morfológico e/ou sintático com o uso de metodologia linguística acadêmica, até o presente momento. São eles: Apãniekrã-Canela (ALVES, 2004), Parkatejé (FERREIRA, 2003), Krahô (SOUZA, 1997) e Pykobjê-Gavião (AMADO, 2004).³ Neste artigo, estamos aceitando que o Pykobjê-Gavião seja tomado como um dialeto Timbira.

Os Pykobjê-Gavião se autointitulam *Pycop catëë jë*, que significa “o povo de *Pycop*”. *Pycop*, provavelmente, faz referência à imagem mítica de uma deusa salvadora da cosmologia Timbira. Já o sufixo *jë* significa “meu povo, minha gente”. Esse sufixo parece ser o mesmo que serviu para designar a Família Jê, devido a sua recorrência em muitas outras línguas dessa mesma unidade filogenética.

Atualmente, os Pykobjê-Gavião vivem a sudoeste do estado do Maranhão, na microrregião de Imperatriz, a cerca de 18 km da pequena cidade de Amarante (atualmente, pouco mais de 50% do município é apropriado por terras indígenas (TIs)). Os Pykobjê ocupam uma mesma extensão de TI, que, por sua vez, foi dividida em quatro aldeias: Governador, que é a mais antiga dentre todas; Riachinho; Rubiácea e Aldeia Nova, esta última fundada em janeiro de 2010. Segundo dados demográficos mais recentes da Fundação Nacional do Índio (Funai), com Posto Indígena (PIN) em Governador, a população Pykobjê é composta por cerca de 600 indígenas.

Os Pykobjê tiveram sua TI delimitada apenas em 1977, através do convênio Funai/Radam e, nessa ocasião, receberam 42 mil hectares. Como era de se esperar, esse espaço tem se mostrado cada vez mais insuficiente, basicamente porque a demarcação não foi feita de maneira projetada para atender às necessidades do povo indígena em questão. No espaço delimitado não há recursos naturais suficientes para manter o *modus vivendi* dos Pykobjê. Isso limita a produção de “cultura material” e dificulta a sobrevivência nas aldeias.⁴

Apesar desses problemas e de não se tratar de uma situação de contato recente (meados do século XIX), a língua é um ponto forte de manifestação cultural para esse povo. E a expressão numérica dessa constatação é que 100% dos Pykobjê continuam a aprender o Português apenas como segunda língua (L2), ao passo que o Pykobjê continua a ser a língua materna (L1) e de comunicação interpessoal dentro de todas as aldeias.

Quanto à mobilidade indígena, o mais comum é que os Pykobjê só deixem sua TI a fim de cursar ensino profissionalizante ou superior. No entanto, eles raramente perdem

2 Estamos usando a designação proposta por Rodrigues (2002). O autor (2002, p. 48) salienta, ainda, que os falantes da língua Apinajé também se consideram Timbira, apesar de sua língua ser estruturalmente mais próxima da dos Kayapó.

3 Estamos citando entre parênteses os trabalhos que julgamos mais relevantes para entender cada um dos dialetos citados. Certamente, há, em cada caso, outros estudos bastante úteis a serem apreciados. Especificamente sobre os Pykobjê-Gavião, vale ressaltar o trabalho de SILVA (2011).

4 Um bom exemplo da limitação de recursos naturais nas TIs Pykobjê está no fato de não haver sequer um rio dentro do território delimitado. A única fonte natural de água disponível é um açude, cuja produção de peixes é parca. As consequências disso não são apenas fome e desnutrição, mas também a restrição das atividades culturais mantenedoras do *ethos* Timbira.

o contato com suas aldeias. E, em geral, acabam retornando para casar e trabalhar em prol do grupo, sobretudo no segmento da educação.

Por outro lado, a mobilidade inter-aldeias é bastante intensa. Os Pykobjê não demonstram grande resistência em derrubar suas casas de uma aldeia para migrarem a outra. Isso é interessante de observar, uma vez que favorece a manutenção de uma unidade linguística. Com isso, concluímos essa breve consideração acerca do povo indígena Pykobjê-Gavião.

Análise tipológica e relações gramaticais: estudo de caso em Pykobjê-Gavião

Lehmann (1981), ao tratar da tipologia linguística, nos lembra que a necessidade de agrupar coisas a partir de características em comum não é algo novo. No campo da biologia, cita o trabalho de taxonomia botânica realizado por Linnaeus (1707-1778), como um exemplo dessa necessidade de organização por classes. No entanto, ressalta que o trabalho de um linguista não é exatamente igual ao de um botânico, uma vez que este profissional se basearia apenas na característica dos traços físicos evidentes, enquanto que o outro precisaria ir além, conhecer seu objeto de estudo a fundo, para ter sucesso em sua classificação tipológica. Seria, então, essencial a um linguista identificar princípios e padrões centrais, tais como a estrutura de frases simples (com ou sem núcleo verbal) e complexas (divididas em modificação e subordinação), além das relações gramaticais que se estabelecem entre as partes do discurso.

Assim como um botânico deve colher uma amostra ampla e variada para compor sua análise, um linguista também deve se preocupar em contrastar o maior número possível de línguas para realizar seus estudos tipológicos.

O que, segundo o autor, sustenta os estudos funcional-tipológicos é a percepção de que as línguas partilham propriedades internas comuns, o que explicaria a capacidade humana para aprender idiomas, aparentemente, muito diferentes entre si. A essas propriedades referentes ao conjunto completo das línguas humanas, Dik (1997) chama de *linguistic universals* (universais linguísticos). Para ele, os quatro principais universais podem ser distinguidos a partir de quatro traços, opostos em pares: *unconditional* (incondicional) vs *implicational* (implicativo) e *absolute* (absoluto) vs *statistical* (estatístico).

Os universais linguísticos chamados de *Type A* (Tipo A) são absolutos e incondicionais. Uma das afirmações que o autor cita como *Type A* é: “todas as línguas distinguem vogais e consoantes.”⁵ Há, também, os universais ditos *Type B* (Tipo B), que são incondicionais, como os *Type A*, mas estatísticos. Um exemplo apresentado como *Type B* é: “99% de todas as línguas têm duas ou mais vogais distintas.”⁶ Os universais *Type C* (Tipo C) são absolutos como os *Type A*, mas implicativos, como os *Type D* (Tipo D), que, por sua vez, são estatísticos como os denominados *Type B*. Os *Type C*, enquanto absolutos, partem de uma relação válida universalmente para, então, estabelecerem uma implicação do tipo “se X então Y”, que pode ser descrita como “ $X \rightarrow Y$ ”. Dik (1997) traz como exemplo ilustrativo de *Type C* tal afirmação universal implicativa absoluta: “se uma língua tem o fonema /m/, ela também tem o fonema /n/.”⁷ Por fim, o autor mostra que o *Type D* é o mais desafiador

5 Texto original (DIK, 1997, p. 28): “All languages distinguish vowels and consonants.”

6 Texto original (DIK, 1997, p. 28): “99% of all languages have two or more distinct vowels.”

7 Texto original (DIK, 1997, p. 29): “If a language has the phoneme /m/, it also has the phoneme /n/.”

dentre os quatro tipos de universais linguísticos, uma vez que leva o estudioso a lidar com um plano menos assertivo, de modo a alcançar tendências, em vez de resultados.

Estabelecer correspondentes dos quatro principais universais linguísticos em uma única língua demanda estudo metucioso não só dessa língua, mas do maior número possível de línguas. Os universais linguísticos são indispensáveis a uma análise porque contribuem para marcar a adequação tipológica que um M.NLU deve dispor. Mas nem sempre os estudiosos de línguas naturais perceberam a importância de se realizar um estudo com fronteiras mais amplas.

No campo das línguas naturais, Lehmann (1981) cita filósofos e linguistas que obtiveram menor êxito no trabalho de classificação linguística, por não observarem um rol mais amplo e/ou variado de línguas; são eles: Platão (427?-347 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), Panini (século IV ou V a.C.) e Sibawayhi (século VIII d.C.). Acrescentaríamos, ainda, o caso da Gramática de Port-Royal (ARNAULD; LANCELOT, 2001), conhecida como *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle* (Gramática geral e razoada contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural), que foi produzida no século XVII por dois “solitários” do mosteiro de Port-Royal de Champs, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Apesar de essa gramática ter sido bastante citada no meio linguístico (MIT, Massachusetts Institute of Technology: Roman Jakobson, Noam Chomsky, dentre outros), ela expõe limitações ao levar em conta uma quantidade baixa e não difusa de línguas (baixa difusão areal, concentração nas principais línguas faladas na Europa).

Lehmann (1981) aponta, também, que, ainda no século XVII, essa limitação linguística não só foi percebida como evitada com sucesso por filósofos como Leibnitz (1646-1716) e linguistas como Adelung (1732-1806).

Mais adiante, Lehmann (1981), assim como Schachter (2007), afirma que a análise tipológica, para ser bem-sucedida, além de tomar um número grande e variado de línguas, deve dar maior atenção ao nível da sintaxe em detrimento da morfologia,⁸ fonologia⁹ ou semântica, sabendo que a abordagem funcional entende a pragmática como o nível mais elevado:

O padrão sintático é tomado como mais central do que as características morfológicas porque regula e faz uso de formas variáveis (do mesmo vocábulo); [...] O padrão sintático é também mais relevante que o fonológico por regular processos fonológicos se as condições

8 August Wilhelm von Schlegel (1767-1845) foi um dos pioneiros da tipologia morfológica. Com base em suas pesquisas e na teoria evolucionista das espécies, August Schleicher (1821-1868), em 1863, publicou um estudo dividindo as línguas naturais em três tipos: (1) isolantes ou analíticas (ex. Chinês); (2) aglutinantes (ex. Turco); (3) flexionais ou fusionais (ex. Latim). Wilhelm von Humboldt (1767-1835) identificou um quarto tipo morfológico, as denominadas polissintéticas ou incorporantes (ex. Bella-Coola, Salishan). Lembrando que nenhuma língua corresponde, exclusivamente, a um dos tipos, o Pykobjê-Gavião se encaixaria como uma língua de tipologia morfológica predominantemente analítica ou isolante, com fortes traços aglutinantes.

9 Roman Jakobson (1896-1982) foi um dos nomes mais eminentes no estudo da tipologia aplicada ao nível fonético-fonológico. Para entender melhor essa temática, sugerimos a leitura do artigo “Estudos tipológicos e sua contribuição à linguística histórico-comparativa”. In: JAKOBSON, R. *Princípios de fonologia histórica*. Tradução de Wilmar R. D'Angelis. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008. p. 43-60.

são adequadas; [...] Além disso, os sentidos fundamentais são expressos pela sintaxe.¹⁰ (LEHMANN, 1981, p. 5, tradução nossa, parênteses nosso para elucidar o conteúdo recolhido ao longo do texto)

Greenberg (1963), apesar de inaugurar um marco nos estudos de tipologia linguística, também vem sendo criticado, dentre outras coisas,¹¹ por não ter tomado uma quantidade significativamente grande e variada de línguas naturais para apoiar suas previsões. Greenberg (1963) trabalhou com uma amostra de apenas 30 línguas, o que se mostrou insuficiente para suportar os “universais de Greenberg”.

Anos mais tarde, muitos linguistas se dispuseram a revisar e/ou ampliar o trabalho de Greenberg (1963).¹² Citaremos aqui a abordagem crítica apresentada por Dryer (1992). Este autor começou por aumentar a amostra de línguas naturais, de 30 para 625, distribuídas em seis grandes áreas geográficas (África, Eurásia, Sudeste da Ásia & Oceania, Austrália - Nova Guiné, Norte da América e Sul da América). Seu estudo de perspectiva funcional-quantitativa observou que as inadequações ao modelo de Greenberg (1963) são mais fortes no nível de NP (*Noun Phrase*), com atenção especial a determinantes e adjetivos.

Para mostrar que NP não exibe correlação necessária com a ordem canônica do objeto (dependente) e do verbo (núcleo), como os dados empíricos indicam, o autor propôs uma teoria chamada de BDT (*Branching Direction Theory*), que é oposta, por sua vez, à HDT (*Head-Dependent Theory*), nome dado por Dryer (1992) à teoria de Greenberg (1963). Enquanto a HDT afirma que há uma correlação direta entre núcleos e dependentes, que corresponde à ordem canônica de uma língua, em que ‘verbo padrão’ funciona como ‘núcleo’ e ‘objeto padrão’ como ‘dependente’; a BDT aposta no ordenamento consistente entre ‘elementos frasais’ (podem se ramificar) e ‘elementos não-frasais’ (não podem se ramificar).

Dryer (1992) trabalha com a perspectiva de pares ordenados, do tipo {X, Y}, em que ‘X’ atuaria como um ‘verbo padrão’ e ‘Y’ como um ‘objeto padrão’. O ‘verbo padrão’ (‘X’) é não frasal, lexical, ao passo que o ‘objeto padrão’ (‘Y’) é frasal. Sobre isso, Dryer explica:

Ou seja, uma parte dos elementos X e Y empregará a ordem XY significativamente com maior frequência entre as línguas VO do que entre as línguas OV se e somente se X é uma categoria não frasal e Y é uma categoria frasal.¹³ (DRYER, 1992, p. 89, tradução nossa)

Portanto, enquanto a HDT opõe “língua *head-final*” a “língua *head-initial*”, cuja previsão é que a ordem entre núcleo e dependente sempre seja mantida, a BDT estabelece

10 Texto original: “The syntactic pattern is taken as more central than morphological characteristics because it regulates and makes use of varying forms; [...] The syntactic pattern is also more significant than the phonological, regulating phonological processes when conditions are appropriate; [...] Moreover, fundamental meanings are expressed by the syntax;”

11 Payne (1997, p. 73, livre tradução) cita mais dois problemas que a tipologia proposta por Greenberg encontra na aplicação às línguas naturais: (1) dificuldade em identificar a ordem básica de constituintes para muitas línguas do mundo; (2) o fato de que a tipologia de Greenberg simplesmente assumiu que as línguas ordenam seus elementos nominais em acordo com as relações gramaticais de sujeito e objeto.

12 Payne (1997, p. 71-91) cita, dentre outros, os trabalhos de Doris Payne (1985), Matthew Dryer (1988), John Hawkins (1983, 1994) e Marianne Mithun (1987).

13 Texto original: “That is, a part of elements X and Y will employ the order XY significantly more often among VO languages than among OV languages if and only if X is a nonphrasal category and Y is a phrasal category.”

a relação entre “língua *right-branching*” e “língua *left-branching*”,¹⁴ que, por sua vez, está condicionada às características sintáticas de ‘X’ e ‘Y’, conforme discutido acima.

Um dos pressupostos da gramática funcional é entender a língua não como um objeto estático, mas suscetível às influências pragmáticas, de modo que se referir à ordem das palavras de uma língua não quer dizer que a língua sempre vai se manifestar daquela maneira, apenas significa que essa é sua “ordem básica”. Segundo Payne (1997), a ordem básica dos constituintes pode ser identificada em frases “pragmaticamente neutras” e que não sejam de tais tipos: relativas, de parágrafo inicial, introdutoras de participantes do discurso, interrogativas, negativas ou frases claramente contrastantes. Seguindo essas orientações, tomamos as seguintes frases do Pykobjê-Gavião:

- (1) xoore me rop **ngõr**
 raposa e onça dormirINTR¹⁵
 ‘A raposa e a onça dormiram’
- (2) cahỹj kõt ha **ãpraa** ẽjryry ny
 mulher ser.alta/alta IRR¹⁶ acordarINTR cedo PT¹⁷
 ‘A mulher alta acordará cedo’
- (3) copy - te cõ **japrõ**
 menina-ERG¹⁸ água comprar
 ‘A menina comprou água’
- (4) copy - te ẽncreere - mỹ cõ **jõor**
 menina-ERG criança-BEN¹⁹ água dar
 ‘A menina deu água para a criança’

Dentro da classificação de Payne (1997), que distingue as línguas em “línguas com ordem ‘rígida’ de constituintes” e “línguas com ordem ‘flexível’ de constituintes”, vamos manter a notação de Greenberg, isto é, usar a sigla ‘S’ para ‘sujeito’, ‘O’ para ‘objeto’ e ‘V’ para ‘verbo’, para apresentar essa discussão no Pykobjê-Gavião.²⁰ Evidentemente, seria necessário citar um rol muito maior de exemplos para chegarmos à conclusão, apresentada aqui, de que o Pykobjê-Gavião pode ser incluído no conjunto das “línguas com ordem ‘rígida’ de constituintes”, do tipo OV.

14 Consideramos adequadas as seguintes traduções: “língua *head-final*” = língua de núcleo final, “língua *head-initial*” = língua de núcleo inicial, “língua *right-branching*” = língua com ramificação à direita e “língua *left-branching*” = língua com ramificação à esquerda.

15 INTR: abreviatura para indicar verbo monoargumental, ou seja, intransitivo.

16 IRR: abreviatura para modo *irrealis*.

17 PT: abreviatura para posição indicadora de tempo.

18 ERG: abreviatura para marca de ergatividade. A ergatividade do Pykobjê-Gavião é cindida e restrita a tempo/aspecto passado.

19 BEN: abreviatura para marcar o benefactivo, que, por sua vez, é homófono à marca de dativo do Pykobjê-Gavião.

20 Payne (1997, p. 75) propõe uma nova classificação, baseada no estudo dos “papéis semântico-sintáticos” de Dixon (1979) e Comrie (1981), em que S é ‘sujeito de verbo intransitivo’, A é ‘sujeito de verbo transitivo’ e P é ‘objeto de verbo transitivo’. Essa distinção não altera a discussão proposta por Dryer (1992), mas será importante para entender algumas relações gramaticais que se estabelecem no Pykobjê-Gavião, tais como a ergatividade.

Em todas as frases disponíveis marcamos o verbo e podemos observar, em (3) e (4), que todos os NPs antecedem o verbo, de modo que não fica difícil levantar a hipótese de se tratar de uma língua de verbo final.²¹ O exemplo em (2), contudo, pode trazer dúvidas, mas ao ser comparado com (1), que também utiliza um verbo intransitivo, percebemos que em (2) o que vem depois do verbo não é seu argumento, mas apenas um satélite ou elemento acessório. Desse modo, o único argumento que o verbo *ãpraa* exige é preenchido em sua teia argumentativa pelo NP *cahỹj kõt*, de modo similar ao que vemos com maior clareza no exemplo (1). Em (1) o único argumento do predicador verbal é *xoore me rop*.

Segundo Payne (1997), ao considerar a tipologia proposta por Greenberg (1963), pode-se observar que as línguas de tipo VO tendem a desviar mais das predições do que as línguas OV. Payne (1997) diz que todas as línguas naturais rígidas podem se encaixar em um dos três critérios: *very consistent* (muito consistente, ex.: Japonês), *fairly consistent* (razoavelmente consistente, ex.: Inglês) ou *inconsistent* (inconsistente, ex.: Yagua), de acordo com o grau de discordância com as predições de Greenberg (1963). Tendo isso em vista, o Pykobjê-Gavião não poderia ser considerado uma língua *very consistent*, como o Japonês, porque o ordenamento dentro de NP é flexível em relação aos modificadores que podem acompanhar o núcleo nominal em uma frase simples. Para Greenberg (1963), dentro de NP, o substantivo é o núcleo, de modo que a ordem prevista para o Pykobjê-Gavião (ou qualquer outra língua OV) seria: adjetivo atributivo-substantivo, numeral-substantivo, marca de posse-substantivo, e assim por diante. No entanto, o que vemos é:

- (5) e'no'ny **hõmre** **prëre** ngõr pex
 PAS/LEX²² homem ser.baixo/baixo dormirINTR bemADV²³
 'Ontem o homem baixo dormiu bem'
- (6) ěj - te **hỹj** **xwa'** **petxet** cor
 IPD-ERG laranja ser.azedada/azedada umNUM²⁴ comer
 'Eu comi uma laranja azedada'
- (7) aa - te **hỹj** **petxet** cor
 2PD²⁵-ERG laranja umNUM comer
 'Você comeu uma laranja'
- (8) **h-õxëë** **ěj-kry** pỹr
 PR²⁶-mãe 1PD-cabeça beijar
 'A mãe dele beijou minha cabeça'

Nas frases (5: *hõmre prëre*) e (6: *hỹj xwa'*), vemos que a ordem verificada é substantivo-adjetivo atributivo. Em (7: *hỹj petxet*) podemos observar que o substantivo antecede

21 Ribeiro (2006, p. 422) mostra que a ordem de verbo final se mantém na maioria das línguas pertencentes ao Tronco Macro-Jê. Para saber mais sobre as características sintáticas mais comuns das línguas do Tronco Macro-Jê, sugerimos a leitura de Rodrigues (1999).

22 PAS/LEX: abreviatura para passado dêítico.

23 ADV: abreviatura para indicar membro da classe adverbial.

24 NUM: abreviatura para indicar membro da classe numeral.

25 PD: abreviatura para indicar pronome dependente. O Pykobjê-Gavião apresenta três tipos de pronomes pessoais, que são: Pronomes Dependentes ou Forma Presa (PD), Pronomes Independentes ou Forma Livre (PI) e Pronomes Enfáticos (PE).

26 PR: abreviatura para prefixo relacional.

o numeral, evidenciando a ordem substantivo-numeral. Por fim, em (8) a predição de Greenberg se confirma em dois casos. O primeiro deles (8: h-õxëë) envolve prefixo relacional (PR) e mostra que a sequência é prefixo relacional-substantivo. O segundo ponto interessante para o estudo de NP, (8: ëj-kry) trata da marca de posse (nomes inalienavelmente possuídos) e também aponta substantivo em posição final, isto é, marca de posse-substantivo. Em vista disso, podemos afirmar que, dentro de NP, as predições de Greenberg (HDT) não dão conta de explicar os dados. Por isso, julgamos relevante retomarmos a proposta de Dryer (1992), a BDT, já apresentada acima.

Ao olharmos para a BDT, observamos que ela consegue explicar esses dois casos que, aparentemente, não correspondem à regra do ordenamento linguístico, através da seguinte lógica: se adjetivo e numeral aparecem em posição final em uma língua *left-branching*, como o Pykobjê-Gavião, isso ocorre porque nesses dois casos o substantivo funciona como ‘objeto padrão’ (‘Y’), ao passo que adjetivo e numeral funcionam como ‘verbo padrão’ (‘X’). Desse modo, percebemos que o ordenamento se mantém através do par {Y, X}, o mesmo de qualquer outra língua de tipo *left-branching*.

A BDT, ao contrário da HDT, não só resolve o problema dentro de NP, mas também nos deixa pistas de que, no Pykobjê-Gavião, adjetivos e numerais podem estar associados em outros contextos que não NP ao padrão sintático verbal. Isso deve ser tomado apenas como uma pista e não como um fato, já que tanto adjetivo quanto numeral são itens bastante flexíveis nas mais distintas línguas. Em Português (língua majoritariamente *right-branching*),²⁷ por exemplo, com relação ao adjetivo e ao numeral, encontramos usos como os indicados abaixo:

- (9) A **garota bonita** dormiu cedo
- (10) ?? A **bonita garota** dormiu cedo²⁸
- (11) Uma **mulher grande** passou por mim
- (12) Uma **grande mulher** passou por mim
- (13) Deus criou o mundo em **sete dias**
- (14) Minha consulta médica será **dia sete**

27 O Português pode ser considerado uma língua *right-branching* de tipo SVO, como podemos entender a partir das frases dadas abaixo, em que V está em negrito, S sublinhado e O em itálico:

Frases intransitivas (ordem básica, SV): O gato **morreu**. / Às sete horas da manhã, a mulher **partirá**.

Frases transitivas (ordem básica, SVO): João **ama** *Maria*. / O cão **comeu** *ração*.

Frase bitransitiva (ordem básica, SVOO): A mulher **deu** *sua camiseta* *ao Pedro*.

Para saber mais sobre a análise tipológica do Português Brasileiro, sugerimos a leitura de Oliveira (1989).

28 Por ?? queremos dizer que tal frase não costuma ser produzida pela maior parte da comunidade de fala, ainda que possa ser entendida com o auxílio de fatores pragmáticos. Utilizaremos * para dizer que tal frase não faz parte do uso difundido pela maioria da comunidade de fala, o que não quer dizer que a mesma seja totalmente inconcebível ou ininteligível, devido a restrições de qualquer espécie.

Em Inglês, que também é uma língua majoritariamente *right-branching*,²⁹ a ordem básica do adjetivo e do numeral também contraria a predição de Greenberg (1963), e, embora dentro de NP esses dois elementos sejam não-frasais ('X'), nos demais contextos, não há evidências de que ambos ocupem a posição de 'Y', conforme observamos a partir das frases dadas abaixo:

(15) That **beautiful girl** saw me at the club
'Aquele garota bonita me viu no clube'

(16) She looks **beautiful** tonight
'Ela está bonita esta noite'

(17) *She **beautifuls** tonight

(18) I have **two childs**
'Eu tenho dois filhos'

(19) *I **two** childs

A partir do que foi exposto acima, podemos entender que a ordem das palavras é uma propriedade universal importante para se entender as relações que se estabelecem em dada língua natural, mas não é a única que se deve observar. Givón (1997), ao retomar criticamente as pesquisas de Anderson (1976)³⁰ e Keenan (1975; 1976)³¹ ambos citados em Givón (1997), esclarece-nos acerca das demais relações gramaticais (doravante GR, seguindo a sigla usada por Givón (1997) e Payne (1997), em referência ao termo em inglês, *grammatical relation*), que devem ser levadas em consideração ao longo de uma análise linguística.

Sobre as GRs, Payne (1997) deixa claro que elas não podem ser diretamente derivadas da semântica, uma vez que papéis semânticos particulares podem ser expressos por muitas e diferentes GRs; tampouco, derivariam imediatamente do nível pragmático, com risco de a análise apoiar generalizações simplistas e não comprováveis no rol de todas

29 O Inglês pode ser considerado uma língua *right-branching* de tipo SVO, como podemos entender a partir das frases dadas abaixo, em que V está em negrito, S sublinhado e O em itálico:

Frases intransitivas (ordem básica, SV): The child **cried** – A criança chorou. / At seven a.m., the girl will **leave** – As sete da manhã, a garota partirá.

Frases transitivas (ordem básica, SVO): John **loves** *Mary* - João ama Maria. / The dog **ate** *feed* - O cão comeu ração.

Frase bitransitiva (ordem básica, SVOO): The woman **gave** *her shirt to Pedro* - A mulher deu sua camiseta ao Pedro.

Para saber mais sobre a análise tipológica do Inglês Padrão, sugerimos a leitura de Lehmann (1981), que propõe uma ordenação tipológica a partir do arranjo entre objeto e verbo; e o texto "Right-branching in English derivational morphology", de T. Berg In: *English language and linguistics*, 7, p. 279-307. Disponível (com custos) em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=185173>. Acesso em: 04 jun. 2011.

30 ANDERSON, S. R. On the notion of subject in ergative languages. In: LI, C. N. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 1-24.

31 KEENAN, E. Some universals of passive in relational grammar. In: *CLS II*. Chicago: University of Chicago. Chicago Linguistics Society, 1975, p. 340-352.

_____. Toward a universal definition of 'subject'. In: LI, C. N. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 303-333.

as línguas naturais, como a que propõe que a categoria “sujeito” seria a manifestação do estatuto pragmático denominado “tópico”. A percepção do autor é de que as GRs são universais, apesar de os linguistas ainda não saberem por que elas existem e/ou por quais fatores são imediatamente regidas, conforme apresentado abaixo:

GRs provaram ser úteis aos linguistas durante séculos, embora tenha havido muita discussão e pouco consenso quanto o motivo por que devem existir. Elas parecem algo natural, uma vez que as línguas, de fato, as possuem, mas seu estatuto funcional na língua tem sido algo difícil de explicar satisfatoriamente. (PAYNE, 1997, p. 131, tradução nossa)³²

Em uma tentativa de mapear as relações gramaticais que se estabelecem nas línguas naturais, Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997) traz a proposta de que as categorias gramaticais devem ser determinadas não por um traço, mas a partir de um conjunto de traços. O primeiro *insight* que Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997) torna público diz respeito ao comportamento dos sujeitos gramaticais.³³ Segundo ele, haveria três propriedades de codificação aberta (*overt coding properties*), que, por sua vez, se manifestariam ao longo de uma hierarquia implicativa (correspondente ao universal de *Type C* proposto por DIK, 1997), são elas:

- (a) ordem de palavras (*word order*);
- (b) concordância verbal (*verb agreement*);
- (c) morfologia nominal de caso (*nominal case morphology*).

De acordo com Keenan (1975, apud GIVÓN, 1997, p. 5, tradução nossa), a distribuição dessas propriedades deveria ocorrer da seguinte forma: “Línguas que têm (c) tendem a ter também (b); aquelas que têm (b) tendem a ter também (a), mas não vice-versa”.³⁴

Em um segundo trabalho, Keenan (1976 apud GIVÓN, 1997) amplia sua proposta e sugere que, na verdade, haveria dois macro-grupos de propriedades interagindo na abordagem do comportamento de sujeito gramatical: propriedades funcionais e propriedades formais. Por funcionais, Keenan (1976 apud GIVÓN, 1997) aponta seis propriedades:

- (a) existência independente (*independent existence*);
- (b) indispensabilidade (*indispensability*);
- (c) referência absoluta, pressuposta ou independente (*absolute, presupposed or persistent reference*);
- (d) definitude (*definiteness*);
- (e) topicalidade (*topicality*);
- (f) agentividade (*agentivity*).

32 Texto original: “GRs have proven useful to linguists for centuries, even though there has been much debate and little agreement as why they should exist. They seem natural because languages do have them, but their functional status in language has been difficult to explain satisfactorily.”

33 Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997), assim como Givón (1995, 1997 e 2001), aposta na noção de protótipos. Segundo Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997), os sujeitos de frases “básicas” (em oposição às frases “não-básicas”) seriam os mais protótipos de uma língua, por isso, uma análise que deseje entender as relações gramaticais deve partir de frases ditas simples e não complexas.

34 Texto original: “Languages that have (c) tend to also have (b); those that have (b) tend to also have (a); but not vice versa.”

Givón (1997) contesta a propriedade (f), argumentando que nem todo sujeito é agente, e afirma que as demais propriedades poderiam ser reduzidas pela propriedade (e), topicalidade. Mas, lembrando Payne (1997), visto acima, outras propriedades devem compor as GRs.

Ao lado das propriedades funcionais, aparecem as formais, que tratam do comportamento que é governado por regras, em contextos sintáticos relevantes. Keenan (1976) divide as propriedades formais dos sujeitos gramaticais em dois grupos: propriedades de codificação aberta (retomadas de KEENAN, 1975, dispostas acima) e propriedades de comportamento e controle (*behavior-and-control properties*). Para Wierzbicka (1981 apud GIVÓN, 1997), os dois conjuntos de propriedades formais propostos em Keenan (1976) para os sujeitos gramaticais, não só podem como devem ser estendidos para as relações gramaticais em geral.

Givón (1997), então, oferece-nos um conjunto composto por dez propriedades que poderiam dar conta das línguas naturais. Ele ressalta, contudo, que é comum que, dentre as diversas línguas, as regras variem seus contextos de aplicação, de modo que as dez propriedades apresentadas serviriam apenas como pistas para compreender as relações que se estabelecem entre sujeito e objetos. As dez propriedades de comportamento e controle, dadas por Givón (1997, p. 08), são:

- (a) promoção a objeto direto (*promotion to direct object*);
- (b) rebaixamento do objeto direto, antipassiva (*demotion from direct object, antipassive*);
- (c) passivização (*passivization*);
- (d) reflexivização (*reflexivization*);
- (e) causativização (*causativization*);
- (f) referência equi-NP em relação de complemento (*equi-NP reference in complementation*);
- (g) elevação (*raising*);
- (h) promoção do possuidor (*possessor promotion*);
- (i) correferência anafórica em frases encaixadas (*anaphoric co-reference in chained clauses*);
- (j) correferência em relativas, questão WH, frases clivadas e frases com particípio (*co-reference in relativization, WH-questions, cleft constructions and participial clauses*).

Como podemos concluir, as propriedades funcionais estão relacionadas intimamente com o nível pragmático, que, segundo as correntes funcionalistas da linguagem, é o mais abrangente e universal. Tomando as propriedades formais, observamos que as propriedades de codificação aberta são prototipicamente aplicadas às frases simples, ao passo que as propriedades de comportamento e controle se referem às frases complexas de uma língua. Retomando a questão dos universais gramaticais e cognitivos, Anderson (1976) propõe que as propriedades de comportamento e controle são mais universais do que as de codificação aberta, de modo que a ordem proposta por ele seria a seguinte (quadro baseado em GIVÓN, 1997, p. 29):

-
- (a) propriedades funcionais;
 - (b) propriedades formais de comportamento e controle;
 - (c) propriedades formais de codificação aberta (ordem de palavras > concordância gramatical > marcação nominal de caso).
-

Contudo Givón (1997, p. 44) levanta três fatores que colocam essa proposta em dúvida. Do ponto de vista da aquisição, lembra-nos de que a sintaxe de frases complexas é tardiamente adquirida pela criança; do ponto de vista do uso, afirma que as frases complexas são pouco frequentes (razão de 1:10); e não deixa de retomar o fato de que processos controlados pela sintaxe em frases complexas são muito menos comuns do que processos controlados pela sintaxe em frases simples. Portanto sua sugestão é que as propriedades de codificação aberta seriam, naturalmente, mais universais do que as propriedades de comportamento e controle. De modo que o quadro dado acima ficaria da seguinte forma: (a) > (c) > (b).

Neste artigo, detemo-nos nas frases simples, relegando as propriedades de comportamento e controle a estudos futuros. No que diz respeito às propriedades de codificação aberta, retomando a hierarquia implicativa apresentada por Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997, p. 5),³⁵ devemos lembrar que já discutimos brevemente a ordem das palavras em Pykobjê-Gavião, mostrando que, nesse dialeto Timbira, a ordem básica e relativamente rígida é SOV.³⁶ Sobre a propriedade (b), em Pykobjê-Gavião, não encontramos qualquer marca morfológica que estabelecesse concordância gramatical. Mas sobre (c), observamos, ao estudar a classe das partículas, que há morfologia nominal de caso, em que {te} serve para indicar Caso ergativo e {mỹ} para indicar Caso dativo. Essas partículas estão distribuídas em relação semântica complementar na posição de sujeito gramatical.

Em Pykobjê-Gavião, o Caso ergativo é marcado pela partícula {te}. Isso significa que há um sistema ergativo-absolutivo,³⁷ manifestado na língua em análise.³⁸ Sobre o sistema ergativo-absolutivo, Payne explica:

35 Retomamos os correspondentes vistos acima:

- (a) ordem de palavras (*word order*);
- (b) concordância verbal (*verb agreement*);
- (c) morfologia nominal de caso (*nominal case morphology*).

36 Levando em conta os papéis semântico-sintáticos, para verbos intransitivos, teríamos a ordem SV, e para verbos transitivos, APV.

37 Uma definição básica e útil para sistema ergativo-absolutivo, tomada a partir dos textos citados, seria que, morfossintaticamente, A se opõe a S e P.

38 Givón (1997) e Payne (1997) apontam para a questão de que, dificilmente, uma língua corresponderá 100% ao sistema ergativo-absolutivo ou 100% ao sistema nominativo-acusativo, dessa forma, explicam que para determinar se a ergatividade verificada em uma língua é um caso de ergatividade profunda (*deep ergativity*) ou de ergatividade superficial (*shallow ergativity*) vários contextos devem ser levados em consideração na análise (inclusive frases não-básicas). Não temos a ambição de dar conta deste grau de análise no presente artigo. Aos interessados em tal discussão no Timbira, sugerimos Alves (2005) e demais trabalhos relacionados desta mesma pesquisadora.

Se qualquer caso morfológico marca A sozinho ele pode ser chamado de **caso ergativo**. Similarmente, qualquer caso morfológico que marca tanto A quanto P pode ser denominado de **caso absolutivo**.³⁹ (1997, p. 135, tradução nossa)

A ergatividade do Pykobjê-Gavião não é plena, pois apresenta cisão baseada em tempo-aspecto (*split ergativity based on tense-aspect*). Nesse dialeto Timbira, o sistema ergativo-absolutivo ocorre apenas no tempo passado, o que, segundo DeLancey (1982, apud PAYNE, 1997), trata-se de um universal patente a tal tipo de cisão. Devemos observar, ainda, que, no tempo passado, a partícula {te} distribui-se em relação complementar com a partícula que marca Caso dativo, {mỹ}, conforme vemos nos exemplos abaixo:

(20) E'no'ny co-te a'tor coran
ontem 3PD-ERG lambu matar
'Ontem ele matou o lambu'

(21) Mam co-mỹ cõ xẽ
antes 3PD-DAT água gostar
'Antigamente ele gostava de água'

Com isso, finalizamos a presente discussão acerca da tipologia das relações gramaticais e ordem de constituintes do Pykobjê-Gavião.

Algumas considerações

O intuito principal desse artigo foi tratar da tipologia das relações gramaticais e ordem de constituintes, tomando como variedade linguística de análise o dialeto Timbira conhecido como Pykobjê-Gavião e, dentre outros, os seguintes referenciais teóricos: Greenberg (1963), Dryer (1992) e Payne (1997). Observamos que o Pykobjê-Gavião deixa entrever uma ordem básica do tipo OV, e possui uma ordenação de constituintes *fairly consistent* (razoavelmente consistente). Todavia o Pykobjê-Gavião não poderia ser considerado uma língua *very consistent* (muito consistente), como o é o Japonês, porque o ordenamento dentro de NP (*Noun Phrase*) é flexível em relação aos modificadores que podem acompanhar o núcleo nominal em uma sentença simples (sem subordinativas), pertencentes às seguintes classes de palavras: adjetivos atributivos (N-Adj), numerais (Num-N), marca de genitivo (nomes inalienavelmente possuídos: Gen+N) e prefixos relacionais (PR+N).

Para mostrar que NP não exibe qualquer correlação com a ordem do objeto e do verbo, como os dados empíricos comprovam, Dryer (1992) propôs uma teoria chamada BDT (*Branching Direction Theory*), oposta, por sua vez, à HDT (*Head-Dependent Theory*), de Greenberg (1963). A HDT afirma que há uma correlação entre núcleos e dependentes, de modo que se a língua é do tipo OV, como é o caso do Pykobjê, então, a predição é que o ordenamento seja sempre do tipo dependente e núcleo. Já a BDT, aposta em uma ordenação consistente entre elementos frasais e não frasais. Tomando como língua de análise o Pykobjê-Gavião, observamos que a perspectiva abordada pela BDT, ao contrário da HDT, dá conta de explicar os dados obtidos em campo.

39 Texto original: "If any morphological case marks A alone it can be called the **ergative case**. Similarly, any morphological case that marks both S and P can be termed the **absolutive case**."

REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. *O Timbira falado pelos Canela-Apãniekra: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. 2004. Tese. (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. A marcação de caso no Proto-Timbira. *Workshop sobre linguística histórica e línguas em contato – Línguas indígenas do Brasil e regiões adjacentes*. Brasília: UnB, 2005. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

AMADO, R. S. Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykobjê. 2004. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. 2. ed. Tradução de Bruno F. Bassetto; Henrique G. Murachco. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

COMRIE, B. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar – Part 1: The structure of the clause*. 2. ed. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DIXON, R. M. W. Ergativity. *Language*, [s/l], v. 55, p. 59-138, 1979.

DRYER, M. S. Object-verb order and adjective-noun order: dispelling a myth. *Lingua*, [s/l], v. 74, p. 185-217, 1988.

_____. The greenbergian word order correlations. *Language*, [s/l], v. 68, n. 1, p. 81-138, 1992.

FERREIRA, M. N. O. *Estudo morfossintático da língua Parkatejê*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GIVÓN, T. *Syntax, an introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

_____. Grammatical relations: an introduction. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Grammatical relations, a functionalist perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997. p. 01-84.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of language*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1963. p. 73-113.

HAWKINS, J. *A performance theory of order and constituency*. New York: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Word order universals*. New York: Academic Press, 1983.

LEHMANN, W. P. The great underlying ground-plans. In: LEHMANN, W. P. *Syntactic typology: studies in the phenomenology of language*. 2. ed. Austin: University of Texas Press, 1981. p. 3-56. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/type00.html>>. Acesso em: 20/04/2011.

MITHUN, M. Is basic word order universal? In: TOMLIN, R (Ed). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam e Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 281-328.

NIMUENDAJU, C. *The Eastern Timbira*. Berkeley and Los Angeles: University of California Publications in American Archeology and Ethnology, 1946. v. 41.

OLIVEIRA, D. P. *Constituintes sentenciais: preenchimento, queda e ordenação*. 1989. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAYNE, D. Review of word order universals. *Language*, [s/l], v. 61, p. 462-466, 1985.

PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax – a guide for field linguists*. New York: Cambridge University Press, 1997.

SOUZA, S. M. *A sintaxe de uma língua de verbo no final: Krahô*. 1997. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, E. R. Macro-Jê. In: BROWN, K. (Ed.) *Encyclopedia of language and linguistics*. v. 7. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 422-426.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Macro-Jê. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. (Eds.) *Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165-206.

SCHACHTER, P. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, T. (Ed.) *Language Typology and Syntactic Description*. v. 1. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 1-60.

SILVA, T. R. *Descrição e análise morfossintática do nome e do verbo em Pykobjê-Gavião (Timbira)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A elaboração de um *corpus* dialetal da língua espanhola falada na Argentina: contribuições dos gêneros discursivos e da análise textual automática

(The development of a dialectal *corpus* of Spanish language spoken in Argentina: contributions of discursive genres and automatic text analysis)

Leandro Silveira de Araujo¹

¹ Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP)

leandrocbt@msn.com

Resumen: La composición de un *corpus* que permite la observación de la lengua española en las siete regiones dialectales de Argentina proviene de la ausencia de un material organizado con tal naturaleza. Se sumó a su proceso de formación la atención a las características del contexto enunciativo, proporcionándonos un conjunto de enunciados que permite el estudio más preciso de los fenómenos lingüísticos considerados. El análisis del género discursivo *entrevista radial* nos mostró que los enunciados recogidos nos proporcionan un material con un lenguaje más espontáneo, es decir, menos monitoreado. Por último, se consideró de gran relieve el apoyo de los *softwares* de grabación de audio *Audacity* y del procesador semántico *Tropes*, ya que nos permiten, respectivamente, la recogida y el análisis automático de textos.

Palabras clave: *Corpus*; Entrevista Radial; Lengua Española; Dialectología, Argentina.

Resumo: A composição de um *corpus* que viabiliza a observação da língua espanhola nas sete regiões dialetais da Argentina decorre da ausência de um material organizado com tal natureza. Somou-se a seu processo de constituição a atenção às características do entorno enunciativo, facultando-nos um conjunto de enunciados que possibilita o estudo mais apurado dos fenômenos linguísticos considerados. A análise do gênero discursivo *entrevista radiofônica* mostrou-nos que os enunciados coletados propiciam-nos um material com um uso linguístico mais espontâneo, isto é, menos monitorado. Finalmente, a apoio dos *softwares* de gravação de áudio *Audacity* e do processador semântico *Tropes* foi considerado de grande relevância por possibilitarem, respectivamente, a coleta e análise automática de textos.

Palavras-chave: *Corpus*; Entrevista Radiofônica; Língua Espanhola; Dialectologia; Argentina.

Corpora em espanhol

Se nos dedicarmos a uma busca de *corpora* em língua espanhola de acesso disponível na internet, encontraremos materiais que aparentemente poderiam servir de consulta e, conseqüentemente, resposta aos objetivos traçados em trabalhos sobre o espanhol argentino. No entanto, como observaremos, nenhum deles nos oferece a totalidade de informações extralingüísticas que julgamos imprescindíveis, isto é, não nos apresentam dados sobre idade, nível de escolaridade, gênero discursivo, sexo e, fundamentalmente, origem geográfica dos enunciadores envolvidos. Há *corpora* que trazem algumas dessas informações, contudo não todas. O levantamento de projetos de criação de *corpus* em língua espanhola (PÉREZ HERNÁNDEZ, 2002) mostra-nos que a construção de *corpora* nesse idioma ainda está em desenvolvimento, constituindo um cenário longe do ideal. A seguir, o quadro mostra-nos um panorama de *corpora* existentes em espanhol:

Quadro 1. Do panorama de corpora em língua espanhola

Nome	Site	Instituição de Origem	Nº de Palavras	Características
1. Word Sketch Engine	http://www.sketchengine.co.uk/	University of Leeds (Reino Unido)	116.900.060	- Sem informação extralinguística; - Possui <i>corpora</i> de diferentes línguas: Inglês, Francês, Português, Espanhol, etc.
2. Corpus del Español	http://www.corpusdelespanol.org/x.asp	Brigham Young University (EUA)	101.311.682	- Textos desde o Séc. XII; - Separação simples em gêneros textuais; - Não há qualquer divisão dialetal ou apresentação de qualquer outra informação do enunciador.
3. Corpus de referencia del Español Actual – CREA	http://www.corpusdelespanol.org/x.asp	Real Academia Española – RAE (Espanha)	Mais de 160 milhões	- Apresenta-se o país de origem; - Há informação de gênero textual, temática e modalidade; - Não se informam idade, origem geográfica específica e escolarização;
4. Corpus diacrónico del español – CORDE	http://corpus.rae.es/cordenet.html	Real Academia Española – RAE (Espanha)	Mais de 250 milhões.	- Do início do idioma até o ano 1945; - Há informação de gênero textual, temática e modalidade; - Não se informam idade, origem geográfica e escolarização do enunciador.
5. Corpus oral de referencia del español contemporáneo - CORLEC.	http://www.llf.uam.es/ESP/Info%20Corlec.html	Universidad Autónoma de Madrid (Espanha).	1.100.000	- Destinado à variedade peninsular; - Modalidade oral somente; - Informam-se dados extralinguísticos; - Diversificam-se os gêneros textuais.
6. Corpus Oral y Sonoro del Español Rural – COSER	http://www.llf.uam.es:8888/coser/	Universidad Autónoma de Madrid (Espanha).	---	- 800 horas de gravação; - Destinado à variedade peninsular; - Informam-se dados extralinguísticos; - Grande diversidade de informantes;
7. Corpus lingüístico del español contemporáneo – CUMBRE	---	SGEI Editorial (Espanha)	Mais de 20 milhões de palavras.	- Conteúdo não disponível.
8. Macrocorpus de la norma lingüística culta de las principales ciudades del mundo hispánico – MC-NLCH	---	Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha)	---	- Conteúdo não disponível; - 84 horas de gravação; - Amostra paralela de 12 cidades hispânicas: México, Caracas, Santiago de Chile, Santafé de Bogotá, Buenos Aires, Lima, San Juan de Puerto Rico, La Paz, San José de Costa Rica, Madrid, Sevilla y Las Palmas de Gran Canaria; - Amostras distribuídas por faixa etária e sexo.

9. Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América – PRESEEA	http://www.linguas.net/Default.aspx?alias=www.linguas.net/portal-preseea	---	---	- Conteúdo não disponível; - <i>Corpus</i> da modalidade oral, representativo do mundo hispânico em sua variedade geográfica e social.
10. Corpus de conversación coloquial - Val.Es.Co	http://www.valesco.es/	Universidad de Valencia (Espanha)	---	- Conteúdo não disponível; - 341 horas de gravação.

Apesar de mais da metade dos *corpora* ter seu conteúdo divulgado na rede mundial de computadores e ser sustentada por um eficiente sistema de processamento computacional, que viabiliza um manuseio rápido e preciso dos dados, as bases de dados a que tivemos acesso apresentaram algum tipo de deficiência na descrição de informações extralingüísticas, seja pela ausência desse conteúdo ou por sua sistematização incompleta. O interesse pela análise diatópica da língua espanhola falada na Argentina, força impulsionadora do estudo, fez com que todos esses *corpora* se tornassem inadequados. Isso porque ou não se oferece a informação dialetal, ou se oferece, com um particular interesse nas variedades peninsulares da língua espanhola. Daqueles a que tivemos acesso integralmente ao conteúdo (1 – 6), somente o *CREA* (3), o *CORLEC* (5) e o *COSER* (6) forneceram-nos essa informação. No entanto, o *Corpus oral de referencia del español contemporáneo* (5) e o *Corpus Oral y Sonoro del Español Rural* (6) restringem-se ao espanhol peninsular. Por seu turno, o *Corpus de referencia del Español Actual* (3) estende seu registro a dados de vinte e dois países hispanofalantes. Apesar de sua maior especificidade, o *CREA* não nos possibilita o estudo das diferentes regiões dialetais argentinas, pois seus dados são apresentados de modo generalizado para todo o país.

Frente à inadequação dos *corpora* existentes em língua espanhola para o conhecimento do espanhol falado nas regiões dialetais da Argentina, fez-se necessária a constituição de um *corpus* que nos conduzisse a esse estado e que, ademais, possibilitasse o conhecimento do informante (escolarização, idade, procedência geográfica, sexo) e de sua situação de enunciação (modalidade da língua e gênero textual). Somam-se a essas especificidades, as limitações espacial e econômica do pesquisador, obrigando-o a coletar os enunciados e a obter informações extralingüísticas a partir do Brasil. A opção pelo trabalho com *entrevistas radiofônicas* provém da certeza de encontrarmos uma situação que satisfaça as exigências acima relatadas, além de nos permitir observar o uso efetivo e prestigiado da língua espanhola; isso porque:

En Hispanoamérica, la radio se apoya en las normas de prestigio, nacionales y regionales. La radio permite el acceso instantáneo a las voces y a las ideas de todos los miembros de la sociedad, como oyentes o como participantes ocasionales. El examen de la lengua de los programas de radio es un buen índice de las actitudes lingüísticas, así como del uso real. (LIPSKI, 1994, p.162)

A seguir, o estudo do gênero entrevista radiofônica contribuirá para entendermos os textos que compõem o *corpus* e os benefícios de trabalharmos com eles.

A entrevista radiofônica: apresentação do gênero discursivo

A fim de refazer o percurso epistemológico da conceitualização do gênero *entrevista radiofônica*, Pérez Cotten e Tello (2004, p. 28) dizem haver “[...] um formato ou gênero que se denomina entrevista jornalística”,¹ e acrescentam que, “conforme sua difusão em suporte papel ou por meios eletrônicos a entrevista jornalística é escrita, televisiva ou radiofônica”.² Em outras palavras, verificamos nessas duas asserções a definição do *domínio discursivo* a que pertence o gênero em questão, bem como o *suporte* de sua circulação social. Isto é, podemos entender que dentro da *esfera jornalística* há um modo de ação comunicativa estável que se chama *entrevista*, o qual, como sabemos, define-se pelas especificidades, exigências e necessidades do jornalismo. A característica que aporta o suporte (*rádio*) ao gênero (*entrevista jornalística*) mostra-nos que apesar de o suporte não alterar o valor dos textos que divulga, ele auxiliará na definição do gênero. No caso da rádio, um suporte virtual convencional, a ausência da imagem (presente na televisão) ou da possibilidade de releituras (possível no jornal impresso), entre outros traços que veremos mais adiante, fazem com que a entrevista radiofônica se diferencie das entrevistas difundidas por outros suportes do mesmo domínio discursivo.

Como salienta Marcuschi (2008), a funcionalidade do gênero é um elemento que deve ser levado em consideração quando queremos descrevê-lo. Visando encontrá-la, verificamos novamente nas palavras de Pérez Cotten e Tello (2004) o possível propósito da entrevista radiofônica:

Sirve para la construcción discursiva de diferentes relatos periodísticos [...] y, también, para escuchar directamente la voz del entrevistado [...] en ambos casos, el objetivo inicial (y por cierto, final) es el de producir conocimiento [...]. (p. 29)

La entrevista, por lo tanto, es el principal recurso periodístico para acceder a la información, ampliar una noticia, obtener la voz de algún personaje. (p. 34)

A estruturação desse gênero relaciona-se, portanto, à reconstrução de um evento por meio do discurso, à apreensão e à avaliação de opiniões envolvidas com acontecimentos das mais diversas esferas da sociedade. Ou seja, a entrevista radiofônica se organiza em função do *informar*, fazendo da informação, *notícia*.³ O curioso, no entanto, é que, se nos detemos somente nessa característica, não avançamos muito no conhecimento das particularidades desse gênero, isso porque difundir informações pertence, supomos, à

1 “[...] un formato o género que se denomina entrevista periodística.” (PÉREZ COTTEN; TELLO, 2004, p. 28). Estabelecemos o padrão de traduzir para o português todas as citações em língua estrangeira menores de três linhas e, por isso, inseridas no corpo do texto. Os originais serão expostos em nota de rodapé. Assumimos a responsabilidade por todas as traduções feitas dentro deste padrão.

2 “[...] según se difunda en soporte papel o por medios electrónicos, la entrevista periodística es escrita, televisivo o radial.” (PÉREZ COTTEN; TELLO, 2004, p. 28).

3 Pérez Cotten e Tello (2004, p. 29) diferenciam *informação* de *notícia*. A primeira seria somente o relato de um evento ocorrido ou que está por acontecer, por sua vez, a *notícia* é a informação que se tornou difundida pelo interesse despertado em seu espectador. Logo, toda notícia implica necessariamente uma informação, o contrário não é verdadeiro.

essência do domínio discursivo em questão e, por tanto, é de se esperar que também verifiquemos essa finalidade em outros gêneros do discurso pertencentes à esfera jornalística. É por isso que a diferenciação da *entrevista radiofônica* vai se dando, de fato, pela identificação de novas características. Assim, como se lê nos dois fragmentos acima, o aporte de novas informações se dá, neste gênero, pela recepção da “voz” direta do entrevistado (“voz de algum personagem”). *Voz* que, por sua vez, responde outra, geralmente indagadora. A atitude responsiva verificada nesse embate resgata um caráter dialógico, que na entrevista é visto como:

[...] un encuentro de absoluta formalidad donde los roles están bien definidos. Hay un actor que propicia el desarrollo del conocimiento de un tema a través de otro actor. Pero este actor conoce algo sobre el tema, tiene algunas ideas. Éste, a través de preguntas facilita que se produzca conocimiento nuevo sobre determinado tema. (PÉREZ COTTEN; TELLO, 2004, p. 25)

Ou seja, o diálogo, além de possuir uma forma bem definida e conhecida por seus participantes, é instaurado por dois atores, cujos papéis estão bem estabelecidos: um que se acredita dominar o conteúdo que está na pauta da entrevista e outro que, a partir do conhecimento superficial que adquiriu sobre o tema, conduz o debate, tentando facilitar, por perguntas, o descobrimento de novas informações sobre o assunto. Na entrevista radiofônica, esse diálogo formalizado com fins informativos assume um caráter eminentemente *público*, pois se constrói fundamentalmente para difundir uma informação (transformando-a em notícia) e, logo, satisfazer o anseio que o ouvinte tem por determinado assunto. Não é por acaso que se caracteriza a entrevista nesta esfera discursiva como a mais pública das conversas privadas (PÉREZ COTTEN; TELLO, 2004).

A cena constituída por entrevistador e entrevistado (*Eu ↔ Tu*) debatendo um tema (Ele) comportaria, aparentemente, uma situação suficiente para a concretização de enunciados. No entanto, isso não é assim no diálogo da entrevista jornalística. Graças ao traço *público*, há nesta entrevista, imprescindivelmente, a exigência de mais um personagem, o telespectador, quem motiva e, por fim, recebe toda a mensagem. A figura 1 auxilia-nos na compreensão do gênero sob o ponto de vista do diálogo (bakhtiniano).

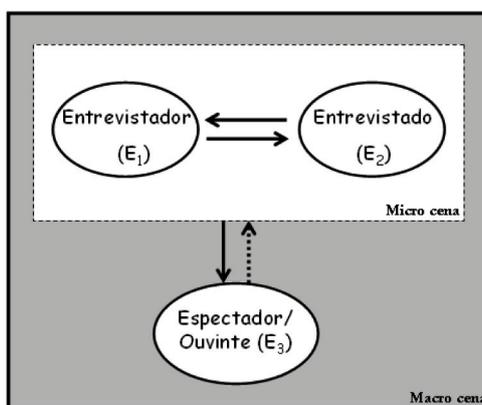


Figura 1. Do diálogo na entrevista radiofônica

Nela, percebemos uma micro cena, na qual instaura-se um diálogo entre entrevistador (E_1) e entrevistado (E_2) para satisfazer, unicamente, a necessidade informativa que tem o espectador/ouvinte (E_3), na macro cena. Por seu turno, a resposta do ouvinte (E_3) ao

enunciado composto por E_1 e E_2 não é necessariamente imediata, isso porque pode ser dada de diferentes formas: desde modos mais perceptíveis (como em comentários por chamadas telefônicas à rádio) até de maneiras menos conexas (por exemplo, com um diálogo traçado entre E_3 e um outro interlocutor (E_n) com quem possa interagir, até mesmo, assincronicamente). Por isso mesmo, escolhemos representar essa interação por meio de uma flecha pontilhada

Frente a tal cenário, parece propício considerarmos *secundário* o gênero *entrevista radiofônica*, pois por se valer da esfera *jornalística* e do *rádio* (“circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída” (BAKHTIN, 1997, p. 281), este gênero apoia-se em uma rebuscada estruturação do diálogo, que, como se sabe, vai além da simplicidade verificada no diálogo cotidiano (*strictus sensus*). Assim, em um primeiro plano (micro cena), constrói-se um diálogo (entre E_1 e E_2) mais próximo do cotidiano, no qual as relações são sincrônicas, mais espontâneas e onde, aparentemente, se configura a entrevista. No entanto, como vimos, essa micro cena não tem valor por si mesma; sua finalidade será informar E_3 (macro cena) e, por tanto, estabelecer uma relação dialógica (*latus sensus*) com ele. Tanto é assim que os integrantes do primeiro plano têm consciência de que estão ali por causa do interlocutor (E_3), o ouvinte da rádio. As interações nesta macro cena ($[E_1 \leftrightarrow E_2] \leftrightarrow E_3$) são viabilizadas pelo entrevistador (E_1) e já não são necessariamente tão evidentes, isto é, sincrônicas.

Em outras palavras, o que aparentemente poderia configurar um gênero primário ($E_1 \leftrightarrow E_2$), torna-se componente do gênero secundário ($[E_1 \leftrightarrow E_2] \leftrightarrow E_3$), isto é, “[...] transforma-se dentro deste e adquire uma característica particular: perde sua relação imediata com a realidade existente [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 281), à medida que se estrutura para satisfazer as necessidades presentes na realidade que envolve o ouvinte (E_3). Encontramos nas palavras de Farneda (2007, p. 2) a definição sintética do que tratamos nos parágrafos anteriores:

A entrevista radiofônica é um gênero jornalístico que diz respeito ao encontro de um entrevistador (jornalista) e um entrevistado (especialista em um assunto em particular), cujo interesse é fazer falar o *expert* a respeito dos diferentes aspectos de uma questão e, dessa forma, levar as informações fornecidas, por essa interação, a terceiros. Sendo contrária a uma conversa comum, a entrevista apresenta um caráter estruturado e formal, cujo objetivo é satisfazer as expectativas do destinatário.

Atentando-nos à figura do entrevistador, sabemos que ele deve buscar não só a simpatia de seu espectador, mas também a de seu entrevistado, quem lhe poderá conceder maior informação à medida que se estabeleça um vínculo de maior confiabilidade. Daí que se infere que “a entrevista é um ato de *sedução mútua*. O entrevistador seduz para obter mais e melhores respostas. O entrevistado procura convencer seu entrevistador, leva-lo a seu jogo, dizer o que quer dizer e evitar dizer o que não quer dizer.”⁴ Para que o entrevistador tenha controle da entrevista, sugere-se que ele não seja muito jovem, mas no caso de o ser, deve deixar claro que é um profissional competente. Outras estratégias sugeridas são: ter clara a finalidade da entrevista proposta, conhecer o perfil do programa

4 [...] la entrevista es un acto de *seducción mutua*. El entrevistador seduce para obtener más y mejores respuestas. El entrevistado busca convencer a su entrevistador, llevarlo a su juego decir lo que quiere decir y evitar decir lo que no quiere decir. (PÉREZ COTTEN; TELLO, 2004, p. 37).

que a receberá, escolher o entrevistado adequado e manter contato prévio, reunir informações sobre ele e verificar antecedentes sobre seu desempenho em outras entrevistas realizadas (PÉREZ COTTEN; TELLO, 2004, p. 88). Portugal e Yudchak (2008, p. 76) sugerem, ainda, que o entrevistador esteja armado de uma pauta de questões, mas alerta para o perigo de ficar limitado a ela, perdendo a possibilidade de seguir por caminhos abertos pelo entrevistado na prática discursiva, os quais até então eram inimagináveis⁵.

Outro aspecto da entrevista radiofônica que merece especial atenção é a, já citada, presença da voz do entrevistado. O uso do discurso direto (1) aproxima o ouvinte do entrevistado, já que aquele sabe que este fala para ele; (2) elimina a intermediação direta de um terceiro (jornalista), criando uma (3) aparente objetividade; (4) permite que o ouvinte tire suas próprias conclusões, protegendo, assim, o jornalista de eventuais asserções comprometedoras; (5) cria empatia ou antipatia entre ouvinte e entrevistado; além, é claro, de (6) permitir o conhecimento imediato da voz e os testemunhos envolvidos nos episódios noticiados (PÉREZ COTTEN; TELLO, 2004, p. 33).

Haja vista que a presença direta de pelo menos duas vozes (entrevistador e entrevistado) é imprescindível neste gênero, o estudo de sua *construção composicional* deverá considerar o modo como, formalmente, organiza-se o diálogo nessa interação verbal. Neste sentido, Farneda (2007, p. 2) mostra-nos que o “entrevistador e o entrevistado ocupam posições assimétricas”, mas que este “deve respeitar a agenda de perguntas prevista pelo jornalista. Os turnos de pergunta devem sempre terminar com uma interrogativa” e por sua vez, os turnos do entrevistado revestem-se unicamente de respostas. Ao entrevistador cabe a abertura e o fechamento da entrevista e não lhe compete “formular expressões de ratificação, opinião ou comentário, abstendo-se de formar opinião contra ou a favor do entrevistado”. A fim de transmitir uma neutralidade, o entrevistador controlará os turnos por meio de falas mais breves. O entrevistado, por sua vez, terá falas mais longas a fim de transmitir a informação que detém. A estas características composicionais, somam-se as instruções dadas por Portugal e Yudchak (2008, p. 76) para a condução da entrevista radiofônica. Para os autores, deve-se fazer uma pergunta de cada vez, de modo claro, curto e concreto.

Portugal e Yudchak (2008, p. 84) destacam ainda a preferência por uma linguagem simples e, a partir de relatos de importantes jornalistas, mostram-nos o *estilo* mais empregado neste gênero. Assim, Alfredo Leuco, jornalista cordobês, diz utilizar “uma linguagem mais simples, frases curtas, [apelar] à sabedoria popular, à linguagem da rua, à linguagem coloquial, [...] com o que se ganha maior familiaridade e proximidade”.⁶ Notemos como o uso de uma linguagem menos erudita possibilita a aproximação entre jornalista e sua audiência. Graciela Manscusó diz que “hoje a linguagem foi liberada, fala-se como na vida”⁷ e Chiche Gelblung afirma que “a rádio tem que falar como o ouvinte”.⁸ Esta jornalista

5 Comentando esse tipo de preparo prévio, Szymanski (2002) diz que essa ferramenta pode inibir o desenvolvimento da entrevista, ocasionando a não divulgação de importantes informações que poderiam ser dadas pelo informante em um diálogo fluido. A autora sugere que esse instrumental seja usado somente como apoio, em momentos em que o diálogo, por algum motivo, torna-se escasso.

6 “[...] un lenguaje sencillo, frases cortas, [] apelo a la sabiduría popular, al lenguaje de la calle, al lenguaje coloquial, [...] con lo que se gana familiaridad, cercanía.” (PORTUGAL; YUDCHAK, 2008, p. 84).

7 “Hoy se ha liberado el lenguaje, se habla como en la vida.” (PORTUGAL; YUDCHAK, 2008, p. 85).

8 “La radio tiene que hablar como el oyente.” (PORTUGAL; YUDCHAK, 2008, p. 85).

destaca ainda o caráter espontâneo que tem a linguagem nesta interação discursiva: “em realidade, a rádio tem que falar como você quer, nada substitui o pessoal”⁹.

É evidente que diante de uma *mídia* de ampla difusão e expressividade, não podemos acreditar que, de fato, seu uso linguístico é exatamente igual ao uso comum, rotineiro e casual¹⁰, no qual não se observa preocupação com a fala. Diante dessa situação de enunciação, o falante tende a monitorar, ainda que discretamente, sua fala a fim de alcançar um padrão linguístico que esteja de acordo com um meio de maior prestígio e desenvolvimento tecnológico, como é a rádio. Por outro lado, a existência de uma maior espontaneidade nesse gênero pode estar relacionada, em partes, à modalidade de concepção e transmissão dos enunciados, isto é, por pertencer ao domínio da oralidade. A impossibilidade de fazer releituras corretivas é outra característica que a modalidade atribui ao gênero, isto porque uma vez enunciada, a mensagem não pode ser apagada.

Marcuschi (2008), por meio da figura 2, mostra-nos que a *entrevista radiofônica* pertence ao domínio da fala, e que, por isso, figura abaixo da linha tracejada. O fato de estar mais ao lado esquerdo desta imagem, onde o monitoramento é mais baixo, mostra-nos mais uma vantagem da utilização, nos *corpus* de análise, de textos pertencentes a este gênero textual. Isso porque, o pouco monitoramento, reflexo da baixa formalidade e da intenção discursiva, aproxima o uso linguístico neste gênero ao uso das situações mais simples e cotidianas, isto é, do uso vernacular.

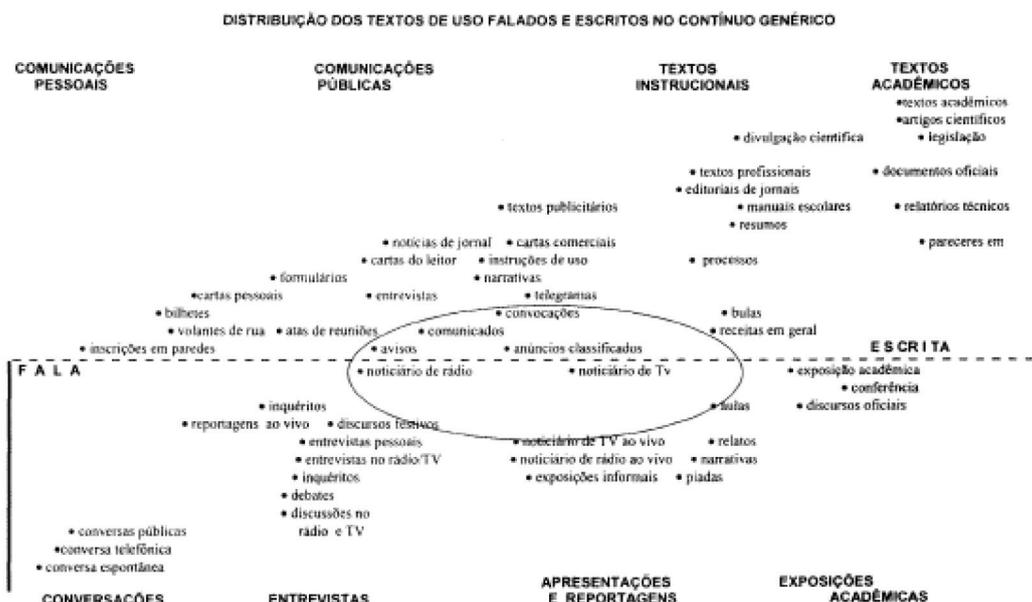


Figura 2. Da distribuição dos gêneros no *continuum* da relação fala-escrita (MARCUSCHI, 2008, p. 197)

Nosso próximo passo será explorar o *corpus* constituído, isto é, descrever os enunciados coletados e verificar como as características do gênero discursivo em foco realizam-se neles. Antes, porém, vamos nos ater a um rápido esclarecimento dos critérios de seleção das cidades representantes das regiões dialetais e à apresentação de dois *softwares*

9 “[...] en realidad la radio tiene que hablar como vos lo sientas, nada reemplaza a lo personal.” (PORTUGAL; YUDCHAK, 2008, p. 85).

10 Segundo Labov (2008, p. 111), “por fala casual, em sentido estrito, entendemos a fala cotidiana usada em situações informais, em que nenhuma atenção é dirigida à linguagem”.

que nos auxiliaram na montagem do *corpus* e que viabilizarão, de forma mais rápida e precisa, o processamento e compreensão de seus dados.

Corpus diatópico da Argentina

A variável diatópica

Um estudo da *dialetologia hispano-americana* (MORENO DE ALBA, 2000) deverá nos mostrar a inexistência de um acordo comum para a divisão dialetal do continente e tão pouco da Argentina; conjuntura que nos coloca em uma situação um pouco incerta sobre que proposta de fragmentação das áreas dialetais assumir a fim de realizarmos a coleta de enunciados conforme as diferentes zonas linguísticas do país. Devido à ausência deste acordo, decidimos partir da proposta de divisão dialetal feita por Fontanella de Weinberg (2004), quem divide o país em sete regiões dialetais: *bonaerense, de Cuyo, noroeste, central, nordeste, do litoral e patagônica*. Diante da impossibilidade de observarmos falantes de todas as cidades pertencentes a cada uma das sete regiões dialetais, procuramos nos orientar pelo princípio de *irradiação linguística* (COSERIU, 1977). O qual aponta os centros políticos, administrativos, culturais, comerciais e de comunicação como os principais centros propagadores de um padrão linguístico. É consciente disso que Moreno de Alba (2000) critica os atlas linguísticos que ignoraram a fala das grandes cidades e afirma que “são precisamente as grandes urbes, focos de irradiação linguística, que merecem especial atenção se o que se persegue é o conhecimento do estado que guarda a língua em um espaço dado”.¹¹

Tendo em vista esse princípio e nos orientando pelos dados fornecidos pelo censo argentino de 2010,¹² buscamos, em cada uma das sete regiões dialetais argentinas, a cidade de maior índice populacional – isso porque pressupomos que cidades detentoras dos principais serviços de ordem política, administrativa, comercial e cultural são as que tendem a atrair mais habitantes. Assumiremos, portanto, a *Capital Federal, a Região Metropolitana de Mendoza* e as cidades de *São Miguel de Tucumán, Córdoba, Posadas, Rosario, e Comodoro Rivadavia* como representantes, respectivamente, das sete regiões dialetais da Argentina. Feita a devida apresentação das cidades representantes de cada umas das regiões, passemos à apresentação das ferramentas tecnológicas que nos auxiliaram o estudo.

Ferramentas tecnológicas para estudos da linguagem

Audacity 1.3. Trata-se de um *freeware* de gravação e edição de áudio. Por sua facilidade de manuseio, serviu-nos para a gravação das entrevistas radiofônicas transmitidas por internet, edição das mesmas, além de nos auxiliar na transcrição dos enunciados. A informação do tempo de gravação é também um dado fornecido pelo programa por meio da linha do tempo. A seguir, expomos uma imagem da tela de entrada do Audacity, 1.3.

11 “Son precisamente las grandes urbes focos de irradación lingüística que merecen especial atención si lo que se persigue es el conocimiento del estado que guarda la lengua en un espacio dado.” (MORENO DE ALVA, 2000, p. 138).

12 Para mais informações, acessar <<http://www.censo2010.indec.gov.ar/>>. Acesso em 10 jan. de 2011.

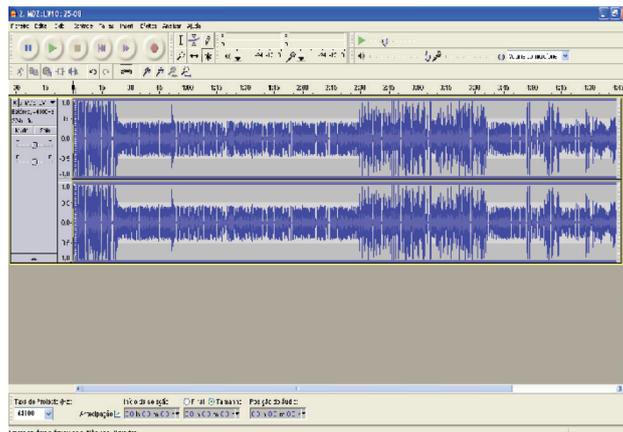


Figura 3. Do Audacity 1.3.

Tropes 7.2.3. O segundo *software* destaca-se pelo processamento semântico de textos em línguas naturais. Para descrever as características dos enunciados em análise, o *tropes* vale-se de critérios linguísticos pré-programados e os associa às estruturas linguísticas encontradas nos textos processados. Frente à desenvoltura metodológica tida pelo programa e nosso objeto de estudos, faz-se imprescindível a adoção da versão em língua espanhola. Como se observa na Figura 4, a interface do programa apresenta duas colunas, uma de *Resultados* (à esquerda), na qual verificamos as características textuais e suas proporções, e uma de *Texto* (à direita), na qual são apresentadas seqüências textuais que ilustram os resultados da esquerda.

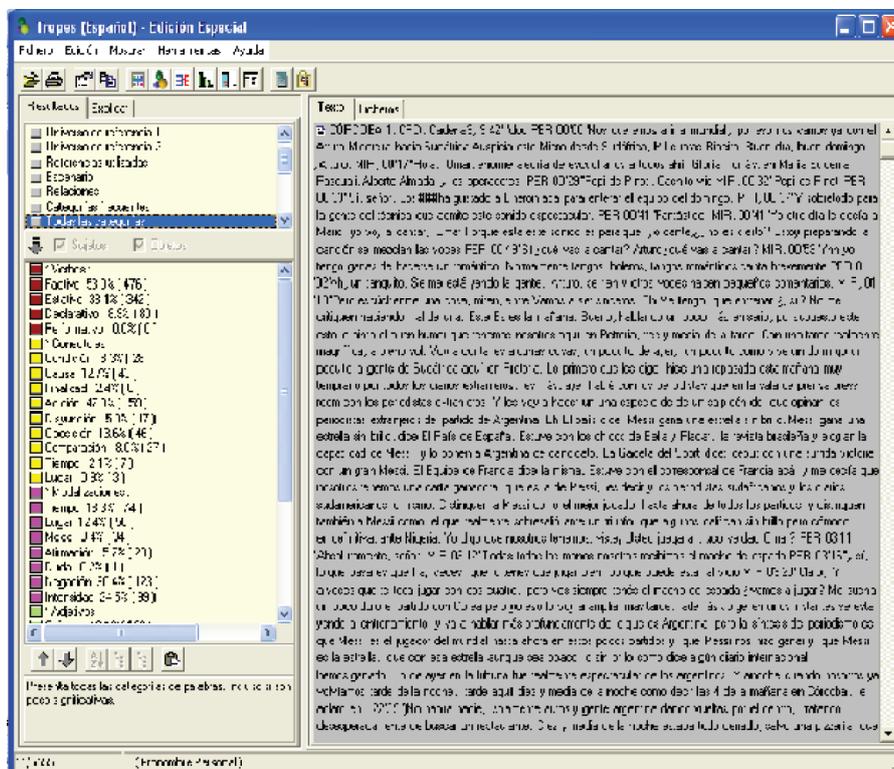


Figura 4. Da interface do Tropes 7.2.3

A partir dos resultados (que apontam estilo geral do texto, frases relevantes, universos de referência, relações entre referências, categorias e lista de palavras preponderantes, entre outros), o *software* possibilita a (a) classificação automática das palavras do texto; (b) visualização direta dos fragmentos pertinentes; (c) filtragem dos temas em função de sua relevância; (d) gráficos que permitem visualizar cada referência detectada em seu contexto; (e) ferramentas que permitem localizar rapidamente as séries cronológicas no interior de um documento e compreender imediatamente a estratégia do narrador; (f) cenários semânticos que permitam produzir ferramentas de interpretação e explorar as classificações personalizadas.¹³ Como veremos mais adiante, as análises oferecidas pelo *Tropes* irão nos auxiliar na descrição das entrevistas radiofônicas, oferecendo-nos, mais especificamente, informações sobre o estilo e o conteúdo temático do gênero. Passemos, então, para a exploração, de fato, do *corpus* por nós elaborado.

Composição do *corpus*

Pérez Hernández (2002) explica-nos que a revolução tecnológica vivenciada pela humanidade nas últimas décadas viabilizou, entre tantas outras coisas, o estudo linguístico baseado na análise conjunta de enunciados pertencentes às múltiplas situações de interação discursiva, afastando-nos, deste modo, de análises baseadas unicamente em intuições linguísticas do pesquisador. Com auxílio desses avanços, constituímos o *corpus* de análise a partir de materiais linguísticos que registram “a linguagem natural realmente utilizada por falantes e escritores da língua em situações reais” (BERBER SARDINHA, 2000, p. 352). Mas quais as características que um *corpus* deve apresentar para que seja considerado como tal? Conforme a definição de Sanchez (1995), será *corpus* o

[...] conjunto de datos lingüísticos (pertenecientes al uso oral o escrito de la lengua, o a ambos), sistemizados según determinados criterios, suficientemente extensos en amplitud y profundidad de manera que sean representativos del total del uso lingüístico o de alguno de sus ámbitos y dispuestos de tal modo que puedan ser procesados mediante ordenador con el fin de obtener resultados varios útiles para la descripción y el análisis. (SÁNCHEZ, 1995, p. 8-9)¹⁴

Em sua asseveração, percebemos que um *corpus*, além de constituir-se por enunciados, ou seja, por textos efetivamente realizados em língua natural, deverá seguir critérios que lhe assegurem representatividade de, pelo menos, algum âmbito do idioma. Estes critérios, por sua vez, se relacionam a condições de naturalidade, de autenticidade, de diversidade, de dimensões e a outros padrões que possam estar vinculados aos propósitos do investigador. A disponibilidade para o processamento digital é também uma das características que deve possuir o *corpus*, haja vista que com o auxílio da tecnologia podemos analisar, de forma muito mais precisa e ágil, uma grande quantidade de textos.

Tendo em vista nossas limitações espaciais e temporais, sem deixar de lado algumas destas características, acreditamos haver encontrado condição que satisfaça as exigências propostas por Sánchez (1995) em um *corpus* composto por *entrevistas radiofônicas*. Isto porque, além da possibilidade de obtermos estes enunciados por meio da internet – em

13 Dados fornecidos pelo site difusor do *software*: <http://www.semantic-knowledge.com/tropes.htm>.

14 Grifos nossos.

rádios das sete regiões dialetais que disponibilizam sua transmissão *on-line* –, este gênero, como já mencionamos, resgata uma variedade linguística não muito distante do vernáculo.

Conscientes de que enunciados pertencentes a um só gênero e de uma única modalidade da língua (falada), não podem constituir um *corpus* representativo da totalidade de usos linguísticos de uma comunidade de fala, as considerações provenientes da análise do *corpus* deverão estar limitadas a um importante âmbito do uso do castelhano na Argentina, no qual, se observa o domínio da oralidade, com pouco monitoramento e, logo, mais espontâneo. Além disso, o recurso a esse gênero nos garante a observação da fala de uma quantidade significativa de informantes das sete regiões dialetais do país, tornando viável um estudo diatópico.

Por assumirmos os pressupostos da Sociolinguística e da Dialectologia, torna-se imprescindível a obtenção de informações que nos descrevam os indivíduos e seu entorno de enunciação, principalmente no que diz respeito a seu local de origem. Mais uma vez, a opção por esse gênero e o apoio da internet possibilitaram o acesso a esses dados ora por inferência na própria entrevista, ora por contato direto com as rádios (*e-mail*) ou, até mesmo, por meio de rede de relacionamentos (*facebook*). Sobre a obtenção dos textos, o uso do *software Audacity 1.3*, como já mencionado, serviu-nos para gravação das entrevistas – as quais compartilham preponderantemente a característica de serem ao vivo. A seguir, dispomos um quadro que relaciona as regiões dialetais da Argentina com informações das entrevistas.

Quadro 2. Da descrição das entrevistas radiofônicas que compõem o *corpus*

Região	Rádio	Site	Programa	Nº Entrev.	Tempo de gravação total	Nº de palavras	Nº de Inform.	Idade (anos)	Sexo Femin.
1. Bonaerense (Buenos Aires)	Continental	www.continental.com.ar	La mañana	4	00:46'58"	7.770	6	37 - 70	2
	Palermo	www.radiopalermo.com.ar	Comunas en Plural Entre nosotras						
2. Cuyana (Mendoza)	LV10	www.lvdiez.com.ar	La deportiva Tiempos Modernos	6	00:47'14"	8.104	13	33 - 51	4
3. Noroeste (S.M. de Tucumán)	LV 12 (Indep.)	www.lv12.com.ar	Manyines en la radio	5	00:47'56"	8.467	8	37 - 59	2
	LV7	www.lv7.com.ar	La mañana de LV7 Tarde						
4. Central (Córdoba)	Cadena 3	www.cadena3.com	Carrusel	5	00:50'56"	9.088	11	21 - 67	0
			Sucesos deportivos						
			Meda de café						
5. Nordeste (Posadas e outras)	Antena Uno	www.antenamisiones.com	Bijo la radio	5	00:48'40"	7.995	13	31 - 66	3
	República	www.republica99.com.ar	Estamos en vuelta La mañana						
	Misiones	www.notciasdel6.com	Jorge Kurrie XXX						
6. Litoral (Rosario/M. Juana)	Meridiano	www.fmmeridiano.com.ar	Zona de noticias	4	00:48'32"	8.441	7	24 - 60	1
	María Juana	www.radiomariajuana.com	Comunicándonos						
	La deportiva	www.ladeportiva.com.ar	Punta pie inicial						
7. Patagonia (Com. Rivadavia)	Visión	www.fmradiovision.com	La mañana de hoy	4	00:46'34"	7.204	9	37 - 55	0
	Plus 10	www.plus10.com.ar	Café comodoro						
			La revista						
TOTAL	14 rádios		22 programas	33	05:37'15"	57.069	67	21 - 70	12

Como podemos observar, as 5h37min15seg, referentes à gravação de 33 entrevistas radiofônicas (Nº Entrev.), forneceram-nos mais de 57 mil palavras,¹⁵ sendo, em média, mais de oito mil a quantidade de palavras provenientes de cada região. Vale a pena repararmos que dentro do grupo de 67 falantes (Nº de Inform.) encontramos indivíduos que possuem desde 21 anos até 70 anos. No entanto, os dois extremos não formam parte do grupo etário

15 As informações de tempo de gravação e quantidade de palavras foram obtidas, respectivamente, por meio da linha do tempo exposta no *Audacity 1.3* e pela ferramenta contar palavras, do editor de texto *Microsoft Office Word 2003*.

preponderante neste gênero. Se realizarmos a média aritmética da idade dos 67 indivíduos, encontraremos que a idade mediana dos falantes é de 44 anos. Em relação ao sexo dos informantes, nota-se claramente a preponderância de homens, número que chega aos 82%. Esses dois dados (idade e sexo) fazem-nos refletir, mais uma vez, sobre o gênero discursivo em questão. Seria a entrevista radiofônica marcada pela maior presença de uma população masculina e adulta?

Seguindo a tipologia proposta pela Linguística de *Corpus* (BERBER SARDINHA, 2000), nosso material de análise se identifica com o *modo falado*, pois tanto em sua concepção como em sua propagação faz uso da oralidade. Enquanto ao *tempo*, trata-se de um *corpus* sincrônico e contemporâneo, por abordar um único período: o corrente. É *dialetal e especializado*, por apresentar, respectivamente, um *conteúdo* que visa satisfazer um estudo dialetológico e por decorrer de um único domínio discursivo: o jornalístico. Por fim, é um *corpus* de *língua nativa*, já que seus *autores* também são nativos. Em relação ao tamanho do *corpus* elaborado e sua relativa representatividade, é pertinente observarmos que, como propõe Berber Sardinha (2000, p. 346), lidamos com um *corpus* pequeno, por possuir menos de 80 mil palavras. No entanto, o autor adverte que “a quantidade mínima de dados necessários para a formação de um *corpus* nunca foi estimada [...], sendo o critério de tamanho empregado subjetivamente na definição de *corpus*” (p. 345).

Para tratarmos algumas características relacionadas ao estilo, ao tema e à composição dos enunciados, recorreremos, como havíamos comentado, ao auxílio do *tropes*, *software* de processamento semântico. Segundo sua análise, o tipo textual¹⁶ preponderante na composição dos enunciados do *corpus* é o *argumentativo*, ainda que os demais tipos sejam encontrados com bastante frequência. Sobre o tema, foi-nos apontada a preponderância de debates sobre *questões sociais*. No entanto, também estiveram presentes temas ligados à *geografia e urbanismo, arte e cultura, política, ciências e tecnologia, economia e finanças, jogos e esportes, animais, alimentação, empresarial, saúde e doenças, direito e justiça, emprego e trabalho*, ou seja, temas que envolvem a vida cotidiana da sociedade e que, na esfera jornalística, são resgatados e transformados em notícias por serem de interesse do ouvinte. Por fim, sobre o estilo, o *software* aponta a preponderância de verbos *factivos e estativos*¹⁷, *que contribuem para a constituição de uma encenação dinâmica*. Por meio da categoria *modalização temporal*, a mais preponderante das modalizações no *corpus*, podemos verificar uma grande recorrência de advérbios e locuções adverbiais de tempo que envolvem, fundamentalmente, o âmbito da enunciação (*ahora, hoy, ya*), que expressam frequência (*siempre, una vez, de nuevo*) e fragmentação do dia (*tarde, mañana, anoche*), além de alguns advérbios de *posterioridade e anterioridade (mañana, ayer)*, entre outros.

Salientamos ainda a preponderância de formas pronominais de primeira e de segunda pessoas do singular – reflexo evidente da situação discursiva instaurada no gênero, na qual duas pessoas estão em diálogo direto –, e da tendência da variedade linguística usada neste gênero aproximar-se do uso menos monitorado e espontâneo da língua; isto é, do uso vernacular. Podemos citar, como exemplo, os seguintes fragmentos:

16 Diferentemente dos gêneros textuais, os *tipos* formam um grupo escasso com cinco, conhecidos como: *narração, argumentação, exposição, descrição e injunção*; sem tendência ao aumento (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Eles são utilizados pelos gêneros no seu processo de composição, de modo que um único gênero pode se valer de mais de um deles.

17 Verbos que, segundo o *software*, expressam, respectivamente, ação e estado.

- (02) “Hola, Víctor Hugo, Tanto tiempo, ¡qué placer! me estaba riendo con los chistes de tu compañero.” <BsAs, Gr 02>.
- (03) “Para hablarnos de *Libertad*, como siempre, Rodrigo Carrizo, a quien saludamos. ¿Cómo Estás? Rodrigo, Buenas Tardes”. <MDZ, Gr 02>.
- (04) CAR: 2007, ahora sí, ahora sí, ahora sí. Acomodaditos
 MAR: Ya estamos todos acomodados.
 CAR: Impresionante este feriado.
 MAR: ¿Qué onda? <TUC, Gr 01>.

Nos enunciados apresentados, além de expressões que indicam uma situação de aproximação e espontaneidade (“*¡qué placer!*”, “*me estaba riendo*” e “*chistes*”), encontramos conjugação verbal (*estás*) e paradigma pronominal (tu compañero) referente à segunda pessoal do singular *vos*, cujo uso, na Argentina, também está relacionado a circunstâncias de menor formalidade e maior familiaridade. Destacam-se também *repetições com efeito cômico* (“*ahora sí, ahora sí, ahora sí*”), *uso de diminutivos* (“*Acomodaditos*”), *expressões de gosto pessoal* (“*¡qué placer!*”, “*Impresionante*”), *formas de questionamento e cumprimentos menos formais* (“*Hola*”, “*¿Cómo estás?*”, “*¿Qué onda?*”), entre tantos outros exemplos verificáveis na totalidade do *corpus*. Não obstante, eventualmente se pode encontrar marcas que apontam para um monitoramento linguístico. Assim, entre outras, são evidências de monitoramento:

- (05) **Repetições de palavras sem finalidade discursiva:** “[...] hemos progresado bastante en lo... en lo grupal y en en en lo técnico, en lo táctico. Así que estamos estamos bien (MAR, masc.; 33 anos, tesoureiro do clube 9 de julio, 3. COR)
- (06) **Pausas na fala:** [...] É... la cifra era monstruosa, ha bajado É... bueno é... [...]. (FAR; masc.; 51 anos; administrador, 4. ROS).
- (07) **“Vícios” de linguagem,** como uso excessivo de “*é*”, “*este*” e “*bueno*”: “É... bueno, una É... una sesión muy emotiva”; “[...] un romance que se mantiene y, bueno, é... [...]”; “Este... de estas personas que [avalaron] la desaparición de personas, la detención de hijos de desaparecido, la apertura, este... yo digo que este... nadie puede dormir con esta sensibilidad que nosotros nos la creamos. A mi parece importante la crítica seria este... É... A las gestiones que del gobierno. (TOR, masc.; 58 anos, senador, 4. POS)

Ou seja, não negamos a importante aproximação entre o uso vernacular e a variedade linguística usada no gênero *entrevista radiofônica*, no entanto, há de se levar em consideração que o falante é sensível à realidade linguística instaurada neste gênero e tende a se ater um pouco mais ao modo como fala. De maneira que não podemos considerar as conclusões provenientes da análise deste material como válidas, necessariamente, para um contexto casual de monitoramento quase nulo, como se espera, por exemplo, da conversa cotidiana entre amigos.

Em síntese, o estudo do gênero discursivo *entrevista radiofônica* permitiu-nos conhecer o material linguístico que servirá de base para conclusões sobre usos e valores atribuídos a diferentes fenômenos linguísticos nas sete regiões dialetais da Argentina. Consideramos essa abordagem teórica fundamental, pois nos fornece o entorno enunciativo destes “enunciados relativamente estáveis” (BAKHTIN, 1997). Por conseguinte, somos levados a conhecer fatores linguísticos e extralinguísticos que, de algum modo, possam estar relacionados ao uso dessas estruturas da língua. Finalmente, não podemos deixar de destacar o fato de o *corpus* ser constituído por enunciados da modalidade oral da língua – tanto em sua concepção, como em seu meio de propagação – e estar atento a variedades

hispano-americanas. Esse destaque se deve a que, além dos já conhecidos traços linguísticos típicos da oralidade, esse material apresenta-nos também a realidade linguística em uma significativa parte do cone sul americano, contribuindo, assim, para os estudos hispânicos no Brasil e no mundo à medida que registra e facilita o acesso à língua falada na respectiva área. Se resgatamos o cenário apresentado no início desse artigo, comprovaremos a relevância do trabalho, haja vista que são poucos os *corpus* orais preocupados com a América Hispânica, sendo a situação mais agravante quando nos atemos à qualquer localidade que não seja a capital dos tidos como principais países americanos.

REFERÊNCIA

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERBER SARDINHA, A. P. Lingüística de *corpus*: histórico e problemática. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 16, p. 323-367, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a05v16n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

COSERIU, E. Geografia lingüística. In: _____. *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, 1977. Cap. 4, p. 103-158.

FARNEDA, E. S. Perguntas e Respostas na Entrevista Radiofônica. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Letra Magna*, São Paulo, v. 6, p. 1-18, 2007. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/entrevista-radio.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. (Org.) *El Español de la Argentina y sus variedades regionales*. 2. ed. Bahía Blanca: Asociación Bernardino Rivadavia, 2004.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LIPSKI, J.M. *El español de América*. Madrid: Cátedra, 1994.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MORENO DE ALBA, J. G. *El español en América*. Ciudad de México: FCE, 2000.

PÉREZ COTTEN, M.; TELLO, N. *La entrevista radial*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

PÉREZ HERNÁNDEZ, M. C. Explotación de los córpora textuales informatizados para la creación de bases de datos terminológicas basadas en el conocimiento. *Estudios de Lingüística del Español*, Barcelona, v. 18, p. 1-75, 2002. Disponível em: <<http://elies.rediris.es/elies18/>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

PORTUGAL, M.; YUDCHAK, H. *Hacer radio: guía integral*. Buenos Aires: Galerna, 2008.

SANCHEZ, A. et al (Org.). *CUMBRE* – Corpus Linguístico del Español Contemporáneo – Fundamentos, Metodología, y Aplicaciones. Madrid: SGEL, 1995.

SZYMANSKI, H. (Org.) *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano, 2002.

Questões sobre compostos e morfologia da LIBRAS

(Questions about compounds and morphology in LIBRAS)

Aline Garcia Rodero Takahira¹

¹Universidade de São Paulo (USP)

alinegr@usp.br

Abstract: In this paper, we discuss the morphosyntactic treatment of compounds in Brazilian Sign Language (LIBRAS), as the ones presented in Figueiredo Silva & Sell (2009) and Felipe (2006). Based on the literature about compounds in American (ASL) and Brazilian sign languages, we will raise some questions about the treatment given to compounds in LIBRAS. Yet, we observe that there are few papers and books about morphology of LIBRAS and, starting by the discussion about compounds, we raise some questions about morphological aspects that are not really clear or are not detailed in this language.

Keywords: morphology; compounds; LIBRAS; sign languages.

Resumo: Neste trabalho, discutimos o tratamento morfossintático dos compostos da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), como os apresentados em Figueiredo Silva e Sell (2009) e Felipe (2006). Com base na literatura sobre compostos nas línguas de sinais americana (ASL) e brasileira, levantamos algumas questões quanto ao tratamento dado aos compostos na LIBRAS. Ainda, observamos que é escassa a literatura sobre morfologia de LIBRAS e, a partir da discussão sobre os compostos, levantamos algumas questões sobre aspectos morfológicos ainda não muito claros ou não muito estudados nessa língua.

Palavras-chave: morfologia; compostos; LIBRAS; línguas de sinais.

Introdução

Este trabalho visa a examinar os tipos de compostos produtivos na Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), uma língua até agora não muito estudada principalmente quanto aos seus aspectos morfossintáticos. Assim, nossa questão inicial é:

1 - Quais tipos de compostos a LIBRAS admite?

Buscamos responder essa pergunta com base na literatura sobre composição na LIBRAS, principalmente com base em Figueiredo Silva e Sell (2009). Essas autoras discutem inicialmente os tipos de compostos produtivos em português, como em (01):

(01)	Exemplos	classe das bases	classe do produto
	(a) salário-família	N+N	N
	(b) bóia-fria, bunda-mole	N+A	N ou A
	(c) tira-manchas, estraga-prazer	V+N	N ou A

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 10)

Pensando nesse tipo de discussão sobre a formação dos compostos observando a classe das bases que os compõem e a classe do produto final, chamamos atenção para o seguinte problema observado na LIBRAS: quanto à distinção das classes de palavras, nomes

e verbos muitas vezes são iguais, como, por exemplo: CARRO/DIRIGIR-CARRO; CADEIRA/SENTAR; e TELEFONE/TELEFONAR.¹ Figueiredo Silva e Sell (2009) afirmam que “na maioria dos casos não há como decidir, apenas com base na morfologia, se um sinal pertence à classe gramatical dos verbos ou dos substantivos ou ainda se não pertence *a priori* a classe nenhuma”.²

A Gramática Tradicional, para as línguas orais, divide composição em composição por justaposição e composição por aglutinação. Assim:

- ii) Justaposição – os constituintes não são modificados na formação composta, não altera sua integridade fônica, como em *guarda-roupa* e *passatempo*;
- iii) Aglutinação – há supressão dos fonemas de um dos elementos do composto ou perda de tonicidade (uma sílaba tônica passa a átona), como em *aguardente* (água + ardente) e *pontiagudo* (ponta + agudo).

Para considerarmos esses processos na LIBRAS, é necessário refletirmos o que equivaleria à “integridade fônica” e o que seriam os fonemas nas línguas de sinais. O que forma um sinal na LIBRAS ou em outras línguas de sinais de forma mais geral? Em outras palavras, se decompusermos um sinal, quais são as partes menores, destituídas de significado que encontraremos? Stokoe (1960) é o primeiro pesquisador a analisar uma língua de sinais, olhando para a comunicação no que veio a ser chamado de Língua de Sinais Americana (ASL; do inglês, *American Sign Languages*). Ele descreve as unidades mínimas da ASL como quiremas ou queremas, que vem do grego, *khéir*, “mãos”. Mais tarde, essa terminologia é deixada de lado e o termo fonema é usado mesmo quando se tratando de línguas de sinais. Esse autor aponta três tipos de fonemas: configuração de mãos (o formato que a mão toma), locação (ou ponto de articulação, localização em relação ao corpo do sinalizador/falante) e movimento. Outros estudos que seguiram consideraram também: direcionalidade (ou orientação da palma da mão) e expressões não manuais (ou expressões faciais e corporais), como tipos de fonemas nas línguas de sinais. Esses compõem os cinco parâmetros da LIBRAS, ou seja, cinco tipos de fonemas, cinco grupos de partes menores, destituídas de significado por si só que, juntas, formam um sinal com significado.³

Assim, uma hipótese que se levanta é que podemos pensar que um processo de justaposição na língua de sinais seria um caso no qual os dois sinais que formam o composto

1 O sistema de transcrição de sinais usado neste trabalho utiliza palavras da língua portuguesa em letras maiúsculas para indicar os sinais; hífen para indicar quando mais de uma palavra do português é usada para descrever um único sinal; ^ para indicar sinais compostos; e, @ no lugar da flexão de gênero para mostrar a ausência dessa marca morfológica na LIBRAS. Esse sistema é o mesmo usado em Figueiredo Silva e Sell (2009) e Quadros e Karnopp (2004), entre outros. Por uma questão de espaço, não colocamos aqui as fotos ou ilustrações dos sinais, nem a forma em LIBRAS escrita (do inglês, *SignWriting*). As ilustrações e a escrita de sinais podem ser verificadas no dicionário de LIBRAS (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001). Para mais informações sobre sistemas de transcrição, veja também McCleary e Viotti (2007).

2 Veja Supalla e Newport (1978), para uma discussão com dados da ASL, e Quadros e Karnopp (2004, p. 96-101) e Felipe (2006, p. 204-206), para uma discussão na LIBRAS acerca de pares verbo/substantivo que apresentam a mesma forma.

3 Veja também Supalla e Newport (1978), Klima e Bellugi (1979), e Lidell e Johnson (1986) para a fonologia da ASL, e Brito (2010 [1995]), Quadros e Karnopp (2004), e Xavier (2006), para a fonologia da LIBRAS.

são realizados em sua totalidade, ou seja, os dois sinais são completamente sinalizados. Já em um processo de aglutinação, algum ou alguns dos parâmetros de um ou ambos os sinais seria modificado ou não seria realizado. Precisamos verificar se esses processos são produtivos na LIBRAS. Aqui, uma segunda questão se coloca:

2 - Como se dá a formação dos compostos na LIBRAS?

Buscamos responder essa pergunta com base na literatura sobre composição nas línguas de sinais principalmente como em Klima e Bellugi (1979), Liddell (1984) e Del Giudice (2007), para a ASL, e Quadros e Karnopp (2004), Felipe (2006) e Figueiredo Silva e Sell (2009), para a LIBRAS.

Ainda, na literatura de compostos no português brasileiro (PB), observa-se que os nomes compostos mostram uma série de peculiaridades, já relatadas em vários trabalhos,⁴ entre elas: i) podem carregar dois acentos; ii) podem ter flexões entre os elementos que o constituem; iii) os compostos, diferentemente dos vocábulos derivados, caracterizam-se somente como categorias lexicais [+N]: N, A, Adv, *V, *P; iv) e permitem a formação do diminutivo através do acréscimo de sufixo entre constituintes; e v) podem flexionar mais de uma vez.

Considerando essas peculiaridades, outros pontos que ressaltamos para a análise dos compostos na LIBRAS têm relação com o que é, de fato, um morfema na LIBRAS? E um sufixo? Há flexão na LIBRAS? De que tipo? Brito (2010 [1995]), Quadros e Karnopp (2004), Felipe (2006), entre outros, passam por questões desse tipo, mas mostraremos no decorrer deste trabalho que alguns pontos ainda não são muito claros. Assim, pretendemos examinar o que está disponível na literatura sobre morfologia de línguas de sinais, mais especificamente, morfologia da LIBRAS, para responder uma terceira questão que se coloca:

3 - O que é um morfema na LIBRAS?

Seguindo os pontos apresentados e as questões levantadas até aqui, vale lembrar que a LIBRAS é uma língua de uma modalidade diferente das línguas orais, sendo essas já bastante estudadas enquanto seus processos de composição. Ou seja, a LIBRAS, e as línguas de sinais de forma mais geral, são línguas visuo-espaciais, “pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos” (QUADROS; KARNOPP, 2004). Assim, no decorrer deste artigo, procuramos olhar para o que a literatura de línguas visuo-espaciais explica sobre os compostos e a morfologia, contrapondo com alguns pontos para esses estudos nas línguas orais. Discutimos a literatura da LIBRAS e da ASL, pois a segunda é uma língua de sinais mais estudada, desde Stokoe (1960), enquanto que a primeira só passa a ser mais estudada enquanto seus aspectos linguísticos a partir do fim da década de 80.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é levantar algumas questões sobre composição e morfologia na LIBRAS, ainda não muito claras, e apontar caminhos de pesquisas que poderão levar às respostas para as questões mais pontuais e os questionamentos mais gerais colocados até aqui e no decorrer deste artigo.

4 Veja Lee (1997) e Basílio (2000), em uma visão lexicalista, e Minussi (2009, 2011), para uma análise não-lexicalista dos compostos no hebraico e no PB dentro do modelo teórico da Morfologia Distribuída.

Para tanto, este trabalho se divide da seguinte forma: na seção “Compostos na LIBRAS”, discutimos as possíveis formações de compostos na LIBRAS por meio do trabalho de Figueiredo Silva e Sell (2009); na seção “Felipe (2006) – processos de composição”, trazemos uma análise das formações dos compostos na LIBRAS apresentada por Felipe (2006) e discutimos alguns pontos dessa análise; na seção “Compostos nas línguas de sinais – análises da ASL”, trazemos duas análises sobre compostos na ASL, Klima e Bellugi (1979) e Lidell (1984); na seção “Morfologia”, discutimos alguns trabalhos sobre morfologia na LIBRAS, Brito (2010 [1995]), Quadros e Karnopp (2004), e Felipe (2006); e, na última seção, encontram-se as considerações e instigações para pesquisa futura.

Compostos na LIBRAS

Nesta seção, apresentamos algumas considerações encontradas na literatura sobre os compostos da LIBRAS. Para tanto, discutimos as possibilidades de formação de compostos como apresentado em Figueiredo Silva e Sell (2009), com o intuito de respondermos à primeira questão colocada acima neste trabalho: 1- Quais tipos de compostos a LIBRAS admite? Essas autoras fazem a seguinte descrição dos tipos de compostos na LIBRAS:

- (02) a. HOMEM^CRIANÇA / MULHER^CRIANÇA [menino ou menina]
b. BEBÊ^HOMEM / BEBÊ^MULHER [bebê – menino ou menina]
c. TI@^HOMEM / TI@^MULHER [tio / tia]

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 17-18)

Os exemplos acima são chamados de “compostos aparentes”, pois o fato de a ordem ser variável depõe contra a hipótese da composição, onde a ordem dos elementos componentes é invariável. Cada sinal pode ocorrer isoladamente.

- (03) a. MAÇÃ^DIVERSO [frutas]
b. LEÃO^DIVERSO [animais]
c. ROUPA^DIVERSO [vestuário]

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 19)

Nos exemplos em (03), é usado:

[...] o sinal de um elemento prototípico do grupo que se deseja classificar (para frutas, por exemplo, o sinal relativo a maçã) e acrescenta-se a ele um morfema (preso?) que parece ser parte do sinal COISA (ou COISAS^DIVERSAS). A hipótese de que se trata de parte do sinal COISA vem do fato de que este sinal é realizado com as duas mãos e com movimento duplo. No caso dos exemplos de quantificação genérica acima, apenas uma mão é usada, com a mesma configuração de mão do sinal COISA e com movimento simples, não o movimento duplo original, mas compartilhando com o sinal completo os mesmos traços semânticos. (FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 19)

Alguns pontos precisam ser destacados aqui. Apesar de as autoras usarem o termo “morfema (preso?)” no trecho acima, elas não delimitam ou explicam o que seriam os morfemas na LIBRAS. Ainda, apontam que não é claro que esses sejam casos efetivamente de composição, porque não há a justaposição de dois sinais independentes e dizem que “é possível que estejamos frente a uma espécie de composição por aglutinação na língua,

dado o que se sabe sobre a existência de processos fonológicos atuantes em compostos nas línguas de sinais em geral”. Se se trata de um processo de composição por aglutinação, a questão que se coloca é: que fonema, ou seja, qual dos parâmetros foi suprimido de qual ou quais elementos desses compostos? As autoras não exploram essa questão, porém nossa discussão seguirá nesse sentido nas seções 3 e 4, onde procuraremos complementar a resposta da primeira questão e responder à segunda questão colocada neste trabalho:

4 - Como se dá a formação dos compostos na LIBRAS?

Ainda, os exemplos em (04) são casos os quais as autoras chamam de compostos verdadeiros:

- (04) a. HOMEM^VIGIA [vigia]
b. HOMEM^RURAL [agricultor]
c. MULHER^COSTURA [costureira]

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 21)

Nesses a ordem é fixa (*VIGIA^HOMEM ou *RURAL^HOMEM) e o sinal HOMEM (ou MULHER) é obrigatório em geral.

Em (05), elas mostram um caso de composição bastante produtiva na LIBRAS:

- (05) a. CASA^ESTUDO [escola]
b. CASA^CRUZ [igreja]
c. CASA^ANTIG@ [museu]

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 22)

Trata-se da justaposição de sinais – formação de sinais que designam lugares/locais, gerados a partir da matriz lexical [CASA + N]. Observa-se a ordem fixa e a obrigatoriedade dos dois sinais, que neste caso também existem como formas independentes na língua. Quanto à incerteza sobre a classe gramatical dos sinais em LIBRAS, as autoras usam um critério semântico para determinar o núcleo dos compostos em (05), ou seja, todos eles se referem a um lugar/local, assim o núcleo desse tipo de compostos está à esquerda.

Também é possível formar compostos para lugares/locais com outras combinações de sinais sem lançar mão da forma básica [CASA + N]:

- (06) a. MORTE^CRUZ [cemitério]
b. CONSERTO^CARRO [oficina mecânica]

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 22)

Esses compostos apresentam ordem fixa e obrigatoriedade de ambos os sinais.

Além disso, há um grupo de palavras formado pela combinação de mais de dois sinais na LIBRAS que utiliza a forma [CASA + N + N] para expressar lugares/locais:

- (07) a. CASA^VENDA^PAPEL [papeleria]
b. CASA^GRUPO^VELHO [asilo]
c. CASA^CRIANÇA^ADOTA [orfanato]

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 24)

Nesses casos a ordenação dos sinais também é fixa e há a obrigatoriedade de todos os sinais, ou seja: * PAPEL^CASA^VENDA, ou * CASA BONITA^VENDA^PAPEL.

Na sequência, discutimos uma análise dos compostos trazida em Felipe (2006) para a LIBRAS, duas análises sobre compostos na ASL, Lidell (1984) e Klima e Bellugi (1979), e consideramos os exemplos que Figueiredo Silva e Sell (2009) chamam de compostos verdadeiros, aqueles que se dão por justaposição, como vimos nos exemplos de (04) a (07), e também aqueles que elas chamam como possíveis casos de composição por aglutinação, como vimos em (03).

Felipe (2006) – processos de composição

Felipe (2006) discute que na LIBRAS os processos de composição podem se realizar de três formas, através da:

- a) Justaposição de dois itens lexicais, ou seja, dois sinais que formam uma terceira forma livre como, por exemplo, nos itens lexicais CAVALO^LISTRA-PELO-CORPO (CAVALO + LISTRA-PELO-CORPO = “zebra”); MULHER^BEIJO-NA-MÃO (MULHER + BEIJO-NA MÃO = “mãe”); CASA^ESTUDAR (CASA + ESTUDAR = “escola”). ASSINAR^SEPARAR (ASSINAR + SEPARAR = “divórcio”); COMER^MEIO-DIA (COMER + MEIO-DIA = “almoço”).
- b) Justaposição de um classificador com um item lexical. (...) Nesse processo o classificador não é uma marca de gênero e funciona como um clítico. São exemplos desse processo os sinais: coisa-pequena^PERFURAR “alfinete”; coisa-pequena^APLICAR-NO-BRAÇO “agulha”; DORMIR^pessoa+ “alojamento”.
- c) Justaposição da datilologia da palavra, em português, com o sinal que representa a ação realizada pelo substantivo que, na sede semântica da ação verbal, seria seu caso instrumental. Exemplo: COSTURAR-COM-AGULHA^A-G-U-L-H-A “agulha”. (FELIPE, 2006, p. 207)

Quanto ao processo de composição, a autora diz que, “nesse tipo de processo de formação de palavras, utilizam-se itens lexicais que são morfemas⁵ livres que se justapõem ou se aglutinam para formarem um novo item lexical” (FELIPE, 2006, p. 207). No entanto, os três tipos de processos de composição apontados pela autora são processos de justaposição. Nenhum processo de aglutinação é apontado para dar conta de dados como os discutidos por Figueiredo Silva e Sell (2009) como em (03) acima.

Neste ponto, vale ressaltar que, além dos exemplos apontados em (03), observamos Surdos⁶ que sinalizam, por exemplo, “ESCOLA” com um número de repetições do sinal “ESTUDAR” diferente de quando sinaliza “ESTUDAR” em outros contextos. Ou seja, sinaliza “ESTUDAR” com dois contatos ou toques das mãos, mas no composto “ESCOLA”, sinalizam “CASA^ESTUDAR” e, nesse caso, “ESTUDAR” tem um único contato entre as mãos.

5 A definição que a autora traz para “morfema” será apresentada na seção “Morfologia” deste artigo.

6 Surdos adolescentes ou adultos, estudantes do Ensino Médio, em sua maior parte filhos de pais ouvintes, moradores da zona leste de São Paulo.

Utilizamos “Surdo” com letra maiúscula para nos referirmos ao indivíduo pertencente à comunidade surda, usuário da LIBRAS como principal meio de comunicação.

Se essa sistematicidade for comprovada, e outros exemplos de compostos com esse comportamento forem encontrados, observaríamos que nesses casos o que ocorre parece ser supressão de um fonema, o fonema movimento, repetição do movimento e contato com a outra mão. Assim, esse tipo de caso caracterizar-se-ia como composição por aglutinação.

Ressaltamos que um estudo muito profundo precisa ser feito com o intuito de verificar se esse tipo de composição, de fato, se dá. Esse ponto fica em aberto para pesquisa futura. No entanto, na próxima seção, olharemos para trabalhos sobre os compostos na ASL, que levam a discussão em um sentido que parece prever composições do tipo que acabamos de aventar.

Compostos nas línguas de sinais – análises da ASL

Com o intuito de verificarmos estudos mais antigos e mais detalhados sobre composição nas línguas de sinais, discutimos a seguir dois trabalhos sobre compostos na ASL: Klima e Bellugi (1979) e Lidell (1984).

Klima e Bellugi (1979)

Klima e Bellugi (1979) discutem alguns processos gramaticais em ASL, entre eles, a criação de novos itens lexicais por composição. Eles questionam que, enquanto na língua inglesa oral nomes compostos se diferenciam de frases que contém os mesmos itens pela diferença na entonação, na ASL quais seriam as evidências para identificarmos um composto ou distingui-lo de frases? A resposta para essa questão vai no sentido de procurar propriedades rítmicas na sinalização, ou seja, os autores gravam alguns informantes sinalizando 70 compostos diferentes e, ao assistir em *slow motion*, conseguem depreender o que são características de dois sinais em uma frase e dos dois mesmos sinais em um composto (KLIMA; BELLUGI, 1979, p. 210-221). Com esse teste, puderam observar a duração e redução do movimento do sinal em um composto, por exemplo, ou seja, observaram o ritmo temporal da sinalização. É essa analogia entre as características visuo-manual da ASL com os padrões entonacionais do inglês oral que eles usam para distinguir compostos da ASL de frases.

Os autores mostram que a redução que ocorre nos morfemas raiz quando eles são combinados para formar compostos acontece por conta de uma ou mais dessas estratégias:

- (8) a. Redução da pausa no seguimento⁷
- b. Redução ou perda do movimento em uma das raízes do sinal
- c. Apagamento da reduplicação do morfema raiz (geralmente a raiz do primeiro sinal)
- d. Redução do movimento de transição entre os dois sinais

(KLIMA; BELLUGI, 1979, *apud* DEL GIUDICE, 2007, p. 10)

Nesse ponto, nos perguntamos o que caracteriza uma raiz em LIBRAS? E um morfema raiz? Voltaremos a essas questões na seção “Morfologia” abaixo.

A seguir, apresentamos a análise de Lidell (1984) para a ASL que vai nesse mesmo sentido. Na seção “Breve olhar sobre alguns dados”, verificaremos se as características

⁷ Tradução nossa.

para os compostos da ASL apresentadas pelos dois autores se fazem presentes nos compostos da LIBRAS.

Lidell (1984)

Lidell (1984) apresenta três regras morfológicas para a criação de compostos na ASL:

- 1 - Regra do contato: Frequentemente um sinal inclui algum tipo de contato, seja no corpo, seja na mão passiva. Em compostos, o primeiro, o segundo ou o único contato é mantido. [...] se um sinal composto apresenta contato no primeiro ou no segundo sinal, o contato pode permanecer nos dois sinais que formam o composto ou em apenas um deles.
- 2 - Regra da seqüência única: Quando compostos são formados na língua de sinais brasileira, o movimento interno ou a repetição do movimento é eliminada [...].
- 3 - Regra da antecipação da mão não-dominante: Quando dois sinais são combinados para formar um composto, frequentemente acontece que a mão passiva do sinalizador antecipa o segundo sinal no processo de composição [...]. (LIDELL, 1984, apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 103-105)

Para caracterizar a regra em 1, Quadros e Karnopp (2004) apresentam os seguintes exemplos na LIBRAS: “ACREDITAR” (SABER + ESTUDAR) e “ESCOLA” (CASA + ESTUDAR). Para a regra em 2: “PAIS” formado por “PAI” + “MÃE”, no qual a repetição dos movimentos de ambos os sinais é eliminada. E elas exemplificam a regra em 3 com os sinais: “BOA NOITE” (BOA + NOITE), “ACREDITAR” (SABER + ESTUDAR) e “ACIDENTE” (CARRO + BATER). Nesses sinais a mão não-dominante aparece no espaço neutro, em frente ao corpo do sinalizador, antecipando sua configuração de mão que envolve o sinal composto.

Ainda, a LIBRAS “[...] apresenta regras morfológicas e fonológicas na criação de novos sinais, e quando dois sinais aparecem juntos para formar um composto, mudanças predicáveis na estrutura do sinal se manifestam” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 106). Feitas as considerações acima, as questões que se levantam são:

- i) Quais são essas “regras morfológicas e fonológicas na criação de novos sinais” da LIBRAS?
- ii) Quais são exatamente essas “mudanças predicáveis na estrutura do sinal” na formação dos compostos da LIBRAS?
- iii) As três regras morfológicas propostas por Lidell (1984) dão conta de explicar a formação de compostos na LIBRAS ou deve haver outras regras?

A seguir, apresentamos um esboço inicial de análise dos compostos.⁸ Adiantamos que um trabalho mais aprofundado e minucioso deve ser feito em pesquisa futura.

Breve olhar sobre alguns dados

Olhando para os dados de Figueiredo Silva e Sell (2009), em (03) acima, e para os exemplos da LIBRAS apontados no trabalho de Quadros e Karnopp (2004), que vimos na seção “Lidell (1984)” acima, passamos agora para uma possível análise inicial desses dados seguindo as análises de Klima e Bellugi (1979) e Lidell (1984).

⁸ Para teorias que discutem a formação dos compostos e a importância dos movimentos e mudanças dentro dos sinais, veja também Uyechi (1993) e Del Giudice (2007).

Repetimos abaixo os exemplos apresentados em (03):

- (9) a. MAÇÃ^DIVERSO [frutas]
- b. LEÃO^DIVERSO [animais]
- c. ROUPA^DIVERSO [vestuário]

(FIGUEIREDO SILVA; SELL, 2009, p. 19)

Nesses exemplos, as autoras discutem que o sinal usado para classificar o grupo é completamente sinalizado, “maçã”, “leão”, “roupa” e “comida”, junto com o que elas chamam de um “morfema (preso?)” e dizem que deve ser parte do sinal “COISA” (ou COISAS^DIVERSAS). Aqui devemos fazer algumas observações: i) há variantes nas quais o sinal “COISA” é sinalizado completamente nos compostos acima, como observamos com grande frequência em São Paulo capital; ii) observamos também um grande número de Surdos que sinalizam “LEÃO” apenas com uma mão, tanto isoladamente quanto no composto em (11)b, LEÃO^DIVERSO.

Se pensarmos na variante na qual o sinal “COISA” é sinalizado apenas com uma mão, não achamos entre as três regras propostas por Lidell (1984) uma regra que explique esse acontecimento. É possível que tenhamos aí algo como o que Klima e Bellugi (1979) chamam de “redução ou perda do movimento em uma das raízes do sinal”, sendo que, nesse caso, perde-se o movimento, ou mais, a sinalização que é repetida com uma das mãos no sinal “COISA”. A mesma ideia se aplica se pensarmos na variante na qual “LEÃO” é sinalizado apenas com uma mão em comparação com a sinalização com as duas mãos.

Assim, como Figueiredo Silva e Sell (2009) apontaram, nesses casos realmente não há a justaposição de dois sinais independentes. Porém, observamos, acima, que há processos acontecendo nessas formações, processos que talvez possamos chamar de fonológicos, que se observam não só nesses casos da LIBRAS, mas em outras línguas de sinais, conforme a literatura já citada. Ou seja, há uma sistematicidade nessas formações que ainda precisa ser verificada levantando-se mais dados da LIBRAS e aprofundando e detalhando essa pesquisa.

Quanto aos exemplos apontados em Quadros e Karnopp (2004), apresentamos a seguinte análise de alguns deles:

“ACREDITAR” (SABER + ESTUDAR) – apresenta as três regras propostas por Lidell (1984): a primeira, regra do contato, uma vez que mantém o contato do sinal “SABER” na testa e do “ESTUDAR” nas mãos; a segunda regra, pois apenas um contato se mantém, no sinal “ESTUDAR”; e a terceira regra, antecipação da mão dominante, uma vez que a mão que sinalizará “ESTUDAR” já fica no campo de sinalização, no espaço neutro, desde que “SABER” começa a ser sinalizado. Pensando na proposta de Klima e Bellugi (1979), observamos que há a redução do movimento, ou seja, apenas um contato se mantém, no sinal “ESTUDAR”, o que também pôde ser caracterizado pela segunda regra proposta por Lidell (1984).

“ESCOLA” (CASA + ESTUDAR) – em algumas variantes percebemos que o sinal “ESTUDAR” perde uma repetição. Nesse caso, acontece a regra do contato (LIDELL, 1984), uma vez que mantém pelo menos um contato entre as mão nos sinais “CASA” e “ESTUDAR”. Aqui também observamos que há a redução do movimento, ou seja, apenas

um contato, no sinal “ESTUDAR”, o que se caracteriza pelas propostas de Klima e Bellugi (1979) e pela segunda regra proposta por Lidell (1984).

“BOA NOITE” (BOA + NOITE) – nesse sinal a mão não-dominante aparece no espaço neutro, em frente ao corpo do sinalizador, antecipando sua configuração de mão que envolve o sinal composto, ou seja, observamos a terceira regra proposta por Lidell (1984). Além disso, observamos a redução do movimento de transição entre os dois sinais, Klima e Bellugi (1979), ou seja, parece que a sinalização de um sinal já se emenda à sinalização do outro.

Olhando para a análise desses poucos dados, percebemos que apenas uma das duas propostas apresentadas nessa seção individualmente não deve dar conta de caracterizar como se dá a formação de compostos na LIBRAS. Há características delineadas em ambas as propostas que se verificam na LIBRAS. As questões que ficam são: i) uma das propostas apresentadas para a ASL dá conta dos dados da LIBRAS de forma mais abrangente?; ii) há outras propostas de análise dos compostos em línguas de sinais que possam dar conta da formação dos compostos na LIBRAS e em outras línguas de sinais?; e iii) afinal, quais são as características que dão conta de explicar a formação dos compostos da LIBRAS? Essas questões serão discutidas em trabalho futuro.

Morfologia

Nesta seção, apresentamos brevemente o que encontramos sobre morfologia de LIBRAS na literatura,⁹ e verificamos se as explicações encontradas vão nos permitir responder satisfatoriamente a terceira questão colocada neste artigo: 3- O que é um morfema na LIBRAS?

Brito (2010 [1995])

No capítulo 2 desse trabalho, a autora discute sobre morfofonologia e sintaxe da LIBRAS. Logo no início do capítulo, ela diz que:

Como as línguas orais, as línguas de sinais exibem a dupla articulação, isto é, unidades significativas ou **morfemas**,¹⁰ constituídas a partir de unidades arbitrárias e sem significado ou fonemas (Klima e Bellugi, 1979). Nas línguas orais, os fonemas são produzidos pela passagem de ar pela laringe, nariz e boca, e nas línguas de sinais, a estrutura fonológica se organiza a partir de parâmetros visuais. (BRITO, 2010 [1995], p. 35)

Ela fala, então, sobre os parâmetros da LIBRAS, ou seja, discute a parte concernente à fonologia. Na sequência, ela traz uma seção intitulada “Aspectos Morfológicos”, na qual trata de temas como gênero, número e quantificação, grau, pessoa, tempo e aspecto, passando depois para aspectos sintáticos. Ou seja, alguns aspectos morfológicos são discutidos, mas em nenhum momento explica-se o que é um morfema, um sufixo ou uma raiz.

9 Veja também Leite (2008) e Maurício (2009).

10 Grifo nosso.

Quadros e Karnopp (2004)

No capítulo 3, as autoras abordam o tema “Morfologia das línguas de sinais”. A discussão começa, mais uma vez, pela caracterização da fonologia, conforme já tratado no capítulo 2 daquele livro. Sobre o estudo da morfologia da LIBRAS, elas afirmam que:

A primeira dificuldade ao se tentar descrever e explicar a morfologia da língua de sinais brasileira é o peso da tradição, que dificulta a revisão e a adoção de novas posições. A questão é: realizar um estudo da morfologia a partir da análise da morfologia das línguas orais ou reduzir-se ao estudo da morfologia das línguas de sinais? Ao optar-se pela primeira, pode-se desconsiderar as especificidades das línguas de sinais, quanto à sua modalidade de percepção e produção. Ao optar-se pela segunda, depara-se com uma bibliografia reduzida e limitada, principalmente ao estudo da língua de sinais americana. Além disso, na língua de sinais brasileira, raros são os estudos lingüísticos realizados nesta área. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 84)

Ainda, sobre os processos combinatórios, apontam que:

As línguas de sinais têm um léxico e um sistema de criação de novos sinais em que as unidades mínimas com significado (**morfemas**) são combinadas. Entretanto, as línguas de sinais diferem das línguas orais no tipo de processos combinatórios que frequentemente cria palavras morfologicamente complexas. Para as línguas orais, palavras complexas são muitas vezes formadas pela adição de um prefixo ou sufixo a uma raiz. Nas línguas de sinais, essas formas resultam frequentemente de processos não-concatenativos em que uma **raiz**¹¹ é enriquecida com vários movimentos e contornos no espaço de sinalização (Klima e Bellugi, 1979). (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 87)

Na sequência, as autoras tratam de aspectos lexicais da LIBRAS e processos de formação de palavras como derivação (nome de verbo), composição (mostra uma análise da ASL de Lidell (1984), como visto na seção “Lidell (1984)” deste artigo), incorporação de números e negação, e flexão.

Mais uma vez, observamos que se trata de outro trabalho que fala de processos morfológicos, mas que deixa no ar o que exatamente é um morfema, um sufixo, ou uma raiz na LIBRAS.

Felipe (2006) – morfologia

Logo no resumo desse trabalho, a autora já afirma que os parâmetros da LIBRAS, considerados como fonemas na literatura, também podem ser morfemas ou afixos:

[...] os parâmetros (configuração de mão, direcionalidade, ponto de articulação movimento, localização, expressões faciais e corporais), que também podem ser morfemas, compõem sistemas complexos de desinências que estabelecem tipos de flexão verbais: concordância para gênero, para pessoa do discurso e para locativo, ou são afixos que se justapõem à raiz verbal ou nominal. Portanto, em relação aos seus processos de formação de palavras, a Libras é uma língua flexional, embora tenha também características de língua aglutinante, que podem ser percebidas a partir da formação de sinais pelos processos de composição e incorporação. (FELIPE, 2006, p. 200)

11 Grifos nossos.

Felipe (2006) considera os cinco parâmetros da LIBRAS como morfemas que, combinados, formam os itens lexicais da língua. Assumindo seu trabalho de 1998,¹² a autora aponta que esses morfemas podem ser: i) uma raiz ou radical, referindo-se ao parâmetro movimento; ii) um afixo, no caso de alterações entre movimento e configurações de mão; ou iii) uma desinência, direcionalidade, no caso de concordância número pessoal, ou configuração de mão, no caso de gênero.

Ela continua a argumentação discutindo processos de modificação à raiz: i) Modificações por adição à raiz – negação; e ii) Modificação Interna da Raiz – flexão para pessoa do discurso, para aspecto verbal, para gênero, incorporação do numeral e do muito. Discute também o processo de derivação zero, para caso de denominais, e de composição, como já mostramos na seção “Felipe (2006) – processos de composição” deste artigo.

Embora esse tenha sido o trabalho com mais avanços teóricos sobre a morfologia da LIBRAS que encontramos, algumas questões ainda nos incomodam:

- i) Se movimento é raiz, o que dizer de sinais que são formados puramente por expressões faciais, como “LADRÃO” ou “RELAÇÃO-SEXUAL”, como exemplificado no próprio trabalho de Felipe (2006)?
- ii) A expressão facial seria a raiz nesse caso?
- iii) Se sim, há outros casos nos quais é algum outro parâmetro ou outros parâmetros que caracterizam a raiz?
- iv) Se não, seria a raiz o movimento da língua que participa da formação da expressão facial desses sinais?

Considerações e instigações

Sem nenhuma pretensão de chegarmos a qualquer verdade absoluta ou análise definitiva para a LIBRAS, conseguimos pontuar aqui algumas questões que ainda devem ser estudadas a fundo, através de um trabalho minucioso de coleta e análise de dados, e investigação da literatura já existente em LIBRAS e em ASL, como exemplo de uma língua de sinais estudada há mais tempo. Conseguimos também mostrar alguns caminhos possíveis para solucionar algumas dessas questões.

Três questões mais pontuais foram colocadas no início do trabalho, questões essas que pudemos responder parcialmente dado o andamento da pesquisa. Outras questões de caráter não menos importante foram colocadas ao longo do trabalho, questões essas que ainda carecem de literatura, estudos aprofundados, considerando-se a LIBRAS.

A questão 1 (Quais tipos de compostos a LIBRAS admite?) foi respondida na seção “Compostos na LIBRAS” com base no trabalho de Figueiredo Silva e Sell (2009). Vimos que há diferentes tipos de compostos, que as autoras dividem em compostos “verdadeiros” e compostos “aparentes”. Na seção “Breve olhar sobre alguns dados”, onde apresentamos uma breve análise dos dados, consideramos ambos. Em um primeiro momento os primeiros parecem se explicar como os casos de justaposição e os últimos como casos de aglutinação, em paralelo às línguas orais e conforme Felipe (2006), para

12 Até o término deste artigo, não tivemos acesso aos exemplares de Felipe (1998) para acompanharmos toda a argumentação.

os casos de justaposição na LIBRAS. Porém, considerando-se a literatura da ASL, Klima e Bellugi (1979) e Lidell (1984), mostramos que todos os sinais analisados apresentam as características apontadas para caracterizar os compostos nas línguas de sinais. Assim, respondemos também, parcialmente, à questão em 2 (Como se dá a formação dos compostos na LIBRAS?).

Ressaltamos que um levantamento dos compostos em uso pela comunidade Surda brasileira, em suas diversas variantes, ainda precisa ser feito. Além disso, lembramos que nossa análise na seção “Breve olhar sobre alguns dados” apontou um caminho para pesquisa, que ainda precisa ser verificado com mais detalhes e expandido para dar conta do fenômeno da composição na LIBRAS.

Quanto à questão 3 (O que é um morfema na LIBRAS?), mostramos que a Morfologia da LIBRAS é uma área ainda muito pouco explorada e alguns (dos poucos) trabalhos sobre o assunto apresentam um tratamento vago em relação à questão colocada em 2, de forma a discutir os processos de formação de palavras, mas não a natureza dos morfemas, raízes, etc. Discutimos brevemente o trabalho de Felipe (2006), inovador para o estudo da morfologia da LIBRAS, porém mostramos que algumas questões, já apontadas na seção “Morfologia”, ainda nos incomodam naquela análise e ficam para pesquisa futura.

Até aqui este trabalho mostrou que a literatura disponível sobre compostos e morfologia na LIBRAS ainda não dá conta de explicar os fenômenos da língua e carece de mais pesquisa. As questões colocadas são muitas e muito interessantes para o desenvolvimento linguístico da LIBRAS e das línguas naturais, de forma mais geral. Algumas dessas questões serão abordadas em trabalho futuro, mas são tantas as questões que, de qualquer forma, as deixamos em aberto como provocação para quem se interessar em engajar-se nos estudos sobre Morfologia de LIBRAS.

REFERÊNCIAS

BASILIO, M. M. P. Em torno da palavra como unidade lexical: composição. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 9-18, 2000.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de línguas de sinais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2010. [1995].

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira – Libras*. v. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

DEL GIUDICE, A. A constraint-based analysis of compound formation in the sign modality. 2007. Disponível em: <<http://idiom.ucsd.edu/~delgiudice/DelGiudice-ASLcompounds.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavras na LIBRAS. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006.

_____. *A relação sintático-semântica dos verbos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. v. I e II.

FIGUEIREDO SILVA, M. C.; SELL, F. F. S. *Algumas notas sobre os compostos em português brasileiro e em LIBRAS*. PPT apresentado na USP e artigo disponibilizado por e-mail, 2009.

KLIMA, E. S.; BELLUGI, U. *The Signs of Language*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

LEE, S.-H. Sobre os Compostos do PB. *DELTA*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 17-33, 1997.

LEITE, T. A. *A segmentação da língua de sinais brasileira (libras): um estudo lingüístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIDELL, S. K. *THINK and BELIEVE: sequentiality in American Sign Language*. *Language*, v. 60, n. 2, p. 372-399, 1984.

LIDELL, S. K.; JOHNSON, R. E. American Sign Language compound formation processes, lexicalization, and phonological remnants. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 4, n. 8, p. 445-513, 1986.

MAURÍCIO, A. C. L. *Morfemas metafóricos na LIBRAS: análise da estrutura morfêmica de 1577 sinais em 34 morfemas moleculares e 14 classes de morfemas molares*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MCCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. C. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, H. (Org.). *Bilinguismo e surdez*. Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007. p. 73-96.

MINUSSI, R. D. Os nomes compostos no português brasileiro: uma análise morfossintática. *Colóquio de Morfologia*. 2011. Disponível em: <<http://coloquiodemorfologia.files.wordpress.com/2011/05/minussi.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. Os nomes compostos do hebraico: uma análise morfossintática. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 259-271, jan./abr. 2009.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STOKOE, W. Sign language structure: An outline of the visual communication systems of the American Deaf. *Studies in Linguistics, Occasional Papers 8*. Buffalo: University of Buffalo Press, 1960.

JOURNAL OF DEAF STUDIES AND DEAF EDUCATION. Oxford: Oxford University Press, v. 10, n. 1, 2005.

SUPALLA, T.; NEWPORT, E. How many seats in a chair? The derivation of nouns and verbs in American sign language. In: SIPLÉ, P. (Ed.). *Understanding language through sign language research*. New York, Academic Press, 1978.

UYECHI, L. Merging in American Sign Language compounds. In: DUNCAN, E.; FARKAS, D.; SPAELTI, P. *The Proceedings of the Twelfth West Coast Conference on Formal Linguistics*. 1993. p. 167-182.

XAVIER, A. N. *Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua de sinais brasileira (LIBRAS)*. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Linguística da comunicação e Linguística descritiva: os eixos sincrônico e diacrônico nos atuais modelos de Morfologia

(Communication Linguistics Descriptive Linguistics: synchronic and diachronic axes in current models of Morphology)

Mário Eduardo Viaro¹

¹Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade de São Paulo (USP)

maeviaro@usp.br

Abstract: Some epistemological problems about the assumptions adopted by modern Linguistics since the publication of Cours de linguistique générale are discussed in this paper. Its dichotomies are further analyzed and a review of these concepts is then proposed, which is based on new questioning brought by historical, comparative, sociolinguistic and psychological studies.

Keywords: epistemology of linguistics, synchrony and diachrony; language and speech; morphology.

Resumo: Discutem-se neste artigo problemas epistemológicos acerca dos pressupostos adotados pela Linguística moderna desde a publicação do Cours de linguistique générale. Analisam-se mais detidamente algumas dicotomias e propõe-se sua reinterpretação à luz de novos questionamentos trazidos pelos estudos históricos, comparativos, sociolinguísticos e psicológicos.

Palavras-chave: epistemologia da linguística; sincronia e diacronia; língua e fala; morfologia.

Historiografia

Em nossa formação acadêmica do século XX tivemos contato com diversos manuais que afirmam ser a Linguística uma ciência. Se entendermos *ciência* como um sistema de discursos por meio do qual se constrói e se organiza o conhecimento acerca de um objeto existente no mundo, na forma de explicações e predições, talvez nos deparemos com um problema epistemológico em alguns setores da Linguística. Algumas linhas privilegiam o entendimento da organização do fenômeno linguístico; outras focam a explicação e a predição. A Matemática e a Lógica, rigorosamente falando, segundo essa definição, não seriam ciências. Seus teoremas são possíveis de ser provados, já numa ciência, isso não ocorre: teorias são, no máximo, corroboradas ou contraditas. No caso da Linguística moderna, que tem a língua como o objeto de estudo, o *ponto de vista* assumiu atipicamente um papel central. Por ter nascido no início do século XX, em plena discussão acerca do relativismo, houve um confronto com pelo menos dois outros estudos linguísticos: o da Gramática e o da Filologia.

Para que se entenda o que é uma língua, é preciso partir de uma coleta representativa do fenômeno linguístico, que é, em si, inacessível, como deixa bem clara a imagem da *huge chart* de Bloomfield (1965 [1933], p. 46-47):

Imagine a huge chart with a dot for every speaker in the community, and imagine that every time any speaker uttered a sentence, an arrow were drawn into the chart pointing from his dot to the dot representing each one of his hearers. At the end of a given period of time, say seventy years, this chart would show us the density of communication within the community [...] The chart we have imagined is impossible of construction. An insurmountable difficulty,

and the most important one, would be the factor of time [...] our speech depends entirely upon the speech of the past. Since we cannot construct our chart, we depend instead upon the study of indirect results and are forced to resort to hypothesis.

A partir dessa coleta é que nascem os chamados modelos (ou “teorias”). Deles, inferem-se previsões que, testadas, apontam para um valor de verdade. Diante da comprovação, qualquer modelo científico adquire força; diante da contradição, o modelo pode ser refeito — e, para tal, variáveis são acrescentadas — ou totalmente abandonado. Ora, com relação ao conhecimento da linguagem e das línguas, a Gramática, a Filologia e a Linguística moderna fizeram suas contribuições: por isso, ao conjunto de todas essas áreas, utilizaremos aqui o termo *Linguística*. A subjetividade presente nas gramáticas — em grau menor na Filologia e na Linguística moderna — não é razão para entendermos que suas conquistas, ainda que mais lentas, rumo ao conhecimento do fenômeno linguístico sejam desprezíveis. A classificação em grupos de palavras, antevista já em Platão e Aristóteles, mas presente de forma clara em Dionísio Trácio (170-90 a. C.) e em toda a tradição gramatical subsequente visava, entre muitas coisas, a entender um elemento natural nas línguas: as classes de palavras. Considerações valorativas, tão características nas gramáticas normativas, devem ser vistas como uma interferência de outros discursos presentes na cultura sobre o discurso científico. O mesmo se pode dizer da dogmaticidade e sobretudo da descaracterização das palavras efetuada pelos gramáticos em nome de uma “coerência lógica” (termo ainda hoje usado, embora errôneo), com vistas à precisão da fala, almejada pelas gramáticas desde o século XVII. Tanto o aspecto do julgamento estético quanto o da deformação do elemento natural parecem afastar a Gramática do que seria uma ciência pura, mas dizer que os gramáticos só tenham legislado sobre a língua é um exagero de cunho caricatural muito comum no advento da Linguística moderna, mas hoje dificilmente possível de se manter, dados os avanços da Historiografia da Linguística.

Paulatinamente livre desses aspectos, a Filologia do século XIX abandonou o dogmatismo e incentivou a coleta de dados. Desenvolveu teorias de cunho histórico e psicológico que lhe conferiram alto grau de cientificidade, em grande parte desconhecidas hoje. O abandono de muitas das conquistas filológicas pela Linguística moderna (motivado sobretudo pelo interregno das guerras mundiais e pela interrupção de muitos estudos florescentes até a década de 20) e a subutilização dos dados coletados pelos filólogos (que deixaram de ser levados em conta em nome de uma maior abstração metodológica) causaram visíveis retrocessos em diversos setores da Linguística. No final do século XX e início do XXI, vários autores, dentre os quais os chamados funcionalistas, se tornaram atentos a esse problema. Vislumbra-se hoje com mais nitidez que as conquistas da Filologia não devem ser vistas, de maneira hegeliana (ou comtiana), como uma antevisão da Linguística moderna, mas que a riqueza de perspectivas ainda inexplorada de ambas deverá convergir-se num futuro recente, a fim de consolidar, numa síntese, a Ciência Linguística por excelência.

Thomas Hobbes (1588-1679) acredita, no seu *Leviathan* (1985 [1651]), que a linguagem deva ser estudada pela filosofia natural (e não pela filosofia civil), sob a forma do estudo das poesias, da Retórica, da Lógica e da Ciência da Justiça. As principais conseqüências da linguagem seriam, segundo ele, exaltar, vilipendiar, persuadir, raciocinar e contratar. A Ciência da Linguagem juntamente com a Ciência das Paixões humanas (a Ética) se uniriam em um grupo de conhecimento exclusivo do homem (Ciências Humanas). A Ótica, a Música e o estudo dos demais sentidos, por não ser exclusivo do homem, agrupar-se-iam com as

Ciências Humanas num grupo que poderíamos chamar de Ciência dos Seres Sensitivos, a qual, fundindo-se com a Ciência dos Vegetais e dos Minerais, se subordinaria à Ciência dos Corpos Terrestres. Os corpos terrestres, juntamente com as estrelas, o ar e o éter seriam da alçada da Ciência dos Corpos Permanentes, a qual, associada à Ciência dos Corpos Transitórios (a Meteorologia), se uniria à Física, que é uma parte, no seu sistema, da chamada Filosofia Natural. Posteriormente, outro inglês, John Locke (1632-1704), detalhará ainda mais o estudo científico da linguagem, no livro 3 de seu *An essay concerning human understanding* (1690). Nele veremos diversos pressupostos da Linguística moderna, cuja gênese nem sempre foi tão clara para os historiógrafos do pós-guerra. Para Locke, as palavras são sinais sensíveis e necessários para a comunicação. Como num tratado de Semântica, Locke entende que a Ciência da Linguagem está vinculada ao estudo da comunicação humana. Não é à toa que ecos de Locke se verão em Saussure e sobretudo nos estruturalistas americanos. Chomsky faz questão de apresentar seus pressupostos como nascidos na visão seiscentista de linguagem, em seu livro *Cartesian Linguistics* (1966).

Nasce em Locke, a nosso ver, a principal cisão na abordagem científica do objeto *língua*. No século seguinte, Gottfried W. Leibniz (1646-1716), em seus *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (1686 [1765]), questionará a arbitrariedade do signo proposta pelos estoicos e aceita por Locke como algo restrito às línguas artificiais e propõe o estudo histórico com pressupostos semelhantes aos utilizados no *Crátilo* de Platão. A indução seguida por Locke a partir de uma trilha aberta por Francis Bacon (1561 [1620]) deve dar lugar, na argumentação de Leibniz, à retomada da dedução. O embate científico aqui parece extremamente prolífico e digno de ser entendido, uma vez que, entre os objetos abordados pelos filósofos, a linguagem ocupa diversos capítulos. O tema é complexo e, entre as abordagens modernas, merece que citemos aqui apenas a de Popper (1963), que nega a possibilidade da perspectiva indutiva de caráter científico. A única exceção admitida por Popper seria o estudo histórico.

Dicotomias do *Cours de linguistique générale*

Em 1915, a reconstrução do curso ministrado por Ferdinand Mongin de Saussure (1857-1913), publicado com o nome de *Cours de linguistique générale*, por Charles Bailly e Albert Sechehaye, trouxe, por meio de uma aceitação generalizada e quase dogmática dos estruturalistas subsequentes, conceitos importantes para o entendimento da visão do *Cours* sobre a *língua*. Dentre as famosas dicotomias do *Cours*, interessa-nos aqui sobretudo a distinção entre língua e fala e a entre sincronia e diacronia. A figura do mestre Saussure é emblemática na consolidação da Linguística moderna, embora a historiografia questione hoje a propalada originalidade de suas ideias e a consequente formação de seu mito, criado por entusiastas do pós-guerra, entre eles, Louis T. Hjelmslev (1899-1965). Sobre suas ideias repousa grande parte das visões atuais que, como tentaremos apresentar aqui, não são de modo algum inescapáveis.

Descrever uma língua parece, à luz dos seguidores de uma postura dedutiva, algo menor. No entanto, descrever dados linguísticos não é simplesmente elencá-los em listas e agrupá-los arbitrariamente. Todo agrupamento requer uma teoria prévia e, com ela, seus pressupostos. Somente as categorias naturais de nosso cérebro aceitam de forma passiva a categorização contraditória e a sobreposição de hierarquias semânticas. Num bom modelo científico, uma lógica, ainda que não necessariamente a tradicional, deve

nortear qualquer intento de categorização, criando-se assim um modelo que, por meio da aplicação rigorosa de critério, devolva algo da complexidade natural, sobretudo nos seus aspectos paradoxais. Não é preciso dizer que, sobretudo na Semântica, modelos com um grau razoável de eficácia são reservados ainda a um futuro indefinido. Na falta de modelos e de uma teoria decorrente, todo intento de agrupamento em Linguística, desde sua gênese, tem sido arbitrário e daí a vitória do relativismo.

O *Cours de linguistique générale*, no entanto, nos leva a entender a linguagem humana por meio da distinção entre língua e fala. Essa dicotomia, por si, é uma tentativa de organização dos dados linguísticos, mas não é, rigorosamente falando, uma categorização. Um elemento de língua requer uma coletividade de indivíduos: *la langue existe dans la collectivité sous la forme d'une somme d'empreintes déposées dans chaque cerveau, à peu près comme un dictionnaire dont tous les exemplaires, identiques, seraient répartis entre les individus* (1969 [1915], introd., iv, p. 38). A fala, contudo, é instrumento e produto individuais da língua coletiva. O *Cours* afirma que o indivíduo falante é passivo com relação à língua, mas ativo com relação à fala, porque exerce nela sua inteligência e sua vontade, combinando elementos do código linguístico na exteriorização de seu pensamento (*mécanisme psycho-physique*). Sob essa ótica, língua e fala são mutuamente excludentes: *il n'y a donc rien de collectif dans la parole; les manifestations en sont individuelles et momentanées [...] il serait chimérique de réunir sous un même point de vue la langue et la parole* (1969 [1915], introd., iv, p. 38).

Em vez de avançarmos a partir desses conceitos, tratando-os como uma verdade supostamente revelada pelo mestre Saussure, investiguemos seus antecedentes e a sua aceitabilidade. É, de fato, bastante aceitável, para a tradição ocidental, que vejamos uma entidade abstrata como a *língua*, de um lado, e tudo que se opõe a essa forma ideal, de outro, e que tratemos esse conjunto de fatos que se opõe à língua de maneira igualmente abstrata como *fala*. Mais força lhe dá a própria razão humana: o cérebro humano trabalha com categorias e não com indivíduos. *Esta* cadeira só é uma cadeira porque conheço outras cadeiras. Do ponto de vista ontológico, somente o nome próprio exerceria, de forma inequívoca, a relação entre o *objeto* presente na realidade e aquilo que se convencionou chamar de *imagem mental* do mesmo objeto. O objeto é inacessível ao entendimento de maneira imediata. Dessa forma, tanto língua quanto fala comungam do mesmo pecado original: não tratam do objeto mas de uma figura de entendimento associada a esse mesmo objeto.

A fala não pode ser essencialmente individual, como quer o *Cours*, sob pena da incomunicabilidade. Dizer que as coisas procedem desse modo só é tolerável por meio de uma figura de linguagem que consiste na interpretação romântica do significado de *individual*, quase sinônimo de *inédito* ou *original*. A *palavra*, pelo contrário, pode ser entendida como uma unidade de língua idêntica à unidade de fala, se abstrairmos do significado do signo *palavra* a sua manifestação quer sob impulsos cerebrais quer sob ondas sonoras. Não há uma palavra na língua e outra na fala, o que há é uma única palavra com eficácia comunicativa garantida que adotamos e transmitimos. Quando ouvimos uma palavra, reconstruímos a rede de significados a partir de seu *input*; quando usamos a mesma palavra, apostamos que essa mesma rede se reconstruirá na mente alheia. Entender uma palavra é decodificar acertadamente os impulsos auditivos ou visuais e, para tal, não precisamos dominar o sistema em que a palavra se insere: ao ouvirmos ou lermos o seguinte trecho

em valáder, mesmo não sendo proficiente nessa língua, é possível termos êxito ao entender a sua mensagem.

- (01) Quists pronoms persunals emfatics vegnan dovrats generalmaing davo pronoms o substantivs per tils rinforzar. Las fuormas femininas vegnan eir dovradas per il masculin. Il singular e'l plural han listessas fuormas (GANZONI, 1983, p. 69).

Por outro lado, um texto formado com palavras extraídas de um dicionário de nossa própria língua materna pode ter êxito menor:

- (02) Os contubernáculos se locupletam vezeiramente de sodalícios equevos e chalaceiros, mormente cábulas, que, provectos a cote na verbiagem soez e batológica letificam coa sua joliz zangurriana e coa sua jucunda jiquipanga a mais mesta das circunjacências.

A compreensão da mensagem, portanto, prescinde do sistema e está envolvido num jogo de probabilidades. Poderia ser quantificado de maneira estatística. Desse modo, os traços pouco pertinentes que distinguem língua e fala (como ausência de materialidade sonora na língua *versus* materialidade na fala, coletividade da língua *versus* caráter estilístico do individual na fala) cedem espaço a uma diferença mais importante: o êxito comunicativo de cada palavra, mensurável no espaço e no tempo de sua atuação. No espaço, porque uma palavra recém-criada na gíria tem raio de atuação espacial menor do que uma palavra de alta frequência numa língua. No tempo, porque uma palavra pode permanecer intacta quanto ao seu significado geral durante décadas ou séculos até tornar-se um arcaísmo e por fim desaparecer. O mesmo raciocínio acima apresentado para as palavras pode aplicar-se aos seus elementos componentes (significante e significado), aos elementos de formação das palavras (sufixos, prefixos etc.), às flexões, às regras sintáticas e até mesmo aos fonemas e às suas realizações fonéticas.

Além disso, se, verticalmente, cada elemento teria um índice mensurável de êxito comunicativo num determinado código linguístico, horizontalmente, nada impede que esse mesmo elemento aja em “sistemas” distintos, como o português e o valáder. Tanto a distinção entre língua e fala quanto o conceito de “sistema” (ou seja, a visão discreta das línguas em oposição à ideia do *continuum* linguístico) revelam, portanto, mais uma longa e pouca questionada tradição de pensamento do que uma verdade científica. Abaixo desenvolveremos esse aspecto de forma mais detalhada.

Sob o viés que acima chamamos de “vertical”, um elemento linguístico com êxito comunicativo x numa língua qualquer deve seu mesmo êxito à sua transmissão temporal e à sua difusão espacial. Do ponto de vista do tempo, esse elemento pode conservar ou alterar tanto seu significado quanto seu significante. Cumpre lembrar que estamos entendendo por *significado* de uma palavra o conjunto de relações — associadas a uma referência qualquer ou a uma imagem mental e depreensíveis em contextos de uso distintos — que um mesmo conjunto de realizações sonoras (ou visuais), numa sequência inalterável (ou seja, o *significante* dessa mesma palavra), pode representar. Toda atualização de um signo linguístico, portanto, dispõe, além da sua relação específica entre significado e significante, de uma vinculação com o tempo e com o espaço em que foi produzido. Se não alterarmos a relação entre significante e significado, mas mudarmos o tempo ou o espaço, não diremos que estamos diante de signos distintos, mas mudados significado ou significante, não há propriamente consenso se estamos diante do mesmo signo ou não. Por exemplo, o significado

de *transar* é sensivelmente distinto desde a sua criação até hoje. Inicialmente significava “negociar”, depois “conversar”, “curtir” e por fim obteve o sentido atual:

- (03) “essa modificação não ocorreu graças a um projeto autônomo das classes médias. Essas puderam ‘*transar*’ com as classes dominantes graças à existência de dissidências internas” (HOLANDA; CAMPOS; FAUSTO, 1960);
- (04) “Portanto o empregado *transa* o que? O direito à indenização que adquiriu pelo trabalho regular” (TEIXEIRA, 1970);
- (05) “Tostão *transa* com Clodô” (MANCHETE, 1972);
- (06) “o signo verbal forma um sistema dominante de comunicação. Quer dizer: todo mundo *transa*, todo mundo usa, todo mundo trabalha com o signo verbal” (PIGNATARI, 1977).

Outras ocorrências semelhantes, como “*transar* em família”, “*transar* com Deus”, “*transar* com empregado”, “*transar* tóxicos”, não têm a interpretação sexual atual, pois o novo sentido se tornou mais frequente apenas em meados da década de 80. Normalmente se entende isso como uma mudança do significado da palavra, no entanto se o signo é o mesmo, como explicar — sem incorrer num paradoxo — que o significado primitivo já não existe ou está em vias de extinção e que só o significante se mantém? Parece ser mais razoável entendermos que se trata da *mesma* palavra (e, portanto, do *mesmo* signo) apesar do significado se ter alterado.

Nesse sentido, afirmarmos que a palavra *chuveiro* com o significado original de “chuva intensa” é um arcaísmo nas regiões que ainda se utiliza com esse sentido. Qual o critério, além da nossa subjetiva sensação como falantes, de uma das variedades de uma língua, para nomearmos a *nossa* variedade como o ponto de apoio para o julgamento da língua como um todo? A sensação do falante distorce a informação dos dados históricos. Uma vez que não existe onisciência do falante, valeremo-nos apenas da nossa experiência parcial como indivíduo que julga o objeto que analisamos, servindo-nos apenas de nosso bom-senso (e de nossa memória momentânea), é um método bastante falho embora bastante empregado no Estruturalismo e prática corrente no Gerativismo.

O mesmo que dissemos sobre o significado vale para o significante: o conceito estruturalista de *arquifonema* requer o absurdo conhecimento da língua em *toda* sua manifestação plural. Na prática, isso gera problemas. Se se aceita que haja neutralização que produz um arquifonema /S/ a partir de quatro fonemas distintos /s/, /z/, /ʃ/, /ʒ/ em posição de coda silábica, esquece-se que há variantes minoritárias no norte de Portugal que possuem mais dois fonemas, onde, por exemplo, se distinguem *asso*, *aço* e *acho*. Também a afirmação da inexistência de um fonema /e/ por oposição a /a/ se vê em uma situação complicada quando, no português lusitano, na produtivíssima primeira conjugação verbal, encontramos, pares apenas na primeira pessoa do plural do presente do indicativo, como *amamos* vs. *amámos*. A solução para tais casos não tem sido nem mesmo a da explicação *ad hoc*, mas a situação mais precária da ignorância ou da declaração da irrelevância do contra-exemplo.

Linguística e Psicologia

Quando o *Cours* faz menção ao cérebro, motivado pelos então recentes estudos da emergente Psicologia, declara a importância dessa parte do corpo humano, cujo estudo

tem hoje papel central não só na Linguística cognitiva, mas também em visões epistemologicamente mais dogmáticas, como a de Pinker (2007 [1994]) e seus seguidores na Psicolinguística. De fato, a língua é um código mas não o é de si mesma, como ocorre na Lógica, mas tem uma função clara, que é a expressão de uma referência. Falar sobre o funcionamento da língua é, portanto, ambíguo. A língua funciona porque tem elementos compreensíveis e regras claras, porém esses mesmos elementos e regras não surgem no ato de fala, como vimos, mas está presente em um grande número de atos de fala, que envolvem situações e momentos distintos. Negar a difusão e a história da língua seria tão absurdo quanto negar a sua função comunicativa. Não há, portanto, relação hierárquica nenhuma entre elas e não há interesses óbvios para privilegiar esta ou aquela forma de enxergar a linguagem. Entra aqui a segunda dicotomia do *Cours* (1969 [1915] parte I, cap. 3, § 9):

La linguistique synchronique s'occupera des rapports logiques et psychologiques reliant des termes coexistants et formant système, tels qu'ils sont aperçus par la même conscience collective.

La linguistique diachronique étudiera au contraire les rapports reliant des termes successifs non aperçus par une même conscience collective, et qui se substituent les uns aux autres sans former système entre eux.

Claro está que a sincronia dos elementos linguísticos está na base da ilusão psicológica que o falante tem, não na sua fala, mas racionalizada na forma de sua língua, e que cria o chamado “sistema”. Essa ilusão psicológica é real, no sentido que é por meio dela que se efetua a aquisição da linguagem. Se a mente não é de fato uma *tabula rasa* no sentido lockiano (presente no *Cours*), mas um resultado evolutivo da espécie humana como o adotado por Pinker (1997, 2002, 2007) e há experimentos atualmente que comprovam a segunda postura, uma mudança epistemológica se vê necessária por causa da alteração dos pressupostos. Mesmo sem falarmos de experimentos da Psicologia, é fácil observar que uma língua passa por uma ontogênese (a fala da criança é distinta da fala de um adulto) semelhante à dos seres vivos e que as palavras e os conceitos são transmissíveis de uma geração a outra, de forma paralela à genética, como postula o conceito de *memes* de Dawkins (2006 [1976], 1999). Portanto, uma língua está em constante modificação e isso se vê de forma mais evidente nos elementos que a compõem.

A diacronia não é uma ilusão, mas é uma realidade, facilmente comprovável por documentos e testemunhos. A diacronia flagra a essência da linguagem e não é comparável à sincronia, como parece inferir-se da dicotomia do *Cours*. Seria, de fato, tão fácil assim opor uma ilusão a uma realidade? Ou melhor, é tão fácil assim opor a comunicação linguística à mudança linguística? Dito dessa forma, aparentemente não. Na verdade, a mudança linguística não é objeto de nenhuma ciência, se entendida no seu aspecto natural da mudança da linguagem, como um todo. Só o é se entendida como mudança de elementos linguísticos particulares.

Se a postura sincrônica fosse uma realidade e se quiséssemos entender apenas o momento atual real, mesmo num recorte razoável de tempo, teríamos que fazer paradoxalmente incursões diacrônicas, para separar o joio do trigo. Veríamos que grande parte do que funciona numa língua seria subitamente visto como detrito de épocas passadas. Pairariam dúvidas justificáveis se é possível somente estudar o que é *de fato* presente, por

exemplo: (a) a maioria dos substantivos abstratos derivados por sufixação do português são de origem latina clássica ou francesa; (b) o hebraico foi reconstruído e hoje é língua materna de milhões de pessoas; (c) um substantivo de outra realidade pretérita permanece ainda hoje por causa da escrita que o congela na sua sincronia; (d) falamos de carruagens mas elas não existem mais a não ser nos livros, nos filmes e nos museus. O passado convive com o presente nos signos atuais. A sincronia é, como dissemos, uma ilusão ou, no máximo, um método.

A verdadeira essência comprovável da língua é fragmentada espacial e temporalmente. Isso nos faz pensar que o platonismo presente em quase todo dedutivismo deveria ceder espaço ao heraclitianismo da realidade. O linguista Hugo E. M. Schuchardt (1842-1927) perseguiu essa ideia durante toda sua obra, mas seus estudos infelizmente não tiveram grandes desdobramentos. A visão do *Cours*, que deve muito aos neogramáticos e é oposta à visão schuchardtiana, impôs-se acriticamente após as duas guerras mundiais e todo o universo epistemológico desenvolvido entre 1870 e 1920. Hoje ainda está por ser descoberto sem os preconceitos que lhe impingiram o Estruturalismo e o Gerativismo subsequentes.

Se a verdadeira essência comprovável da língua é fragmentada, é difícil falarmos tranquilamente de línguas como unidades discretas e perfeitamente intuitivas a não ser pela ilusão sincrônica da comunicação. Conceitos como *língua* ou *dialeto* são apenas construtos operacionais e não realidades. Línguas, tais como as entendemos, são entidades de ordem política. Há expressões idênticas que pertencerão a sistemas distintos, quer esses sistemas sejam considerados línguas distintas, etapas ou dialetos da mesma língua. O sistema do português de Maputo é distinto em vários aspectos do português de Coimbra ou de Bauru e todos esses são distintos do sistema apresentado no Bosco Deleitoso, nas Cantigas de Santa Maria, nos textos camonianos. Por outro lado, se enfocamos a semelhança e não a diferença na definição de “língua”, é difícil justificarmos por que galego, a fala de Xálima e o português brasileiro são consideradas línguas distintas por seus falantes. A sensação do falante não parece ser o julgamento mais adequado, cientificamente falando, para qualquer fenômeno linguístico. Se conceitos universalmente aceitos como língua não são bons para um estudo histórico e geolinguístico, parece funcionar bem para a Pragmática e para questões linguísticas de cunho cognitivo que desconsiderem a não-compreensão ou a tratam como secundária. Também pareceu essencial nos primórdios da teoria gerativo-transformacional, como se vê em Chomsky (1965, p. 3):

linguistic theory is concerned primarily with an ideal speaker-listener, in a completely homogeneous speech-community, who knows its language perfectly and is unaffected by such grammatically irrelevant conditions as memory limitations, distractions, shifts of attention and interest, and errors (random or characteristic) in applying his knowledge of the language in actual performance.

De fato, há setores da Linguística que prescindem da História, como já demonstraram inúmeros livros, artigos e teses que tratam da língua como instrumento de comunicação pura e simplesmente. Nesse caso, a interação entre os falantes, o funcionamento do cérebro para processar a linguagem, a compreensão e o reconhecimento de unidades linguísticas de fato não seriam mais aclarados com o conhecimento histórico dos elementos que compõem a língua. O máximo de tempo que pode entrar em questão é o desenvolvimento ontogênico no indivíduo durante a aquisição da linguagem. Noutras áreas, porém, negar a importância

histórica ou fazer um recorte que não preveja a fragmentação espaço-temporal de uma língua tem gerado limitações insuperáveis aos modelos. Por falta de abarcar o todo, usou-se desde sempre o recurso do *corpus*, no entanto o conhecimento aduzido dos *corpora* é provisório e jamais deveria ser considerado uma meta. Numa investigação sobre realidades fonéticas, morfológicas ou sintáticas, valer-se de *corpora* para se atingir a plenitude do fenômeno é uma atitude semelhante à aparente exclusão de que se valem os gramáticos tradicionais quando fazem seu recorte sobre textos de “bons autores”. Um dado é um dado em ciência, não importa se está num *corpus* ou não, se foi usado por um “bom autor” ou não. É utópico imaginar que o conhecimento linguístico possa ser auferido de maneira controlada, da mesma forma que um experimento químico ou a análise de uma cultura de bactérias o fazem. Falta-lhe a base dedutiva para tal.

A prática do “recorte” não gera acúmulo de conhecimento científico, mas o restringe. Todo dado linguístico é válido uma vez que a situação que os produziu é quase sempre irrecuperável e a maioria indevidamente registrado ou acessível. Os dados sobre o indoportuguês fornecidos pelo padre Sebastião Dalgado no início do século XX são hoje praticamente impossíveis de ser recoletados, uma vez que está praticamente extinto. Quanto da história do português perdemos ou ganhamos ao conhecer tais obras? O mesmo se pode dizer *mutatis mutandis* da rica informação linguística veiculada nas antigas publicações. A estipulação tendenciosa de diversos inícios para uma Linguística “realmente científica” tem criado não só o desprezo cronocêntrico, mas também a ilusão da superioridade de algumas correntes sobre outras. A linha alheia, sobretudo a do linguista antigo, é entendida como superada e, com elas, seus estudos e seus dados. A imprecisão na coleta, contudo, não é prerrogativa dos antigos. Também a coleta atual é subutilizada porque não é organizada, como se faz, por exemplo, nos museus de Zoologia nos *Zoological Records*. Por vezes nem mesmo o título de linguista é dado a um pré-saussuriano, como se o *Cours* fosse o evangelho que aboliu a antiga lei. O mesmo se repete com Chomsky, com Aronoff e com outros. O mesmo se fez com Bopp, enterrando a Linguística de Rask, e de outros autores do século XVIII.

O problema da Morfologia

Afunilando essas considerações, à guisa de exemplificação, poderíamos indagar: o que é de fato a Morfologia? Há quem negue sua existência ou funda-a com a Fonologia ou com a Sintaxe. De qualquer forma, há uma morfologia natural nas línguas e uma ciência homônima que a estuda. As línguas têm regras que, como vimos, têm diferenças, quanto ao emprego, tanto espacial quanto temporalmente. Essas regras supõem conjuntos de palavras que se opõem a outros conjuntos de palavras. Os conjuntos morfológicamente definidos, portanto, dizem respeito não tanto à semântica, mas ao comportamento com outros conjuntos de palavras. Por exemplo, nem sempre é claro distinguir, sem levar em conta a semântica, qual a diferença entre um substantivo e um adjetivo, no entanto há palavras que se combinam sintaticamente de maneira periférica com substantivos nucleares no mesmo sintagma, digamos assim. Nasce aí o problema: em *manga amarela*, a palavra *amarela* é considerada tradicionalmente um adjetivo, no entanto em *azul cobalto* o substantivo *cobalto* tem uma função subordinada ao adjetivo (seria um advérbio, na nomenclatura de Tesnière, de 1959). De qualquer forma o primeiro *locus* sintático (*manga, azul*) se refere a um subordinador e o segundo (*amarela, cobalto*), a um subordinado. Sair do modelo tradicional de

duas classes (a saber, substantivo e adjetivo) para um de quatro classes requer definições claras, nem sempre presentes. Dizer que há substantivos subordinadores, adjetivos subordinadores, substantivos subordinados e adjetivos subordinados parece mais uma situação provisória do que uma solução: na verdade, sempre partimos do número definido de uma dezena de classes gramaticais, desde Dionísio Trácio, à busca de um número indefinido, porém não ilimitado, de outras tantas classes que refletiriam melhor as classes naturais.

Portanto, já se estuda Morfologia desde os gramáticos alexandrinos, ou seja, bem antes da invenção do nome da ciência. Os modelos tradicionais nada mais são que tentativas de organização científica das classes naturais dentro dos pressupostos epistemológicos de cada época. O termo *Morfologia*, criado no final do século XVIII na Botânica e na Fisiologia, só é adotado em meados do XIX pela Linguística de viés schleicheriano, ainda não era completamente aceito no século XX. Como o próprio nome diz, preocupava-se primordialmente com as formas, portanto com o elemento significante, e só secundariamente com o aspecto do significado. Em meados do século XX ainda haverá quem pensa ser possível descartar completamente o significado nos estudos morfológicos. Ecos disso se veem em Aronoff (1981 [1976]), para o qual é indiferente se os morfemas que compõem uma palavra têm valor semântico ou não. Aronoff é um nome importante pois deu corpo ao que se chama hoje tendenciosamente de “Morfologia científica” a partir do *laissez faire* de Chomsky (1970) e também desenvolveu conceitos que, apesar de úteis para o estudo morfológico, não são isentos de crítica (VIARO, 2010). O que interessa aqui no modelo aronoffiano é uma espécie de paradoxo herdado dos modelos estruturalistas do tipo *item-processo* e presente tanto no SPE de Chomsky e Halle (1991 [1968]) quanto no modelo gerativo-transformacional de modo geral. A geração e sobretudo a produtividade parecem trazer em si a visão dinâmica de língua, o que é correto e louvável, pois aponta para um pressuposto mais heraclítico que platônico.

No entanto, a exclusão do Léxico daquilo que Aronoff entende por Morfologia, parece ir para a direção contrária:

I will not dwell any further on existing words [...] the rules for analyzing words are essentially degenerate version of the rules for forming new ones. One might wish to speculate on the nature of the degeneration, but in order to be able to do so we must first gain some knowledge of the nature of the healthy specimens. (ARONOFF, 1981 [1976], p. 33)

Se é verdade que apenas as palavras criadas por produtividade são, como diz, “espécimes saudáveis” e as palavras do Léxico são fruto de “versões essencialmente degeneradas” das regras morfológicas, não implica daí que o Léxico não deva fazer parte da Morfologia e muito menos que quem se debruce sobre ele trabalhe com “especulação sobre a natureza da degeneração” em vez de com ciência (VIARO, 2010). Isso parece mais um recorte pautado em interesse de análise do que uma verdade a ser investigada por um cientista. Todo recorte, como dissemos acerca da sincronia, é provisório, mas também é maleável, pois o entendimento geral do fenômeno é o que seriamente se busca numa ciência e não uma opinião, um ponto de vista ou uma meia-verdade. Se sou um biólogo, posso interessar-me apenas por mamíferos. Essa especialidade, aliás, tem um nome (mastozoologia). Se me preocupo apenas com mamíferos domésticos, serei um veterinário. Se me preocupo apenas com uma raça de bois, posso ser um zootécnico ou um pecuarista, e se me preocupo apenas com meu animal doméstico serei o dono desse animal. Todo

interesse é legítimo. No entanto, um veterinário que não entenda do funcionamento da bexiga urinária nos mamíferos em geral e de como ela foi evolutivamente formada terá uma formação apenas técnica e sua falta de conhecimento pode interferir, por exemplo, na intervenção cirúrgica de um gato. A operação pode até ser bem-sucedida por um técnico cirúrgico que tenha prática, mas a compreensão do problema específico é comprometida se, perante um caso mais raro, não se tomar a medida certa pautada no conhecimento do fenômeno sob o viés da Biologia Geral, sobretudo na filogenia da família dos felídeos ou, mais amplamente, da ordem dos carnívoros. Alguém poderá apontar acertadamente nessa analogia que o conhecimento teórico de como se formou a bexiga não substitui a prática adquirida do cirurgião em suas intervenções. O pragmatismo e o conhecimento, portanto, são complementares. Não há como um prescindir do outro. Essa é a grande diferença, na Linguística americana, entre um Sapir e um Nida.

Linguística da comunicação vs. Linguística descritiva

Diferente do que se infere do *Cours de Linguistique Générale*, uma Linguística sincrônica parece não se opor claramente a uma Linguística diacrônica. Com o passar do século XX e uma maior clareza teórica desenvolvida sobretudo a partir dos anos 90, percebe-se que há outra dicotomia mais profunda que chamaremos aqui de uma *Linguística da comunicação* e uma *Linguística descritiva*.

Na *Linguística da comunicação*, o entendimento do funcionamento da língua deve seguir os princípios da estruturação da própria linguagem humana: só os elementos frequentes e produtivos, como os destacados por Aronoff, são importantes. O falante não pode ser juiz de sua língua — como é comum no Gerativismo — e não se pode especular, por exemplo, sobre questões tradicionais, como a *derivação nominal*, que pressupõem conhecimento histórico. Muito menos o falante será parâmetro para auferir informações sobre tópicos como de onde vieram as estruturas, uma vez que o faria de forma desigual, pautado na sua própria cultura, valendo-se de conjecturas, sem fazer uso de método algum. O falante sabe usar sua língua materna, mas analisa-a mal ou parcialmente, como cúmplice e como envolvido na trama, e sua opinião não é um parâmetro fiável para o cientista da linguagem. A sincronia nessa Linguística é um método artificial, um recorte no espaço e no tempo, que busca reproduzir a *ilusão sincrônica* do falante ao usar, com graus distintos de eficácia, uma língua qualquer em que se expresse com vistas à comunicação. Para tal, deve prescindir da diacronia, pois foca apenas o *uso pragmático* e o *funcionamento* do código como um todo. Esse modelo linguístico, ideal para explicar o fenômeno da codificação e da decodificação nas línguas, deve dialogar urgentemente com a Filosofia da Ciência à busca de pressupostos sólidos e, sobretudo, no tocante ao experimentalismo, com a Psicologia contemporânea.

A *Linguística descritiva* preocupa-se, porém, com os conjuntos desse sistema linguístico funcional como as classes de palavras e suas unidades (como quer a Morfologia), com os sons que o compõem e com suas regras sintáticas. Trabalha, portanto, com o levantamento exaustivo, a classificação e a análise do fenômeno investigado para além do conceito de língua como sistema, pois tanto a sua variação espacial quanto a sua variação temporal não são opcionais nessa análise, mas de fato imprescindíveis para que as conclusões não sejam facilmente refutáveis. Como a diacronia não é nem um recorte nem um método, mas faz parte necessariamente da essência das unidades dessa língua multifacetada, o

falante também não tem qualquer papel de julgamento. Igualmente, nessa Linguística, o pesquisador deve dar o veredito, não como falante, mas como investigador e analista, que prescindiu da intuição e confia em seu método, que lhe pode revelar verdades anti-intuitivas, porém verdadeiras, como em qualquer ciência séria.

Uma Fonologia, uma Morfologia e uma Sintaxe estritamente sincrônicas são recortes e, como tais, provisórias para o entendimento do fenômeno linguístico, suas regras e suas exceções. Têm sua utilidade na confecção de gramáticas e do ensino de línguas, por isso têm tanto sucesso quando se trata de línguas ágrafas. A síntese utópica das duas linguísticas não é desejável, talvez nem mesmo possível, pois são facetas distintas de uma mesma e única ciência da linguagem como se fosse um cubo de Necker. O desconhecimento dos objetivos têm, porém, dado azo a conflitos desnecessários, sobretudo desde que o Estruturalismo americano acreditou ser possível abandonar a história na investigação descritiva das línguas. Se houvesse de fato uma Linguística descritiva sincrônica e dedutiva, a corroboração de modelos ou sua refutação poderia ser feita de forma coerente, mas abundam as situações em que há explicações *ad hoc*, parte porque as teorias não têm de fato caráter de previsibilidade que defendem ter, parte porque a ausência de método faz que uma conclusão já sabida modifique a sequência das premissas no decorrer da argumentação, comportamento que deveria ser mais comum aos programadores de computador do que aos cientistas. Isso é muito visível no SPE e na Morfologia pós-aronoffiana de caráter sincrônico (e mesmo em alguns modelos que incluem dados diacrônicos) quando se deparam com exceções. Por exemplo, esse problema é detectado por Spencer (1991, p. 106), a partir da crítica de Kiparsky (1968) sobre a consoante abstrata /x/ de caráter *ad hoc* do SPE (*trissyllabic laxing* ou TRL, CHOMSKY; HALLE, 1991 [1968], p. 233-234) em /rixt+i+əs/ → [ˈraɪtjəs] :

[...] in other words, we are guilty of using phonetic elements purely as exception features. He [Kiparsky] pointed out that there are no ways of identifying the precise nature of such underlying segments if only one rule applies to them. For instance, how can we be sure that the consonant in question is not a laryngeal fricative, or even an underlying click?

Também em Morfologia, a solução aronoffiana de um léxico em que “vale tudo” e de bloqueios *ad hoc* são saídas muito comuns para se fazer, numa Linguística descritiva sincrônica, recortes artificiais que satisfaçam altos graus de previsibilidade sem o auxílio da diacronia, mas à custa da verdade documental, que frequentemente a contradiz. No entanto, diferentemente de leis universais, como as da Física, nem toda conquista teórica em Linguística precisa ter a validade de uma lei, fato já percebido pelas críticas aos neogramáticos no final do século XIX. O que chamamos *língua* é um acúmulo funcional de acidentes históricos, uma construção e não o produto de um único ato demiúrgico. Para um objeto de tal complexidade, necessitamos de outros pressupostos, mais convincentes do que os atualmente disponíveis.

REFERÊNCIAS

ARONOFF, M. *Word formation in generative linguistics*. Cambridge, Mass./ London: MIT, 1981 [1976¹].

BACON, R. *Novum Organum*. In: SPEDDING, J.; ELLIS, R. L.; HEATH, D. D. *Works of Francis Bacon*. Boston: Brow & Taggard, 1857. v.1. [1620].

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York/ Chicago/ San Francisco/ Toronto: Holt, Rinehart and Winston, 1965 [1933¹].

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT, 1965.

_____. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York/ London: Harper & Row, 1966.

_____. Remarks on nominalization. In: JAKOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. *Readings in English transformational grammar*. Washington: Georgetown University Press, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English (SPE)*. Cambridge, Mass./ London: MIT, 1991 [1968¹].

DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 2006 [1976¹].

_____. Chinese junk and Chinese whispers. In: BLACKMORE, S. Oxford: Oxford University Press, 1999. [prefácio, republicado em DAWKINS, R. *A devil's chaplain*. Boston/ New York: Houghton Mifflin Co, 2003, p. 119-127].

GANZONI, G. P. *Grammatica ladina – grammatica sistematica dal rumantsch d' Engiadina Bassa per scholars e creschüts da lingua rumantscha e francesa*. Samedan: Lia Rumantscha/ Ligia Romontscha, 1983.

HOBBS, T. *Leviathan*. London: Penguin, 1985 [1651¹].

HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M.; FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

LEIBNIZ, G. W. Nouveaux essais sur l'entendement humain. In: JANET, P. (Ed.). *Ouvres philosophiques de Leibniz*. Paris: Ladrangé, 1866. [1765¹, redigido entre 1701-1704].

LOCKE, J. *Essay concerning human understanding*. London: Thomas Tegg, 1690.

PIGNATARI, Décio. *Comunicação poética*. São Paulo: Cortez SL Moraes, 1977.

PINKER, S. *The language instinct*. New York: HarperCollins, 2007 [1994¹].

_____. *How the mind works*. New York: Norton, 1997.

_____. *The blank slate: the modern denial of human nature*. New York: Penguin, 2002.

_____. *The stuff of thought: language as a window into human nature*. New York: Penguin, 2007.

POPPER, K. *Conjectures and refutations*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1969 [1915¹].

SPENCER, A. *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TEIXEIRA, J. R. F. *Direito do trabalho*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1970.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1959.

VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de Lingüística Galega: Pescuda*. v.2. Santiago de Compostela, 2010, p. 173-190.

A estrutura de evento de formações derivadas com *-e(ar)* e *-ej(ar)*

(The event structure of derivative formations with *-e(ar)* and *-ej(ar)*)

Solange Mendes Oliveira¹

¹Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

solange.oliveira1@utp.br

Abstract: The present work presents propositions for syntactic decomposition of event structure of derivative formations with *-e(ar)* and *-ej(ar)*. It also describes eventualities which the formations denote in order to demonstrate that in the accomplishment of derivative words, there are morphosyntactic criteria imposed by roots on the affixes, as well as there are semantic-aspectual criteria imposed by affixes on the roots. We aim at demonstrating that the meaning of derivative formations is constructed in a composing way in the syntax, through interaction between semantic-aspectual traces of affixes and semantic characteristics of roots. The analysis of derivative formations shows that the adjunction of affixes to the roots is only possible if there is compatibility between their characteristics.

Keywords: suffixes *-e(ar)* and *-ej(ar)*; morphosyntactic restrictions; semantic-aspectual restrictions; Distributed Morphology.

Resumo: Apresentam-se aqui propostas para a decomposição sintática da estrutura de evento de formações derivadas com *-e(ar)* e *-ej(ar)* e descrevem-se as eventualidades que essas formações denotam com o objetivo de demonstrar que na realização das formações derivadas há critérios de cunho morfossintático impostos pelas raízes aos afixos, assim como há critérios de cunho semântico-aspectual impostos pelos afixos às raízes. Procura-se demonstrar que o significado das formações derivadas é construído composicionalmente na sintaxe, por meio da interação entre os traços semântico-aspectuais dos afixos e as propriedades semânticas das raízes. A análise das formações derivadas evidencia que a adjunção dos afixos às raízes só é possível se houver compatibilidade entre as propriedades das raízes e dos afixos.

Palavras-chave: sufixos *-e(ar)* e *-ej(ar)*; restrições morfossintáticas; restrições semântico-aspectuais; Morfologia Distribuída.

Introdução

Neste trabalho, apresentam-se propostas para a decomposição sintática da estrutura de evento de formações derivadas com os sufixos *-e(ar)* e *-ej(ar)* e descrevem-se as eventualidades que essas derivações denotam, com base nos trabalhos de Marantz (2005; 2006; 2007a, 2007b) e nos estudos desenvolvidos por Oliveira (2009a, 2009b, 2007a, 2007b, 2007c) sobre a derivação, dentro do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída. Explora-se a hipótese de que uma formação derivada só se realiza se houver compatibilidade entre os traços da raiz e do afixo. Os dados que constituem o *corpus* foram coletados no *Dicionário Aurélio Eletrônico* (2004) e no *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa* (2009), e, para esclarecer o procedimento metodológico, as palavras são analisadas sob o ponto de vista sincrônico.

O trabalho está organizado da seguinte forma: inicia-se com uma breve exposição das propostas de representação sintática da estrutura de evento apresentadas por Marantz; em seguida, relacionam-se as formações derivadas com *-e(ar)* e *-ej(ar)* e apresentam-se

as propostas para a decomposição sintática da estrutura de evento dessas formações, cuja configuração procura conciliar a estrutura formal das derivações, a semântica das raízes, os traços aspectuais dos afixos e as eventualidades que as formações derivadas denotam; em seguida, descrevem-se as eventualidades manifestadas pelas derivações.

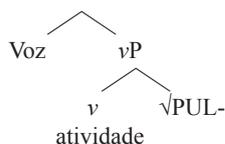
A representação sintática da estrutura de evento

As propostas de Marantz (2005, 2006, 2007b) para a decomposição sintática da estrutura de evento (numa releitura de Hale e Keyser, 2002) tratam a relação entre a semântica dos verbos, seus argumentos e a projeção desses argumentos na sintaxe, procurando levar em conta como os argumentos interagem com os eventos e como contribuem na constituição desses eventos. Para o autor, o núcleo funcional verbalizador v introduz uma *eventualidade* – termo que se refere tanto a um evento como a um estado – e um núcleo de Voz acima do vP relaciona o argumento externo ao evento.

As raízes denotam eventualidades de estado, atividade, movimento, tema incremental, criação, alternância causativo-incoativa, *accomplishment*, e podem concatenar-se diretamente com seus argumentos ou não. Nos eventos de atividade, introduzidos pelo núcleo v , a raiz pode concatenar-se com o v e ser interpretada com o traço ‘modificador de evento’ ou pode atuar como núcleo do complemento de v e ser interpretada como um estado ou evento, como parte de uma *small clause*. A raiz pode ainda atuar com o traço ‘modificador de evento’ do subevento mais encaixado no vP (MARANTZ, 2005, p. 4). O núcleo v pode denotar uma só eventualidade (eventualidade monoeventiva) ou pode fazer referência a duas eventualidades (eventualidade bieventiva).

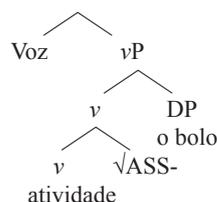
A representação de eventualidade monoeventiva está ilustrada em (01), abaixo, na qual a raiz é interpretada com o traço ‘modificador de evento’, especificando o tipo de atividade denotada pelo verbo como um só evento. Um núcleo de Voz, colocado acima do vP , relaciona o evento ao argumento externo:

(01) *João pula.*



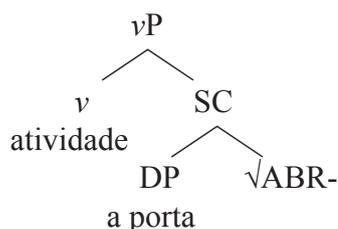
O diagrama em (02), abaixo, ilustra uma das representações de eventualidade bieventiva propostas pelo autor para verbos de criação e de tema incremental. Nessa estrutura, a raiz do verbo de criação *assar*, que tem objeto direto, concatena-se diretamente com o v (1º subevento) causando outro evento de mudança de estado (2º subevento): o DP *o bolo* é levado a uma mudança de estado e tem como significado um “estado resultante”. A raiz é modificadora de v e dá a noção de “maneira” para o evento. O objeto direto é interpretado como uma mudança de estado porque surge do 2º subevento e tem uma interpretação causativa. Nesse caso, há então duas eventualidades e a relação entre os eventos é a de causa (MARANTZ, 2006, p. 2):

(02) *Assar o bolo.*



Outra estrutura que denota duas eventualidades, uma dinâmica e uma estativa, segundo Marantz (2006), ocorre quando as raízes servem como núcleo de um evento causado, mais encaixado e, neste caso, são interpretadas como estado ou causa, como parte de uma *small clause* – a interpretação de mudança de estado seria acionada pela posição sintática da *small clause* como um complemento de *v*. Nessas representações, os verbos são de alternância causativo-incoativa e apresentam, portanto, uma versão transitiva e uma intransitiva, como *abrir*, *clarear*, *congelar* etc., dependendo de se o evento causado for uma atividade agentiva ou não. A representação em (03), abaixo, proposta por Marantz (2006, exemplo (5c), p. 3), ilustra que o evento é interpretado como causado por uma atividade introduzida por *v* e o outro evento é a mudança de estado denotada pelo DP:

(03) *Abrir a porta.*



Na representação acima, a raiz modifica o evento mais baixo denotado pelo DP complemento do verbo (o DP *a porta* passa de “não aberta” a “aberta”).

A seção a seguir trata das formações derivadas com *-e(ar)* e *-ej(ar)* e suas estruturas de evento.

A representação sintática da estrutura de evento de formações derivadas com *-e(ar)* e *-ej(ar)*

Nesta seção, apresentam-se as propostas para a representação da decomposição sintática da estrutura de evento das derivações com *-e(ar)* e *-ej(ar)*, cuja configuração procura conciliar a estrutura formal das derivações, a semântica das raízes, os traços aspectuais dos afixos e as eventualidades que as formações derivadas denotam, com base nas propostas expostas na seção anterior. Explora-se a hipótese de que nas formações derivadas há critérios de cunho morfossintático impostos pelas raízes aos afixos, assim como há critérios de cunho semântico-aspectual impostos pelos afixos às raízes, isto é, a adjunção de um afixo a uma raiz só é possível se houver compatibilidade entre as propriedades da raiz e do afixo. Procura-se demonstrar que o significado das palavras derivadas é construído composicionalmente na sintaxe, por meio da interação entre os traços semântico-aspectuais dos afixos e as propriedades semânticas das raízes.

Observemos primeiramente as derivações com o sufixo *-e(ar)*.

Formações derivadas com *-e(ar)*

Proveniente do sufixo latino *-idiare*, forma modificada do grego *-ízein*, o sufixo *-e(ar)*, forma apocopada de *-ej(ar)*, forma verbos a partir de nomes ou adjetivos. Examinemos primeiramente as formações derivadas a partir de um nome.

Formações derivadas que têm internamente um nome

abrarsear, afoguesear, alardear, apear, arear, arquear, atear, balancear, balear, bambolear, bandear, banquetear, basear, bloquear, bombardear, boquear, borboletear, bronzear, cabecear, cambalear, campear, cartear, chicotear, custear, enlamear, enredar, ensombrear, enxamear, escoicear, esfaquear, esfolhear, espernear, esporear, falsetear, fanfarrear, ferretear, folhear, florear, gaitear, gargantear, gazetear, golpear, gorjear, grampear, granjear, guerrear, harpear, hastear, lamear, lisonjear, macaquear, manusear, mapear, marear, mastrear, matear, matraquear, nortear, ondear, palanquear, palavrear, palestrar, palmear, passear, pastorear, patentear, pentear, pleitear, pontear, prantear, pratear, presentear, purpurear, rastear, rastrear, relancear, recensear, rodear, saborear, saltear, sanear, sapatear, saquear, senhorear, serpentear, sombrear, sortear, tornear, tourear, trombetear, vadear, vaguear, veranear, voltear, vozear etc.

Observa-se que as formações acima denotam situações dinâmicas frequentativas/durativas com [causação externa], que exigem, portanto, um agente, atribuídas pelo morfema aspectual *-e(ar)*, como *bombardear, cabecear, cambalear, golpear, saquear, tourear* etc. O traço aspectual frequentativo refere-se a uma dada situação que dura por um certo período de tempo, ou, pelo menos, é concebida para durar um certo período de tempo (COMRIE, 1976); isto é, esse traço caracteriza-se por apresentar a situação como tendo duração contínua limitada (TRAVAGLIA, 1994). Algumas formações derivadas arroladas acima denotam também a ideia de “movimento para dentro”, atribuída pelo morfema prefixal *en-*, como *enlamear, enredar, ensombrear* e *enxamear*; outras, remetem à ideia de “transformação” ou “mudança de estado”, atribuída pelo morfema prefixal *a-* (CUNHA, 1986; FERREIRA, 2004), como *abrarsear, afoguesear, apear* e *atear*, ou, ainda, à ideia de “movimento para fora/separação”, “transformação” ou de “passagem para um novo estado” (CUNHA, 1986; FERREIRA, 2004), como *escoicear, esfaquear, esfolhear* e *espernear*, atribuída pelo morfema prefixal *es-*, que denota [causação externa].

Para formar os verbos derivados, o morfema verbalizador *-e(ar)* adjunge-se a substantivos primitivos, como *golpe, grampo, lama, serpente, verão* etc., e as derivações formam, em sua maioria, verbos transitivos diretos, como *golpear, bombardear, bloquear, grampear, custear* etc., e também verbos intransitivos, como *passear, borboletear, gargantear, vaguear* etc., que denotam situações dinâmicas controladas por agentes e, portanto, com o traço [causação externa]. Há ainda formações derivadas formadas por parassíntese que igualmente denotam [causação externa], como *abrarsear, afoguesear, apear, enlamear, enredar, ensombrear, escoicear, esfaquear, esfolhear* e *espernear*.

Os nomes internos às derivações são substantivos concretos e podem ser agrupados em cinco subclasses: (i) elementos da natureza: *areia, borboleta, campo, fogo, flor, folha, mar, mato, serpente, sombra, touro, verão* etc.; (ii) elementos/partes do corpo:

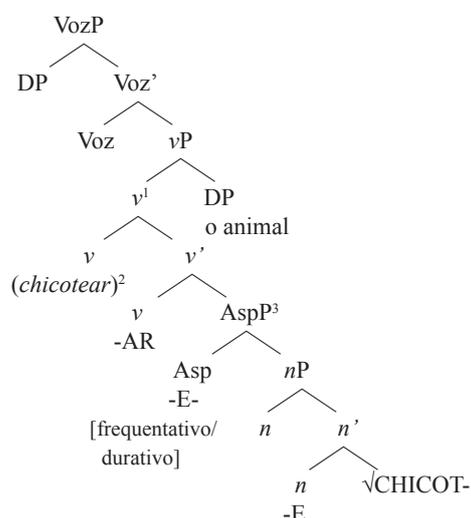
boca, cabeça, palma, pé, perna, mão, voz etc.; (iii) instrumentos: *chicote, faca, ferrete, espora, gaita, grampo, harpa, pente, arco, bambolê* e *sapato*; (iv) objetos: *rede, mapa, mastro, ponte, carta, bala* etc.; e (v) agrupamento/conjunto: *bando, banquete, guerra, bombardeio*. A semântica dos nomes que se concatenam com o morfema frequentativo/durativo *-e(ar)* deve ser compatível com a idéia de “ação ou situação que dura um certo período de tempo”, atribuída pelo afixo, resultando em formações derivadas que denotam eventualidades de (modos de) atividade, como *chicotear, bambolear, cabecear, golpear, esfaquear, tourear* etc., ou, ainda, resultando em derivações que denotam eventualidades de mudança de estado, como *bronzear, cambalear, enlamear, esfolhear, sanear* etc.

As derivações apresentam dois diferentes moldes morfossintáticos: (i) [raiz + morfema nominalizador *-a/-e/-o*/morfema zero + morfema sufixal *-e-* + morfema verbal *-ar*], como *baleiar, cabecear, chicotear, apeiar* etc.; (ii) [morfema prefixal *a-/en-/es-* + raiz + morfema nominalizador *-a/-e/-o*/morfema zero + morfema sufixal *-e-* + morfema verbal *-ar*], como *abrasear, afoguesar, enlamear, enredar, escoicear, esfaquear* etc.

Nas formações descritas em (ii), que representam a minoria e que constituem os verbos denominados *parassintéticos*, os morfemas prefixal e sufixal são concatenados à raiz e traduzem um só significado, consistindo, segundo Spencer (1991, p. 13), em um *afixo descontínuo: a/en/es...e(ar)*.

O diagrama em (04), abaixo, ilustra a representação estrutural e a representação sintática da estrutura de evento dos verbos derivados transitivos, como *baleiar, chicotear, golpear, nortear* etc., que têm o molde morfossintático descrito em (i) e têm argumento interno (“*chicotear, baleiar, golpear* o animal”; “*nortear* o comportamento”):

(04) *chicotear*



A representação em (04) mostra que no interior da formação *chicotear* há dois domínios cíclicos. No domínio interno (*n*), ocorre a primeira categorização: a raiz *chicot-* concatena-se com o morfema nominalizador *-e* produzindo a forma nominal *chicote* e,

1 Representa o *v* de evento.

2 As formações derivadas foram inseridas na árvore apenas como um artifício expositivo.

3 O núcleo funcional Asp é aqui responsável pela inserção dos afixos em geral e refere-se aos traços abstratos morfossintáticos, semânticos e/ou aspectuais dos afixos, e não somente aos traços aspectuais.

neste ponto, o significado é dado por convenção. Aqui se fecha o primeiro domínio cíclico. Na camada seguinte (domínio externo), aplica-se a recategorização (*v*): a forma *chicote* concatena-se com o morfema frequentativo/durativo *-e-* e com o morfema verbal *-ar*, já que há compatibilidade entre os traços semântico-aspectuais da raiz e do afixo, formando o verbo derivado *chicotear*, que incorpora em seu significado a propriedade do nome interno à formação. Neste ponto, o significado é calculado composicionalmente. Aqui se fecha o segundo domínio cíclico.

O verbo *chicotear*, que tem objeto direto, concatena-se diretamente com o *v* (1º subevento) causando outro evento de mudança de estado (2º subevento): o DP *o animal* é levado a uma mudança de estado e tem como significado um “estado resultante”. A raiz é modificadora de *v* e dá a noção de “maneira” para o evento. O objeto direto é interpretado como uma mudança de estado porque surge do 2º subevento e tem uma interpretação causativa. Neste caso, há então duas eventualidades e a relação entre os eventos é a de causa. O núcleo de Voz, adjungido acima do *vP*, relaciona o evento ao argumento externo.

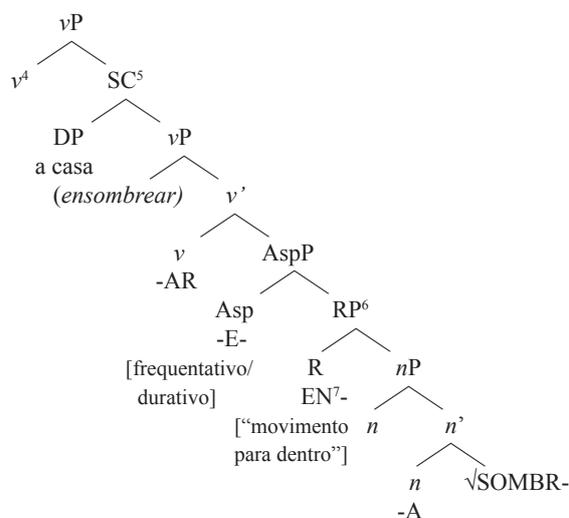
As alterações que ocorrem no contexto morfossintático das derivações são determinadas pelas Regras de Reajustamento Fonológico (HALE; MARANTZ, 1993), as quais se aplicam aos morfemas depois da operação de inserção vocabular. Essas regras determinam a fusão da vogal média *-e*, que integra a raiz, com a vogal média *-e* do morfema sufixal (crase), como em *chicote/chicotear*, *golpe/golpear* etc.; e também a queda das vogais temáticas *-a* e *-o*, que integram a raiz, frente a vogal *-e* do morfema sufixal (elisão), como em *bala/balejar*, *campo/campejar* etc. Em *boca/boquear*, *macaco/macaquear* etc., ocorre o processo fonológico de elisão e uma adequação das formas às normas ortográficas.

Algumas formações arroladas no item “Formações derivadas que têm internamente um nome”, como *sombrear/ensombrear*, *florear*, *purpurear* etc., admitem uma interpretação causativo-incoativa e apresentam, portanto, uma versão intransitiva e uma transitiva, dependendo de se o evento admitir um causador ou não, como se pode observar em (05):

- (05)
- a. A árvore *ensombreava/sombreava* a casa.
 - b. A casa *ensombreou/sombreou(se)*.
 - c. A primavera *floreia* os jardins.
 - d. Os jardins *floreiam* na primavera.
 - e. O sol poente *purpureava* a tarde.
 - f. Subitamente, seu rosto *purpureou(se)*.

Para esses verbos derivados, que admitem a alternância causativo-incoativa e apresentam a configuração morfossintática descrita em (i), (*sombrear*, *florear*, *purpurear*) e em (ii) (*ensombrear*), propõe-se o diagrama em (06), que representa a interpretação intransitiva/incoativa das derivações em (05): “A casa *ensombreou/sombreou(-se)*”, “Os jardins *floreiam* na primavera” e “Subitamente, seu rosto *purpureou(se)*, que têm os sujeitos afetados pelo processo verbal:

(06) ensombrear



A representação em (06) mostra que *ensombrear* tem duas fases (*n* e *v*) e denota duas eventualidades, uma de processo e uma estativa. No domínio interno (*n*), ocorre a primeira categorização: a raiz *sombr-* concatena-se com o morfema nominalizador *-a* produzindo a forma nominal *sombra* e, neste ponto, o significado é dado por convenção. Aqui se fecha o primeiro domínio cíclico. Na camada seguinte (domínio externo), aplica-se a recategorização (*v*): a forma *sombra* concatena-se com o morfema prefixal *en-*, introduzido pelo morfema relacionador R (LEMLE, 2008), com o morfema frequentativo/durativo *-e-* e com o morfema verbal *-ar*, formando o verbo derivado *ensombrear*, que incorpora em seu significado a propriedade do nome interno à formação. Quanto à estrutura de evento denotada pela formação derivada, vemos que a representação acima ilustra que *ensombrear* é o núcleo de um evento causado e atua como modificador da eventualidade denotada pelo DP *a casa*. O evento é interpretado como causado por um processo introduzido por *v* e o outro evento é a mudança de estado denotada pelo DP *a casa* (codificada na *small clause*), que passa de “não ensombreada” para o de “ensombreada”. O verbo *ensombrear* denota o evento de o DP *a casa* adquirir a propriedade expressa pelo nome *sombra* interno ao verbo.

Em (07), abaixo, está a representação da estrutura de evento da formação *florear* em sua interpretação transitiva/causativa (“A primavera *floreia* os jardins”), que representa também a versão causativa de *sombrear* (“A árvore *sombreou* a casa”) e de *purpurear* (“O sol poente *purpureava* a tarde”), exemplificadas em (05):

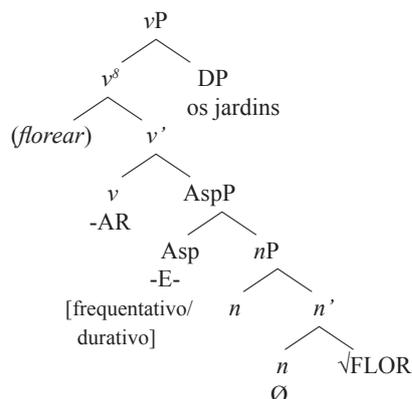
4 Representa o *v* de evento.

5 Essa estrutura com SC é proposta aqui com base em Marantz (2005a, 2005b, 2006, 2007b); a raiz é núcleo de um complemento de *v*, isto é, é núcleo de um evento causado. A interpretação de mudança de estado é acionada pela posição sintática da *small clause* como um complemento de *v*.

6 Pelo fato de estabelecerem relações, os prefixos originários de preposições serão aqui introduzidos por um morfema relacionador (LEMLE, 2008).

7 Na representação estrutural das formações parassintéticas, a concatenação de prefixos e sufixos à forma--base será representada como descontínua, e não simultânea (SPENCER, 1991).

(07) *florear*



A estrutura bieventiva em (07) mostra que o evento de “florear” causa uma mudança de estado no DP *os jardins*, que passam do estado de “não floreados” para o de “floreados”. A interpretação causativa de *florear* é atribuída pelo *v* eventivo.

A seguir, é detalhado o segundo grupo de raízes que se combinam com *-e(ar)* para formar uma derivação:

Formações derivadas com adjetivos que denotam propriedades ou atributos

afear, aformosear, alhear, baratear, branquear, chatear, clarear, enfear, esverdear, falsear, galantear, maluquear, mimosear, pedantear, marotear, galhardear, malandrear, rarear, tontear, verdear etc.

As formações relacionadas acima têm internamente adjetivos predicativos (*branco, claro, verde*) ou atributivos (*alheio, barato, chato, falso, franco, galante, maluco, mimoso, pedante, maroto, raro, tonto*) que, ao se concatenarem com o morfema *-e(ar)*, produzem formações derivadas que denotam *eventualidades de mudança de estado*, como *branquear, clarear, enfear, esverdear, verdear, maluquear, malandrear, tontear* etc.

As derivações apresentam duas configurações morfossintáticas: (i) [raiz + morfema adjetivador *-e/-o* + morfema *-e-* + morfema verbal *-ar*], que vemos em *alhear, baratear, branquear, chatear, clarear, falsear, galantear, rarear, maluquear, mimosear, marotear, galhardear, malandrear, tontear* e *verdear*; (ii) [morfema prefixal *a/en/es-* + raiz + morfema adjetivador *-e/-o* + morfema *-e-* + morfema verbal *-ar*], que vemos nos verbos parassintéticos *afear, aformosear, enfear* e *esverdear*.

O morfema verbalizador *-e(ar)* adjunge-se a adjetivos primitivos, como *branco, chato, claro, raro* etc., e a alguns adjetivos denominais, como *formoso* e *mimoso*.

Algumas formações arroladas em 3.1.2, como *branquear, chatear, clarear* e *esverdear/verdear*, admitem uma interpretação causativo-incoativa e apresentam, portanto, uma versão intransitiva e uma transitiva, dependendo de se o evento admitir um causador ou não, como se pode observar nos exemplos em (08):

- (08)
- O cabelo de Joana *branqueou*.
 - A geada desta madrugada *branqueou* o pasto.
 - O dia *clareava* lentamente.

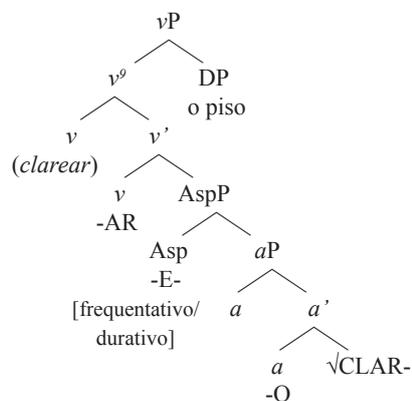
⁸ Representa o *v* de evento.

- d. A água sanitária *clareou* o piso da cozinha.
- e. João *chateou-se* na festa.
- f. Aquele lugar monótono *chateava* Maria.
- g. Musgos *esverdeiam* em grandes manchas de umidade.
- h. Os grandes carvalhos *esverdeiam* tudo.

Como se pode perceber, em (08b), a geada *causou o branqueamento* do pasto; em (08d), a água sanitária *causou o clareamento* do piso; em (08f), aquele lugar monótono *causou chateação* em Maria, e assim por diante.

A representação em (09), a seguir, ilustra a versão transitiva/causativa dessas derivações: *clarear* (“A água sanitária *clareou* o piso da cozinha”), *branquear* (“A geada desta madrugada *branqueou* o pasto”), *chatear* (“Aquele lugar monótono *chateava* Maria”) e *esverdear* (“Os grandes carvalhos *esverdeiam* tudo):

(09) *clarear*

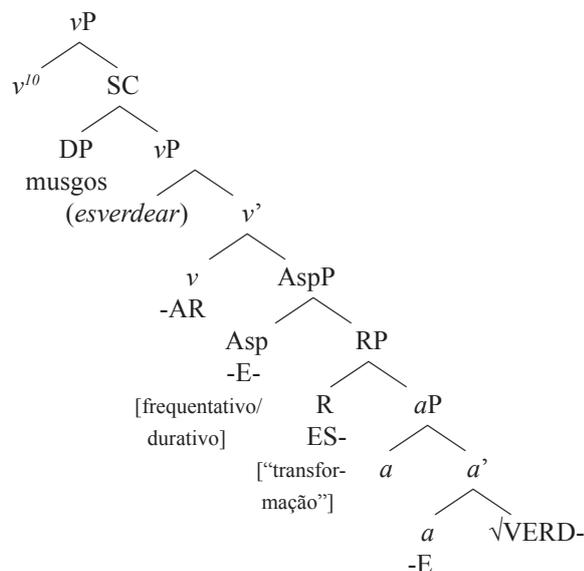


A árvore em (09) mostra que a estrutura configuracional da derivação *clarear* é constituída de duas fases: a forma *claro*, no domínio de *a*, determina a fronteira da primeira fase e a forma *clarear*, no domínio de *v*, a fronteira da segunda fase. Essa representação mostra ainda que a interpretação causativa de *clarear* é atribuída pelo *v* eventivo. O DP *o piso* é interpretado como um evento causado por um evento mais encaixado (“clarear”), que causa a mudança de estado no DP, que, por sua vez, adquire a propriedade expressa pelo adjetivo interno ao verbo e passa a expressar “estado resultante”.

A representação estrutural e a decomposição sintática da estrutura de evento do verbo derivado intransitivo/incoativo *esverdear* (“Musgos *esverdeiam* em grandes manchas de umidade”) estão ilustradas em (10), abaixo, que representa também a versão intransitiva/incoativa das derivações em (08), que têm os sujeitos afetados pelo processo verbal: “O cabelo de Joana *branqueou*”, “O dia *clareava* lentamente” e “João *chateou-se* na festa”:

9 Representa o *v* de evento.

(10) *esverdear*



A árvore em (10) mostra que a estrutura configuracional da derivação *esverdear* é constituída de duas fases: a forma *verde*, no domínio de *a*, determina a fronteira da primeira fase e a forma *esverdear*, no domínio de *v*, a fronteira da segunda fase. Essa representação bieventiva mostra ainda que a interpretação causativa de *esverdear* é atribuída pelo *v* eventivo porque surge desse segundo subevento. O DP *musgos* é interpretado como um evento causado por um evento mais encaixado (“esverdear”), que causa a mudança de estado no DP, que, por sua vez, adquire a propriedade expressa pelo adjetivo interno ao verbo e passa a expressar “estado resultante”. A raiz verbal *esverde(ar)* serve como núcleo de um evento causado, mais encaixado, e modifica o evento denotado pelo DP *musgos*, que passam do estado de “não esverdeados” a “esverdeados”. A raiz, neste caso, é interpretada como parte de uma *small clause*.

Em suma, o sufixo *-e(ar)* é fundamentalmente um morfema frequentativo/durativo que imprime um conteúdo dinâmico às suas formações derivadas; por isso, as derivações com *-e(ar)* denotam situações dinâmicas que perduram no tempo e que implicam em causa externa ou agente. Esse morfema une-se principalmente a nomes e também a adjetivos e é inserido no domínio externo da derivação. As formações derivadas com *-e(ar)* só se realizam se os traços semânticos dos nomes ou adjetivos internos forem compatíveis com a idéia de “ação/situação com uma certa duração” ou “mudança de estado” - as derivações denotam então eventualidades de (modos de) atividade ou eventualidades de mudança de estado. Os verbos derivados incorporam em seu significado a propriedade do nome ou adjetivo interno à formação, isto é, adquirem a propriedade expressa pelo nome ou adjetivo que integra a derivação. Alguns verbos derivados aceitam a alternância causativo-incoativa. Nos verbos que expressam incoatividade, o evento é interpretado como causado por uma atividade introduzida por *v* e o outro evento é a mudança de estado denotada pelo DP. Já nos verbos que expressam causatividade, as raízes modificam o DP complemento, que passa a denotar um evento de mudança de estado.

10 Representa o *v* de evento.

Examinemos agora as formações derivadas com o sufixo verbalizador *-ej(ar)*.

Formações derivadas com *-ej(ar)*

As derivações com *-ej(ar)* estão divididas em dois grupos, de acordo com a estrutura de evento que expressam: (i) derivações com nomes; (ii) derivações com adjetivos predicativos ou atributivos.

Vejam os primeiramente os verbos derivados que têm nomes como raízes internas:

Formações derivadas que têm nomes internos às derivações

apedrejar, arejar, bocejar, boquejar, campejar, cobrejar, cortejar, encarvoejar, esquartejar, espacejar, farejar, festejar, forcejar, gargarejar, gotejar, gracejar, harpejar, lacrimar, larvejar, literatejar, matejar, matracolejar, pacejar, padejar, partejar, parturejar, pastejar, pastorejar, penejar, pestanejar, purpurejar, rastejar, sacolejar, serpejar, vaquejar, velejar, vicejar, voejar, voltejar etc.

As formações derivadas exemplificadas acima denotam situações dinâmicas iterativas com a implicação de um agente ou [causação externa] (LEMLE, 2002). Estas noções são decorrência semântica do molde morfossintático [raiz + morfema verbalizador *-ej(ar)*], como em *apedrejar, cortejar, esquartejar, gracejar, pestanejar, rastejar, sacolejar* etc. O traço aspectual iterativo denota uma situação que continua ou que se repete uma série de vezes (COMRIE, 1976).

As derivações com *-ej(ar)* formam tanto verbos transitivos diretos, como *cortejar, esquartejar, apedrejar, festejar* etc., quanto verbos intransitivos, como *bocejar, serpejar, pestanejar, rastejar, lacrimar, velejar, voejar* etc., que denotam situações dinâmicas controladas por agentes e, portanto, com o traço [causação externa].

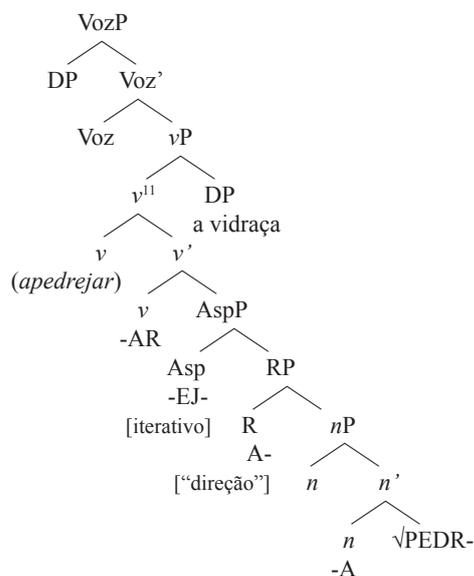
A semântica dos nomes que se concatenam com o morfema iterativo *-ej(ar)* deve ser compatível com a idéia de “ação ou situação que continua”, atribuída pelo afixo, resultando em formações derivadas que denotam eventualidades de (modos de) atividade, como *apedrejar, esquartejar, gargarejar, rastejar* etc., ou, ainda, resultando em derivações que denotam eventualidades de mudança de estado, como *arejar, bocejar, vicejar* etc.

As derivações apresentam dois diferentes moldes morfossintáticos: (i) [raiz + morfema nominalizador *-a/-e/-o*/morfema zero + morfema sufixal *-ej-* + morfema verbal *-ar*], como *bocejar, cortejar, campejar, arejar* etc.; (ii) [morfema prefixal *a-/en/-es* + raiz + morfema nominalizador *-a/-o*/morfema zero + morfema sufixal *-ej-* + morfema verbal *-ar*], como *apedrejar, encarvoejar* e *esquartejar*.

Nas formações descritas em (ii), que representam a minoria e que constituem os verbos denominados *parassintéticos*, como já vimos, os morfemas prefixal e sufixal são concatenados à raiz e traduzem um só significado, consistindo em um afixo descontínuo: *a/en/es...ej(ar)*.

O diagrama em (11), abaixo, ilustra a representação estrutural e a representação sintática da estrutura de evento dos verbos derivados transitivos, como *apedrejar* (a vidraça), *encarvoejar* (a roupa) e *esquartejar* (a cobra), que têm o molde morfossintático descrito em (ii) e têm argumento interno:

(11) *apedrejar*



A representação em (11) mostra que no interior da formação *apedrejar* há dois domínios cíclicos. No domínio interno (*n*), ocorre a primeira categorização: a raiz *pedr-* concatena-se com o morfema nominalizador *-a* produzindo a forma nominal *pedra* e, neste ponto, o significado é dado por convenção. Aqui se fecha o primeiro domínio cíclico. Na camada seguinte (domínio externo), aplica-se a recategorização (*v*): a forma *pedra* concatena-se com o morfema prefixal *a-*, introduzido pelo morfema relacionador R (LEMLE, 2008), com o morfema iterativo *-ej-* e com o morfema verbal *-ar*, formando o verbo derivado *apedrejar*, já que há compatibilidade entre os traços semântico-aspectuais da raiz e do afixo. O verbo derivado incorpora em seu significado a propriedade do nome interno à formação. Neste ponto, o significado é calculado composicionalmente. Aqui se fecha o segundo domínio cíclico.

Quanto à estrutura de evento denotada pela derivação, vemos que a representação acima ilustra que o verbo *apedrejar* se concatena diretamente com o *v* (1º subevento) causando outro evento de mudança de estado (2º subevento): o DP *a vidraça* é levado a uma mudança de estado e tem como significado um “estado resultante”. O objeto direto é interpretado como uma mudança de estado porque surge do 2º subevento e tem uma interpretação causativa. Há, então, duas eventualidades e a relação entre os eventos é a de causa. O núcleo de Voz, adjungido acima do *vP*, relaciona o evento ao argumento externo.

A seguir, detalha-se o segundo grupo de Raízes que se concatenam com *-ej(ar)*:

Formações derivadas com adjetivos que denotam predicados ou atributos

alvejar; amarelejar; branquejar; esbravejar; gaguejar; negrejar; parvoejar; verdejar etc.

As formações relacionadas acima têm internamente adjetivos predicativos (*alvo, branco, amarelo, negro, verde*) ou atributivos (*bravo, gago, parvo*) que, ao se concatenarem com o morfema *-ej(ar)*, produzem formações derivadas que denotam *eventualidades de mudança de estado*, como *alvejar, amarelejar, branquejar, esbravejar, gaguejar, verdejar etc.*

11 Representa o *v* eventivo.

As derivações apresentam duas configurações morfossintáticas: (i) [raiz + morfema adjetivador *-e/-o* + morfema *-ej-* + morfema verbal *-ar*], que vemos em *alvo*, *amarelo*, *branco*, *gago*, *negro*, *parvo* e *verde*; (ii) [morfema prefixal *es-* + raiz + morfema adjetivador *-o* + morfema *-ej-* + morfema verbal *-ar*], que vemos no verbo parassintético *esbravejar*.

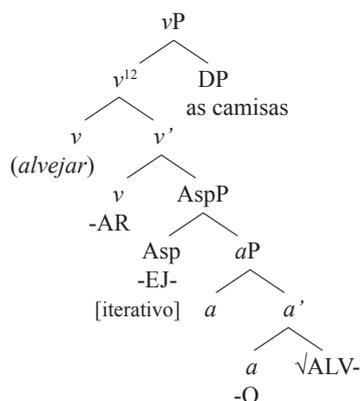
O morfema prefixal *es-*, que integra o verbo *esbravejar*, como já vimos, porta a idéia de “transformação” ou de “passagem para um novo estado”.

As formações arroladas no item “Formações derivadas com adjetivos que denotam predicados ou atributos” formam tanto verbos intransitivos, como *esbravejar*, *gaguejar* e *parvoejar*; quanto verbos que admitem uma interpretação causativo-incoativa, com uma versão intransitiva e uma transitiva, dependendo de se o evento admitir um causador ou não, como se pode observar nos exemplos em (12):

- (12)
- a. A doença *amarelejou-lhe* a pele.
 - b. Ao longe, os ipês *amarelejavam*.
 - c. A fumaça escura *negrejou* o dia.
 - d. Um vulto estranho *negrejava* no terreiro.
 - e. O cloro *alvejou* as camisas brancas.
 - f. A roupa branca *alvejou* no sol.
 - g. A areia fina da praia *branquejava* a paisagem.
 - h. As velas dos barcos *branquejavam* ao longe.
 - i. A chuva *verdejou* os campos.
 - j. A floresta *verdejava*, majestosa, ao longe.

A representação em (13), a seguir, ilustra a versão transitiva/causativa das derivações expostas em (12): *amarelejar* (“A doença *amarelejou-lhe* a pele”), *negrejar* (“A fumaça escura *negrejou* o dia”), *alvejar* (“O cloro *alvejou* as camisas brancas”), *branquejar* (“A areia fina da praia *branquejava* a paisagem”) e *verdejar* (“A chuva *verdejou* os campos”):

- (13) *alvejar*



A estrutura bieventiva em (13) mostra que o evento de “alvejar” causa uma mudança de estado no DP *as camisas* que passam do estado de “não alvegadas” para o de “alvegadas”. A interpretação causativa de *alvejar* é atribuída pelo *v* eventivo.

12 Representa o *v* de evento.

Em suma, o morfema *-ej(ar)* é essencialmente um sufixo iterativo e imprime um conteúdo dinâmico às suas derivações; assim, suas formações derivadas denotam situações dinâmicas com iteratividade que implicam em causa externa ou agente. As formações derivadas com *-ej(ar)* só se realizam se os traços semânticos dos nomes ou adjetivos internos forem compatíveis com a ideia de “modos de atividade” ou “mudança de estado”; por conseguinte, as derivações denotam eventualidades de modos de atividade ou eventualidades de mudança de estado. Os verbos derivados adquirem a propriedade expressa pelo nome ou adjetivo que integra a derivação. As formações podem ser incoativas ou causativas; alguns verbos derivados aceitam a alternância causativo-incoativa.

Há algumas raízes que se adjungem tanto ao morfema verbalizador *-e(ar)* como a *-ej(ar)*, como *pastor/pastorear/pastorejar*, *purpur-/purpurear/purpurejar*, *branc-/branquear/branquejar*, *harp-/harpear/harpejar*, *camp-/campear/campejar*, *rast-/rastear/rastejar*. Isto se deve ao fato de essas raízes serem semanticamente compatíveis tanto com o traço frequentativo/durativo acrescentado por *-e(ar)* como com o traço iterativo acrescentado por *-ej(ar)*.

As restrições semântico-aspectuais impostas pelas raízes aos morfemas derivacionais é que explicam, portanto, a não realização de formações como **esfaquejar*, **presentejar*, **lamejar*, **rarejar*, **nomejar*, **custejar* etc., pois há incompatibilidade semântica entre o significado lexical das raízes [fac-], [present-], [lam-], [rar-], [nom-], [cust-] e o traço aspectual iterativo inerente ao morfema derivacional *-ej(ar)*. Da mesma forma, raízes como [alv-], [pestan-], [far-], [gag-], [got-] etc., não se adjungem ao morfema derivacional *-e(ar)*: **alvear*, **pestanear*, **farear*, **gaguear*, **gotear* porque o significado lexical dessas raízes é semanticamente incompatível com o traço frequentativo/durativo acrescentado por *-e(ar)*.

Considerações finais

A observação das formações derivadas com os afixos *-e(ar)* e *-ej(ar)* revelou que a interação entre os traços semânticos das raízes e os traços semântico-aspectuais dos afixos é que permite a realização de uma derivação e que o significado de uma forma derivada é composicional, pois é construído fase a fase, através da amálgama das propriedades semânticas das raízes com os traços aspectuais dos morfemas derivacionais; por conseguinte, a morfologia derivacional obedece às imposições de ordem semântico-aspectual apresentadas pelas raízes e pelos morfemas derivacionais.

Nas formações derivadas existe uma correspondência entre a estrutura da formação e a significação das palavras resultantes; logo, a interpretação de uma palavra derivada é determinada pelos traços de suas partes constituintes.

REFERÊNCIAS

COMRIE, Bernard. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio eletrônico*. Curitiba: Positivo, 2004.

HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay. *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge: The MIT Press, 2002.

HALE, Kenneth; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay (Eds.). *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993. cap. 3, p. 111-176.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEMLE, Miriam. *Arbitrariedade saussureana: saltos e sobressaltos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Manuscrito.

_____. Sufixos em verbos: onde estão e o que fazem. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 58, p. 279-324, jul./dez. 2002.

MARANTZ, Alec. *Phases and words*. New York: New York University, 2007a. Manuscrito.

_____. *Restitutive re- and the first phase syntax/semantics of the VP*. Cambridge: MIT, 2007b. Handout.

_____. *Argument structure and morphology: noun phrases that name events*. Cambridge: MIT, 2006. Manuscrito.

_____. *Objects out of the lexicon: objects as events*. Cambridge: MIT, 2005. Handout.

OLIVEIRA, Solange Mendes. *Aspectos da derivação prefixal e sufixal no português do Brasil*. 2009a. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis.

_____. *A representação sintática da estrutura de evento de formações derivadas*. Ribeirão Preto: UNESP, 2009b. [Comunicação oral apresentada no 57º Seminário do GEL.]

_____. Os sufixos nominalizadores -ção e -mento. *Estudos Linguísticos*, Araraquara, n. 36, v. 1, p. 87-96, 2007a.

_____. O sufixo nominal agentivo -dor/-tor/-sor: uma análise à luz da Morfologia Distribuída. *Eletras*, Curitiba, v. 15, p. 1-12, 2007b.

_____. O sufixo nominal agentivo -nte. *Revista de Letras*, Curitiba, v. 9, p. 1-13, 2007c.

SPENCER, Andrew. *Morphological theory: an introduction to word structure in generative Grammar*. Oxford: Blackwell, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português*. Uberlândia: UFU, 1994.

A prática científica e a sua constituição pelo atravessamento de saberes

(Scientific practice and its constitution by crossing of knowledge)

Caroline Mallmann Schneiders¹

¹Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/Bolsista Capes)

carolletras2005@yahoo.com.br

Abstract: In this paper, we aim to highlight the discursive process that involves quotations affiliated with the perspective of Linguistics. These quotations under investigation are the subject of our study. We emphasize quotations since it is a question that helps us to be able to observe the affiliation process which is inherent in scientific practice. Therefore, we aim to study the book *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, 1st edition, 1950, by Serafim da Silva Neto. The choice was made due to the importance of that book in the last fifty years. In this sense, this paper is based on the view of the History of Linguistic Ideas and the theoretical and methodological principles of French Discourse Analysis, as it has been developed in Brazil.

Keywords: scientific practice, affiliation, quotation.

Resumo: No presente artigo, visamos a destacar o processo discursivo que envolve as citações filiadas à perspectiva da Linguística constitutivas do discurso que tomamos como objeto de nosso estudo. Enfatizamos a citação, uma vez que é uma questão que contribui para que se possa observar o processo de filiação inerente à prática científica. Diante disso, temos como objeto de estudo a obra *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, 1ª edição, de 1950, de Serafim da Silva Neto. A escolha por esse discurso foi decorrente da representatividade que a obra possui nos anos 50. Nessa esteira, inscrevemo-nos na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, vinculando-a aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de orientação francesa, tal como se desenvolve no Brasil.

Palavras-chave: prática científica, filiação, citação.

Considerações iniciais

A presente reflexão vincula-se ao estudo que estamos desenvolvendo em nosso doutorado e tem por objetivo uma compreensão em torno das citações inscritas na prática científica dos anos de 1950.¹ Interessa-nos analisar, especialmente, o processo discursivo que envolve as citações filiadas à perspectiva da Linguística constitutivas do discurso que tomamos como objeto de nosso estudo. Enfatizamos a citação, uma vez que é uma questão que contribui para que se possa observar o processo de filiação inerente à prática científica, permitindo, de certo modo, o reconhecimento do trabalho do outro, ou seja, permite que um determinado saber já constituído ganhe visibilidade em conjunturas outras, dando condições para que este saber possa ser historicizado em uma nova conjuntura.

Diante disso, o objeto analítico que delimitamos para o presente estudo trata-se da obra *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, 1ª edição, de 1950, de Serafim da Silva Neto. A escolha por esse discurso foi decorrente da representatividade que a obra possui no início dos anos 50, sendo considerada por Coseriu (1976 [1968]) uma importante

¹ Uma primeira versão dessa reflexão, resultado de nosso estudo de dissertação, está publicada na Revista *Expressão de Santa Maria*, v. 1, jan./jul. 2011.

e incomparável síntese histórico-descritiva no Brasil, e também reconhecida como a melhor obra sobre o português do Brasil. Interessa-nos observar essa conjuntura sócio-histórica e ideológica devido ao expressivo avanço que se tem nos estudos sobre a língua portuguesa, e porque antecede a obrigatoriedade da Linguística enquanto disciplina no âmbito acadêmico brasileiro. Esse campo de saber situava-se, portanto, numa posição não legitimada nesse período, mas começam a ganhar outro estatuto no contexto acadêmico, passando a circular nos estudos da linguagem juntamente com outros saberes.

Para desenvolvermos esse estudo, inscrevemo-nos na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, vinculando-a aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de orientação francesa, tal como se desenvolve no Brasil. A partir dessa inscrição, visamos a questões que nos permitem uma compreensão sobre o horizonte de retrospecto e projeção (cf. AUROUX, 1992) constitutivos do objeto em análise, bem como ao processo que envolve a linearização das citações filiadas ao campo disciplinar da Linguística na formulação discursiva, processo este que buscamos entender por meio da categoria analítica do discurso-transverso (cf. PÊCHEUX, 2009 [1988]).

Diante dessa perspectiva teórica, a análise que empreenderemos se realizará a partir de recortes discursivos (RDs) de nosso objeto, os quais nos possibilitarão observar as citações de autores vinculados à Linguística. Utilizamos como critério de escolha essas marcas linguísticas da formulação discursiva para podermos analisar o processo discursivo dessa filiação que se atravessa e se lineariza no discurso em análise. Buscamos, pois, compreender como essas citações estão organizadas na materialidade discursiva analisada, bem como os possíveis sentidos que elas estabelecem com as condições de produção do objeto em estudo.

A constituição da produção do conhecimento: algumas considerações²

Em nossa perspectiva, consideramos que não há discurso sem sujeito, assim como toda prática científica, que se constitui a partir de um discurso do sujeito da ciência, que se configura como efeito ideológico devido à interpelação ideológica a que está sujeito (HENRY, 1992, p. 142). Além desse efeito ideológico que perpassa sobre a posição³ do sujeito da ciência, sua posição não se situa fora da história nem das relações institucionais a que se vincula e que o individualizam. Desse modo, a produção do conhecimento, segundo Guimarães (2004), é uma “prática histórica, materialmente determinada”, constituída por sujeitos situados “ideologicamente em condições históricas específicas” (p. 16).

Entendemos que tanto para a produção do conhecimento quanto para a sua legitimação, quem tem um papel fundamental é o sujeito da ciência, sendo definido como aquele que, a partir da relação que mantém com a conjuntura sócio-histórica e ideológica, atualiza dizeres que já estão postos no domínio do interdiscurso, porém trazendo-os para colocar em funcionamento uma determinada memória discursiva na constituição de sua prática

2 As considerações teóricas apresentadas constituem a nossa dissertação de mestrado intitulada: *Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil dos anos 50*, defendida em 2011, pelo PPGL/UFSM, sob a orientação da Profª. Amanda Eloina Scherer.

3 Entendemos que o sujeito se constitui a partir de uma tomada de posição, a qual ideológica em relação ao seu dizer, conforme Orlandi (2004).

científica. Essa memória discursiva não se trata somente de uma retomada de saberes, mas da (re)produção de saberes referentes a um determinado domínio de saber situado num tempo e espaço específico.

Isso nos permite dizer que a produção do conhecimento se caracteriza, para nós, a partir de retomadas de determinados saberes, contudo essas retomadas visam ao avanço de determinada prática científica. Esse avanço relaciona-se ao fato de que, ao se reproduzir determinados saberes em conjunturas outras, tem-se um movimento de sentidos, uma vez que esses saberes já postos passam a estar vinculados a outras condições sócio-históricas e ideológicas.

É importante destacar que o processo de produção do conhecimento não se constitui como um discurso isolado, uma vez que o sujeito da ciência inscreve sua prática científica a determinada posição teórico-ideológica, filiando-se a determinada teoria. Para Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 13), “filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas, em determinadas condições de produção”.

Uma questão que contribui para que se possa observar esse processo de filiação inerente à prática científica é a citação, a qual permite, de certo modo, o reconhecimento do trabalho do outro, ou seja, permite que um determinado saber já constituído ganhe visibilidade em conjunturas outras, dando condições para que esse saber possa ser historicizado em uma nova conjuntura. A citação é “uma forma de representação que funciona legitimando-se pela afirmação” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13), fazendo com que se tenha a legitimação científico-institucional de determinados estudiosos que se tornam importantes para a constituição de determinado campo científico devido à representação e circulação que ganham a partir de sua citação.

A citação é, no estudo que desenvolvemos, um mecanismo que nos possibilita analisar e compreender o ‘processo de sustentação’ (PÊCHEUX, 2009 [1988]) inscrito em determinado discurso, processo esse que se vincula ao interdiscurso. O processo de sustentação articula-se a uma questão que nos interessa, a saber: o funcionamento do discurso-transverso (DT), categoria que destacamos em nosso estudo de dissertação, mas que se torna central no trabalho de tese que propomos, pois pretendemos enfatizar especificamente o funcionamento analítico dessa noção a partir das citações.

O discurso-transverso, a partir do que Pêcheux (2009 [1988]) ressalta, resulta do atravessamento de outros saberes que se colocam no interior de um determinado discurso e domínio de saber, fazendo co-habitar, num mesmo espaço, saberes que advêm de outros lugares, os quais podem pertencer a formações discursivas (FDs) e formações ideológicas (FIs) distintas. Ou seja, são saberes que se linearizam na dimensão intradiscursiva, passando a pertencer ao fio do discurso. Esses saberes que passam a estar atravessados são constitutivos do “interdiscurso enquanto pré-construído” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 154), fazendo parte, portanto, do conjunto dos saberes/discursos que já estão dados pela exterioridade.

Pêcheux salienta que “o funcionamento do ‘discurso-transverso’ remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 153). Há esse processo metonímico no discurso-transverso, pois quando o sujeito retoma, repete, atravessa discursos em seu discurso, tem-se apenas um recorte do todo, uma parte que não se fecha nesse recorte, fazendo ressoar o que não está presente, mas pertencente a esse todo.

Esse atravessamento de saberes que se pode observar pelo discurso-transverso aponta também para os jogos de forças constitutivos do processo discursivo, bem como que a inscrição de dizeres outros num determinado domínio é regulada pela posição em que o sujeito se inscreve, apontando para saberes com os quais o sujeito se identifica e/ou se contrai-identifica por meio de retomadas. Com relação à identificação do sujeito a determinados saberes, ela é essencial para compreendermos a filiação que constitui e está linearizada em determinado discurso, a qual, por sua vez, está inscrita em determinada formação discursiva.

A articulação de saberes nos importa, porque remete à heterogeneidade presente na constituição discursiva, podendo ser compreendida pelo atravessamento e sustentação a outros saberes. Essa articulação/sustentação que passa a constituir a formulação discursiva aponta, pois, para uma relação interna entre os discursos.

É importante destacar que o processo de sustentação ou articulação num determinado discurso é resultante de uma série de fatores, dentre eles as condições de produção. Trazendo um breve esboço das condições de produção do objeto de estudo, podemos dizer que, na conjuntura dos estudos sobre a linguagem dos anos de 1950, no Brasil, os saberes que dominavam nas práticas científicas eram os saberes que visavam ao estudo da língua portuguesa do Brasil, sob o viés da Filologia. No entanto, junto a esses saberes filológicos, tem-se outros que circulavam nessa época, constituindo a FD dessa conjuntura, como, por exemplo, os saberes sobre a Linguística, os saberes dialetológicos e literários. Logo, o objeto em análise se inscreve numa FD que é composta por diferentes saberes, que se inscrevem em posições diferentes, sendo a partir dessas posições que o sujeito da ciência poderá inscrever seu discurso em filiações outras, não sendo mais um discurso predominantemente filológico.

Diante dessas questões, no desenvolvimento desse estudo inscrito no domínio da História das Ideias Linguísticas, vinculado aos pressupostos teórico-metodológicos da AD, tomamos como modo de entrada a análise de obras, segundo os estudos de Guimarães (2004) sobre a HIL no Brasil. Essa obra está sendo considerada como um discurso documental (cf. NUNES, 2008), pois, para nós, este nos permite trabalhar com uma memória institucionalizada (ORLANDI, 2002), mas, sobretudo, compreender uma temporalidade e memória outra, a qual é decorrente dos gestos analíticos que lançamos sobre essa memória institucionalizada que constitui determinada materialidade discursiva.

Desse modo, entendemos que o discurso documental traz à baila uma memória e história outra que não está dada e que, em nosso caso, é constituída pelos discursos que se atravessam e que afetam o processo de produção do discurso em questão. Essa noção possibilita observar, portanto, como se constitui a relação entre a produção do conhecimento com as condições de produção, visto que é decorrente dessas condições que se terá a inscrição de determinada temporalidade e memória na constituição e formulação discursiva.

Um olhar sobre o atravessamento de saberes na produção do conhecimento

Para analisar o objeto de estudo delimitado, buscamos destacar recortes que indicam ou fazem referência aos saberes da Linguística, ou seja, a partir da relação que se estabelece com esse disciplinar. Tendo em vista que o nosso interesse está no atravessamento de saberes que constitui nosso objeto, enfatizaremos, a partir das marcas constitutivas do discurso, o funcionamento da relação entre saberes por meio da linearização destes na formulação discursiva.

Para tanto, dois momentos se fizeram importantes. Primeiramente, propomos uma reflexão em torno do estudo das fontes/referências citadas no interior do objeto em análise, as quais apontaram para a co-presença (cf. AUROUX, 2008) de nomes/autores vinculados à disciplina de Linguística. Por meio dessa co-presença, compreendemos a rede de memória e filiações que constitui a discursividade analisada. No entanto, procuramos trazer fontes que nos permitiram pensar uma relação entre elas, não apenas trazer autores vinculados ao disciplinar da Linguística, mas sim autores que mantiveram uma relação teórica.

A rede de filiações que pudemos propor a partir dos recortes da obra pode ser visualizada na seguinte figura:

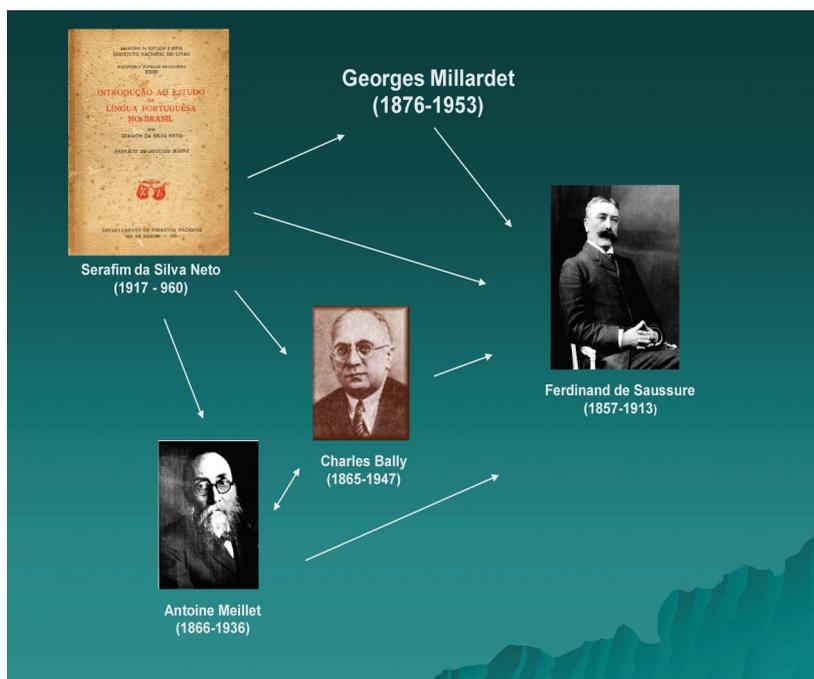


Figura 1. Rede de Filiações

A partir dessa figura, observamos que as citações destacadas apontam para uma base comum: o estudioso Ferdinand de Saussure, formando, com isso, uma rede de memória e de teóricos que se vinculam aos saberes pertencentes ao campo disciplinar da Linguística por uma filiação no postulado saussuriano, embora cada estudioso se vincule à Linguística por meio de um lugar em específico.

No segundo momento de nossa análise, procuramos observar, especialmente, o imbricamento com os saberes da Linguística, compreendendo como essa discursividade está em articulação e atravessada por esses saberes. Observamos, principalmente, a articulação dos saberes propostos no *Curso de Lingüística Geral*. Nesse sentido, iremos nos deter num recorte em específico, que referencia Saussure a partir de seu postulado. O retorno a esse postulado aponta para essa ancoragem nos saberes do campo disciplinar da Linguística que estamos considerando.

Podemos exemplificar isso, a partir do seguinte recorte, pelo qual podemos observar essa articulação e atravessamento de nomes e saberes:

Quadro 1: Recorte Discursivo (RD)

RD: “Desde Saussure pelo menos, sabe-se que a língua é um sistema, rigorosamente conexo, de meios de expressão comuns a um conjunto de seres. **Esse sistema, que só existe nos indivíduos falantes**, tem, entretanto, existência independente deles, porque, tal como outras instituições sociais lhes é imposto. (3) [nota de rodapé: “Vj. o *Cours de linguistique générale*, pág. 30.”]

Apesar disso, porém, cada pessoa tem seu jeito de falar a própria língua, de modo que tantas há quantos são os indivíduos (4) [nota de rodapé: “Cf. Vendryes, *Le langage*, pág. 273.”]. É em suma, a oposição: *langue* (système de moyens d’expression imposé aux individus), *parole* (exécution de la langue par l’individu)”. (Negritos nossos, p. 18)

É importante destacar que a articulação dos saberes da Linguística pode ser observada especialmente nas considerações a respeito da língua, sendo essa questão de grande interesse para o estudioso Serafim da Silva Neto, buscando enfatizar, em vários de seus estudos, a problemática da língua portuguesa do Brasil. Consideramos que o recorte acima é representativo para o nosso objetivo, pois, por meio dele, podemos compreender a relação com os saberes da Linguística antes de sua institucionalização como disciplina nos cursos de Letras do Brasil, que ocorreu via decreto Federal em 1962. Ou seja, trata-se de uma tomada de posição que permeia os estudos sobre a língua portuguesa juntamente com os saberes predominantes dessa conjuntura, com os saberes filológicos.

A partir desse recorte, procuramos explicitar a tomada de posição do sujeito diante dos saberes da Linguística que é atualizado para o discurso. Entendemos que o retorno desses saberes, que já estão postos sobre a Linguística, como um efeito do pré-construído, um dos elementos do interdiscurso cuja característica primordial é “a separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*” (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 93, grifo do autor). O pré-construído torna-se uma noção essencial na constituição discursiva, tornando o dizer/discurso possível pelo fato de conferir seu objeto, tomado enquanto pré-existência e exterioridade, ao pensamento. Ou seja, liga-se ao que já está posto, ao que está preestabelecido, que pode vir a ser articulado e linearizado no intradiscurso.

Para esse autor, “o efeito de pré-construído” trata-se, portanto, de uma “modalidade discursiva da discrepância” (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 156), por meio da qual o indivíduo é interpelado em sujeito, visto que é a partir desses lugares já dados na exterioridade que o sujeito tem a possibilidade de se constituir. Podemos observar esse funcionamento no RD acima, visto que o sujeito da ciência inscreve seu dizer em construções já dadas, que estão na ordem da exterioridade, do pré-construído, fazendo com que esses outros dizeres articulam-se na dimensão intradiscurso. Esse efeito discursivo vincula-se ao que Pêcheux, a partir de Henry (2009[1988], p. 89), considera como encaixe sintático.

Há esse efeito do pré-construído devido ao encaixe que se verifica no RD, retomando o que está posto no *Curso*. Para nós, o encaixe está ligado à citação de Saussure, nome próprio que está explícito, instaurando um processo de filiação que ocorre não somente pela presença do nome desse estudioso, mas pelo encadeamento de suas considerações no fio do discurso: “sabe-se que a língua é um sistema”.

Propomos que a citação de Saussure pode ser entendida como um encaixe sintático, mas não pelo funcionamento das relativas, como Pêcheux (2009[1988]) propôs, mas pela linearização de outro discurso via citação. Desse modo, pelo pré-construído, o sujeito

pode inscrever-se e atualizar as ideias saussurianas que passam a estar encaixadas, linearizadas no intradiscurso, produzindo o que Pêcheux enfatiza como o efeito de sustentação, que é ‘uma espécie de retorno do saber no pensamento’ (2009[1988], p. 102). O pré-construído e o processo de sustentação são elementos que integram o interdiscurso, opondo-se, mas, ao mesmo tempo, complementando-se, uma vez que não se pode compreender o efeito da articulação de asserções sem o pré-construído, o qual dá a base para o processo de constituição do dizer/discurso.

A articulação “constituiu o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 151). Através da articulação, compreendemos, portanto, em quais saberes o sujeito se inscreve, visto que passam a estar linearizados, na dimensão intradiscursiva, pelo discurso-transverso (DT), noção que está em estrita relação com a articulação. Pelo DT, tem-se o encadeamento de outros saberes que vêm se atravessar no interior de um determinado discurso e domínio de saber.⁴

No recorte em destaque, observamos que se enfatiza apenas um aspecto referente à concepção de língua proposta por Saussure, questão essa que se relaciona ao efeito metonímico do discurso-transverso (DT) ressaltado por Pêcheux (2009[1988], p. 153). Há, portanto, uma ‘relação da parte com o todo’ no DT, ou seja, o DT não se vincula ao todo, mas a um recorte que, por conseguinte, faz com que possamos estabelecer uma relação com o todo, ou seja, não se limita à parte que está atravessada na materialidade discursiva.

É importante ainda ressaltar a marca da temporalidade no recorte, historicizando os saberes aí atravessados e explicitando essa relação com o outro que advém de outra conjuntura sócio-histórica. Tal marca é: “Desde Saussure”, que, de acordo com Venturini (2009), relaciona-se ao funcionamento do DT, que, para a autora, ocorre pelo “atravessamento no intradiscurso de discursos advindos de tempos e lugares outros, instaurando efeitos de sentidos contrários à homogeneidade” (p. 74).

Entendemos que há essa articulação com os saberes da Linguística, porque não há uma simples menção a essas ideias retomadas. O sujeito inscreve essas asserções na constituição de seu discurso, trazendo não só os saberes da perspectiva filológica, mas também fazendo circular e dando visibilidade aos saberes da Linguística. Podemos dizer que o sujeito da ciência procura colocar em relação esses dois campos disciplinares, posições estas que passam, pois, a constituir o sujeito e a produzir efeitos de sentidos na discursividade.

Nesse sentido, o sujeito assume outra posição, ou outro modo de enunciar, como nos destaca Indursky (2002), instaurando não uma ruptura com a FD em que se inscreve, mas colocando em relação duas posições-sujeito que, nessa conjuntura, produz um efeito contraditório, estranho ao que se predominava nos estudos sobre a linguagem. Assim, nosso estudo aponta para o fato de que o sujeito da ciência, ao articular domínios considerados estanques em seu discurso, instaura avanços no domínio em que se inscreve, o qual passa a estar articulado com os saberes que se colocam importantes para uma efetiva prática científica em torno dos estudos sobre a língua portuguesa no/do Brasil.

A entrada de novos saberes em um determinado domínio, em nosso caso, a entrada de saberes pertencentes ao disciplinar da Linguística nos estudos em torno da língua portuguesa, nos anos de 1950, (re)configura o domínio de saber dominante da época, fazendo com que

⁴ Desenvolvemos essa questão, de modo inicial, em nosso estudo de dissertação.

a FD se relacione com discursos que advêm de outros lugares, atravessando-a e apontando para a sua heterogeneidade. A partir disso, o sujeito da ciência tem a possibilidade de inscrever seu discurso tanto na posição-sujeito linguista quanto na posição-sujeito filólogo.

Essas posições são resultantes da exterioridade, das condições de produção que envolvem as práticas científicas no momento em questão. Ou seja, tem-se um atravessamento de saberes que se dá via interdiscurso, a partir da determinação histórica e ideológica, abrindo o espaço para o diferente no interior da materialidade discursiva analisada e configurando uma memória discursiva outra, nos estudos da época, por meio da inscrição nos saberes do campo disciplinar da Linguística.

Considerações finais

Portanto, torna-se relevante o estudo em torno da prática científica dos anos de 1950, pois se trata de um período de transição, quando se intensificam as investidas para a legitimação e institucionalização acadêmica da Linguística, e um ponto importante para que isso ocorra é o retorno às ideias saussurianas. A relação com o postulado saussuriano observado no RD aponta para um movimento dos sentidos que, para Orlandi (2004, p.72), “não retornam apenas, eles se transformam, eles deslocam seu lugar na rede de filiações históricas, eles se projetam em novos sentidos”. Não há, portanto, identificação plena nem ruptura no modo de identificação do sujeito na materialidade em destaque. O que se pode compreender é um deslizamento de sentidos a partir da identificação do sujeito com duas posições-sujeito.

Ou seja, há tanto um olhar filológico quanto linguístico na materialidade, essa concomitância de perspectivas trata-se do que Serafim da Silva Neto (1952) explicita na ‘Explicação’ de seu livro *Manual de Filologia Portuguesa*: “o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. Nas faculdades de Letras os Professores irão orientando os alunos, tendo em vista as preferências de cada um” (p. XI-XII). Assim, pela mobilização do discurso-transverso, observamos que há o atravessamento dos saberes da Linguística no discurso sobre a língua portuguesa, visto que podemos observar um rompimento na estrutura homogênea em torno dos estudos filológicos. Esse rompimento decorre da relação interna, no processo discurso, com saberes de outros domínios, os quais passam a constituir o discurso analisado a partir da identificação do sujeito com esses saberes da Linguística que se linearizam na formulação discursiva, articulando-se com os saberes predominantes da época. Logo, ao inscrever, na prática científica, os saberes da Linguística, fazendo-os circular em espaços outros, podemos considerar que é um futuro passo a sua legitimação acadêmica e científica no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Tradução de Mariângela Peccioli Gali Joaínilho. Campinas, SP: Editora RG, 2008. 160 p.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. 141 p.

COSERIU, E. Perspectivas Gerais. In: NARO, A. J. (Org.). *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976. p. 11-40. [General perspectives. *Current trends in linguistics*, Haia, Mouton, v. 4, p. 5-62, 1968].

GUIMARÃES, E. *História da Semântica: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. São Paulo, Campinas: Pontes, 2004. 142 p.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. 241 p.

INDURSKY, F. *A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação*. *Síntese 2*, ANPOLL, Porto Alegre, p. 1-7, 2002. CD-ROM.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. O político na Lingüística: Processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). *Política Lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 11-18.

NUNES, J.H. O Discurso Documental na História das Idéias Lingüísticas e o caso dos Dicionários. *Alfa: Revista Linguística* São Paulo, UNESP, v. 56, n. 1, p. 81-100, 2008. (online). Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>>. Acesso em: 10 fev. 2010

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas, Pontes, 2004. 155 p.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002. 320 p.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Tradução de Eni Orlandi et al. São Paulo: Campinas, Editora da Unicamp, 2009. [1988]. 287 p.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 279 p.

SCHNEIDERS, C. M. A (re)produção de saberes nos estudos sobre o português do Brasil dos anos de 1950. *Revista Expressão*, Santa Maria, v. 1, n. 1, jan/jul, 2011. p. 87-94.

_____. *Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil dos anos 50*, 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SILVA NETO, S. da. *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1952. 395 p.

_____. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1950. 287 p.

VENTURINI, M. C. *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. 280 p.

Da retórica à argumentação: o funcionamento de sentido das palavras

(From the Rhetoric to Argumentation: Understanding the Meaning of Words)

Débora Massmann¹

¹Mestrado em Ciências da Linguagem - Universidade do Vale do Sapucaí

debora.massmann@gmail.com

Abstract: In this paper, we analyze the meaning of the words ‘rhetoric’ and ‘argumentation’ as employed in the work *Le traité de l’argumentation. La nouvelle rhétorique*, published in 1958 by Perelman and Olbrechts-Tyteca. Through this study, we intend to contribute to the production of an understanding about the history of the argumentation - its constitution, its formulation and its usage - in human sciences during a very specific period: the resumption of the argumentation studies in the second half of the twentieth century.

Keywords: rhetoric; argumentation; semantics; words; meaning mechanisms.

Resumo: Neste trabalho, analisa(m)-se o(s) sentido(s) das palavras *retórica* e *argumentação* na obra *Le traité de l’argumentation. La nouvelle rhétorique*, publicada em 1958, por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Através deste estudo, pretende-se contribuir para a produção de um saber sobre a história da argumentação – sua constituição, sua formulação e sua circulação – nas ciências humanas num período muito específico: a retomada dos estudos da argumentação, na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: retórica; argumentação; semântica; palavras; funcionamento de sentidos

Considerações iniciais

A retórica é a negociação da distância entre os sujeitos.
Esta negociação acontece pela linguagem
(ou, de modo mais genérico, através *da* – ou *de uma* linguagem)

Michel Meyer (1998)

Das diferentes perspectivas teóricas que estiveram presentes no processo de revitalização da retórica em meados do século XX, a obra *Tratado da argumentação. A nova retórica*¹ (TA) pode ser descrita como aquela que mais se assemelha à teoria aristotélica. Assim como fez Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca situam suas reflexões e sua teoria da argumentação no domínio do verossímil, dado que é justamente no mundo da opinião e das discussões que a argumentação se revela. É no embate de diferentes pontos de vistas, no mundo da *doxa*, que as relações sociais, políticas e econômicas se produzem, se constituem e criam um espaço de funcionamento propício para o exercício do discurso persuasivo. O diálogo de Perelman e Olbrechts-Tyteca com Aristóteles produz efeitos inclusive na própria noção do que é um discurso persuasivo, ou convincente, que é retomada e ressignificada a partir da concepção aristotélica “como sendo aquele [discurso] que

¹ Texto originalmente publicado em língua francesa no ano de 1958: *Le traité de l’argumentation. La nouvelle rhétorique*.

consegue fazer o público sentir-se identificado com o seu produtor e a sua proposta” (MOSCA, 2004, p. 21).

Em sua gênese, a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca não toma como ponto de partida problemas linguísticos ou literários, mas um problema filosófico relacionado à fundamentação dos juízos de valor. Assim, os autores aventuraram-se em busca de uma lógica do valor, paralela à da ciência. Suas reflexões conduziram à antiga retórica que forneceu respostas aos questionamentos e impulsionou a reflexão dos autores. A grande descoberta do tratado da argumentação “é que, entre a demonstração científica e a arbitrária das crenças, *há uma lógica do verossímil, a que dão o nome de argumentação, vinculando-a à antiga retórica*”² (REBOUL, 2004, p. 84).

Encontrando aval na retórica aristotélica, a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca diligenciou a revitalização da argumentação não só como teoria do discurso persuasivo, mas também como campo de estudos da linguagem. De fato, a reabilitação da retórica, atrelada à argumentação, a partir do final da década de 50, viu terreno fértil para se desenvolver. Não é por acaso, portanto, que alguns estudiosos consideram o TA como uma verdadeira “teoria do discurso persuasivo” (REBOUL, 2004), pois, ao privilegiar a *inventio*³ — primeira fase do dispositivo retórico proposto por Aristóteles — o TA traz uma descrição detalhada das estratégias de persuasão e apresenta um estudo quase exaustivo dos diversos tipos de argumentos. Trata-se de uma teorização sobre os modos de persuadir.

A relevância da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca para a (re)organização de um campo de estudos da argumentação é inegável. Ao retomar os postulados da retórica clássica, para, a partir dela, propor uma teoria da argumentação fundamentada na noção de verossimilhança, os autores rompem com a tradição do racionalismo cartesiano. Para Breton (2003, p. 17), o período que antecede a publicação de o TA pode ser descrito como um momento de “enfrentamento entre uma cultura da evidência” e uma “cultura da argumentação”. Nesse processo litigioso entre, eu diria, a cultura da evidência e a cultura da verossimilhança, as reflexões, apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca na publicação de 1958, inscrevem um novo tempo para a própria retórica e, principalmente, para as pesquisas sobre argumentação. Um dos grandes méritos desta obra é o fato de se projetar uma teoria da argumentação colocando em funcionamento uma memória de sentidos sobre a retórica clássica.

É para este movimento, à contramão do que vinha sendo realizado na época, que eu quero chamar atenção. Meu objetivo neste estudo é justamente mostrar o funcionamento do sentido das palavras *retórica* e *argumentação* na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, ou seja, como essas palavras se determinam e se ressignificam enunciativamente. Para

2 Grifo meu.

3 O sistema retórico proposto por Aristóteles está organizado em quatro partes distintas correspondem às diferentes fases percorridas pelo orador durante a composição de seu discurso, a saber: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio*. De acordo com Mosca (2004, p. 27-28), “inicialmente, é preciso achar o que dizer; em seguida, ordenar o que se encontrou e proceder a um investimento no plano da expressão, de modo a ter adequação nas escolhas. Na realidade, o que se dá é que o pensamento, as idéias se forjam num trabalho conjunto com linguagem, resultando que aprender a exprimir-se é também aprender a pensar”.

isso, inserida na perspectiva da *História das ideias linguísticas*,⁴ tomo como quadro teórico a Semântica do Acontecimento tal como proposta por Guimarães (2002). É o olhar do semanticista, atrelado à perspectiva de estudo da história das ideias linguísticas, que conduz à compreensão das especificidades do conceito de argumentação nas ciências humanas e que, além disso, orienta à investigação sobre o papel da apropriação desse conceito para as rupturas teórico-metodológicas que a argumentação produziu e ainda produz no quadro das ciências humanas.

Sobre Semântica do Acontecimento

A Semântica do acontecimento considera que o sentido é constituído pelas relações de determinação semântica que as palavras estabelecem entre si tanto no nível do enunciado quanto no nível do texto. O sentido não é tomado então como uma simples relação entre palavras, frases e texto. A cada acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2009), as palavras, a partir de seu funcionamento político e histórico, podem assumir novos sentidos e significar coisas diferentes. Assim, para descrever o sentido das palavras, investigam-se as condições sócio-históricas e ideológicas em que os acontecimentos enunciativos são produzidos. Acontecimento(s) estes que se caracterizam pelo funcionamento da língua num dizer específico sobre a argumentação. A noção de acontecimento é tomada aqui tal como formulada por Guimarães (2002, 2011). Ou seja, o acontecimento é aquilo que faz diferença na própria ordem

E o que especifica este acontecimento não é considerado em virtude de estar num certo momento no tempo, antes de um outro acontecimento também no tempo. Não é este aspecto que considero especificador de um acontecimento. O que especifica um acontecimento é a temporalidade que ele constitui: um passado, um presente e um futuro. Ou seja, um acontecimento é distinto de outro acontecimento porque ele recorta um passado de sentidos que convive com o presente da formulação do Locutor e assim traz uma projeção de futuro de sentidos que não significariam não fosse o acontecimento em questão. (GUIMARÃES, 2011, p. 15)

Nessa perspectiva, a noção de acontecimento coloca-se como central à reflexão que proponho já que não é o Locutor que constitui o ponto de referência para o presente, conforme propôs Benveniste (1959), mas sim o acontecimento de linguagem. É ele, o acontecimento, que vai constituir o tempo da enunciação e agenciar o falante em Locutor (GUIMARÃES, 2011). Assim, a cada acontecimento, as palavras podem assumir sentidos diversos e significar coisas diferentes. Esse processo de produção de sentidos acontece no funcionamento do texto e mobiliza procedimentos enunciativos distintos que afetam, reescrevem, retomam e ressignificam o que já foi dito.

Com o objetivo de depreender o(s) funcionamento(s) e a(s) ruptura(s) de sentido(s) das palavras *retórica* e *argumentação*, interesse-me pelos procedimentos de reescrituração e de articulação.

4 *História das Ideias Linguísticas* é um programa que reúne pesquisadores interessados em investigar a história dos estudos da linguagem. No Brasil, o projeto, coordenado por Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães, tem contribuído para se compreender a constituição de um saber metalinguístico no Brasil desde a Época Colonial, levando-se em conta o papel de obras, autores, teorias, acontecimentos, instituições, na produção desse saber. Para mais informações acesse: <http://www.unicamp.br/iel/hil/>

A reescrituração pode ser definida como um procedimento, através do qual a enunciação retoma, rediz e reescreve o que já foi dito atribuindo-lhe novos sentidos, fazendo-o significar de outra maneira diferente de si. Tem-se assim a reescrituração como um procedimento que predica algo ao reescriturado. Fazendo isso, ela coloca em funcionamento uma importante operação enunciativa: a predicação. De acordo com Guimarães (2007, p. 84), a predicação constitui “operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por expandi-la ou condensá-la, etc...”.

A reescrituração pode ocorrer sob diferentes formas, isto é, ela pode se manifestar através de repetição, substituição, elipse, expansão, condensação ou definição. Esses diferentes modos de reescrituração criam uma trama (teia) de sentidos na superfície textual, pois conectam pontos do texto entre si e com outros textos. Meu interesse é observar como, através desses procedimentos de reescrituração, o sentido das palavras é construído, deslizado e alterado. Dito de outra forma, meu propósito é saber como o sentido das palavras *retórica* e *argumentação* se historiciza e como, ao ser retomada, elas fazem significar algo que não estava significado (GUIMARÃES, 2007).

Se a reescrituração engloba relações que podem se estabelecer na unidade do texto, a articulação remete à análise das relações de contiguidade no interior do próprio enunciado. Ela se dá como uma relação local e produz sentidos através das relações de contiguidade significadas pelo agenciamento enunciativo. O estudo da articulação permite dizer “como o funcionamento de certas formas afeta outras que elas redizem” (GUIMARÃES, 2007, p. 88). Dentre as relações de articulação, pode-se citar a pressuposição, a predicação e a referência no âmbito do enunciado e as relações argumentativas, entre outras.

Observando estes dois procedimentos enunciativos, chega-se ao Domínio Semântico de Determinação (DSD) (Guimarães, 2007) das palavras *retórica* e *argumentação* na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca. O DSD funciona como um mecanismo de descrição e de interpretação que mostra como, no acontecimento do dizer, o funcionamento das palavras produz sentidos. Neste conceito de DSD, a determinação semântica ocupa uma posição de destaque. Ela é descrita como uma relação enunciativa fundamental no processo de produção de sentidos das expressões linguísticas (GUIMARÃES, 2007). É nas e pelas relações de determinação semântica, constituídas no acontecimento enunciativo, que as palavras significam. Os sentidos se constroem e se constituem, portanto, pelas relações de determinação entre as palavras que resultam do modo como estas se relacionam, umas com as outras, não só ao longo do(s) enunciado(s), mas também ao longo de um mesmo texto e entre textos diferentes.

Assim, na presente reflexão, o estudo do(s) funcionamento(s) de sentido(s) das palavras *retórica* e *argumentação* ampara-se, necessariamente, no conceito de DSD. Dito de outra forma, dizer qual é (ou quais são) o(s) sentido(s) das palavras *retórica* e *argumentação* implica poder estabelecer seus DSDs. No processo de análise, o DSD é descrito, representado e identificado por sinais muito específicos que constituem o próprio DSD. Tem-se assim a seguinte representação:

- 1) os sinais \top ou \perp ou \dagger ou \vdash indicam “determina” (em qualquer direção);
- 2) o traço $—$ indica uma relação de “sinonímia”;
- 3) o traço maior $_____$, dividindo o DSD, significa “antonímia”.

Utilizando-me desse quadro teórico-metodológico, mostro, nas análises a seguir, as relações semânticas das palavras *retórica* e *argumentação* na “Introdução” da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958). Através dessa reflexão, contribui-se para a produção de um saber sobre a história da argumentação – sua constituição, sua formulação e sua circulação – nas ciências humanas num período muito específico: a retomada dos estudos da argumentação, na segunda metade do século XX.

Da retórica à argumentação: relações de sentido

A partir desse *corpus*, é possível ter uma visão do modo como as palavras *retórica* e *argumentação* são (re)significadas. Selecionei como ponto de partida para minhas análises o título da obra:

Recorte 1: “O tratado da argumentação. A nova retórica”. (PERELMAN; OLBRECHTS--TYTECA, 2002, Título da obra)

Aqui a palavra “argumentação” articula-se ao substantivo “tratado”, através do determinante “de + a”. Esse enunciado é especificado, logo na sequência, no próprio título. O sinal de pontuação ponto-final (.) marca uma ruptura na exposição do título que é seguida imediatamente de uma especificação através do sintagma nominal “A nova retórica”. Para compreender o(s) sentido(s) que está(ão) funcionando nesse enunciado, proponho as seguintes paráfrases:

1’ Existe uma retórica velha.

1” Há um tratado da argumentação que é a nova retórica.

1”” Este tratado da argumentação é a nova retórica.

A relação de predicação que pode ser verificada a partir das paráfrases revela que, já no título da obra, a enunciação de Perelman e Olbrechts-Tyteca traz consigo, e coloca em funcionamento, uma memória de sentidos cuja gênese é a retórica clássica. Em seu dizer, os autores mostram que a argumentação, antes concebida como cerne da antiga retórica, está sendo ressignificada nesse acontecimento enunciativo não só pela reescrituração de “argumentação”, mas também e, sobretudo, a partir da designação “nova retórica”. O tratado sobre a argumentação que os autores propõem apresenta-se como um desdobramento da retórica clássica, ou, melhor, como uma nova perspectiva da retórica.

Já no recorte seguinte, observa-se uma reescrituração da palavra “argumentação” por um procedimento de repetição (recorte 2).

Recorte (2): A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 1)

As relações semântico-enunciativa entre “argumentação” e “retórica e dialética” estão explícitas no enunciado através de procedimentos de articulação que mostram uma rede de sentido em que as palavras *retórica* e *argumentação*, ao determinarem uma a outra nesse acontecimento do dizer, ressignificam-se na história.

- (05) 2' Há um tratado consagrado à argumentação.
- (06) 2'' Este tratado da argumentação vincula-se à velha tradição da retórica e da dialética gregas.
- (07) 2''' Este tratado da argumentação, vinculado à velha tradição da retórica e da dialética gregas, é um ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio de Descartes.
- (08) 2'''' Este tratado da argumentação, vinculado à velha tradição a da retórica e da dialética gregas, rompendo com uma concepção da razão e do raciocínio de Descartes, é a nova retórica.

Essas paráfrases permitem observar que, além de reescrever uma memória de sentidos sobre a tradição grega da retórica e da dialética, as relações de sentidos das palavras no acontecimento enunciativo inscrevem a teoria da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca como uma ruptura, ressignificando e reescrevendo, por uma elipse, a “nova retórica”, e demarcando assim um lugar teórico muito específico para a obra. O “Tratado da argumentação” está assim situado num espaço teórico híbrido que dialoga com a retórica clássica da Antiguidade, que rompe com o racionalismo cartesiano do passado (imediato) e que projeta uma nova configuração para os estudos da argumentação, a nova retórica.

Essas relações de significação mostradas através das paráfrases podem ser confirmadas no recorte (3), a seguir, em que “tratado da argumentação” aparece reescrito por substituição em “nosso tratado” e por repetição através do emprego do pronome oblíquo “o”. A articulação, por coordenação, nesse enunciado, coloca em funcionamento novamente um dizer que rememora, ou seja, que traz consigo uma memória de sentidos sobre o Renascimento e a Retórica Clássica, sendo esta última designada ora como uma “arte”, a arte de persuadir e de convencer, ora como uma “técnica”, técnica da deliberação e da discussão. É a partir desse memorável que, na sequência do enunciado, o “tratado da argumentação” passa a ser determinado e nomeado como a “nova retórica”.

Recorte (3): [...] nosso tratado se relaciona sobretudo com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos autores gregos e latinos, que estudaram a arte de persuadir e de convencer, a técnica da deliberação e da discussão. É por essa razão também que o apresentamos como uma *nova retórica*. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 5)

As palavras *retórica* e *argumentação* continuam sendo reescritas e ressignificadas ao longo do texto. Exemplo disso é o recorte (4a e 4b) em que há uma comparação explícita entre as duas disciplinas. Nessa relação comparativa, os sentidos às vezes se aproximam e se afastam. É importante observar, no entanto, o modo como essas palavras, a partir de seu funcionamento político e histórico, podem assumir novos sentidos, significar coisas diferentes e também redizer o sentido já-dito e já-legitimado em outras condições histórico-ideológicas.

No recorte (4a), a palavra “retórica” aparece sendo determinada pelo adjetivo “antiga”, pelos sintagmas nominais “arte de falar em público de modo persuasivo” e “arte oratória”, e também pelo substantivo “argumentação”.

Recorte (4a): O objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; (...) vê-se, assim, que a meta da arte oratória – a adesão dos espíritos – é igual à de qualquer argumentação. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 6)

Já no recorte (4b), verifica-se que “tratado da argumentação” aparece reescrito pelo sintagma nominal “nosso estudo”, que, articulado a uma oração subordinada em “preocupando-se sobretudo com a estrutura da argumentação”, anuncia o objeto da teoria

de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a “estrutura da argumentação”. Assim, tem-se que a “argumentação” é determinada por “estrutura”. Essa determinação marca uma posição de distanciamento importante para o TA, pois o estudo da argumentação proposto por ele “não insistirá, portanto, na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório” (recorte 4b). Cabe, pois, à retórica preocupar-se com a comunicação com o auditório, já que ela tem como meta a adesão dos espíritos (recorte 4a).

Recorte (4b): Nosso estudo, preocupando-se sobretudo com a estrutura da argumentação, não insistirá, portanto, na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 6)

Observe que as relações de sentido entre *retórica* e *argumentação* vão sendo sutilmente ressignificadas no acontecimento enunciativo. Há um vai-e-vem de sentidos que se constroem e se determinam no funcionamento da língua. No recorte (5), por exemplo, observe que “argumentação” está reescrita por elipse através do sintagma verbal, em 1ª pessoa do plural, “conservamos” e, além disso, ela está sendo determinada pelos substantivos “auditório” e “discurso”. Enquanto “discurso” é inserido e parece se relacionar de modo mais próximo com a “nova retórica”, “auditório” aparece aqui reescrito por repetição (confira os recortes 4a, “adesão dos espíritos”, e 4b, “auditório”, em que ele aparece determinando *retórica*) estabelecendo, nesse recorte, uma relação de determinação semântica com a *argumentação*.

Recorte (5): O que conservamos da retórica tradicional é a idéia mesmo de auditório, que é imediatamente evocada assim que se pensa num discurso. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 7)

No recorte (6), as relações comparativas continuam ocupando lugar de destaque no acontecimento enunciativo. *Retórica* é reescrita por repetição e passa a ser determinada pelos substantivos “estudo”, “técnica” e pelo adjunto adnominal “uso vulgo, impaciente” e “público ignorante”; enquanto que *argumentação*, também reescrita por repetição, é determinada, numa relação de antonímia, por “estudo”, “público não-ignorante”, “uso não-vulgo, paciente” como é possível verificar no seguinte recorte:

Recorte (6): Se, entre os antigos, a retórica se apresentava como o estudo de uma técnica para o uso vulgo, impaciente por chegar rapidamente a conclusões, por formar uma opinião para si, sem se dar ao trabalho prévio de uma investigação sério, quanto a nós, não queremos limitar o estudo da argumentação àquela que é adaptada a um público de ignorantes. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 7)

Para ilustrar ainda mais o movimento de sentido das palavras *retórica* e *argumentação*, trago para análise um último recorte:

Recorte (7): Nosso tratado só versará sobre *recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 8)

Observe que “nosso tratado”, ao reescrever por condensação elíptica *argumentação*, articula-se ao advérbio “só” para delimitar e definir seu objeto de estudo “*recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos” que aparecem aqui reescrevendo as “técnicas” já enunciadas em recortes anteriores tanto para designar *retórica* como para designar *argumentação*. É preciso chamar a atenção aqui para a reescritura por repetição que

aparece após o sinal de pontuação “:” (dois pontos) em “apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir”. O advérbio “apenas” enfatiza a especificação do tratado que se propõe a refletir sobre “a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer”. O sentido em questão aqui se relaciona à *argumentação* ou à *retórica*?

Para tentar responder a esse questionamento, apresento a seguir os Domínios Semânticos da Determinação (DSD) que vêm representar esse jogo da significação depreendido a partir da descrição apresentada acima.

Quadro 1: Domínio Semântico da Determinação (1): Retórica

uso vulgo/impaciente ⊥		público ignorante ⊥	
velha tradição	RETÓRICA	técnica da deliberação	
arte de persuadir		técnica da discussão	
arte de convencer		comunicação com o auditório	
arte de falar em público		estudo	
arte da oratória			
⊥ argumentação			

Quadro 2: Domínio Semântico da Determinação (2): Argumentação

uso não-vulgo/paciente ⊥		público não-ignorante ⊥	
arte de persuadir	ARGUMENTAÇÃO	técnica da deliberação	
arte de convencer		técnica da discussão	
estrutura		discurso	
		auditório	
		estudo	
	⊥ tratado da argu- mentação	⊥ retórica clás- sica	
	⊥ nova retórica	⊥ velha tradição	
	⊥ ruptura com o cartesianismo	grega	

Os DSDs confirmam aquilo que as análises vinham mostrando: os sentidos que determinam as duas palavras estão em constante efervescência ao longo do texto. São sentidos que migram, deslocam-se e (re)significam(-se) a cada acontecimento de dizer. Esse incansável movimento de significações acontece, como já destaquei anteriormente, pelas relações políticas e históricas que as palavras estabelecem entre si num mesmo enunciado, entre diferentes enunciados de um mesmo texto ou com enunciados de textos distintos.

Conforme a representação dos DSDs, a primeira observação que deve ser apontada é o fato de que as palavras *retórica* e *argumentação* têm seu sentido constituído e afetado a partir de relações de determinação que essas palavras estabelecem entre si. Afinal, não é por acaso que *retórica* entra no DSD de *argumentação*, e vice-versa. Além disso, é importante destacar que a determinação semântica dessas palavras é constituída também por dizeres que se entrelaçam formando uma rede de sentidos que se sustenta a partir de “arte de persuadir”, “arte de convencer”, “técnica de deliberação”, “técnica de discussão”, “estudo”, “velha tradição”, “retórica”, “argumentação”. Isso coloca em funcionamento, como já disse, uma memória de dizer e de significação cuja gênese é a retórica clássica. Conforme já destacou Guimarães (2002), nenhuma palavra e nenhum sentido se produzem sem que haja um passado, uma história de enunciações. Desse modo, considerando as relações de sinonímias entre os sentidos de *retórica* e de *argumentação*, poder-se-ia pensar num terceiro DSD para representar o que acabamos de descrever:

Quadro 3: Domínio Semântico da Determinação (3): Retórica e argumentação



Do mesmo modo que há sentidos que se cruzam, se complementam e se sobrepõem, há também aqueles que, no acontecimento da enunciação, se desdobram, se rompem e passam a funcionar em direções opostas, significando de outro modo. É por isso que a Semântica do Acontecimento compreende que o sentido não está dado como alguma coisa pronta, pré-construída e pré-estabelecida. Para nós, o sentido é construído no acontecimento de dizer a partir das relações políticas, históricas e ideológicas que as palavras constroem, nas relações entre enunciados, entre textos e também na relação com a exterioridade, o espaço de enunciação. Nessa perspectiva, observando a análise apresentada acima, observa-se que as palavras *retórica* e *argumentação* foram também determinadas por dizeres que produziram relações de antonímia, como, por exemplo, enquanto a *retórica* é designada por “uso vulgo/impaciente” que está destinada a um “público ignorante” e que visa à “comunicação com o auditério”, entende-se, pelas relações de significação das palavras, que a *argumentação* é determinada por “uso não-vulgo/paciente”, sendo destinada a um “público não-ignorante” e que se interessa apenas pela noção de “auditério”.

Considerações finais

Desde Aristóteles, *retórica* e *argumentação* estabeleceram relações muito peculiares. Se na sua origem a argumentação chegou a ser descrita como o âmago da retórica clássica, a história dessas duas disciplinas tem mostrado que, ao longo dos séculos, essa relação constitutiva teve momentos de legitimação e de resistência.

Ao analisar o funcionamento de sentidos dessas duas palavras no TA de Perelman e Olbrechts-Tyteca, busquei compreender o modo como, na textualidade da obra, essas duas palavras relacionam-se, (re)dizem-se e (re)significam-se. Ainda que possa haver uma relação de complementaridade de sentido entre retórica e argumentação, o estudo mostrou que as duas palavras são ressignificadas e afetadas pelas condições histórico-ideológicas do período em que são enunciadas. Os sentidos de *retórica* e *argumentação* na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) deslocam-se, desdobram-se, rompem-se e constituem-se no e pelo acontecimento de um dizer específico sobre a argumentação.

REFERÊNCIAS

- BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. 2. ed. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2003. 190 p.
- GUIMARÃES, E. *Análise de textos*. Procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011. 160 p.
- _____. A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: Editora da Unicamp, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.
- _____. Domínio Semântico e Determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.) *A Palavra: Forma e Sentido*. Campinas: Pontes, 2007. Cap. 5, p. 77-96.
- _____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002. 96 p.
- MEYER, M. *Questões de Retórica: Linguagem, razão e sedução*. Tradução de António Hall. Lisboa: Nova Biblioteca 70, 1998. 230 p.
- MOSCA, L. S. (Org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, 2004. 200 p.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de Argumentação: A nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 653 p.
- _____. *Traité de l'argumentation. La nouvelle Rhétorique*. Bruxelles: Editeur Université de Bruxelles, 1958. 656 p.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 253 p.

Verbos de modo de movimento no PB: aspecto lexical e decomposição em predicados primitivos

(Manner of movement verbs in BP: lexical aspect and predicate decomposition)

Luana Lopes Amaral¹

¹Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

luana.l.amaral@gmail.com

Abstract: This paper presents a brief description of manner of movement verbs in BP. We show their behavior in lexical aspect diagnostics and we propose that lexical aspect can be derived from a lexical-semantic representation in terms of lexical decomposition, within an approach that treats lexical aspect as a group of semantic properties. We also propose that cause, accomplishment and telicity are independent notions and we show how argument alternations can modify lexical aspect.

Keywords: manner of movement; lexical representation; lexical aspect; predicate decomposition.

Resumo: Apresentamos neste artigo uma breve descrição dos verbos de modo de movimento do PB. Mostramos como esses verbos se comportam em testes de aspecto lexical e propomos, em uma abordagem em que o aspecto lexical é tratado como grupo de propriedades, que ele pode ser derivado de uma representação semântico-lexical em termos de decomposição em predicados primitivos. Propomos também uma desvinculação dos conceitos de causa, accomplishment e telicidade e mostramos como ocorre alternância aspectual em alternâncias argumentais.

Palavras-chave: modo de movimento; representação lexical; aspecto lexical; decomposição em predicados primitivos.

Introdução¹

Os verbos de modo de movimento são verbos que descrevem o movimento de um objeto sob o ponto de vista do modo como esse movimento ocorre, sem expressar trajetória ou direção do movimento (JACKENDOFF, 1990; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1992). São verbos como *sacudir* e *girar*.

Neste artigo,² apresentaremos uma breve descrição dos verbos de modo de movimento do PB, mostrando que esses verbos se dividem em duas subclasses. Apresentaremos também uma representação lexical em termos de decomposição em predicados primitivos e explicitaremos um problema levantado pelos verbos de modo de movimento para a classificação aspectual. Para resolver esse problema, trataremos o aspecto lexical como uma propriedade semântica composta por outras propriedades semânticas, telicidade e complexidade do evento, seguindo Rothstein (2004). Com base nos dados de verbos de modo de movimento do PB, mostraremos como o aspecto lexical pode ser derivado de uma representação semântico-lexical construída em forma de decomposição em predicados primitivos. Mostraremos como e por que as alternâncias argumentais alteram o aspecto lexical dos verbos.

1 A autora agradece o apoio financeiro da CAPES (bolsa de mestrado), a ajuda e o apoio da Profa. Márcia Cançado e os comentários dos pareceristas anônimos.

2 Apresentamos uma análise dos dados descritos em Amaral (2011).

Nosso objetivo neste artigo é mostrar as propriedades aspectuais dos verbos de modo de movimento do PB e como essas propriedades podem ser derivadas da representação lexical desses verbos. Também, pretendemos contribuir para o entendimento de algumas noções como evento e causa e propor uma desvinculação dos conceitos de causa, *accomplishment* e telicidade, mostrando que verbos atélicos podem ser ou não causativos.

Os verbos de modo de movimento do PB

Os verbos de modo de movimento são verbos que denotam o modo como um objeto se move, sem expressar trajetória ou direção do movimento e sem que o objeto que se move tenha controle sobre o movimento. Esses verbos participam da alternância transitivo-intransitiva chamada de agente-tema (AMARAL, 2010, 2011) e são exemplificados a seguir:

- (1) a. O vento sacudiu a árvore.
b. A árvore sacudiu.
- (2) a. O menino girou o pião.
b. O pião girou.

Verbos como *sacudir* são verbos que denotam um movimento oscilatório, de um lado para outro. Em um processo de alternância verbal transitivo-intransitiva,³ como em (1), esses verbos alternam entre uma forma com dois argumentos, um argumento externo, que é o provocador do movimento oscilatório, e um argumento interno, que é o objeto que se move, e uma forma intransitiva, em que o único argumento é o objeto que se move.

Dowty (1979) propõe uma série de testes para se classificarem os verbos de acordo com as quatro classes aspectuais de Vendler (1967). Vejamos como o verbo *sacudir* se comporta nestes testes:⁴

Teste 1: ocorrência com advérbios durativos como *por x tempo*: gera sentenças gramaticais com verbos de atividade e agramaticais com verbos de *accomplishment*.

- (3) a. O galho da árvore sacudiu por duas horas.
b. O vento sacudiu o galho da árvore por duas horas.

Teste 2: ocorrência com advérbios pontuais como *em x tempo*: gera sentenças agramaticais com verbos de atividade e gramaticais com verbos de *accomplishment*.⁵

- (4) a. *O galho da árvore sacudiu em dois minutos.
b. *O vento sacudiu o galho da árvore em dois minutos.

Teste 3: acarretamento do progressivo: com verbos de *accomplishment*, a sentença com o verbo no progressivo não acarreta a sentença com o verbo no perfeito. Ou seja, o

3 Não assumiremos nenhuma das duas formas, transitiva ou intransitiva, como forma básica. Assumimos apenas que esses verbos alternam entre duas formas.

4 Mais testes do que os apresentados aqui foram propostos por Dowty (1979), porém não se faz necessário utilizar todos. Os testes relevantes aqui são os que diferenciam atividades de *accomplishments*.

5 Com verbos de atividade, uma sentença com o modificador *em x tempo* pode ser gramatical no sentido de *o evento levou x tempo para iniciar*. O teste, entretanto, é que *x tempo* não pode ser a duração do evento, e, assim, as sentenças em (4) são agramaticais.

evento foi iniciado, mas não chegou até seu ponto final. No caso das atividades, o simples fato de o evento ter sido iniciado faz com que ele tenha ocorrido. Assim, a forma no progressivo de um verbo de atividade acarreta o verbo no perfeito. As sentenças em (a) acarretam as sentenças em (b) abaixo:

- (5) a. A roupa estava sacudindo.
b. A roupa sacudiu.
- (6) a. O menino estava sacudindo a roupa.
b. O menino sacudiu a roupa.

Teste 4: ocorrência com o modificador *quase*: sentenças com verbos de *accomplishment* ficam ambíguas e sentenças com verbos de atividade não.

- (7) a. A roupa quase sacudiu. (A roupa nem começou a sacudir.)
b. O menino quase sacudiu a roupa. (O menino nem começou a sacudir a roupa.)

Os testes 1, 2, 3 e 4 mostram que, tanto na forma transitiva como na forma intransitiva, verbos como *sacudir* denotam atividades. Podemos observar que, no caso do verbo *sacudir*, não existe nenhum problema para a classificação aspectual. São verbos de atividade que podem alternar sua estrutura argumental sem sofrer alterações no aspecto lexical. Outros verbos como *sacudir* são *balançar*, *chacoalhar*, *mexer*, *sacolejar*, *quicar*, *picar* e *vibrar*.

Outro grupo de verbos de modo de movimento do PB é o grupo de verbos que denotam movimento giratório, como *girar*. Esses verbos também podem aparecer em duas configurações sintáticas: transitiva ou intransitiva, como mostram os exemplos em (2). Na forma transitiva, o verbo toma dois argumentos, assim como *sacudir*, um argumento provocador do movimento e um argumento que é o objeto que se move, e, na forma intransitiva, o único argumento é o objeto que se move. Outros verbos como *girar* são *rolar*, *rodar* e *rodopiar*. Vejamos como esse verbo se comporta nos testes de aspecto:

Teste 1: ocorrência com advérbios durativos como *por x tempo*: gera sentenças gramaticais com verbos de atividade e agramaticais com verbos de *accomplishment*.

- (8) a. A roleta girou por duas horas.
b. O menino girou a roleta por duas horas.

Teste 2: ocorrência com advérbios pontuais como *em x tempo*: gera sentenças agramaticais com verbos de atividade e gramaticais com verbos de *accomplishment*.

- (9) a. ??A roleta girou em dois minutos.
b. O menino girou a roleta em dois minutos.⁶

⁶ Descartamos a interpretação em que o evento levou dois minutos para iniciar. Aqui, ressaltamos que utilizamos o verbo *girar* na acepção *movimentar-se em círculos* (BORBA, 1990), ou seja, para que o evento seja um evento descrito pelo verbo *girar* um círculo inteiro deve ser percorrido pelo objeto que se move. Assim, a interpretação da sentença em (9b) é que o menino levou dois minutos para fazer a roleta completar uma volta, ou um giro. Os testes apresentados podem se comportar diferentemente com outras acepções do verbo *girar*. Esse teste não é o mais decisivo para a nossa análise.

Teste 3: acarretamento do progressivo: com verbos de *accomplishment*, a sentença com o verbo no progressivo não acarreta a sentença com o verbo no perfeito; com verbos de atividade, a forma no progressivo acarreta que o evento ocorreu.

- (10) a. A roleta estava girando.
b. A roleta girou.
- (11) a. O menino estava girando a roleta.
b. O menino girou a roleta.

A sentença em (10a) acarreta a sentença em (10b), mas a sentença em (11a) não acarreta a sentença em (11b). Ela pode descrever uma situação em que o menino estava iniciando o movimento para girar a roleta, porém foi impedido por alguém e a roleta não girou (não completou um giro). Por exemplo, *o menino estava girando a roleta, mas sua mãe o chamou antes que ele o fizesse*.

Teste 4: ocorrência com o modificador *quase*: sentenças com verbos de *accomplishment* ficam ambíguas e sentenças com verbos de atividade e *achievement* não.

- (12) a. A roleta quase girou. (A roleta nem começou a girar.)
b. O menino quase girou a roleta. (Ambíguo: o menino nem tentou girar a roleta, tinha a intenção e mudou de ideia, ou fez alguma coisa, mas a roleta não girou. (DOWTY, 1979, p. 58))

O comportamento do verbo *girar* nos quatro testes aspectuais não é uniforme como o comportamento de *sacudir*. A forma transitiva apresenta comportamento contraditório nos testes 1 e 2, ou seja, passam tanto para atividade como para *accomplishment*. As formas transitiva e intransitiva se comportam diferentemente nos testes 3 e 4. A forma intransitiva se comporta como atividade, enquanto a forma transitiva se comporta como *accomplishment*. O problema que verbos como *girar* apresentam para a classificação aspectual é exatamente apresentar características de verbos de atividade e características de verbos de *accomplishment* ao mesmo tempo. Além disso, outro problema é explicar por que verbos como *sacudir* não alternam seu aspecto lexical quando alternam estrutura argumental, mas verbos como *girar* não mantêm o aspecto lexical intacto durante a alternância agente-tema.

Uma proposta de representação lexical para os verbos de modo de movimento do PB

Tomaremos como base as propostas de representação lexical em termos de predicados primitivos de Cançado e Godoy (no prelo) e Cançado e Amaral (2011).

As decomposições em predicados primitivos são representações dos sentidos dos verbos e constituem-se de predicados primitivos, como *ACT* e *BECOME*, de seus argumentos, as variáveis *X*, *Y*, etc., e de raízes. Predicados e variáveis são informação estrutural comum a uma classe verbal e raízes são informações idiossincráticas de cada verbo; o tipo ontológico da raiz, entretanto, é compartilhado pelos membros de uma mesma classe verbal. Na representação, colchetes externos delimitam o evento nomeado pelo verbo e as estruturas interiores entre colchetes representam subeventos, parênteses representam que a estrutura interna a eles é opcional e as raízes são representadas entre colchetes angulados. Por exemplo:

(13) [Y BECOME <STATE>]

A representação em (13), retirada de Cançado e Amaral (2011), é a decomposição do significado dos verbos incoativos, como *engravidar*. *Y* é o argumento do verbo, *BECOME* é a unidade de sentido comum a todos os verbos incoativos e <STATE> é o elemento idiossincrático do verbo, nesse caso, um estado; no caso do verbo *engravidar*, o estado *grávida*.

Proporemos a seguir representações lexicais em termos de predicados primitivos para os verbos de modo de movimento do PB. Primeiramente, vamos esclarecer o conceito de causa. Goldberg (2010) define a relação de causa como uma relação entre dois eventos, e1 e e2, que não se sobrepõem temporalmente, ou seja, e2 ocorre depois de e1, e e1 é suficiente para desencadear e2. Também Dowty (1979) e Wunderlich (2012) afirmam que existe uma relação de causa se os elementos a serem relacionados estão ordenados temporalmente em sequência.

É importante ressaltar aqui que, em uma abordagem de papéis temáticos, causa é um conceito mais amplo. O argumento com papel temático causa é o desencadeador do evento, independentemente de sua relação temporal com outros elementos do evento. Neste artigo, como utilizamos a decomposição em predicados primitivos, causa é uma noção restrita à definição no parágrafo acima, ou seja, contém uma relação temporal. O termo verbo causativo é utilizado aqui exclusivamente para verbos que contêm o predicado *CAUSE*.

Cançado e Godoy (no prelo) utilizam o predicado *CAUSE* para ligar dois eventos que se relacionam por uma causação na estrutura semântico-lexical, já que é um predicado que toma eventos como argumentos. Já Wunderlich (2012) utiliza o conectivo & para ligar dois componentes de um evento, sejam eles concomitantes, situados em um mesmo tempo, ou em relação de causa. Seguindo Godoy (2012), adotaremos o predicado *CAUSE* para ligar dois subeventos relacionados por uma causação na estrutura de predicados e o conectivo & proposto por Wunderlich (2012) somente para ligar dois elementos de um evento único na estrutura de predicados.

Também utilizaremos o predicado *MOVE* proposto por Jackendoff (1990). O autor representa verbos de modo de movimento como *requebrar*, *dançar*, *girar* e *balançar* com o predicado *MOVE* porque esses são verbos que expressam o movimento interno de um objeto, sem implicações com respeito a locação e trajetória. A função *MOVE* é monoargumental e toma um argumento que é o objeto que se move. Cada um desses verbos expressa uma maneira específica de movimento, porém, para Jackendoff, essa maneira específica não está codificada na estrutura conceptual. Repetimos em (14) a estrutura proposta pelo autor para os verbos de modo de movimento:

(14) [Event MOVE (Thing)]

A proposta do autor é que esses verbos se diferenciam somente em uma estrutura visual-espacial que está ligada à estrutura conceptual. Entretanto, seguimos a proposta de Rappaport Hovav e Levin (1998) e também de Cançado e Godoy (no prelo) de que o sentido idiossincrático dos verbos, o que os diferencia dos outros membros da mesma classe, é codificado na raiz, que é representada na estrutura semântico-lexical do verbo. Dessa forma, o modo específico do movimento de cada verbo será codificado na raiz.

Segundo Rappaport Hovav e Levin (1998), uma raiz pode ser argumento de um predicado, como é o caso das raízes dos verbos de resultado, ou pode servir como modificador de um predicado. As autoras afirmam que uma raiz que tem o papel de modificador de um predicado é a mais apropriada para representar o sentido idiossincrático dos verbos de modo de movimento, que se diferenciam somente na maneira específica do movimento. Uma raiz desse tipo é da categoria ontológica *manner* ‘maneira’ e é notada como subscrito ao predicado que modifica. Apesar de afirmarem que essa é a raiz ideal para os verbos de modo de movimento, as autoras não propõem uma estrutura para os verbos de modo de movimento não agentivos. A estrutura que as autoras propõem é para os verbos agentivos que denotam modo de movimento, como *correr* e *andar*:

(15) v: [X ACT _{<MANNER>}]

Não podemos adotar a estrutura das autoras porque o argumento do predicado *ACT* é um ser que age intencionalmente, ou por força própria. Também, essa estrutura não diferencia os verbos de modo de movimento de outros verbos de maneira como *cantar* e *falar*, já que a raiz especifica maneira e não maneira de movimento.

Podemos, então, representar a parte comum das estruturas semânticas dos verbos de modo de movimento do PB associando a raiz *MANNER* ao predicado *MOVE* da seguinte maneira:⁷

(16) [Y MOVE _{<MANNER>}]

Essa é a estrutura da contraparte intransitiva desses verbos. Nessa estrutura, *Y* é o argumento que denota um objeto que se move, *MOVE* é o predicado que indica movimento e *MANNER* é a raiz idiossincrática de cada verbo, o modo específico do movimento. A paráfrase da estrutura, que reflete o sentido dos verbos dessa classe, é: *o Y se move de determinada maneira*, em que essa maneira é o modo específico do movimento descrito por cada verbo em particular. Para o verbo de uma sentença como:

(17) A corda sacudiu,

teremos a estrutura:

(18) *sacudir*: [Y MOVE _{<SACUDINDO>}]

Com relação às formas intransitivas, não há diferença entre o aspecto lexical dos dois tipos de verbos de modo de movimento que apresentamos. Podemos observar que tanto *sacudir* como *girar* na sua forma intransitiva se comportam da mesma forma nos testes para aspecto lexical.

Com relação à representação que explicita qual tipo de argumento pode ser provocador do movimento, proporemos duas estruturas diferentes para os verbos como *sacudir* e os verbos como *girar*. Verbos como *sacudir* possuem um argumento que é o objeto que se move de determinada maneira e um argumento que é o provocador do movimento e que exerce sua força sobre o objeto concomitantemente ao movimento. No caso desses verbos, o provocador do movimento pode ser um ser animado que age intencionalmente

⁷ Análise semelhante é apresentada em Menuzzi e Ribeiro (2011).

ou um fenômeno natural que possui força própria. Um evento nunca pode provocar o movimento do objeto:

- (19) a. O menino sacudiu a roupa (para que secasse logo).
b. O vento sacudiu a roupa.
- (20) a. *A chuva que deu ontem sacudiu a roupa.
b. *A chegada da frente fria sacudiu a roupa.
c. *O empurrão que João levou sacudiu a roupa.⁸

O movimento do objeto só acontece enquanto a força do provocador é aplicada sobre o objeto que move concomitantemente. Imagine, nos exemplos em (19a) e (19b), que, se o menino cessa seu movimento e se o vento para, a roupa não sacode mais.

Propomos a seguinte estrutura para esses verbos:

- (21) v: [[X ACT] & [Y MOVE _{<MANNER>}]]

Essa estrutura representa apenas um evento, em que a ação de *X* é concomitante ao movimento de *Y*. A paráfrase da estrutura é: *o X age e o Y se movimenta de determinada maneira, concomitantemente*. A relação entre a ação de *X* e o movimento de *Y* pode ser depreendida da estrutura pelo fato de que são concomitantes e a estrutura representa um mesmo evento. O verbo de uma sentença como:

- (22) O menino sacudiu a folha de papel,

é representado da seguinte forma:

- (23) *sacudir*: [[X ACT] & [Y MOVE _{<SACUDINDO>}]]

O predicado *ACT* aparece na estrutura em (21) fora de parênteses porque existem apenas duas opções para o papel semântico do argumento *X*: ele é um ser animado que age intencionalmente ou um fenômeno da natureza que possui força própria, mais especificamente, o vento ou outros fenômenos relacionados a ele. Esses argumentos podem ser classificados como agentes e o predicado *ACT* é, então, inerente à estrutura semântico-lexical desses verbos.⁹

Os verbos do tipo de *girar* possuem uma estrutura um pouco diferente da proposta para verbos como *sacudir*. Esses verbos possuem um argumento que é o objeto que se move e um argumento que é o provocador do movimento. Entretanto, diferentemente de verbos como *sacudir*, a ação do provocador não é concomitante ao movimento do objeto. Pelo contrário, existe uma relação de causa entre eles. Primeiro ocorre a ação do provocador, em seguida ocorre o movimento. No caso de verbos como *girar*, o provocador do movimento pode ser um ser animado, um fenômeno da natureza com força própria ou um evento:

8 Os pareceristas anônimos notam que o verbo *sacudir* aceita sujeitos não agentivos. Um deles apresenta o seguinte exemplo: *a explosão sacudiu o prédio*. Outro afirma que a sentença em (20a) é gramatical. A nossa intuição, entretanto, é que os pareceristas julgaram as sentenças com base em uma interpretação polissêmica do verbo *sacudir*, no sentido de *balançar*. O verbo *balançar* pode descrever um evento em que a ação e o movimento são concomitantes ou não. Por exemplo: *a menina balançou o lenço* (ação e movimento concomitantes); *o professor balançou o pêndulo* (o movimento continua depois que a ação é interrompida).

9 Reconhecemos que é um problema representar com *ACT* argumentos como *o vento* e deixaremos um refinamento dessa estrutura para um trabalho futuro.

- (24) a. O menino girou a roleta.
 b. O vento girou o cata-vento.
 c. A ventania que deu ontem girou o cata-vento.

Diferentemente do caso de verbos como *sacudir*, no caso do verbo *girar*, a ação do provocador provoca o movimento, que continua mesmo depois que o provocador para de agir sobre o objeto movido. Imagine que, quando o menino gira uma roleta, ele inicia o movimento e a roleta continua girando independente do menino.

Esse fato é evidenciado pelo teste do advérbio *quase*. Esse teste testa a complexidade do evento (DOWTY, 1979). Sentenças que denotam eventos complexos, ou seja, compostos por dois subeventos, são ambíguas com *quase* porque o advérbio pode ter escopo sobre qualquer um dos dois subeventos. Sentenças que não são ambíguas com o advérbio *quase* não são ambíguas porque há apenas um subevento sobre o qual o advérbio pode ter escopo. Sentenças como *o menino girou a roleta* são ambíguas quando modificadas por *quase*, ou seja, denotam eventos compostos por dois subeventos ligados por uma relação de causa. Vejamos novamente como a sentença transitiva com o verbo *girar* se comporta com relação a esse teste:

- (25) O menino quase girou a roleta.

A sentença em (25) pode ter as seguintes interpretações: o menino tinha a intenção, mas não realizou a ação ou o menino fez alguma coisa para girar a roleta, mas a roleta não girou. Podemos imaginar que a roleta era muito dura e, apesar de o menino ter agido, a roleta não girou. Assim, concluímos que, de fato, a relação estabelecida entre a ação do provocador do movimento e o movimento do objeto é uma causação.

Vale observar que o teste do *quase* não é perfeito, principalmente para essa classe verbal. O teste foi desenvolvido a partir de verbos de resultado e é sempre exemplificado com sentenças com esses verbos. Apesar de esse teste ser sensível à complexidade do evento, é impossível dizer se ele é também sensível a outras propriedades dos verbos de resultado, como a presença do predicado *BECOME*.

O tipo de provocador do movimento que esses verbos aceitam também é diferente do caso de verbos como *sacudir*. Além de um agente, que pode ser um ser animado que age intencionalmente ou um fenômeno da natureza que possui força própria, esses verbos aceitam eventos como provocadores do movimento. Por isso, não podemos assumir que o predicado *ACT* é inerente à estrutura semântico-lexical desses verbos. Seguindo a proposta de Cançado e Godoy (no prelo) para os verbos causativo/agentivos, propomos a seguinte estrutura para verbos que denotam movimento giratório:

- (26) v: [[X (ACT)] CAUSE [Y MOVE _{<MANNER>}]]

O verbo de uma sentença como:

- (27) O menino/o vento forte girou a bola.

será representado da seguinte forma:

- (28) *girar*: [[X ACT] CAUSE [Y MOVE _{<GIRANDO>}]]

A paráfrase da estrutura é: *o X agir causa o Y se movimentar de determinada maneira.*

E de uma sentença como:

(29) A passagem do avião girou a bandeira no mastro.

será representado da seguinte forma:

(30) *girar*: [[X] CAUSE [Y MOVE _{<GIRANDO>}]]

A paráfrase da estrutura é: *um evento X causa o Y se movimentar de determinada maneira.*

Aqui ressaltamos mais duas evidências para separar os verbos de modo de movimento em duas classes. Primeiro, verbos como *sacudir* denotam atividades, como vimos, mas verbos como *girar* denotam eventos semelfactivos. No caso de um verbo de atividade, como *sacudir*, a interpretação é de um único evento que se desenvolve no tempo, mesmo que a ação do provocador seja repetitiva. Para que a ação seja uma ação de sacudir é necessário que haja um movimento repetitivo de um lado para o outro, porém a realização de apenas um movimento de ida e volta não se trata do evento descrito pelo verbo *sacudir*. Já no caso de verbos semelfactivos, a interpretação é de um evento pontual que se repete várias vezes. O evento descrito por uma sentença transitiva com o verbo *girar* não é um evento único que se desenvolve no tempo, é um evento pontual em que o provocador realiza uma ação em um ponto determinado no tempo. A interpretação de atividade de uma sentença desse tipo é gerada quando se entende que a ação foi realizada várias vezes, repetidamente. Ou seja, tanto a realização de apenas um movimento pontual do provocador do movimento, quanto a repetição desse mesmo movimento várias vezes podem ser eventos descritos pelo verbo *girar*. Segundo, verbos como *sacudir* formam reflexivas com *se*: *o menino se sacudiu para tirar a poeira da roupa*, mas verbos como *girar* não entram na construção reflexiva, **o menino se girou*, mas podem ser agentivos na forma intransitiva, *o menino girou conforme a música*.

Derivando aspecto lexical de estruturas de decomposição em predicados primitivos

Segundo Rappaport Hovav (2008), a decomposição de itens lexicais em predicados primitivos foi introduzida pelos pesquisadores da semântica gerativa com o propósito de capturar relações temáticas entre usos de predicadores, e não relações aspectuais. É o trabalho de Dowty (1979) que tenta relacionar as classes aspectuais a decomposições em predicados primitivos. Rappaport Hovav e Levin (1998) propõem as seguintes representações para as quatro classes de Vendler (1967):

- (31) a. Atividades: [X ACT _{<MANNER>}]
b. Estados: [X <STATE>]
c. *Achievements*: [BECOME [X <STATE>]]
d. *Accomplishments*: [[X ACT _{<MANNER>}] CAUSE [BECOME [Y <STATE>]]]

Seguiremos a ideia de Dowty (1979) e de Rappaport Hovav e Levin (1998) de que as propriedades aspectuais dos verbos são um reflexo de suas estruturas semântico-lexicais.

Segundo Rothstein (2004), o aspecto lexical é composto por outras propriedades semânticas. A partir dos testes apresentados aqui, analisaremos o aspecto lexical em termos de duas propriedades apontadas por Rothstein: telicidade e complexidade do evento. Os testes do *quase* e do progressivo testam a complexidade do evento e os testes com os sintagmas *em x tempo* e *por x tempo* testam a telicidade. Essas duas propriedades podem ser derivadas da representação semântico-lexical dos verbos, como mostraremos adiante.

A complexidade do evento é a possibilidade de um evento ser constituído por dois subeventos (evento complexo) ou apenas um subevento (evento simples). O teste do *quase* divide verbos que denotam eventos complexos e verbos que denotam eventos simples (DOWTY, 1979). A ambiguidade que *quase* gera em verbos de *accomplishment* se refere à ambiguidade de escopo do advérbio que pode incidir sobre um ou outro subevento. Com verbos de atividade e de *achievement*, que denotam eventos simples, não há ambiguidade de escopo do advérbio, já que só há um subevento. Assim, o teste do *quase* é um teste para o predicado *CAUSE*, único que toma eventos como argumentos. O teste do progressivo procura distinguir *accomplishments* de atividades. A diferença entre esses dois tipos de eventos está nos acarretamentos que os verbos geram quando colocados no progressivo. Como um *accomplishment* é um evento que só se efetiva quando o segundo subevento ocorre, a forma no progressivo de um verbo que denota esse tipo de evento não acarreta que o evento se completou, somente que ele foi iniciado. No caso das atividades, que são eventos únicos, o simples fato de o evento ter sido iniciado acarreta que ele ocorreu.

A telicidade se refere ao ponto final definido do evento. *Accomplishments* e *achievements* são eventos téllicos, ou seja, são eventos que caminham para um ponto final ou um resultado. Já as atividades são eventos atélicos, ou seja, ocorrem no decorrer do tempo sem que haja um ponto final do evento, ou um resultado. As sentenças com verbos de *accomplishment* e *achievement* ficam agramaticais com o sintagma *por x tempo* exatamente porque denotam eventos delimitados no tempo e sentenças com verbos de atividade ficam agramaticais com o sintagma *em x tempo* justamente porque denotam eventos não delimitados temporalmente.

Já sabemos, então, que os testes do *quase* e do progressivo testam a presença do predicado *CAUSE* na estrutura semântico-lexical dos verbos, ou seja, sabemos que a propriedade aspectual complexidade do evento é derivada a partir da presença ou ausência do predicado *CAUSE*, único que toma eventos como argumentos. Dessa forma, há uma sobreposição entre eventos causativos e eventos complexos. Todo evento complexo é um evento causativo e todo evento causativo é um evento complexo. Levin (2000) chegou à mesma conclusão.

A telicidade, segundo Harley (2005), é uma propriedade da raiz dos verbos. Harley assume uma estrutura argumental léxico-sintática, nos moldes de Hale e Keyser (1993).¹⁰ Podemos estender a hipótese de Harley a uma proposta de estrutura argumental semântico-lexical com base na proposta de Cançado e Godoy (no prelo). Cançado e Godoy (no prelo)

¹⁰ De acordo com Harley, a posição sintática da raiz na estrutura arbórea é relevante para a determinação da telicidade. Como não estamos assumindo que a estrutura argumental é sintática, na perspectiva de Hale e Keyser (1993, 2002), vamos ignorar esse critério. Assumimos, entretanto, que é necessário pesquisar até que ponto é a posição sintática e até que ponto é a categoria ontológica da raiz que estão determinando a telicidade.

propõem uma representação lexical dos verbos em dois níveis. O nível semântico-lexical organiza e caracteriza semanticamente as classes verbais e é dado em termos de estruturas de decomposição em predicados primitivos. O nível sintático-lexical prevê as configurações sintáticas e as alternâncias verbais dessas classes e é dado em termos das estruturas arbóreas de Hale e Keyser (2002). O elemento que relaciona os dois níveis é a raiz. No nível semântico-lexical, a raiz é um elemento que representa o sentido idiossincrático do verbo e pode ser classificada quanto a uma ontologia das raízes (STATE, PLACE, THING, MANNER, etc.). No nível sintático-lexical, a raiz é um elemento pertencente a alguma categoria gramatical (A, P, N, etc.).

Dessa forma, podemos assumir que a telicidade é uma propriedade semântica da raiz também em uma estrutura de decomposição em predicados primitivos e que a raiz *MANNER* é atélica, já que não possui delimitação. *Sacudindo* e *girando* não possuem pontos finais físicos nem temporais. Para Harley, raízes como *água* (categoria ontológica THING ‘coisa’), não delimitadas, dão origem a verbos atélicos. De fato, o verbo *aguar* em PB é atélico. Raízes delimitadas, como *chute* (categoria ontológica EVENT ‘evento’) dão origem a verbos télicos. De fato, o verbo *chutar* em PB é télico.

Vamos retomar as estruturas semântico-lexicais dos verbos de modo de movimento:

- (32) a. v: [Y MOVE _{<MANNER>}]
 b. v: [[X ACT] & [Y MOVE _{<MANNER>}]]
 c. v: [[X (ACT)] CAUSE [Y MOVE _{<MANNER>}]]

A estrutura em (32a), de verbos como *sacudir* e *girar* na forma intransitiva, só pode denotar um evento simples, pois não há nenhum predicado que toma subeventos como argumentos, e atélico, ou seja, é um evento de atividade prototípico. Podemos dizer o mesmo da estrutura em (32b), de verbos como *sacudir* na forma transitiva. A diferença entre essas estruturas é que em (32b) há o predicado *ACT* e seu argumento *X* que se ligam ao restante do evento pelo conectivo &. A estrutura em (32c) é a estrutura dos verbos problemáticos, como *girar* na forma transitiva, que se comportam como atividades nos testes de telicidade e como *accomplishments* nos testes de complexidade do evento.¹¹ Agora podemos justificar o comportamento dúbio desses verbos. Na verdade, esses verbos são verbos causativos atélicos. Por isso parecem atividades, mas também parecem *accomplishments*. Passam nos testes que são tradicionalmente utilizados para detectar *accomplishment* por causa do predicado *CAUSE* e passam em testes de atelicidade por causa de sua raiz *MANNER*, que não é delimitada.¹²

A partir da análise de verbos como *girar* em sua forma transitiva, chegamos às seguintes conclusões: o aspecto lexical é um grupo de propriedades semânticas; evento causativo é sinônimo de evento complexo, mas nem todo evento causativo é evento télico e nem todo evento télico é evento causativo. Um evento de *accomplishment* é tradicionalmente concebido como um evento télico e complexo.

11 Um problema para a nossa análise é o fato de que o verbo *girar* parece passar no teste do advérbio *em x tempo*. Segundo Rothstein (2004) essa é uma característica de verbos semelfactivos, mas a nossa análise de derivação do aspecto lexical não apresenta explicação para esse fato.

12 Vale lembrar que classes aspectuais com comportamentos mistos já foram propostas na literatura, como os semelfactivos, os *degree achievements* e os *active accomplishments*.

Além disso, agora podemos também explicar porque alguns verbos sofrem alternância aspectual durante a alternância verbal, enquanto outros mantêm o mesmo aspecto lexical. No caso dos verbos de modo de movimento como *sacudir*, a alternância entre [Y MOVE _{<MANNER>}] e [[X ACT] & [Y MOVE _{<MANNER>}]] não envolve nenhum elemento da estrutura semântico-lexical que deriva propriedades aspectuais. Ou seja, a raiz, que determina a telicidade, permanece inalterada e a complexidade do evento também, já que a alternância não envolve o predicado *CAUSE*. No caso de verbos como *girar*, a telicidade permanece inalterada, já que não há alteração na raiz, mas a complexidade do evento é alterada dependendo da ausência ou presença do predicado *CAUSE* na estrutura semântica dos verbos.

Podemos estender essa análise também a alternância causativo-incoativa, em que verbos de mudança de estado, como *abrir* e *amadurecer*, alternam entre uma forma intransitiva de *achievement* e uma forma transitiva de *accomplishment*. No caso desses verbos, assim como no caso de verbos como *girar*, a raiz permanece constante na alternância, mas o predicado *CAUSE* é presente na forma transitiva e ausente na forma intransitiva. Assim, a única diferença entre as duas formas alternantes é a complexidade do evento, única diferença também entre *achievements* e *accomplishments*.

A nossa análise possibilita o levantamento de duas hipóteses a serem testadas em trabalhos futuros: primeiro, a hipótese de que, em alternâncias argumentais, somente a propriedade complexidade do evento pode ser alterada, já que a raiz sempre permanece inalterada. Segundo, a hipótese de que a telicidade poderia ser alterada por argumentos da raiz (RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998), que teriam o papel de delimitar uma raiz não delimitada ou de tirar a delimitação de uma raiz delimitada.

Conclusões

Neste artigo, apresentamos uma breve descrição dos verbos de modo de movimento do PB. Mostramos que esses verbos são divididos em duas subclasses e como esses verbos se comportam em testes de aspecto lexical. Alguns verbos de modo de movimento apresentam comportamento tanto de verbo de atividade quanto de verbo de *accomplishment*. Explicamos esse comportamento oscilante desses verbos através de uma análise decomposicional, em que propriedades aspectuais dos verbos são derivadas de elementos que compõem a representação semântico-lexical dos verbos. Assim, em um processo de alternância verbal, se um elemento de onde se deriva uma propriedade aspectual é inserido ou apagado da representação, haverá alternância aspectual. Em alternâncias verbais em que não há acréscimo ou apagamento de elementos dos quais são derivadas propriedades aspectuais, não há alternância aspectual. Nesses casos, apenas o predicado *CAUSE* sofreu alteração, ou seja, as raízes sempre permanecem inalteradas. Também mostramos que, a partir dessa análise, é possível separar as noções de causa, *accomplishment* e telicidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. Os verbos de modo de movimento do português brasileiro. *ReVeLe*, Belo Horizonte, v. 3, p. 1-20, 2011.

_____. Os verbos de modo de movimento no português brasileiro. Monografia. Belo Horizonte, Faculdade de Letras, UFMG, 2010. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/nucleos/nupes/dados/arquivos/Monografia%20Luana%20Lopes%20Amaral%202010-02.pdf>>.

BORBA, F. S. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

CANÇADO, M.; AMARAL, L. Representação lexical dos verbos incoativos e causativos no PB. *Revista da Abralín*, [s.l.], v. 2, n. 9, p. 123-147, 2011. (Revista de 2010 publicada em 2011)

CANÇADO, M.; GODOY, L. Representação Lexical de Classes Verbais do PB. *ALFA*, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 109-135, 2012.

DOWTY, D. *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

GODOY, L. *A reflexivização no PB? e a decomposição semântica de predicados*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

GOLDBERG, A. Verbs, Constructions, and Semantic Frames. In: RAPPAPORT, M.; DORON, E.; SICHEL, I. (Orgs.), *Lexical Semantics, Syntax, and Event Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 39-58.

HALE, K.; KEYSER, S. *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge (MA): MIT Press, 2002.

_____. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In: _____. (Orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge: The MIT Press, 1993. p. 53-109.

HARLEY, H. How do verbs get their names? Denominal Verbs, Manner Incorporation and the Ontology of Verb Roots in English. In: ERTESCHIK-SHIR, N.; RAPPOPORT, T. (Orgs.). *The Syntax of Aspect*. Oxford: Oxford university Press, 2005. p. 42-64.

JACKENDOFF, R. *Semantic Structures*. Cambridge: The MIT Press, 1990.

LEVIN, B. Aspect, lexical semantic representation, and argument expression. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 26th, 2000, Berkeley. *Proceedings...* Berkeley: Berkeley Linguistic Society, 2000. p. 413-429.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. The Lexical Semantics of Verbs of Motion: The Perspective from Unaccusativity. In: ROCA, I. (Org.). *Thematic Structure: Its Role in Grammar*. Berlin: Foris, 1992. p. 247-269.

MENUZZI, S.; RIBEIRO, P. A Representação léxico-semântica de alguns tipos de verbos monoargumentais. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 42, p. 83-94, jun. 2011.

RAPPAPORT HOVAV, M. Lexicalized meaning and the internal structure of events. In: ROTHSTEIN, S. (Org.). *Theoretical and crosslinguistic approaches to the semantics of aspect*. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 13-42.

RAPPAPORT HOVAV, M.; LEVIN, B. Building Verb Meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (Orgs.). *The projection of arguments: Lexical and Syntactic Constraints*. Stanford, CA: CSLI Publications, Center for the Study of Language and Information, Stanford University, 1998. p. 97-134.

ROTHSTEIN, S. *Structuring events: a study in the semantics of lexical aspect*. Oxford: Blackwell, 2004.

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, NY: Cornell, 1967.

WUNDERLICH, D. Lexical Decomposition in Grammar. In: WERNING, M.; HINZEN, W.; MACHERY, E. (Orgs.). *The Oxford Handbook of Compositionality*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Graduação de composicionalidade: um estudo de caso com expressões idiomáticas e ditados populares

(Compositionality degrees: a case study with idioms and popular sayings)

Marina Chiara Legroski¹

¹Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

marinalegroski@gmail.com

Abstract: This paper discusses the meaning of proverbs and idioms from a formal bias, understanding that this kind of phenomenon has metaphorical features that are necessary for their meaning. From the treatment given by formal theories of metaphor, it is possible to account this kind of expression in a formal bias. But if the meaning of these expressions can be recovered by metaphor, there is some meaning that can be captured on the compositional configuration of the expression that, although it is not the consensual meaning, can be a starting point to address the phenomenon. Thus, the compositionality of these expressions can be somewhat measured and can serve to differentiate idioms from popular sayings.

Keywords: compositionality, sayings, idioms.

Resumo: Este trabalho pretende discutir a significação de ditados populares e expressões idiomáticas a partir de uma perspectiva formal, entendendo que esse tipo de fenômeno possui traços metafóricos que são necessários para seu processamento de significado. A partir do tratamento que as teorias formais dão para a metáfora, é possível tratar esse tipo de expressão de uma maneira formal. Ora, se o significado dessas expressões pode ser recuperado por meio da metáfora, há algum significado que pode ser capturado da configuração composicional da expressão que, ainda que não seja o significado consensual, pode ser um ponto de partida para abordar o fenômeno. Assim, a composicionalidade dessas expressões pode ser, de certa forma, avaliada e pode servir para diferenciar expressões idiomáticas de ditados populares.

Palavras-chave: composicionalidade; ditados populares; expressões idiomáticas.

Introdução

Aparentemente, os ditados populares não se comportam como as expressões idiomáticas, principalmente no que diz respeito à sua configuração sintática. Apesar de não haver uma linha que separe completamente um fenômeno do outro – pelo contrário: a literatura, por vezes, acaba juntando os dois nas mesmas categorias –, é possível operar com alguma distinção.

Em geral, um falante conseguiria distinguir uma coisa da outra de uma forma intuitiva. Essa distinção se daria, basicamente, em termos sintáticos. Assim, *grosso modo*, uma expressão idiomática (EI) prototípica seria aquela que se apresenta como uma locução verbal sem sujeito, enquanto um ditado popular (DP) seria uma sentença completa.

Apesar disso, como veremos adiante, a sintaxe não parece ter muita coisa a dizer sobre esse tipo de fenômeno e acaba por deixar a tarefa para a semântica. O que este trabalho quer apresentar, em primeiro lugar, é a hipótese defendida por mim em Legroski (2011) a respeito do processamento do significado de um ditado popular. Nesse trabalho, afirmei

que ele se daria de uma maneira análoga ao que acontece com a metáfora: um processamento não literal cuja origem pode ser, contudo, recuperada em alguma medida.

Essa constatação, no entanto, traz um novo problema: se o significado pode ser capturado, por meio de cálculos semelhantes aos feitos para a metáfora, isso se deveria ao fato de que o significado de um DP não é completamente não-composicional, como a literatura costuma entender,¹ mas que há *algum* significado que é dado pela soma das partes. Ainda que não se possa advogar que o significado composicional seja o significado de fato daquela expressão, ele parece ser o ponto de partida para o significado metafórico que está ancorado nele.

É assim que surge a principal hipótese deste trabalho: haveria como falarmos em “graus de composicionalidade”, uma vez que, ao confrontarmos os DPs com as EIs, estas parecem ser mais opacas do que aqueles? Vamos considerar, como exemplo, a sentença abaixo:

(01) Águas passadas não movem moinhos.

Parece ser necessário compreender o que é literal nessa sentença para podermos ancorar – contextual ou discursivamente – o seu significado metafórico. Assim, a depender do que foi enunciado antes, essa sentença poderia ser utilizada com diversos significados possíveis (de “não adianta lembrar este problema” a “o que passou não volta mais”). Esse não parece ser o caso de uma EI como “dor de cotovelo” ou “chutar o pau da barraca”: essas expressões têm um uso mais restrito, uma significação mais estável e que parece não poder ser recuperada pela soma de seus componentes – ou seja, seriam de fato não-composicionais.

Pensar em graduação de composicionalidade não é exatamente uma hipótese inédita, mas, de certa forma, ela não está plenamente desenvolvida. Se pensarmos na composicionalidade não como função apenas do significado, mas também da estrutura da sentença, a partir de diferentes graus de coesão entre as partes de uma expressão, isso nos permitiria entender o que acontece com esse fenômeno. Além disso, permitiria pensar se essa coesão está apenas no nível semântico ou também no nível da estrutura da sentença. Podemos, por exemplo, alterar algumas partes de um DP, dizendo “a boiada inteira foi pro brejo” ou “em casa de ferreiro, nem espeto tem”, mas que não podemos fazer alterações muito graves em EIs, sob a pena de não recuperarmos mais seu significado não-composicional – casos como “ela está com dor *nos* cotovelos” ou “ele chutou *a lenha* da barraca”, que poderiam não ser recuperados por alguns falantes.

Assim, parece interessante o que podemos descobrir confrontando esses dois tipos de expressão e, como afirmei, haveria um ganho ao assumirmos que há diferentes graus de composicionalidade. Neste trabalho, então, discutiremos o princípio de composicionalidade e, em seguida, apresentaremos alguns testes que parecem corroborar a nossa hipótese.

Graus de composicionalidade

O princípio de composicionalidade é atribuído a Frege (1892) e postula que os significados de sentenças (e quaisquer outras expressões com mais de um termo) seriam

¹ Nunberg, Sag e Wasow (1994) citam, por exemplo, os trabalhos de Katz e Postal (1963), Fraser (1970), Katz (1973), Chomsky (1980), Machonis (1985) e van der Linden (1992).

funções do significado das suas partes e da relação que as estrutura. Ou seja, o significado de uma sentença seria uma espécie de “soma” dos significados de seus componentes. Embora esse princípio seja comumente atribuído a Frege, ele não o enunciou da maneira como o conhecemos. De acordo com Bart Geurts (2006, p. 01), “é sabido que em nenhum lugar de seus textos Frege apoia esse princípio em tantas palavras”.

A discussão em Legroski (2011) é completamente permeada pela questão da composicionalidade. Ao analisar dados que seriam categorizados como expressões idiomáticas e, ao confrontá-los com os ditados populares quanto ao seu funcionamento semântico e sintático, nos demos conta de que nem todos se comportam da mesma forma: enquanto algumas expressões trazem em si uma “coesão interna” muito forte, que não permite nenhum tipo de alteração (seja ela em qualquer nível), outras parecem mais flexíveis e suscetíveis a alterações.

Esse tipo de constatação não é inédito, conforme podemos observar em Ribeiro (2008). Segundo ele, “conforme Nunberg, Sag e Wasow (1994), definir todas as expressões idiomáticas como semanticamente não-composicionais é um equívoco, pois a maior parte delas distribui o seu sentido entre as partes” (RIBEIRO, 2008, p. 02). Dessa forma, expressões cujo significado possa ser entendido como completamente não-composicional são raras.

Por outro lado, apesar de esse ser um princípio subjacente da semântica, olhar para a língua e esperar que ela sempre se comporte composicionalmente não é algo trivial. Por conta disso, alguns teóricos têm tentado reformular esse critério.

[...] como muitos autores assinalam, o princípio de composicionalidade é algo vago e impreciso, pelo que suscita numerosas questões (ver David Nicolas, 2006). Por exemplo: 1. O que é uma “parte”? Corresponde necessariamente a parte imediata como numa teoria sintática elementar (constituente imediato)? 2. Em que consiste o “sentido de uma expressão”? O emprego do definido em “o sentido de uma expressão” implica unicidade? Isto é, pressupõe-se que cada expressão complexa tem um sentido e um modo de combinação únicos? 3. O que significa “complexa” em “uma expressão complexa”? Trata-se de complexidade sintática? (VALENTIM, 2009, p. 39-40)

Esses questionamentos procuram critérios mais específicos para saber o que esperar do princípio de composicionalidade. Além dessas questões, cabem também as elencadas por Barbara H. Partee (2004):

No que segue, eu focalizarei principalmente os seguintes tipos de diferenças (não exaustivamente): 1) a natureza dos ‘significados’: [seriam] objetos de modelos teóricos ou representações linguísticas de algum tipo? Funções de contexto (o que são estes? Eles incluem atribuições de variáveis?) a intensões? 2) suposições sobre a sintaxe: ela precisa ser “motivada independentemente”? Ou é a própria composicionalidade uma de suas restrições? A relevante relação parte-todo é “configuracional” ou “derivacional” (regra-por-regra)? (cf. BACH 1976) Que tipos de abstrações e invisibilidades são permitidas? 3) na interpretação de ‘é uma função de’: quão localmente a composicionalidade age? Que tipos de função são permitidos, e existem restrições sobre que tipo de funções interpretam que tipos de combinações sintáticas? (cf. PARTEE, 1979a, 1979b; LANDMAN; MOERDIJK, 1983; SAG; KLEIN, 1982). A composicionalidade é pura e necessariamente “debaixo para cima”? As funções precisam ser de um valor único e, caso sejam, como a ambiguidade

e a dependência de contexto são permitidas? A funcionalidade impede níveis intermediários não dispensáveis de representação? (PARTEE, 2004, p. 154)²

Conforme nota a autora, diferentes respostas a essas perguntas refletem diferentes versões ou visões do princípio. Valentim (2009, p. 41) salienta que “muitas [...] discussões falham por falta de precisão: discute-se se o princípio de composicionalidade é ou não é válido em si, e não se este princípio pode ou não pode ser coerentemente adotado num dado modelo teórico”, ou seja, não se discute se a composicionalidade é uma característica do objeto ou um mecanismo da teoria. Além disso, essa autora reforça a observação de que o princípio, em si, não diz nada a respeito do que seja “significado” nem sobre o que são as “partes da expressão”, o que torna esse princípio válido apenas “no interior de uma teoria semântica precisa ou de uma teoria sintática que dê resposta a estas interrogações” (2009, p. 41).

Partee (2004) aponta duas possibilidades de responder a esses questionamentos: a primeira seria a oferecida por Montague (1970,³ apud Partee (2004)), que ficou conhecida como a “versão forte do princípio de composicionalidade”. Para Montague, de acordo com Partee (2004), tanto faz o que você chama de significado, desde que eles “formem uma álgebra homomórfica à álgebra sintática (‘níveis intermediários’ precisam, portanto, ser dispensáveis de saída)”⁴ (2004, p. 154). Mais especificamente, afirma a autora, “significados” seriam funções de mundos possíveis e contextos de uso (identificados com os tipos *e* e *t*).

Além disso, para esse teórico, segundo a autora,

[...] a sintaxe é dada como uma caracterização algébrica de uma língua livre de ambiguidades mais uma “relação de ambiguação”, sem restrições à substância das operações sintáticas. O princípio de composicionalidade é uma restrição fundamental na construção gramatical; Montague não estava interessado na sintaxe ‘exceto como preliminar para a semântica’, e acreditava que a evidência sintática sozinha era improvável que determinasse uma sintaxe única. (PARTEE, 2004, p. 155)⁵

Ela ainda responde às perguntas que havia colocado antes (e que citamos acima), mas entendemos que essas questões não vêm ao caso neste trabalho. Antes, interessa-nos que, de fato, respostas diferentes levam a versões diferentes do princípio de composicionalidade. Isso se verifica nas outras possibilidades de resposta que Partee (2004) elencou dentro do

2 Texto original: In what follows, I will be focusing mainly on the following kinds of differences (not exhaustive): (1) in the nature of “meanings”: model-theoretic objects or linguistic representations of some sort? Intensions? Functions from contexts (what are those? do they include assignments to free variables?) to intensions? (2) in assumptions about the syntax: must it be “independently motivated?” or is compositionality itself one of the constraints? Is the relevant part-whole relation “configurational” or “derivational” (“rule-by-rule”)? (cf. BACH 1976.) What kinds of abstractness and invisibility are allowed? (3) in the construal of “is a function of”: how locally must compositionality hold? What kinds of functions are allowed, and are there constraints on what kinds of functions interpret what kinds of syntactic combinations? (cf. PARTEE, 1979a, 1979b; LANDMAN; MOERDIJK, 1983; SAG; KLEIN, 1982.) Is compositionality necessarily purely “bottom-up”? Must the functions be single-valued, and if so, how are ambiguity and context-dependence allowed for? Does functionality preclude non-dispensable intermediate levels of representation?

3 completar a ref do Montagne.

4 Meanings can be anything you like, as long as they form an algebra homomorphic to the syntactic algebra. (“Intermediate levels” must therefore be in principle dispensable.)

5 Texto original: The syntax is given as an algebraic characterization of a disambiguated language plus an “ambiguating relation”, with no constraints on the substance of the syntactic operations. The compositionality principle is a fundamental constraint on grammar construction; Montague was not interested in syntax “except as a preliminary to semantics”, and believed that syntactic evidence alone was unlikely to determine a unique syntax.

que chamou de “alternativas teóricas”. Uma dessas alternativas, por exemplo, entende que “significados” seriam representações semânticas em formas lógicas (segundo a autora, essa seria a visão de Katz e Fodor (1963), Katz (1972) e Jackendoff (1972)). Segundo ela,

O princípio de composicionalidade pode ainda ser formulado nesses sistemas, mas ele se torna, então, uma noção muito mais sintática; basicamente, uma restrição nas regras de tradução que mapeiam representações sintáticas em semânticas. É difícil comparar estes sistemas diretamente com a semântica de teoria de modelos, embora alguém possa dizer, provavelmente, que a teoria de Jackendoff era menos composicional localmente (dado que algumas partes da sua interpretação semântica eram determinadas pela estrutura profunda, e outras pela estrutura superficial) que a de Fodor e Katz (um modelo primitivo de interpretação “regra-a-regra”).⁶ (PARTEE, 2004, p. 156)

Além disso, Partee (2004) sinaliza para o interessante fato de que a interpretação montagoviana do princípio de composicionalidade encontra um problema ao se deparar com a explicação tradicional dispensada às expressões idiomáticas (e mesmo outros fenômenos da língua, tais como expletivos e construções com os chamados “verbos emergentes”), que geralmente postula que os termos individuais não possuem significado *per se*, apenas o conjunto é que tem significado. Para ela, no entanto,

É possível manter a composicionalidade para estes casos provendo significados especiais para os pedaços “sem significado” (ver Sag (1982); Sag e Klein (1982)). Mas deveria se considerar, também, a possibilidade que um tratamento menos composicional, mas mais natural (análogo ao de Bresnan), pudesse ser alcançado na gramática de Montague com um nível de tradução não dispensável que contivesse “constantes expletivas” sem interpretações fixas próprias, mas sujeitas a postulados de significados que especificassem os significados das unidades maiores que as contém.⁷ (PARTEE, 2004, p. 158)

Assim, não teríamos um significado “fixo” para cada termo que estivesse em uma expressão idiomática, mas cada um deles seria uma variável. Por outro lado, isso não daria conta do que se passa no interior de um ditado popular que, como vimos na seção anterior, parece possuir ligeiras diferenças em relação a esse tipo de expressão. Novamente, apresentamos um tipo de questionamento que, conforme Valentim (2009) critica, é casuístico, no sentido de que os argumentos utilizados para criticar o princípio quase sempre “referem-se a fatos das línguas que violam o princípio de composicionalidade. É exemplo disto a análise de certas ambiguidades semânticas (...) que se entende [que] não entram no jogo da composicionalidade nem se submetem às regras semânticas” (VALENTIM, 2009, p. 41-42).

6 Texto original: The compositionality principle can still be formulated for such systems, but it then becomes a much more syntactic notion, basically a constraint on the translation rules which map syntactic representations on to semantic ones. It is difficult to compare such systems straightforwardly with model-theoretic semantics, although one can probably say that Jackendoff’s theory was less locally compositional (given that some parts of semantic interpretation were to be determined at deep structure, others at surface structure) than that of Fodor and Katz (an early model of “rule-by-rule” interpretation).

7 Texto original: It is possible to maintain compositionality for such cases by providing special meanings for the “meaningless” pieces (see Sag 1982; Sag and Klein 1982). But one should also consider the possibility that a less compositional but more natural treatment (analogous to Bresnan’s) might be achieved in a Montague grammar with a non-dispensable level of translation containing “dummy constants” with no fixed interpretations of their own but subject to meaning postulates specifying the meanings of the relevant larger units that contain them.

Apesar disso, nos parece interessante confrontar esse tipo de princípio por diversos motivos, mas principalmente por entendermos que, em sendo algo tão fundamental das teorias semânticas, o princípio de composicionalidade parece precisar ser mais trabalhado e, talvez, até mesmo reformulado, para que possa dar conta de mais fenômenos. Partee (2004) afirma acreditar que não existem soluções completamente satisfatórias nem com o princípio de composicionalidade, nem com quadros teóricos semelhantes aos de Montague para dar conta de alguns fenômenos. Para a autora, os problemas que ela aponta não afetam a funcionalidade do princípio:

Eu assumo a vantagem de se tentar trabalhar com teorias altamente restritas e bem estabelecidas, e a restrição de composicionalidade é uma das forças diretivas no recente progresso da semântica. Mas, como eu tentei enfatizar, existem, a princípio, muitas versões dele, e quanto mais apertada uma restrição for, há mais chances de que ela entre em conflito com outras restrições.⁸ (PARTEE, 2004, p. 174)

Apesar de parecer oportunista da minha parte, vou considerar este um ponto de partida para começar a pensar na gradação de composicionalidade. Como disse anteriormente, esse não é um raciocínio novo ou inédito, mas vale a pena pensarmos a respeito dessa questão, principalmente quando nos deparamos com alguns dados.

Nunberg, Sag e Wasow (1994) também não partem da premissa de que o princípio de composicionalidade seja ponto pacífico dentro dos estudos sintáticos e semânticos:

Nossa conclusão será a de que as expressões idiomáticas não fornecem evidências se comportando de um jeito ou de outro em tais questões sintáticas. Como mostraremos, existem razões convincentes para acreditar que a maioria das expressões idiomáticas são, de fato, semanticamente composicionais, e que o próprio fenômeno da composicionalidade é de natureza semântica. Muito da literatura sobre a sintaxe das expressões idiomáticas é, assim, baseada na concepção equivocada de que não existe composicionalidade semântica.⁹ (NUNBERG; SAG; WASOW, 1994, p. 491)

Essa é, praticamente, uma confirmação da hipótese de Partee (2004) de que a definição da composicionalidade tem muito a dizer sobre uma teoria, embora nos pareça um equívoco da teoria gerativa ter imaginado que o critério para explicar esse tipo de expressão fosse, unicamente, semântico (principalmente pelo tipo de história que a gramática gerativa apresenta com a semântica¹⁰). Por outro lado, nos interessa a concessão dos sintaticistas a respeito da existência da composicionalidade semântica.

Ribeiro (2008), por exemplo, pretende trabalhar com a hipótese de que mesmo as expressões consideradas não-composicionais possuem algum grau de composicionalidade.

8 No original: I take the fruitfulness of trying to work within highly constrained theories as well established, and the compositionality constraint as one of the driving forces in recent progress in semantics. But as I have tried to emphasize, there are in principle many versions of it, and the tighter a constraint one makes it, the more chances there are that it will come into conflict with other constraints.

9 No original: Our conclusion will be that idioms provide no evidence bearing one way or the other on such syntactic issues. As we will show, there are compelling reasons to believe that the majority of phrasal idioms are in fact semantically compositional, and that the very phenomenon of idiomaticity is fundamentally semantic in nature. Much of the literature on the syntax of idioms is thus based on the misconception that no such semantic compositionality exists.

10 Conferir, a esse respeito, capítulo “O empreendimento gerativo”, de autoria do professor José Borges Neto, In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

Segundo ele, “embora ‘denotem conceitos semelhantes’, estes predicados possuem estrutura semântica própria – e, portanto, ‘composicionalidade’ – do ponto de vista de suas propriedades aspectuais.” (RIBEIRO, 2008, p. 02). A sua hipótese é a de que expressões com o “mesmo significado” apresentam comportamento sintático e semântico diferente, como seria o caso de “bater as botas” e “abotoar o paletó” (que, ainda, se comportam de forma diferente de morrer)

Ora, da maneira como entendemos, aspecto é uma característica observada na semântica. Assim, cabe perguntar se, mesmo tendo um comportamento aspectual diferente, pode-se afirmar que as expressões possuam o mesmo significado. No entanto, a análise que o autor pretende fazer está pautada nas considerações de Nunberg, Sag e Wasow (1994) sobre a existência de certa “distribuição de significado” entre as partes da sentença. Assim, Ribeiro observa que

Se analisarmos os verbos [...] *bater* e *abotoar*, veremos logo que o tipo de situação veiculada pelas expressões idiomáticas não é, ao menos exclusivamente, resultado da presença de um traço aspectual derivado destes itens lexicais. Ainda assim, pode-se, no caso de *bater as botas*, atribuir o caráter de *achievement* do predicado aos componentes de sentido de *bater*: temos aqui, de fato, um verbo que tipicamente apresenta um traço de instantaneidade, aparecendo normalmente em semelfactivos [...] Já o verbo *abotoar* denota geralmente um processo [...] e, portanto, não apresenta o mesmo traço aspectual da expressão idiomática correspondente. Da mesma forma, não se pode atribuir somente ao NP *o paletó* a resposta para a diferença aspectual, já que podemos usá-lo em outros contextos, sem leitura idiomática, com um tipo de situação que envolve processo [...]. (RIBEIRO, 2008, p. 08)

Assim, o autor conclui que o aspecto de *achievement* de “bater as botas” é herdado do verbo “bater”, enquanto um aspecto de duração de “abotoar o paletó” está relacionado a “o paletó” (que o autor trata como sendo “um conjunto de botões”, apesar de parecer um significado extremamente contextual e *ad hoc*). Para ele, então, “embora a ‘composicionalidade semântica’ destas expressões não se reflita em sua sintaxe [...], ainda assim pode ser identificada por meio de uma análise da relação entre seus elementos de sentido e seus elementos de forma” (2008, p. 09). E, ainda, que “mesmo expressões idiomáticas consideradas não-composicionais podem possuir uma estrutura conceitual com algum grau de complexidade de sentido, o que indica algum nível de composicionalidade semântica” (2008, p. 10).

Alguns testes

A proposta de Nunberg, Sag e Wasow (1994) nos parece interessante, ainda que as considerações de Ribeiro (2008) pareçam um pouco precipitadas. Por outro lado, o que este traços do significado da expressão como um todo, mas apresentar como elas parecem se comportar de forma diferente.

A fim de demonstrar que ditados populares e expressões idiomáticas se comportam de forma diferente sintática e semanticamente, pretendemos elencar alguns testes. A nossa intuição (um pouco treinada, mas, ainda, uma intuição) nos faz crer que há diferenças, mas os testes servirão para dizer onde elas estão e de que forma se apresentam, além de pretender evidenciar que tipo de implicações essas diferenças podem ter.

Assim, o primeiro desses testes pretende operar no nível morfossintático: vamos testar três EIs, submetendo-as a flexões verbais de perfeito, futuro, condicional, presente, gerúndio e imperfeito, para observar até que ponto a morfossintaxe dessas expressões pode ser alterada. A escolha desses tempos verbais foi direcionada para que os aspectos iterativo, perfectivo e imperfectivo fossem contemplados.

(02) **Bater as botas**

- (a) João bateu as botas.
- (b) O médico disse que João baterá as botas se não parar de fumar.
- (c) Se não quiser bater as botas, é melhor não se arriscar.
- (d) ? João bate as botas.¹¹
- (e) João está batendo as botas.
- (f) ? João batia as botas.

(03) **Quebrar a cabeça.**

- (a) Maria quebrou a cabeça com o problema.
- (b) Maria quebrará a cabeça com o trabalho de morfologia.
- (c) Se a Maria quebrar a cabeça, quem sabe resolva o problema.
- (d) A Maria quebra a cabeça toda vez para resolver equações.
- (e) Maria está quebrando a cabeça com matemática na escola.
- (f) Maria quebrava a cabeça com problemas de física.

(04) **Dar com os burros n'água.**

- (a) Pedro queria arrumar um emprego novo, mas deu com os burros n'água.
- (b) Pedro dará com os burros n'água quando tentar fazer isso.
- (c) Se Pedro der com os burros n'água, eu estarei lá pra apoiar.
- (d) Pedro dá com os burros n'água toda vez que começa um novo negócio.
- (e) Pedro está dando com os burros n'água outra vez.
- (f) Pedro sempre dava com os burros n'água antes de aprender computação.

Aparentemente, há certa liberdade na morfologia de flexão verbal das sentenças acima e o significado das expressões idiomáticas não se altera com a mudança do tempo verbal. No entanto, no imperfectivo (presente e imperfeito), com ideia de continuidade, “*bater as botas*” parece perder o significado não-composicional. Isso se deve, como apontou Ribeiro (2008), possivelmente ao significado pontual do evento que é denotado “*bater as botas*”.

Outro teste comum na literatura é o de encaixar modificadores do verbo na expressão, para verificar se alguma modificação sintática compromete o sentido das expressões. Neste trabalho, operaremos com o que a gramática tradicional costuma chamar de “advérbio de tempo” e “de modo”.

¹¹ Na literatura, é frequente a utilização do ponto de interrogação para indicar estranhamento dos níveis semântico ou pragmático. Para fins deste trabalho, utilizaremos o ponto de interrogação quando o significado não composicional da expressão não for mantido ou quando for, pelo menos, parcialmente perdido, mesmo que a expressão seja semântica e pragmaticamente aceita para o significado composicional.

(05) **Bater as botas**

- (g) João bateu *muito cedo* as botas.
- (h) O médico disse que João baterá *aos poucos* as botas se não parar de fumar.

(06) **Quebrar a cabeça.**

- (g) Maria quebrou *muito cedo* a cabeça com o problema.
- (h) Maria quebrará *aos poucos* a cabeça com a dissertação de mestrado.

(07) **Dar com os burros n'água.**

- (g) Pedro queria arrumar um emprego novo, mas deu *muito cedo* com os burros n'água.
- (h) Pedro dará *aos poucos* com os burros n'água quando tentar fazer isso.

Aparentemente, as sentenças apresentam o mesmo grau de aceitabilidade. Outro teste possível, sugerido por Biderman (2005), tem a ver com alterar a flexão de número das expressões. Segundo a autora, algumas expressões cristalizadas sem verbo não sofrem flexão de número (algumas, como “*comunhão de bens*”, não podem ser usadas no singular; outras, como “*mercado negro*”, não podem ser usadas no plural; e, ainda, outras são híbridas, como “*aos pés de/ ao pé de*”) (2005, p. 753). Como se trata de um teste morfológico interessante, vamos reproduzi-lo com algumas expressões do tipo verbo+complemento e verificar se a flexão de número altera seu significado.

- (08) Ficar a ver navios / ? Ficar a ver navio
- (09) Pegar com as calças curtas / ? Pegar com a calça curta
- (10) Fazer nas coxas / ? Fazer na coxa
- (11) ?Dourar as pílulas/ Dourar a pílula
- (12) ?Comprar gatos por lebres / Comprar gato por lebre
- (13) ? A dar com os pés / A dar com o pé
- (14) Falar pelos cotovelos / Falar pelo cotovelo
- (15) Deixar as barbas de molho / Deixar a barba de molho
- (16) Ir pentear macacos / Ir pentear macaco

O comportamento flexional observado por Biderman (2005) se repete, pois há EIs que podem ser utilizadas nos dois números, EIs que só podem ser utilizadas no singular e outras, só no plural.

Além disso, cabem algumas observações a respeito da estrutura sintática das expressões. Segundo Figueiredo Silva (2006), “enquanto os elementos de um sintagma podem ser separados por certos processos sintáticos, os elementos que integram um composto nunca podem sofrer qualquer desses processos” (p. 03). A fim de testar essa hipótese, vejamos alguns testes sintáticos padrão para verificar a cristalização ou não de algumas expressões idiomáticas. O primeiro desses testes é a topicalização, no qual oporemos afirmação e negação:

- (17) A ver navios, João não ficou. / A ver navios, João ficou.
- (18) De mãos abanando, João não chegou. / De mãos abanando, João chegou.
- (19) As barbas de molho, João não deixou. / As barbas de molho, João deixou.
- (20) ?A pílula, Maria não dourou. / ?A pílula, Maria dourou.

O significado não-composicional não parece afetado, principalmente em (20). Em (17), (18) e (19), na afirmação, o sentido composicional fica um pouco mais embaçado do que na negação, mas ainda assim o significado não-composicional parece permanecer. Por outro lado, quando transformamos as sentenças em perguntas, o significado não-composicional parece perdido.

- (21) ? Que navios João ficou a ver?
- (22) ? Que mãos João chegou abanando?
- (23) ? Que barbas João deixou de molho?
- (24) Que pílula foi dourada por Maria?

Nesses casos, podemos pensar em algum contexto que permita a utilização dessas sentenças, como, por exemplo, se pensarmos que o interlocutor quer saber o que foi, exatamente, que João perdeu, ou que ficou esperando, ou que realidade Maria mascarou. No entanto, vemos que a não-composicionalidade do sentido parece estar diretamente ligada ao engessamento da estrutura, ou seja, modificações sintáticas não são permitidas sem que se altere, substancialmente, o significado idiomático da expressão.

Apesar dos testes, no entanto, podemos afirmar que a flexão é permitida pelo comportamento do verbo, uma vez que muitas das expressões estão com o verbo no infinitivo, o que parece tornar evidente que eles possam ser submetidos à flexão sem que se comprometa o sentido não composicional da EI.

Acima, mencionamos muito rapidamente as características aspectuais dos tempos verbais submetidos ao teste. No entanto, a estranheza que encontramos no teste (02) se deveu à incompatibilidade do aspecto do verbo com a natureza do evento denotado. O teste, repetido como (25) abaixo, trouxe uma expressão que denota um evento que necessariamente apresentará uma culminação, enquanto (03), repetido como (26) abaixo, traz um evento sem culminação, uma “atividade”.

(25) **Bater as botas**

- (i) João bateu as botas.
- (j) O médico disse que João baterá as botas se não parar de fumar.
- (k) Se não quiser bater as botas, é melhor não se arriscar.
- (l) ? João bate as botas
- (m) João está batendo as botas.
- (n) ? João batia as botas.

(26) **Quebrar a cabeça.**

- (i) Maria quebrou a cabeça com o problema.
- (j) Maria quebrará a cabeça com o trabalho de morfologia.
- (k) Se a Maria quebrar a cabeça, quem sabe resolva o problema.
- (l) A Maria quebra a cabeça toda vez para resolver equações.
- (m) Maria está quebrando a cabeça com matemática na escola.
- (n) Maria quebrava a cabeça com problemas de física.

Além desses, ainda outro teste poderia ser interessante: efetuar a troca de alguns itens lexicais por outros do mesmo campo semântico, para verificar se o sentido se mantém. Nesse teste, ignoraremos as categorias lexicais e executaremos a troca no foco da sentença.¹²

- (27) Ficar a ver navios /? barcos / ? lanchas
- (28) Chegar de mãos abanando / ? mãos chacoalhando / ? mãos balançando
- (29) Dourar a pílula / ? o comprimido / ? a cápsula
- (30) Comprar gato por lebre / ? gato por cão / ? gato por coelho

Todas as trocas vocabulares foram mal-sucedidas, resultando em expressões ou estranhas, ou de significado não composicional (utilizamos asterisco para marcar a perda de composicionalidade, e não sua agramaticalidade, como é praxe). Apesar de os resultados serem esperados para essas expressões, esse teste demonstra que as partes da sentença não contêm partes do significado, numa correspondência unívoca, como aponta Ribeiro (2008). Se assim fosse, sem alterar drasticamente o significado do item lexical, a EI poderia continuar com a sua leitura não-composicional.

Além das EIs, este trabalho pretende analisar também alguns ditados populares. Assim, os mesmos testes realizados com aquelas serão realizados com estes, na mesma ordem que anteriormente, a fim de nos fornecer dados para serem confrontados. O primeiro teste é aquele em que se flexiona o verbo:

- (31) **Quem não tem cão, caça com gato.**
 - (a) ? Quem não teve cão, caçou com gato.
 - (b) ? Quem não terá cão, caçará com gato.
 - (c) Quem não tiver cão, que cace com gato.
 - (d) Quem não tem cão, está caçando com gato.
 - (e) Quem não tinha cão, caçava com gato.
- (32) **À noite, todos os gatos são pardos.**
 - (a) ? À noite, todos os gatos eram pardos.
 - (b) À noite, todos os gatos serão pardos.
 - (c) À noite, que todos os gatos sejam pardos.
 - (d) ? À noite, todos os gatos estão sendo pardos.
 - (e) À noite, todos os gatos foram pardos.
- (33) **De grão em grão, a galinha enche o papo.**
 - (a) De grão em grão, a galinha encheu o papo.
 - (b) De grão em grão, a galinha encherá o papo.
 - (c) Que de grão em grão, a galinha encha o papo

¹² Foco é um conceito semântico pragmático, que se opõe à noção de escopo. Segundo Meireles e Blühdorn (2007), “escopo é um conceito semântico que indica o alcance da ação de um operador”. Enquanto foco seria o equivalente do clássico *rema*, e indica “o componente de maior peso em termos de informatividade” (2007, p. 66). Utilizaremos a noção de foco em detrimento da de escopo porque “o foco não é pré-determinado; seu posicionamento está sempre relacionado a um operador semântico ou pragmático” (2007, p. 66).

- (d) De grão em grão, a galinha está enchendo o papo.
- (e) De grão em grão, a galinha enchia o papo.

Ainda que os resultados sejam bastante surpreendentes, alterações na morfologia verbal não parecem afetar consideravelmente o significado dos ditados populares. Em relação ao teste com os modificadores verbais, teremos o seguinte:

- (34) **Quem não tem cão, caça com gato.**
 - (a) Quem não tem cão, *sempre* caça com gato.
 - (b) Quem não tem cão, *pacientemente* caça com gato.
- (35) **De grão em grão, a galinha enche o papo.**
 - (a) De grão em grão, a galinha *sempre* enche o papo.
 - (b) De grão em grão, a galinha *pacientemente* enche o papo.

Novamente, as sentenças apresentam o mesmo grau de aceitabilidade e parecem não perder o significado. Em relação ao teste de flexão de número, observamos o mesmo padrão de comportamento:

- (36) À noite todos os gatos são pardos.
- (37) Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. / ? Águas moles em pedras duras, tanto batem até que furam. / Água mole em pedras duras, tanto bate, até que fura.
- (38) As aparências enganam. / A aparência engana
- (39) Cão que ladra não morde. / Cães que ladram não mordem.
- (40) De grão em grão, a galinha enche o papo. / ? De grãos em grãos, as galinhas enchem o papo. / De grão em grão, as galinhas enchem o papo.
- (41) Depois da tempestade, sempre vem a bonança. / Depois das tempestades, sempre vêm as bonanças.
- (42) Em boca fechada não entra mosca. / Em bocas fechadas não entram moscas.
- (43) Em casa de ferreiro, espeto de pau. / Em casa de ferreiros, espetos de pau.
- (44) Gato escaldado tem medo de água fria. / Gatos escaldados têm medo de água fria.
- (45) Em terra de cego, quem tem um olho é rei. / Em terras de cegos, quem tem um olho é rei.
- (46) Os últimos serão os primeiros. / O último será o primeiro.
- (47) Papagaio come milho, periquito leva fama. / Papagaios comem milho, periquitos levam fama.
- (48) Quem semeia ventos, colhe tempestades. / Quem semeia vento, colhe tempestade.
- (49) Santo de casa não faz milagre. / Santos de casa não fazem milagres.

Ou seja, a flexão de número não parece alterar o significado dos ditados populares, mas o motivo nos parece bastante simples: deve-se ao significado genérico compartilhado pelo plural nu e pelo singular nu. Dessa forma, o significado se mantém intacto porque, como percebemos, DPs são expressões geralmente genéricas. Por outro lado, a estranheza percebida em (37) se deve ao fato de que pluralizamos nomes chamados de “massivos”, o que faz com que eles percam a característica de massivos e passem a ser entendidos como contáveis. Em (40), a questão parece ser a de que utilizamos *grão* como classificador (grão de arroz, grão de milho, grão de feijão) e que esse significado “atômico” e singular

parece ser essencial. De qualquer forma, alterar o número das sentenças não parece ter alterado seu significado, porque as estranhezas geradas se devem a características semânticas relacionadas não à sentença em si, mas ao próprio fenômeno semântico colocado em questão.

Quanto à modificação da estrutura sintática por topicalização, observamos o seguinte:

- (50) Com gato, caça quem não tem cão. / Com gato, (não) caça quem tem cão.
- (51) São pardos, todos os gatos à noite. / Não são pardos, todos os gatos à noite.
- (52) O papo, a galinha enche de grão em grão. / O papo, a galinha não enche de grão em grão.

Novamente, o significado não parece afetado. Por outro lado, transformando as sentenças em perguntas, parece que a interpretação idiomática se afeta.

- (53) Com que gato caça quem não tem cão?
- (54) À noite, são pardos quais gatos?
- (55) Que papo a galinha enche de grão em grão?

Da mesma forma que com as expressões idiomáticas, podemos pensar em algum contexto que permita a utilização dessas sentenças e, a exemplo do que os outros testes demonstraram, o significado não-composicional não parece completamente afetado. Aqui, ao contrário do que aconteceu com as expressões idiomáticas, a não-composicionalidade do significado não parece estar ligada ao engessamento da estrutura: as modificações sintáticas não alteram substancialmente o significado idiomático da expressão.

Para finalizar, o teste das trocas lexicais demonstra o mesmo que demonstrou para as expressões idiomáticas.

- (56) Quem não tem cão, caça com gato. / ? tigre / ? felino
- (57) À noite, todos os gatos são pardos. / ? escuros / ? castanhos
- (58) De grão em grão, a galinha enche o papo. / ? a barriga / ? o bucho
- (59) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau. / ? de lenha / ? de madeira

Novamente, como aconteceu com as EIs, o significado não-composicional não se manteve quando efetuamos algumas trocas lexicais. Rapidamente, alguns falantes foram consultados e todos afirmaram que conseguiam perceber que “se tratava de um ditado, ainda que dito de uma forma estranha”, o que parece evidenciar alguma composicionalidade no cálculo do significado e, principalmente, que a interpretação metafórica continua.

Considerações finais

Conforme vim tentando argumentar até aqui, o critério da composicionalidade não parece ser estático; ou seja, não é um critério que separa casos em conjuntos discretos (composicional ou não-composicional), mas parece colocar as expressões em um contínuo com dois polos. As expressões da língua, assim, se localizariam ao longo desse contínuo, algumas mais para um lado, outras mais para o outro: ditados populares seriam um pouco composicionais, expressões idiomáticas seriam menos composicionais.

Além disso, creio que os testes que vimos não parecem corroborar a intuição de Ribeiro (2008), uma vez que não parece possível encontrar, dentro de cada uma das expressões, a correspondência entre o significado literal e o metafórico, como ele pretendia. Pensemos, por exemplo, em um contexto no qual João trabalhou e ganhou pouco dinheiro. Nesse caso, podemos pensar que, ao enunciarmos “de grão em grão, a galinha enche o papo”, possamos encontrar uma correspondência entre “grão” e “pouco dinheiro” e “galinha” e “João”. No entanto, essa correspondência sempre será *ad hoc* e variável de acordo com o contexto e nem sempre será encontrada da mesma forma.

Parece-me, antes, mais interessante o posicionamento de Partee, que cito aqui novamente:

deveria se considerar, também, a possibilidade que um tratamento menos composicional, mas mais natural (análogo ao de Bresnan), pudesse ser alcançado na gramática de Montague com um nível de tradução não dispensável que contivesse “constantes expletivas” sem interpretações fixas próprias, mas sujeitas a postulados de significados que especificassem os significados das unidades maiores que as contém.¹³ (2004, p. 158)

Dessa forma, dá-se, de saída, que as variáveis serão dependentes, mas trata-se a expressão como um todo, e não como subpartes metafóricas que encontram uma correspondência unívoca com subpartes literais (ou, ainda, com a situação enunciativa). Assim, cada expressão lexicalizada seria uma função cuja estrutura como um todo seria mais ou menos composicional. Essa parece uma saída mais justificável semanticamente e mais econômica do ponto de vista teórico.

Além disso, nos permitiria pensar em uma única categoria que englobasse DPs e EIs, dado que estas seriam menos composicionais e, aquelas, mais. Isso traria um ganho teórico, principalmente para tratamentos que entendem as expressões lexicalizadas como pertencentes ao mesmo grupo dentro do léxico.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. Unidades complexas do léxico. In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. (Orgs.). *Estudos em Homenagem ao professor Doutor Mário Vilela*. 1. ed. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. v. II, p. 747-757.

BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93-129.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. Morfologia. *Material instrucional para o curso de Letras-Libras*. Florianópolis, 2006. cap. 4.[ms]

¹³ Texto original: It is possible to maintain compositionality for such cases by providing special meanings for the “meaningless” pieces (see SAG, 1982; SAG and KLEIN, 1982). But one should also consider the possibility that a less compositional but more natural treatment (analogous to Bresnan’s) might be achieved in a Montague grammar with a non-dispensable level of translation containing “dummy constants” with no fixed interpretations of their own but subject to meaning postulates specifying the meanings of the relevant larger units that contain them.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix Editora da Universidade de São Paulo, [1892] 1978.

GEURTS, B. Compositionality: the real problem. In: GARTNER, H.-M.; BECK, S.; ECKARDT, R.; MUSAN, R.; STIEBELS, B. (Orgs.). *Between 40 and 60 puzzles for Krifka*. Berlin: Zentrum für Allgemeine Sprachwissenschaft, 2006. Disponível em: <<http://www.zas.gwz-berlin.de/fileadmin/material/40-60-puzzles-for-krifka/pdf/geurts.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2012.

LEGROSKI, M. C. *Quem não tem cão, caça com gato*: uma tentativa de tratamento dos ditados populares na Semântica Dinâmica. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Letras. Área de Concentração: Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MEIRELES, S.; BLÜHDORN, H. Negação, prosódia e foco em diálogos do alemão. *Contingentia*, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, p. 61-72, 2007. Disponível em: <<http://www.revistacontingentia.com>>. Acesso em: 04 maio 2012.

NUNBERG, G.; SAG, I.; WASOW, T. Idioms. *Language*, Stanford, v. 70, n. 3, p. 491-538, 1994.

PARTEE, B. H. *Compositionality in Formal Semantics*: selected papers by Barbara H. Partee. Oxford: Blackwell Publishin, 2004.

RIBEIRO, P. N. Composicionalidade semântica em expressões idiomáticas não-composicionais. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, VIII, 2008, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011, p. 1-11. Disponível em: <<http://tinyurl.com/7je2g7v>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

VALENTIM, H. T. O Princípio de Composicionalidade: *divide et impera*. In: _____. (Org.). *Cadernos WGT*. Composicionalidade. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009. p. 39-49. Disponível em: <<http://tinyurl.com/3n82q2y>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

‘Lá’ em TopP e em FinP na cartografia do CP: um contraponto à inversão locativa

(‘Lá’ in TopP and in FinP in the CP-cartography:
a contrast with locative inversion)

Bruna Karla Pereira

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

brunaufmg@yahoo.com.br

Abstract: This paper investigates BP sentences with ‘lá’ preceding ‘ir’ (*to go*) and ‘vir’ (*to come*). It argues against the analysis of this adverb in Spec,IP (BUTHERS, 2009; AVELAR, 2009). Many researchers claim that it is not totally clear if, in cases of locative inversion, the pre-verbal item is definitely in subject position (LANDAU, 2010; KEMPCHINSKY, 2002; LEVIN & HOVAV, 1995). In addition, it is observed that ‘lá’, in the structures under investigation in this study, shows topic and finiteness features, which are identified in the IP left periphery. Therefore, I will develop an analysis of ‘lá’ as an item merged in Spec,TopP and Spec,FinP rather than Spec,IP. My analysis is based on the cartographic project (CINQUE; RIZZI, 2008) and on the F-Spec theory (CINQUE, 1999).

Keywords: adverb ‘lá’; TopP; FinP; cartography; locative inversion.

Resumo: Este trabalho investiga sentenças do PB nas quais ‘lá’ precede os verbos ‘ir’ e ‘vir’. Argumenta-se contra a análise desse advérbio em Spec,IP (BUTHERS, 2009; AVELAR, 2009). Para muitos estudiosos, em casos de inversão locativa, não se pode afirmar definitivamente se o elemento pré-verbal estaria mesmo em posição de sujeito (LANDAU, 2010; KEMPCHINSKY, 2002; LEVIN; HOVAV, 1995). Além disso, pode-se constatar que ‘lá’, nas estruturas analisadas, apresenta características de tópico e finitude, categorias identificadas na periferia esquerda do IP. Assim sendo, com base no projeto cartográfico (CINQUE; RIZZI, 2008) e na teoria dos especificadores funcionais (CINQUE, 1999), propomos que ‘lá’ é inserido por *merge* nas posições Spec,TopP e Spec,FinP.

Palavras-chave: ‘lá’; TopP; FinP; cartografia; inversão locativa.

Introdução

Muito tem sido debatido a respeito da função de AdvPs e PPs circunstanciais em construções com inversão locativa. De modo geral, a conclusão a que se chega é que tais itens, em posição pré-verbal, checam traços EPP e, por isso, ocupam a posição Spec,TP/IP,¹ usualmente destinada ao sujeito sentencial (BUTHERS, 2009; AVELAR; CYRINO, 2008; AVELAR, 2009).

O advérbio ‘lá’ aparece recorrentemente em construções desse tipo e, em consequência, tem sido analisado como Spec,IP. Nossa proposta, neste artigo, visa a argumentar contra essa abordagem, partindo dos pressupostos do projeto cartográfico (CINQUE; RIZZI, 2008) e da teoria dos especificadores funcionais (CINQUE, 1999). Assim, mostramos que ‘lá’, em suas variadas e diferenciadas ocorrências (PEREIRA, 2011), pode ser acomodado na periferia esquerda do IP, isto é, em categorias diversas no domínio do CP.

¹ As nomenclaturas IP e TP serão usadas indistintamente.

Para isso, concentramo-nos em duas realizações de ‘lá’. A primeira, descrita na seção 2, consiste em dados como “Lá vai/vem a Mônica”. Neste caso, propomos que ‘lá’ ocupa a posição Spec,TopP, por carregar valor locativo, seja de fonte, com ‘vir’, seja de alvo, com ‘ir’; por ser incompatível com ‘aqui’, quando ‘aqui’ apresenta estes mesmos valores; por veicular informação dada; e pelo fato de estas sentenças não admitirem negação. Esta é uma característica presente em sentenças apresentativas com *there* locativo e ausente em sentenças existenciais com *there* expletivo.

A segunda realização de ‘lá’, descrita na seção 3, consiste em dados como “Eu lá ia deixar [a câmera] pra trás” e “[o trânsito] lá vai andando”. Neste caso, propomos que ‘lá’ ocupa a posição Spec,FinP, visto que o verbo principal pode estar no infinitivo ou no gerúndio, resultando, respectivamente, na ideia de um processo em iminência ou em decorrência, uma característica de modo (*ir*)*realis*.

Assim sendo, haveria propriedades nestas realizações de ‘lá’ que, para serem identificadas e analisadas, demandam uma correlação com categorias da periferia esquerda, tais como tópico e finitude. Esta correlação, a princípio, não tem lugar em uma análise que aloca AdvPs em posição de sujeito.

‘Lá’ em Spec,TopP

Esta seção trata de sentenças, como aquela da figura 1, nas quais ‘lá’ tem sido analisado como expletivo em posição de sujeito. Propomos um deslocamento desta análise, argumentando que ‘lá’ é inserido por *merge* em Spec,TopP e não em Spec,IP.



Figura 1. ‘Lá vem ela!’
(SOUZA, 1995, p. 3)

‘Lá’ + ‘vir’

Vejamos as seguintes estruturas:

- (1)
 - a. A Mônica vem (de) lá.
 - b. Lá vem a Mônica.
 - c. *De onde lá vem a Mônica?
 - d. _ De onde vem a Mônica? _ *Lá vem a Mônica.
 - e. _ O que está acontecendo? _ Lá vem a Mônica.

Em (1b), ‘lá’ apresenta o seguinte feixe de traços: [+Fonte], [+Locativo], [+Distal] e [+3ª pessoa]. Assim sendo, nesta sentença, ‘lá’: **(i) indica fonte**, porque seria derivado de (1a) e porque rejeita o item *Wh* ‘(de) onde’ (1c). Ora, não faria sentido fazer uma pergunta

sobre fonte, se a fonte já está informada na pergunta; **(ii) é um locativo distal de 3ª pessoa**, pois não é intercambiável com ‘aí’, que indica localização, mas é menos distal e se trata de um advérbio de 2ª pessoa; **(iii) veicula informação dada**, pois (1b) não responde à pergunta (1d), mas sim à pergunta como (1e), que tem como foco o evento e como dada a informação a respeito do local de onde a Mônica está vindo.

‘Lá’ + ‘ir’

Agora vejamos as estruturas abaixo.

- (2)
- O ônibus vai (pra) lá.
 - Lá vai o ônibus.
 - Pra onde lá vai o ônibus?/ Onde (vo)cê lá vai?
 - *Onde o ônibus vai lá?
 - _ Pra onde vai o ônibus? _ *Lá vai o ônibus.
 - _ O que está acontecendo? _ Lá vai o ônibus.

Em (2b), ‘lá’ apresenta o seguinte feixe de traços: [+Alvo], [+Locativo], [+Distal] e [+3ª pessoa]. Assim sendo, nesta sentença, ‘lá’: **(i) indica alvo**, porque seria derivado de (2a). Neste caso, porém, ‘lá’ não rejeita o item *Wh* ‘(pra) onde’² (2c), a não ser que ‘lá’ esteja em posição final (2d); **(ii) veicula informação dada**, pois (2b) não responde a uma pergunta como (2e), mas a uma pergunta como (2f); **(iii) é um locativo distal de 3ª pessoa**, pois não é intercambiável com ‘aí’.

Fica evidente o fato de que ‘lá’ não é intercambiável com ‘aí’ na seguinte situação. Suponhamos que o João está deixando o recinto onde a Maria também está. Ele só pode dizer a ela (2g), mas não (2h). Isso ocorre, pois as sentenças com ‘lá’ e ‘aí’, neste caso, veiculam interpretações semânticas distintas. (2g) indica que o locutor vai se distanciar do interlocutor, enquanto (2h) indica que o locutor vai se aproximar do interlocutor.

- (2)
- Lá vou eu!
 - ≠Aí vou eu!

Até então, mostramos, com relação aos dados em (1b) e (2b), que ‘lá’ sustenta valor locativo e veicula informação dada. Por isso, não poderia ser considerado um expletivo, que, por definição, é semanticamente vazio. Além disso, vale destacar uma diferença entre construções existenciais e apresentativas. No inglês, como explicado por Bergen e Plauché (2005), construções existenciais com *there* podem ser negadas (3a), o que não ocorre nas apresentativas (3b).

- (3)
- “There isn’t any food upstairs” [Existencial] (BERGEN; PLAUCHÉ, 2005, p. 31).
‘Não há comida alguma no andar de cima’.
 - “*There isn’t a poodle” [Dêitico] (BERGEN; PLAUCHÉ, 2005, p. 31).
‘*Não lá está um poodle’.

2 Outros usos de ‘lá’ com ‘ir’ parecem rejeitar o item *Wh* ‘onde’, como em (i) e (ii).

- | | | | |
|-----|-------------------------------------|------|---------------------------|
| (i) | a. Lá se foi meu dinheiro. | (ii) | a. Lá fomos nós. |
| | b. ??? Onde lá se foi meu dinheiro? | | b. ??? Onde lá fomos nós? |

Isso corrobora que existem estruturas de ‘lá’ com ‘ir’ nas quais ‘lá’ tem valor de alvo locativo em posição de tópico, sem apresentar ambiguidade com o ‘lá’ apresentado na seção 3, que também permite itens *wh*.

Como nas apresentativas, as sentenças com ‘ir’ e ‘vir’ precedidas por ‘lá’ não podem ser negadas (3c):

- (3) c. *Lá não vem/vai a Mônica.

Esse fato nos permite dizer que ‘lá’ não pode ser considerado um expletivo em posição de sujeito como ocorre com *there* nas existenciais do inglês.

Em resumo, como se observa nas derivações abaixo, propomos que ‘lá’ é inserido diretamente em Spec,TopP, em estruturas com ‘lá vem’ e ‘lá vai’ nas quais esse advérbio é incompatível com item *Wh*, insubstituível por ‘aí’ e veículo de informação dada. Assim, Spec,IP é realizado por uma categoria *pro*, enquanto o DP pós-verbal situa-se em Spec,VP.

(1) b. Lá vem a Mônica.

(2) b. Lá vai o ônibus.

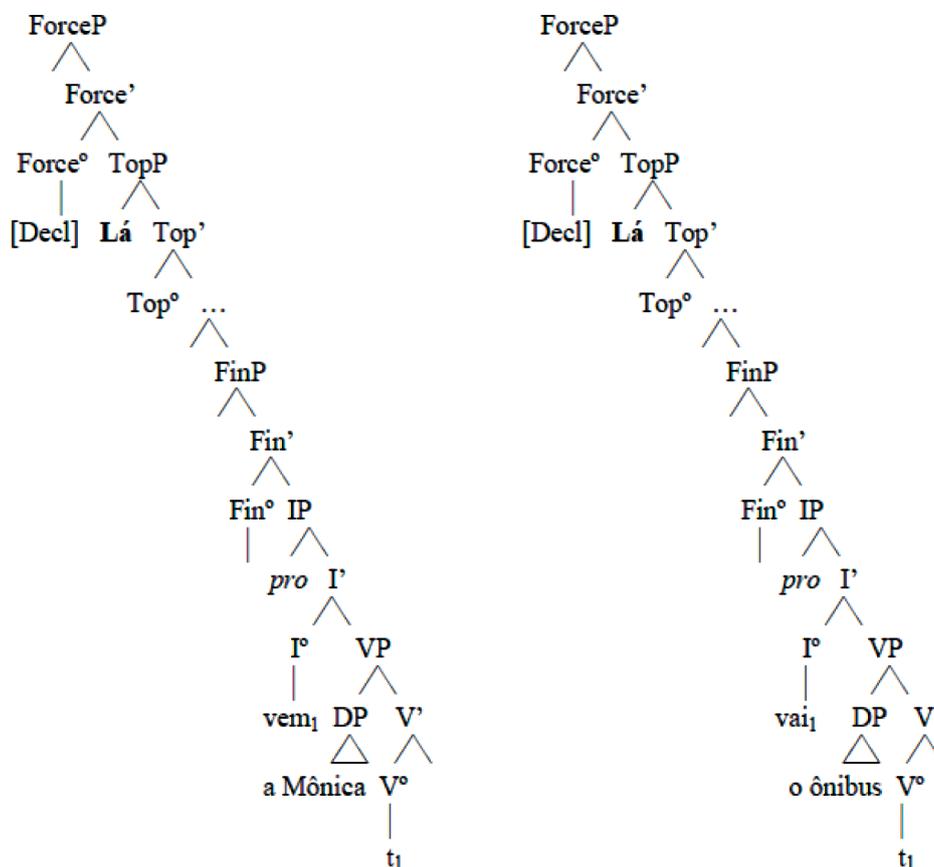


Figura 2. ‘Lá’ em Spec,TopP em estruturas com ‘lá vem’ e ‘lá vai’

A compatibilidade de ‘lá’ com ‘aqui’ e ‘aí’ na qualidade de fonte, alvo e meio

É preciso esclarecer que ‘lá’ é incompatível com ‘aqui’ nas estruturas com ‘lá vem’, se ‘aqui’ for interpretado como fonte, mas não como alvo ou meio. Da mesma forma, ‘lá’ é incompatível com ‘aqui’ nas estruturas com ‘lá vai’, se ‘aqui’ for interpretado como alvo, mas não como meio.

‘Lá’ tópico + ‘vir’

Imaginemos uma situação em que o falante está esperando seu ônibus. Subitamente, o ônibus esperado aparece a dois quarteirões à frente e vem em direção ao ponto.



Figura 3. ‘Lá vem o nosso ônibus!’

(SOUZA, 1999, p. 59)

Nessa situação, o passageiro pode dizer (4a), sentença na qual a reduplicação adverbial é possível. Por sua vez, (4b) e (4c) serão agramaticais se ‘aqui’ e ‘aí’ receberem interpretação de fonte. Como ‘lá’ inicial já tem valor de fonte, haveria um choque entre a ideia de o ônibus “vir de lá e daqui” ao mesmo tempo ou “de lá e daí” ao mesmo tempo. Nesse caso, portanto, ‘lá’ é incompatível com ‘aqui’ e ‘aí’.

‘Lá’, ‘aqui’ e ‘aí’ finais com valor de fonte

- (4)
- a. Lá vem o ônibus lá.
 - b. *Lá vem o ônibus aqui.
 - c. *Lá vem o ônibus aí.

Em outro caso, se ‘aqui’ receber interpretação de alvo, ‘lá’ e ‘aqui’ serão compatíveis visto que o primeiro indicaria fonte e o segundo, alvo, como em (5b). Por sua vez, mesmo se ‘aí’ tiver valor de alvo, a sentença (5c) parece agramatical, porque ‘aí’ não pode ser argumento alvo de ‘vir’, que aceita apenas ‘aqui’ ou ‘cá’. É também por essa razão que (5a) é agramatical, pois, assim como ‘aí’, ‘lá’ não é um argumento alvo adequado para a grade de ‘vir’.

‘Lá’, ‘aqui’ e ‘aí’ finais com valor de alvo

- (5)
- a. *Lá vem o ônibus lá./*A Maria vem lá frequentemente.
 - b. Lá vem o ônibus aqui.
 - c. *Lá vem o ônibus aí./?A Maria vem aí frequentemente.

Existe ainda uma última possibilidade em que ‘lá’ é compatível tanto com ‘aqui’ quanto com ‘aí’. Neste caso, os itens adverbiais finais teriam valor de meio. Suponhamos, por exemplo, que existem três faixas nas quais o ônibus esperado pode passar. Essas

faixas seriam, portanto, o meio de passagem do ônibus, como nos exemplos (6). Dessa maneira, ‘lá’ inicial seria fonte, como visto até então, enquanto os itens adverbiais finais não seriam nem fonte e nem alvo, mas meio.

‘Lá’, ‘aqui’ e ‘aí’ finais com valor de meio

- (6) a. Lá vem o ônibus lá naquela pista.
b. Lá vem o ônibus aqui nesta pista.
c. Lá vem o ônibus aí nessa pista.

Sendo assim, as relações de compatibilidade e incompatibilidade de ‘lá’ com os locativos ‘aqui’ e ‘aí’ são definidas a partir dos valores que esses itens podem assumir, seja como fonte, alvo ou meio.

‘Lá’ tópico + ‘ir’

Agora imaginemos que um passageiro está caminhando até o ponto de embarque. Ele avista o ônibus e começa a correr em sua direção, mas não chega a tempo e o perde. Então, ele diz:

- (7) a. Droga! Lá vai o ônibus.
b. Droga! Lá se foi meu ônibus.

A reduplicação adverbial é possível com ‘lá’, conforme atesta (8a). Por sua vez, (8b) e (8c) serão agramaticais, se ‘aqui’ e ‘aí’ receberem interpretação de alvo. Como ‘lá’ inicial já tem valor de alvo, haveria um choque entre a ideia de o ônibus “ir pra lá e pr’aí” ao mesmo tempo (8c). Ou então haveria incompatibilidade entre ‘ir’ e ‘aqui’ (8b), devido à grade argumental de ‘ir’, que só pode ter ‘lá’ e ‘aí’ como alvo.

‘Lá’, ‘aqui’ e ‘aí’ finais com valor de alvo

- (8) a. Lá vai o ônibus lá.
b. *Lá vai o ônibus aqui.
c. *Lá vai o ônibus aí.

Em outra situação, ‘lá’ seria plenamente compatível tanto com ‘aqui’ quanto com ‘aí’. Nesse caso, os itens adverbiais finais teriam valor de meio. Suponhamos, como sugerido anteriormente, que existem três faixas nas quais o ônibus esperado pode passar. Essas faixas seriam, portanto, o meio de passagem do ônibus, como nos exemplos (9). Assim sendo, enquanto ‘lá’ inicial seria alvo, os itens adverbiais finais seriam meio.

‘Lá’, ‘aqui’ e ‘aí’ finais com valor de meio

- (9) a. Lá vai o ônibus lá naquela pista.
b. Lá vai o ônibus aqui nesta pista.
c. Lá vai o ônibus aí nessa pista.

Portanto, a coocorrência de ‘lá’, em “lá vai”, com outros locativos só parece ser possível, se eles não disputarem com ‘lá’ o valor de alvo. Fica então evidenciado que ‘lá’ possui valor locativo nessas sentenças e, por isso, não pode ser considerado um expletivo.

Análises de ‘lá’ em Spec,IP

Estudos têm argumentado que o AdvP, realizado em posição pré-verbal, checa traços EPP na posição de sujeito. Antes de elaborarmos uma revisão desses estudos, retomaremos o conceito de EPP.

EPP

O Princípio de Projeção Estendida ou EPP, conforme abordado no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), requer que toda oração tenha sujeito.³ Sujeito, por sua vez, é a categoria situada em Spec,I(nflection)P e se destina a checar traços ϕ de I.

Em (10a), por exemplo, ‘he’ em Spec,IP checa traços de número e pessoa do núcleo I [3^ap., sing.] pela operação *agree*. Esses traços também podem ser checados pela operação *merge*, que insere um expletivo *there* em Spec,IP, como exemplificado em (10b).

- (10) a. *He* lives in London.
b. *There* is a dog in that house.
a'. *lives in London.
b'. *is a dog in that house.

De acordo com Svenonius (2002, p. 5-6, tradução nossa), “sujeitos expletivos, pleonásticos ou ‘dummy’ [...] são identificados pela sua falta de conteúdo semântico”. Portanto, “expletivos são, por definição, semanticamente vazios”,⁴ mas servem à sintaxe pois agem como sondas (*probes*) na checagem e apagamento de traços formais.

As línguas diferem parametricamente no modo como satisfazem EPP. O inglês se insere na classe de línguas que não permitem sujeito nulo e que, por isso, são conhecidas como línguas não *pro-drop*. Nessas línguas, Spec,IP deve ser preenchido por uma categoria visível fonologicamente. Essa é a razão por que (10a’) e (10b’) são agramaticais.

Em contraste, o português do Brasil se insere na classe de línguas de parâmetro *pro-drop* (parcial⁵), que permitem o não preenchimento da posição de sujeito. Nesse aspecto, sentenças que são agramaticais (10a’, b’) no inglês são gramaticais no PB (11a, b).

- (11) a. Moro em Londres.
b. Há/Tem um cachorro naquela casa.

A satisfação de EPP em (11a) se dá a partir de um sujeito nulo ou *pro*, que, sendo inserido em Spec,IP, teria os mesmos traços ϕ de I [1^ap., sing.]. Por sua vez, nas construções impessoais (11b), EPP seria valorado por um expletivo nulo.

Portanto, parte-se do princípio de que todas as línguas satisfazem EPP, mesmo que algumas licenciem *pro* e outras não.

3 “The *Extended Projection Principle* (EPP) states that [Spec, IP] is obligatory” (CHOMSKY, 1995, p. 55).

4 “*Expletive, pleonastic, or dummy* subjects [...] are identified by their lack of semantic content [...] Expletives are by definition semantically empty” (SVENONIUS, 2002, p. 5-6).

5 Cf. Biberauer et al. (2010).

A questão da inversão locativa: conceito, exemplos e diagnósticos

De acordo com Levin e Hovav (1995, p. 218, tradução nossa), as construções com inversão locativa apresentam duas propriedades principais. Primeiro, caracterizam-se “por uma ordem não canônica, ‘PP V NP’ [(12a)], que parece ser o resultado da troca de posições do NP e do PP na ordem canônica ‘NP V PP’”⁶ (12b). Segundo, o PP pré-verbal é, de modo geral, um PP locativo.

- (12) a. “In the distance APPEARED the towers and spires of a town which greatly resembled Oxford.” (LEVIN; HOVAV, 1995, p. 218).
‘Na distância surgiam as torres e os ápices de uma cidade que muito se parecia com Oxford’.
- b. “The towers and spires of a town which greatly resembled Oxford APPEARED in the distance.” (LEVIN; HOVAV, 1995, p. 218).
‘As torres e os ápices de uma cidade que muito se parecia com Oxford surgiam na distância’.

No inglês, estruturas com *there-insertion* (12d) são consideradas construções com inversão locativa. Com efeito, embora não seja o consenso, estudos propõem que as construções com inversão locativa, como aquelas em (12a), seriam derivadas de construções com *there-insertion*, como em (12c), com a diferença de que o *there* teria sido elidido em (12a).

- (12) c. “In the distance there APPEARED the towers and spires of a town which greatly resembled Oxford.” (LEVIN; HOVAV, 1995, p. 219)
- d. “There APPEARED in the distance the towers and spires of a town which greatly resembled Oxford.” (LEVIN; HOVAV, 1995, p. 219)

Na inversão locativa, o PP teria alçado de dentro do domínio do vP até o domínio do IP, para checagem de traços EPP. Contudo, apontaremos que, muitas vezes, o que se considera como inversão locativa pode ser, ao contrário, um caso de topicalização. Assim sendo, o locativo frontado, em vez de sujeito, pode vir a ser analisado como tópico.

Avelar e Cyrino (2008, p. 61) exemplificam a ocorrência de inversão locativa com diferentes tipos de verbos, tais como inacusativos (12e) e inergativos (12f). Segundo esses autores (2008, p. 62), “os PPLoc estão licenciados no lócus comumente identificado como posição de sujeito”.

- (12) e. “Na casa da Maria *chegou* algumas cartas” (AVELAR; CYRINO, 2008, p. 61)
- f. “Naquela fábrica *trabalha* muitos amigos meus” (AVELAR; CYRINO, 2008, p. 61)

Avelar e Cyrino (2008, p. 62 - 64) aplicam testes para justificar a inserção do PP locativo em Spec,IP. Segundo os autores, o PP Loc é obrigatório em contextos com DPs pós-verbais (13a, b) e, segundo Avelar (2009), o PP Loc é coindexado em coordenadas (14a).

- (13) a. “(Naquele quarto) várias pessoas dormiram” (AVELAR; CYRINO, 2008, p. 62)
- b. “*(Naquele quarto) dormiu várias pessoas” (AVELAR; CYRINO, 2008, p. 62)
- (14) a. “[Naquela fábrica]_i trabalha muita gente e ainda assim cv_i vai contratar mais cem funcionários até o final do ano” (AVELAR, 2009, p. 236)

⁶ “it is characterized by a noncanonical word order, “PP V NP”, that appears to be the result of switching the positions of the NP and the PP in the canonical “NP V PP” word order” (LEVIN; HOVAV, 1995, p. 263).

Quanto a (13), de acordo com Pilati (2006, p. 200), orações com ordem V(O)S no PB “não apresentam obrigatoriamente um PP em posição inicial”, conforme exemplos (15). A autora acrescenta ainda que “a presença de um elemento locativo na posição inicial não altera a interpretação das sentenças nem interfere na sua gramaticalidade” (PILATI, 2006, p. 200).

- (15) a. “(Agora) ergue o braço o juiz”. (PILATI, 2006, p. 200)
b. “(Nesse momento) pega a bola o goleiro do flamengo”. (PILATI, 2006, p. 200)
c. “Tomou posse o novo presidente dos Estados Unidos”. (PILATI, 2006, p. 164)
d. “Merece destaque o item (d)”. (PILATI, 2006, p. 164)
e. “Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena”. (PILATI, 2006, p. 164)

Quanto a (14a), a pergunta que se faz é se realmente haveria uma coindexação entre o locativo e uma categoria vazia. Notemos que, se o DP pós-verbal fosse plural, haveria possibilidade de concordância do verbo com o DP.

- (14) b. “Naquela fábrica pro_i trabalham [muitas pessoas]_i e ainda assim pro_{arb} vai contratar mais cem funcionários até o final do ano”.

Nesse caso, como seria possível justificar a posição do locativo singular em Spec,TP, se a checagem de traços phi ocorre com o DP pós-verbal? De fato, *pro* estaria coindexado a este DP pós-verbal e não a um locativo, como representamos em (14b).

Além disso, na segunda oração, o sujeito de “vai contratar” recebe interpretação arbitrária,⁷ isto é, “eles vão/vai contratar mais cem funcionários”. Portanto, essa posição só poderia ser ocupada por um *pro* de referência arbitrária, isto é, menos determinada. O mesmo ocorreria na sentença (14c).

- (14) c. Lá pro_i tem [muitos funcionários]_i e ainda assim pro_{arb} vai contratar mais até o final do ano.

Vale ressaltar ainda que Duarte (1995, p. 65) exclui de sua análise o ambiente sintático em que se tem uma sequência de orações coordenadas, pois, segundo a autora, “uma estrutura como essa pode ter igualmente o sujeito nulo em línguas não-pro-drop, como o inglês, graças às propriedades de coordenação”, conforme exemplos abaixo.

- (16) “Ah, eu tou jogando bola com o Marcelo, eles_i pegam vem, cv_i tira a bola, cv_i começa a brincar”. (NEGRÃO; MÜLLER apud DUARTE, 1995, p. 65)

- (17) “Her mother_i prepared meals on a wood-stoked stove, cv_i did the laundry on a washboard, cv_i baked flatbread and cv_i sewed clothes to trade for goods in town”.⁸
‘[A mãe dela]_i preparava as refeições em um fogão a lenha, cv_i lavava as roupas em uma tábua de lavar, cv_i assava pão e cv_i costurava roupas para trocar por mercadorias na cidade’.

7 De acordo com Holmberg et al. (2009), “It is important to make a distinction [...] between generic and arbitrary null subject pronoun. By *generic pronoun* we mean a pronoun best translated into English as either ‘one’ or ‘you’, the semantic defining characteristic being that it denotes people in general including the speaker and the addressee. By *arbitrary* we mean a pronoun which is best translated into English as *they*, as *They speak many different languages in India*, the semantic defining characteristic being that it denotes people in general (in some domain), but excluding the speaker and the addressee.”

8 Disponível em: <<http://www.magickeys.com/books/windsong/page2.html>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

Portanto, um teste de coindexação em coordenadas talvez não fosse o melhor diagnóstico para se definir o locativo como sujeito, pois a posição de sujeito em coordenadas é um ambiente de *pro* inclusive em línguas não-*pro-drop*. Em outras palavras, não se trata de um ambiente de expletivos ou locativos.

Com base nesta breve discussão dos testes usados para alocar o locativo em Spec,TP, pode-se alegar que os diagnósticos referentes à obrigatoriedade do locativo com DP pós-verbal e à sua coindexação em coordenadas não são plenamente decisivos para se defender que o locativo estaria em Spec,TP.

Além disso, é importante mencionar que nem sempre é fácil distinguir inversão locativa de topicalização. Kempchinsky (2002, p. 2, tradução nossa) afirma que, no espanhol, por exemplo, “não há distinção óbvia entre ‘inversão locativa’ e ‘topicalização de PP’”.⁹ Também ressalta que, no italiano, “‘inversão locativa’ é ou topicalização de PP ou alçamento de sujeito locativo, mas não movimento de um argumento locativo PP a [Spec,TP]”¹⁰ (KEMPCHINSKY, 2002, p. 3, tradução nossa).

Em relação ao inglês, Landau (2010, p. 123) mostra que

o locativo frontado no inglês exibe um comportamento misto típico tanto de sujeito quanto de tópicos sintáticos [...] como tópicos, o locativo frontado não pode coocorrer predicativamente com uma relativa reduzida de participio, não inverte com auxiliares em interrogativas e não pode ser controlado.¹¹

- (18) a. “She stood on the corner *(on which was) standing another woman”. (LANDAU, 2010, p. 123)
‘Ela parou em pé na esquina na qual estava parada uma outra mulher’.
b. “*Did in the corner stand your friend?” (LANDAU, 2010, p. 124)
‘Seu amigo parou em pé na esquina?’
c. “*[On the top of the page]_i was stated the methodology of the research [without PRO_i being stated its purpose]”. (LANDAU, 2010, p. 124)
‘No topo da página, foi informada a metodologia da pesquisa [sem ser informada a sua proposta]’.

Portanto, para Landau (2010), a análise atribuída para a inversão locativa no inglês seria a que se segue, com o locativo no domínio do CP e não do domínio do TP:

- (19) “[_{CP} [In the corner]_i [_{TP} t_i stood a woman]]”. (LANDAU, 2010, p. 124)

Nesse mesmo tom, também Levin e Hovav (1995, p. 263, tradução nossa) deixam claro que “há uma diferença de opinião no que concerne a se o PP pré-verbal em uma inversão locativa está realmente em uma posição de sujeito [...] ou se ele está em alguma outra posição inicial da sentença”.¹²

9 “There is no obvious distinction between ‘locative inversion’ and ‘PP topicalization’” (KEMPCHINSKY, 2002, p. 2).

10 “Italian ‘locative inversion’ is either PP topicalization or fronting of a locative subject, but not movement of a locative argument PP to [Spec,TP]” (KEMPCHINSKY, 2002, p. 3).

11 “the fronted locative in English exhibits a mixed behaviour, typical of both subjects and syntactic topics [...] like topics, the fronted locative cannot combine predicatively with a participial (reduced) relative, does not invert with auxiliaries in questions, and cannot be controlled.” (LANDAU, 2010, p. 123)

12 “There is a difference in opinion concerning whether the preverbal PP in a locative inversion is actually in subject position [...] or whether it is in some other sentence-initial position”. (LEVIN; HOVAV, 1995, p. 263).

Visto esse impasse, arrematamos esta subseção com um apontamento de Kempchinsky (2002, p. 14). Segundo a autora, ainda é preciso desenvolver um exame aprofundado para se possam distinguir os efeitos do movimento dirigido por traços EPP e os efeitos do movimento dirigido por traços P(eriféricos).¹³ No caso das sentenças estudadas nesta seção, acreditamos que a posição pré-verbal de ‘lá’ é codificada na periferia esquerda. Dessa maneira, EPP seria valorado por *pro* em Spec,IP (BELLETTI, 2004, p. 25)¹⁴ e não por ‘lá’ nessa posição.

‘Lá’ em Spec,FinP

Existe um outro uso de ‘lá’ em estruturas com ‘ir’ e ‘vir’ que indicam iminência ou decorrência de uma atividade. Vejamos os dados em (20a, b) e suas paráfrases em (20a’, b’).

- (20) a. Lá vem você contar piada.
b. Lá vai você contar mais piada.
a’/b’. Já vem/vai você começar a contar mais piada.
c. De onde lá vem você contar tanta piada?
d. (Pra) onde lá vai você contar mais piada?

Em (20a, b), ‘lá’ apresenta o seguinte feixe de traços: [-Fonte(1a)]/[-Alvo(1b)], [+Locativo], [+Distal] e [+3ª pessoa]. Nessas sentenças, ‘lá’ tem seus valores, respectivamente, de fonte e de alvo enfraquecidos, pois não rejeita o item *Wh* ‘onde’. Ora, se (20c, d) favorecem a coocorrência de ‘lá’ com ‘de onde’ e ‘pra onde’, isso significa que ‘lá’ provavelmente não apresenta mais valor de fonte nem de alvo. Embora esse valor se enfraqueça, o valor locativo distal de 3ª pessoa se mantém. Por sua vez, as paráfrases (20a’, b’) mostram que as sentenças (20a, b) veiculam uma ideia de iminência, formalmente representada por verbo auxiliar no presente do indicativo mais principal no infinitivo.

Dados semelhantes a (20a) também foram apresentados por Buthers (2009), como aqueles em (21a) e em (21b):

- (21) a. “Lá vem eles com mentira”. (BUTHERS, 2009, p. 65)
a’. De onde lá vem eles com (tanta) mentira?
b. “Lá vem o Lula com mais impostos”. (BUTHERS, 2009, p. 65)
b’. De onde lá vem o Lula com (tanto) imposto?

Esses dados são semelhantes a (20a) porque não rejeitam “de onde”, conforme testado em (21a’) e em (21b’). Além disso, em (21a, b), uma ação que está para acontecer, conforme revelam as paráfrases (21a’, 21b’), é apresentada como se já estivesse acontecendo, no presente do indicativo.

- (21) a”. Eles vão (começar a) falar mentira.
b”. O Lula vai (começar a) cobrar mais impostos.

13 “Thus a deeper examination of these constructions may prove a fertile ground for teasing apart the effects of movement driven by EPP/phi features and movement driven by P(eripheral) features”. (KEMPCHINSKY, 2002, p. 14)

14 “what would satisfy EPP in FI? I will assume that, as in traditional accounts, the preverbal subject position is filled by [...] *pro*, the associate of the postverbal subject”. (BELLETTI, 2004, p. 25)

Segundo proposta de Buthers (2009), nas sentenças (21a, b), ‘lá’ seria um expletivo inserido por *merge* em Spec,IP. Como expletivo, ‘lá’ teria seu conteúdo semântico esvaziado. Essa análise, portanto, não reconhece seu valor distal de 3ª pessoa e o valor modal de iminência acima evidenciado. Portanto, esses dados parecem reclamar uma análise diferenciada daquela apresentada por Buthers (2009), como um expletivo em Spec,IP, e daquela apresentada na seção anterior por nós, como um tópico em Spec,TopP, visto que, neste caso, propriedades diferentes estão envolvidas nas estruturas com ‘lá vem’ e ‘lá vai’. Essas propriedades aparentemente referem-se a FinP, como será explicado adiante.

Os mesmos traços descritos para ‘lá’ em (20b) se aplicam às sentenças abaixo. Porém, o traço [+iminência], em alguns casos, é substituído pelo traço [+decorrência]. Entende-se, assim, que (22a) indica um evento em iminência, enquanto (22b, c, d) indicam um evento em decorrência.

- (22)
- a. O João estava arrumando suas malas para viajar, quando pegou às pressas sua câmera sobre a mesa da cozinha e disse: “Eu já **lá ia deixar** pra trás”.
 - b. “A gente tá entrando na BR 381, [o trânsito] tá meio agarrado, mas **lá vai andando**.” (conversa espontânea por telefone registrada em 29 de julho de 2011)
 - c. “Embrulhados assim, os ovos têm proteção suficiente para aguentar os trancos que **lá vão tomando** na cangalha.” (repórter Nelson Araújo, Rede Globo, programa Globo Rural, tema Tropeiros do Parmesão, aos 19 de setembro de 2010)
 - d. “**Lá vai o trem** com o menino/ **Lá vai a vida a rodar**/ Lá vai ciranda e destino/ Cidade e noite a girar.” (GULLAR, 1999, p. 17)

A alternância entre decorrência e iminência é codificada, respectivamente, nos modos *realis* e *irrealis*. O modo *realis* é identificado pelo verbo ‘ir’ no indicativo com ou sem gerúndio (ou com “preposição ‘a’ + infinitivo”). Por exemplo: “lá vai o trem” em (22d), “lá vai andando” em (22b), “lá vão tomando” em (22c) e “lá vai a vida a rodar” em (22d), que significa “lá vai a vida rodando”. Diferentemente, o modo *irrealis* é identificado por verbo no indicativo mais infinitivo, como “lá ia deixar” em (22a) e “lá vai/vem você contar piada” em (20a, b).

Essa diferença entre iminência (*irrealis*) e decorrência (*realis*) é codificada sintaticamente em FinP, onde se define a finitude verbal no domínio do CP. Por isso, propomos que ‘lá’ pertenceria exatamente a Spec,FinP, checando traços [\pm *realis*] desse núcleo, conforme derivações abaixo.

(20) a. Lá vem você contar piada.

(20) b. Lá vai você contar mais piada.

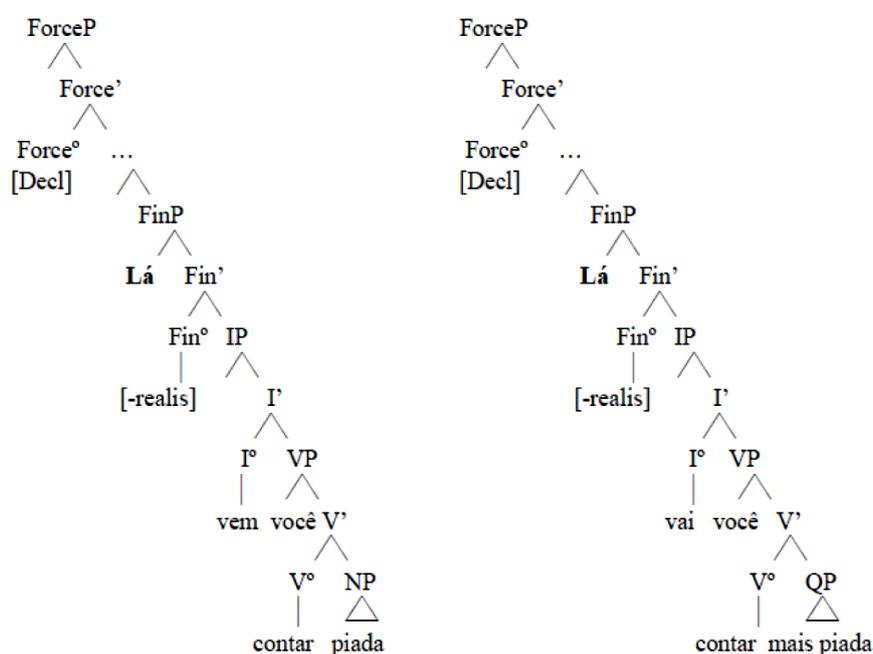


Figura 4. ‘Lá’ em Spec,FinP nas estruturas com verbos ‘vir’ e ‘ir’

Considerações finais

A análise de ‘lá’ em construções inacusativas com ‘vir’ e ‘ir’ tem sido pautada pela proposta segundo a qual ‘lá’ seria um AdvP em posição de sujeito.

Mostramos, ao contrário, que ‘lá’ sustenta valor semântico locativo distal de 3ª pessoa e indica direção fonte, com verbo ‘vir’, e direção alvo, com verbo ‘ir’, não podendo, portanto, se configurar como um expletivo. Esse feixe de traços se evidencia principalmente devido à incompatibilidade de ‘lá’ com o item *wh* ‘pra/de onde’, em sentenças como “Lá vai/vem a Mônica”. Propomos que, nesse caso, temos um AdvP inserido por *merge* em **Spec,TopP**, pois se trata de um elemento contendo informação dada em posição pré-sentencial.

Posteriormente, observamos que certos usos de ‘lá + vir/ir’, como em “Lá vem/vai você contar mais piada”, diferem daqueles usos apresentados anteriormente. A primeira diferença é o fato de que ‘lá’ passa a ser compatível com item *Wh* ‘(de) onde’ ou ‘(para) onde’, indicando que os valores de fonte e alvo se enfraqueceram. A segunda diferença é o aparecimento da alternância entre as noções de iminência e decorrência de uma ação. Formalmente, a noção de iminência – e, portanto, modo *irrealis* – é realizada em geral por verbo auxiliar ‘ir’ ou ‘vir’ mais verbo principal no infinitivo. Diferentemente, a noção de decorrência – e, portanto, modo *realis* – é realizada por verbo ‘ir’ ou ‘vir’ no indicativo mais verbo principal no gerúndio. Como FinP é a categoria que codifica, no domínio do CP, a finitude do verbo, argumentamos a favor da proposta segundo a qual ‘lá’ é inserido por *merge* em **Spec,FinP** checando traços [\pm realis] do núcleo funcional Fin.

Portanto, em nenhum desses casos, a análise de ‘lá’ na posição de sujeito seria plenamente adequada.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Juanito. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 232-252, jan./jun. 2009.
- AVELAR, Juanito; CYRINO, Sonia. Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 3, p. 55-75, 2008.
- BELLETTI, Adriana. Aspects of the low IP area. In: RIZZI, Luigi (Org.) *The structure of CP and IP: The cartography of syntactic structures*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2004. v. 2, p. 16-51.
- BERGEN, Benjamin; PLAUCHÉ, Madelaine. The convergent evolution of radial constructions: French and English deictics and existentials. *Cognitive Linguistics*, v. 16, n.1, p. 1-42, 2005. Disponível em: <<http://www2.hawaii.edu/~bergen/papers/bergenplauche.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- BIBERAUER, Theresa; HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian; SHEEHAN, Michelle. *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge University Press: Cambridge, 2010.
- BUTHERS, Christiane. *Emergência da ordem [XP V (DP)] no PB Contemporâneo e o Parâmetro do Sujeito Nulo: uma abordagem minimalista*. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and Functional Heads: A Cross-Linguistic Perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, Guglielmo; RIZZI, Luigi. The cartography of syntactic structures. *CISCL Working Papers*, Siena, v. 2, p. 42 - 58, 2008.
- DUARTE, Maria Eugênia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. 1995. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GULLAR, Ferreira. *Poema sujo*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 17.
- HOLMBERG, Anders; NAYUDU, Aarti; SHEEHAN, Michelle. Three partial null-subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi. *Studia Linguistica*, v. 63, n. 1, p. 59 - 97, 2009.
- KEMPCHINSKY, Paula. Locative inversion, PP topicalization and the EPP. In: SATTERFIELD, Teresa; TORTORA, Cristina; CRESTI, Diana. (Eds.). *Current issues in Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 145-159.

LANDAU, Idan. LF quirkiness is LF locative inversion. In: _____. *The locative syntax of experiencers*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2010. p. 117-131.

LEVIN, Beth; HOVAV, Malka. The problem of locative inversion. In: _____. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, Massachusetts: the MIT Press, 1995. Cap. 6, p. 215 - 277.

PEREIRA, Bruna. *A sintaxe cartográfica de 'lá' no português brasileiro: um estudo da periferia esquerda*. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/poslin/defesas/1143D.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

PILATI, Eloisa. Explicação dos fatos e apresentação da proposta teórica da tese. In: _____. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem Verbo-Sujeito no português do Brasil*. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília. Cap. 3, p. 151-231.

SOUZA, Maurício de. *Almanaque do Chico Bento*. São Paulo: Globo, n. 52, ago. 1999.

_____. *Mônica*. São Paulo: Globo, n. 102, jun. 1995.

SVENONIUS, Peter. Introduction. In: _____ (Ed). *Subjects, Expletives and the EPP*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 3-27.

Orações gerundivas e predicados factivos e não factivos

(Gerund clauses and factive and non-factive predicates)

Patrícia Rodrigues¹

¹Universidade Federal do Paraná (UFPR)

patricia.rodrigues@ufpr.br

Abstract: This paper examines some syntactic aspects of gerundive clauses in Brazilian Portuguese in sentences like *O professor estranhou os alunos estudando física no feriado* / *O professor quer os alunos estudando física no feriado*. We analyze these kinds of gerundives as a single clausal constituent, complements of the matrix verb. However, a closer look reveals that these constructions show different behaviors, which we associate with the fact that their matrix predicates – *estranhar* and *querer* – belong to different semantic classes: factives vs non-factives. The aim of this work is to discuss the differences between these two kinds of gerundive clauses and argue for differences in their syntactic structures.

Keywords: gerund clauses; complementation; factive predicates.

Resumo: Este trabalho examina alguns aspectos da sintaxe das orações gerundivas do português brasileiro em sentenças como *O professor estranhou os alunos estudando física no feriado* / *O professor quer os alunos estudando física no feriado*. Nós analisamos essas gerundivas como um constituinte único oracional complemento do verbo principal. No entanto, um exame mais acurado mostra que essas construções possuem comportamentos diferentes, que associamos ao fato de que seus predicados matrizes – *estranhar* e *querer* – pertencem a classes semânticas diferentes: factivos vs não factivos. O objetivo deste trabalho é, pois, discutir as diferenças entre esses dois tipos de oração gerundiva e argumentar que elas apresentam diferenças em suas estruturas sintáticas.

Palavras-chave: orações de gerúndio; complementação; predicados factivos.

Introdução

Este trabalho examina alguns aspectos das construções gerundivas do português brasileiro presentes em sentenças como as ilustradas em (1). À primeira vista, essas construções parecem possuir a mesma estrutura das construções em (2), em que o gerúndio e o DP que segue o verbo matriz são comumente analisados como dois constituintes distintos; ou seja, nessa análise, a gerundiva é um adjunto predicativo do objeto do verbo principal.

- (1) a O professor achou uma pena / estranhou os alunos estudando física no feriado.
b O professor quer os alunos estudando física no feriado.
- (2) a O professor encontrou os alunos fumando na sala.
b Pedro surpreendeu a filha pulando a janela.

No entanto, é possível observar que as sentenças em (1) possuem comportamento diferente das sentenças em (2). Por exemplo, em (1), a clivagem só é possível para a sequência DP + gerúndio (3), enquanto em (2), ocorre o contrário: a clivagem só é possível para um dos elementos da sequência (4).

- (3) a É [os alunos estudando física no feriado] que o professor quer.
 b *É [estudando física no feriado] que o professor quer [os alunos].
- (4) a Foi [a filha] que Pedro surpreendeu [pulando a janela]
 b Foi [pulando a janela] que Pedro surpreendeu [a filha]
 c *Foi [a filha pulando a janela] que Pedro surpreendeu.

Assim, o objetivo inicial deste trabalho é discutir as diferenças existentes entre os dois tipos de construção e argumentar que as gerundivas em (1), diferentemente das gerundivas em (2), formam um constituinte único oracional complemento do verbo principal, ou seja, uma *small clause* complemento.

Contudo, ainda que as construções em (1) se assemelhem com relação à presença de um complemento gerundivo oracional, elas apresentam propriedades que as distinguem entre si. Por exemplo, os predicados *achar uma pena* e *estranhar*, em (1a), que pertencem à classe dos predicados factivos-emotivos, constituem uma ilha para a extração de adjuntos (5a), enquanto o predicado volitivo *querer*, em (1b), que é não factivo, permite a extração de adjuntos (5b).

- (5) a *Onde o professor acha uma pena os alunos estudando física no feriado?
 b Onde o professor quer os alunos estudando física no feriado?

O objetivo principal deste trabalho é fornecer uma descrição das principais diferenças existentes entre as construções gerundivas oracionais do português brasileiro apresentadas em (1). Essa descrição é importante na medida em que as propriedades observadas podem estar relacionadas a diferenças na estrutura sintática desses complementos. Não discutiremos, no entanto, quais estruturas estariam associadas a cada tipo de complemento, limitando-nos a apontar as diferenças observadas.

Na primeira seção, apresentamos argumentos visando a estabelecer as diferenças entre as gerundivas objeto dessa pesquisa e outros tipos de gerundivas. Em seguida, realizamos uma discussão sobre as propriedades das construções em estudo, diferenciando os dois tipos de oração gerundiva. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

O gerúndio predicativo e o gerúndio oracional

As construções gerundivas mais comumente estudadas são as dos tipos que aparecem em (2), repetidas em (6). Nessas construções, o gerúndio é geralmente analisado como predicativo (BORGES NETO; FOLTRAN, 2001; LOPES, 2004; LOBO, 2006); ele funciona como um predicado secundário, que pode ser orientado tanto para o objeto quanto para o sujeito do verbo principal. Borges Neto e Foltran (2001) mencionam que os casos em que o gerúndio aparece predicando de um objeto são raros. Como exemplos, podemos citar os casos dos verbos *encontrar* e *surpreender* nos exemplos em (6).¹ Já os casos em que o

1 Borges Neto e Foltran (2001) citam também como exemplo o verbo de percepção “ver”. Rodrigues (2006) mostra que as construções com gerúndio no caso dos verbos de percepção são ambíguas entre uma leitura em que o DP que segue o verbo de percepção é seu objeto e o gerúndio é um predicado secundário, uma leitura em que o DP que segue o verbo de percepção não é objeto desse verbo, mas sujeito estrutural do predicado subordinado e uma leitura em que o gerúndio tem função atributiva. Os exemplos com verbos de percepção não serão discutidos na sequência deste trabalho.

gerúndio forma um predicado secundário voltado para o sujeito são, segundo os autores, de ocorrência ampla e irrestrita. Em (7), seguem dois exemplos.

- (6) a O professor encontrou os alunos fumando na sala.
b Pedro surpreendeu a filha pulando a janela.
- (7) a O João escreve no computador cantando.
b O Pedro trabalha vendendo alimentos.

Os autores reconhecem igualmente a leitura atributiva do gerúndio, quando ele é empregado dentro do sintagma nominal, como no caso de (8).

- (8) Água fervendo é um perigo.

A análise de predicado secundário para o gerúndio em (6) supõe que os DPs “os alunos” e “a filha” são objetos, respectivamente, dos verbos *encontrar* e *surpreender*, formando constituintes distintos do gerúndio. Efetivamente, pode-se observar, por exemplo, que as gerundivas em (6) podem ser clivadas, como em (9). Observa-se igualmente que as sentenças em (6) acarretam as sentenças em (10), o que sugere que os DPs que seguem os verbos principais nos exemplos em (6) constituem seus objetos.

- (9) a Foi fumando na sala que o professor encontrou os alunos.
b Foi pulando a janela que Pedro surpreendeu a filha.
- (10) a O professor encontrou os alunos.
b Pedro surpreendeu a filha.

Essa análise, contudo, não é possível para as construções de gerúndio em (1), como mostram os exemplos em (11), inaceitáveis, e os exemplos em (12), que não constituem acarretamentos das sentenças em (1).

- (11) a *É estudando física no feriado que o professor achou uma pena / estranhou os alunos.
b *É estudando física no feriado que o professor quer os alunos.
- (12) a O professor *achou uma pena / # estranhou os alunos.
b # O professor quer os alunos.

Por outro lado, o fato de a sequência DP + gerúndio nas sentenças em (1) poder ser movida, como em (13), atesta que essa sequência forma um constituinte. Também é importante observar que esse tipo de movimento não é possível para a sequência DP + gerúndio em (2), como ilustrado em (14), o que sugere fortemente uma diferença na estrutura dessas construções.

- (13) a É os alunos estudando física no feriado que o professor achou uma pena / estranhou.
b É os alunos estudando física no feriado que o professor quer.
- (14) a *Foi os alunos fumando que o professor encontrou.
b *Foi a filha pulando a janela que Pedro surpreendeu.

Essa diferença na estrutura dos dois tipos de construção ainda pode ser observada quando se consideram dados de extração de complementos. A extração a partir da construção de gerúndio é possível para as sentenças em (1), com os predicados *achar uma pena*, *estranhar* e *querer*, como pode ser observado em (15), mas impossível para as sentenças em (2), com os verbos *encontrar* e *surpreender*, como pode ser observado em (16). Dado que a extração a partir de um argumento é possível, enquanto a extração a partir de um adjunto constitui uma violação das restrições sobre movimento, pode-se concluir que as construções de gerúndio em (1) funcionam como argumentos de *achar uma pena*, *estranhar* e *querer*, ao passo que as construções de gerúndio em (2) são adjuntos de *encontrar* e *surpreender*.

- (15) a O professor achou uma pena / estranhou os alunos estudando física no feriado.
 a' O que o professor achou uma pena / estranhou os alunos estudando no feriado?
 b O professor quer os alunos estudando física no feriado.
 b' O que o professor quer os alunos estudando no feriado?
- (16) a O professor encontrou os alunos fumando charuto.
 a' *O que o professor encontrou os alunos fumando?
 b Pedro surpreendeu a filha pulando a janela.
 b' *O que Pedro surpreendeu a filha pulando?

A utilização de expressões idiomáticas formadas por um sintagma nominal sujeito fixo e por um sintagma verbal, como *a vaca foi pro brejo*, também pode contribuir para mostrar que há diferenças entre as construções de gerúndio examinadas. Essas expressões idiomáticas, cujo sujeito não é referencial, são geralmente vistas como unidades sintáticas que carregam um significado idiossincrático. Assim, o fato de poderem aparecer como complemento dos predicados *querer* e *estranhar*, como nos exemplos em (17), indica que o DP que segue esses verbos não pode ser analisado como seu objeto. Em outras palavras, esse DP só pode ser entendido como sujeito da encaixada, e não como objeto do verbo subordinante. Nos exemplos em (17), o que se quer ou se estranha, efetivamente, é o evento denotado pela expressão idiomática: o DP *a vaca* não pode ser considerado como objeto dos verbos em questão. Por outro lado, a utilização dessas expressões idiomáticas com o verbo no gerúndio não é possível com verbos do tipo de *encontrar* e *surpreender* (18). Somente uma interpretação literal é possível para as sentenças em (18).

- (17) a Não queremos a vaca indo pro brejo por causa da crise.
 b Ninguém estranhou a vaca indo pro brejo por causa da crise.
- (18) a *João encontrou a vaca indo pro brejo.
 b *Pedro surpreendeu a vaca indo pro brejo.

É possível observar ainda que, nas sentenças em (1), a gerundiva pode alternar-se com uma oração no subjuntivo (19), enquanto nas sentenças em (2), isso não é possível: os verbos *encontrar* e *surpreender* não aceitam complementos oracionais (20).

- (19) a O professor achou uma pena / estranhou que os alunos tenham estudado física no feriado.
 b O professor quer que os alunos estudem física no intervalo.

- (20) a *O professor encontrou que os alunos fumem / fumam na sala.
b *O professor surpreendeu que a filha pule / pula a janela.

Carreira (2008) observa que o fato de os verbos aceitarem complementos oracionais plenos não garante que eles aceitem também como complemento uma *small clause*. O autor ilustra esse fato com exemplos com o verbo *saber* (21).

- (21) a O Harry Potter sabe que a Hermione é inteligente.
b *O Harry Potter sabe a Hermione inteligente.

Dessa forma, a presença das completivas em (19) não constitui um teste conclusivo para argumentar a favor da análise das orações de gerúndio em (1) como *small clauses*. Ainda assim, é fato que os verbos dessas sentenças aceitam um complemento oracional, o que deixa em aberto a possibilidade de que o gerúndio seja uma *small clause*.

Vimos nessa seção que, apesar de sua aparente semelhança, as orações de gerúndio apresentadas em (1) são distintas das orações de gerúndio apresentadas em (2). Os testes realizados sugerem que as gerundivas em (1), em construções com os predicados *achar uma pena*, *estranhar* e *querer*² formam um constituinte único oracional, diferentemente das gerundivas em (2). Contudo, como mencionamos na introdução do trabalho, ainda que as gerundivas em (1) possam ser analisadas como *small clauses*, elas apresentam propriedades que as distinguem entre si. Acreditamos que essas diferenças estão associadas a diferenças em sua estrutura interna. Na seção que segue examinaremos as diferentes propriedades dessas construções.

O gerúndio oracional: predicados volitivos vs predicados factivos-emoivos

Os predicados *achar uma pena* e *estranhar*, em (1a), pertencem a uma subclasse dos predicados factivos, a dos factivos-emoivos, enquanto o predicado *querer*, em (1b), pertence à classe dos predicados volitivos, que são não factivos. Nesta seção, veremos que as diferentes propriedades apresentadas pelas gerundivas em estudo podem ser relacionadas não só às propriedades dos factivos e não factivos de modo geral, mas também às propriedades das classes semânticas mais específicas dos factivos-emoivos e dos volitivos.

Uma consideração recorrente nos estudos sobre complementação é a de que as propriedades semânticas dos predicados matrizes são responsáveis não só pelos tipos de complementos que eles introduzem, como também pelas características desses complementos (entre outros, ROCHETTE, 1988; ACHARD, 1998; ORMAZABAL, 2005). Diversas classificações de predicados matrizes foram propostas na literatura: alguns autores agrupam esses predicados de acordo com seu sentido, outros os classificam com base nas relações lógicas existentes entre os predicados e seus complementos. Por exemplo, Kiparsky e Kiparsky (1971) propõem uma distinção entre predicados factivos e não factivos conforme a existência ou não de pressuposição da verdade do complemento: os predicados factivos pressupõem a verdade de seu complemento, enquanto os predicados não factivos não

² Larson, den Dikken e Ludlow (1997) incluem o verbo *want* do inglês na classe dos chamados “verbos transitivos intensionais” e argumentam que, em construções como *Max wanted [_{DP} a unicorn]*, o verbo *want*, apesar das aparências, não seleciona diretamente o DP como objeto, mas sim um complemento verbal abstrato, cujo núcleo (HAVE) seleciona o DP como objeto.

desencadeiam tal pressuposição. As diferenças de comportamento entre predicados factivos e não factivos têm sido associadas, desde então, a uma diferença na estrutura sintática de seus complementos.

Uma dessas distinções diz respeito à extração de adjuntos do complemento sentencial: ela é possível com os predicados não factivos, mas impossível com os predicados factivos. Em outras palavras, complementos de predicados factivos constituem uma ilha fraca para extração. No caso dos complementos gerundivos, essa diferença também pode ser observada. O predicado *querer*, não factivo, permite a extração de um adjunto do complemento de gerúndio (22), mas os predicados *achar uma pena* e *estranhar*, factivos- emotivos, não permitem (23).

- (22) a O professor quer os alunos estudando física no feriado.
b Quando o professor quer os alunos estudando física?
- (23) a O professor achou uma pena / estranhou os alunos estudando física no feriado.
b #Quando o professor achou uma pena / estranhou os alunos estudando física?

Lima (2007) descreve outra distinção observada entre factivos- emotivos e não factivos, que diz respeito à implicação *upward*: em uma sentença contendo um predicado não factivo, a implicação *upward* da oração encaixada é mantida, enquanto em uma sentença contendo um predicado factivo- emotivo, isso não ocorre. Assim, com o predicado não factivo *achar*, em (24), preserva-se a implicação *upward* que ocorre na oração complemento – (24a) acarreta (24b). Com o predicado factivo- emotivo *estranhar*, no entanto, essa implicação não é preservada – (25a) não acarreta (25b)

- (24) a Maria acha que João estuda pouco. (LIMA, 2007, p. 62)
b Maria acha que João estuda.
- (25) a João estranha que as pessoas comam exageradamente. (LIMA, 2007, p. 30)
b João estranha que as pessoas comam.

Essa assimetria também pode ser observada entre os complementos gerundivos do predicado *querer*, não factivo, e os complementos gerundivos dos predicados *achar uma pena* e *estranhar*, factivos- emotivos. Enquanto (26a), com o predicado não factivo, acarreta (26b), (27a), com os predicados factivos- emotivos, não acarreta (27b).

- (26) a A Maria quer o João estudando francês.
b A Maria quer o João estudando.
- (27) a A Maria acha uma pena / estranhou o João estudando francês.
b A Maria acha uma pena / estranhou o João estudando.

Como mencionamos acima, as diferenças nas propriedades entre factivos e não factivos têm sido relacionadas na literatura com diferenças nas estruturas sintáticas de seus complementos. Kiparsky e Kiparsky (1971), por exemplo, propõem que o complemento sentencial de um predicado factivo é um NP cujo núcleo é o nome *fato*, que pode ser apagado. Para os autores, complementos de predicados factivos teriam, assim, uma estrutura mais complexa que complementos de predicados não factivos. Outros autores, contrariamente

a Kiparsky e Kiparsky (1971), propõem que predicados não factivos é que teriam uma estrutura mais complexa. Por exemplo, de Cuba (2007) propõe que predicados factivos selecionariam diretamente um CP, enquanto predicados não factivos selecionariam uma projeção intermediária nucleada por um operador semântico, que, por sua vez, selecionaria um CP. Para Haegeman (2006), complementos finitos de verbos factivos seriam estruturas finitas reduzidas, que possuiriam um CP menos articulado que o CP de complementos de verbos não factivos. Não nos posicionaremos com relação a essas análises nem discutiremos aqui as possíveis estruturas dos complementos de gerúndio estudados, mas acreditamos que é razoável pensar que as diferentes propriedades observadas nas construções em (1) podem estar relacionadas ao fato de seus predicados pertencerem a classes semânticas diferentes, podendo indicar, conseqüentemente, diferenças em suas estruturas sintáticas.

Além dos estudos que tratam da distinção mais geral entre factivos e não-factivos, encontram-se igualmente na literatura estudos que descrevem mais especificamente as classes dos factivos-emotivos e dos volitivos. Referências a essas duas classes são encontradas, geralmente, nos estudos que tratam do subjuntivo, porque esses dois tipos de predicados apresentam em comum a propriedade de selecionar esse tipo de complemento. Dito de outra forma, os estudos que portam sobre o subjuntivo costumam tratar também dos predicados que os selecionam, separando-os frequentemente em classes, de acordo com seu sentido e com as propriedades dos complementos. Os estudos sobre o subjuntivo nos interessam porque, a partir da constatação de que os complementos gerundivos em (1) podem alternar-se com um complemento subjuntivo, com a sentença guardando aproximadamente o mesmo sentido (28), pudemos observar que as gerundivas e os complementos subjuntivos compartilham diversas propriedades, como veremos adiante.

- (28) a O professor achou uma pena / estranhou que os alunos estudassem física no feriado.
b O professor quer que os alunos estudem física no feriado.

Realizaremos uma comparação entre as propriedades das gerundivas e dos subjuntivos com base na descrição de Petersen (2011) das propriedades dos complementos subjuntivos.³ Esse trabalho é particularmente interessante porque a autora identifica, a partir de classificações encontradas na literatura (RAPOSO, 1987; MARQUES, 1995; SANTOS, 1996), dois grupos de predicados que selecionam subjuntivos com comportamentos distintos, que ela denomina de Predicados/Subjuntivos-livres e Predicados/Subjuntivos-restritos. O grupo dos Predicados/Subjuntivos-livres é formado pelos verbos de negação e dúvida (*duvidar, ignorar, negar*), epistêmicos negados (*acreditar*) e factivos-emotivos (*achar uma pena, lamentar*), enquanto o grupo dos Predicados/Subjuntivos-restritos é formado por predicados emotivos não-factivos (*recear, temer*), predicados de necessidade subjetiva – os volitivos (*querer, desejar, preferir*) e os de influência/permissão (*recomendar, exigir, ordenar*) – e predicados de necessidade objetiva (*precisar, necessitar*). A autora observa vários contrastes entre esses dois tipos de subjuntivos: por exemplo, o subjuntivo livre, ao contrário do subjuntivo restrito, admite sujeitos nulos, não apresenta o efeito de referência disjunta do seu sujeito pronominal e não é transparente com relação ao licenciamento

³ Petersen (2011) realiza um estudo sobre as restrições ao licenciamento e interpretação do sujeito nulo em orações subjuntivas do português brasileiro.

de itens de polaridade negativa.⁴ Resumidamente, para a autora, os subjuntivos livres se comportam como indicativos e subjuntivos restritos, como infinitivos, o que a leva a propor diferentes estruturas para esses subjuntivos. Gostaríamos de ressaltar que os predicados investigados nesse trabalho – factivos-emotivos e volitivos – pertencem, respectivamente às classes de predicados que selecionam os subjuntivos livres e os subjuntivos restritos.

Voltamos a enfatizar que não é nosso objetivo assumir uma posição com relação às análises propostas na literatura ou discutir as possíveis estruturas dos complementos de gerúndio investigados. Pretendemos, essencialmente, mostrar que existem propostas que relacionam as estruturas sintáticas dos complementos oracionais às classes semânticas dos predicados que os selecionam e que essas estruturas podem ser reveladas por um estudo aprofundado das propriedades dessas construções. Dessa forma, nosso objetivo principal neste trabalho é descrever algumas das propriedades que distinguem os complementos gerundivos de predicados factivos-emotivos dos complementos gerundivos de predicados volitivos – propriedades estas que são compartilhadas pelos complementos subjuntivos.

Uma das propriedades dos complementos subjuntivos bastante discutida na literatura é a interpretação disjunta do seu sujeito em relação ao sujeito da oração principal (KEMPCHINSKY, 1985; RAPOSO, 1987; FARKAS, 1992; SANTOS, 1996; PETERSEN, 2011). Raposo (1987), bem como Santos (1996) e Petersen (2011), observam que essa não é uma propriedade comum a todos os complementos subjuntivos em português brasileiro e destacam o contraste existente entre os predicados volitivos e os predicados factivos-emotivos com relação ao efeito da referência disjunta no complemento subjuntivo. Mais especificamente, com os predicados volitivos, não é possível a correferência entre um pronome na oração encaixada e o sujeito da oração matriz (29a), ao passo que, com os predicados factivos-emotivos, essa correferência pode existir (29b).

- (29) a João_i quer que ele_{*i/j} ganhe a corrida. (PETERSEN, 2011, p. 14)
b João_i lamenta que ele_{i/j} tenha se atrasado para a reunião.

Com relação aos complementos gerundivos dos exemplos em (1), o mesmo contraste pode ser observado, como ilustrado em (30).

- (30) a Os professores_i não queriam eles_{*i/j} fumando na sala de aula.
b Os professores_i acharam uma pena/estranharam eles_{i/j} trabalhando no feriado.

Outra propriedade frequentemente observada nos estudos sobre complementação diz respeito ao licenciamento de itens de polaridade negativa (IPN). Um IPN em complementos no indicativo exige um licenciador presente na encaixada, enquanto um IPN em complementos infinitivos pode ser licenciado por uma negação na oração principal, como ilustrado em (31).

- (31) a *Ana não sabe que Pedro encontrou ninguém. (PETERSEN, 2011, p. 59)
b Ana sabe que Pedro não encontrou ninguém.
c Pedro não tentou agredir ninguém .

4 Petersen (2011) descreve outras propriedades que diferenciam esses dois tipos de predicados/complementos, como a necessidade de concordância temporal entre a encaixada e a matriz. Examinaremos apenas aquelas que são pertinentes às gerundivas em estudo.

Petersen (2011) observa que complementos subjuntivos de verbos volitivos se comportam de forma diferente de complementos subjuntivos de verbos factivos- emotivos com relação ao licenciamento de itens de polaridade negativa. Complementos de predicados factivos- emotivos não permitem o licenciamento não local de um IPN, mas complementos de predicados volitivos permitem (32).

- (32) a *Maria não lamentou que Pedro tivesse visto ninguém. (PETERSEN, 2011, p. 60)
b Maria lamentou que Pedro não tivesse visto ninguém.
c Maria não quer que Pedro converse com ninguém.

Essa diferença de comportamento pode ser observada no caso dos complementos gerundivos de verbos factivos- emotivos (33) e dos complementos gerundivos dos verbos volitivos (34).

- (33) a *O professor não achou uma pena / estranhou os alunos saindo com ninguém no feriado.
b O professor achou uma pena / estranhou os alunos não saindo com ninguém no feriado.
- (34) a O professor não queria os alunos saindo com ninguém no feriado.
b *O professor queria os alunos não saindo com ninguém no feriado.

Pode-se observar então que a presença da negação nos complementos gerundivos é possível com os predicados factivos- emotivos (35), mas impossível com os predicados volitivos (36). Considerando que a presença da negação implicaria, segundo Zanuttini (1996), a presença de uma projeção temporal na estrutura da sentença, esses exemplos indicariam uma diferença na estrutura dos dois tipos de complementos gerundivos.

- (35) O professor achou uma pena / estranhou os alunos não estudando física no feriado
- (36) *O professor queria os alunos não estudando física no feriado.

Com relação ao tempo nos complementos subjuntivos, Petersen (2011) observa que os subjuntivos livres permitem uma leitura de anterioridade com relação ao tempo da matriz, ao passo que o subjuntivo restrito não gera essa leitura. Os exemplos discutidos pela autora são dados em (37) e (38). Em (37), com o subjuntivo livre, duas leituras são possíveis: o período em que Ana acorda cedo ou coincide com o momento do lamento ou é anterior a esse momento. Já em (38), com o subjuntivo restrito, apenas a leitura em que há simultaneidade entre o evento da subordinada e o da matriz está disponível.

- (37) Pedro lamentou que Ana acordasse tão cedo naquela época.
- (38) Pedro desejou que seus pais participassem da festa.

Com relação aos complementos gerundivos, é possível observar que seu estatuto temporal não é uniforme. Complementos gerundivos de predicados volitivos (39) apresentam restrições temporais mais expressivas que complementos gerundivos de predicados factivos- emotivos (40). Aparentemente, uma leitura de anterioridade com relação ao tempo da matriz é possível com os predicados factivos- emotivos, mas impossível os predicados volitivos.

- (39) *O professor quis ontem os alunos estudando física antes de ontem.
- (40) O professor achou uma pena / estranhou ontem os alunos estudando física antes de ontem.

Considerações finais

O objetivo inicial deste trabalho foi mostrar que as orações de gerúndio presentes em construções com verbos do tipo de *querer* e de *estranhar*, como nos exemplos em (1), formam com o sintagma nominal que as antecede um constituinte único oracional – uma *small clause*. Em outras palavras, esse sintagma nominal não é objeto do verbo principal, mas sujeito do gerúndio. Os testes de constituência realizados sugerem que essa é uma análise viável. Partindo da hipótese de que essa análise está correta, examinamos algumas propriedades desses complementos e vimos que, apesar de sua semelhança superficial, eles apresentam diferenças sintáticas e semânticas significativas, que podem ser associadas a uma diferença em sua estrutura sintática. Observamos ainda que esses complementos podem alternar-se com um complemento no subjuntivo e que compartilham com eles diversas propriedades. Em estudos futuros, será necessário aprofundar a pesquisa dessas propriedades visando a determinar a estrutura sintática dessas gerundivas e a contribuir para o debate sobre questões ainda não resolvidas na literatura, como, por exemplo, o efeito da referência disjunta nos complementos subjuntivos.

REFERÊNCIAS

ACHARD, M. *Representation of Cognitive Structures: Syntax and Semantics of French Sentential Complements*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.

BORGES NETO, J.; FOLTRAN, M. J. Construções com gerúndio. In: COLÓQUIO PORTUGUÊS EUROPEU-PORTUGUÊS BRASILEIRO: UNIDADE E DIVERSIDADE NA PASSAGEM DO MILÊNIO, 2000, Lisboa. Lisboa: Associação Brasileira de Linguística, 2001. p. 154-165.

CARREIRA, M. *Diagnósticos de Constituição para Construções Predicativas Adjetivais*. 2008.116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DE CUBA, C. F. *On (Non)Factivity, Clausal Complementation and the CP-Field*. 2007. 135 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Stony Brook University, Stony Brook.

FARKAS, D. On Obviation. In: SAG, I. et al. (Orgs.). *Lexical Matters*. Stanford: CSLI, 1992. p. 85-109.

HAEGEMAN, L. Conditionals, factives and the left periphery. *Lingua*, Cambridge, v. 116, p. 1651-1669, 2006.

KEMPCHINSKY, P. The Subjunctive Disjoint Reference Effect. In NEIDLE, C. et al. (Orgs.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1985. p. 123-140.

KIPARSKY, P.; KIPARSKY, C. Fact. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. (Orgs.). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 345-369.

- LARSON, R.; DEN DIKKEN, M.; LUDLOW, P. *Intensional transitive verbs and abstract clausal complementation*. 1997. [Ms.] Disponível em: <<http://semmlab5.sbs.sunysb.edu/~rlarson/itv.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- LIMA, S. B. *Aspectos da complementação de predicados factivos e assertivos em PB*. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.
- LOBO, M. Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 1-2, n. 10, 2006. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo055.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2010.
- LOPES, J. M. *Orações gerundivas Adjetivas no Português do Brasil*. 2004. 83 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília.
- MARQUES, R. *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MOUTELLA, E. M. R. *O gerúndio oracional em português*. 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília.
- ORMAZABAL, J. The syntactic distribution of factive complements. *Recherches linguistiques de Vincennes*, Vincennes, v. 33, p. 91-110, 2005.
- PETERSEN, M. C. *O licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas no português brasileiro: contribuições para a Teoria de Controle por Movimento*. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RAPOSO, E. Case theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 18, p. 85-109, 1987.
- ROCHETTE, A. *Semantic and syntactic aspects of Romance sentential complementation*. 1988. 364 f. Tese (Doutorado em Linguística) - MIT, Cambridge.
- RODRIGUES, P. *Les compléments infinitifs et gérondifs des verbes de perception en portugais brésilien*. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Université du Québec à Montréal, Montreal.
- SANTOS, J. S. *Ligação não seletiva de subjuntivos*. 1996. 96 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.
- ZANUTTINI, R. On the Relevance of Tense for Sentential Negation. In: BELLETTI, A.; RIZZI, L. (Orgs.). *Parameters and Functional Heads*. New York / Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 181-207.